

# relatório anual 2022

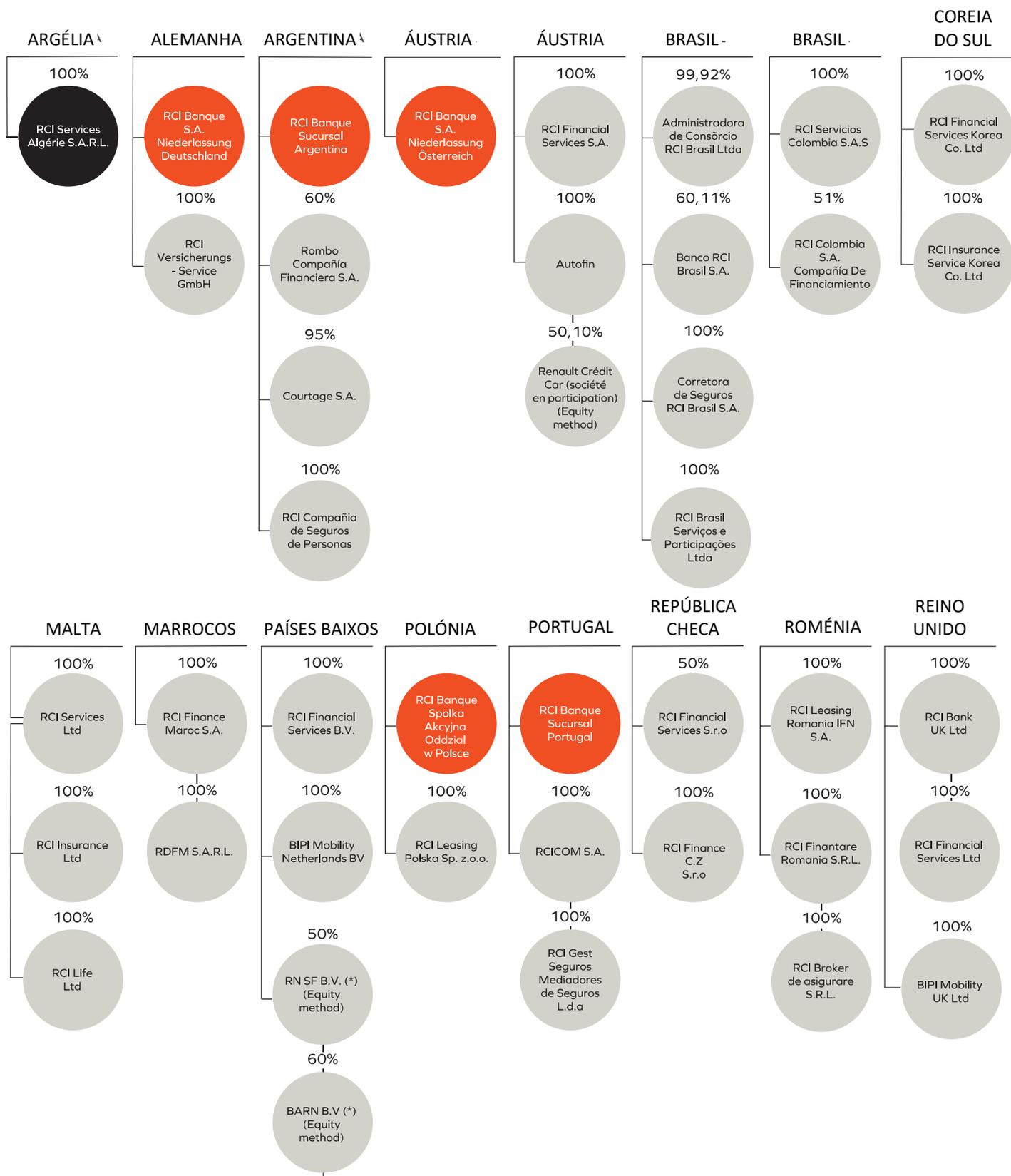
O RELATÓRIO FINANCEIRO

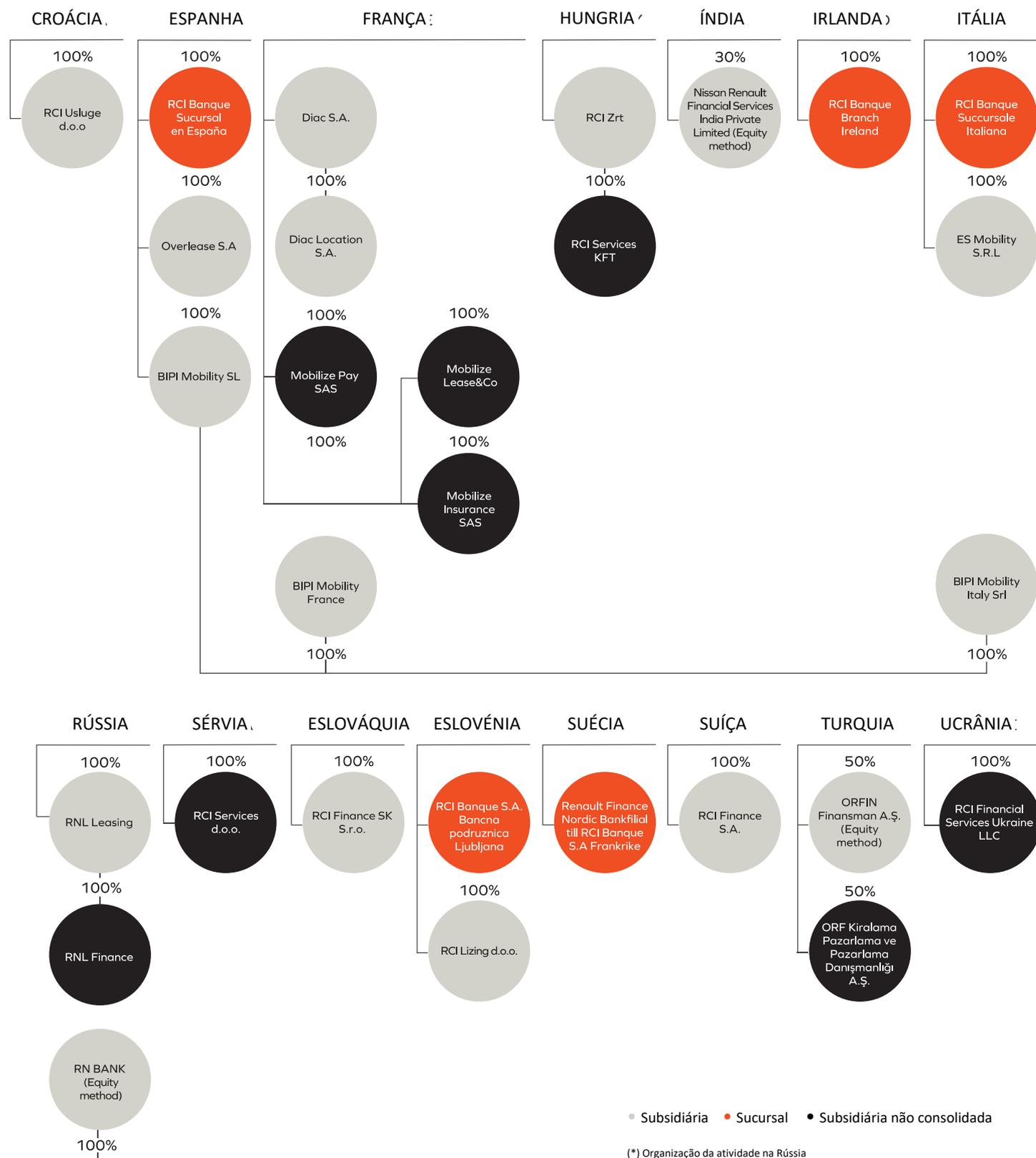
RCI Banque S.A.

OPERANDO SOB A DENOMINAÇÃO COMERCIAL

**M**OBILIZE  
FINANCIAL SERVICES

# ORGANOGRAMA 2022





# ÍNDICE

Mensagem de Gianluca de Ficchy	5
Mensagem de João Leandro	6
O nosso desempenho em 2022	8
Atividade comercial	10
<b>N.º 1 POLÍTICA FINANCEIRA</b>	<b>13</b>
<b>N.º 2 RISCOS – PILAR III</b>	<b>17</b>
Declaração sobre as informações publicadas relativamente ao Pilar III	18
Introdução	19
I. Resumo dos riscos	19
II. Governança e princípios de organização da gestão dos riscos	26
III. Gestão do capital e adequação dos fundos 42	
IV. Risco de crédito	66
V. Risco de ajustamento da avaliação de crédito	117
VI. Titularização	118
VII. Risco de mercado	122
VIII. Risco de taxa de juro para posições em carteira	124
IX. Risco de liquidez	129
X. Riscos operacionais e de não conformidade	137
XI. Riscos ESG	142
XII. Outros riscos	166
Tabela de referência cruzada	168
Tabelas	170
<b>N.º 3 RELATÓRIO SOBRE A GOVERNANÇA CORPORATIVA</b>	<b>175</b>
3.1 Acionistas	176
3.2 Organização do Grupo RCI Banque	176
3.3 Órgãos de governança e intervenientes	177
3.4 Formas de participação dos acionistas na Assembleia Geral	190
3.5 Acordos regulamentados	191
3.6 Quadro recapitulativo das delegações atuais na aceção do n.º 3 do Artigo L.225-37-4 do Código Comercial francês	191
<b>N.º 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS</b>	<b>193</b>
4.1 Relatório dos revisores oficiais de contas relativo às demonstrações financeiras consolidadas	194
4.2 Demonstrações financeiras consolidadas	198
4.3 Notas às demonstrações financeiras consolidadas	202
4.4 Anexo 1: Informações sobre locais e operações	261
4.5 Anexo 2: Riscos financeiros	263
<b>N.º 5 INFORMAÇÕES GERAIS</b>	<b>269</b>
5.1 Informações gerais sobre a empresa	270
5.2 Histórico	274
5.3 Declaração do responsável pelo relatório financeiro anual	276



# relatório anual 2022

O RELATÓRIO FINANCEIRO



**a nossa  
ambição:  
sermos  
os mais  
inovadores  
até 2024.**



# Mensagem

de Gianluca de Ficchy



Diretor Executivo da Mobilize  
e Presidente do Conselho  
de Administração da RCI Banque SA



**A Mobilize Financial Services demonstrou novamente a força do seu modelo de negócios, com um aumento da receita bancária líquida de 11,9 % e um nível recorde de poupanças recolhidas.**

**Tenho o prazer de dar uma vez mais as boas-vindas às equipas da Mobilize Financial Services, que desempenham um papel fundamental na cadeia de valor dos serviços de mobilidade desenvolvidos pela Mobilize. Em 2023, continuaremos a inovar para uma mobilidade mais sustentável.**



## **Como descreveria os resultados anuais da Mobilize Financial Services?**

A Mobilize Financial Services deu continuidade à sua estratégia, centrada na criação de valor e não em volumes, e manteve um bom desempenho comercial num mercado em contração. O valor médio financiado por contrato aumentou 10,4 % em 2022, face a 2021, em linha com a estratégia da Revolução “Do volume ao valor”. A percentagem das ofertas de financiamento de locações continuou a aumentar, situando-se nos 57 % em 2022, em comparação com os 47 % registados em 2021. A taxa de penetração de 44,8 % caiu 1,3 pontos em relação a 2021, num mercado em retração, que se caracteriza igualmente por uma queda nos volumes das marcas. O número de serviços vendidos para cada veículo financiado aumentou ligeiramente, situando-se nos 3,2 em 2022, em comparação com 3,1 em 2021.

## **Como pode a Mobilize Financial Services apoiar o desenvolvimento da Mobilize em 2023?**

Para apoiar a estratégia “veículo-como-um-serviço” da Mobilize e as suas novas aplicações, o Grupo continuou a inovar em 2022 com uma nova marca comercial, a Mobilize Financial Services, que é uma referência para todas as necessidades de mobilidade relacionadas com a utilização do automóvel, e a criação de três entidades em

sectores de crescimento: Mobilize Pay, Mobilize Insurance e Mobilize Lease&Co.

## **Que avaliação faz do desempenho da Mobilize Financial Services em 2022?**

Apesar de um mercado automóvel ainda prejudicado pela escassez de semicondutores, a Mobilize Financial Services viu os seus novos financiamentos aumentarem 3,3 % em relação a 2021, graças ao aumento dos valores médios financiados. Num mercado automóvel com uma queda de 4,6 %, os volumes das marcas da Alliance situaram-se em 1,90 milhões de veículos no primeiro semestre de 2022, uma queda de 5,7 %. A taxa de penetração situou-se em 44,8, uma redução de 1,3 pontos em relação a 2021, impactada por elementos relacionados não recorrentes, em particular, a crise russa.

## **O resultado antes de impostos ascendeu assim a 1050 milhões de euros, em comparação com os 1194 milhões de euros no final de dezembro de 2021.**

A satisfação do cliente, que está no centro das ações da Mobilize Financial Services, atingiu um nível recorde em 2022, com um Net Promoter Score de +56 pontos, mais 3 pontos em relação a 2021, ou seja, um salto de 9 pontos em três anos, tornando a Mobilize Financial Services a referência nos mercados cativos nos sectores automóvel e da banca.

# Mensagem

de João Leandro



Diretor Executivo do RCI Bank and Services



**Em 2022, alcançámos um desempenho financeiro recorde e, mais uma vez, alcançámos um nível recorde de satisfação. A Mobilize Financial Services também criou três subsidiárias para acelerar o crescimento dos sectores do mercado de mobilidade: Mobilize Pay, Mobilize Insurance e Mobilize Lease&Co. Foi o culminar de um trabalho de transformação, que reflete a nossa ambição de ser a empresa cativa do sector automóvel mais inovadora do mercado, ao serviço dos clientes da Alliance.**



**A Mobilize Financial Services realizou uma emissão inaugural de obrigações verdes e influxos dinâmicos de poupança. Qual é a estratégia por trás disso?**

Num contexto de mercado volátil, o Grupo emitiu o equivalente a 2,8 mil milhões de euros em 2022 e lançou a sua primeira emissão de obrigações verdes no valor de 500 milhões de euros. Os lucros estão a ser usados para financiar Veículos Elétricos a Bateria (BEV) e infraestruturas de carregamento. Esta transação demonstra a disponibilidade do grupo para apoiar a transição para a mobilidade elétrica, bem como o seu compromisso em lutar contra as alterações climáticas.

A atividade de recolha de poupanças foi particularmente dinâmica e competitiva em termos de custo dos fundos reunidos, o que demonstra, portanto, a pertinência da estratégia de diversificação do financiamento. O saldo das poupanças recolhidas aumentou 3,4 mil milhões de euros em 2022, para 24,4 mil milhões de euros no final de dezembro de 2022

**Em 2022, a Mobilize Financial Services criou três subsidiárias dedicadas para acelerar a oferta para o uso “veículo-como-um-serviço”. Como irá apoiar a marca Mobilize?**

Em maio de 2022, a RCI Bank and Services tornou-se a Mobilize Financial Services, uma marca comercial única, para apoiar o desenvolvimento da Mobilize e os novos estilos de vida dos clientes do Grupo Renault.

Para acelerar a oferta para utilização, a Mobilize Financial Services criou três atividades dedicadas, com fortes ambições de desenvolvimento:

- A Mobilize Insurance, uma subsidiária especializada em seguros automóveis para o mercado europeu, que atende a novas utilizações da mobilidade. O objetivo é triplicar o número de contratos de seguro até 2030 e atingir 3,6 milhões de contratos na Europa.
- A Mobilize Lease&Co, uma subsidiária dedicada à aceleração da oferta de locação de longa duração em todas as áreas geográficas onde as marcas da Alliance estão presentes. O objetivo é alcançar uma frota de um milhão de veículos até 2030 e duplicar a sua presença a nível internacional.
- A Mobilize Pay, para projetar um ecossistema de pagamento a partir de automóveis. Em 2022, a Mobilize Pay lançou um novo cartão de crédito eco responsável, desenvolvido com a Visa, para uso no carregamento de veículos elétricos.

O objetivo é chegar a 1 milhão de contratos até 2030.

# criar uma mobilidade sustentável para todos



# O NOSSO DESEMPENHO EM 2022

Um bom desempenho comercial com um aumento do valor médio financiando e um desempenho financeiro recorde graças a um forte aumento do resultado líquido bancário.

Apesar de um mercado automóvel ainda prejudicado pela escassez de semicondutores, a Mobilize Financial Services viu os seus novos financiamentos aumentarem 3,3 % em relação a 2021, graças ao aumento dos valores médios financiados.

## Indicadores-chave resilientes apesar de um mercado em contração.

### A nível mundial



**4000+**

Funcionários



**5**

Marcas



**35**

Localização geográfica



**54 %**

Paridade



**42 %**

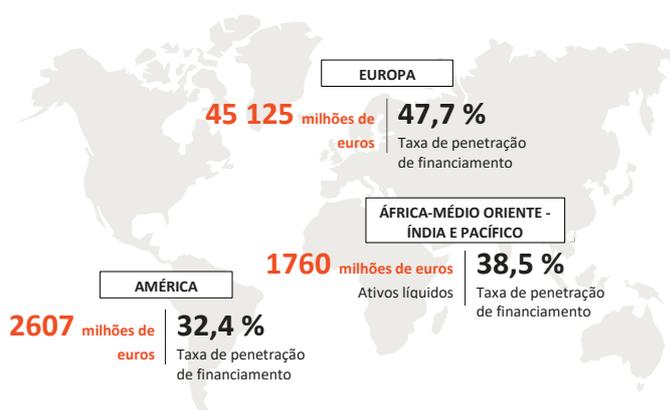
Mulheres Executivos



**6,9 %**

Financiamento de veículos elétricos e híbridos

### Repartição dos ativos líquidos e das taxas de penetração do financiamento por área geográfica no final de 2022



### Desempenho financeiro



**44,7 mil milhões de euros**

Ativos com desempenho médio  
-0,1 % versus 2021



**1050 milhões**

Resultado antes de impostos  
-12,1 % versus 2021



**2045 milhões**

Resultado Líquido Bancário  
+11,9 % versus 2021

### Financiamento



**1,2 milhões** Contratos de financiamento  
-6,4 % versus 2021



**18 mil milhões de euros** Novos financiamentos  
+3,3 % versus 2021



**44,8 %** Registos financiados  
+1,3 pontos versus 2021



**342 000** Contratos de financiamento para carros usados  
-1,2 % versus 2021

### Serviços

**3,8 MILHÕES**

CONTRATOS DE SERVIÇOS VENDIDOS  
-4,7 % versus 2021

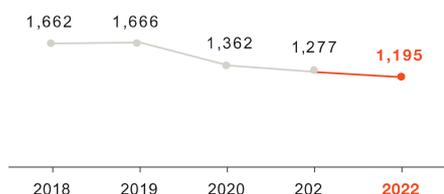
**3,19 SERVIÇOS**

VENDIDOS POR CONTRATO DE FINANCIAMENTO  
versus 3,14 em 2021

## Indicadores-chave resilientes num contexto turbulento

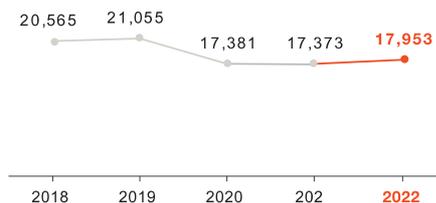
### NÚMERO TOTAL DE CONTRATOS DE VEÍCULOS

(em milhares)



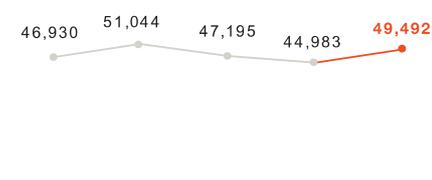
### NOVOS FINANCIAMENTOS

(excluindo empréstimos pessoais e cartões de crédito/em milhões de euros)



### ATIVOS LÍQUIDOS NO FINAL DO ANO DE 2022<sup>(1)</sup>

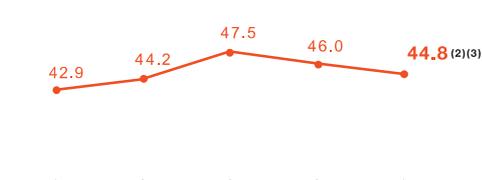
(em milhões de euros)



(1) Ativos líquidos no final do exercício: total líquido de empréstimos concedidos + operações de locação operacional líquidas de amortizações e imparidades.

### TAXA DE PENETRAÇÃO DE FINANCIAMENTO<sup>(1)</sup>

(em percentagem de registos)



● Grupo TI fora EAC<sup>(\*)</sup>

(\*) EAC: Empresa com capital próprio (Turquia, Índia)

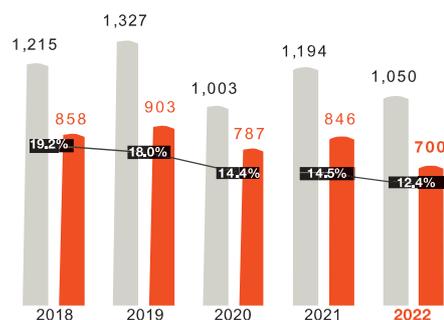
(1) A taxa de penetração é calculada como o número de veículos novos financiados dividido pelo número de veículos registados pelos fabricantes. Dado o desfasamento temporal entre o registo e a entrega dos veículos, a quebra de registos tem um ligeiro impacto positivo na penetração em percentagem.

(2) Excluindo empresas de capital próprio afiliadas "EAC", Mobilize Pro forma.

(3) A taxa de penetração do financiamento diminuiu 1,3 pontos em comparação com 2021, devido a um *mix* de registos mais orientado para as empresas e a uma vontade de reorientar os canais de financiamento mais rentáveis.

### RESULTADOS

(em milhões de euros)



● Resultado antes de impostos

● Resultado após impostos

● Rendimentos do capital próprio

(participação do acionista da empresa-mãe)

# ATIVIDADE COMERCIAL

Num mercado automóvel que regista uma queda de 4,6 %, os volumes das marcas da Alliance, excluindo as EAC, situaram-se em 1,90 milhões de veículos no primeiro semestre de 2022, ou seja, uma queda de 5,7 %. A taxa de penetração foi de 44,8 %, uma queda de 1,3 pontos em relação a 2021.

Mercado VP e VCL <sup>(1)</sup>	Taxas de penetração Financiamento (%)		Novos contratos de automóveis (em milhares)		Novos financiamentos excluindo cartões e empréstimos pessoais (em milhões de euros)		Ativos líquidos no final do exercício <sup>(2)</sup> (em milhões de euros)	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
<b>EUROPA</b>	<b>47,7 %</b>	<b>48,2 %</b>	<b>1010</b>	<b>1078</b>	<b>15 839</b>	<b>15 420</b>	<b>45 125</b>	<b>40 832</b>
dos quais Alemanha	49,4 %	47,5 %	150	151	2619	2362	7981	7809
dos quais Espanha	51,8 %	51,4 %	85	98	1257	1275	3883	3593
dos quais França	51,9 %	52,8 %	366	408	5412	5723	17 264	15 319
dos quais Itália	64,5 %	68,0 %	136	154	2164	2229	5752	5352
dos quais Reino Unido	46,7 %	39,9 %	126	113	2496	1987	5302	4371
dos quais outros países	31,5 %	33,2 %	147	155	1890	1844	4943	4388
<b>AMÉRICA DO NORTE E DO SUL</b>	<b>32,4 %</b>	<b>35,8 %</b>	<b>129</b>	<b>134</b>	<b>1356</b>	<b>1101</b>	<b>2607</b>	<b>2227</b>
dos quais Argentina	23,3 %	21,6 %	18	15	197	113	213	166
dos quais Brasil	30,8 %	33,6 %	76	83	759	640	1694	1475
dos quais Colômbia	46,7 %	60,3 %	34	37	400	349	700	586
<b>ÁFRICA-MÉDIO ORIENTE-ÍNDIA E PACÍFICO</b>	<b>38,5 %</b>	<b>42,6 %</b>	<b>56</b>	<b>64</b>	<b>758</b>	<b>852</b>	<b>1760</b>	<b>1910</b>
<b>TOTAL DO GRUPO <sup>(4)</sup></b>	<b>44,8 %</b>	<b>46,0 %</b>	<b>1195</b>	<b>1277</b>	<b>17 953</b>	<b>17 373</b>	<b>49 492</b>	<b>44 983</b>

(1) Os números referem-se aos mercados de veículos de passageiros (VP) e veículos ligeiros de mercadorias (VLM).

(2) Ativos líquidos no final do exercício = montante líquido dos empréstimos concedidos + operações de locação operacional líquidas de amortizações e imparidades.

(3) A mudança de região da Roménia, anteriormente "EURÁSIA", reflete-se no perímetro do RCI através da integração na região "EUROPA".

(4) Taxa de penetração de financiamento de 62,83 % em 2022 em comparação com os 63,3 % em 2021, excluindo empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

	dos quais ativos líquidos do Cliente no final do exercício (em milhões de euros)		dos quais ativos líquidos das Redes no final do exercício (em milhões de euros)		Ativos médios do desempenho (em milhões de euros)		Resultado líquido bancário (em milhões de euros)		Resultado líquido Resultado antes de impostos (em milhões de euros)	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
	<b>35 387</b>	<b>34 551</b>	<b>9738</b>	<b>6281</b>	<b>40 507</b>	<b>40 768</b>	<b>1740</b>	<b>1559</b>	<b>1029</b>	<b>1038</b>
	6803	6828	1178	981	7568	7974	216	227	97	143
	3204	3253	679	340	3560	3810	128	112	74	62
	12 711	12 359	4553	2960	15 005	14 845	436	373	173	186
	4942	4875	810	477	5283	5370	154	174	94	116
	4383	3936	919	435	4866	4414	177	158	113	133
	3344	3300	1599	1088	4226	4354	629	515	478	398
	<b>2065</b>	<b>1855</b>	<b>542</b>	<b>372</b>	<b>2448</b>	<b>2086</b>	<b>220</b>	<b>181</b>	<b>93</b>	<b>91</b>
	01	94	112	72	178	122	59	41	16	18
	1324	1201	370	274	1636	1427	109	98	51	50
	640	560	60	26	634	537	52	42	26	23
	<b>1611</b>	<b>1793</b>	<b>149</b>	<b>117</b>	<b>1752</b>	<b>1893</b>	<b>84</b>	<b>87</b>	<b>46</b>	<b>50</b>
	<b>39 063</b>	<b>38 213</b>	<b>10 429</b>	<b>6770</b>	<b>44 726</b>	<b>44 752</b>	<b>2045</b>	<b>1827</b>	<b>1050</b>	<b>1194</b>



# N.º 1

## POLÍTICA FINANCEIRA

O aperto das políticas monetárias dos principais bancos centrais (consequência direta do aumento da inflação após a deflagração de operações militares na Ucrânia) e o declínio da atividade na China devido à sua política “COVID zero” levaram a um abrandamento da atividade económica global.

Nos Estados Unidos, após a contração da atividade no primeiro semestre do ano, prevê-se que o crescimento se mantenha moderado nos próximos trimestres. O mercado de trabalho continua robusto, com uma taxa de desemprego que se mantém baixa (3,5 % no final de dezembro). A inflação continua a ser muito elevada, mas começa a dar os primeiros sinais de abrandamento (6,5 % em dezembro, em comparação com os 7,1 % em novembro, 7,8 % em outubro e 8,3 % em agosto).

A persistência de um mercado de trabalho restritivo e da inflação elevada levaram a Fed a iniciar o seu ciclo de aperto monetário em março. A meta da taxa-alvo dos Fundos da Fed foi assim elevada em 425 bps para atingir 4,25-4,50 % no final de dezembro.

O BCE aumentou a sua taxa diretora em 250 bps durante 2022, elevando a taxa marginal de depósito de -0,50 % para 2,00 %. Planeia aumentar ainda mais as taxas de juro para garantir um rápido retorno da inflação à sua meta de médio prazo de 2 %. O BCE também especificou que começará a reduzir o seu balanço a partir do início de março de 2023 (a carteira do programa de compra de ativos “APP” será reduzida em média 15 mil milhões de euros por mês até ao final do segundo trimestre de 2023, e o seu ritmo subsequente será determinado ao longo do tempo).

O Banco de Inglaterra (BoE), um dos primeiros bancos centrais a iniciar o ciclo de aperto monetário, aumentou várias vezes a sua taxa diretora de juros, aumentando-a de 0,25 %, no final de 2021, para 3,50 %.

Os receios de estagflação conduziram a uma elevada volatilidade nos mercados financeiros. Na Europa, os rendimentos dos títulos subiram na senda das taxas norte-americanas. A taxa das obrigações soberanas alemãs a dez anos subiu acima da marca dos 2 % para 2,57 %, em comparação com um nível de -0,19 % no final de 2021.

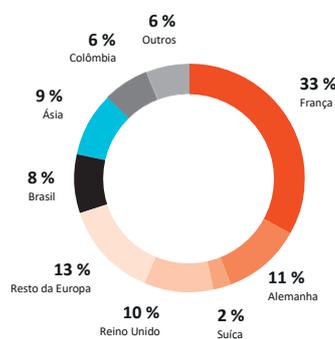
Na sequência do abrandamento da inflação nos Estados Unidos e na Europa, as ações e obrigações societárias, que tinham sofrido no segundo e terceiro trimestres, começaram a recuperar no final do ano. Depois de atingir uma queda de -25 % no final de setembro, o Euro Stoxx 50 encerrou o ano em 3793 pontos, com uma queda de -11,74 %. Os *spreads* de crédito registaram uma tendência semelhante: depois de atingir um pico de 138 bps em julho, o índice IBOXX Corporate Bond Euro situou-se em 99 bps no final de dezembro, 744 M€ em comparação com os 61 bps no final de dezembro de 2021.

No mercado de titularização, o grupo colocou cerca de 700 milhões de euros em obrigações, respaldadas por contratos de crédito automóvel concedidos pela sua subsidiária francesa. A sucursal espanhola realizou também a sua primeira titularização, emitindo 1,1 mil milhões de euros em obrigações seniores autosubscritas, reforçando assim a reserva de liquidez.

A atividade de poupança de particulares revelou-se particularmente dinâmica e competitiva em termos de custo de financiamento. Os depósitos permitiram reduzir o impacto do aumento do custo de financiamento de mercado, demonstrando assim a relevância da estratégia de diversificação de financiamento iniciada há 10 anos. Os depósitos de poupança recebidos aumentaram 3,4 mil milhões de euros desde o início do ano, situando-se nos 24,4 mil milhões de euros.

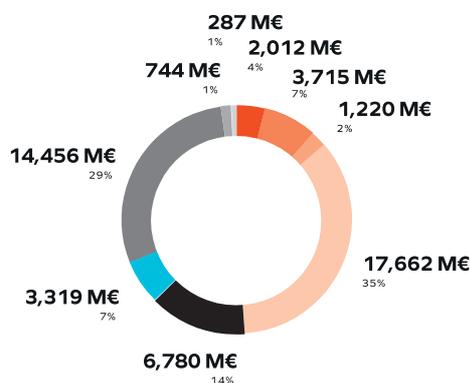
### / REPARTIÇÃO GEOGRÁFICA DOS NOVOS RECURSOS COM PRAZO DE VENCIMENTO IGUAL OU SUPERIOR A UM ANO (EXCLUINDO DEPÓSITOS E TLTRO)

(A 31/12/2022)



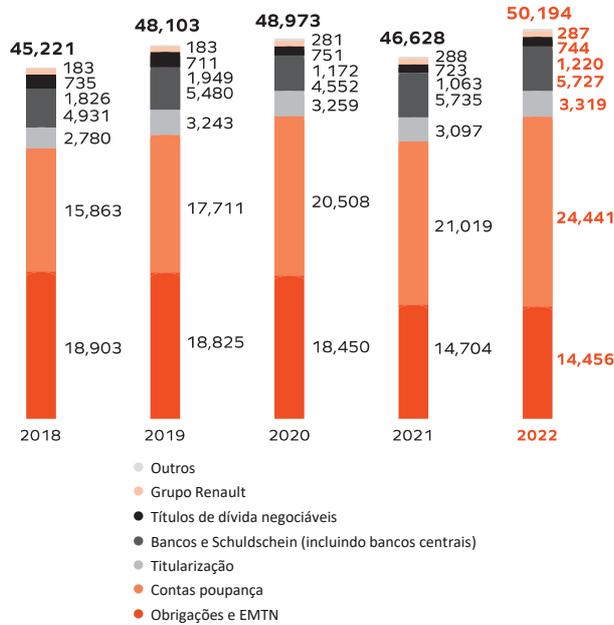
### / ESTRUTURA DA DÍVIDA TOTAL

(A 31/12/2022)

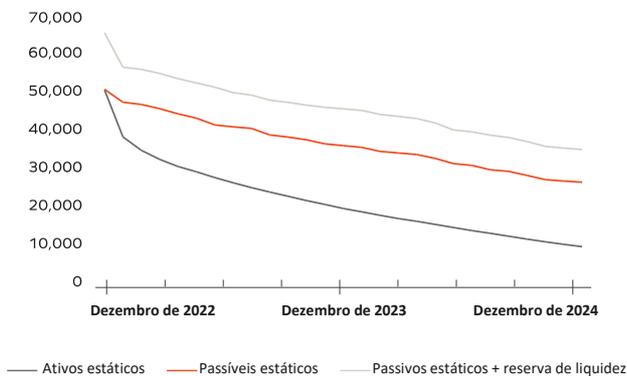


- Bancos e Schuldschein 4 %
- Bancos centrais 7 %
- Títulos de dívida negociáveis 2 %
- Depósitos à ordem 35 %
- Depósitos a prazo 14 %
- Titularização 7 %
- Obrigações, EMTN e dívida subordinada 29 %
- Grupo Renault 1 %
- Outros 1 %

**/ ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA DA DÍVIDA TOTAL**  
(EM MILHÕES DE EUROS)



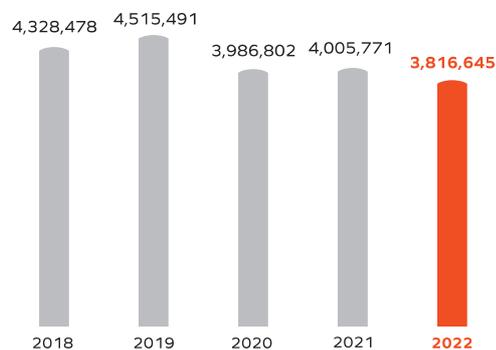
**/ POSIÇÃO DA LIQUIDEZ ESTÁTICA<sup>(1)</sup>**  
(EM MILHÕES DE EUROS)



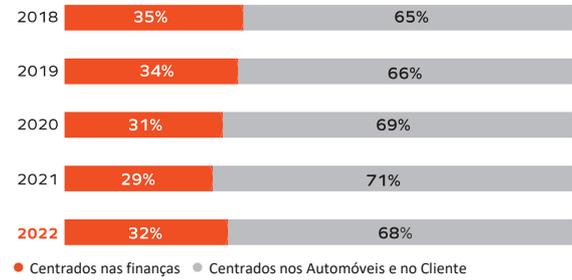
Ativos estáticos: escoamento de ativos ao longo do tempo, assumindo que não há renovação.  
Passivos estáticos: escoamento de passivos ao longo do tempo, assumindo que não há renovação.

(1) Âmbito: Europa.

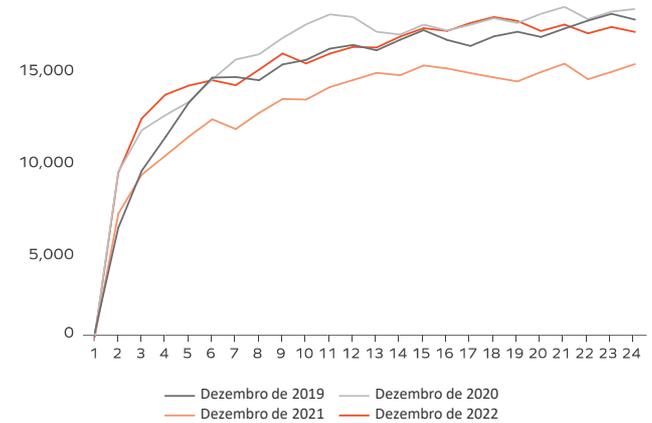
**/ CONTRATOS DE SERVIÇOS (EM QUANTIDADE)**  
(EM MILHÕES DE EUROS)



**/ MIX DE SERVIÇOS (EM %)**  
(A 31/12/2022)

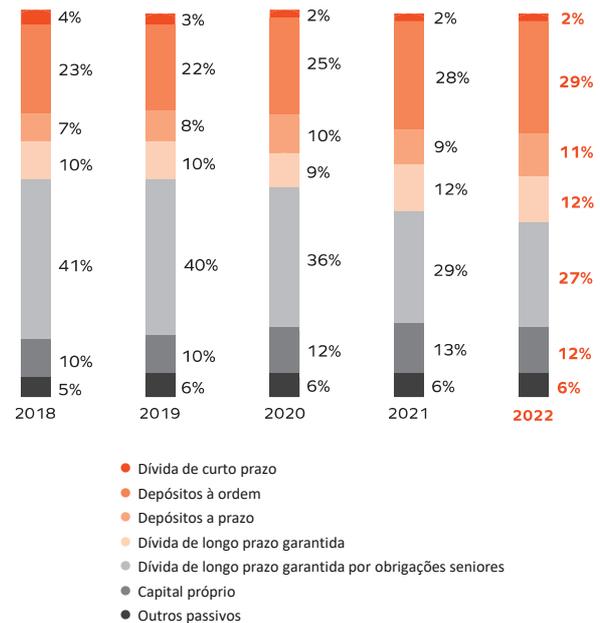


**/ DIFERENÇA DE LIQUIDEZ ESTÁTICA<sup>(1)</sup>**  
(EM MILHÕES DE EUROS)



(1) Âmbito: Europa.

**/ DISTRIBUIÇÃO DOS PASSIVOS**  
(A 31/12/2022)



Estes recursos, aos quais se deve acrescentar, no âmbito europeu, 4,4 mil milhões de euros em linhas bancárias confirmadas não sacadas, 4,6 mil milhões de euros em cauções elegíveis para operações da política monetária do Banco Central e 5,8 mil milhões de euros em ativos líquidos de elevada qualidade (HQLA), permitem ao grupo Mobilize Financial Services manter o financiamento concedido aos seus clientes durante um período de 11 meses, sem necessidade de aceder a liquidez externa. A 31 de dezembro de 2022, a reserva de liquidez do grupo Mobilize Financial Services (âmbito Europa) ascendia a 14,9 mil milhões de euros.

A sensibilidade global do RCI Banque ao risco de taxa de juro manteve-se abaixo do limite do grupo, que era de 70 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2022, uma subida paralela das taxas<sup>(1)</sup> teria um impacto na receita líquida de juros (NII) do grupo de 0,78 milhões de euros, com a seguinte contribuição por moeda:

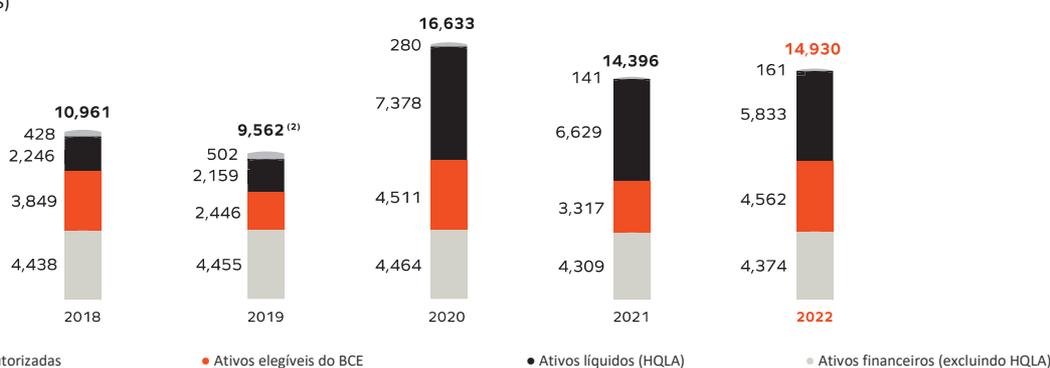
/ -1,6 milhões de euros em EUR; / +1,0 milhões de euros em GBP;  
/ -0,3 milhões de euros em BRL; / +0,1 milhões de euros em PLN;  
/ -0,1 milhões de euros em KRW; / -0,3 milhões de euros em CHF.

A soma dos valores absolutos das sensibilidades a um choque paralelo da taxa de juro<sup>(1)</sup> em cada moeda ascende a 7,0 milhões de euros.

A posição cambial transaccional consolidada do grupo RCI Banque<sup>(2)</sup> é de 12,7 milhões de euros.

- (1) Desde 2021, e de acordo com a EBA (Orientações IRRBB), a magnitude dos choques da taxa de juro depende da moeda. A 31 de dezembro de 2022, os choques da taxa de juro aplicados para cada moeda eram: +100 bps para EUR, CHF, DKK e MAD; +150 bps para SEK e GBP; +200 bps para CZK; +250 bps para HUF; +300 bps para RON, COP e PLN; +350 bps para BRL; +500 bps para ARS e RUB.
- (2) Posição cambial excluindo participações no capital social de subsidiárias.

## / RESERVA DE LIQUIDEZ<sup>(1)</sup> (EM MILHÕES DE EUROS)



(1) Âmbito Europa.

(2) A reserva de liquidez é calibrada para atingir a meta interna de continuidade dos negócios em cenário de stress. O nível mais baixo, em dezembro de 2019, reflete o nível mais baixo de resgate de

obrigações para o ano seguinte (reembolsos de obrigações no valor de 1,8 mil milhões de euros em 2020 e 2,8 milhões de euros em 2019, respetivamente).

## Programas e seguros do grupo RCI Banque

As emissões consolidadas do grupo são feitas por sete emitentes: RCI Banque, DIAC, Rombo Compania Financiera (Argentina), RCI Financial Services Korea Co Ltd (Coreia do Sul), Banco RCI Brasil (Brasil), RCI Finance Maroc e RCI Colombia S.A. Compañia de Financiamiento (Colômbia).

RCI Banque a curto prazo: S&P: A-3/Moody's: P-2

RCI Banque a longo prazo: S&P: BBB- (Estável)/Moody's: Baa2 (estável)

Emitente <sup>(1)</sup>	Instrumento	Mercado	Montante	S&P	Moody's	Outros
RCI Banque S.A.	Obrigações subordinadas de Nível 2 Notas	Euro	850 milhões de euros <sup>(4)</sup>	BB	Baa2 (perspetiva estável)	
RCI Banque S.A.	Programa NEU MTN <sup>(3)</sup>	Francês	2000 milhões de euros	BBB- (perspetiva estável)	Baa2 (perspetiva estável)	
RCI Banque S.A.	Programa Euro MTN	Euro	23 000 milhões de euros	BBB- (perspetiva estável)	Baa2 (perspetiva estável)	
RCI Banque S.A.	Programa NEU CP <sup>(2)</sup>	Francês	4500 milhões de euros	A-3	P2	
DIAC S.A.	Programa NEU MTN <sup>(3)</sup>	Francês	1500 milhões de euros	BBB- (perspetiva estável)		
DIAC S.A.	Programa NEU CP <sup>(2)</sup>	Francês	1000 milhões de euros	A-3		
Rombo Compania Financiera S.A.	Programa de obrigações	Argentino	150 milhões de dólares norte-americanos		A+ (arg) (perspetiva estável)	FixScr: AA (arg) (perspetiva estável)
RCI Financial Services Korea Co Ltd	Obrigações	Sul-coreano	1330 mil milhões de won <sup>(4)</sup>			KR, KIS, NICE: A+
Banco RCI Brasil S.A.	Obrigações	Brasileira	3841 milhões de reais <sup>(4)</sup>		AA+.br (perspetiva estável)	
RCI Colombia S.A. Compania de Financiamiento	CDT: Certificado de deposito a prazo	Colômbia	1020 mil milhões de pesos <sup>(4)</sup>	AAA.co		
RCI Colombia S.A. Compania de Financiamiento	Obrigações	Colômbia	189 mil milhões de pesos <sup>(4)</sup>	AAA.co		
RCI Finance Maroc	Obrigações subordinadas de Nível 2	Marroquino	68 milhões de dirham <sup>(4)</sup>			
RCI Finance Maroc	Programa BSF	Marroquino	3500 milhões de dirham			

(1) RCI Banque e subsidiárias plenamente consolidadas.

(2) Papéis comerciais europeus negociáveis (NEU CP), nova denominação para certificados de depósito.

(3) Obrigações a médio prazo europeias negociáveis (NEU MTN), nova denominação para obrigações a médio prazo negociáveis.

(4) Empréstimos concedidos.



# N.º 2

## RISCOS – PILAR III

<b>Declaração sobre as informações publicadas relativamente ao Pilar III</b>	<b>18</b>	4. Ativos ponderados pelo risco	83
<b>Introdução</b>	<b>19</b>	5. Método avançado	83
<b>I. Resumo dos riscos</b>	<b>19</b>	6. Método padrão	104
1. Números-chave	SI	7. Técnicas de atenuação do risco de crédito	108
2. Contexto	21	8. Risco de crédito da contraparte	112
3. Fatores de risco	21	<b>V. Risco de ajustamento da avaliação de crédito</b>	<b>117</b>
<b>II. Governança e princípios de organização da gestão dos riscos</b>	<b>26</b>	<b>VI. Titularização</b>	<b>118</b>
1. Política de gestão dos riscos - Quadro de apetência pelo risco	26	<b>VII. Risco de mercado</b>	<b>122</b>
2. Organização do controlo dos riscos	28	<b>VIII. Risco de taxa de juros para posições em carteira</b>	<b>124</b>
3. Perfil de risco - Declaração de apetência pelo risco	32	<b>IX. Risco de liquidez</b>	<b>129</b>
4. Testes de esforço	34	<b>X. Riscos operacionais e de não conformidade</b>	<b>137</b>
5. Política de remunerações	34	1. Gestão dos riscos operacionais e incumprimento	137
<b>III. Gestão do capital e adequação dos fundos</b>	<b>42</b>	2. Mensuração dos riscos operacionais e processo de supervisão	140
1. Aplicabilidade - Âmbito prudencial	42	3. Exposição ao risco e cálculo dos requisitos	140
2. Rácio de solvabilidade	45	4. Seguro de riscos operacionais	141
3. Fundos próprios	48	<b>XI. Riscos ESG</b>	<b>142</b>
4. Requisitos de capital	60	<b>XII. Outros riscos</b>	<b>166</b>
5. Gestão do capital interno	61	1. Risco de valor residual	166
6. Taxa de alavancagem	62	2. Risco de seguro	167
7. Gestão do índice de alavancagem	65	3. Riscos relacionados com o desenvolvimento comercial	167
<b>IV. Risco de crédito</b>	<b>66</b>	4. Risco relativo às ações	167
1. Exposição ao risco de crédito	69	<b>Tabela de referência cruzada</b>	<b>168</b>
2. Processo de gestão do risco de crédito	80	<b>Tabelas</b>	<b>170</b>
3. Diversificação da exposição ao risco de crédito	82		
<b>/ Crédito a retalho dezembro de 2022</b>	<b>82</b>		
<b>/ Crédito a retalho dezembro de 2021</b>	<b>82</b>		

## Declaração sobre as informações publicadas relativamente ao Pilar III

A direção e o Conselho de Administração são responsáveis por implementar e manter uma organização de controlo interno eficaz que supervisione as publicações da empresa, inclusive as publicações emitidas em relação ao relatório no âmbito do Pilar III.

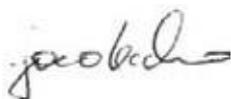
A este respeito, certificamos que o grupo Mobilize Financial Services publica as informações exigidas pela Parte VIII do Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, alterado pelo Regulamento (UE) 2019/876 do Parlamento Europeu e do Conselho, de

20 de maio de 2019 (CRR2), de acordo com as políticas formais e procedimentos, sistemas e controlos internos.

Confirmamos, depois de terem sido tomadas todas as medidas razoáveis nesse sentido, que a informação divulgada a 31 de dezembro de 2022 foi sujeita ao mesmo grau e aos mesmos procedimentos de controlo interno que a restante informação prestada no que respeita ao relatório financeiro.

**João Miguel Leandro**

Diretora Executiva



**Gianluca de Ficchy**

Presidente do Conselho de Administração



# Introdução

As seguintes informações dizem respeito aos riscos do grupo Mobilize Financial Services (Mobilize F.S. <sup>(1)</sup>) e são divulgadas em conformidade com os requisitos de divulgação dos Acordos de Basileia, transpostos para o direito europeu através do Regulamento (UE) 2013/575 (ou CRR), alterado pelo Regulamento (UE) 2019/876 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2019 (CRR2), e da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV), alterada pela Diretiva 2019/879/UE, de 20 de maio de 2019 (CRD V).

São publicadas numa base consolidada (Artigo 13.º do CRR) e cumprem os requisitos estabelecidos na Parte VIII do CRR (Artigos 431.º e seguintes).

O relatório do grupo Mobilize F.S. é publicado, no seu conjunto, anualmente, embora algumas matérias importantes ou de mudança mais rápida sejam divulgadas semestralmente, ou apenas a título transitório (Artigo 492.º do CRR). Não é omitida nenhuma informação relevante, exclusiva ou confidencial (Artigo 432.º do CRR).

A publicação do relatório de risco é da responsabilidade do Diretor Executivo de Riscos da empresa do grupo Mobilize F.S. As informações contidas no presente relatório foram elaboradas de acordo com o procedimento de divulgação validado pelo Comité Regulamentar do grupo Mobilize F.S.

## I. Resumo dos riscos

### 1. Valores-chave

#### / EU KM1 – MODELO DAS PRINCIPAIS MÉTRICAS

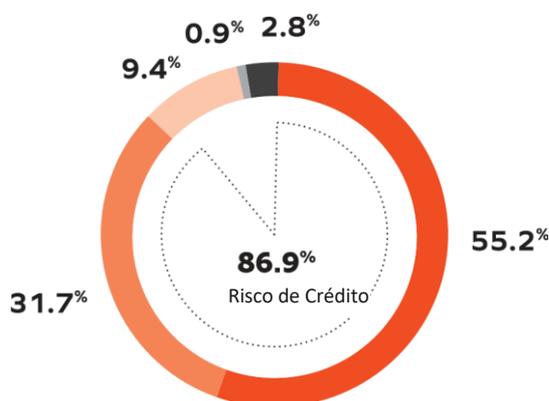
Em milhões de euros	31/12/2022	30/06/2022	31/12/2021
<b>Fundos próprios disponíveis (montantes)</b>			
Capital próprio comum de nível 1 (CET1)	5271	5138	4932
Capital de nível 1	5271	5138	4932
Capital total	6135	6002	5909
<b>Montantes da exposição ponderados pelo risco</b>			
Montantes da exposição ponderados pelo risco	36 430	34 943	33 420
<b>Rádios de capital (em percentagem do montante da exposição ponderado pelo risco)</b>			
Rádios de capital próprio comum de nível 1 (%)	14,47 %	14,71 %	14,76 %
Rácio de nível 1 (%)	14,47 %	14,71 %	14,76 %
Rácio de capital total (%)	16,84 %	17,18 %	17,68 %
<b>Requisitos de fundos próprios adicionais para fazer face a riscos que não sejam o risco de alavancagem excessiva (em percentagem do montante da exposição ponderado pelo risco)</b>			
Requisitos de fundos próprios adicionais para fazer face a riscos que não sejam o risco de alavancagem excessiva (%)	2,01 %	2,01 %	2,00 %
dos quais: a constituir por capital CET1 (pontos percentuais)	1,13 %	1,13 %	1,13 %
dos quais: a serem constituídos por fundos próprios de nível 1 (pontos percentuais)	1,51 %	1,51 %	1,50 %
Requisitos de fundos próprios totais SREP (%)	10,01 %	10,01 %	10,00 %
<b>Reserva combinada e requisito global de fundos próprios (em percentagem do montante da exposição ponderado pelo risco)</b>			
Reserva de conservação de capital (%)	2,50 %	2,50 %	2,50 %
Reserva de conservação devido ao risco macroprudencial ou sistémico identificado a nível de um Estado-Membro (%)			
Reserva contracíclica de fundos próprios específica da instituição (%)	0,12 %	0,00 %	0,00 %
Reserva para risco sistémico (%)			
Reserva global para outras instituições de importância sistémica (%)			
Reserva para outras instituições de importância sistémica (%)			
Requisito de reserva combinada (%)	2,62 %	2,50 %	2,50 %
Requisitos globais de fundos próprios (%)	12,63 %	12,51 %	12,50 %
CET1 disponível após o cumprimento dos requisitos de fundos próprios totais SREP (%)	6,83 %	7,17 %	7,26 %
<b>Rácio de alavancagem</b>			
Mensuração da exposição total	63 846	59 597	58 628
Rácio de alavancagem (%)	8,26 %	8,62 %	8,41 %

1) A RCI Banque S.A. opera sob a denominação comercial RCI Bank and Services desde fevereiro de 2016 e adotou Mobilize Financial Services como nova identidade comercial em maio de 2022. A sua denominação legal permanece inalterada e continua a ser RCI Banque S.A. Esta denominação comercial, bem como o acrónimo Mobilize F.S., podem ser utilizados pelo grupo como um pseudónimo da sua denominação social. A RCI Banque S.A. e as suas subsidiárias podem ser referidas como "grupo Mobilize F.S."

Em milhões de euros	31/12/2022	30/06/2022	31/12/2021
<b>Requisitos adicionais de fundos próprios para fazer face ao risco de alavancagem excessiva (em percentagem da mensuração da exposição total)</b>			
Requisitos de fundos próprios adicionais para fazer face a riscos que não sejam o risco de alavancagem excessiva (%)			
dos quais: a constituir por capital CET1 (pontos percentuais)			
Requisitos totais de rácio de alavancagem SREP (%)	3,00 %	3,00 %	3,00 %
<b>Reserva para rácio de alavancagem e requisito geral do rácio de alavancagem (como percentagem da mensuração da exposição total)</b>			
Requisito de reserva para rácio de alavancagem (%)			
Requisitos totais de rácio de alavancagem (%)	3,00 %	3,00 %	3,00 %
<b>Rácio de Cobertura de Liquidez</b>			
Total de ativos líquidos de elevada qualidade (HQLA) (valor médio ponderado)	7834	7749	6603
Exfluxos de caixa - Valor total ponderado	4205	4116	3930
Influxos de caixa - Valor total ponderado	2505	2322	2795
Total líquido dos exfluxos de caixa (valor ajustado)	1709	1794	1384
Rácio de cobertura de liquidez (%)	487,50 %	469,83 %	524,82 %
<b>Rácio de Financiamento Líquido Estável</b>			
Total de financiamento estável disponível	48 380	46 677	47 017
Total de financiamento estável necessário	38 455	36 725	35 616
Rácio NSFR (%)	125,81 %	127,10 %	132,01 %

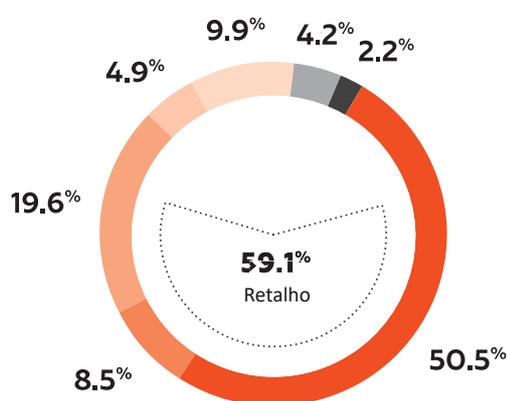
Os dados relativos ao LCR e aos seus agregados são médias para os 12 meses que terminam na data de referência mencionada (Artigo 447.º alínea f) do CRR2).

#### / REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS POR TIPO DE RISCO



- Risco de crédito - Abordagem baseada na avaliação interna 55,2 %
- Risco de crédito - Abordagem padrão 31,7 %
- Risco operacional 9,4 %
- Risco de ajustamento da avaliação de crédito 0,9 %
- Risco de mercado 2,8 %
- Risco de crédito 86,9 %

#### / EXPOSIÇÃO POR CLASSE DE RISCO



- Particulares 50,5 %
- Particulares e PME 8,5 %
- Empresas 19,6 %
- Empresas e PME 4,9 %
- Governos centrais ou Bancos centrais 9,9 %
- Instituições 4,2 %
- Outros 2,2 %
- Particulares 59,1 %

#### / ROA (RESULTADO LÍQUIDO DIVIDIDO PELO BALANÇO TOTAL - CRD IV, ARTIGO 90.º)

	31/12/2022	30/06/2022	31/12/2021
Rentabilidade dos ativos	1,16 %	1,19 %	1,51 %

O ROA tinha sido negativamente impactado pela normalização do custo do risco, sendo 2020 um ano marcado pelo aumento das provisões devido à crise da COVID, tendo o exercício de 2021 beneficiado, portanto, de reversões de provisões, na sequência da melhoria da situação sanitária, sendo a depreciação das ações do RN Bank em 119 milhões de euros em 2022 parcialmente compensada por um impacto positivo não recorrente de 101 milhões de euros devido à avaliação de swaps de taxa de juro como instrumento de cobertura dos depósitos a ordem num contexto de subida das taxas de juro.

N.º	1
N.º	2
N.º	3
N.º	4
N.º	5

## 2. Contexto

O ressurgimento da COVID na China e a invasão russa da Ucrânia afetaram a atividade económica global e os mercados financeiros. O aumento da inflação (impulsionado principalmente pelo aumento dos preços das matérias-primas), a normalização das políticas de flexibilização das restrições quantitativas e a subida das taxas pelos principais bancos centrais levaram os mercados a rever em baixa as

expectativas de crescimento. Além disso, o mercado automóvel continua a ser afetado negativamente pela escassez de semicondutores. Estes elementos tiveram um impacto no desempenho financeiro do grupo Mobilize F.S. (ativos geradores de receita média, receita de juros, custo do risco). No entanto, não foram identificados novos riscos à luz destes elementos.

## 3. Fatores de risco

### 1. Tipologia dos riscos

A identificação e supervisão dos riscos constituem uma parte integrante da abordagem do grupo Mobilize F.S. para a gestão de riscos. Esta abordagem pode ser observada através dos níveis de ativos ponderados pelo risco, mas também através de outros indicadores, trabalhos e relatórios realizados pelas funções de direção e gestão de riscos. Os vários tipos de riscos apresentados acima são aqueles identificados até o momento como significativos e específicos do grupo Mobilize F.S., cuja materialização poderá ter um impacto desfavorável significativo nos seus negócios, na situação financeira e/ou nos resultados. Esta não é uma lista exaustiva de todos os riscos assumidos pelo grupo no contexto da sua atividade ou aos quais está exposto devido ao seu ambiente.

Tendo em conta a diversidade de negócios do grupo, a gestão de riscos é erigida em torno dos seguintes grandes tipos de riscos:

- **riscos de taxa de juro e riscos cambiais:** risco de diminuição da margem de taxa de juro ou do valor da carteira bancária devido à alteração das taxas de juro ou das taxas de câmbio;
- **risco de liquidez e risco de custo de financiamento:** o risco de liquidez ocorre quando o grupo Mobilize F.S. não consegue honrar as suas obrigações ou não consegue financiar o desenvolvimento dos seus negócios de acordo com os seus objetivos comerciais. O risco de custo de financiamento corresponde ao risco de o RCI Banque não estar em posição de financiar as suas atividades a um custo competitivo;
- **risco de crédito (clientes particulares e redes de concessionários):** risco de perda incorrido em caso de incumprimento de uma contraparte ou contrapartes consideradas como um grupo único de clientes relacionados;
- **risco de valor residual:** risco a que o grupo está exposto em resultado da depreciação do valor líquido de revenda de um veículo no final do contrato de financiamento (valor abaixo da estimativa inicial);
- **risco estratégico:** risco resultante da incapacidade do grupo para implementar a sua estratégia e concretizar o seu plano de médio prazo;
- **risco de concentração:** risco resultante de uma concentração nas exposições do grupo Mobilize F.S. (países, sectores, devedores);
- **riscos operacionais:** risco de perdas ou sanções resultantes de processos internos ineficazes ou inadequados que envolvem funcionários e/ou sistemas informáticos, ou eventos externos (exemplos: riscos cibernéticos, pandemia, fraude interna ou externa etc.), quer sejam deliberados, acidentais ou naturais (riscos de TI e interrupção de negócios);
- **riscos de incumprimento:** risco de sanções legais, administrativas ou disciplinares, de perdas financeiras significativas ou de danos à reputação, decorrentes do incumprimento de disposições específicas das atividades bancárias e financeiras (leis e regulamentos em vigor, códigos deontológicos, regulamentos bancários nacionais, europeus e internacionais). Estes riscos incluem riscos jurídicos e de conduta, riscos fiscais, riscos relacionados com o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo (AMLCFT), riscos associados à proteção de dados pessoais, riscos de incumprimento da regulamentação bancária, riscos relacionados com corrupção e tráfico de influência e riscos éticos;
- **risco de modelo:** risco associado a uma deficiência dos modelos utilizados pelo grupo no desenvolvimento da sua atividade. Isto diz respeito, nomeadamente, à utilização de modelos inadequados de cálculo de preços, reavaliação, cobertura ou gestão de riscos. A deficiência destes modelos pode dever-se à qualidade dos dados utilizados, à técnica de modelagem ou à implementação ou uso dos mesmos;
- **riscos climáticos e ambientais:** São os riscos relacionados com eventos climáticos e ambientais extremos (riscos físicos) e com mudanças tecnológicas, regulamentares e de sentimento do mercado, que contribuem para a transição para uma economia de baixo carbono (riscos de transição);
- **risco geopolítico:** Risco de nacionalização, limitação das transferências de fundos, adoção de novas regulamentações desfavoráveis aos credores, sanções internacionais com repercussões no negócio.

## 2. Fatores de risco

Os fatores de risco apresentados nesta secção são aqueles que o grupo acredita que possam ter um efeito adverso significativo nos seus negócios, na sua situação financeira e nos resultados operacionais. No entanto, esta não é uma lista exaustiva de todos os riscos a que o grupo está exposto. Os riscos específicos da atividade do grupo são apresentados a seguir, divididos em 5 categorias principais, em conformidade com o Artigo 16.º do Regulamento (UE) n.º 2017/1129, conhecido como “Prospeto 3”, de 14 de junho de 2017:

- riscos de desenvolvimento de negócios;
- riscos financeiros;
- riscos relacionados com o produto;
- riscos operacionais;
- riscos legais, regulamentares e fiscais.

### A) Riscos de desenvolvimento de negócios (incluindo riscos estratégicos, de concentração, climáticos e ambientais)

#### O resultado operacional e a posição financeira do grupo Mobilize F.S. dependem da estratégia de negócios e das vendas dos veículos das marcas da Renault-Nissan Alliance

Na qualidade de subsidiária financeira totalmente detida pela Renault que serve a Renault-Nissan Alliance, a atividade predominante do grupo Mobilize F.S. prende-se com o financiamento das vendas de veículos das marcas da Renault-Nissan Alliance, que representa uma maioria substancial do seu resultado líquido bancário.

Devido às complexas relações estratégicas, comerciais e financeiras do grupo Mobilize F.S. com o Grupo Renault e ao facto de o negócio estar concentrado na Renault-Nissan Alliance, qualquer redução ou suspensão da produção ou venda de veículos do Grupo Renault, devido a um declínio na qualidade, segurança ou fiabilidade real ou percebida dos veículos, uma interrupção do fornecimento de terceiros, alterações significativas nos programas ou estratégias de *marketing* ou publicidade negativa, poderá ter um impacto negativo no nível do volume de financiamento do grupo Mobilize F.S. e na sua condição financeira e resultados operacionais. Além disso, a procura por veículos da Renault-Nissan Alliance pode ser afetada pelos seguintes fatores:

- a diversificação e inovação da frota de veículos da Renault-Nissan Alliance;
- a competitividade dos preços de venda dos veículos;
- níveis de procura dos clientes por venda e locação de veículos novos e usados, incluindo o ambiente macroeconómico que pode afetar a procura;
- procura dos clientes por financiamento de compra de veículos;
- taxas de produção de veículos; e
- níveis de *stock* mantidos pelos concessionários da Renault-Nissan Alliance.

Além disso, o sucesso do plano estratégico do grupo Mobilize F.S. depende de várias alavancas, como o desempenho dos seus produtos e

investimentos e a sua capacidade em manter um elevado nível de satisfação dos clientes, bem como uma governança adequada do plano estratégico para garantir o apoio dos funcionários do grupo Mobilize F.S.

Além disso, a estratégia de negócios e a *mix* de vendas da Renault-Nissan Alliance podem levar a uma concentração das exposições do grupo Mobilize F.S. Um evento desfavorável que tenha impacto numa área geográfica ou numa categoria de clientes que representa uma parcela significativa dos ativos do grupo pode ter consequências negativas na sua saúde financeira.

#### Risco relacionado com a instabilidade geopolítica

O grupo Mobilize F.S. opera em vários países e, como tal, está exposto a riscos geopolíticos, cujos principais componentes são:

- **risco de nacionalização:** O risco de o país anfitrião aprovar uma lei que lhe permita readquirir um ativo localizado na sua jurisdição por um valor inferior ao valor desse ativo;
- **risco de não transferência:** Risco de o país anfitrião implementar limitações à transferência de fundos para fora do país;
- **risco legislativo:** Risco de o país anfitrião aprovar uma lei que afete negativamente o valor dos ativos localizados na sua jurisdição;
- **risco relacionado com a adoção de sanções internacionais** contra um país no qual o RCI opera.

#### Riscos climáticos e ambientais podem afetar os negócios, os resultados operacionais, a condição financeira e a reputação do grupo Mobilize F.S.

Os riscos climáticos e ambientais estão associados a 2 famílias de riscos:

- **riscos físicos:** relacionados com os impactos das alterações climáticas e da degradação ambiental devido a fenómenos extremos (inundações, ondas de calor, etc.) ou evoluções a longo prazo (variabilidade da temperatura, perda de biodiversidade, etc.);
- **riscos de transição:** relacionados com desenvolvimentos tecnológicos, regulamentações ou sentimentos de mercado que contribuem para a transição para uma economia de baixo carbono.

São vistos como fatores que podem aumentar certas categorias tradicionais de risco (risco de crédito, risco de valor residual, risco estratégico, risco de liquidez, risco operacional e de conformidade, risco de seguro).

O grupo pode estar exposto ao risco físico climático, o que pode afetar a sua capacidade de manter os seus serviços em áreas geográficas afetadas por eventos extremos (inundações, secas, etc.), bem como ao impacto negativo que esses eventos climáticos extremos podem ter nos negócios dos seus clientes ou mesmo diretamente nos negócios do grupo através dos seus produtos de seguros (CPI, GAP). Além disso, o grupo pode estar exposto a riscos de transição através da sua carteira de crédito, em determinados sectores de atividade ou na sua atividade comercial, devido à introdução de regulamentações, por exemplo, no sector automóvel, para limitar a utilização de veículos ou incentivar a transição para alternativas elétricas.

Por último, os riscos de responsabilidade e reputação também podem decorrer destas duas categorias de risco.

## B) Riscos Financeiros

### Uma interrupção das fontes de financiamento e do acesso ao mercado de capitais do grupo Mobilize F.S. teria um efeito adverso na sua posição de liquidez.

O grupo Mobilize F.S. presta grande atenção à diversificação das suas fontes de acesso à liquidez. Para isso, o grupo impõe normas internas rigorosas. O grupo financia as suas atividades através de emissões de dívida de longo prazo, empréstimos bancários, emissões de papel comercial, titularização de contas a receber e atividades de receção de depósitos, pelo que depende de um acesso fiável a recursos financeiros. Devido às suas necessidades de financiamento, o grupo Mobilize F.S. está exposto ao risco de liquidez em caso de fecho do mercado ou *stress* na fonte de financiamento.

O risco de liquidez é o risco de que o grupo Mobilize F.S. não consiga honrar as suas obrigações ou financiar o desenvolvimento das suas atividades de acordo com os seus objetivos comerciais. O risco de custo de avaliação de crédito e de refinanciamento é o risco de que o grupo Mobilize F.S. não consiga financiar as suas atividades a um custo competitivo em relação aos seus concorrentes.

A liquidez do grupo Mobilize F.S. pode ser materialmente afetada por fatores alheios ao controlo do banco, como interrupções gerais do mercado, perceção do mercado ou pressões especulativas no mercado de dívida. Se as necessidades de financiamento do grupo Mobilize F.S. aumentarem ou se o grupo Mobilize F.S. não conseguir aceder a novas fontes de fundos, uma liquidez insuficiente seria particularmente prejudicial para a sua posição competitiva, os seus resultados operacionais e a sua condição financeira.

### Os resultados operacionais do grupo Mobilize F.S. podem ser afetados negativamente por alterações nas taxas de juro do mercado ou nas taxas oferecidas para os depósitos de clientes

O risco de taxa de juro da carteira bancária (IRRBB) é o risco para o capital e os resultados do banco que resultaria de uma evolução desfavorável das taxas de juro que afetasse as posições da carteira bancária do banco. O objetivo do grupo Mobilize F.S. é atenuar ao máximo esse risco.

Os créditos a particulares do grupo Mobilize F.S. são geralmente emitidos a taxas de juro fixas com um prazo médio de cerca de quatro anos, enquanto os créditos a concessionários são emitidos a taxas revistas mensalmente. A exposição do grupo Mobilize F.S. às taxas de juro é avaliada diariamente através da mensuração da sensibilidade para cada moeda, entidade gestora e carteira de ativos, e a cobertura dos fluxos de caixa é sistemática, utilizando *swaps* para converter passivos de taxa variável em passivos de taxa fixa.

O grupo Mobilize F.S. calcula a sensibilidade à taxa de juro aplicando um hipotético aumento nas taxas de juro, cuja magnitude depende da moeda da entidade. Embora o grupo Mobilize F.S. monitorize o seu risco de taxa de juro utilizando uma metodologia à escala do grupo, a cobertura do risco nem sempre é possível nem perfeitamente ajustável, o que reflete a dificuldade de ajustar a estrutura de empréstimos para que corresponda à estrutura dos empréstimos a particulares.

As mudanças nas taxas de juro nem sempre podem ser previstas ou cobertas e, se não forem adequadamente previstas ou cobertas, podem ter um efeito adverso nos negócios, na condição financeira e nos resultados operacionais do grupo Mobilize F.S. A sensibilidade global do grupo Mobilize F.S. ao risco de taxa de juro manteve-se abaixo do limite de 70 milhões de euros.

### Risco de alterações desfavoráveis nos custos de refinanciamento do grupo Mobilize F.S., na sequência de uma deterioração da notação da RCI Banque S.A. pelas agências de notação de risco ou de uma alteração global das condições de financiamento (mercado e depósitos)

O acesso do grupo Mobilize F.S. ao mercado pode ser afetado pelas notações de crédito das suas entidades constituintes e, em certa medida, do Grupo Renault. A RCI Banque S.A. é, à data desta publicação, classificada como Baa2 (perspetiva estável) pela Moody's France SAS e BBB- (perspetiva estável) pela S&P Global Ratings

As agências de notação de risco S&P Global Ratings Europe Limited e Moody's France SAS utilizam notações para classificar a solvabilidade da RCI Banque S.A. para avaliar se a RCI Banque S.A. será capaz de reembolsar as suas obrigações no futuro.

Uma deterioração da posição de liquidez da RCI Banque S.A, as políticas de gestão de capital ou um enfraquecimento significativo da rentabilidade podem afetar negativamente a sua notação.

A RCI Banque S.A. é uma subsidiária totalmente detida pela Renault e a sua notação continua dependente do desenvolvimento económico e da notação da Renault. Qualquer ação de notação negativa em relação à dívida de longo prazo da Renault pode resultar numa ação semelhante em relação à dívida de longo prazo da RCI Banque S.A.

O financiamento da RCI Banque S.A. provém principalmente de depósitos de clientes e do mercado de capitais. A sua capacidade de obter financiamento por grosso a taxas competitivas depende das condições gerais do mercado financeiro e da sua capacidade em obter notações de crédito adequadas. Uma descida das suas notações de crédito ou das notações de crédito da Renault S.A., ou qualquer revisão das perspetivas, resultaria provavelmente num aumento dos custos de empréstimos da RCI Banque S.A. ou poderia reduzir rapidamente o seu acesso aos mercados de capitais. A sua capacidade de atrair e reter depósitos de particulares depende da atratividade dos produtos de poupança que oferece aos seus clientes. O custo dos depósitos pode, portanto, ser afetado pelas políticas comerciais dos seus concorrentes.

### Risco cambial

O grupo Mobilize F.S. está exposto ao risco de perda resultante da exposição atual ou futura a operações correntes e/ou de refinanciamento numa moeda diferente do euro ou de uma potencial diminuição do valor dos capitais próprios do grupo Mobilize F.S. devido à depreciação dos capitais próprios detidos em países fora da zona Euro.

Os investimentos em moedas diferentes do euro (risco cambial estrutural) podem ser cobertos.

O risco cambial transaccional (exposição cambial excluindo investimentos de capital) decorre principalmente de empréstimos em várias moedas e faturas em moeda estrangeira.

### C) Riscos do produto

#### **O grupo Mobilize F.S. pode incorrer em perdas como resultado do incumprimento dos seus clientes particulares e empresas, concessionários ou importadores (ou seja, incapacidade de pagar prestações ao grupo Mobilize F.S. ao abrigo do contrato de crédito (atraso no pagamento))**

O grupo Mobilize F.S. pode estar exposto ao risco de crédito dos seus clientes particulares e concessionários/importadores se as suas técnicas de gestão de risco forem insuficientes para o proteger contra situações de incumprimento de pagamento pelas suas contrapartes.

Risco de crédito é o risco de perda resultante da incapacidade dos clientes particulares ou concessionários/importadores do grupo Mobilize F.S. em cumprir as suas obrigações de qualquer contrato celebrado. O risco de crédito é altamente dependente de fatores económicos, incluindo desemprego, falência de empresas, aumento do rendimento das pessoas singulares, rendimento disponível do agregado, rentabilidade dos concessionários e preço dos veículos usados. O nível de risco de crédito na carteira de financiamento de concessionários do grupo Mobilize F.S. é influenciado, entre outros fatores, pela solidez financeira dos concessionários/importadores da carteira do grupo Mobilize F.S., pela qualidade das cauções e dos processos em vigor para garantir o financiamento e pela procura geral de veículos. O nível de risco de crédito da carteira de clientes particulares do grupo Mobilize F.S. é afetado por condições macroeconómicas gerais que podem afetar a capacidade de alguns dos seus clientes cumprirem os pagamentos programados.

O grupo Mobilize F.S. usa sistemas avançados de pontuação de crédito e pesquisas em bancos de dados externos para avaliar empréstimos pessoais e comerciais, bem como um sistema interno de classificação para avaliar os concessionários. Embora o grupo Mobilize F.S. ajuste constantemente a sua política de aprovação a fim de refletir as condições de mercado, um aumento no risco de crédito resultaria num maior custo de risco e provisões para perdas de crédito.

O grupo Mobilize F.S. também implementa procedimentos detalhados para contactar clientes inadimplentes, organizar a recuperação de veículos não pagos e vender veículos recuperados. No entanto, os procedimentos de origemação, a supervisão do risco de crédito, as atividades de serviços de pagamento, a manutenção de registos de contas de clientes ou políticas de recuperação do grupo Mobilize F.S. podem não ser suficientes para evitar um efeito adverso sobre os seus resultados operacionais e a sua situação financeira.

O aumento do risco de crédito aumentaria o custo do risco e as provisões para perdas de crédito, o que teria um impacto direto nos resultados financeiros do grupo Mobilize F.S. e, potencialmente, no seu capital interno.

#### **Uma diminuição do preço de revenda dos veículos locados poderia ter um impacto negativo nos resultados das operações e na situação financeira do grupo Mobilize F.S.**

Quando os veículos locados são devolvidos ao grupo Mobilize F.S. no final do contrato de locação e o grupo Mobilize F.S. não tem nenhum acordo de recompra por parte de terceiros (normalmente um concessionário ou um fabricante de automóveis) e/ou um cliente não exerce a opção de compra do veículo no final do contrato de locação, o

grupo Mobilize F.S. está exposto ao risco de perda na medida em que o produto da venda realizado aquando da venda do veículo devolvido não é suficiente para cobrir o valor residual estimado no início do contrato de locação.

Na medida em que o valor residual real do veículo, conforme refletido no produto da venda, seja inferior ao valor residual esperado para o veículo no início da locação, o grupo Mobilize F.S. incorre numa perda após a alienação do veículo.

Entre outros fatores, as condições económicas, os preços e volumes de vendas de veículos novos, os canais de distribuição, o ciclo de vida do modelo, os volumes de veículos usados disponíveis, as especificidades dos produtos e a concorrência influenciam fortemente os preços dos veículos usados e, conseqüentemente, o valor residual real dos veículos locados. As diferenças entre os valores residuais reais realizados nos veículos locados e as estimativas do grupo Mobilize F.S. relativamente a esses valores no início do contrato de locação podem afetar negativamente os resultados das operações e a situação financeira do grupo Mobilize F.S. devido ao reconhecimento de perdas mais elevadas do que o previsto.

### D) Riscos operacionais

#### **Entre os riscos operacionais, os riscos mais significativos estão relacionados com o risco de segurança das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e com o risco de interrupção de negócios**

Os riscos de segurança das tecnologias da informação e comunicação (TIC) abrangem, entre outras coisas, o risco de divulgação de informações (confidencialidade) ou alteração de informações (integridade) devido ao acesso não autorizado a sistemas informáticos e a dados dentro ou fora da instituição (por exemplo, ataques cibernéticos), o risco de falha do sistema (disponibilidade) devido à incapacidade de restaurar atempadamente os serviços da instituição ou à avaria de componentes de *hardware* ou *software* informático, incluindo o mau funcionamento dos sistemas de informação da instituição. O risco de falha do sistema (disponibilidade) devido à incapacidade de restabelecer atempadamente os serviços da instituição ou à avaria de componentes de *hardware* ou *software* informático, incluindo a incapacidade de detetar e corrigir deficiências na gestão dos sistemas informáticos ou a incapacidade de a instituição gerir as alterações aos sistemas informáticos de forma atempada e controlada.

O risco de segurança informática da instituição também deve ser alargado às atividades terceirizadas, pois os prestadores de serviços detêm, armazenam ou processam os sistemas informáticos e informações da instituição. A falta de controlo sobre estas partes externas para proteger os sistemas e informações da instituição (confidencialidade, integridade, disponibilidade) afeta a capacidade da instituição de cumprir os requisitos regulamentares.

Por exemplo, o risco de incapacidade de manter/operar as operações críticas do grupo Mobilize F.S. no caso de um evento disruptivo externo (inundação, contágio, destruição do sistema informático, ataque cibernético, suicídio, ataque terrorista, etc.) ou a incapacidade de manter os sistemas de informação operacionais (referindo-se ao Plano de Retomada de Negócios e Plano de Continuidade de Negócios, respetivamente) pode afetar negativamente as operações do grupo Mobilize F.S.

Os sistemas informáticos são um recurso crítico para o grupo Mobilize F.S., pois suportam os processos de negócios nas suas operações diárias.

Depois de fazer empréstimos ou financiar planos de locação para pessoas singulares e empresas e disponibilizar empréstimos para concessionários, o grupo Mobilize F.S. gere as contas a receber financeiras. Qualquer interrupção na sua atividade de serviços, devido à incapacidade de aceder ou manter com precisão registos contabilísticos de contas a receber, entre outras coisas, pode ter um impacto adverso significativo na sua capacidade de cobrar essas contas a receber e/ou satisfazer os seus clientes.

O grupo Mobilize F.S. depende de sistemas de informação e tecnologia internos e externos (do grupo Mobilize F.S. e de terceiros) para gerir as suas operações e está exposto a riscos de perda resultantes de violações da segurança, falhas do sistema ou de controlo, processos inadequados ou deficientes, erro humano e interrupções de negócios. Além disso, o grupo Mobilize F.S. celebrou acordos-quadro com a Renault para o fornecimento de determinados sistemas e serviços informáticos.

## E) Riscos legais, regulamentares e fiscais

### O grupo Mobilize F.S. está exposto a riscos legais, regulamentares e fiscais

A rentabilidade e os negócios do grupo Mobilize F.S. podem ser afetados pelo enquadramento regulamentar, jurídico e fiscal, em França como no estrangeiro, pois o grupo Mobilize F.S. opera em vários países e, portanto, está sujeito a amplos regimes de supervisão e regulamentação e regras e regulamentos aplicáveis localmente, tais como, entre outros, regulamentos bancários, leis relativas ao crédito ao consumidor, legislação e regulamentação em matéria de valores mobiliários, regulamentos gerais relativos à concorrência, direito imobiliário, regulamentação do trabalho, legislação em matéria de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, leis de proteção de dados, legislação comercial e fiscal e legislação e regulamentação em matéria de seguros. No entanto, a natureza multifacetada da regulamentação dificulta a avaliação de impactos futuros na instituição. Qualquer incumprimento pode levar a sanções financeiras, além de danos à imagem do grupo, ou à imposição da suspensão das suas atividades ou até mesmo à retirada das suas autorizações para o exercício das suas atividades (incluindo a sua licença), o que pode afetar significativamente os seus negócios e os seus resultados operacionais.

Entre os regulamentos que têm um impacto significativo no grupo estão os regulamentos bancários prudenciais aplicáveis às instituições de crédito e, em particular, as regras prudenciais de Basileia III sobre requisitos de fundos próprios.

O grupo Mobilize F.S. está principalmente sujeito ao pacote da Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (CRD), que inclui a Diretiva 2013/36/UE (conforme alterada pela Diretiva (UE) 2019/878 (CRD V)) e o

Regulamento de Requisitos de Fundos Próprios n.º 575/2013 (CRR) (conforme alterado, entre outros, pelo Regulamento (UE) 2019/876 (CRR II)), (incluindo toda a legislação de execução em França, em particular a Lei n.º 2013672, de 26 de julho de 2013, relativa à separação e regulamentação das atividades bancárias), a Diretiva de Recuperação e Resolução Bancárias 2014/59/UE (BRRD), bem como as normas técnicas e orientações relevantes dos reguladores da UE (por exemplo, a Autoridade Bancária Europeia (EBA) e a Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA)), que preveem, nomeadamente, requisitos de fundos próprios para as instituições de crédito e mecanismos de recuperação e resolução.

Para além das alterações regulamentares acima descritas, o Banco Central Europeu (o “BCE”) tomou iniciativas importantes para garantir que os requisitos de fundos próprios dos bancos que utilizam modelos internos sejam calculados de forma correta, consistente e comparável.

O grupo Mobilize F.S. utiliza os seus próprios modelos internos para calcular ativos ponderados pelo risco e, portanto, requisitos de capital. Nos anos anteriores, o grupo Mobilize F.S. recebeu observações e comentários sobre alguns dos modelos auditados pelo BCE, para os quais foi solicitada a revisão de alguns parâmetros ou a introdução de adições temporárias aos seus cálculos. A instituição está a responder à maioria destas recomendações e ao cumprimento das novas orientações da EBA sobre a estimativa da probabilidade de incumprimento (PI), a estimativa da perda por incumprimento e o tratamento dos ativos em incumprimento, submetendo pacotes (novos modelos e metodologias) ao supervisor (BCE) em 2021.

Enquanto prestador de serviços de financiamento, seguros, bancários (depósito) e outros serviços relacionados com automóveis, o grupo Mobilize F.S. trata com o maior cuidado os requisitos das leis e regulamentos do sector da banca e sobre seguros, as regras da concorrência e da proteção dos consumidores, as questões éticas, a legislação em matéria de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, bem como em matéria de repressão da corrupção (Lei Sapin 2), as leis de proteção de dados e as políticas de segurança da informação. Qualquer incumprimento ou incapacidade em abordar devidamente estas questões pode resultar em riscos legais adicionais e perdas financeiras, por meio de coimas ou repreensões regulamentares, litígios ou danos à reputação e, em cenários extremos, suspensão de operações ou até mesmo retirada da autoridade para fazer negócios.

Regulamentos adicionais ou alterações nas leis aplicáveis podem acarretar custos significativos ou restrições operacionais que podem afetar adversamente a lucratividade dos negócios do grupo Mobilize F.S.

Os resultados futuros do grupo Mobilize F.S. podem ser afetados negativamente por qualquer um desses fatores.

## II. Governança e princípios de organização da gestão dos riscos

### 1. Política de gestão dos riscos – Quadro de apetência pelo risco

#### / EU OVA – ABORDAGEM DA GESTÃO DOS RISCOS DA INSTITUIÇÃO

Base jurídica	Informações qualitativas – Formato livre	
Alínea f) do Artigo 435.º, n.º 1, do CRR	Divulgação da declaração concisa de apetência pelo risco aprovada pelo órgão de administração	Parte II-3 Perfil de risco - declaração de apetência pelo risco
Alínea b) do Artigo 435.º, n.º 1, do CRR	Informações sobre a estrutura de gestão de riscos para cada tipo de risco	Parte II-2 Organização do controlo de riscos
Alínea e) do Artigo 435.º, n.º 1, do CRR	Declaração aprovada pelo órgão de administração sobre a adequação dos mecanismos de gestão de riscos.	Parte II-3 Perfil de risco - declaração de apetência pelo risco
Alínea c) do Artigo 435.º, n.º 1, do CRR	Divulgação sobre o âmbito e a natureza da divulgação de apetência pelo risco e/ou sistemas de mensuração.	Parte II-1 Política de gestão dos riscos – Quadro de apetência pelo risco Parte II-2 Organização do controlo de riscos
Alínea c) do Artigo 435.º, n.º 1, do CRR	Divulgar informações sobre as principais características dos sistemas de divulgação e mensuração dos riscos.	Parte II-2 Organização do controlo de riscos
Alínea a) do Artigo 435.º, n.º 1, do CRR	Estratégias e processos para gerir riscos para cada categoria de risco separada.	Parte II-3 Perfil de risco - declaração de apetência pelo risco Parte III-5 Gestão do capital interno Parte IV-2 Processo de gestão do risco de crédito Parte VIII Risco de taxa de juro para posições em carteira Parte IX-1 Risco de liquidez Parte X-1 Gestão dos riscos operacionais e de não conformidade Parte XI - Riscos ESG Parte XII Outros riscos
Alíneas a) e d) do n.º 1 do Artigo 435.º do CRR	Informação sobre as estratégias e processos de gestão, cobertura e atenuação dos riscos, bem como sobre o acompanhamento da eficácia das operações de cobertura e dos fatores de redução de riscos.	Parte II-1 Política de gestão dos riscos – Quadro de apetência pelo risco Parte IV Risco de crédito - 2 Processo de gestão do risco de crédito +7 Técnicas de atenuação do risco de crédito + V Método avançado Parte X-4 Seguro de riscos operacionais

#### / EU OVA – ABORDAGEM DA GESTÃO DOS RISCOS DA INSTITUIÇÃO

Base jurídica	Informações qualitativas – Formato livre	
Alínea a) do n.º 2 do Artigo 435.º do CRR	O número de cargos de direção ocupados por membros do órgão de administração.	Parte II-2 Organização do controlo de riscos § os órgãos diretivos
Alínea b) do n.º 2 do Artigo 435.º do CRR	Informação sobre a política de recrutamento para a seleção dos membros do órgão de administração e os seus conhecimentos, competências e experiência efetivos.	Parte II-2 Organização do controlo de riscos § os órgãos diretivos
Alínea c) do n.º 2 do Artigo 435.º do CRR	Informações sobre a política de diversidade dos membros do órgão de administração.	Parte II-2 Organização do controlo de riscos § os órgãos diretivos
Alínea d) do n.º 2 do Artigo 435.º do CRR	Informações sobre se a instituição criou ou não um Comité de Risco separado e a frequência das reuniões.	Parte II-2 Organização do controlo de riscos § os órgãos diretivos
Alínea e) do n.º 2 do Artigo 435.º do CRR	Descrição do fluxo de informações sobre o risco para o órgão de direção.	Parte II-1 Política de riscos de governança – Quadro de apetência pelo risco Parte II-2 Organização do controlo de riscos Parte II-3 Perfil de risco - Declaração de apetência pelo risco

## Política de gestão de riscos: princípios fundamentais

A capacidade de controlar os riscos reais ou potenciais nas suas atividades diárias, partilhar a informação correta, tomar as medidas adequadas em tempo útil e promover uma conduta responsável em todos os níveis hierárquicos da empresa são fatores-chave de desempenho para o grupo Mobilize F.S., e constituem os alicerces do seu mecanismo de gestão de riscos.

Por conseguinte, em conformidade com os requisitos regulamentares (CRD/CRR), a Política de Gestão de Riscos do grupo Mobilize F.S., adotada pela Direção-Geral e pelo Conselho de Administração da RCI Banque S.A., assenta nos seguintes princípios:

- identificar os principais riscos que a RCI Banque S.A. tem de enfrentar, tendo em conta o seu “modelo de negócio”, a sua estratégia e o ambiente em que opera;
- determinar e definir formalmente, por intermédio do Conselho de Administração, a apetência pelo risco e estar ciente dessa mesma apetência na definição dos objetivos estratégicos e comerciais;
- esclarecer os papéis de todas as partes envolvidas na gestão de riscos e sensibilizar todos os gestores sobre o pleno cumprimento da Política de Gestão de Riscos e os seus limites;
- melhorar os canais de comunicação verticais e horizontais e as linhas de comunicação a fim de garantir o encaminhamento dos alertas para o nível hierárquico competente, bem como o tratamento atempado de eventuais superações dos limites de risco estabelecidos;
- os riscos são controlados por funções independentes das funções operacionais.

A Política de Gestão de Riscos aplica-se a todas as entidades consolidadas do grupo Mobilize F.S. e é implantada em todos os níveis da organização, em cada linha de negócio, para todos os riscos e processos.

A lista de riscos identificados no mapeamento do grupo é objeto de uma revisão regular (pelo menos uma vez por ano), e quaisquer alterações à mesma são sujeitas a uma verificação prévia da sua coerência em relação às normas ICAAP/ILAAP. Por sua vez, o quadro de apetência pelo risco pode ser redefinido e o sistema de controlo reforçado sempre que os riscos de ocorrência ou a gravidade de um risco se afigurem mais elevados.

As diretrizes de gestão de riscos são levadas em conta na elaboração de cada plano de negócios e contemplam um exame dos riscos relacionados. Esta análise é orquestrada pelo Diretor Executivo de Riscos e faz parte integrante do plano submetido à aprovação do Conselho de Administração.

Os órgãos diretivos (Comité Executivo, Comité de Risco do Conselho de Administração) asseguram a coerência e o equilíbrio entre:

- a estratégia de desenvolvimento de negócios e os objetivos comerciais; e
- a estratégia de risco e as diretrizes de risco associadas.

O Conselho de Administração da RCI Banque S.A. confirma que os sistemas de gestão de riscos implementados são adequados para preservar a liquidez e solvência da empresa no que diz respeito à sua estratégia e ao seu perfil de risco.

### Quadro de apetência pelo risco

O Quadro de apetência pelo risco (na sigla inglesa RAF - *Risk Appetite Framework*) definido pelo Conselho de Administração constitui a linha de orientação da estratégia de risco do grupo na gestão dos riscos. O RAF molda a sua exposição ao risco através de um conjunto de limiares e limites determinados pelo banco no que diz respeito à sua apetência por cada risco.

No âmbito deste enquadramento, a “Apetência pelo Risco” é definida pelo RCI Banque como o nível agregado e os tipos de riscos que o Conselho de Administração está disposto a assumir, em linha com a capacidade de risco da empresa para atingir os seus objetivos estratégicos e comerciais.

A nível operacional, a apetência pelo risco é refletida em limites relevantes e limiares de alerta. Os indicadores, que podem ser qualitativos e/ou quantitativos, utilizados para definir esses limites, estão implantados para os principais riscos da empresa, assim como o processo de encaminhamento de alertas até ao Conselho de Administração.

O Comité de Risco do Conselho de Administração assegura o bom andamento deste processo, que é objeto de uma revisão geral pelo menos uma vez por ano. Paralelamente, os riscos mais críticos são apresentados trimestralmente ao Comité de Risco do Conselho de Administração.

## 2. Organização do controlo dos riscos

O processo geral de supervisão dos riscos no grupo Mobilize F.S. é gerido a três níveis por funções distintas:

- Os **controles de 1.º nível** são efetuados por:
  - o pessoal operacional responsável pela gestão do risco no dia a dia dentro da sua própria área de responsabilidade. Decidem e são responsáveis pela assunção de riscos nas operações que realizam para atingir os objetivos que lhes foram atribuídos. Exercem essa responsabilidade em conformidade com as regras e limites de gestão de riscos estabelecidos pelas funções de direção de riscos ditas “Corporativas”,
  - os departamentos funcionais responsáveis pela definição de riscos, regras, métodos de gestão, medição e supervisão a nível corporativo. Cada departamento, na sua área de atuação, gera e supervisiona o sistema de gestão de riscos por meio de diretrizes e objetivos próprios do país. O risco é monitorizado por comités dedicados periódicos, tanto nas subsidiárias quanto a nível central. Estes departamentos contam com representantes locais no que se refere a mensuração dos riscos e à supervisão da exposição e garantem o cumprimento dos limites a nível do grupo;
- Os **controles de 2.º nível compreendem**:
  - o Departamento de Controlo Interno, que reporta ao Diretor Executivo de Riscos, é responsável por dirigir o sistema geral de controlo interno para todo o grupo. Em termos de supervisão do controlo interno nas subsidiárias do grupo Mobilize F.S., o Diretor do Departamento de Controlo Interno é apoiado por Controladores Internos que o informam funcionalmente. Os Controladores Internos respondem hierarquicamente perante o CEO das subsidiárias. Da mesma forma, o Diretor do Departamento de Controlo Interno é apoiado por referentes dentro das funções centrais para gerir o sistema de supervisão de controlo interno dentro dos departamentos do grupo Mobilize F.S. Os Controladores Internos, a nível corporativo e no seio das entidades locais, verificam o nível de conformidade das operações *versus* os procedimentos, verificando a conformidade com as regras do grupo,
  - o Departamento de Riscos e Regulação Bancária, que reporta ao Diretor Executivo de Riscos, assegura a implementação da Política de Gestão Riscos no seio do grupo e assegura a sua coerência com o Quadro de Apetência pelo Risco (RAF) definido pelo Conselho de Administração; garante a fiabilidade dos indicadores de mensuração dos riscos, a exaustividade dos sistemas de gestão dos riscos para cada risco e o exercício efetivo dessa gestão; controla, designadamente, a eficácia dos canais de comunicação e *feedback* de alertas das subsidiárias aos departamentos corporativos e elabora um relatório sucinto sobre os riscos para os órgãos de administração e para o Comité de Riscos do Conselho de Administração, conforme o caso; verifica a adequação das medidas corretivas desenvolvidas em caso de falhas e a sua efetiva implementação pelas funções de gestão; desempenha um papel central na supervisão da conformidade do grupo com os regulamentos prudenciais aplicáveis,
  - a Divisão de Conformidade do grupo: é responsável pela configuração, implantação e controlo do programa de conformidade em todo o RCIBS. O seu âmbito abrange, nomeadamente: ética (códigos deontológicos e de conduta profissional, gestão de conflitos de interesses, presentes e convites), gestão de crimes

financeiros, incluindo risco de corrupção, branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, fraudes internas externas (exceto fraudes relacionadas com empréstimos), sanções e embargos, proteção de dados pessoais, proteção de clientes. Além disso, na sua função de controlo da conformidade, a Divisão de Conformidade do grupo garante a consistência global e a eficiência do sistema de controlo de conformidade. A Divisão de Conformidade do Grupo conta com sua rede local de correspondentes de conformidade, bem como com outras funções e departamentos envolvidos na gestão de riscos e sistema de controlo, tais como: divisão de controlo de riscos do grupo, auditoria interna, função jurídica, controlo de desempenho e, de forma mais geral, todos as demais linhas de negócios;

- Os **controles de 3.º nível** referem-se à Auditoria Interna, que visa fornecer ao Conselho de Administração e à Direção-Geral do RCI Banque uma visão geral do nível efetivo de controlo das operações de negócio e da administração e gestão dos riscos efetuadas pelos dois primeiros níveis.

Estas três linhas de controlo de riscos reportam aos seguintes comités:

- o Conselho de Administração e os seus comités especializados, incluindo o Comité de Riscos e o Comité de Auditoria e Contabilidade;
- o Comité Executivo e os comités do Conselho de Administração das subsidiárias, nomeadamente através do Comité de Controlo Interno, do Comité de Risco Operacional e do Comité de Ética e Conformidade (a nível local e central);
- os comités de gestão do risco operacional dentro das funções da empresa (a nível local e central).

O conteúdo das informações comunicadas ao Comité de Risco do Conselho de Administração é decidido durante as reuniões do Comité, com base em propostas apresentadas pelo membro competente do Comité Executivo e pelo Diretor Executivo de Riscos. A exposição a cada risco é mensurada com a devida frequência (desde diariamente para riscos como o risco de taxa de juro e a supervisão dos depósitos de clientes, até mensal em casos gerais). Estas mensurações são feitas a nível de cada entidade e consolidadas posteriormente. O Departamento de Risco e Regulação Bancária centraliza a produção do *dashboard* trimestral entregue ao Comité de Risco do Conselho de Administração.

O sistema de gestão de riscos abrange todos os macroprocessos do grupo Mobilize F.S. e inclui as seguintes ferramentas:

- a lista dos principais riscos para o grupo Mobilize F.S., para os quais são definidos um coordenador, um nível de apetência, limiares de alerta e limites (Quadro de Apetência pelo Risco, ou RAF). Esta lista e o Quadro de Apetência pelo Risco são atualizados pelo menos uma vez por ano, em linha com o modelo de negócio e a estratégia do grupo Mobilize F.S.;
- o mapeamento das regras operacionais implantadas em todas as subsidiárias consolidadas do grupo Mobilize F.S. identifica os riscos operacionais e a forma como são controlados. Este mapeamento de risco operacional é atualizado regularmente pelos departamentos funcionais. Os donos do processo realizam uma autoavaliação do dispositivo de controlo de regras operacionais e realizam controlos de primeiro nível para verificar regularmente o nível de conformidade das operações *versus* os procedimentos;

- a base de dados de recolha de incidentes ajuda a identificar anomalias que correspondem a critérios predefinidos e permite a aplicação das medidas corretivas e preventivas necessárias para controlar os riscos. Esta base de dados é usada para fins de relatórios internos e regulamentares. O sistema estabelece limiares e critérios para a comunicação de incidentes aos Diretores Executivos, ao Conselho de Administração, ao Comité de Ética e Conformidade da Renault, à Autoridade Francesa de Supervisão Prudencial e Resolução (Autorité de Contrôle Prudential et de Résolution – ACPR), ao Banco Central Europeu (BCE) e à Federação Bancária Francesa (FBF).

## Os órgãos diretivos

### O Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração, tal como os Diretores Executivos, são nomeados com base na sua reputação, no seu conhecimento da atividade e dos ramos de negócio da empresa, nas suas competências técnicas e gerais e na sua experiência, adquirida, para alguns deles, através das suas funções na sociedade por ações.

Além disso, possuem conjuntamente o conhecimento, competência e experiência para entender todas as atividades da empresa, incluindo os principais riscos aos quais está exposta, o sector de financiamento de vendas, a Alliance e a indústria automóvel.

Cada um deles dedica o tempo e a atenção necessários ao desempenho das suas funções, de acordo com as normas vigentes que limitam o número de mandatos.

Os princípios relativos à seleção e nomeação de administradores, administradores de facto e titulares de cargos-chave na empresa encontram-se descritos na Política de Adequação da Gestão do RCI Banque, aprovada pelo Conselho de Administração a 8 de fevereiro de 2019.

Esta política prevê, em particular, um processo de pré-seleção distinto por função, um plano de sucessão e uma avaliação do Comité de Nomeações com base em critérios de adequação especificados e tendo em consideração uma política de diversidade para o Conselho de Administração.

## / CARGOS OCUPADOS PELOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA RCI BANQUE S.A.

### Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2022

	Cargo ocupado na RCI Banque S.A.	Número de outros cargos ocupados dentro do Grupo Renault	Número de outros cargos exercidos fora do Grupo Renault
Étienne Boris	Diretor do Conselho		2 cargos não executivos
Philippe Buros	Diretor do Conselho	1 cargo executivo 5 cargos não executivos	
Laurent David	Diretor do Conselho		
Clotilde Delbos	Presidente do Conselho de Administração	2 cargos executivos 2 cargos não executivos	1 cargo executivo 2 cargos não executivos
Isabelle Landrot	Diretor do Conselho	3 cargos executivos 2 cargos não executivos	
Isabelle Maury	Diretor do Conselho		1 cargo executivo 1 cargo não executivo
Patrick Claude	Diretor do Conselho	2 cargos executivos 7 cargos não executivos	
Thierry Piéton	Diretor do Conselho		
Laurent Poiron	Diretor do Conselho		1 cargo executivo 3 cargos não executivos
Nathalie Riez-Thiollet	Diretor do Conselho		

## Outros membros do órgão de administração em funções executivas em 31 de dezembro de 2022

	Cargo ocupado na RCI Banque S.A.	Número de outros cargos ocupados dentro do Grupo Renault	Número de outros cargos exercidos fora do Grupo Renault
João Miguel Leandro	Diretora Executiva	8 cargos não executivos	
Jean-Marc Saugier	Vice-Presidente Executivo e Vice-Presidente de Finanças e Tesouraria	1 cargo executivo 3 cargos não executivos	cargo executivo cargos não executivos
Frédéric Schneider	Diretor-Geral Adjunto e Vice-Presidente Comercial e de Estratégia	6 cargos não executivos	

A 31 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração da RCI Banque S.A. era composto por dez membros, incluindo quatro mulheres.

Por recomendação do Comité de Nomeações, o Conselho de Administração estabeleceu uma política de diversidade que consiste, nomeadamente, em manter uma proporção mínima de 40 % de administradores de ambos os géneros.

No âmbito das suas competências de supervisão, e a fim de garantir uma gestão eficaz e prudential da instituição, o Conselho de Administração determina o perfil de risco do grupo Mobilize F.S. em função dos objetivos estratégicos fixados, dá orientações aos Diretores Executivos e ao Comité Executivo em matéria de gestão de riscos para implementação/adaptação no seio do grupo e controla a sua aplicação.

No exercício das suas funções, o Conselho de Administração baseia-se, nomeadamente, no trabalho dos seguintes comités:

### O Comité de Risco

O Comité de Risco reúne-se pelo menos cinco vezes por ano. O seu papel inclui examinar o mapa de riscos e assinar a definição de riscos, além de analisar e autorizar limites de risco do grupo de acordo com a apetência pelo risco do Conselho e com vista a auxiliar o Conselho em termos de supervisão. Também é responsável por analisar os planos de ação em caso de superação de limites ou limiares de notificação e por examinar os sistemas de definição de preços dos produtos e serviços. Em paralelo com o Comité de Remunerações, tem também a tarefa de examinar se a política de remuneração é compatível com a exposição ao risco da empresa. Com vista a aconselhar o Conselho de Administração, este Comité é também responsável pela análise e aprovação do relatório de controlo interno, dos sistemas ICAAP e ILAAP, do plano de recuperação e dos aspetos significativos dos processos de notação de crédito e de estimativa decorrentes dos modelos internos de risco de crédito da empresa.

### O Comité de Contas e Auditoria

O Comité de Contas e Auditoria reúne-se pelo menos três vezes por ano. Compete-lhe preparar, apresentar e controlar as demonstrações financeiras, supervisionar a revisão legal das demonstrações financeiras separadas e consolidadas, fiscalizar a independência dos revisores oficiais de contas e a definição dos seus serviços não relacionados com a auditoria, propor a nomeação dos revisores oficiais de contas e acompanhar a sua rotatividade, verificar a eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, rever o plano de auditoria, analisar as auditorias efetuadas e analisar os investimentos em empresas não consolidadas.

### O Comité de Remunerações

O Comité de Remunerações reúne-se pelo menos duas vezes por ano. A sua principal tarefa consiste em rever anualmente a política de remuneração do órgão de administração e do Diretor Executivo de Riscos. Também prepara as decisões para o Conselho de Administração relativas à remuneração das pessoas com impacto no risco e na gestão de riscos.

### O Comité de Nomeações

O Comité de Nomeações reúne-se pelo menos duas vezes por ano. A sua principal tarefa consiste em recomendar membros para o Conselho de Administração. Também é responsável pela revisão anual do Conselho de Administração, incluindo a sua estrutura, a sua composição, a diversidade de género e o leque de conhecimentos, competências e experiência dos administradores. Submete nomeações ao Conselho para os cargos de Administrador Executivo, Diretor Executivo, Diretores Executivos Adjuntos, Diretor Executivo de Riscos e Diretor Executivo de Conformidade.

## Quadros superiores

### Sistemas de gestão

De acordo com o Despacho de Aplicação da CRD IV e o Decreto de 3 de novembro sobre o controlo interno, as funções do Presidente e do Diretor Executivo são distintas.

A partir de 31 de dezembro de 2021, os Quadros Superiores da empresa e os administradores de facto (na aceção do Artigo L.511-13 do Código Monetário e Financeiro francês) são assumidos sob a responsabilidade de João Miguel Leandro, Diretor Executivo, Jean-Marc Saugier, Diretor Executivo Adjunto e V.P. Finanças e Tesouraria, e Frédéric Schneider, Diretor Executivo Adjunto e V.P. Comercial e Estratégia.

O Diretor Executivo detém os mais amplos poderes para agir em qualquer circunstância em nome da empresa, dentro dos limites do objeto social e subordinado aos poderes que a lei expressamente atribui às assembleias gerais e ao Conselho de Administração. Está autorizado a conceder subdelegações ou substituições de poderes para uma ou mais operações ou categorias de operações específicas.

O Diretor Executivo Adjunto tem, em relação a terceiros, os mesmos poderes que o Diretor Executivo.

### O Comité Executivo

O Comité Executivo do grupo Mobilize F.S. contribui para o rumo da política e da estratégia do grupo. É o órgão de referência que aprova os planos de ação quando os limites ou limiares de alerta são ultrapassados. É ainda a instância de arbitragem quando as ações de redução de riscos afetam outros objetivos da empresa. O Comité Executivo supervisiona a atividade e os riscos de acordo com as orientações (“Quadro de Apetência pelo Risco”) definidas pelo Conselho de Administração por intermédio da Comissão de Risco.

Além disso, os Quadros Superiores contam, em especial, com os seguintes comités para gerir o controlo de riscos do grupo:

- o Comité Financeiro, que analisa os seguintes assuntos: análises e previsões económicas, custo dos recursos, risco de liquidez, risco de taxa e risco de contraparte nos vários perímetros e subsidiárias do grupo. As alterações no balanço e na conta de ganhos e perdas da empresa-mãe da Mobilize F.S. são igualmente analisadas no sentido de efetuar os ajustamentos necessários aos preços de transferência intragrupo;

- o Comité de Capital e Liquidez, que orienta o plano de financiamento e garante que o nível de solvabilidade do grupo lhe permita assegurar o seu desenvolvimento, satisfazendo as expectativas das diferentes partes interessadas (reguladores, agências de notação, investidores, acionistas) e mantendo uma boa resiliência a cenários de esforço;
- o Comité de Obrigações do grupo, que valida os compromissos para além da autoridade das subsidiárias e ao qual o Diretor de Obrigações do grupo reporta o cumprimento das normas e atribuições dos compromissos;
- o Comité de Risco de Crédito do grupo avalia a qualidade de crédito da produção de novos clientes particulares e o desempenho das subsidiárias quanto à recuperação e metas, e analisa o custo do risco para o grupo e os principais países. Quanto à atividade da rede de concessionários, analisa a evolução dos indicadores de concessão de empréstimos e rotação de existências, bem como as alterações na classificação dos concessionários e dos empréstimos concedidos;
- o Comité de Regulamentação, que analisa as principais alterações regulamentares, na supervisão prudencial e nos planos de ação, e valida os modelos de notação interna e o sistema de gestão associado;
- o Comité de Controlo Interno, Risco Operacional e Ética e Conformidade, que gere o conjunto do sistema de controlo interno do grupo, verifica a sua qualidade e os mecanismos associados e adapta os recursos, sistemas e procedimentos. Detalha, executa e supervisiona os princípios da política de gestão de risco operacional e os princípios do sistema de supervisão de conformidade. Acompanha o progresso dos planos de ação. Um Comité de Controlo Interno, Riscos Operacionais e Conformidade atua nas subsidiárias do grupo Mobilize F.S.;
- o Comité de Novos Produtos, que valida os novos produtos antes da sua colocação no mercado, assegurando nomeadamente que os novos produtos cumprem a política comercial do grupo, as exigências orçamentais do grupo, a legislação vigente a nível local, a proteção dos interesses do cliente e a gestão de riscos do grupo;
- o Comité de TI, que valida as orientações e a estratégia de TI, considerando os riscos associados, e que analisa os projetos de TI, a segurança de TI e o Orçamento de TI/SI.

A nível local, os comités dedicados controlam a gestão operacional dos riscos em conformidade com o quadro definido.

### 3. Perfil de risco – Declaração de apetência pelo risco

A Declaração de Apetência pelo Risco é aprovada anualmente pelo Conselho de Administração sob proposta da Comissão de Risco. O grupo estabeleceu um Quadro de Apetência pelo Risco e uma Declaração de Apetência pelo Risco, destinadas a formalizar a tolerância do grupo Mobilize F.S. aos riscos a que está exposto.

O perfil de risco é determinado de acordo com os valores e a estratégia do grupo, tendo em conta o ambiente em que opera. O perfil de risco é determinado com base em todos os riscos inerentes às atividades do grupo Mobilize F.S. na Europa e no mundo. São identificados no mapeamento de riscos do grupo e avaliados regularmente.

O perfil de risco é tido em consideração na elaboração e implementação de regras de gestão dos referidos riscos, nomeadamente para orientar a tomada de decisão sobre os riscos em linha com o nível de apetência pelo risco do Conselho de Administração e com a estratégia do grupo.

O perfil de risco ou apetência pelo risco é implementado no seio do grupo pelo Comité Executivo, através dos comités por ele presididos (Comité Financeiro, Comité de Capital e Liquidez, Comité de Risco de Crédito, Comité de Controlo Interno, Risco Operacional e Comité de Ética e Conformidade, etc.), que são responsáveis pelo acompanhamento dos principais riscos a que o grupo está exposto. Além disso, os processos estratégicos do grupo, como a gestão de capital e liquidez, são desenvolvidos de acordo com a Declaração de Apetência pelo Risco; durante o exercício orçamental, as previsões para os indicadores-chave do Quadro de Apetência pelo Risco são comparadas com os limiares nele definidos.

A adequação do perfil de risco e da exposição ao risco é monitorizada pelo Comité Executivo e pelo Conselho de Administração através do seu Comité de Risco. O Conselho de Administração efetua também uma revisão e validação anual do Quadro de Apetência pelo Risco.

A implementação da apetência pelo risco do grupo assenta em quatro componentes: (i) a definição de quadros de referência comuns, (ii) a existência de um conjunto de limites em linha com os limites definidos pela regulamentação, (iii) a repartição de responsabilidades e competências entre o órgão central e as entidades e (iv) o funcionamento da governança no seio do grupo e das várias entidades, que permite a implementação efetiva do sistema dedicado à apetência pelo risco.

O Quadro de Apetência pelo Risco pode ser ajustado pelo menos anualmente e, em particular, durante o processo de desenvolvimento do plano estratégico. A apetência pelo risco é especificada através de dois tipos de limiares:

- um limite: o nível máximo que o banco está disposto a assumir;
- um limiar de alerta: o nível de risco que desencadeia uma notificação ao Conselho de Administração quando se trata de um rácio regulamentar e ao Comité de Risco para todos os riscos monitorizados ao seu nível, ou uma notificação ao Comité Executivo para todos os riscos.

Quando um limite é ultrapassado, é implementado um plano de ação para repor o nível adequado, sendo o Conselho de Administração notificado no caso de riscos críticos e o Comité Executivo no caso de riscos significativos.

A aproximação do limiar de alerta conduz ao planeamento de um conjunto de medidas de redução do risco aplicáveis de forma a evitar que o limite seja ultrapassado.

O perfil de risco é monitorizado através de indicadores que são acompanhados com uma frequência que varia de diária a trimestral, dependendo dos indicadores e dos riscos. Estes indicadores são objeto de um *dashboard* de risco trimestral elaborado pelo Departamento de Risco e Regulação Bancária e apresentado ao Comité Executivo e ao Comité de Risco do Conselho de Administração. Por exemplo, os seguintes indicadores estão incluídos na Estrutura da Apetência pelo Risco e encontram-se listados nos Dados Principais da secção da Parte I – Resumo do risco:

- o rácio CET1 e o rácio de capital total;
- o índice de alavancagem;
- o rácio de cobertura de liquidez;
- o rácio de financiamento líquido estável;
- o custo do risco.

O grupo Mobilize F.S. pretende apoiar o desenvolvimento do negócio da Alliance, nomeadamente através do seu papel fundamental no financiamento das redes de concessionários e no desenvolvimento da fidelização dos clientes particulares. Isto reflete-se:

- na manutenção de elevados níveis de rentabilidade e solvência adequada, que é a garantia da fiabilidade deste compromisso perante os acionistas;
- numa política de refinanciamento baseada na diversificação das fontes de financiamento e na constituição de reservas de liquidez adequadas;
- numa oferta de financiamento e serviços constantemente adaptada às necessidades dos nossos clientes e distribuída através de canais físicos e digitais que facilitam o acesso;
- numa atenção particular à conformidade dos produtos e serviços comercializados e à qualidade da informação transmitida aos clientes, nomeadamente, assegurando o cumprimento das boas práticas relacionadas com questões comerciais e éticas, que possam afetar a reputação do grupo;
- numa integração na estratégia do grupo de questões relacionadas com transições ambientais e sociais e desafios de responsabilidade social corporativa.

Uma abordagem responsável e aferida está no centro de um processo de tomada de decisão de risco no grupo Mobilize F.S. Os principais riscos estão sujeitos a um rigoroso quadro de gestão dos riscos, em linha com a apetência pelo risco definida pelo Conselho de Administração:

- riscos relacionados com o desenvolvimento comercial:
  - a) o **risco de concentração** resulta de uma acumulação significativa de exposições a determinadas categorias, sectores ou mercados. O objetivo da monitorização deste risco é determinar o nível máximo de concentração que o banco está disposto a assumir no curso dos seus negócios, de acordo com o respetivo plano estratégico;
  - b) o **risco estratégico** é avaliado e monitorizado a fim de permitir que a empresa atinja os resultados do seu plano estratégico. Baseia-se, nomeadamente, no acompanhamento de fatores externos, tais como crises económicas, pandemias, etc., bem como no desempenho dos produtos e investimentos da empresa e na sua capacidade de manter um elevado nível de rentabilidade e de satisfação dos clientes;
  - c) o **risco geopolítico** é analisado tendo em conta indicadores macroeconómicos, indicadores de mercado e notações externas. Os empréstimos transfronteiriços e os investimentos de capital estão sujeitos a um sistema de limites;

- os **riscos climáticos e ambientais** foram incluídos na lista dos principais riscos do grupo desde o final de 2021. A identificação desses riscos e a classificação da sua criticidade foram estabelecidos por meio do mapeamento correspondente, o que permite listar os impactos esperados dos riscos físicos e de transição. O quadro de apetência foi completado com a definição de uma Estrutura de Apetência pelo Risco em 2022, cujos principais indicadores são atualmente os seguintes:

- redução das emissões de CO<sub>2</sub>,
- classificação ESG,
- número de ofertas comerciais específicas para veículos elétricos.

Estes indicadores serão monitorizados e analisados para que sejam adaptados de acordo com futuras alterações nos riscos climáticos e ambientais no seio do grupo;

- o **risco de solvência** é controlado com vista a manter:

a) uma margem de segurança necessária em relação aos requisitos prudenciais, para refletir os elevados níveis de rentabilidade do RCI e a capacidade de adaptar os dividendos pagos ao acionista único;

b) e um nível de classificação do “grau de investimento” pelas agências de notação de risco;

- riscos financeiros:**

a) o **risco de liquidez** é avaliado e controlado mensalmente. É gerido de forma a assegurar a continuidade dos negócios da empresa por um período mínimo em diversos cenários de esforço, incluindo pressupostos de fecho do mercado financeiro e saques em massa de depósitos. Foi estabelecido um limite de 6 meses de continuidade de negócios para as subsidiárias financiadas a nível central (3 meses para as subsidiárias financiadas a nível local), com os limiares de alerta associados estabelecidos consideravelmente acima desses níveis;

b) o **risco de taxa de juro** é monitorizado diariamente. Desde março de 2021, é mensurado com base em cenários de aumento paralelo ou rotação das curvas de taxas, cuja amplitude depende da moeda, de acordo com as diretrizes da EBA. O risco de taxa de juro está limitado por um limite de sensibilidade de 70 milhões de euros;

c) o **risco cambial** pode ser subdividido em risco cambial estrutural, decorrente dos investimentos de longo prazo do grupo no capital próprio das suas subsidiárias no estrangeiro, e em risco cambial transaccional, decorrente dos fluxos de caixa denominados noutras moedas que não a moeda da empresa-mãe. A posição e o cumprimento desses limites são apresentados mensalmente ao Comité Financeiro ou ao Comité de Capital e Liquidez;

- riscos do produto:**

- o **risco de crédito:**

- O **risco de crédito a clientes particulares e empresariais** é monitorizado a partir da carteira e das perspetivas de novos negócios. A sua gestão baseia-se no acompanhamento do custo do risco em relação às metas estabelecidas, com uma forte supervisão da subscrição e cobrança, particularmente em situações de esforço,

- o **risco grossista** é controlado através do acompanhamento da situação financeira dos concessionários, contribuindo assim para o controlo do risco de crédito sobre empréstimos concedidos, assegurando simultaneamente a sustentabilidade das redes de concessionários;

Para ambos os riscos, a meta é manter o custo global do risco num nível consolidado menor ou igual a 1 % dos empréstimos concedidos.

- o **risco de valor residual** é avaliado e controlado de forma a minimizar potenciais perdas nas vendas em fim de contrato. Foi recentemente ajustado para apoiar as ambições da empresa de desenvolver o seu negócio de veículos usados e locação operacional. Supervisão e regras específicas visam mitigar o risco;

- os **riscos operacionais**, incluindo riscos de não conformidade (risco legal e de conduta, fiscal, AML/CFT, regulamentação BRRD, fraude, reputação, continuidade do negócio, TI, proteção de dados pessoais, corrupção, etc.) são cobertos por um mapeamento de risco relevante, procedimentos e controlos específicos e são monitorizados por comités específicos. A comunicação ao nível do Comité de Risco do Conselho de Administração e/ou do Comité Executivo garante o cumprimento dos limites e limiares de alerta, definidos de forma a minimizar qualquer risco de penalizações ou danos à imagem e reputação da empresa.

Mais especificamente, os riscos de TI e de continuidade do negócio são objeto de controlos e testes regulares, nomeadamente em termos de segurança informática, para garantir que o grupo Mobilize F.S. seja capaz de manter as suas atividades e limitar as perdas na eventualidade de uma interrupção séria. Os resultados e a implementação dos planos de remediação estão sujeitos a limites e são monitorizados por um comité dedicado.

As “interconexões” externas com terceiros que prestam serviços relevantes ao grupo Mobilize F.S. dizem respeito principalmente a: redes de concessionários, fornecedores de soluções técnicas para os sistemas de depósito de clientes da RCI (clientes particulares), parceiros bancários e de seguros (através de *joint ventures* ou não), a Renault para sua infraestrutura de TI, etc. Os serviços terceirizados essenciais assentam em contratos e parceiros importantes, o que significa que a continuidade do serviço seria mantida.

As “interconexões” internas dizem respeito a dois domínios principais:

- refinanciamento: A RCI Banque S.A. atua como uma unidade central de refinanciamento, contraindo empréstimos nos mercados e disponibilizando depois a algumas das suas filiais e sucursais os fundos de que necessitam para financiar a sua atividade. Ao mesmo tempo, as entidades do grupo que recolhem poupanças ou realizam titularizações, bem como as companhias de seguros, depositam os seus excedentes na RCI Banque S.A.;
- sistemas de informação: As soluções de TI internas são fornecidas por alguns países às entidades da RCI, como a RCI France para o sistema de gestão de negócios de redes e o sistema de contabilidade.

## 4. Testes de esforço

Os testes de esforço ou análises *what-if* constituem uma mensuração privilegiada da resiliência do grupo, das suas atividades e carteiras, e fazem parte integrante da sua gestão de riscos. Os testes de esforço baseiam-se em cenários económicos hipotéticos, extremos, mas plausíveis.

O processo de testes de esforço inclui:

- um exercício de esforço global no âmbito do processo de autoavaliação da adequação do capital interno (na signa inglesa, ICAAP - *Internal Capital Adequacy Assessment Process*), que é efetuado, no âmbito do exercício regulamentar, no início do ano e trimestralmente durante o resto do ano. Abrange todas as atividades do grupo e, em 2022, baseou-se em vários cenários principais: um cenário central baseado na trajetória orçamental, um cenário de esforço macroeconómico, um cenário idiossincrático, um cenário combinado que inclui uma combinação de efeitos macroeconómicos e

idiossincráticos e inverte o teste de esforço. As projeções de perdas potenciais relativas aos riscos da instituição são estimadas para um período de três anos;

- os testes de esforço de liquidez asseguram que o prazo em que o grupo pode continuar a operar seja assegurado num ambiente de mercado esgotado;
- testes de esforço que capturam a sensibilidade do grupo aos riscos de taxa de juro e cambiais. O risco de taxa de juro é mensurado recorrendo a cenários de conversão e distorção da curva de rendimentos;
- testes de esforço concebidos pela EBA (Autoridade Bancária Europeia) ou efetuados no âmbito da supervisão do BCE (Banco Central Europeu) com base numa metodologia comum aos bancos participantes.

## 5. Política de remuneração

### EU REMA - Política de remuneração

A política de remuneração das pessoas singulares cuja atividade profissional tem um impacto significativo no perfil de risco do grupo Mobilize F.S. é apresentada e aprovada pelo Comité de Remunerações e pelo Conselho de Administração.

O Comité de Remunerações reuniu-se duas vezes em 2022. Em 31 de dezembro de 2022, os membros do Comité de Remunerações eram C. Delbos, P. Buros e L. Poiron.

A componente fixa da remuneração reflete o nível de responsabilidade do cargo ocupado. A componente variável da remuneração destina-se a recompensar o desempenho alcançado. Esta componente variável depende fortemente dos resultados financeiros e comerciais consolidados alcançados pelo grupo Mobilize F.S. A componente variável da remuneração está limitada a uma percentagem do salário fixo. Esta percentagem é sempre inferior a 100 % ou igual a 100 %, pelo que o grupo Mobilize F.S. cumpre os regulamentos relativos à remuneração variável.

Os critérios utilizados para avaliar o desempenho para o exercício de 2022 são: a margem operacional por país e de forma consolidada no grupo; a margem de vendas em novos contratos de financiamento e serviços, avaliada por país e de forma consolidada; o RORWA avaliado de forma consolidada no grupo; a margem comercial em novos financiamentos e contratos de serviços, avaliada por país menos os meios comerciais por país, o painel de ações por país e a nível Corporativo; o NPS “Net Promoter Score” por país e de forma consolidada no grupo; Despesas operacionais como % dos Ativos Produtivos Médios do grupo; o KPI RCS “Riscos/Conformidade/Segurança”, que avalia o cumprimento a realização de ações relacionadas com Riscos, Conformidade e Segurança por país e de forma consolidada, sob a supervisão do Departamento de Controlos Internos Corporativos; a contribuição individual para os objetivos de vários departamentos, avaliada pelo superior hierárquico

do funcionário. A maioria destes critérios é consistente com os utilizados no exercício de 2021.

No exercício de 2022, 116 pessoas singulares tiveram um impacto significativo no perfil de risco. A sua remuneração fixa ascendeu, em 2022, a um total de 13 098 752,00 euros. A sua remuneração variável totalizou, em 2022, 3 767 151,00 euros, o que representa 28,76 % do total da remuneração fixa, ou 22,34 % do total da remuneração fixa e variável.

As atividades do grupo Mobilize F.S. dizem respeito exclusivamente ao financiamento de automóveis e serviços. É um segmento de negócios em que os respetivos subsegmentos não apresentam diferenças significativas. Além disso, a política de remuneração é a mesma em todo o perímetro do RCI Banque. Consequentemente, não é necessário desagregar esses valores por ramo de atividade.

De acordo com o tipo de cargo, estas remunerações distribuem-se da seguinte forma:

- Comité executivo: remuneração fixa total = 2 228 648,00 euros; remuneração variável total = 988 348,00 euros;
- cargos de supervisão: remuneração fixa total = 1 127 351,00 euros; remuneração variável total = 210 105,00 euros;
- funções empresariais excluindo Comité Executivo e supervisão: remuneração fixa total = 1 483 406,00 euros; remuneração variável total = 409 065,00 euros;
- outros cargos: remuneração fixa total = 8 179 347,00 euros; remuneração variável total = 2 095 258,00 euros.

Em 2022, os administradores externos do Conselho de Administração receberam uma remuneração pelas suas funções no valor de 143 875,00 euros.

Nenhum funcionário recebe um salário anual superior a 1 000 000,00 euros.

Parte da remuneração variável atribuída às pessoas singulares cuja atividade profissional tenha um impacto significativo no perfil de risco do RCI Banque está sujeita a diferimento, cuja duração foi atualizada a partir do exercício de 2021 de três para cinco anos após o primeiro pagamento, que, por sua vez, é efetuado no final do exercício de referência. Esta política de repartição da remuneração variável foi atualizada para o exercício de 2021, em conformidade com a Diretiva (UE) 2019/878.

Recordamos que a RCI Banque S.A. introduziu uma política de diferimento da remuneração variável a partir do exercício de 2016, com aplicação inicial no início de 2017.

A política de diferimento da remuneração variável aplica-se apenas aos beneficiários elegíveis para remuneração variável superior a 50 000,00 euros; 40 % da remuneração variável é então diferida por um período de cinco anos conforme acima indicado.

Durante cada ano dos três anos de diferimento para os anos anteriores a 2021, um terço do valor diferido pode ser liberado, desde que o RCI Banque tenha atingido um determinado nível de Receita Antes de Impostos, expresso como uma percentagem dos empréstimos contraídos produtivos:

- o montante atribuído no ano seguinte ao ano de referência é pago 50 % em dinheiro e 50 % por pagamento de fundos numa Conta a Prazo Subordinada;
- do exercício social de 2018 a 2020, o valor pago ao longo de cada um dos 3 anos de diferimento é pago integralmente através do pagamento de fundos numa Conta a Prazo Subordinada;
- a partir do exercício de 2021, o valor liberado durante cada um dos cinco anos de diferimento é pago integralmente através do pagamento de fundos numa Conta a Prazo Subordinada.

Em caso de ocorrência de um acontecimento grave que afete a solvabilidade do grupo Mobilize F.S., em conformidade com a legislação e regulamentação em vigor, o beneficiário poderá ver o valor dos fundos afetados à Conta a Prazo Subordinada reduzido a zero e a remuneração correspondente definitivamente perdida. Nesse caso, portanto, será impossível proceder ao levantamento de fundos no final do período de retenção e não será paga nenhuma remuneração.

A Conta a Prazo Subordinada será totalmente eliminada e o seu valor de reembolso reduzido a zero caso ocorra alguma das seguintes situações:

- se o rácio de solvabilidade CET1, definido nos termos da alínea a) do n.º 1 do Artigo 92.º do CRR, for inferior a 7 %;
- se o regulador bancário iniciar um processo de resolução contra a RCI Banque S.A.

Por fim, se o beneficiário for alvo de uma investigação e/ou de um processo disciplinar a respeito de uma eventual violação ou ação ou má conduta que possa ter afetado, direta ou indiretamente, o Resultado Antes de Impostos ou a Margem Operacional do grupo Mobilize F.S., ou que possa indicar falta de aptidão ou idoneidade, a alocação do valor diferido será suspensa até que as conclusões da investigação ou do

processo disciplinar sejam conhecidas. Se não for identificada qualquer infração ou má conduta e não forem impostas quaisquer sanções, a elegibilidade do beneficiário para a remuneração diferida manter-se-á. Se for identificada uma infração ou má conduta e forem impostas sanções, o beneficiário deixará de ser elegível para essa remuneração diferida.

Assim, tendo em conta a organização interna do grupo Mobilize F.S. e a natureza, o âmbito e a baixa complexidade das suas atividades, a RCI Banque S.A. implementou, desde 2016, uma política de remuneração que garante um princípio de pagamento diferido e condicional para as pessoas singulares cuja atividade profissional tenha um impacto significativo no perfil de risco. Este princípio será reavaliado regularmente se a exposição aos riscos vier a sofrer alterações.

A partir do exercício de 2021, esta política de repartição da remuneração variável é atualizada para ter em conta as alterações efetuadas à Diretiva 2013/36/UE pela Diretiva (UE) 2019/878, cuja transposição entrou em vigor a 29 de dezembro de 2020.

No final de 2022, com a aplicação das disposições acima referidas, a situação da remuneração diferida é a seguinte:

- Para o exercício de 2018, os valores diferidos apurados em 2019 representaram um total de 511 589,00 euros, distribuídos por 2020, 2021 e 2022. Desse total, os valores que poderiam ser pagos em 2020, 2021 e 2022, condicionados à sua confirmação, foram pagos integralmente. Não existem outros montantes diferidos para além de 2022 relativamente ao exercício de 2018;
- para o exercício de 2019, os valores diferidos apurados em 2020 representaram um total de 510 549,00 euros, distribuídos por 2021, 2022 e 2023. Desse total, os valores que poderiam ser pagos em 2022, condicionados à sua confirmação, foram pagos integralmente, representando um subtotal de 170 183,00 euros. Os valores que permanecem diferidos relativos ao exercício de 2019 a 2023 ascendem a 170 183, euros;
- para o exercício de 2020, os valores diferidos apurados em 2021 representaram um total de 205 422,00 euros, distribuídos por 2022, 2023 e 2024. Desse total, os valores que podem ser pagos em 2022, sujeitos a confirmação, já foram confirmados e pagos integralmente, representando um subtotal de 68 474,00 euros. Os montantes ainda por diferir relativos ao exercício de 2020 para os exercícios de 2023 e 2024 ascendem a 136 948,00 euros;
- Para o exercício de 2021, os valores apurados em 2022 representaram um total diferido de 611 848,00 euros, repartidos pelos anos de 2023 a 2027;
- assim, no final de 2022, não resta qualquer valor diferido para o exercício de 2018, sendo que para todos os exercícios de 2019, 2020 e 2021, os valores diferidos ao longo dos anos de 2023 a 2027 representam um total de 918 979,00 euros.

Não foram pagas indemnizações por despedimento àqueles cuja atividade profissional têm um impacto significativo no perfil de risco do grupo Mobilize F.S. em 2022.

## / EU REM1 – REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS DURANTE O EXERCÍCIO

	a	b	c	d	
	Cargo de Administração CA	Cargo de Administração CA	Outros quadros superiores	Outros colaboradores identificados	
<b>Remuneração fixa</b>					
1	Número de colaboradores identificados	10	3	9	94
2	Total das remunerações fixas	79 500	822 817	1 405 831	10 790 104
3	Das quais: com base em numerário	79 500	822 817	1 405 831	10 790 104
4	(Não aplicável na UE)				
EU-4a	Das quais: ações ou participações no capital equivalentes				
5	Das quais: instrumentos vinculados a ações ou instrumentos equivalentes que não em numerário				
EU-5x	Das quais: outros instrumentos				
6	(Não aplicável na UE)				
7	Das quais: outras formas				
8	(Não aplicável na UE)				
<b>Remuneração variável</b>					
9	Número de colaboradores identificados				
10	Total das remunerações variáveis	64 375	478 672	509 676	2 714 427
11	Das quais: com base em numerário	64 375	180 194	229 289	2 369 880
12	Das quais: diferidas				
EU-13a	Das quais: ações ou participações no capital equivalentes				
EU-14a	Das quais: diferidas				
EU-13b	Das quais: instrumentos vinculados a ações ou instrumentos equivalentes que não em numerário				
EU-14b	Das quais: diferidas				
EU-14x	Das quais: outros instrumentos	0	298 478	280 387	344 548
EU-14y	Das quais: diferidas	0	298 478	280 387	344 548
15	Das quais: outras formas				
16	Das quais: diferidas				
17	Total das remunerações (2+10)	143 875	1 301 489	1 915 507	13 504 531

## / EU REM1 – REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS DURANTE O EXERCÍCIO

	a	b	c	d
	Cargo de Administração CA	Cargo de Administração CA	Outros quadros superiores	Outros colaboradores identificados
<b>Prémios de remuneração variável garantidos</b>				
1	Prémios de remuneração variável garantidos - Número de colaboradores identificados			
2	Prémios de remuneração variável garantidos - Valor total			
3	Dos quais prémios de remuneração variável garantidos pagos durante o exercício, que não são tidos em conta no limite máximo de bónus			
<b>Indemnizações por despedimento atribuídas em períodos anteriores, que foram pagas durante o exercício</b>				
4	Indemnizações por despedimento atribuídas em períodos anteriores, que foram pagas durante o exercício - Número de colaboradores identificados			
5	Indemnizações por despedimento atribuídas em períodos anteriores, que foram pagas durante o exercício - Valor total			
<b>Indemnizações por despedimento atribuídas durante o exercício</b>				
6	Indemnizações por despedimento atribuídas durante o exercício - Número de colaboradores identificados			
7	Indemnizações por despedimento atribuídas durante o exercício - Valor total			
8	Das quais pagas durante o exercício			
9	Das quais diferidas			
10	Das quais indemnizações por despedimento pagas durante o exercício, que não são tidas em conta no limite máximo de prémios			
11	Das quais o pagamento mais elevado que foi atribuído a uma única pessoa			

Nenhuma compensação variável garantida ou indemnização por despedimento foi concedida em 2022.

## / EU REM3 – REMUNERAÇÃO DIFERIDA

	Montante total da remuneração diferida atribuída para períodos de desempenho anteriores	Do qual devido para depósito durante o exercício	Do qual depositado em exercícios subsequentes	Valor do ajustamento do desempenho feito no exercício para remuneração diferida devida para depósito nos exercícios	Valor do ajustamento do desempenho feito no exercício para remuneração diferida devida para depósito em exercícios futuros	Montante total do ajustamento durante o exercício financeiro devido a ajustamentos implícitos ex post (ou seja, alterações do valor da remuneração diferida devido a alterações nos preços dos instrumentos)	Montante total das remunerações diferidas atribuídas antes do exercício efetivamente pagas no exercício	Total do montante da remuneração diferida atribuída para o período de desempenho anterior que foi depositado mas que está sujeito a períodos de retenção
Remuneração diferida e retida								
Cargo de supervisão CA								
Com base em numerário								
Ações ou participações no capital equivalentes								
Instrumentos vinculados a ações ou instrumentos equivalentes que não em numerário								
Outros instrumentos								
Outras formas								
Cargo de Administração CA	482 258	108 814	373 644					108 814
Com base em numerário								0
Ações ou participações no capital equivalentes								
Instrumentos vinculados a ações ou instrumentos equivalentes que não em numerário								
Outros instrumentos	482 258	108 814	373 644					108 814
Outras formas								
Outros quadros superiores	184 576	50 534	134 042					50 534
Com base em numerário								0
Ações ou participações no capital equivalentes								
Instrumentos vinculados a ações ou instrumentos equivalentes que não em numerário								
Outros instrumentos	184 576	50 534	134 042					50 534
Outras formas								
Outros colaboradores identificados	661 131	249 839	411 292					249 839
Com base em numerário								0
Ações ou participações no capital equivalentes								
Instrumentos vinculados a ações ou instrumentos equivalentes que não em numerário								
Outros instrumentos	661 131	249 839	411 292					249 839
Outras formas								
<b>VALOR TOTAL</b>	<b>1 328 165</b>	<b>409 186</b>	<b>918 979</b>					<b>409 186</b>

N.º  
1  
N.º  
2  
N.º  
3  
N.º  
4  
N.º  
5

**/ EU REM4 - REMUNERAÇÃO DE 1 MILHÃO DE EUROS OU MAIS POR ANO**

EUR	Pessoal identificado com elevados salários, tal como estabelecido no artigo 450.º, alínea i), do CRR
1 000 000,00 até menos de 1 500 000,00	0
1 500 000,00 até menos de 2 000 000,00	0
2 000 000,00 até menos de 2 500 000,00	0
2 500 000,00 até menos de 3 000 000,00	0
3 000 000,00 até menos de 3 500 000,00	0
3 500 000,00 até menos de 4 000 000,00	0
4 000 000,00 até menos de 4 500 000,00	0
4 500 000,00 até menos de 5 000 000,00	0
5 000 000,00 até menos de 6 000 000,00	0
6 000 000,00 até menos de 7 000 000,00	0
7 000 000,00 até menos de 8 000 000,00	0
A ser prorrogado conforme apropriado, se forem necessárias tranches de pagamento adicionais.	0

Nenhuma remuneração de 1 milhão de euros ou mais paga no ano de 2022

**/ EU REM5 – INFORMAÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS COLABORADORES CUJA ATIVIDADE PROFISSIONAL TEM UM IMPACTO SIGNIFICATIVO NO PERFIL DE RISCO DA INSTITUIÇÃO (PESSOAL IDENTIFICADO)**

	Remuneração do órgão de administração		Áreas de negócios	
	Cargo de supervisão CA	Cargo de Administração CA	Total CA	Banca de investimento
<b>NÚMERO TOTAL DE COLABORADORES IDENTIFICADOS</b>				
Dos quais: membros do CA	10	3	13	
Dos quais: outros quadros superiores				
Dos quais: outro pessoal identificado				
<b>TOTAL DAS REMUNERAÇÕES DO PESSOAL IDENTIFICADO</b>	<b>143 875</b>	<b>1 301 488</b>	<b>1 445 363</b>	
Do qual: remuneração variável	64 375	478 672	543 047	
Do qual: remuneração fixa	79 500	822 817	902 317	

Áreas de negócios					
Banca a retalho	Gestão de ativos	Cargos corporativos	Cargos de controlo interno independentes	Todos os outros	Total
					116
		7	2		
36		12	10	36	
<b>5 103 396</b>		<b>3 405 782</b>	<b>1 739 652</b>	<b>5 171 209</b>	
1 040 715		808 465	320 381	1 054 543	
4 062 682		2 597 317	1 419 271	4 116 665	

N.º  
1

N.º  
2

N.º  
3

N.º  
4

N.º  
5

### III. Gestão do capital e adequação dos fundos

#### 1. Aplicabilidade – Âmbito prudencial

O âmbito prudencial utilizado para o cálculo do rácio de solvabilidade é o âmbito de consolidação descrito nas notas IFRS às demonstrações financeiras, com exceção das isenções descritas abaixo no que diz respeito aos métodos de consolidação prudencial CRR.

O grupo Mobilize F.S. não optou pela opção dos chamados “conglomerados”, pelo que o rácio de solvabilidade é calculado “excluindo seguros”, eliminando do denominador as contribuições das seguradoras do grupo.

Isenções relativas ao capítulo 2, secção 2, do CRR (consolidação regulamentar): As seguradoras sediadas em Malta são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com o n.º 7 do Artigo 18.º do CRR.

Além disso, as entidades consolidadas para efeitos contabilísticos pelo método de consolidação proporcional antes da aplicação da IFRS11 e agora consideradas consolidadas para efeitos contabilísticos pelo método da equivalência patrimonial, permanecem prudencialmente

consolidadas pelo método de consolidação proporcional, em conformidade com o n.º 4 do Artigo 18.º do CRR. As informações sobre essas entidades e o seu método de consolidação para fins contabilísticos são apresentadas na Nota 8 às demonstrações financeiras consolidadas. A entidade turca é consolidada por consolidação proporcional no âmbito regulamentar (ver tabela LI3).

No que respeita aos rácios de liquidez, apenas são retidas as entidades totalmente consolidadas no âmbito prudencial, em conformidade com o n.º 1 do Artigo 18.º do CRR.

Tanto o âmbito contabilístico como o âmbito prudencial mantêm as mesmas entidades e as diferenças nos métodos de consolidação não têm nenhum impacto nas diferentes entradas no capital próprio. Por conseguinte, não existe nenhuma diferença entre os dois âmbitos de consolidação quanto aos diferentes itens presentes no capital próprio.

#### / EU LI1 – DIFERENÇAS ENTRE OS ÂMBITOS CONTABILÍSTICO E PRUDENCIAL DA CONSOLIDAÇÃO E MAPEAMENTO DAS CATEGORIAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM CATEGORIAS DE RISCO REGULAMENTARES

Em milhões de euros	Valores escriturados de itens sujeitos a:						
	Valores escriturados conforme indicado nas demonstrações financeiras publicadas	Valores escriturados no âmbito da consolidação prudencial	Estrutura de risco de crédito	Estrutura de risco de crédito da contraparte	Estrutura de titularização	Estrutura de risco de mercado	Não sujeito ou dedução de fundos próprios
<b>Ativos</b>							
Caixa e saldos em bancos centrais	5874	5874	5874				
Derivados	434	434		434			
Ativos financeiros pelo justo valor através de outros rendimentos integrais	521	341	341				
Ativos financeiros pelo justo valor através dos resultados	119	119	119				
Ativos financeiros a custo amortizado							
Montantes a receber de instituições de crédito	1690	1666	1666				
Empréstimos e adiantamentos a clientes	48 631	48 817	48 847				(30)
Ativos por impostos correntes	166	41	41				
Ativos por impostos diferidos	220	167	160				7
Contas de compensação e ativos diversos	1041	1073	1035				38
Ativos não circulantes detidos para venda	19	19	19				
Investimentos em associadas e <i>joint ventures</i>	66	175	175				
Operações de locação operacional	1383	1383	1383				
Total dos ativos não correntes corpóreos e incorpóreos	123	123	89				34
<i>Goodwill</i>	137	137					137
<b>TOTAL ATIVOS</b>	<b>60 424</b>	<b>60 370</b>	<b>59 750</b>	<b>434</b>			<b>186</b>

Valores escriturados de itens sujeitos a:

Em milhões de euros	Valores escriturados conforme indicado nas demonstrações financeiras publicadas	Valores escriturados no âmbito da consolidação prudencial	Valores escriturados de itens sujeitos a:				
			Estrutura de risco de crédito	Estrutura de risco de crédito da contraparte	Estrutura de titularização	Estrutura de risco de mercado	Não sujeito ou dedução de fundos próprios
<b>Passivos</b>							
Bancos Centrais	3715	3715					3715
Derivados	351	351					351
Passivos financeiros pelo justo valor através dos resultados							
Valores a pagar a instituições de crédito	2012	2012					2012
Valores a pagar a clientes	25 473	25 939	42				25 897
Títulos de dívida	18 108	18 108					18 108
Responsabilidades fiscais correntes	133	44					44
Passivos por impostos diferidos	818	819					819
Contas de compensação e passivos diversos	2004	1998	8				1990
Passivos não circulantes detidos para venda	1	1					1
Provisões	188	188					188
Provisões técnicas de seguros	425						
Dívida subordinada - Passivos	886	886					886
Capital próprio	6310	6310					6310
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>60 424</b>	<b>60 370</b>	<b>50</b>				<b>60 320</b>

**/ EU LI2 – PRINCIPAIS FONTES DE DIFERENÇAS ENTRE OS VALORES DE EXPOSIÇÃO REGULAMENTARES E OS VALORES ESCRITURADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Itens sujeitos a:

Em milhões de euros	Itens sujeitos a:				
	Total	Estrutura de risco de crédito	Estrutura de risco de crédito da contraparte	Estrutura de titularização	Estrutura de risco de mercado
Montante escriturado dos ativos no âmbito da consolidação prudencial (conforme modelo LI1)	60 184	59 750	434		
Montante escriturado dos passivos no âmbito da consolidação prudencial (conforme modelo LI1)	50	50			
<b>MONTANTE LÍQUIDO TOTAL NO ÂMBITO DA CONSOLIDAÇÃO PRUDENCIAL</b>	<b>60 134</b>	<b>59 700</b>	<b>434</b>		
Montantes extrapatrimoniais	4370	4370			
Diferenças nas avaliações	(1)	(1)			
Diferenças devido a diferentes regras de compensação, para além das já incluídas na linha 2					
Diferenças devido à consideração de provisões	780	780			
Diferenças devido ao uso de técnicas de atenuação do risco de crédito (CRM)	(717)	(717)			
Diferenças devido a fatores de conversão de crédito	(563)	(563)			
Diferenças devido a titularização com transferência de risco					
Outras diferenças	173	(243)	416		
<b>MONTANTES DAS EXPOSIÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS REGULAMENTARES</b>	<b>64 176</b>	<b>63 326</b>	<b>850</b>		

## / EU LI3 – DESCRIÇÃO DAS DIFERENÇAS NOS ÂMBITOS DE CONSOLIDAÇÃO (ENTIDADE POR ENTIDADE) Método de consolidação prudencial

Método de consolidação prudencial							
Nome da entidade	Método de consolidação prudencial	Consolidação integral	Consolidação proporcional	Método de equivalência patrimonial	Nem consolidado nem deduzido	Deduzido	Descrição da entidade
RCI Services Ltd	Consolidação integral			X			Companhia de seguros
RCI Insurance Ltd	Consolidação integral				X		Companhia de seguros
RCI Life Ltd	Consolidação integral					X	Companhia de seguros
ORFIN Finansman Anonim Sirketi	Método de equivalência patrimonial						INSTITUIÇÃO DE CRÉDITO
			X				

## / EU LIA – EXPLICAÇÕES DAS DIFERENÇAS ENTRE OS MONTANTES DAS EXPOSIÇÕES CONTABILÍSTICOS E REGULAMENTARES

Base jurídica	Número da linha	Informações qualitativas	
Artigo 436.º, alínea b), do CRR	(a)	Diferenças entre as colunas (a) e (b) no modelo EU LI1	<p>As principais diferenças entre as duas colunas do quadro EU LI1 resultam das diferenças no método de consolidação da JV turca e das seguradoras:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a entidade turca é contabilizada segundo o método de equivalência patrimonial no âmbito contabilístico e consolidada proporcionalmente no âmbito prudencial;</li> <li>as seguradoras são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial no âmbito prudencial, mas são consolidadas integralmente no âmbito contabilístico</li> </ul> <p>Assim, os empréstimos e contas a receber aos clientes são maiores no âmbito prudencial.</p>
Artigo 436.º, alínea d), do CRR	(b)	Informações qualitativas sobre as principais fontes de diferenças entre o âmbito contabilístico e regulamentar da consolidação apresentadas no modelo EU LI2	<p>As principais diferenças resultam da adição dos elementos extrapatrimoniais (obrigações de financiamento assumidos perante os clientes) ponderados pelos fatores de conversão de crédito (CCF), das técnicas de atenuação do risco de crédito (ver parte 7) e das imparidades que não são tidas em conta no âmbito do método avançado (Artigo 166)</p> <p>Na linha "Outro" encontram-se principalmente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>exposições adicionais calculadas como parte do risco de crédito da contraparte (SA CCR);</li> <li>a aplicação de 1/t sobre os valores residuais dos contratos reconhecidos como locações operacionais (Artigo 134.7. CRR - sendo "t" o número de anos antes do termo do contrato de locação). Isto reduz a exposição contabilística do valor residual (678 milhões de euros) a uma exposição prudencial de 441 milhões de euros em risco de crédito.</li> </ul>

## / EU LIB – OUTRAS INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Base jurídica	Número da linha	Informações qualitativas	
Artigo 436.º, alínea f), do CRR	(a)	Impedimento à transferência rápida de fundos próprios ou ao reembolso de passivos dentro do grupo	<p>A menos que haja alguma ocorrência de restrições que possam ser impostas pelos reguladores locais, não há nenhum impedimento para a transferência de capital próprio entre subsidiárias.</p> <p>Não há nenhum impedimento ao reembolso de passivos dentro do grupo.</p>
Artigo 436.º, alínea g), do CRR	(b)	Subsidiárias não incluídas na consolidação com fundos próprios inferiores ao exigido	Não há nenhum banco não consolidado dentro do grupo.
Artigo 436.º, alínea h), do CRR	(c)	Utilização da derrogação referida no Artigo 7.º do CRR ou método de consolidação individual previsto no Artigo 9.º do CRR	ARCI Banque S.A. e a DIAC SA beneficiaram ambas de uma derrogação à aplicação dos requisitos prudenciais numa base individual.
Artigo 436.º, alínea g), do CRR	(d)	Montante agregado pelo qual os fundos próprios efetivos são inferiores ao exigido em todas as subsidiárias que não estão incluídas na consolidação	Não há nenhum banco não consolidado dentro do grupo.

## 2. Rácio de solvência

### Rácio de solvabilidade (fundos próprios e requisitos)

Em setembro de 2007, a Autoridade Francesa de Supervisão Prudencial e de Resolução concedeu ao grupo Mobilize F.S. isenções individuais, em termos de cumprimento do rácio de solvabilidade, para as instituições de crédito francesas Diac SA e RCI Banque S.A., uma vez que as condições de isenção impostas pelo n.º 1 do Artigo 4.º do Regulamento CRBF 2000-03 foram cumpridas pelo grupo.

A transição para a Diretiva 2013/36/UE não põe em causa as isenções individuais concedidas pela Autoridade Francesa de Supervisão Prudencial e de Resolução antes de 1 de janeiro de 2014, com base em disposições regulamentares anteriores.

O grupo continua a cumprir o quadro de requisitos previsto no n.º 3 do Artigo 7.º do CRR:

- não existe nenhum impedimento à transferência de fundos próprios entre subsidiárias;
- os sistemas de mensuração e controlo dos riscos, na aceção da portaria ministerial de 3 de novembro de 2014 relativa ao controlo interno, são implementados numa base consolidada, incluindo as subsidiárias.

Por conseguinte, o grupo Mobilize F.S. está isento do cumprimento, numa base individual, do rácio de solvabilidade de cada uma das suas instituições financeiras francesas. No entanto, monitoriza mensalmente a evolução deste rácio ao nível consolidado do grupo.

O rácio de solvabilidade global situa-se em 16,84 % no final de 2022 (sendo o rácio CET1 de 14,47 %) face a 17,68 % no final de dezembro de 2021 (sendo o rácio CET1 de 14,76 %).

Estes rácios incluem os lucros intercalares no final de dezembro de 2022, líquidos da parte do dividendo anual que a RCI Banque S.A. tenciona distribuir ao seu acionista, em conformidade com o n.º 2 do Artigo 26.º do CRR e as condições da Decisão 2015/4 do BCE.

A queda do rácio global é explicada pelo aumento do RWEA (+2008 milhões de euros), devido sobretudo ao aumento da atividade da rede de Concessionários (+1542 milhões de euros), bem como pela integração do risco cambial estrutural no componente do risco de mercado (+1002 milhões de euros de REA), na sequência da entrada em vigor da orientação (EBA/GL/2020/09) sobre posições cambiais estruturais, aplicável a partir de 1 de janeiro de 2022.

Este aumento de REA é parcialmente compensado por um aumento de capital CET1 (+339 milhões de euros), associado a uma redução de EL/PROV <sup>(1)</sup> (+256 milhões de euros) e à integração do resultado semestral líquido do dividendo previsto (+ 100 milhões de euros). O menor aumento dos fundos próprios globais (+225 milhões de euros) em relação ao CET1 deve-se ao impacto da compensação EL/PROV (-113 milhões de euros).

Os fundos próprios prudenciais são determinados de acordo com o Regulamento (UE) n.º 575/2013 (e alterações posteriores) relativo aos requisitos prudenciais aplicáveis às instituições de crédito e às empresas de investimento (CRR).

O grupo deve aplicar as seguintes reservas de capital:

- Uma reserva de conservação de capital de 2,5 % do total das exposições ponderadas pelo risco;
- Uma reserva contracíclica de fundos próprios (0,12 % no final de 2022), aplicado a alguns países, conforme descrito na tabela CCyB1 abaixo.

### Notificação pelo BCE da decisão relativa ao Processo de Análise e Avaliação pelo Supervisor (SREP)

No final de 2022, o Banco Central Europeu notificou ao grupo Mobilize F.S. a sua decisão sobre o nível de requisito de capital adicional ao abrigo do Pilar 2 (P2R - "Requisito do Pilar 2") para o ano de 2023. É fixado em 2,01 %, aplicável a partir de 1 de janeiro de 2023.

### Requisito mínimo de fundos próprios e passivos elegíveis (MREL)

O grupo Mobilize F.S. recebeu, em dezembro de 2022, a notificação final do ACPR quanto ao seu requisito mínimo vinculativo para fundos próprios e passivos elegíveis (MREL) para a RCI Banque S.A. e a DIAC SA. Estes são fixados em 10,01 % dos ativos ponderados pelo risco (TREA) e 3 % da exposição ao rácio de alavancagem (LRE) para a RCI Banque S.A., e em 8 % dos ativos ponderados pelo risco (TREA) e 3 % da exposição ao rácio de alavancagem para a Diac SA. Aplicam-se individualmente. A RCI Banque S.A. e a Diac SA cumprem estes requisitos MREL.

1) EL/PROV: Excesso (impacto CET1) ou insuficiência (impacto T2) das perdas antecipadas em ajustamentos de valor, conforme descrito nos artigos 158.º e 159.º do CRR. Calculados numa base contratual em dezembro de 2021, são calculados com base na carteira em dezembro de 2022, de acordo com EBA Q&A 2013/573.

## / EU CCYB1 – REPARTIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPOSIÇÕES EM RISCO DE CRÉDITO RELEVANTES NO APURAMENTO DA RESERVA CONTRACÍCLICA

Em milhões de euros	Exposições ao crédito gerais		Exposições ao crédito relevantes Risco de mercado			Valor total da exposição
	Valor da exposição segundo uma abordagem normalizada	Valor da exposição segundo uma abordagem IRB	Soma das posições longas e curtas das exposições da carteira de negociação para SA	Valor da exposição da carteira de negociação para modelos internos	Exposições de titularização Valor da exposição extra- carteira de negociação	
<b>DISTRIBUIÇÃO POR PAÍS</b>						
Argentina	226					226
Áustria	598					598
Bélgica	258					258
Brasil	1584					1584
Suíça	891					891
República Checa	174					174
Alemanha	726	8182				8907
Espanha	379	3788				4167
França	1526	18 519				20 045
Grã-Bretanha	786	4932				5717
Hungria	51					51
Irlanda	421					421
Índia	37					37
Itália	649	5727				6376
Coreia do Sul	68	1307				1375
Luxemburgo	69					69
Marrocos	566					566
Malta	135					135
Países Baixos	728					728
Polónia	759					759
Portugal	667					667
Roménia	331					331
Rússia	20					20
Suécia	138					138
Eslovénia	216					216
Eslováquia	31					31
Turquia	149					149
Colômbia	826					826
Croácia	29					29
<b>TOTAL TODOS OS PAÍSES</b>	<b>13 033</b>	<b>42 455</b>				<b>55 488</b>

Requisitos de fundos próprios

Exposições relevantes ao risco de crédito - Crédito	Exposições ao crédito relevantes - Mercado	Exposições ao crédito relevantes - Posições de titularização extra-carteira de negociação	Total	Montantes da exposição ponderados pelo risco	Pesos dos requisitos de fundos próprios	Taxa de reserva contracíclica de capital	
17			17	211		0,69 %	
37			37	456		1,49 %	
20			20	246		0,80 %	
98			98	1223		3,98 %	
55			55	681		2,22 %	
10			10	123		0,40 %	1,50 %
288			288	3604		11,74 %	
192			192	2403		7,82 %	
871			871	10 881		35,44 %	
248			248	3100		10,10 %	1,00 %
4			4	48		0,15 %	
27			27	335		1,09 %	
7			7	91		0,30 %	
233			233	2918		9,50 %	
37			37	461		1,50 %	
7			7	86		0,28 %	0,50 %
36			36	450		1,47 %	
26			26	323		1,05 %	
48			48	601		1,96 %	
43			43	543		1,77 %	
45			45	563		1,83 %	
19			19	240		0,78 %	0,50 %
1			1	13		0,04 %	
11			11	135		0,44 %	1,00 %
13			13	159		0,52 %	
2			2	24		0,08 %	1,00 %
9			9	114		0,37 %	
53			53	656		2,14 %	
2			2	21		0,07 %	
<b>2457</b>			<b>2457</b>	<b>30 706</b>		<b>100 %</b>	

De acordo com o método utilizado para calcular a reserva contracíclica de fundos próprios, apenas são incluídos os requisitos de fundos próprios estipulados no n.º 4 do Artigo 140.º do CRD IV.

## / EU CCYB2 – MONTANTE DA RESERVA CONTRACÍCLICA DE FUNDOS PRÓPRIOS ESPECÍFICA DA INSTITUIÇÃO

Em milhões de euros	Montantes
Montante total da exposição ao risco	36 430
Taxa de reserva contracíclica de fundos próprios específica da instituição	0,12 %
Requisito de reserva contracíclica de fundos próprios específica da instituição	43

A RCI Banque S.A. não está sujeito à reserva exigida para outras instituições de importância sistémica (Artigo 131.º da CRDV), nem ao requisito para risco sistémico (Artigo 133.º da CRD V).

### 3. Fundos próprios

#### Capital próprio comum de nível 1 (“CET 1”)

O capital próprio comum de nível 1 compreende o capital social e os prémios de emissão relacionados, as reservas, o resultado líquido após impostos não distribuído e outros rendimentos integrais e participações minoritárias acumuladas.

O montante do capital próprio no âmbito da consolidação prudencial é idêntico ao do âmbito da consolidação contabilística.

Este montante de fundos próprios é diminuído tendo em conta o dividendo previsto atribuível aos lucros do exercício de 2022 de 600 milhões de euros.

São igualmente deduzidos dos fundos próprios os seguintes elementos:

- a) os principais filtros prudenciais aplicáveis ao grupo:
  - exclusão de reservas de justo valor relacionadas com ganhos e perdas quanto às coberturas dos fluxos de caixa,
  - exclusão de ganhos e perdas reconhecidos pela instituição na avaliação dos passivos ao justo valor, devido a alterações na situação de crédito da instituição,
  - ajustamentos da avaliação prudencial (PVA). O total de ativos e passivos avaliados pelo justo valor representa menos de 15 mil milhões de euros, pelo que o grupo Mobilize F.S. aplica o método simplificado para calcular este ajustamento adicional, uma vez que o montante total de ativos e passivos avaliados ao justo valor é inferior a 5 mil milhões de euros;
- b) outros ajustamentos:
  - conforme previsto no n.º 2 do Artigo 84.º do CRR, o grupo Mobilize F.S. optou por não efetuar o cálculo previsto no parágrafo 2 do Artigo 84.º para as subsidiárias referidas no n.º 1 do Artigo 81.º. Por conseguinte, todas as participações minoritárias são deduzidas dos capitais próprios comuns de nível 1,
  - dedução de ativos por impostos diferidos dependentes de lucros futuros ligados a défices não utilizados, compensados pelos passivos por impostos diferidos correspondentes,
  - *goodwill*,
  - ativos incorpóreos líquidos dos passivos por impostos diferidos correspondentes,
  - obrigações de pagamento irrevogáveis assumidas em relação aos Fundos Únicos de Resolução e aos Fundos de Garantia de Depósitos e de Resolução,

- Insuficiência de ajustamento do risco de crédito da IFB para as perdas esperadas descritas nos Artigos 158.º e 159.º (CRR),
- cobertura insuficiente para exposições não produtivas.

As participações superiores a 10 % em entidades do sector financeiro e os ativos por impostos diferidos dependentes de lucros futuros associados a diferenças temporárias são inferiores ao limiar individual de 10 % e ao limiar comum de 17,5 %, pelo que recebem uma ponderação de ativos de 250 %.

Nenhuma fase de integração é aplicada.

O capital nuclear CET1 da RCI Banque S.A. representa 86 % do capital total.

Os fundos próprios de nível 1 aumentaram 339 milhões de euros, em comparação com 31 de dezembro de 2021, para 5 271 milhões de euros:

- integração do resultado do exercício de 2022 líquido do dividendo previsto (+100 milhões de euros);
- diminuição das deduções devidas por insuficiência de provisões para cobrir perdas esperadas (+257 milhões de euros).

#### Capital adicional de nível 1 (“AT1”)

Trata-se de instrumentos de capital, isentos de qualquer incentivo ou obrigação de reembolso (nomeadamente aumentos de rendimento), conforme descrito nos Artigos 51.º e 52.º do CRR.

O grupo Mobilize F.S. não detém tais instrumentos.

#### NÍVEL 2 (“T2”)

Inclui instrumentos de dívida subordinada com prazo mínimo de 5 anos sem reembolso antecipado durante esses primeiros 5 anos, conforme descrito nos Artigos 62.º e 63.º do CRR.

Estes instrumentos são amortizados durante o período de cinco anos anterior ao seu termo.

O grupo Mobilize F.S. classificou nesta categoria 7 milhões de euros de títulos de participação no capital da Diac, a obrigação subordinada emitida em novembro de 2019 no valor de 850 milhões de euros, bem como o título subordinado emitido pela RCI Finance Maroc SA em dezembro de 2020 no valor de 6 milhões de euros.

**/ EU CCA – CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DOS INSTRUMENTOS DE FUNDOS PRÓPRIOS REGULAMENTARES E DOS INSTRUMENTOS DE PASSIVOS ELEGÍVEIS.**

**Instrumentos de capital próprio de nível 1**

	Informações qualitativas ou quantitativas
Emitente	RCI Banque S.A.
Identificador único (por exemplo, identificador CUSIP, ISIN ou Bloomberg para colocação privada)	FR0000131906
Colocação pública ou privada	Privado
Lei(s) vigente(s) do instrumento	Direito francês
Reconhecimento contratual dos poderes de amortização e conversão das autoridades de resolução	N/A
<b>Tratamento regulamentar</b>	
Tratamento atual tendo em conta, quando aplicável, as regras transitórias do CRR	N/A
Regras do CRR pós-transição	N/A
Elegível em solo/(sub-)consolidado/solo e (sub-)consolidado	Consolidada
Tipo de instrumento (tipos que devem ser justificados por cada jurisdição)	Ações ordinárias com direito a voto emitidas diretamente por sociedades anónimas públicas e privadas e sociedades de responsabilidade limitada
Montante reconhecido em capital regulamentar ou passivos elegíveis (Moeda em milhões, à data de referência mais recente)	814 milhões de euros
Valor nominal do instrumento	Capital de 100 milhões de euros dividido em 1 milhão de ações com um valor nominal de 100,00 €
Preço de emissão	N/A
Preço de resgate	N/A
Classificação contabilística	Capital subscrito e reservas conexas
Data original de emissão	9 ago 1974
Perpétuo ou datado	datado de
Data de vencimento original	21 ago 2073
Opção de compra pelo emitente sujeita a aprovação prévia da autoridade de supervisão	N/A
Data de regate opcional, datas de resgate contingentes e valor de resgate	N/A
Datas de resgate subsequentes, se aplicável	N/A
<b>Cupões/dividendos</b>	
Dividendo/cupão fixo ou variável	Dividendos
Taxa de cupão e qualquer índice relacionado	N/A
Existência de um limite ao dividendo	
Plenamente discricionário, parcialmente discricionário ou obrigatório (em termos de tempo)	Plenamente discricionário
Plenamente discricionário, parcialmente discricionário ou obrigatório (em termos de tempo)	Plenamente discricionário
Existência de <i>step up</i> ou outro incentivo ao resgate	Não
Não cumulativo ou cumulativo	cumulativo
Convertível ou não convertível	não convertível
Se convertível, gatilho(s) de conversão	N/A
Se convertível, total ou parcialmente	N/A
Se convertível, taxa de conversão	N/A
Se convertível, conversão obrigatória ou opcional	N/A
Se convertível, especificar o tipo de instrumento em que é convertido	N/A

N.º  
1  
  
N.º  
2  
  
N.º  
3  
  
N.º  
4  
  
N.º  
5

	Informações qualitativas ou quantitativas
Se convertível, especificar o emitente do instrumento em que é convertido	N/A
Recursos de amortização	Sim
Em caso de amortização, gatilho(s) de amortização	Capital social inferior a metade do capital subscrito da empresa (Artigos L 225.º a L 248.º do Código Comercial francês)
Se amortizado, total ou parcial	Parcial
Se amortizado, permanente ou temporário	Permanente
Em caso de amortização temporária, descrição do mecanismo de amortização	N/A
Tipo de subordinação (apenas para passivos elegíveis)	N/A
Classificação do instrumento nos processos normais de insolvência	1
Posição na hierarquia de subordinação em liquidação (especificar o tipo de instrumento imediatamente superior ao instrumento)	Passivos diferidos
Recursos de transição não compatíveis	Não
Em caso afirmativo, especificar os recursos não compatíveis	N/A
Ligação para o termo e condições do instrumento (sinalização)	N/A

## Instrumentos de capital de nível 2

	Informações qualitativas ou quantitativas
Emitente	RCI Banque S.A.
Identificador único (por exemplo, identificador CUSIP, ISIN ou Bloomberg para colocação privada)	FROO13459765
Colocação pública ou privada	Colocação pública
Lei(s) vigente(s) do instrumento	Direito francês
Reconhecimento contratual dos poderes de amortização e conversão das autoridades de resolução	Sim
Tratamento regulamentar	
Tratamento atual tendo em conta, quando aplicável, as regras transitórias do CRR	Nível 2
Regras do CRR pós-transição	Nível 2
Elegível em solo/(sub-)consolidado/solo e (sub-)consolidado	Consolidada
Tipo de instrumento (tipos que devem ser justificados por cada jurisdição)	Artigo 63.º do CRR
Montante reconhecido em capital regulamentar ou passivos elegíveis (Moeda em milhões, à data de referência mais recente)	850 milhões de euros
Valor nominal do instrumento	100 000 EUR
Preço de emissão	100 %
Preço de resgate	N/A
Classificação contabilística	Passivo - custo amortizado
Data original de emissão	18/11/2019
Perpétuo ou datado	Datado de
Data de vencimento original	18/02/2030
Opção de compra pelo emitente sujeita a aprovação prévia da autoridade de supervisão	Sim
Data de regate opcional, datas de resgate contingentes e valor de resgate	18/02/2025 100 %
Datas de resgate subsequentes, se aplicável	N/A
Cupões/dividendos	
Dividendo/cupão fixo ou variável	Fixo até 18/02/25 e depois variável
Taxa de cupão e qualquer índice relacionado	2,625 % até 18/02/25, depois taxa Mid Swap a 5 anos em EUR +2,85 %
Existência de um limite ao dividendo	Não
Plenamente discricionário, parcialmente discricionário ou obrigatório (em termos de tempo)	obrigatório

N.º  
1  
  
N.º  
2  
  
N.º  
3  
  
N.º  
4  
  
N.º  
5

	Informações qualitativas ou quantitativas
Plenamente discricionário, parcialmente discricionário ou obrigatório (em termos de tempo)	obrigatório
Existência de <i>step up</i> ou outro incentivo ao resgate	Não
Não cumulativo ou cumulativo	Não
Convertível ou não convertível	não convertível
Se convertível, gatilho(s) de conversão	N/A
Se convertível, total ou parcialmente	N/A
Se convertível, taxa de conversão	N/A
Se convertível, conversão obrigatória ou opcional	N/A
Se convertível, especificar o tipo de instrumento em que é convertido	N/A
Se convertível, especificar o emitente do instrumento em que é convertido	N/A
Recursos de amortização	Nenhum recurso de amortização
Em caso de amortização, gatilho(s) de amortização	N/A
Se amortizado, total ou parcial	N/A
Se amortizado, permanente ou temporário	N/A
Em caso de amortização temporária, descrição do mecanismo de amortização	N/A
Tipo de subordinação (apenas para passivos elegíveis)	Títulos Subordinados
Classificação do instrumento nos processos normais de insolvência	2
Posição na hierarquia de subordinação em liquidação (especificar o tipo de instrumento imediatamente superior ao instrumento)	Sénior sem garantia
Recursos de transição não compatíveis	Não
Em caso afirmativo, especificar os recursos não compatíveis	N/A
Ligação para o termo e condições do instrumento (sinalização)	N/A

	Informações qualitativas ou quantitativas
Emitente	RCI Finance Maroc
Identificador único (por exemplo, identificador CUSIP, ISIN ou Bloomberg para colocação privada)	MA0000094930
Colocação pública ou privada	Colocação privada
Lei(s) vigente(s) do instrumento	Marrocos
Reconhecimento contratual dos poderes de amortização e conversão das autoridades de resolução	Sim
Tratamento regulamentar	
Tratamento atual tendo em conta, quando aplicável, as regras transitórias do CRR	Nível 2
Regras do CRR pós-transição	Nível 2
Elegível em solo/(sub-)consolidado/solo e (sub-)consolidado	Solo e consolidado
Tipo de instrumento (tipos que devem ser justificados por cada jurisdição)	Artigo 63.º do CRR
Montante reconhecido em capital regulamentar ou passivos elegíveis (Moeda em milhões, à data de referência mais recente)	68 milhões de dirham
Valor nominal do instrumento	100 00,00 dirham
Preço de emissão	100 %
Preço de resgate	N/A
Classificação contabilística	Passivo - custo amortizado
Data original de emissão	30/12/2020
Perpétuo ou datado	Datado de
Data de vencimento original	30/12/2030
Opção de compra pelo emitente sujeita a aprovação prévia da autoridade de supervisão	Sim

	Informações qualitativas ou quantitativas
Data de resgate opcional, datas de resgate contingentes e valor de resgate	30/12/2025 100 %
Datas de resgate subsequentes, se aplicável	30/12/2026, 30/12/2027, 30/12/28, 30/12/29
Cupões/dividendos	
Dividendo/cupão fixo ou variável	Variável
Taxa de cupão e qualquer índice relacionado	Taxa de títulos do Tesouro de Marrocos a 52 semanas + 1,70 %
Existência de um limite ao dividendo	Não
Plenamente discricionário, parcialmente discricionário ou obrigatório (em termos de tempo)	obrigatório
Plenamente discricionário, parcialmente discricionário ou obrigatório (em termos de tempo)	obrigatório
Existência de <i>step up</i> ou outro incentivo ao resgate	Não
Não cumulativo ou cumulativo	Não
Convertível ou não convertível	não convertível
Se convertível, gatilho(s) de conversão	N/A
Se convertível, total ou parcialmente	N/A
Se convertível, taxa de conversão	N/A
Se convertível, conversão obrigatória ou opcional	N/A
Se convertível, especificar o tipo de instrumento em que é convertido	N/A
Se convertível, especificar o emissor do instrumento em que é convertido	N/A
Recursos de amortização	Nenhum recurso de amortização
Em caso de amortização, gatilho(s) de amortização	N/A
Se amortizado, total ou parcial	N/A
Se amortizado, permanente ou temporário	N/A
Em caso de amortização temporária, descrição do mecanismo de amortização	N/A
Tipo de subordinação (apenas para passivos elegíveis)	Títulos Subordinados
Classificação do instrumento nos processos normais de insolvência	N/A
Posição na hierarquia de subordinação em liquidação (especificar o tipo de instrumento imediatamente superior ao instrumento)	Sénior sem garantia
Recursos de transição não compatíveis	Não
Em caso afirmativo, especificar os recursos não compatíveis	N/A
Ligação para o termo e condições do instrumento (sinalização)	N/A
	<b>Informações qualitativas ou quantitativas – Formato livre</b>
Emissor	DIAC S.A.
Identificador único (por exemplo, identificador CUSIP, ISIN ou Bloomberg para colocação privada)	FR0000047821
Colocação pública ou privada	Colocação pública
Lei(s) vigente(s) do instrumento	Direito francês
Reconhecimento contratual dos poderes de amortização e conversão das autoridades de resolução	Não
Tratamento regulamentar	
Tratamento atual tendo em conta, quando aplicável, as regras transitórias do CRR	Nível 2
Regras do CRR pós-transição	Nível 2
Elegível em solo/(sub-)consolidado/solo e (sub-)consolidado	Solo e consolidado
Tipo de instrumento (tipos que devem ser justificados por cada jurisdição)	Artigo 63.º do CRR
Montante reconhecido em capital regulamentar ou passivos elegíveis (Moeda em milhões, à data de referência mais recente)	7 milhões de euros
Valor nominal do instrumento	1000,00 francos/152,45 euros

N.º  
1  
  
N.º  
2  
  
N.º  
3  
  
N.º  
4  
  
N.º  
5

	Informações qualitativas ou quantitativas – Formato livre
Preço de emissão	100 %
Preço de resgate	N/A
Classificação contabilística	Passivos - justo valor
Data original de emissão	01/04/1985
Perpétuo ou datado	Perpétuo
Data de vencimento original	N/A
Opção de compra pelo emitente sujeita a aprovação prévia da autoridade de supervisão	Não
Data de regate opcional, datas de resgate contingentes e valor de resgate	N/A
Datas de resgate subsequentes, se aplicável	N/A
Cupões/dividendos	
Dividendo/cupão fixo ou variável	Variável
Taxa de cupão e qualquer índice relacionado	TAM+0,40 [(último resultado líquido publicado/ penúltimo resultado líquido publicado)(1)]  mínimo: 100 % da TAM, com piso de 6,50 % máximo: 130 % da TAM
Existência de um limite ao dividendo	Não
Plenamente discricionário, parcialmente discricionário ou obrigatório (em termos de tempo)	obrigatório
Plenamente discricionário, parcialmente discricionário ou obrigatório (em termos de tempo)	obrigatório
Existência de <i>step up</i> ou outro incentivo ao resgate	Não
Não cumulativo ou cumulativo	Não
Convertível ou não convertível	não convertível
Se convertível, gatilho(s) de conversão	N/A
Se convertível, total ou parcialmente	N/A
Se convertível, taxa de conversão	N/A
Se convertível, conversão obrigatória ou opcional	N/A
Se convertível, especificar o tipo de instrumento em que é convertido	N/A
Se convertível, especificar o emitente do instrumento em que é convertido	N/A
Recursos de amortização	Nenhum recurso de amortização
Em caso de amortização, gatilho(s) de amortização	N/A
Se amortizado, total ou parcial	N/A
Se amortizado, permanente ou temporário	N/A
Em caso de amortização temporária, descrição do mecanismo de amortização	N/A
Tipo de subordinação (apenas para passivos elegíveis)	Títulos de capital próprio
Classificação do instrumento nos processos normais de insolvência	3
Posição na hierarquia de subordinação em liquidação (especificar o tipo de instrumento imediatamente sénior para instrumento)	Títulos Subordinados
Recursos de transição não compatíveis	Não
Em caso afirmativo, especificar os recursos não compatíveis	N/A
Ligação para o termo e condições do instrumento (sinalização)	N/A

De acordo com a abordagem avançada do risco de crédito, a diferença negativa entre o saldo das provisões e as perdas esperadas é deduzida do CET1, quando o montante das perdas esperadas é inferior aos ajustamentos de valor e imparidades coletivas, o saldo é adicionado ao capital T2 dentro do limite de 0,6 % dos riscos ponderados das exposições processadas pelo método das “notações internas”.

Nenhum filtro de transição é aplicado ao capital próprio de nível 2 para o grupo Mobilize F.S.

## / EU CC1 - COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS REGULAMENTARES

Em milhões de euros	Montantes	Ref.º CC2
Capital próprio comum de nível 1 (CET1): instrumentos e reservas		
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão conexas	814	A
• dos quais: Instrumento de tipo 1	100	
• dos quais: Instrumento de tipo 2	714	
• dos quais: Instrumento de tipo 3		
Lucros não distribuídos	1993	B
Outros rendimentos integrais acumulados (e outras reservas)	2802	C
Fundos para riscos gerais da banca		
Montante dos elementos elegíveis referidos no n.º 3 do Artigo 484.º do CRR e das contas de prémios de emissão conexas sujeitas a eliminação progressiva do CET1		
Participações minoritárias (montante permitido no CET1 consolidado)		
Lucros intercalares revistos de forma independente, líquidos de qualquer encargo ou dividendo previsível	100	
<b>CAPITAL PRÓPRIO COMUM DE NÍVEL 1 (CET1) ANTES DOS AJUSTAMENTOS REGULAMENTARES</b>	<b>5709</b>	
<b>Capital próprio comum de nível 1 (CET1): ajustamentos regulamentares</b>		
Ajustamentos de valor adicionais (- montante)	(1)	
Ativos incorpóreos (líquidos de obrigações fiscais conexas) (- montante)	(162)	Parte de E
Ativos por impostos diferidos que dependem da rentabilidade futura, excluindo os decorrentes de diferenças temporárias (líquidos de passivos fiscais relacionados, quando as condições previstas no n.º 3 do Artigo 38.º do CRR forem cumpridas) (- montante)	(7)	
Reservas de justo valor relacionadas a ganhos ou perdas em coberturas do fluxo de caixa de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor	(217)	
- montantes resultantes do cálculo dos montantes das perdas esperadas	(19)	
Qualquer aumento de capital próprio resultante de ativos titularizados (- montante)		
Ganhos ou perdas em passivos mensurados ao justo valor resultantes de alterações na própria notação de crédito	7	D1
Ativos de fundo de pensões de benefício definido (- montante)		
Participações diretas e indiretas por uma instituição de instrumentos próprios CET1 (- montante)		
Participações diretas, indiretas e sintéticas dos instrumentos CET 1 de entidades do sector financeiro, sempre que essas entidades detenham participações cruzadas recíprocas com a instituição destinadas a inflacionar artificialmente os fundos próprios da instituição (- montante)		
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos CET1 de entidades do sector financeiro, sempre que a instituição não tenha um investimento significativo nessas entidades (montante superior ao limiar de 10 % e líquido de posições curtas elegíveis) (- montante)		
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos CET1 de entidades do sector financeiro, sempre que a instituição tenha um investimento significativo nessas entidades (montante superior ao limiar de 10 % e líquido de posições curtas elegíveis) (- montante)		
Montante da exposição dos seguintes elementos elegíveis para um RW de 1250 %, sempre que a instituição opte pela alternativa de dedução		
• dos quais: participações elegíveis fora do sector financeiro (- montante)		
• dos quais: posições de titularização (- montante)		
• dos quais: entregas gratuitas (- montante)		
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (montante superior ao limiar de 10 %, líquido dos passivos por impostos conexos, sempre que estiverem preenchidas as condições previstas no n.º 3 do Artigo 38.º do CRR) (- montante)		
Montante superior ao limiar de 17,65 % (- montante)		
• dos quais: participações diretas, indiretas e sintéticas pela instrução dos instrumentos CET1 de entidades do sector financeiro, sempre que a instituição tenha um investimento significativo nessas entidades		
• dos quais: ativos por impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias		

Em milhões de euros	Montantes	Ref.º CC2
Perdas do exercício em curso (- montante)		
Encargos fiscais previsíveis relacionados com os elementos CET1, exceto quando a instituição ajusta devidamente o montante dos elementos CET1, na medida em que esses encargos fiscais reduzem o montante até ao qual esses elementos podem ser utilizados para cobrir riscos ou perdas (- montante)		
Deduções AT1 elegíveis que excedam os elementos do AT1 da instituição (- montante)		
Outros ajustamentos regulamentares	(39)	
<b>TOTAL DOS AJUSTAMENTOS REGULAMENTARES AO CAPITAL PRÓPRIO COMUM DE NÍVEL 1 (CET1)</b>	<b>(438)</b>	
<b>CAPITAL PRÓPRIO COMUM DE NÍVEL 1 (CET1)</b>	<b>5271</b>	
<b>Capital adicional de nível 1 (AT1): instrumentos</b>	<b>Montantes</b>	<b>Ref.º CC2</b>
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão conexas		
• dos quais: classificados como capital próprio de acordo com as normas de contabilidade aplicáveis		
• dos quais: classificados como passíveis de acordo com as normas de contabilidade aplicáveis		
Montante dos elementos elegíveis referidos no n.º 4 do Artigo 484.º do CRR e das contas de prémios de emissão conexas sujeitas a eliminação progressiva do AT1		
Montante de elementos elegíveis referidos artigo 494.º, n.º 1 alínea a), do CRR sujeitos a eliminação progressiva do AT1		
Montante de elementos elegíveis referidos artigo 494.º, n.º 1 alínea b), do CRR sujeitos a eliminação progressiva do AT1		
Capital de nível 1 elegível incluído no capital AT1 consolidado (incluindo participações minoritárias não incluídas na linha 5 emitidas por subsidiárias e detidas por terceiros)		
• dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias sujeitos a eliminação progressiva		
<b>CAPITAL PRÓPRIO ADICIONAL DE NÍVEL 1 (AT1) ANTES DOS AJUSTAMENTOS REGULAMENTARES</b>		
<b>Capital próprio adicional de nível 1 (AT1): antes dos ajustamentos regulamentares</b>	<b>Montantes</b>	<b>Ref.º CC2</b>
Participações diretas e indiretas por uma instituição de instrumentos próprios AT1 (- montante)		
Participações diretas, indiretas e sintéticas dos instrumentos AT1 de entidades do sector financeiro, sempre que essas entidades detenham participações cruzadas recíprocas com a instituição destinadas a inflacionar artificialmente os fundos próprios da instituição (- montante)		
Participações diretas, indiretas e sintéticas dos instrumentos AT1 de entidades do sector financeiro, sempre que a instituição não tenha um investimento significativo nessas entidades (montante superior ao limiar de 10 % e líquido de posições curtas elegíveis) (- montante)		
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos AT1 de entidades do sector financeiro, sempre que a instituição tenha um investimento significativo nessas entidades (líquido de posições curtas elegíveis) (- montante)		
Deduções de T2 elegíveis que excedam os elementos do T2 da instituição (- montante)		
Outros ajustamentos regulamentares ao capital AT1		
<b>TOTAL DE AJUSTAMENTOS REGULAMENTARES AO CAPITAL ADICIONAL DE NÍVEL 1 (AT1)</b>		
<b>CAPITAL ADICIONAL DE NÍVEL 1 (AT1)</b>		
<b>CAPITAL DE NÍVEL 1 (T1 - CET1 + AT1)</b>	<b>5271</b>	
<b>Capital de nível 2 (T2): instrumentos</b>	<b>Montantes</b>	<b>Ref.º CC2</b>
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão conexas	864	D2
Montante dos elementos elegíveis referidos no n.º 5 do Artigo 484.º do CRR e das contas de prémios de emissão conexas sujeitas a eliminação progressiva do T2, conforme descrito no n.º 4 do Artigo 486.º do CRR		
Montante de elementos elegíveis referidos na alínea a) do n.º 2 do Artigo 494.º do CRR sujeitos a eliminação progressiva do T2		
Montante de elementos elegíveis referidos na alínea b) do n.º 2 do Artigo 494.º do CRR sujeitos a eliminação progressiva do T2		
Instrumentos de fundos próprios elegíveis incluídos no capital consolidado T2 (incluindo participações minoritárias e instrumentos AT1 não incluídos nas linhas 5 ou 34) emitidos por subsidiárias e detidos por terceiros		
• dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias sujeitos a eliminação progressiva		

N.º

1

N.º

2

N.º

3

N.º

4

N.º

5

Em milhões de euros	Montantes	Ref.º CC2
Ajustamentos de risco de crédito		
<b>CAPITAL DE NÍVEL 2 (T2) ANTES DOS AJUSTAMENTOS REGULAMENTARES</b>	<b>864</b>	
<b>Capital de nível 2 (T2): ajustamentos regulamentares</b>	<b>Montantes</b>	<b>Ref.º CC2</b>
Participações diretas e indiretas por uma instituição de instrumentos próprios T2 e empréstimos subordinados (- montante)		
Participações diretas, indiretas e sintéticas dos instrumentos T2 e empréstimos subordinados de entidades do sector financeiro, sempre que essas entidades detenham participações cruzadas recíprocas com a instituição destinadas a inflacionar artificialmente os fundos próprios da instituição (- montante)		
Participações diretas, indiretas e sintéticas dos instrumentos T2 e empréstimos subordinados de entidades do sector financeiro, sempre que a instituição não tenha um investimento significativo nessas entidades (montante superior ao limiar de 10 % e líquido de posições curtas elegíveis) (- montante)		
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos T2 e empréstimos subordinados de entidades do sector financeiro, sempre que a instituição tenha um investimento significativo nessas entidades (líquido de posições curtas elegíveis) (- montante)		
Deduções de passivos elegíveis que excedam os itens de passivos elegíveis da instituição (- montante)		
Outros ajustamentos regulamentares ao capital T2		
<b>TOTAL DE AJUSTAMENTOS REGULAMENTARES AO CAPITAL ADICIONAL DE NÍVEL 2 (T2)</b>		
<b>CAPITAL DE NÍVEL 2 (T2)</b>	<b>864</b>	
<b>CAPITAL TOTAL (TC = T1 + T2)</b>	<b>6135</b>	
<b>MONTANTE TOTAL DA EXPOSIÇÃO AO RISCO</b>	<b>36 430</b>	
<b>Rádios e requisitos de capital, incluindo reservas</b>	<b>Montantes</b>	<b>Ref.º CC2</b>
Capital próprio comum de nível 1	14,47 %	
Capital de nível 1	14,47 %	
Capital total	16,84 %	
Requisitos globais de fundos próprios da instituição CET1	8,25 %	
• dos quais: requisito de reserva de conservação de capital	2,50 %	
• dos quais: requisito de reserva contracíclica de fundos próprios	0,12 %	
• dos quais: requisito de reserva para risco sistémico		
• dos quais: Requisito de reserva para instituições de importância sistémica global (G-SII) ou para outras instituições de importância sistémica (O-SII)		
Fundos próprios comuns de nível 1 disponíveis para satisfazer reserva (em percentagem do montante da exposição ao risco)	6,83 %	
<b>Montantes inferiores aos limiares para dedução (antes da ponderação de risco)</b>	<b>Montantes</b>	<b>Ref.º CC2</b>
Participações diretas e indiretas de fundos próprios e passíveis elegíveis de entidades do sector financeiro, sempre que a instituição não tenha um investimento significativo nessas entidades (montante inferior ao limiar de 10 % e líquido de posições curtas elegíveis)		
Participações diretas e indiretas pela instituição dos instrumentos CET1 de entidades do sector financeiro, sempre que a instituição tenha um investimento significativo nessas entidades (montante inferior ao limiar de 17,65 % e líquido de posições curtas elegíveis)	175	
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (montante inferior ao limiar de 17,65 %, líquido dos passivos por impostos conexos, sempre que estiverem preenchidas as condições previstas no n.º 3 do Artigo 38.º do CRR)	150	
Limites máximos aplicáveis à inclusão de provisões no nível 2	Montantes	Ref.º CC2
Ajustamentos de risco de crédito incluídos no T2 relativamente a exposições sujeitas a um método normalizado (antes da aplicação do limite máximo)		
Limite máximo para a inclusão de ajustamentos de risco de crédito no T2 ao abrigo de uma abordagem normalizada	144	
Ajustamentos de risco de crédito incluídos no T2 relativamente a exposições sujeitas a uma abordagem baseada em notações internas (antes da aplicação do limite máximo)		

**RISCOS – PILAR III**

Gestão do capital e adequação dos fundos

Em milhões de euros	Montantes	Ref.º CC2
Limite máximo para a inclusão de ajustamentos de risco de crédito no T2 ao abrigo da abordagem baseada em notações internas	121	
<b>Instrumentos de capital sujeitos a acordos de eliminação progressiva (aplicável apenas entre 1 de janeiro de 2014 e 1 de janeiro de 2022)</b>	<b>Montantes</b>	<b>Ref.º CC2</b>
Limite máximo atual de instrumentos CET1 sujeitos a acordos de eliminação gradual		
Montante excluído do CET1 devido ao limite máximo (excesso acima do limite máximo após resgates e vencimentos)		
Limite máximo atual de instrumentos AT1 sujeitos a acordos de eliminação gradual		
Montante excluído do AT1 devido ao limite máximo (excesso acima do limite máximo após resgates e vencimentos)		
Limite máximo atual de instrumentos T2 sujeitos a acordos de eliminação gradual		
Montante excluído do T2 devido ao limite máximo (excesso acima do limite máximo após resgates e vencimentos)		

N.º  
1

N.º  
2

N.º  
3

N.º  
4

N.º  
5

## / EU CC2 - RECONCILIAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS REGULAMENTARES COM O BALANÇO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS

Em milhões de euros	Valores escriturados conforme indicado nas demonstrações financeiras publicadas	Valores escriturados no âmbito da consolidação prudencial	Referência CC1
<b>Ativos</b>			
Caixa e saldos em bancos centrais	5874	5874	
Derivados	434	434	
Ativos financeiros pelo justo valor através de outros rendimentos integrais	521	341	
Ativos financeiros calculados ao justo valor na conta de ganhos e perdas	119	119	
Ativos financeiros a custo amortizado			
Montantes a receber de instituições de crédito	1690	1666	
Empréstimos e adiantamentos a clientes	48 631	48 817	
Ativos por impostos correntes	166	41	
Ativos por impostos diferidos	220	167	
Contas de compensação e ativos diversos	1041	1073	
Ativos não circulantes detidos para venda	19	19	
Investimentos em associadas e <i>joint ventures</i>	66	175	
Operações de locação operacional	1383	1383	
Total dos ativos não correntes corpóreos e incorpóreos	123	123	
• dos quais outros incorpóreos	34	34	E
<i>Goodwill</i>	137	137	E
<b>TOTAL ATIVOS</b>	<b>60 424</b>	<b>60 370</b>	
<b>Passivos</b>			
Bancos Centrais	3715	3715	
Derivados	351	351	
Passivos financeiros pelo justo valor através dos resultados			
Valores a pagar a instituições de crédito	2012	2012	
Valores a pagar a clientes	25 473	25 939	
Títulos de dívida	18 108	18 108	
Responsabilidades fiscais correntes	133	44	
Passivos por impostos diferidos	818	819	
Contas de compensação e passivos diversos	2004	1998	
Passivos não circulantes detidos para venda	1	1	
Provisões	188	188	
Provisões técnicas de seguros	425		
Dívida subordinada - Passivos	886	886	
• dos quais resultados em passivos mensurados ao justo valor resultantes de alterações na própria notação de crédito	859	859	D1
• dos quais instrumentos de capital T2 e contas de prémios de emissão conexas	7	7	D2
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>54 114</b>	<b>54 060</b>	
<b>Capital Próprio</b>			
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão conexas	814	814	A
Lucros não distribuídos	1993	1993	B
Outros rendimentos integrais acumulados	2802	2802	C
Resultados atribuível aos proprietários da empresa-mãe	700	700	
Participações minoritárias [participações não controladoras]	1	1	
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>6310</b>	<b>6310</b>	

/ EU PV1 — AJUSTAMENTOS DA AVALIAÇÃO PRUDENTE (PVA)

Em milhões de euros	Categoria de risco					Nível de categoria AVA - Incerteza da avaliação				
	Capital próprio	Taxas de juro	Câmbio	Crédito	Matérias-Primas	Margens de crédito antecipadas AVA	Custos de investimento e financiamento AVA	Nível de categoria total pós-diversificação	Dos quais: Abordagem nuclear total na carteira de negociação	Dos quais: Abordagem nuclear total na carteira bancária
Nível de categoria AVA										
Incerteza dos preços de mercado										
Custo de encerramento										
Posições concentradas										
Rescisão antecipada										
Modelo de risco										
Risco operacional										
Custos administrativos futuros										
<b>AJUSTAMENTOS DA AVALIAÇÃO ADICIONAL TOTAL (AVAS)</b>									1	

## 4. Requisitos de capital

Os requisitos prudenciais são determinados em conformidade com os textos e disposições transitórias aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2014 às instituições de crédito e às empresas de investimento, publicados no Jornal Oficial da União Europeia em 26 de junho de 2013: Regulamento (UE) n.º 575/2013 e Diretiva n.º 2013/36/UE, transpostos pelo Despacho n.º 2014-158, de 20 de fevereiro de 2014. Os requisitos de fundos próprios variam consoante a evolução do TREA.

### / EU OV1 - VISÃO GERAL DO MONTANTE TOTAL DE EXPOSIÇÃO AO RISCO

Em milhões de euros	Montantes totais da exposição ao risco (TREA)		Requisitos totais de fundos próprios
	12/2022	06/2022	12/2022
Risco de crédito (excluindo CCR)	31 438	30 245	2515
• Dos quais a abordagem normalizada	11 329	10 929	906
• Dos quais a abordagem IRB da fundação (FIRB)	81	69	6
• Dos quais: abordagem de slotting			
• Dos quais capitais próprios ao abrigo da abordagem simples de ponderação pelo risco			
• Dos quais a abordagem avançada (AIRB)	20 028	19 247	1602
Risco de crédito da contraparte - CRR	569	419	46
• Dos quais a abordagem normalizada	95	76	8
• Dos quais o método de modelo interno (IMM)			
• Dos quais exposições a um CCP	135	88	11
• Dos quais ajustamento da avaliação de crédito - CVA	339	256	27
• Dos quais outro CCR			
Risco de liquidação			
Exposições à titularização extra-carteira de negociação (após o limite máximo)			
• Dos quais abordagem SEC-IRBA			
• Dos quais SEC-ERBA (incluindo IAA)			
• Dos quais abordagem SEC-SA			
• Dos quais 1250 %			
Riscos de posição, cambial e matérias-primas (risco de mercado)	1003	773	80
• Dos quais a abordagem normalizada	1003	773	80
• Dos quais IMA			
Exposições consideráveis			
Risco operacional	3419	3505	274
• Dos quais abordagem do indicador básico			
• Dos quais abordagem normalizada	3419	3505	274
• Dos quais abordagem de mensuração avançada			
Montantes inferiores aos limiares de dedução (sujeitos a 250 % do RW)			
Para obter informações	813	746	65
<b>TOTAL</b>	<b>36 429</b>	<b>34 943</b>	<b>2914</b>

Os montantes abaixo dos limiares de dedução (sujeitos a 250 % do RW) foram integrados no total do “Risco de Crédito (excluindo CCR)”, de acordo com as instruções do Regulamento 2021/637.

## 5. Gestão do capital interno

### / EU OVC - INFORMAÇÕES ICAAP

Base jurídica	Número da linha	Formato livre
Artigo 438.º, alínea a), do CRR	(a)	Abordagem para avaliar a adequação do capital interno
		<p>O controlo do capital económico é assegurado pelo Processo de Avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP). É concebido como um processo contínuo integrado na gestão global e assegura a adequação dos fundos próprios aos riscos assumidos pelo banco, com base na sua avaliação interna. O ICAAP combina os seguintes processos principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo de avaliação de riscos: O RCI Banque S.A. analisa todas as exposições aos riscos que compõem os riscos regulamentares: riscos de crédito, riscos operacionais, riscos de mercado e outros riscos, cuja necessidade de capital pode ser avaliada por meio de medidas quantitativas ou qualitativas. O processo de avaliação de riscos e os resultados são consistentes com a estrutura de gestão de riscos.</li> <li>• Processo de definição de cenários de base e de esforço: o grupo, em consonância com o processo orçamental e a sua estratégia, define os pressupostos do cenário de base e dos cenários de esforço utilizados para as previsões.</li> <li>• Processo de cálculo da adequação do capital económico: o grupo, risco a risco, avalia regularmente as necessidades de capital económico. A comparação é realizada entre os requerimentos de capital económico e os requisitos de capital regulamentares.</li> <li>• Processo de afetação: o grupo garante que as necessidades económicas são respeitadas no perímetro relevante.</li> <li>• O processo de análise do impacto no capital económico de qualquer investimento estratégico</li> </ul>
Artigo 438.º, alínea c), do CRR	(b)	A pedido da autoridade competente relevante, o resultado do Processo de Avaliação da Adequação do Capital Interno da instituição
		NA

## 6. Rácio de alavancagem

Os regulamentos Basileia III/CRD IV introduzem o rácio de alavancagem, cujo principal objetivo consiste em servir de medida adicional aos requisitos de capital com base nos riscos ponderados, a fim de evitar o desenvolvimento excessivo de exposições em relação aos fundos próprios.

O artigo 429.º do regulamento relativo aos requisitos de fundos próprios (CRR) estabelece os métodos de cálculo do rácio de alavancagem; foi alterado e substituído pelo Regulamento Delegado 2019/876 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2019 (Regulamento “CRR2”). O rácio de alavancagem deve ser calculado como o rácio do capital de nível 1 da instituição para a sua exposição total, o que inclui os ativos do balanço e os ativos extrapatrimoniais,

mensurados através de uma abordagem prudencial. Desde 1 de janeiro de 2015, a divulgação do rácio de alavancagem é obrigatória (Artigo 521.º, n.º 2 alínea a), do CRR) pelo menos uma vez por ano (Artigo 433.º alínea a do CRR), juntamente com as demonstrações financeiras (Artigo 45.º do BCBS 270).

A implementação de um requisito regulamentar mínimo de 3 % para o rácio de alavancagem foi aprovada com a adoção do pacote bancário (CRR2/CRD V).

O rácio de alavancagem do grupo Mobilize F.S., estimado de acordo com as regras CRR/CRD e incluído no regulamento delegado de outubro de 2014, ascende a 8,26 % em 31 de dezembro de 2022.

### / EU LR1 - LRSUM: RESUMO DA CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS CONTABILÍSTICOS E DAS EXPOSIÇÕES DO RÁCIO DE ALAVANCAGEM

Em milhões de euros	31/12/2022
<b>TOTAL DE ATIVOS CONFORME DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PUBLICADAS</b>	<b>60 424</b>
Ajustamento para entidades consolidadas para efeitos contabilísticos, mas fora do âmbito da consolidação prudencial	(54)
(Ajustamento para exposições de titularização temporárias que satisfaçam os requisitos operacionais para o reconhecimento da transferência de risco)	
(Ajustamento para isenção temporária de exposições sobre bancos centrais (se aplicável))	
(Ajustamento para ativos fiduciários reconhecidos no balanço de acordo com o enquadramento contabilístico aplicável, mas excluídos da mensuração da exposição total nos termos do Artigo 429.º-A, n.º 1 alínea i), do CRR)	
Ajuste para compras e vendas regulares de ativos financeiros sujeitos a contabilização na data da transação	
Ajustamento para transações elegíveis de centralização da tesouraria	
Ajustamento para instrumentos financeiros derivados	844
Ajustamento para operações de financiamento com base em títulos (SFT)	
Ajustamento para elementos extrapatrimoniais (ou seja, conversão para montantes equivalentes a crédito de exposições extrapatrimoniais)	3843
(Ajustamento para ajustamentos de avaliação prudente e provisões específicas e gerais que tenham reduzido o capital de nível 1)	(1)
(Ajustamento para exposições excluídas da mensuração da exposição total, nos termos do Artigo 429.º-A, n.º 1 alínea c), do CRR)	
(Ajustamento para exposições excluídas da mensuração da exposição total, nos termos do Artigo 429.º-A, n.º 1 alínea j), do CRR)	
Outros ajustes	(1210)
<b>MENSURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO TOTAL</b>	<b>63 846</b>

O grupo Mobilize F.S. não possui ativos fiduciários não reconhecidos, de acordo com a alínea a) do Artigo 429.º do CRR.

/ EU LR2 - LRCOM: DIVULGAÇÃO COMUM DO RÁCIO DE ALAVANCAGEM

Exposições ao rácio de alavancagem CRR (em milhões de euros)	31/12/2022	30/06/2022
<b>EXPOSIÇÕES PATRIMONIAIS (EXCLUINDO DERIVADOS E CONJUNTOS)</b>		
Itens no balanço (excluindo derivados, conjuntos, mas incluindo garantias)	59 465	55 333
Valor bruto das cauções prestadas sobre derivados, quando deduzidas dos ativos patrimoniais nos termos do enquadramento contabilístico aplicável		
(Deduções de ativos a receber para margem de variação de caixa prevista em operações com derivados)		
(Ajustamento para títulos recebidos ao abrigo de operações de financiamento com base em títulos que são reconhecidos como um ativo)		
(Ajustamentos do risco de crédito geral para rubricas do balanço)		
(Montantes dos ativos deduzidos na determinação do capital de nível 1)	(399)	(364)
<b>TOTAL DAS EXPOSIÇÕES PATRIMONIAIS (EXCLUINDO DERIVADOS E CONJUNTOS)</b>	<b>59 066</b>	<b>54 969</b>
<b>EXPOSIÇÕES A DERIVADOS</b>		
Custo de substituição associado às transações de derivados SA-CCR (ou seja, líquido da margem de variação de caixa elegível)	622	364
Derrogação para derivados: contribuição para os custos de substituição ao abrigo da abordagem normalizada simplificada		
Montantes adicionais para exposição futura potencial associada a transações de derivados SA-CCR	315	263
Derrogação para derivados: Contribuição para exposição potencial futura ao abrigo da abordagem normalizada simplificada		
Exposição determinada pelo Método de Exposição Original		
(Parte CCP isenta das exposições ao negócio compensadas pelo cliente) (SA-CCR)		
(Parte CCP isenta das exposições ao negócio compensadas pelo cliente) (Abordagem normalizada simplificada)		
(Parte CCP isenta das exposições ao negócio compensadas pelo cliente) (Método de Exposição Original)		
Montante nacional efetivo ajustado de derivados de crédito subscritos		
(Compensações nacionais efetivas ajustadas e deduções adicionais para derivados de crédito subscritos)		
<b>TOTAL DAS EXPOSIÇÕES DE DERIVADOS</b>	<b>937</b>	<b>627</b>
<b>EXPOSIÇÕES DE OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO COM BASE EM TÍTULOS (SFT)</b>		
Ativos SFT brutos (sem reconhecimento de compensação), após ajustamento para transações contabilísticas de vendas		
(Montantes líquidos de contas a pagar e contas a receber de caixa dos ativos brutos)		
Exposição ao risco de crédito das contrapartes para ativos SFT		
Derrogação para os SFT: Exposição ao risco de crédito das contrapartes em conformidade com os Artigos 429.º, nº 5 alínea a), e 222 do CRR		
Exposições a transações de agentes		
(Parte CCP isenta das exposições ao negócio compensadas pelo cliente)		
<b>TOTAL DAS EXPOSIÇÕES DE OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO COM BASE EM TÍTULOS (SFT)</b>		
<b>OUTRAS EXPOSIÇÕES EXTRAPATRIMONIAIS</b>		
Exposições extrapatrimoniais ao nível do montante nominal bruto	4374	4680
(Ajustamentos para conversão em montantes equivalentes a crédito)	(530)	(679)
(Provisões gerais deduzidas na determinação do capital de nível 1 e das provisões específicas associadas a exposições extrapatrimoniais)		
<b>EXPOSIÇÕES EXTRAPATRIMONIAIS</b>	<b>3844</b>	<b>4001</b>
<b>EXPOSIÇÕES EXCLUÍDAS</b>		
(Exposições excluídas da mensuração da exposição total, nos termos do Artigo 429.º-A, n.º 1 alínea c), do CRR)		

N.º

1

N.º

2

N.º

3

N.º

4

N.º

5

Exposições ao rácio de alavancagem CRR (em milhões de euros)	31/12/2022	30/06/2022
(Exposições excluídas nos termos do Artigo 429.º-A, n.º 1 alínea j), do CRR (patrimoniais e extrapatrimoniais))		
(Exposições de bancos de desenvolvimento público (ou unidades) excluídas - Investimentos do sector público)		
(Exposições de bancos de desenvolvimento público (ou unidades) excluídas - Investimentos promocionais)		
(Exposições de empréstimos promocionais cujo prazo de vencimento é prorrogável excluídas por bancos de desenvolvimento privado (ou unidades))		
(Partes de exposições garantidas decorrentes de crédito à exportação excluídas)		
(Excedentes de caução depositados em agentes tripartidos excluídos)		
(CSD relacionado com serviços de CSD/instituições excluído nos termos do Artigo 429.º-A, n.º 1 alínea o), do CRR)		
(CSD relacionado com serviços de instituições designadas excluído nos termos do Artigo 429.º-A, n.º 1 alínea p), do CRR)		
(Redução do valor da exposição de pré-financiamento ou empréstimos intermediários)		
<b>(TOTAL DAS EXPOSIÇÕES ISENTAS)</b>		
<b>MENSURAÇÃO DE CAPITAL E DA EXPOSIÇÃO TOTAL</b>		
Capital de nível 1	5271	5138
Mensuração da exposição total	63 846	59 597
<b>RÁCIO DE ALAVANCAGEM (EXCLUINDO O IMPACTO DA ISENÇÃO DE INVESTIMENTOS DO SECTOR PÚBLICO E EMPRÉSTIMOS PROMOCIONAIS) (%)</b>		
Rácio de alavancagem (%)	8,26 %	8,62 %
Rácio de alavancagem (sem o ajustamento devido a exposições excluídas de bancos de desenvolvimento públicos - Investimentos do sector público) (%)	8,26 %	8,62 %
Rácio de alavancagem (excluindo o impacto de qualquer isenção temporária aplicável das reservas do banco central) (%)	8,26 %	8,62 %
Requisito de rácio mínimo de alavancagem regulamentar (%)		
Requisitos de fundos próprios adicionais para fazer face a riscos que não sejam o risco de alavancagem excessiva (%)		
Requisito de reserva para rácio de alavancagem (%)		
<b>ESCOLHA DOS ACORDOS TRANSITÓRIOS E DAS EXPOSIÇÕES RELEVANTES</b>		
Escolha dos acordos transitórios para a definição da mensuração de capital		
<b>DIVULGAÇÃO DOS VALORES MÉDIOS</b>		
Média dos valores diários dos ativos SFT brutos, após ajustamento para transações contábeis de venda e líquida dos valores de caixa a pagar e a receber associados		
Valor no final do trimestre dos ativos SFT brutos, após ajustamento para transações contábeis de venda e líquida dos valores de caixa a pagar e a receber associados		
Mensuração da exposição total (incluindo o impacto de qualquer isenção temporária aplicável das reservas do banco central), que incorpora valores da linha 28 dos ativos SFT brutos (após ajustamento para operações contabilísticas de venda e líquidas dos montantes das contas a pagar e a receber associadas)	63 846	59 597
Mensuração da exposição total (excluindo o impacto de qualquer isenção temporária aplicável das reservas do banco central), que incorpora valores da linha 28 dos ativos SFT brutos (após ajustamento para operações contabilísticas de venda e líquidas dos montantes das contas a pagar e a receber associadas)	63 846	59 597
Rácio de alavancagem (incluindo o impacto de qualquer isenção temporária aplicável das reservas do banco central), que incorpora valores da linha 28 dos ativos SFT brutos (após ajustamento para operações contabilísticas de venda e líquidas dos montantes das contas a pagar e a receber associadas)	8,26 %	8,62 %
Rácio de alavancagem (excluindo o impacto de qualquer isenção temporária aplicável das reservas do banco central), que incorpora valores da linha 28 dos ativos SFT brutos (após ajustamento para operações contabilísticas de venda e líquidas dos montantes das contas a pagar e a receber associadas)	8,26 %	8,62 %

N.º  
1  
  
N.º  
2  
  
N.º  
3  
  
N.º  
4  
  
N.º  
5

**/ EU LR3 - LRSPL: REPARTIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES PATRIMONIAIS (EXCLUINDO DERIVADOS, SFT E EXPOSIÇÕES ISENTAS)**

Exposições ao rácio de alavancagem CRR (em milhões de euros)	31/12/2022
<b>TOTAL DAS EXPOSIÇÕES PATRIMONIAIS (EXCLUINDO DERIVADOS, CONJUNTOS E EXPOSIÇÕES ISENTAS), DO QUAL:</b>	<b>59 465</b>
Exposições da carteira de negociação	
Exposições da carteira bancária, das quais:	59 465
• Obrigações cobertas	
• Exposições tratadas como soberanas	6640
• Exposições a governos regionais, MDB, organizações internacionais e PSE, não tratadas como soberanas	39
• Instituições	1631
• Garantidas por hipoteca de bens imóveis	
• Exposições de retalho	34 468
• Empresas	14 956
• Exposições em incumprimento	446
• Outras exposições (por exemplo, capital próprio, titularizações, outros ativos não associados a obrigações de crédito)	1286

**/ EU LRA: DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO QUALITATIVA DO RISCO DE ALAVANCAGEM**

Descrições dos procedimentos utilizados para gerir o risco de alavancagem excessiva	O grupo Mobilize F.S. monitoriza mensalmente o seu rácio de alavancagem e mantém o Comité Executivo informado. O rácio é igualmente registado no <i>balanced scorecard</i> de riscos fornecido trimestralmente ao Comité de Riscos do Conselho de Administração. Foi estabelecido um limite interno e criado um sistema de alerta.
Descrição dos fatores que tiveram impacto no rácio de alavancagem durante o período a que se refere o rácio de alavancagem divulgado	O grupo Mobilize F.S. divulgou um rácio de alavancagem em Basileia III de 8,26 % no final de dezembro de 2022, face a 8,62 % no final de junho de 2022. O rácio diminuiu devido ao aumento do montante da exposição ao risco em 63,8 mil milhões de euros (+4,2 mil milhões de euros em relação a junho de 2022).

## 7. Gestão do rácio de alavancagem

A gestão do rácio de alavancagem consiste na calibragem do capital “de nível 1” (o numerador do rácio) e no ajustamento da exposição alavancada do grupo (denominador do rácio) para cumprir o rácio-alvo de 8 % definido pelo grupo, superior ao mínimo de 3 % aprovado com a adoção do pacote bancário (CRR 2/CRD V). A monitorização mensal do rácio de alavancagem assegura o seu alinhamento com o objetivo definido.

## IV. Risco de crédito

### / EU CRA - INFORMAÇÕES QUALITATIVAS GERAIS SOBRE O RISCO DE CRÉDITO

Divulgações qualitativas	
(a)	<p>Na declaração de risco concisa, nos termos do Artigo 435.º, n.º 1 alínea f), do CRR, a forma como o modelo de negócio se traduz nas componentes do perfil de risco de crédito da instituição.</p>
	<p>O grupo Mobilize F.S. estabeleceu um limite de custo global de risco de crédito em 1 % da média dos ativos produtivos, para todas as atividades.</p> <p>O tipo de financiamento concedido aos clientes (empréstimos para a aquisição de veículos novos ou usados) e o rigoroso quadro de gestão do financiamento das redes de concessionários permitem à Mobilize F.S. registar um custo médio do risco inferior a 0,5 %.</p> <p>O modelo de negócio do grupo Mobilize F.S., que visa apoiar as vendas dos fabricantes da Renault-Nissan Alliance através de ofertas atrativas de financiamento e de serviços e de uma elevada qualidade de serviço, permite-lhe atingir uma clientela <i>premium</i> e uma taxa de intervenção elevada.</p> <p>O grupo Mobilize F.S. também conta com o seu amplo conhecimento das redes de concessionários para manter os seus riscos nessa categoria sob controlo.</p> <p>A presença do grupo Mobilize F.S. em determinados países ou regiões (Marrocos, América Latina) aumenta ligeiramente o risco de crédito do grupo.</p>
(b)	<p>Ao discutir as suas estratégias e processos de gestão do risco de crédito e as políticas de cobertura e atenuação desse risco de acordo com as alíneas a) e d) do artigo 435.º, n.º 1, do CRR, os critérios e abordagem utilizados para definir a política de gestão do risco de crédito e para a fixação de limites de risco de crédito.</p>
	<p>Dentro da política de risco de crédito do grupo, as metas de cada país para risco na originação e custo do risco no P&amp;L são decididas durante as fases de orçamento e revisão (processo orçamental anual e dois processos de revisão a cada ano). Estes objetivos têm em conta as condições de mercado, com a fixação de preços concebida para atingir os objetivos de rentabilidade dos ativos ponderados.</p> <p>Os limiares de alerta de risco de crédito baseiam-se em obrigações orçamentais.</p>

## Divulgações qualitativas

(c) Ao informar sobre a estrutura e organização da função de gestão de riscos nos termos da alínea b) do n.º 1 do Artigo 435.º do CRR, a estrutura e organização da função de gestão e controlo do risco de crédito.

Ao nível da Sede, a divisão Crédito e Gestão de Dados está dividida em seis departamentos:

- Controlo de Obrigações de Concessionários e Grandes Frotas (analisar os pedidos acima das delegações das subsidiárias em Concessionários e PME/Corporativo, submetê-los ao Comité de Compromisso do grupo dependente do DOA);
- Modelagem Normativa (Projeto, supervisão e *backtesting* do método IRB avançado (A-IRB), aprovação, cobrança e modelos de imparidade IFRSS. Apresentação de modelos de gestão duas vezes por ano à Administração de Topo, validação dos modelos A-IRB de acordo com a governança definida);
- Projeto e Dados de Crédito (Monitorização funcional do cálculo mensal de RWA no perímetro A-IRB, cálculo de ECL de acordo com a norma IFRSS em todos os países e base de dados AnaCredit em vários países. Condução de projetos através de comités específicos, como BCBS239, Originação de Empréstimos e Supervisão, Clientes Conectados);
- O Departamento de Dados tem como finalidade criar valor agregado graças a uma melhor utilização dos dados, fornecendo e desenvolvendo uma estrutura de gestão de dados a fim de garantir a confiabilidade e interoperabilidade dos dados da Mobilize F.S., através da industrialização do tratamento de dados e da divulgação de ferramentas, competências e métodos e científicos para todo o grupo Mobilize F.S.;
- Departamento de Financiamento de Concessionários;
- Departamento de Crédito a Particulares e Notação.

Os dois últimos departamentos têm em comum conceber regras de gestão do grupo sobre risco de crédito, incluindo evoluções relacionadas com os temas "Legislação e Conformidade", avaliar o risco de crédito para novos produtos, monitorizar imparidades IFRSS, controlar limites RAF e validar planos de ação sempre que o risco se situe acima do limiar de alerta, reportar à administração sénior (mensalmente, por intermédio dos Comités de Crédito do grupo e, trimestralmente, dos Comités de Riscos do Conselho de Administração). O primeiro centra-se nos negócios de concessionários e importadores de automóveis, o segundo em Clientes Particulares e Empresas. Todavia, o Departamento de Crédito a Particulares e Notação é também responsável pelo desenvolvimento de *scorecards* de aprovação.

Ao nível das subsidiárias, a organização habitual assenta numa divisão responsável pelo crédito a "Clientes Particulares" (Pessoas Singulares e Coletivas que não sejam concessionários) e numa divisão responsável pelo financiamento dos Concessionários. Nos grandes países, poderá haver uma organização alternativa, com uma divisão responsável pela originação de empréstimos para "Clientes Particulares" e pela gestão do financiamento de concessionários e uma divisão responsável pela gestão de risco dos "Clientes Particulares" e pelos processos de cobrança.

A função de controlo de risco de crédito está organizada e estruturada conforme descrito na Parte II-2 Organização do Controlo de Risco e na secção (d) desta tabela.

N.º

1

N.º

2

N.º

3

N.º

4

N.º

5

## Divulgações qualitativas

(d)	Ao informar sobre a autoridade, estatuto e outras disposições relativas à função de gestão de risco, em conformidade com a alínea b) do n.º 1 do artigo 435.º do CRR, as relações entre as funções de gestão do risco de crédito, controlo do risco, conformidade e auditoria interna.	<p>A divisão de Controlo de Risco é responsável pelo controlo da consistência das políticas de risco com o Quadro de Apetência pelo Risco, a eficiência da mensuração do risco, a supervisão do risco e os sistemas de gestão de riscos. Desafia a divisão de Crédito, enquanto função de gestão do risco de crédito, nas suas metodologias e nas suas decisões ligadas à assunção de riscos. Assegura um segundo nível de controlo sobre a gestão do Risco de Crédito e a sua adequação à Política de Gestão de Riscos da RCI e à RAF. Tem um papel central na supervisão da conformidade do grupo com os regulamentos prudenciais (CRD, CRR, Orientações da EBA, relatórios ao BCE e respostas aos pedidos do BCE).</p> <p>O Departamento de Auditoria Interna (terceiro nível de controlo) inclui nos seus planos anuais de auditoria a revisão dos principais dispositivos de gestão dos riscos e, em particular, de gestão do risco de crédito nas filiais e subsidiárias, bem como dos modelos ICAAP, ILAAP e A-IRB. Analisa a eficácia operacional do quadro geral de governança, incluindo o quadro de gestão global dos riscos e a conformidade com as políticas e processos internos, e sugere melhorias relativamente aos acordos existentes.</p> <p>No que se refere ao modelo interno de riscos de crédito, consultar 5 - Método Avançado a) Gestão para mais detalhes</p>
-----	--	---

## / EU CRB: DIVULGAÇÃO ADICIONAL RELACIONADA COM A QUALIDADE DE CRÉDITO DOS ATIVOS

## Divulgações qualitativas

(a)	O âmbito e as definições de exposições “vencidas” e “depreciadas” utilizadas para fins contabilísticos e as diferenças, caso existam, entre as definições de “crédito vencido” e “crédito inadimplente” para fins contabilísticos e regulamentares, conforme especificado nas Orientações da EBA sobre a aplicação da definição de incumprimento em conformidade com o Artigo 178.º do CRR.	Desde 01/01/2021, o grupo Mobilize F.S. cumpre a nova definição de incumprimento, conforme regulamentado pelas Orientações sobre a aplicação da definição de incumprimento nos termos do artigo 178.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013. A definição de incumprimento para fins regulamentares também é aplicada para fins contabilísticos para definir a Fase 3 da norma IFRS9 e as exposições não produtivas.
(b)	A extensão das exposições vencidas (mais de 90 dias) que não são consideradas em imparidade e as razões para tal.	As exposições vencidas (mais de 90 dias) são sempre consideradas em imparidade.
(c)	Descrição dos métodos utilizados para determinar os ajustamentos gerais e específicos do risco de crédito.	<p>Ajustamentos gerais do risco de crédito:</p> <p>Todos os instrumentos financeiros ao abrigo da norma IFRS9 estão a ser alvo de imparidade por perdas de crédito esperadas, desde a sua originação.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• À data de originação, o instrumento é desvalorizado com uma perda de crédito esperada de um ano (Bucket 1);</li> <li>• Em caso de aumento significativo do risco de crédito desde a originação ou reestruturação, o instrumento é desvalorizado com uma perda de crédito esperada ao longo da vida útil (Bucket 2);</li> <li>• Para clientes inadimplentes (Bucket 3), os ajustamentos baseiam-se nas taxas de recuperação dado o vencimento em inadimplência do cliente.</li> </ul> <p>Ajustamentos de risco de crédito específicos: Consultar o parágrafo “análises individuais” nas páginas seguintes</p>
(d)	A própria definição da instituição no que se refere a uma exposição reestruturada, usada na aplicação do disposto na alínea d), do n.º 3, do Artigo 178.º do CRR, conforme especificado nas Orientações da EBA em matéria de incumprimento nos termos do Artigo 178.º do CRR, quando difere da definição de exposição reestruturada que consta do Anexo V ao Regulamento de Execução (UE) n.º 680/2014.	A definição de exposição reestruturada cumpre o disposto no Artigo 178.º, n.º 3 alínea d), do CRR.

## 1. Exposição ao risco de crédito

O grupo Mobilize F.S. utiliza três níveis de classificação do risco para contas a receber e regista-os quer individualmente, quer conjuntamente. A apresentação e os princípios da avaliação estão descritos na parte A das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas.

Estes níveis de classificação são:

- *Bucket 1*: nenhuma deterioração ou deterioração insignificante do risco de crédito desde a originação;
- *Bucket 2*: deterioração significativa do risco de crédito desde a originação ou contraparte financeira sem grau de investimento;
- *Bucket 3*: deterioração como perda apurada (categoria de inadimplência).

O grupo Mobilize F.S. aplica o documento EBA/GL/2016/07 “Orientações da EBA relativas à aplicação da definição de incumprimento”, publicado pela Autoridade Bancária Europeia (EBA) a 18/01/2017, bem como o documento EBA/RTS/2016/06 “Projeto definitivo das normas técnicas de regulamentação sobre os limiares de materialidade das obrigações de crédito vencidas”, publicado a 09/28/2016.

As seções a seguir descrevem os ajustamentos feitos recorrendo à apreciação de peritos.

### Empréstimos reestruturados

O valor bruto dos empréstimos contraídos reestruturados (incluindo incumprimento), na sequência das medidas e concessões aos mutuários que enfrentam ou estão prestes a enfrentar dificuldades financeiras, ascende a 238 milhões de euros no final de dezembro de 2022, face a 272 milhões de euros no final de dezembro de 2021. O montante da imparidade é de 78 milhões de euros no final de dezembro de 2022, em comparação com os 80 milhões de euros no final de dezembro de 2021.

O tratamento dos empréstimos reestruturados (reestruturação) cumpre as orientações do Comité de Basileia, bem como as recomendações da Autoridade Bancária Europeia.

### Análises individuais

Um ajustamento na sequência de uma revisão individual das contrapartes PME e corporativas (não grossistas) foi calculado com base no montante da exposição de 347 milhões de euros (*versus* 317 milhões de euros no final de 2021) e a imparidade correspondente ascende a 24 milhões de euros no final de 2022, em comparação com os 35 milhões de euros no final de 2021.

Os ajustamentos foram completados por uma análise sectorial da indústria: as subcarteiras pertencentes a sectores industriais de risco devido à crise da COVID 19 e à crise energética e expostas a uma deterioração de curto prazo foram identificadas com base em análises macroeconómicas externas. Estas subcarteiras não foram reclassificadas no Bucket 2, mas foi escriturada uma provisão específica “prospetiva”, sendo que esta provisão se mantém estável em comparação com 2021 (provisão de apenas 0,4 milhões de euros em 2022).

### Inflação

Num contexto global de estagflação, o grupo Mobilize FS realizou um teste de sensibilidade na sua carteira de retalho ao abrigo de uma abordagem prospetiva, a fim de estimar a proporção de clientes que poderiam vir a enfrentar dificuldades de pagamento em relação ao grupo Mobilize FS devido à diminuição dos seus rendimentos disponíveis (redução do poder de compra). Com base neste teste de sensibilidade, foi anunciada uma provisão coletiva de 39 milhões de euros, destinada a cobrir um risco de crédito ainda não materializado, mas que poderá deteriorar-se se o contexto económico se mantiver desfavorável.

### Clientes vulneráveis

De acordo com as orientações da EBA sobre a originação e o acompanhamento de empréstimos, o grupo Mobilize F.S. implementou um quadro de indicadores de alerta precoce que visa identificar os clientes vulneráveis que poderão ter dificuldades em cumprir as suas obrigações de crédito para com o grupo Mobilize F.S. O resultado deste quadro é a classificação dos clientes em três níveis de acordo com a gravidade das dificuldades financeiras: baixa, média e elevada. Assim, os processos de gestão de clientes foram adaptados em função do nível de gravidade. Para os níveis de gravidade média e elevada, e mesmo que o risco de crédito ainda não tenha ocorrido, os ativos classificados na Fase 1 da norma IFRS9 estão sujeitos a um ajustamento adicional de provisão. Em 2022, foi escriturada uma provisão de 8 milhões de euros.

## / EU CR1: EXPOSIÇÕES PRODUTIVAS E NÃO PRODUTIVAS E PROVISÕES CONEXAS

Em milhões de euros	Quantia escriturada bruta/ montante nominal			
	Exposições produtivas		Exposições não produtivas	
	Das quais, fase 1	Das quais, fase 2	Das quais, fase 2	Das quais fase 3
Saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	7490	7490		
Empréstimos e adiantamentos	48 959	45 676	3260	1030
• Bancos centrais	38	38		
• Administrações públicas	90	66	24	10
• Instituições de crédito	52	27	25	
• Outras entidades financeiras				
• Entidades não financeiras	19 053	17 722	1314	347
• Das quais PME	7836	7124	706	278
• Famílias	29 727	27 824	1897	673
Títulos de dívida	411	377	34	
• Bancos centrais	96	96		
• Administrações públicas	244	210	34	
• Instituições de crédito	69	69		
• Outras entidades financeiras	1	1		
• Entidades não financeiras	0	0		
Exposições extrapatrimoniais	4585	4488	97	14
• Bancos centrais				
• Administrações públicas	27	25	2	0
• Instituições de crédito	140	139	1	
• Outras entidades financeiras				
• Entidades não financeiras	2006	1913	93	11
• Famílias	2412	2411	1	3
<b>TOTAL</b>	<b>61 446</b>	<b>58 032</b>	<b>3391</b>	<b>1044</b>
				<b>965</b>

N.º  
1  
  
N.º  
2  
  
N.º  
3  
  
N.º  
4  
  
N.º  
5

Imparidade acumulada, variações negativas acumuladas no justo valor devido ao risco de crédito e provisões					Cauções e garantias financeiras recebidas		
Exposições produtivas		Exposições não produtivas			Remissão parcial acumulada	Relativamente a exposições produtivas	Relativamente a exposições não produtivas
Das quais, fase 1	Das quais, fase 2	Das quais, fase 2		Das quais fase 3			
(530)	(345)	(184)	(583)	(548)		18 805	200
(2)	0	(1)	(4)	(4)		8	2
0	0					52	
(139)	(79)	(61)	(171)	(154)		14 293	114
(95)	(54)	(41)	(147)	(131)		2099	61
(389)	(266)	(122)	(408)	(390)		4452	84
0	0						
0	0						
0	0						
(11)	(7)	(5)	(1)	0			
0	0	0	0	0			
0	0	0					
(9)	(5)	(4)	(1)	0			
(2)	(1)	0	0	0			
(541)	(352)	(188)	(584)	(549)		18 805	200

## / EU CR1-A: VENCIMENTO DAS EXPOSIÇÕES

Em milhões de euros	Valor líquido da exposição				Vencimento não exposto	Total
	POR ENCOMENDA	< 1 ano	> 1 e < 5 anos	> 5 anos		
Empréstimos e adiantamentos	473	24 695	23 311	396		48 876
Títulos de dívida		331	9		70	411
<b>TOTAL</b>	<b>473</b>	<b>25 026</b>	<b>23 321</b>	<b>396</b>	<b>70</b>	<b>49 287</b>

## / EU CR2: ALTERAÇÕES NO STOCK DE EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS EM INCUMPRIMENTO

Em milhões de euros	Quantia escriturada bruta
<b>STOCK INICIAL DE EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS EM INCUMPRIMENTO</b>	<b>1051</b>
Influxos em carteiras em incumprimento	430
Exfluxos de carteiras incumprimento	451
Dos quais: Exfluxos devido a depreciações	107
Dos quais: Exfluxos devido a outras situações	344
<b>STOCK FINAL DE EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS EM INCUMPRIMENTO</b>	<b>1030</b>

## / EU CR2A: ALTERAÇÕES NO STOCK DE EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS EM INCUMPRIMENTO E RECUPERAÇÕES LÍQUIDAS ACUMULADAS RELACIONADAS

Não aplicável, uma vez que as exposições não produtivas são inferiores a 5 % da exposição total.

## / EU CQ1: QUALIDADE DE CRÉDITO DAS EXPOSIÇÕES REESTRUTURADAS

Em milhões de euros	Quantia escriturada bruta/Valor nominal das exposições com medidas de reestruturação				Imparidade acumulada, variações negativas acumuladas do justo valor devido ao risco de crédito e provisões		Cauções e garantias financeiras recebidas sobre exposições reestruturadas
	Exposições reestruturadas não produtivas				Sobre exposições reestruturadas produtivas	Sobre exposições reestruturadas não produtivas	Sobre exposições não produtivas com medidas de reestruturação
	Exposições reestruturadas produtivas	Dos quais inadimplentes	Das quais depreciadas				
Saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem							
Empréstimos e adiantamentos	118	120	120	120	(16)	(62)	4
• Bancos centrais							
• Administrações públicas							
• Instituições de crédito							
• Outras entidades financeiras							
• Entidades não financeiras							
• Famílias	7	12	12	12	0	(7)	0
Títulos de dívida	11	108	108	108	(16)	(55)	3
Obrigações de empréstimo concedidos							
<b>TOTAL</b>	<b>118</b>	<b>120</b>	<b>120</b>	<b>120</b>	<b>(16)</b>	<b>(62)</b>	<b>(4)</b>

## / EU CQ2: QUALIDADE DA REESTRUTURAÇÃO

Não aplicável, uma vez que as exposições não produtivas são inferiores a 5 % da exposição total.

N.º  
1  
  
N.º  
2  
  
N.º  
3  
  
N.º  
4  
  
N.º  
5

/ EU CQ3: QUALIDADE DE CRÉDITO DAS EXPOSIÇÕES PRODUTIVAS E NÃO PRODUTIVAS POR DIAS DE VENCIMENTO

Em milhões de euros

	Exposições produtivas			Quantia escriturada bruta/Valor nominal							
				Exposições não produtivas							
	Não vencido ou vencimento ≤ 30 dias	Vencimento > 30 dias e ≤ 90 dias		Pagamento improvável ou vencimento ≤ 90 dias	Vencimento > 90 e < 180 dias	Vencimento > 180 e ≤ 365 dias	Vencimento > 1 e ≤ 2 anos	Vencimento > 2 e ≤ 5 anos	Vencimento > 5 e ≤ 7 anos	Vencimento > 7 anos	Dos quais inadimplentes
Saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	7490	7490									
<b>Empréstimos e adiantamentos</b>	<b>48 959</b>	<b>48 912</b>	<b>47</b>	<b>1030</b>	<b>856</b>	<b>57</b>	<b>59</b>	<b>49</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>1030</b>
Bancos centrais	38	38									
Administrações públicas	90	90	0	10	9	0	0	1			10
Instituições de crédito	52	52									
Outras entidades financeiras											
Entidades não financeiras	19 053	19 022	31	347	303	20	5	14	4		347
• Das quais PME	7836	7814	22	278	243	19	3	9	4		278
Famílias	29 727	29 711	17	673	544	36	53	34	6	0	673
<b>Títulos de dívida</b>	<b>411</b>	<b>411</b>									
Bancos centrais	96	96									
Administrações públicas	244	244									
Instituições de crédito	69	69									
Outras entidades financeiras	1	1									
Entidades não financeiras	0	0									
<b>Exposições extrapatrimoniais</b>	<b>4585</b>			<b>14</b>							<b>14</b>
Bancos centrais											
Administrações públicas	27			0							0
Instituições de crédito	140										
Outras entidades financeiras											
Entidades não financeiras	2006			11							11
Famílias	2412			3							3
<b>TOTAL</b>	<b>61 446</b>	<b>56 813</b>	<b>47</b>	<b>1044</b>	<b>856</b>	<b>57</b>	<b>59</b>	<b>49</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>1044</b>

## / EU CQ4: QUALIDADE DAS EXPOSIÇÕES NÃO PRODUTIVAS POR GEOGRAFIA

Em milhões de euros	Valor escriturado bruto/nominal					Provisões para obrigações extrapatrimoniais e garantias financeiras concedidas	Variações negativas acumuladas no justo valor devido ao risco de crédito em exposições não produtivas
		Dos quais não produtivas	Dos quais inadimplentes	Remissão sujeita a imparidade	Imparidade imparidade		
<b>EXPOSIÇÕES PATRIMONIAIS</b>	<b>50 400</b>	<b>1030</b>	<b>1030</b>	<b>50 330</b>	<b>(1113)</b>		
França	17 482	362	362	17 413	(345)		
Alemanha	7883	63	63	7883	(70)		
Grã-Bretanha	5226	40	40	5226	(155)		
Itália	5887	95	95	5887	(104)		
Espanha	4004	84	84	4004	(110)		
Brasil	1811	110	110	1811	(94)		
Coreia do Sul	1408	36	36	1408	(42)		
Suíça	824	11	11	824	(7)		
Polónia	752	42	42	752	(22)		
Portugal	603	6	6	603	(11)		
Países Baixos	686	7	7	686	(3)		
Outros países	3832	174	174	3831	(151)		
<b>EXPOSIÇÕES EXTRAPATRIMONIAIS</b>	<b>4599</b>	<b>14</b>	<b>14</b>			<b>(12)</b>	
França	2178	10	10			(10)	
Alemanha	717	1	1			(1)	
Grã-Bretanha	336	0	0			0	
Itália	447	1	1			(1)	
Espanha	105					0	
Brasil	73						
Coreia do Sul	2					0	
Suíça	68	1	1			0	
Polónia	178	1	1			0	
Portugal	23					0	
Países Baixos	75						
Outros países	397	0	0			(1)	
<b>TOTAL</b>	<b>54 999</b>	<b>1044</b>	<b>1044</b>	<b>50 330</b>	<b>(1113)</b>	<b>(12)</b>	

N.º  
1  
  
N.º  
2  
  
N.º  
3  
  
N.º  
4  
  
N.º  
5

/ EU CQ5: QUALIDADE DE CRÉDITO DOS EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A ENTIDADES NÃO FINANCEIRAS POR INDÚSTRIA

Em milhões de euros	Quantia escriturada bruta			empréstimos e adiantamentos sujeitos a imparidade	Imparidades acumuladas	Dos quais inadimplentes
	Dos quais não produtivas	Dos quais inadimplentes				
Agricultura, silvicultura e pesca	80	3	3	80	(3)	
Indústrias extrativas	7	0	0	7	0	
Fabrico	785	25	25	785	(22)	
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	103	1	1	103	(1)	
Abastecimento de água	74	3	3	74	(1)	
Construção	1242	50	50	1242	(44)	
Comércio por grosso e a retalho	13 082	121	121	13 082	(121)	
Transporte e armazenamento	536	27	27	536	(18)	
Atividades de alojamento e restauração	146	7	7	146	(5)	
Informação e comunicação	153	4	4	153	(5)	
Atividades imobiliárias	9	1	1	9	(1)	
Atividades financeiras e de seguros	136	7	7	136	(6)	
Atividades profissionais, científicas e técnicas	661	23	23	661	(21)	
Atividades administrativas e de serviços de apoio	1209	34	34	1209	(28)	
Adm. pública e defesa, segurança social obrigatória	179	10	10	179	(8)	
Habilitações académicas	153	9	9	153	(6)	
Serviços de saúde e atividades de assistência social	394	9	9	394	(9)	
Artes, entretenimento e atividades recreativas	72	3	3	72	(3)	
Outros serviços	379	9	9	379	(7)	
<b>TOTAL</b>	<b>19 399</b>	<b>347</b>	<b>347</b>	<b>19 399</b>	<b>(311)</b>	

/ EU CQ6: AVALIAÇÃO DE CAUÇÕES - EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS

Não aplicável, uma vez que as exposições não produtivas são inferiores a 5 % do total das exposições.

/ EU CQ7: CAUÇÕES OBTIDAS POR TOMADA DE POSSE E PROCESSOS DE EXECUÇÃO

Em milhões de euros	Valor no reconhecimento inicial	Variações negativas acumuladas
Ativos fixos corpóreos		
Outros que não ativos fixos corpóreos		
Bens imóveis para fins residenciais		
Bens imóveis para fins comerciais		
Bens móveis (automóvel, transporte, etc.)		
Instrumentos de capital próprio e dívida		
Outras cauções		
<b>TOTAL</b>		

**/ EU CQ8: CAUÇÕES OBTIDAS POR TOMADA DE POSSE E PROCESSOS DE EXECUÇÃO - REPARTIÇÃO POR ANTIGUIDADE**

Não aplicável, uma vez que as exposições não produtivas são inferiores a 5 % do total das exposições.

Os três modelos seguintes fornecem informações sobre as exposições sujeitas a moratórias legislativas e não legislativas sobre reembolsos de empréstimos aplicadas à luz da crise da COVID 19, sobre as exposições recentemente originadas sujeitas a regimes de garantia pública e as imparidades associadas.

**/ INFORMAÇÃO SOBRE EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS SUJEITOS A MORATÓRIAS LEGISLATIVAS E NÃO LEGISLATIVAS**

	Quantia escriturada bruta							
	Produtivos				Não produtivos			
				Dos quais: Instrumentos com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas sem imparidade do crédito (Fase 2)			Dos quais: Suscetíveis de não serem pagos que não estão vencidos ou com vencimento <= 90 dias	
Empréstimos e adiantamentos sujeitos a moratória	0	0	0	0	0	0	0	0
• das quais: Famílias	0	0	0	0	0	0	0	0
das quais: Garantidos por bens imóveis para fins residenciais	0	0	0	0	0	0	0	0
• das quais: Entidades não financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
das quais: Pequenas e médias empresas	0	0	0	0	0	0	0	0
das quais: Garantidos por bens imóveis para fins comerciais	0	0	0	0	0	0	0	0

N.º  
1  
  
N.º  
2  
  
N.º  
3  
  
N.º  
4  
  
N.º  
5

Imparidade acumulada, variações negativas acumuladas no justo valor devido ao risco de crédito						Quantia escriturada bruta
Produtivos			Não produtivos			
Das quais: exposições com medidas de reestruturação		Dos quais: Instrumentos com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas sem imparidade de crédito (Fase 2)	Das quais: exposições com medidas de reestruturação		Dos quais: Suscetíveis de não serem pagos que não estão vencidos ou com vencimento <= 90 dias	Influxos para exposições não produtivas
0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0

No final de dezembro de 2022, o grupo Mobilize F.S. não tem mais exposições ao abrigo de medidas moratórias ainda não expiradas no contexto das medidas relacionadas com a COVID 19 (*versus* 0,7 milhões de euros no final de dezembro de 2021).

## / REPARTIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS SUJEITOS A MORATÓRIAS LEGISLATIVAS E NÃO LEGISLATIVAS POR MATURIDADE RESIDUAL DAS MORATÓRIAS

	Número de devedores	Quantia escriturada bruta		Prazo residual das moratórias ≤ 3 meses
		Da qual: moratórias legislativas	Da qual: expiradas	
Empréstimos e adiantamentos para os quais foi oferecida moratória	116 819	900 391 480		
Empréstimos e adiantamentos sujeitos a moratória (concedidos)	111 080	835 013 494	163 051 520	835 013 494
• das quais: Famílias		235 868 146	94 843 556	235 868 146
• das quais: Garantidos por bens imóveis para fins residenciais		0	0	0
• das quais: Entidades não financeiras		599 145 348	68 207 964	599 145 348
• das quais: Pequenas e médias empresas		367 566 530	58 645 780	367 566 530
• das quais: Garantidos por bens imóveis para fins comerciais		0	0	0

	> 3 meses < 6 meses	> 6 meses < 9 meses	> 9 meses < 12 meses	> 1 ano
	0	0	0	0
	0	0	0	0
	0	0	0	0
	0	0	0	0
	0	0	0	0
	0	0	0	0

A carteira que beneficiou de medidas moratórias devido à crise da COVID 19 ascende a uma exposição de 835 milhões de euros, tendo já expirado toda a fase moratória.

## / INFORMAÇÕES SOBRE NOVOS EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS AO ABRIGO DE NOVOS REGIMES DE GARANTIA PÚBLICA APLICÁVEIS, INTRODUZIDOS EM RESPOSTA À CRISE DA COVID 19

	a	b	c	d
	Quantia escriturada bruta	Montante máximo da garantia que pode ser considerado	Quantia escriturada bruta	
	da qual reestruturada	Garantias públicas recebidas	Influxos para exposições não produtivas	
<b>1</b> Empréstimos e adiantamentos recentemente originados sujeitos a regimes de garantia pública	0	0	0	0
2 <i>das quais: Famílias</i>	0			0
3 <i>das quais: Garantidos por bens imóveis para fins residenciais</i>	0			0
4 <i>das quais: Entidades não financeiras</i>	0	0	0	0
5 <i>das quais: Pequenas e médias empresas</i>	0			0
6 <i>das quais: Garantidos por bens imóveis para fins comerciais</i>	0			0

O grupo Mobilize F.S. não concedeu quaisquer empréstimos ou adiantamentos ao abrigo de regimes de garantia pública.

## 2. Processo de gestão do risco de crédito

Para os negócios a retalho e por grosso, a política de prevenção do risco de crédito visa assegurar que a meta de custo do risco de cada país e dos principais segmentos seja atingida.

O grupo Mobilize F.S. utiliza sistemas avançados de notação, e bases de dados externas sempre que a informação esteja disponível, para avaliar a capacidade dos clientes particulares e empresariais em cumprir as suas obrigações. Um sistema de notação interna também é usado para avaliar os empréstimos aos Concessionários. O grupo Mobilize F.S. monitoriza permanentemente a sua política de subscrição por forma a considerar a situação do ambiente económico.

### Gestão do risco de crédito - Clientes particulares

O cenário permaneceu incerto e contrastado em 2022. A crise ucraniana e energética levou a choques inflacionários na Europa e, enquanto isso, os pacotes de ajustamento locais para apoiar a economia e facilitar o trabalho de curto prazo durante a crise da COVID 19 já não estão em vigor.

### Qualidade da Nova Produção

O ano de 2022 caracteriza-se por uma situação económica enfraquecida - desaceleração do crescimento económico, aumento da inflação - e por tensões geopolíticas (guerra na Ucrânia). Consequentemente, a política de aprovação de novos financiamentos manteve-se cautelosa e conduziu a uma melhoria da qualidade do crédito para novos financiamentos.

Além disso, o grupo Mobilize F.S. reforçou o seu quadro de regras e políticas relativas à originação de empréstimos e monitorização, em conformidade com as orientações da EBA em matéria de originação e monitorização de empréstimos.

### Cobrança de dívidas não pagas

O stock de crédito em incumprimento diminuiu 2 % em 2022, atingindo 1030 milhões de euros no final de dezembro de 2022, em comparação com os 1051 milhões de euros no final de dezembro de 2021. Este desempenho é resultado de um conjunto de planos de ação que visam encurtar as fases de cobrança das prestações não pagas e melhorar a prevenção da transferência para inadimplência.

### Depreciação coletiva excluindo modelos estatísticos

Dado o contexto económico acima descrito, o grupo Mobilize F.S. implementou em 2022 dois tipos de imparidade coletiva sobre as exposições produtivas da sua carteira de retalho para evitar um provável aumento do risco de crédito devido a:

- um aumento dos preços ao consumidor acima dos salários;
- a dificuldade de algumas famílias em fazer face às suas obrigações de crédito para com a MFS devido à sua fragilidade financeira.

Estas duas abordagens foram descritas na secção 1. Exposição ao risco de crédito. Os ajustamentos abrangem também algumas carteiras identificadas como clientes vulneráveis graças a árvores de decisão, *scorecards* ou dados externos (como no Reino Unido, Espanha e Itália). Esta abordagem foi alargada em 2022 a novos países como a Alemanha, Áustria, Suíça, Portugal e Marrocos.

Neste contexto específico, todos os ajustamentos ascendem a um stock de 107 milhões de euros no final de 2022, excluindo a cobertura "prospetiva". Com estes 107 milhões de euros, o ajustamento pelo risco de inflação contribui para 43 milhões de euros e a experiência em clientes vulneráveis identificados ascende a 17 milhões de euros (em stock).

Ao nível da carteira de clientes empresariais, o Departamento de Crédito a Retalho e Notação monitoriza, em conjunto com as entidades MFS locais, o custo do risco, garante que é devidamente compreendido e analisado, e supervisiona a os planos de ação para atingir as metas. As políticas de subscrição estão sujeitas a regras centrais rigorosas, e as prestações em dívida sujeitas a cobrança profundamente monitorizadas. Os desempenhos das subsidiárias quanto à qualidade da aprovação e eficiência da cobrança são monitorizados no âmbito do relatório mensal de risco e são apresentados ao Departamento Corporativo pelas subsidiárias durante as reuniões dos comités, cuja frequência depende do nível de risco em cada entidade.

Um acompanhamento e um resumo são realizados durante os Comitês de Crédito mensais do grupo, que estão sob a supervisão do CEO da MFS e liderados pelo Diretor da Divisão de Crédito e Gestão de Dados. Esses comités também incluem o Diretor da Divisão de Riscos, o Diretor da Divisão de Contabilidade e Controlo de Desempenho, o Diretor da Divisão Comercial e de Estratégia, o Diretor da Divisão de Finanças e Tesouraria.

### Gestão do Risco de Crédito – Rede de concessionários

Ao nível de cada subsidiária e a nível central, os clientes da Rede são periodicamente monitorizados através de um conjunto de indicadores de risco que permitem avaliar a qualidade do risco de crédito de cada contraparte a curto e médio prazo. Um sistema de classificação do risco de crédito permite classificar as contrapartes em três estados (incidental, pré-alerta e cobrança duvidosa), o que desencadeia planos de tratamento e remediação adequados. Estas ações de redução do risco de crédito são definidas por um comité a nível de entidade, que reúne os administradores locais dos fabricantes e o grupo Mobilize F.S. em relação à rede de concessionários.

### Resultado no final de dezembro de 2022 para o negócio a retalho

As regras de provisionamento da norma IFRS9 são aplicadas desde 1 de janeiro de 2018 no âmbito de todas as entidades do grupo Mobilize F.S. Foram implementadas duas metodologias distintas em função da dimensão da entidade:

- um método baseado em modelos internos, como tabelas de desempenho e perda por incumprimento (para França, Alemanha, Espanha, Itália, Reino Unido, Coreia do Sul e Brasil), em que as exposições de Fase 1/Fase 2 são distribuídas de acordo com as notações dos modelos comportamentais e a sua evolução desde a originação. Os créditos reestruturados são classificados na Fase 2, enquanto que a Fase 3 corresponde a clientes inadimplentes. A provisão descontada é determinada de acordo com parâmetros de risco pontual que estão sujeitos a um ajustamento prospetivo;
- para as restantes entidades que utilizam o método padrão, as provisões são calculadas através de matrizes de transição aplicadas aos saldos antigos da carteira. Neste contexto, a Fase 2 corresponde aos créditos vencidos há mais de 30 dias na data de fecho, ou que registaram um valor vencido nos últimos 12 meses, e também aos créditos reestruturados.

O custo do risco em 2022 atinge 0,55 % dos Ativos Produtivos Médios contra 0,26 % em 2021. A diferença vem principalmente de:

- uma diminuição dos abates líquidos (após recuperações) em 100 milhões de euros (*versus* 115 milhões de euros em 2021), ou 0,26 % com base nos ativos produtivos médios;
- uma provisão para os ativos em incumprimento (Fase 3) de 27 milhões de euros (*versus* 65 milhões de euros em 2021);
- uma provisão de 81 milhões de euros sobre ativos produtivos (*versus* uma libertação de 82 milhões de euros em 2021), dos quais:
  - uma provisão de 36 milhões de euros devido à atualização das provisões prospetivas,
  - uma provisão de 39 milhões de euros devido ao ajustamento do risco de inflação,
  - uma provisão de 8 milhões de euros devido ao ajustamento dos clientes vulneráveis,
  - uma libertação de provisão de 27 milhões de euros para clientes com moratórias expiradas.

Os ativos não produtivos para exposições de Clientes Particulares e Empresas (sem financiamento de Concessionários) estão a diminuir ligeiramente no final de dezembro de 2022 para 979 milhões de euros, face a 989 milhões de euros no final de dezembro de 2021. A sua repartição do total dos ativos (rácio NPL) diminui de 2,52 % no final de dezembro de 2021 para 2,44 % no final de dezembro de 2022.

### Resultados das atividades dos concessionários no final de dezembro de 2022

O grupo Mobilize F.S. manteve a sua política de apoio aos fabricantes e as suas redes de distribuição, fornecendo soluções de financiamento adequadas. A este respeito, a gestão dos inventários em conjunto com os fabricantes e a sua adequação às situações do mercado continuaram a ser uma prioridade. Após a crise da COVID 19 em 2020 e a crise dos semicondutores em 2021, 2022 foi marcado por um aumento da concessão de créditos no final do ano.

Em 2022, o grupo Mobilize F.S. estabilizou a sua presença internacional e apoiou o desenvolvimento das marcas Alliance e das suas redes. Além disso, em vários países, o grupo começou a financiar importadores.

Os empréstimos contraídos pela rede em todo o âmbito de intervenção aumentaram 3,6 mil milhões de euros em comparação com o mês de dezembro de 2021, atingindo 10,4 mil milhões de euros em dezembro de 2022.

O custo do risco para 2022 é uma recuperação de 22 milhões de euros. O efeito do aumento da concessão de créditos foi mais do que compensado pela redução do ajustamento prospetivo na sequência da implementação de modelos internos mais adequados à nossa atividade de financiamento de concessionários, em vez do modelo “gerador de caminhos” do teste de esforço da EBA.

Os créditos não produtivos diminuíram ligeiramente de 67 milhões de euros no final de dezembro de 2021 para 50 milhões de euros no final de dezembro de 2022, tendo a sua importância no total de empréstimos diminuído de 0,9 % para 0,5 % no espaço de um ano.

Em 2022, o montante de amortizações líquidas de recuperações é de apenas 7,1 milhões de euros (com destaque para Espanha, com 6,6 milhões de euros, e para o Reino Unido, com 0,5 milhões de euros), o que confirma o bom controlo do risco no financiamento da Rede.

Os empréstimos contraídos reestruturados ascenderam a apenas 2,6 milhões de euros, um nível muito baixo, embora tenham aumentado 0,5 milhões de euros em relação ao ano anterior.

### 3. Diversificação da exposição ao risco de crédito

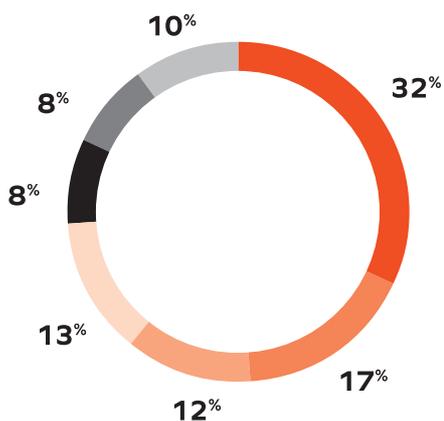
Os ativos produtivos de retalho no final de dezembro de 2022 estão a aumentar em comparação com o final de dezembro de 2021, situando-se em 38,9 mil milhões de euros, impulsionados pela melhoria do valor médio financiado, que tem um impacto positivo nos novos financiamentos. Estão espalhados por 21 países, com a Europa bem representada com 91 % do total. As subsidiárias do grupo que utilizam a metodologia IRB (França, Itália, Alemanha, Espanha, Reino Unido e Coreia do Sul) representam 85 % do total de ativos. As subsidiárias do grupo em França, Reino Unido e países da América Latina são as que apresentam um maior crescimento.

Os ativos produtivos de retalho da subsidiária coreana diminuem - 11,7 %. O peso dos 7 principais países onde o grupo Mobilize FS opera (subsidiárias aprovadas pelo IRB mencionadas acima mais o Brasil) permanece bastante estável em 89 % do total em 2022.

Em termos de repartição do negócio de Retalho por produto, os créditos representaram 59 % das dívidas a cobrar, as locações financeiras 38 %, um aumento de 1 ponto, e as locações operacionais (incluindo o aluguer de baterias) 4 %, permanecendo estáveis.

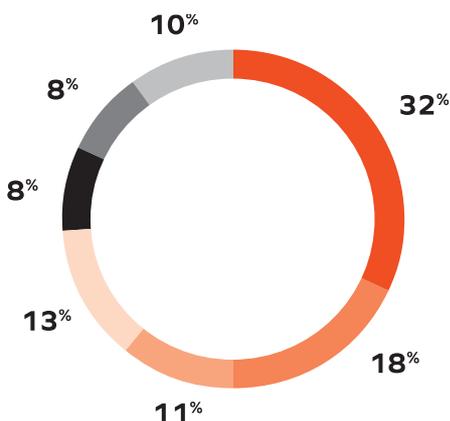
Total da exposição ao risco de crédito

/ CRÉDITO A RETALHO DEZEMBRO DE 2022



- França 32 %
- Alemanha 17 %
- Reino Unido 12 %
- Itália 13 %
- Espanha 8 %
- Resto da Europa 8 %
- Resto do mundo 10 %

/ CRÉDITO A RETALHO DEZEMBRO DE 2021

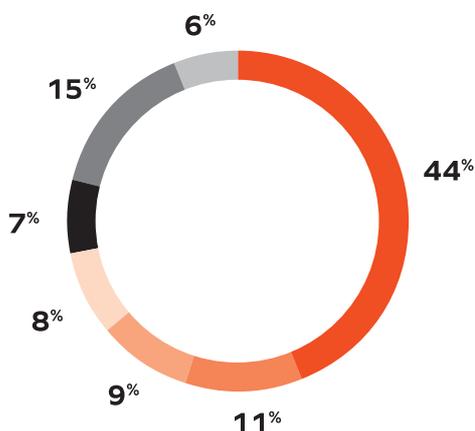


- França 32 %
- Alemanha 18 %
- Reino Unido 11 %
- Itália 13 %
- Espanha 8 %
- Resto da Europa 8 %
- Resto do mundo 10 %

Os empréstimos por liquidar da rede de concessionários estão espalhados por 24 países consolidados com uma forte preponderância da Europa. O total dos ativos da rede de concessionários representa 10,4 mil milhões de euros. A repartição dos empréstimos concedidos por país é relativamente estável, exceto no caso da Alemanha que regista uma diminuição de 3 pontos e do Reino Unido que, por sua vez, regista um aumento de 3 pontos.

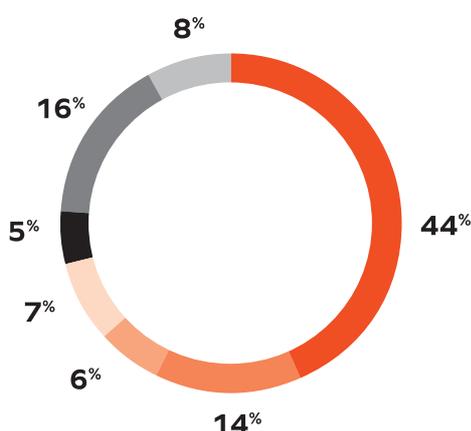
Total da exposição ao risco de crédito

/ CRÉDITO POR GROSSO - DEZEMBRO DE 2022



- França 44 %
- Alemanha 11 %
- Reino Unido 9 %
- Itália 8 %
- Espanha 7 %
- Resto da Europa 15 %
- Resto do mundo 6 %

/ CRÉDITO POR GROSSO - DEZEMBRO DE 2021



- França 44 %
- Alemanha 14 %
- Reino Unido 6 %
- Itália 7 %
- Espanha 5 %
- Resto da Europa 16 %
- Resto do mundo 8 %

## 4. Ativos ponderados pelo risco

O grupo Mobilize F.S. utiliza o método avançado para mensurar o risco de crédito para empréstimos concedidos a clientes nos seguintes países: França, Alemanha, Espanha, Itália, Coreia do Sul e Reino Unido. Para todas as outras exposições e riscos, o grupo Mobilize F.S. A utiliza o método normalizado.

## 5. Método avançado

O grupo Mobilize F.S. adotou os métodos mais avançados propostos pela reforma conhecida como Basileia II/III para mensurar e supervisionar os seus riscos de crédito, pelo que todos os parâmetros são estimados a nível interno. Os valores assim mensurados são aplicados para calcular os riscos de exposição nos clientes Particulares, Empresariais e Concessionários. Seis grandes países (Alemanha, Espanha, França, Itália, Coreia do Sul e Reino Unido (1)) são tratados utilizando a abordagem avançada com base em notações internas.

Para todos estes âmbitos, o grupo Mobilize F.S. obteve as seguintes autorizações:

- para França, Alemanha, Itália e Espanha, aprovado em janeiro de 2008;
- para o Reino Unido, aprovado em janeiro de 2010;
- para a Coreia, aprovado em junho de 2011.

Com base no acordo dado pelo supervisor, as carteiras corporativas (excluindo a rede de concessionários) na Alemanha, Itália e Espanha são tratadas pelo método padrão desde 2021.

Os modelos de risco de crédito aplicados no âmbito do grupo estão sujeitos a inspeções *in loco* das autoridades de supervisão, dando origem a obrigações e/ou recomendações e, quando aplicável, ao estabelecimento de margens adicionais temporárias sobre os parâmetros estimados pelo Banco.

### a) Governança

Os modelos internos de risco de crédito fazem parte da Gestão de Riscos e são geridos por um procedimento de Governança que define os papéis e responsabilidades de cada parte interessada e envolvida na garantia da independência dos diversos níveis de controlo. Esse procedimento é validado pelo Comité de Riscos, órgão máximo de decisão da instituição em relação aos modelos internos.

O primeiro nível de controlo é realizado pelas equipas da Divisão de Crédito e Gestão de Dados, que são responsáveis por:

- qualidade dos dados das subsidiárias;
- metodologias de modelagem;
- desenvolvimento e implementação de modelos;
- introdução operacional de modelos;
- supervisão do desempenho e relevância dos modelos através de exercícios de *backtesting* e recalibração.

O segundo nível de controlo é efetuado pelo Departamento de Controlo de Riscos e pelo Departamento de Riscos e Regulamentação Bancária, que revêm de forma independente os elementos realizados pela Divisão de Crédito e Gestão de Dados. Estas revisões são regidas por um procedimento de validação e as respetivas conclusões são apresentadas durante uma reunião do Comité de Validação e resumidas num relatório de validação. Durante as missões de validação de segundo nível, as equipas da Divisão de Crédito e Gestão de Dados são obrigadas a justificar os seus pressupostos e as suas escolhas metodológicas com argumentos e pistas de auditoria.

As alterações introduzidas nos modelos e nos exercícios de monitorização recorrentes são comunicadas à Autoridade de Supervisão em conformidade com um procedimento interno que cumpre os requisitos do Regulamento Delegado (UE) n.º 529/2014 da Comissão, de 20 de maio de 2014, relativo às prorrogações e alterações ao método de notação interna.

Este procedimento prevê, dependendo da materialidade da alteração efetuada, comunicar ao Supervisor:

- um pacote de pedidos para homologação;
- uma notificação prévia à alteração (*ex ante*);
- uma notificação após a alteração (*ex post*).

A Gestão Interna prevê, antes de cada comunicação ao Supervisor, uma validação pelos vários órgãos de decisão, em função da sua materialidade.

Adicionalmente, a Gestão reporta de forma recorrente aos Órgãos de Administração onde são apresentados os níveis de risco, as conclusões dos exercícios recorrentes bem como as revisões independentes, o seguimento das recomendações internas e externas, etc.

Por fim, o Departamento de Auditoria Interna assegura o terceiro nível de controlo e avalia, por meio de inspeções periódicas, a eficiência e a conformidade do sistema de gestão e governança dos modelos internos.

1) Para estes 6 países, algumas carteiras estão na abordagem padrão (exemplos: Empresas no Reino Unido, Grandes Empresas fora da França). Além disso, a RCI Korea não é abrangida pela atividade de financiamento dos concessionários.

## b) Sistema de informação

A base de dados centralizada de riscos (BCR) armazena dados de risco de crédito provenientes de aplicações de aprovação, gestão e contabilidade, nos três mercados e para os países mais significativos.

Esta base de dados fornece dados de entrada para os decisores avaliarem os riscos, e o pacote de *software* Banking Cloud calcula o rácio de solvência. O Banking Cloud também é alimentado por dados do sistema de refinanciamento e da ferramenta de consolidação.

Os dados recolhidos e calculados nestes sistemas de informação são controlados técnica e funcionalmente ao longo de toda a linha de produção, desde a recolha de informações dos sistemas a montante até aos resultados finais. Esses controlos de qualidade são monitorizados mensalmente ao nível da cadeia de produção de acordo com a criticidade dos dados.

Na sequência de uma análise destes controlos, foram implementados planos de ação.

O sistema de informação em vigor fornece as ferramentas analíticas necessárias para explicar as mudanças no rácio de ativos ponderados. Assim, os extratos mensais mostram os componentes dos ativos ponderados em relação ao método avançado (probabilidade de inadimplência, perda em caso de inadimplência, exposições, perdas esperadas, etc.) de acordo com vários critérios:

- empréstimos concedidos importantes e empréstimos concedidos em incumprimento discriminados por tipo de financiamento;
- uma separação entre exposições patrimoniais e extrapatrimoniais;
- uma repartição por país;
- uma repartição por categoria de clientes (particulares, trabalhadores independentes, pequenas empresas, médias e grandes empresas segundo o volume de negócios, grandes corporações e rede de concessionários);
- uma distribuição de acordo com as características do cliente (idade do cliente ou empresa, ramo de negócio, etc.), de acordo com as características do plano de financiamento (prazo inicial, valor pago antecipadamente, etc.) e de acordo com as características do bem financiado (veículo novo ou usado, modelos, etc.).

Estas dimensões de dados são também utilizadas para a análise mensal do custo de gestão dos riscos.

## c) Segmentação das exposições pelo método avançado

Todos os valores relativos às exposições ao risco de crédito dizem respeito às exposições brutas, ou seja, antes da aplicação dos Fatores de Conversão de Crédito e das técnicas de Atenuação do Risco de Crédito.

A densidade RWA (riscos ponderados/exposições) totaliza 44 % para a carteira de Clientes Particulares e 57 % para a carteira global de Clientes Empresariais, utilizando o método de notação interna avançado e 97 % para o método de notação interna básico.

O montante das percentagens do FCEC (Fator de Conversão da Exposição ao Crédito) é fixado em 100 % para o método avançado.

/ EU CRE - REQUISITOS DE DIVULGAÇÃO QUALITATIVA RELACIONADOS COM A ABORDAGEM IRB

Base jurídica	Número da linha	Informações qualitativas
Artigo 452.º, alínea a), do CRR	(a)	Autorização da autoridade competente para a abordagem ou transição aprovada
Artigo 452.º, alínea c), do CRR	(b)	(c) Os mecanismos de controlo dos sistemas de notação nas diferentes fases de desenvolvimento do modelo, controlos e alterações, que devem incluir informações sobre: (i) a relação entre a função de gestão de riscos e a função de auditoria interna; (ii) a revisão do sistema de notação; (iii) procedimento para garantir a independência da função responsável pela revisão dos modelos das funções responsáveis pelo desenvolvimento dos modelos; (iv) o procedimento para assegurar a responsabilização das funções responsáveis pelo desenvolvimento e revisão dos modelos
Artigo 452.º, alínea d), do CRR	(c)	O papel das funções envolvidas no desenvolvimento, aprovação e posteriores alterações dos modelos de risco de crédito
Artigo 452.º, alínea e), do CRR	(d)	O âmbito e o conteúdo principal dos relatórios referentes aos modelos de risco de crédito
Artigo 452.º, alínea f), do CRR	(e)	Uma descrição do processo de notação interna por classe de risco, incluindo o número de modelos principais utilizados relativamente a cada carteira e uma breve análise das principais diferenças entre os modelos dentro da mesma carteira, abrangendo: (i) as definições, os métodos e os dados para a estimativa e validação da probabilidade de incumprimento, que devem incluir informações sobre a forma como as probabilidades de incumprimento são estimadas para as carteiras de baixo incumprimento, se existem limites regulamentares e os fatores que determinam as diferenças observadas entre a probabilidade de incumprimento e as taxas de incumprimento efetivas, pelo menos nos últimos três períodos; (ii) quando aplicável, as definições, os métodos e os dados para a estimativa e validação das perdas dado o incumprimento (LGD), tais como os métodos para calcular as perdas dado o incumprimento numa situação de contração económica, a forma como as perdas dado o incumprimento são estimadas para as carteiras de baixo incumprimento e o período decorrido entre o evento de incumprimento e o fecho da exposição; (iii) quando aplicável, as definições, os métodos e os dados para a estimativa e validação dos fatores de conversão de crédito, incluindo os pressupostos utilizados na derivação dessas variáveis.

Parte IV-5 Método Avançado

i) Parte IV-5 a) Governança  
ii) Parte 5-h) Procedimentos de controlo das notações internas  
iii) Parte IV-5 a) Governança  
iv) Parte IV-5 a) Governança

Parte IV-5 a) Governança

Parte IV-5 a) Governança

i) Parte 5-d) 1) Descrição do processo de notação interna  
ii) Parte 5-e) Dimensão dos dados de transição – Parâmetro de perdas dado o incumprimento  
iii) Parte 5-f) Fator de conversão de crédito

## / EU CR6 – ABORDAGEM IRB – EXPOSIÇÕES AO RISCO DE CRÉDITO POR CLASSE DE EXPOSIÇÃO E INTERVALO DE PROBABILIDADE DE INCUMPRIMENTO

Intervalo de PI (em milhões de euros)	Exposições patrimoniais	Exposições extrapatrimoniais pré-CFF	CFF médios ponderados pela exposição	EAD pós CRM e pós CCF	PI média ponderada pela exposição
<b>A-IRB Corporativo</b>					
0,00 a <0,15	49			49	0,06 %
0,00 a <0,10	49			49	0,06 %
0,10 a <0,15					
0,15 a <0,25					
0,25 a <0,50	161	6	1,0	168	0,41 %
0,50 a <0,75	868	47	1,0	915	0,60 %
0,75 a <2,50	5549	477	1,0	6026	1,48 %
0,75 a <1,75	3944	142	1,0	4086	1,23 %
1,75 a <2,50	1605	335	1,0	1940	2,01 %
2,50 a <10,00	2085	208	1,0	2293	3,89 %
2,50 a <5,00	1701	150	1,0	1851	3,28 %
5,00 a <10,00	384	58	1,0	442	6,43 %
10,00 a <100,00	269	18	1,0	288	15,33 %
10,00 a <20,00	206	17	1,0	223	11,49 %
20,00 a <30,00	48	1	1,0	50	26,18 %
30,00 a <100,00	15	0	1,0	15	36,22 %
100,00 (Padrão)	35	5	1,0	41	100,00 %
<b>SUBTOTAL A-IRB CORPORATIVO</b>	<b>9017</b>	<b>761</b>	<b>1,0</b>	<b>9778</b>	<b>2,75 %</b>
<b>A-IRB Corporativo PME</b>					
0,00 a <0,15	9	1	1,0	9	0,04 %
0,00 a <0,10	9	1	1,0	9	0,04 %
0,10 a <0,15					
0,15 a <0,25					
0,25 a <0,50	82	1	1,0	83	0,37 %
0,50 a <0,75	609	32	1,0	640	0,61 %
0,75 a <2,50	355	31	1,0	386	1,44 %
0,75 a <1,75	233	29	1,0	262	1,19 %
1,75 a <2,50	122	2	1,0	124	1,97 %
2,50 a <10,00	388	13	1,0	401	4,61 %
2,50 a <5,00	251	3	1,0	254	3,35 %
5,00 a <10,00	137	10	1,0	147	6,77 %
10,00 a <100,00	166	10	1,0	176	22,27 %
10,00 a <20,00	58	7	1,0	66	11,99 %
20,00 a <30,00	83	2	1,0	85	26,43 %
30,00 a <100,00	25	0	1,0	25	35,10 %
100,00 (Padrão)	28	0	1,0	28	100,00 %
<b>SUBTOTAL A-IRB EMPRESAS PME</b>	<b>1637</b>	<b>87</b>	<b>1,0</b>	<b>1724</b>	<b>5,54 %</b>

N.º  
1  
  
N.º  
2  
  
N.º  
3  
  
N.º  
4  
  
N.º  
5

Número de devedores	LGD média ponderada pela exposição	Maturidade média ponderada pela exposição (anos)	RWEA após fatores de apoio	Montante da densidade RWEA	Montante da perda esperada	Pequenos ajustamentos e provisões
7	17,45 %	1,0	3	5,52 %	0	0
7	17,45 %	1,0	3	5,52 %	0	0
48	18,39 %	1,0	35	20,61 %	0	0
1290	18,08 %	1,0	326	35,62 %	1	(1)
3770	24,05 %	1,0	3489	57,90 %	23	(17)
2049	17,32 %	1,0	1546	37,83 %	9	(5)
1721	38,21 %	2,0	1943	100,17 %	15	(12)
1340	21,31 %	1,0	1567	68,33 %	19	(14)
989	22,17 %	1,0	1202	64,93 %	14	(9)
351	17,72 %	2,0	365	82,58 %	5	(4)
326	24,65 %	2,0	357	124,17 %	11	(7)
296	24,53 %	2,0	265	119,10 %	6	(3)
22	26,17 %	1,0	73	147,10 %	3	(3)
8	21,36 %	1,0	19	123,53 %	1	(1)
194	49,57 %	2,0	27	66,74 %	19	(9)
<b>6975</b>	<b>22,84 %</b>	<b>1,0</b>	<b>5803</b>	<b>59,35 %</b>	<b>73</b>	<b>(46)</b>
12	18,56 %	1,0	0	2,79 %	0	0
12	18,56 %	1,0	0	2,79 %	0	0
256	22,37 %	1,0	13	15,48 %	0	0
392	18,76 %	1,0	169	26,46 %	1	(1)
496	19,81 %	1,0	166	42,96 %	1	(3)
136	18,93 %	2,0	121	46,22 %	1	(3)
360	21,66 %	1,0	45	36,09 %	1	0
399	19,99 %	1,0	196	48,85 %	4	(1)
276	20,18 %	1,0	109	42,82 %	2	(1)
123	19,67 %	1,0	87	59,26 %	2	(1)
178	19,09 %	1,0	131	74,33 %	8	(4)
91	19,12 %	1,0	48	73,08 %	2	(1)
66	18,93 %	1,0	63	73,96 %	4	(1)
21	19,58 %	1,0	20	78,85 %	2	(1)
40	81,11 %	1,0	21	75,66 %	21	(15)
<b>1773</b>	<b>20,50 %</b>	<b>1,0</b>	<b>696</b>	<b>40,39 %</b>	<b>34</b>	<b>(25)</b>

Intervalo de PI (em milhões de euros)	Exposições patrimoniais	Exposições extrapatrimoniais pré-CFF	CFF médios ponderados pela exposição	EAD pós CRM e pós CCF	PI média ponderada pela exposição
<b>A-IRB CLIENTES PARTICULARES E PME</b>					
0,00 a <0,15	0			0	0,05 %
0,00 a <0,10	0			0	0,05 %
0,10 a <0,15					
0,15 a <0,25					
0,25 a <0,50	265	38	1,0	302	0,34 %
0,50 a <0,75	209	25	1,0	234	0,60 %
0,75 a <2,50	1532	305	1,0	1837	1,66 %
0,75 a <1,75	997	204	1,0	1201	1,26 %
1,75 a <2,50	535	101	1,0	637	2,42 %
2,50 a <10,0	644	105	1,0	749	5,10 %
2,50 a <5,00	317	57	1,0	374	4,01 %
5,00 a <10,00	328	48	1,0	375	6,18 %
10,00 a <100,00	244	30	1,0	274	20,83 %
10,00 a <20,00	101	16	1,0	116	10,60 %
20,00 a <30,00	127	14	1,0	141	25,71 %
30,00 a <100,00	16	1	1,0	17	50,09 %
100,00 (Padrão)	96	2	1,0	98	100,00 %
<b>SUBTOTAL A-IRB CLIENTES PARTICULARES E PME</b>	<b>2991</b>	<b>504</b>	<b>1,0</b>	<b>3495</b>	<b>6,47 %</b>
<b>A-IRB Clientes Particulares sem PME</b>					
0,00 a <0,15	1302	310	1,0	1611	0,10 %
0,00 a <0,10	598	18	1,0	616	0,07 %
0,10 a <0,15	704	292	1,0	996	0,12 %
0,15 a <0,25	760	29	1,0	789	0,21 %
0,25 a <0,50	4920	500	1,0	5420	0,34 %
0,50 a <0,75	4125	239	1,0	4364	0,67 %
0,75 a <2,50	9310	839	1,0	10 149	1,32 %
0,75 a <1,75	7577	632	1,0	8209	1,12 %
1,75 a <2,50	1732	207	1,0	1940	2,15 %
2,50 a <10,0	3447	135	1,0	3582	4,67 %
2,50 a <5,00	2307	96	1,0	2403	3,44 %
5,00 a <10,00	1140	39	1,0	1179	7,18 %
10,00 a <100,00	984	27	1,0	1010	24,46 %
10,00 a <20,00	366	12	1,0	378	12,45 %
20,00 a <30,00	420	12	1,0	433	23,32 %
30,00 a <100,00	198	2	1,0	200	49,63 %
100,00 (Padrão)	446	2	1,0	448	100,00 %
<b>SUBTOTAL A-IRB CLIENTES PARTICULARES SEM PME</b>	<b>25 293</b>	<b>2081</b>	<b>1,0</b>	<b>27 374</b>	<b>3,82 %</b>
<b>TOTAL A-IRB</b>	<b>38 938</b>	<b>3433</b>	<b>1,0</b>	<b>42 371</b>	<b>3,87 %</b>

Número de devedores	LGD média ponderada pela exposição	Maturidade média ponderada pela exposição (anos)	RWEA após fatores de apoio	Montante da densidade RWEA	Montante da perda esperada	Pequenos ajustamentos e provisões
33	47,70 %		0	6,48 %	0	0
33	47,70 %		0	6,48 %	0	0
11 216	46,22 %		64	21,29 %	0	0
13 769	44,89 %		68	28,93 %	1	0
80 495	39,12 %		694	37,79 %	12	(9)
52 674	38,75 %		419	34,89 %	6	(5)
27 821	39,81 %		275	43,26 %	6	(5)
31 663	37,56 %		339	45,32 %	15	(10)
16 824	35,35 %		156	41,67 %	5	(4)
14 839	39,76 %		184	48,95 %	9	(6)
10 052	35,30 %		169	61,80 %	21	(15)
4060	34,05 %		56	47,86 %	4	(3)
4927	36,24 %		101	71,67 %	13	(9)
1065	36,07 %		13	75,41 %	3	(3)
5996	74,54 %		64	64,91 %	68	(58)
<b>153 224</b>	<b>40,48 %</b>		<b>1399</b>	<b>40,02 %</b>	<b>116</b>	<b>(93)</b>
350 942	39,91 %		174	10,79 %	1	(1)
93 025	37,25 %		48	7,76 %	0	0
257 917	41,56 %		126	12,67 %	0	(1)
88 641	34,54 %		120	15,26 %	1	(1)
508 237	39,50 %		1354	24,98 %	7	(19)
313 205	41,72 %		1708	39,14 %	12	(19)
744 356	41,26 %		5027	49,54 %	56	(53)
605 885	41,24 %		3914	47,68 %	39	(44)
138 471	41,32 %		1113	57,39 %	17	(9)
343 041	42,40 %		2459	68,66 %	72	(96)
218 114	41,80 %		1576	65,60 %	35	(41)
124 927	43,61 %		883	74,89 %	37	(56)
94 020	40,21 %		961	95,16 %	100	(120)
35 258	40,27 %		297	78,52 %	19	(25)
37 866	39,93 %		440	101,72 %	41	(46)
20 896	40,72 %		225	112,39 %	40	(49)
57 884	77,09 %		325	72,58 %	320	(307)
<b>2 500 326</b>	<b>41,41 %</b>		<b>12 130</b>	<b>44,31 %</b>	<b>568</b>	<b>(615)</b>
<b>2 662 298</b>	<b>36,19 %</b>	<b>1,0</b>	<b>20 028</b>	<b>47,27 %</b>	<b>791</b>	<b>(779)</b>

N.º

1

N.º

2

N.º

3

N.º

4

N.º

5

Intervalo de PI (em milhões de euros)	Exposições patrimoniais	Exposições extrapatrimoniais pré-CFF	CFF médios ponderados pela exposição	EAD pós CRM e pós CCF	PI média ponderada pela exposição
<b>F-IRB Corporativo</b>					
0,00 a <0,15					
0,00 a <0,10					
0,10 a <0,15					
0,15 a <0,25					
0,25 a <0,50					
0,50 a <0,75					
0,75 a <2,50	63			63	1,87 %
0,75 a <1,75					
1,75 a <2,50	63			63	1,87 %
2,50 a <10,0	4			4	3,25 %
2,50 a <5,00	4			4	3,25 %
5,00 a <10,00					
10,00 a <100,00					
10,00 a <20,00					
20,00 a <30,00					
30,00 a <100,00					
100,00 (Padrão)	16			16	100,00 %
<b>TOTAL F-IRB CORPORATIVO</b>	<b>84</b>			<b>84</b>	<b>21,15 %</b>



## / EU CR6-A - ÂMBITO DA UTILIZAÇÃO DAS ABORDAGENS IRB E SA

em milhões de euros	Valor da exposição Artigo 166.º CRR para exposições sujeitas à abordagem IRB	Exposições sujeitas à abordagem normalizada e à abordagem IRB	% de valor da exposição sujeita à utilização parcial da abordagem SA	% de valor da exposição sujeita à um plano de distribuição	% da exposição total na abordagem IRB
Governos centrais e bancos centrais		6503	100,00 %		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Das quais governos regionais ou autoridades locais</li> <li>• Das quais entidades do sector público</li> </ul>					
Instituições		2776	1,74 %	98,26 %	
Empresas	11 585	16 043	3,40 %	24,39 %	72,21 %
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Das quais Empresas - Financiamento especializado, excluindo a abordagem de slotting</li> <li>• Das quais Empresas - Financiamento especializado ao abrigo da abordagem de slotting</li> </ul>					
Retalho	30 869	38 638	0,66 %	19,45 %	79,89 %
<ul style="list-style-type: none"> <li>• das quais Clientes Particulares - Garantidos por imóveis PME</li> <li>• das quais Clientes Particulares - Garantidos por imóveis não-PME</li> <li>• das quais Clientes Particulares - Posições renováveis</li> <li>• das quais Clientes Particulares - Outras PME</li> <li>• das quais Clientes Particulares - Outras não-PME</li> </ul>		5576	3,94 %	33,39 %	62,68 %
		33 061	0,11 %	17,10 %	82,80 %
Capital próprio		12		100,00 %	
Outros ativos não associados a obrigações de crédito		1454		100,00 %	
<b>TOTAL</b>	<b>42 455</b>	<b>65 426</b>	<b>1,45 %</b>	<b>33,66 %</b>	<b>64,89 %</b>

N.º  
1  
N.º  
2  
N.º  
3  
N.º  
4  
N.º  
5

#### d) Dimensão dos dados do mutuário - Parâmetro de Probabilidade de Incumprimento (PI)

A reavaliação mensal dos riscos do cliente baseia-se em:

- um modelo para a notação do risco de incumprimento;
- um método para quantificar a probabilidade de incumprimento relacionada.

#### i) Descrição do processo de notação interna

A tabela seguinte fornece uma descrição do processo de notação interna para cada tipo de exposição.

Classe de exposição	País	Âmbito	Definição	Método de estimativa da PI	Dados	Validação	Adequação entre PI e taxa de incumprimento	
Retalho	Alemanha	Retalho Individuos	A definição de incumprimento obedece às Orientações da EBA, Relatório Final EBA/GL/2016/07 sobre as Orientações para a definição de incumprimento	A estimativa é baseada numa média de longo prazo da taxa de incumprimento a 12 meses, adicionada de margens de conservadorismo do tipo A, B, C que, com base em dados históricos que refletem o provável intervalo de variabilidade das taxas de incumprimento, contém uma combinação adequada de melhores ou piores anos.	Desde 2008	Os valores da PI foram aprovados em outubro de 2022, após a missão de inspeção dos créditos a retalho de 2021.	PI conservadora em relação às taxas de incumprimento observadas a longo prazo.	
	Alemanha	Retalho PME			Desde 2008			
	Espanha	Retalho Individuos			Desde 2008			
	Espanha	Retalho PME			Desde 2008			
	Itália	Retalho Individuos			Desde 2008			
	Itália	Retalho PME			Desde 2008			
	Coreia	Retalho			DESDE 2011			
	França	Retalho Individuos			Desde 2008			
	Reino Unido	Retalho Individuos			Desde 2010			
	França	Retalho PME			Desde 2008			
Comércio por Grosso	Alemanha	Por grosso R1			Desde 2010	Os parâmetros da PI foram aprovados pelo BCE no âmbito da inspeção de 2020 sobre a nova definição de incumprimento.		
	Alemanha	Por grosso R2						
	Espanha	Por grosso R1						
	Itália	Por grosso R1						
	Reino Unido	Por grosso R1						
Corporativo	França	Empresa muito grande			Desde 2008			
	França	Outras empresas						Desde 2008

#### ii) Modelo de classificação do risco

A classificação do risco de contraparte resulta de uma pontuação que inclui as características do cliente e o histórico de pagamento deste último. A metodologia é ajustada a cada tipologia de cliente por forma a ter em conta a natureza da informação disponível geralmente utilizada por especialistas no sector da banca para avaliar os riscos.

A tabela do parágrafo iii) abaixo apresenta o mapeamento dos modelos desenvolvidos.

#### iii) Atribuição a uma classe de risco e quantificação da PI relativa a cada classe

As escalas de notação apresentam uma série de classes ajustadas à granularidade da carteira. Os clientes Particulares são divididos em dez classes para a carteira sólida e uma classe inadimplente; as carteiras Empresas e Concessionários são divididas em sete classes.

O grau de fiabilidade exigido para a notação interna levou, no entanto, a que cada carteira de “país/segmento de clientes” fosse dividida de uma forma específica: para um determinado segmento, o risco associado a uma determinada classe em França, mensurado pela sua PI representativa, é diferente do risco associado à mesma classe em Espanha.

A PI associada a cada classe é calculada tendo em conta as taxas de incumprimento historicamente observadas.

Especifica-se que os novos modelos de PI para Clientes Particulares para todos os países foram colocados em produção em 2020, após a sua validação pelo BCE. As PD destes novos modelos foram recalibrada seguindo a nova definição de incumprimento (em conformidade com as Orientações da EBA: Relatório Final EBA/GL/2016/07 sobre as Orientações para a definição de incumprimento) e esta PI e colocados

em produção em dezembro de 2021. Além disso, em novembro de 2022, um novo modelo da carteira Itália Empresa foi colocado em produção após a aprovação do BCE do pedido de pacote Retalho apresentado em junho de 2021. A PI deste novo modelo e a PI recalibrada das restantes carteiras de Retalho (excluindo o Reino Unido) foram também colocadas em produção nesse mesmo mês. No pedido de pacote Retalho apresentado em junho de 2021, o BCE também aprovou um novo modelo para a carteira do Reino Unido que será implementado no início de 2023.

#### /SEGMENTAÇÃO DAS EXPOSIÇÕES PELO MÉTODO AVANÇADO E PI MÉDIA POR PAÍS

Categoria de exposição	IRBA países	PI média da carteira sólida a 31/12/2022
Clientes particulares	Alemanha	1,34 %
	Espanha	2,03 %
	França	2,88 %
	Itália	1,96 %
	Reino Unido	2,96 %
	Coreia do Sul	0,99 %
Pequenas e Médias Empresas	Alemanha	1,91 %
	Espanha	3,77 %
	França	4,28 %
	Itália	4,20 %
	Reino Unido	2,86 %
	Coreia do Sul	1,46 %
Grandes empresas	Alemanha	2,02 %
	Espanha	7,65 %
	França	2,26 %
	Itália	3,00 %
	Reino Unido	3,09 %

#### iv) Teste dos modelos de PI

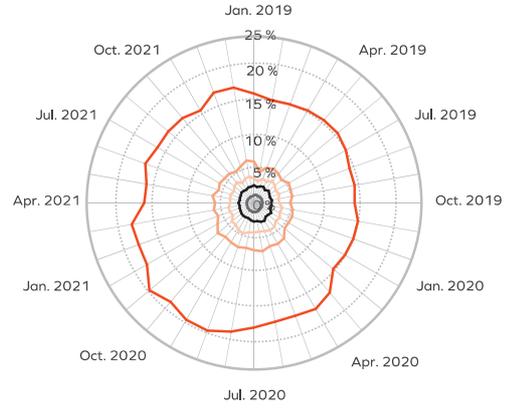
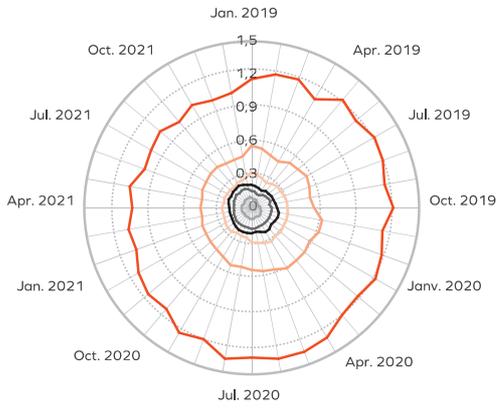
Os números divulgados nesta secção provêm de bases de dados de *backtesting*, alinhadas com as bases de dados de modelagem. Os valores apresentados nas secções anteriores correspondem à utilização de parâmetros, pelo que podem existir diferenças nas regras de gestão. Por exemplo, as taxas de incumprimento e as probabilidades de incumprimento derivadas do *backtesting* baseiam-se exclusivamente na carteira de desempenho. Além disso, no *backtesting*, se uma contraparte pertencer a um grupo de consolidação cujas vendas anuais excedam 50 milhões de euros, a classe de exposição para os componentes do grupo não será afetada, o que pode causar diferenças de volume e alocação.

Em muitos países, os modelos de *backtesting* e PI têm sublinhado que os modelos podem efetivamente priorizar riscos, mas que também sobrestimam as probabilidades de incumprimento por classe. Note-se que os procedimentos internos de *backtesting* se centram em calibrações por classe de risco ao longo do tempo e não por classe de exposição, com médias de PI em números e não em valores em dívida.

Isto é ilustrado nos gráficos a seguir.

N.º  
1  
N.º  
2  
N.º  
3  
N.º  
4  
N.º  
5

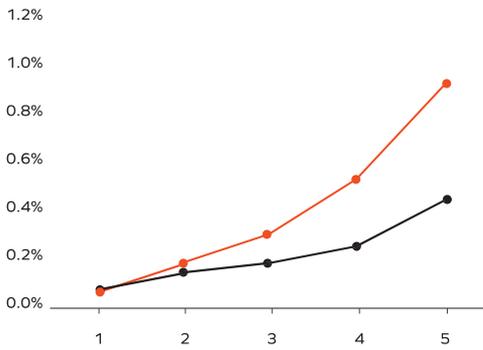
**/ HISTÓRICO DE TAXAS DE INCUMPRIMENTO POR CLASSE**



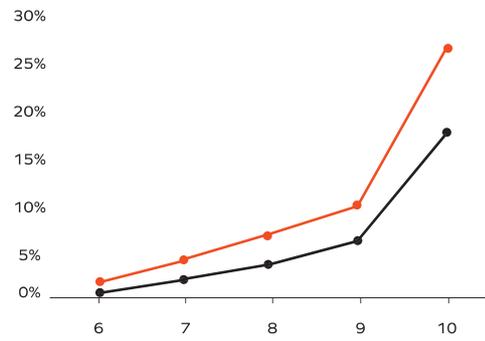
Como as curvas por classe de notação são concêntricas, os dois gráficos acima permitem concluir que o modelo é discriminante.

**/ BACKTESTING DO MODELO DE PI DE CLIENTE PARA A ALEMANHA NO FINAL DE DEZEMBRO DE 2022**

**CLASSE 1 A 5**



**CLASSE 6 A 10**



● Taxa de incumprimento observada em dezembro de 2022 ● PI estimada em dezembro de 2021 ● Taxa de incumprimento observada em dezembro de 2022 ● PI estimada em dezembro de 2021

A curva âmbar das probabilidades de incumprimento calibradas para o intervalo de notações considerado está precisamente acima da taxa de incumprimento efetiva observada. O modelo de PI de Cliente alemão para a carteira de dezembro de 2021, com incumprimentos observados no final de dezembro de 2022, parece, portanto, estar devidamente calibrado.

Quando as notações externas estão disponíveis (ou seja, para as grandes empresas francesas), é calculada uma matriz de migração entre notações internas e externas para os exercícios de *backtesting*. Uma taxa de correspondência anual é calculada de acordo com os seguintes dois cenários: sem nenhuma diferença de notação e com uma diferença de notação em valor absoluto (quase 99 %).

## / EU CR9 - ABORDAGEM IRB - BACKTESTING DA PI POR CLASSE DE EXPOSIÇÃO (ESCALA FIXA DE PI)

Número de devedores no final do ano anterior

Classe de exposição	Intervalo de PI	Dos quais número de devedores que ficaram inadimplentes no ano		Taxa média de incumprimento observada (%)	PI média ponderada pela exposição (%)	PI média (%)	Taxa média de incumprimento anual histórica (%)	
		c	d					
a	b	c	d	e	f	g	h	
COCOR	0,00 a <0,15	16	0	0,00 %	0,06 %	0,05 %	0,94 %	
	0,00 a <0,10	16	0	0,00 %	0,06 %	0,05 %	0,94 %	
	0,10 a <0,15							
	0,15 a <0,25						0,00 %	
	0,25 a <0,50	36	0	0,00 %	0,41 %	0,41 %	0,92 %	
	0,50 a <0,75	1272	7	0,55 %	0,60 %	0,64 %	0,11 %	
	0,75 a <2,50	3514	35	1,00 %	1,47 %	1,50 %	0,85 %	
	0,75 a <1,75	1866	16	0,86 %	1,24 %	1,08 %	0,87 %	
	1,75 a <2,5	1648	19	1,15 %	2,00 %	2,00 %	0,38 %	
	2,50 a <10,00	1305	21	1,61 %	3,87 %	4,18 %	1,48 %	
	2,5 a <5	1003	10	1,00 %	3,29 %	3,43 %	1,14 %	
	5 a <10	302	11	3,64 %	6,42 %	6,32 %	2,42 %	
	10,00 a <100,00		284	19	6,69 %	15,21 %	12,97 %	5,30 %
	10 a <20		244	16	6,56 %	11,48 %	11,53 %	4,06 %
	20 a <30		32	3	9,38 %	26,25 %	23,41 %	5,51 %
	30,00 a <100,00		8	0	0,00 %	36,22 %	36,22 %	6,61 %
	100,00 (Predefinição)		227	227	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %
	COSME	0,00 a <0,15	8	0	0,00 %	0,04 %	0,04 %	0,39 %
		0,00 a <0,10	8	0	0,00 %	0,04 %	0,04 %	0,39 %
0,10 a <0,15								
0,15 a <0,25							3,33 %	
0,25 a <0,50		247	0	0,00 %	0,37 %	0,36 %	0,76 %	
0,50 a <0,75		345	0	0,00 %	0,61 %	0,62 %	0,00 %	
0,75 a <2,50		502	2	0,40 %	1,44 %	1,82 %	0,48 %	
0,75 a <1,75		131	1	0,76 %	1,20 %	1,16 %	0,66 %	
1,75 a <2,5		371	1	0,27 %	1,97 %	2,06 %	0,29 %	
2,50 a <10,00		486	2	0,41 %	4,63 %	4,35 %	1,99 %	
2,5 a <5		322	0	0,00 %	3,36 %	3,09 %	0,48 %	
5 a <10		164	2	1,22 %	6,77 %	7,19 %	3,77 %	
10,00 a <100,00			159	7	4,40 %	22,10 %	19,84 %	9,50 %
10 a <20			98	2	2,04 %	12,00 %	11,01 %	8,20 %
20 a <30			38	3	7,89 %	26,50 %	27,63 %	3,68 %
30,00 a <100,00			23	2	8,70 %	35,14 %	35,65 %	15,74 %
100,00 (Predefinição)			20	20	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %

N.º  
1  
  
N.º  
2  
  
N.º  
3  
  
N.º  
4  
  
N.º  
5

		Número de devedores no final do ano anterior					
Classe de exposição	Intervalo de PI	Dos quais número de devedores que ficaram inadimplentes no ano	Taxa média de incumprimento observada (%)	PI média ponderada pela exposição (%)	PI média (%)	Taxa média de incumprimento anual histórica (%)	
a	b	c	d	e	f	g	h
RESME	0,00 a <0,15	23	0	0,00 %	0,05 %	0,05 %	0,00 %
	0,00 a <0,10	23	0	0,00 %	0,05 %	0,05 %	0,00 %
	0,10 a <0,15						
	0,15 a <0,25						
	0,25 a <0,50	11 021	24	0,22 %	0,30 %	0,34 %	0,26 %
	0,50 a <0,75	13 801	25	0,18 %	0,74 %	0,59 %	0,39 %
	0,75 a <2,50	79 573	717	0,90 %	1,44 %	1,68 %	1,21 %
	0,75 a <1,75	51 555	303	0,59 %	1,41 %	1,29 %	0,92 %
	1,75 a <2,5	28 018	414	1,48 %	2,42 %	2,43 %	1,59 %
	2,50 a <10,00	33 153	1075	3,24 %	3,74 %	5,15 %	3,55 %
	2,5 a <5	17 848	478	2,68 %	2,60 %	4,07 %	2,73 %
	5 a <10	15 305	597	3,90 %	8,07 %	6,38 %	4,65 %
	10,00 a <100,00	10 044	1421	14,15 %	28,71 %	21,36 %	19,25 %
	10 a <20	4281	230	5,37 %	10,60 %	11,02 %	7,09 %
	20 a <30	4745	782	16,48 %	25,69 %	23,62 %	18,68 %
	30,00 a <100,00	1018	409	40,18 %	37,49 %	50,43 %	37,31 %
	100,00 (Predefinição)	5457	5457	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %
REIND	0,00 a <0,15	384 472	270	0,07 %	0,05 %	0,11 %	0,08 %
	0,00 a <0,10	107 960	70	0,06 %	0,05 %	0,07 %	0,07 %
	0,10 a <0,15	276 512	200	0,07 %	0,12 %	0,12 %	0,08 %
	0,15 a <0,25	95 789	164	0,17 %	0,21 %	0,21 %	0,18 %
	0,25 a <0,50	516 178	946	0,18 %	0,30 %	0,34 %	0,22 %
	0,50 a <0,75	308 716	722	0,23 %	0,74 %	0,67 %	0,35 %
	0,75 a <2,50	735 443	3947	0,54 %	1,41 %	1,33 %	0,77 %
	0,75 a <1,75	597 248	2582	0,43 %	1,41 %	1,14 %	0,66 %
	1,75 a <2,5	138 195	1365	0,99 %	2,15 %	2,14 %	1,27 %
	2,50 a <10,00	345 452	6198	1,79 %	4,19 %	4,82 %	2,52 %
	2,5 a <5	224 086	2921	1,30 %	2,53 %	3,45 %	1,82 %
	5 a <10	121 366	3277	2,70 %	8,62 %	7,27 %	3,96 %
	10,00 a <100,00	93 914	12 393	13,20 %	35,72 %	24,87 %	15,44 %
	10 a <20	37 015	2393	6,46 %	12,45 %	12,80 %	7,82 %
	20 a <30	37 423	4694	12,54 %	23,33 %	22,72 %	14,05 %
	30,00 a <100,00	19 476	5306	27,24 %	36,92 %	49,07 %	31,05 %
	100,00 (Predefinição)	58 236	58 236	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %

Classe de exposição	Intervalo de PI	Número de devedores no final do ano anterior	Dos quais número de devedores que ficaram inadimplentes no ano	Taxa média de incumprimento observada (%)	PI média ponderada pela exposição (%)	PI média (%)	Taxa média de incumprimento anual histórica (%)	
a	b	c	d	e	f	g	h	
COCOR	0,00 a <0,15						2,15 %	
	0,00 a <0,10						2,15 %	
	0,10 a <0,15							
	0,15 a <0,25							
	0,25 a <0,50						1,39 %	
	0,50 a <0,75		1	0	0,00 %	0,64 %	0,64 %	0,00 %
	0,75 a <2,50		7	0	0,00 %	1,86 %	1,86 %	0,52 %
	0,75 a <1,75					1,17 %	1,17 %	0,65 %
	1,75 a <2,5		7	0	0,00 %	1,86 %	1,92 %	0,00 %
	2,50 a <10,00		3	1	33,33 %	3,25 %	3,25 %	10,42 %
	2,5 a <5		2	0	0,00 %	3,25 %	3,25 %	2,78 %
	5 a <10		1	1	100,00 %			25,00 %
	10,00 a <100,00							16,67 %
	10 a <20							16,67 %
	20 a <30							
	30,00 a <100,00							
	100,00 (Predefinição)							64,85 %
COSME	0,00 a <0,15							
	0,00 a <0,10							
	0,10 a <0,15							
	0,15 a <0,25							
	0,25 a <0,50							
	0,50 a <0,75		2	0	0,00 %	0,64 %	0,64 %	0,00 %
	0,75 a <2,50		1	0	0,00 %			0,00 %
	0,75 a <1,75		1	0	0,00 %			0,00 %
	1,75 a <2,5							
	2,50 a <10,00							
	2,5 a <5							
	5 a <10							
	10,00 a <100,00							
	10 a <20							
	20 a <30							
	30,00 a <100,00							
	100,00 (Predefinição)							

Classe de exposição	Intervalo de PI	Número de devedores no final do ano anterior	Dos quais número de devedores que ficaram inadimplentes no ano	Taxa média de incumprimento observada (%)	PI média ponderada pela exposição (%)	PI média (%)	Taxa média de incumprimento anual histórica (%)
a	b	c	d	e	f	g	h
	0,00 a <0,15						
	0,00 a <0,10						
	0,10 a <0,15						
	0,15 a <0,25						
	0,25 a <0,50						
	0,50 a <0,75						
	0,75 a <2,50	1	0	0,00 %	2,42 %	2,42 %	0,00 %
	0,75 a <1,75						0,00 %
	1,75 a <2,5	1	0	0,00 %	2,42 %	2,42 %	0,00 %
RESME	2,50 a <10,00						0,00 %
	2,5 a <5						0,00 %
	5 a <10						0,00 %
	10,00 a <100,00						0,00 %
	10 a <20						
	20 a <30						0,00 %
	30,00 a <100,00						
	100,00 (Predefinição)						

De acordo com a prática do grupo, a média histórica captura a profundidade histórica máxima e, portanto, não se restringe apenas aos últimos cinco anos.

Em todas as classes de exposição, as probabilidades de incumprimento são globalmente superiores à taxa de incumprimento, exceto para alguns intervalos de probabilidade de incumprimento com poucos

devedores. Além disso, o *backtesting* trimestral dos modelos de PI permite garantir o desempenho dos modelos internos: conservadorismo, poder discriminatório e estabilidade.

N.º  
1  
N.º  
2  
N.º  
3  
N.º  
4  
N.º  
5

**/ CR9.1 - ABORDAGEM IRB - BACKTESTING DE PI POR CLASSE DE EXPOSIÇÃO (APENAS PARA ESTIMATIVAS DE PI DE ACORDO COM A ALÍNEA F) DO N.º 1 DO ARTIGO 180.º DO CRR)**

Nenhum modelo do grupo Mobilize F.S. associa ou mapeia as suas notações internas à escala utilizada por uma agência de notação externa (ECAI) para calibrar a sua PI.

**e) Dimensão dos dados da transação - Parâmetro de perdas dado o incumprimento (LGD)**

As perdas económicas são estimadas utilizando fluxos de recuperação descontados para Clientes Particulares e Empresas, ou remissão da dívida para os concessionários de automóveis, com base em dados históricos que remontam geralmente a pelo menos 7 anos. Os custos de recuperação são contabilizados de acordo com as fases de gestão envolvidas. Após análise, as transações foram agrupadas em segmentos que representam níveis homogêneos de perdas.

A quantificação destas perdas por segmento resulta de um modelo estatístico cujos principais vetores são uma análise geracional das recuperações e a rapidez de cobrança.

A seguinte tabela fornece uma descrição da estimativa da perda para cada tipo de exposição.

Classe de exposição	País	Âmbito	Definição	Método de estimativa de LGD	Método de estimativa de LGD numa situação de contração económica	Tempo para melhorar	Dados	Validação
Retailho	Alemanha	LGD	A definição de incumprimento obedece às Orientações da EBA, Relatório Final EBA/GL/2016/07 sobre as Orientações para a definição de incumprimento.	A estimativa é baseada numa média de longo prazo das taxas de perda líquidas descontadas, acrescida das margens de conservadorismo do tipo A, B e contração económica	A LGD para uma situação de contração é estimada de acordo com as Orientações relativas à estimação de LGD adequadas a uma situação de contração económica (EBA/GL/2019/03)	<ul style="list-style-type: none"> <li>42 meses para os modelos para Clientes Particulares da Alemanha e do Reino Unido</li> <li>108 meses para buckets de crédito no modelo francês para Clientes Particulares</li> <li>48 meses para outros modelos</li> </ul>	Desde 2008	Os valores de LGD foram aprovados em outubro de 2022 após a missão de inspeção dos créditos a retalho de 2021.
	Alemanha	LGD em incumprimento					Desde 2008	
	Alemanha	ELBE					Desde 2008	
	Espanha	LGD					Desde 2008	
	Espanha	LGD em incumprimento					Desde 2008	
	Espanha	ELBE					Desde 2008	
	Itália	LGD					Desde 2008	
	Itália	LGD em incumprimento					Desde 2008	
	Itália	ELBE					Desde 2008	
	França	LGD					Desde 2008	
	França	LGD em incumprimento					Desde 2008	
	França	ELBE					Desde 2008	
	Reino Unido	LGD					Desde 2010	
	Reino Unido	LGD em incumprimento					Desde 2010	
	Reino Unido	ELBE					Desde 2010	
Coreia	LGD	Desde 2011						
Coreia	LGD em incumprimento	Desde 2011						
Coreia	ELBE	Desde 2011						
Comércio por Grosso	DE-ES-IT-FR-UK	LGD	Desde 2010	Os parâmetros LGD foram aprovados pelo BCE no âmbito da inspeção de 2020 sobre a nova definição de incumprimento.				
	DE-ES-IT-FR-UK	LGD em incumprimento	Desde 2008					
	DE-ES-IT-FR-UK	ELBE	Desde 2008					
Corporativo	França	LGD	Desde 2008					
	França	LGD em incumprimento	Desde 2008					
	França	ELBE	Desde 2008					

/ SEGMENTAÇÃO DAS EXPOSIÇÕES PELO MÉTODO AVANÇADO E LGD MÉDIA POR PAÍIS

Categoria de exposição	IRBA países	Segmentação de grupos populacionais	LGD média carteira sólida	Perda média calculada no último backtesting
Clientes Particulares PME	França	Crédito com rácio Montante da exposição/Montante do financiamento >= 1	52,67 %	56,63 %
		Crédito com rácio Montante da exposição/Montante do financiamento < 1 e Duração antes do termo do financiamento <= 36 meses	31,74 %	29,36 %
		Crédito com rácio Montante da exposição/Montante do financiamento < 1 e Duração antes do termo do financiamento > 36 meses	41,03 %	36,98 %
		Locação com rácio antes do termo do financiamento <= 45 meses	33,38 %	21,82 %
		Locação com duração antes do termo do financiamento > 45 meses	45,80 %	27,64 %
	Alemanha	Crédito com duração antes do termo do financiamento <= 34 meses	27,43 %	20,30 %
		Crédito com duração antes do termo do financiamento > 34 meses e taxa de pagamento inicial > 8,57 %	37,51 %	30,41 %
		Crédito com duração antes do termo do financiamento > 34 meses e taxa de pagamento inicial <= 8,57 % ou Locação	48,45 %	35,80 %
	Espanha	Duração antes do termo do financiamento <= 24 meses	33,14 %	16,23 %
		24 < Duração antes do termo do financiamento <= 35 meses	51,30 %	24,30 %
		35 < Duração antes do termo do financiamento <= 56 meses	60,86 %	32,16 %
		Duração antes do termo do financiamento > 56 meses	73,14 %	42,27 %
		Locação	19,64 %	10,86 %
	Itália	Crédito com duração antes do termo do financiamento <= 26 meses	31,37 %	22,58 %
		Crédito com 26 < duração antes do termo do financiamento <= 51 meses	47,33 %	35,77 %
		Crédito com duração antes do termo do financiamento > 51 meses e rácio Maturidade na gestão/Duração prevista > 0	53,75 %	43,69 %
		Crédito com duração antes do termo do financiamento > 51 meses e rácio Maturidade na gestão/Duração prevista = 0	82,72 %	58,19 %
	Reino Unido	Rácio Duração antes do termo do financiamento/Duração prevista <= 65,3 %	56,29 %	35,10 %
		Rácio Duração antes do termo do financiamento/Duração prevista > 65,3 %	36,62 %	25,67 %
	Coreia do Sul	Caução <sup>(1)</sup> <= 15 301 795,00 krw ou Caução <sup>(1)</sup> [15 301 795,00; 21 499 925,00] e Coeficiente de colateralização <sup>(2)</sup> <= 86,64 %	35,99 %	28,81 %
Caução <sup>(1)</sup> > 21 499 925,00 krw ou Caução <sup>(1)</sup> [15 301 795,00; 21 499 925,00] e Coeficiente de colateralização <sup>(2)</sup> > 86,64 %		50,47 %	37,48 %	
Corporativo	França	Créditos	12,68 %	3,77 %
		Locação	35,06 %	11,23 %
Corretores	G5(*)	R1 VN	16,30 %	9,36 %
		R1 Outros	26,22 %	16,28 %

N.º

1

N.º

2

N.º

3

N.º

4

N.º

5

As LGD são atualizadas anualmente por forma a ter em consideração as informações mais recentes ao estimar o parâmetro. O princípio do *backtesting* da LGD é comparar a média de longo prazo da taxa de perda e a LGD calibrada no ano anterior. As LGDs observadas são globalmente conservadoras, apesar de uma ultrapassagem observada num dos segmentos da carteira alemã de Clientes Particulares, PME e Clientes Empresariais. A perda média calculada no último *backtesting* permanece a mesma do ano passado para os segmentos Empresas e Concessionários em França, cujas médias atualizadas em breve.

As LGD destes novos modelos foram recalibradas seguindo a nova definição de incumprimento (em conformidade com as Orientações da EBA: Relatório Final EBA/GL/2016/07 sobre as Orientações para a definição de incumprimento) e colocadas em produção em dezembro de 2021. Além disso, em novembro de 2022, novos modelos de LGD para o segmento Retalho entraram em produção após a aprovação pelo BCE do pedido de pacote de Retalho apresentado em junho de 2021.

A perda média, dado o incumprimento da carteira sólida, é de 40,81 % para os Clientes Particulares e de 27,26 % para o segmento Empresarial, o qual é decomposto em 37,50 % para as empresas não concessionários e em 18,92 % para os Concessionários.

A perda esperada (EL) dos clientes Particulares e Empresas diminuiu - 4,75 % face a dezembro de 2021 (36,78 milhões de euros), em resultado de uma diminuição do incumprimento da EL em -7,7 %: impulsionada pela diminuição da exposição em incumprimento (619,9 milhões de euros em dezembro de 2021 *versus* 600,4 milhões de euros em dezembro de 2022) e pela atualização do incumprimento da LGD para todas as carteiras de clientes particulares.

A EL para os Concessionários aumentou +13 milhões de euros (+27 %) face a dezembro de 2021, sob o efeito do aumento das exposições não em incumprimento (+2839 milhões de euros, ou seja, um aumento de +56 %).

#### f) Fator de conversão de crédito

O fator de conversão de crédito é definido em 100 % para toda a carteira de métodos avançados do grupo Mobilize F.S.

#### g) Utilização operacional de notações internas

### i) Clientes

#### Política de concessão

Os clientes que solicitam planos de financiamento são sistematicamente classificados através de uma pontuação específica de aprovação; esta situação, anterior às notações de “Basileia”, permite definir o rumo inicial do pedido no processo de tomada de decisão, concentrando o processo de estudo nos riscos “intermédios e elevados”. A consistência entre a notação da aprovação e a notação de Basileia é assegurada tanto na construção dos modelos de notação quanto nos exercícios de *backtesting*. Além do processo operacional, a política de aprovação é regularmente ajustada de acordo com as taxas de incumprimento e uma análise da rentabilidade por nível de probabilidade de incumprimento e perda por incumprimento.

#### Cobrança de dívidas

Os modelos estatísticos utilizados para calcular os riscos ponderados e a perda esperada permitem que a probabilidade de incumprimento apurada no momento da concessão seja atualizada mensalmente, considerando o histórico de pagamento do cliente. Esta atualização, que proporciona uma visão clara da perda esperada da carteira no âmbito do “processo orçamental”, é também uma ferramenta utilizada para antecipar a atividade das plataformas de cobrança judicial e extrajudicial. Com base nas mesmas informações do cliente, foram implementadas “pontuações de recuperação” em Espanha e na Coreia do Sul no sentido de tornar o processo mais eficiente.

### ii) Concessionários

No segmento dos Concessionários, todas as contrapartes são avaliadas sistematicamente. Todas as componentes da notação, ou a própria notação, estão incluídas nos principais processos operacionais de aprovação, gestão e monitorização da atividade e dos riscos.

O provisionamento para a atividade de financiamento Grossista baseia-se numa categorização das contrapartes, individualmente, e com base num exame de indicadores objetivos de imparidade. A notação interna é a base para esta diferenciação.

#### h) Procedimentos de monitorização das notações internas

Os resultados do processo interno de notação, o desempenho dos modelos e os principais itens de dados que o compõem são monitorizados trimestralmente pelas equipas de modelagem. Pelo menos uma vez por ano, as alterações observadas levam a uma análise formal de acordo com um protocolo padrão descrito num procedimento. As diferenças entre as previsões dos modelos e os valores reais são analisadas e resumidas num relatório que inclui igualmente uma quantificação do impacto sobre os requisitos de fundos próprios. Os elementos de desempenho dos modelos de notação são também reportados anualmente ao Comité Executivo durante uma apresentação dedicada e ao Comité de Risco do Conselho de Administração.

As alterações regulamentares com impacto significativo nos modelos são monitorizadas e analisadas detalhadamente pelas equipas de modelagem. É o caso, nomeadamente, das Normas Técnicas Regulamentares (RTS) da EBA sobre a nova definição de incumprimento para as quais foram enviados dois pacotes ao BCE em 2020 e para os quais o grupo obteve a aprovação do BCE. Além disso, em 2021, foram enviados três novos pacotes ao supervisor sobre os seguintes perímetros: Crédito a Empresas (em março de 2021), Crédito a Retalho (em junho de 2021) e Crédito por Grosso (em dezembro de 2021). Para

o perímetro do Crédito a Retalho, a missão IMI do BCE teve lugar no segundo semestre de 2021, cuja decisão permitiu a implementação de parâmetros em novembro de 2022, exceto para o Reino Unido, para o qual os parâmetros serão implementados no início de 2023. No segundo semestre de 2022, teve início outra missão IMI do BCE relativa ao perímetro do Crédito a Empresas e está prevista outra missão relativa ao perímetro do Crédito por Grosso em 2023.

Os diferentes elementos dos modelos internos e o primeiro nível de controlos produzidos pela Divisão de Crédito e Gestão de Dados são revistos num segundo nível de controlo pela equipa de validação da Unidade de Controlo de Riscos.

Esses controlos independentes são regidos por um procedimento e reportados a comités de validação dedicados. Os pontos de melhoria resultantes são objeto de planos de ação propostos pelas equipas e validados e monitorizados pela unidade de validação.

Como parte dos seus controlos periódicos, a Auditoria Interna revê o processo de modelos internos e os controlos de primeiro e segundo níveis para avaliar a sua adequação e conformidade. Eventualmente, todo o processo, incluindo o primeiro, segundo e terceiro níveis de controlos, é regularmente controlado por inspeções por parte do BCE.

**/ EU CR8 - DECLARAÇÕES DE FLUXOS DE RWEA DAS EXPOSIÇÕES AO RISCO DE CRÉDITO DE ACORDO COM O MÉTODO IMM**

O objetivo desta secção é descrever a causa principal da variação dos RWA por etapa trimestral.

Em milhões de euros	Montante ponderado de exposição ao risco	Montante ponderado de exposição ao risco
	12/2022	09/2022
<b>Montante da exposição ponderada pelo risco no final do período de referência anterior</b>	<b>19 091</b>	<b>19 316</b>
Volume de ativos (+/-)	2027	(344)
Qualidade dos ativos (+/-)	(221)	193
Atualizações do modelo (+/-)	(790)	
Metodologia e política (+/-)		
Aquisições e alienações (+/-)		
Movimentos cambiais (+/-)	2	(75)
Outros (+/-)		
<b>MONTANTE DA EXPOSIÇÃO PONDERADA PELO RISCO NO FINAL DO PERÍODO DE REFERÊNCIA</b>	<b>20 109</b>	<b>19 091</b>

As alterações no volume de ativos devem-se principalmente ao carácter cíclico da atividade de financiamento do concessionário, que atinge o pico em junho e dezembro.

Entre setembro de 2022 e dezembro de 2022, o nível de RWA aumentou devido ao aumento dos empréstimos concedidos. As atualizações de modelo e a qualidade dos ativos mitigam esse aumento.

## 6. Método normalizado

### / EU CRD - REQUISITOS DE DIVULGAÇÃO QUALITATIVA RELACIONADOS COM O MODELO NORMALIZADO

Base jurídica	Número da linha	Informações qualitativas – Formato livre	
Artigo 444.º, alínea a), do CRR	(a)	Nomes das instituições externas de avaliação de crédito (ECAI) e das agências de crédito à exportação (ECA) designadas pela instituição, e as razões de quaisquer alterações durante o período de divulgação;	O grupo Mobilize F.S. recorre à Moody's como agência de notação externa
Artigo 444.º, alínea b), do CRR	(b)	As classes de exposição para as quais cada ECAI ou ECA é utilizada;	O grupo Mobilize F.S. utiliza as notações ECAI para investimentos de emittentes soberanos, organizações internacionais, instituições e empresas
Artigo 444.º, alínea c), do CRR	(c)	Uma descrição do processo utilizado para transferir o emitente e emitir notações de crédito para elementos de ativos comparáveis não incluídos na carteira de negociação;	O grupo Mobilize F.S. está em conformidade com a associação padrão publicada pela EBA
Artigo 444.º, alínea d), do CRR	(d)	A associação da notação externa de cada ECAI ou ECA designada (conforme referido na alínea a)) com os coeficientes de ponderação de riscos que correspondem aos graus de qualidade de crédito, conforme estabelecido no Capítulo 2 do Título II da Parte III do CRR (exceto se a instituição cumprir a associação normalizada publicada pela EBA).	O grupo Mobilize F.S. está em conformidade com a associação padrão publicada pela EBA

As exposições ao risco de crédito tratadas pelo método normalizado compreendem saldos em dívida de vendas financiadas de subsidiárias não tratadas pelo método avançado, dívidas com instituições de crédito e bancos centrais e todos os demais ativos consolidados que não sejam obrigações de crédito.

Para calcular o requisito de capital para o risco de crédito ao abrigo do método normalizado, o grupo Mobilize F.S. utiliza a Moody's, agência externa de notação de crédito, para emittentes soberanos, organizações internacionais, instituições e investimentos corporativos. A conciliação destas notações com os escalões de qualidade de crédito previstos na regulamentação cumpre

as exigências do supervisor. Para além deste quadro, não é utilizada qualquer notação externa que não possa ser aplicada diretamente. No que diz respeito às exposições não notadas, o grupo Mobilize F.S. aplica as ponderações regulamentares em conformidade com o CRR.

Para as operações de cobertura, os valores das exposições ao risco de crédito de contraparte em derivados de taxas de juro e de câmbio são determinados pelo método do preço de mercado, adicionando, ao custo de substituição atual, o risco de crédito futuro potencial com base no prazo residual. Estas transações ainda dizem respeito a países não abrangidos pelos regulamentos EMIR.

/ EU CR4 - ABORDAGEM NORMALIZADA - EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CRÉDITO E EFEITOS DA CRM

Em milhões de euros	Exposições antes de CCF e CRM		Exposições depois de CCF e CRM		RWA e densidade RWA	
	Exposições patrimoniais	Exposições extrapatrimoniais	Exposições patrimoniais	Exposições extrapatrimoniais	RWEA	Densidade RWEA
Governos centrais ou bancos centrais	6640	8	6640	4	404	6,08 %
Governo regional ou autoridades locais	39	9	39	4	9	20,03 %
Entidades do sector público						
Bancos de desenvolvimento multilaterais						
Organizações internacionais						
Instituições	1631	130	1631	119	550	31,43 %
Empresas	4341	291	4157	28	3932	93,97 %
Retalho	7067	446	7067	208	5131	70,53 %
Garantido por hipotecas sobre bens imóveis						
Exposições em incumprimento	211	5	209	2	228	108,13 %
Exposições associadas a riscos particularmente elevados						
Obrigações cobertas						
Instituições e empresas com avaliação de crédito de curto prazo	72	48	72	10	76	92,73 %
Organismos de investimento coletivo	70		70		98	139,57 %
Capital próprio	188		188		450	240,08 %
Outros itens	955	1	955	1	682	71,28 %
<b>TOTAL</b>	<b>21 214</b>	<b>937</b>	<b>21 028</b>	<b>374</b>	<b>11 560</b>	<b>54,01 %</b>

CRM: Atenuação do risco de crédito.  
CCF: Fator de conversão de crédito

A percentagem aplicada ao CCF é de 0 % na maior parte das exposições extrapatrimoniais sobre empresas, sendo as linhas de crédito incondicionalmente canceláveis em qualquer altura e sem aviso prévio em caso de deterioração da fiabilidade creditícia do mutuário.

## / EU CR5 - ABORDAGEM NORMALIZADA

Em milhões de euros	Peso do risco							
	0 %	2 %	4 %	10 %	20 %	35 %	50 %	70 %
<b>Classes de exposição</b>								
Governos centrais ou bancos centrais	6468				0		2	
Governo regional ou autoridades locais					43		0	
Entidades do sector público								
Bancos de desenvolvimento multilaterais								
Organizações internacionais								
Instituições					2468		17	
Empresas								
Exposições de retalho								
Exposições garantias por hipotecas sobre bens imóveis								
Exposições em incumprimento								
Exposições associadas a riscos particularmente elevados								
Obrigações cobertas								
Exposições a instituições e empresas com avaliação de crédito de curto prazo					86			
Unidades ou participações em organismos de investimento coletivo								
Exposições sobre ações								
Outros itens	0				343			
<b>TOTAL</b>	<b>6468</b>				<b>2941</b>		<b>19</b>	

Peso do risco							Outros	Total	dos quais sem notação
75 %	100 %	150 %	250 %	370 %	1250 %				
	12	10	150				6643	1	
							43	43	
	47	1					2532	2468	
	4143	64					4208	4208	
7275							7275	7275	
	177	34					211	205	
		39					125	39	
					1	69	70	70	
	12		175				188	188	
	185					428	956	956	
<b>7275</b>	<b>4577</b>	<b>149</b>	<b>325</b>		<b>1</b>	<b>497</b>	<b>22 252</b>	<b>15 453</b>	

N.º  
1  
  
N.º  
2  
  
N.º  
3  
  
N.º  
4  
  
N.º  
5

## 7. Técnicas de atenuação do risco de crédito

O grupo Mobilize F.S. não utiliza acordos de compensação para atenuar o risco de crédito comercial.

As técnicas de atenuação são permitidas apenas sob a forma de dinheiro e utilizadas exclusivamente de acordo com os dois a seguir indicados, a fim de proteger o risco de crédito específico da rede de distribuição dos fabricantes.

Para as exposições tratadas pelo método de notação interna, os requisitos de fundos próprios relativos ao risco de crédito têm em conta as garantias financeiras (sob a forma de um acordo de penhor de caixa) no montante de 700 milhões de euros concedidas pelo fabricante Renault e que protegem o grupo Mobilize F.S. contra o risco de

incumprimento do financiamento de inventário pelas subsidiárias da Renault. Essa proteção é distribuída uniformemente por cada exposição no âmbito relevante através do tratamento de dados do Banking Cloud. Após a aplicação do desconto relativo à assimetria de divisas, a exposição residual é de 531 milhões de euros.

Com o método normalizado, os requisitos de capital para risco de crédito incluem garantias financeiras (sob a forma de Letras de Câmbio e fundos de garantia) que protegem a subsidiária brasileira Banco RCI Brasil contra o risco de incumprimento da sua rede de concessionários, no valor total de 186 milhões de euros. Esta proteção é atribuída individualmente a cada exposição em causa.

### / EU CRC - REQUISITOS DE DIVULGAÇÃO QUALITATIVA RELACIONADOS COM AS TÉCNICAS DE CRM

Base jurídica	Número da linha	Informações qualitativas	
Artigo 453.º, alínea a), do CRR	(a)	Uma descrição das principais características das políticas e processos de compensação patrimonial e extrapatrimonial e uma indicação da medida em que as instituições utilizam a compensação patrimonial;	Para as atividades de financiamento a Particulares e Empresas, incluindo a atividade de financiamento por Grosso, o grupo Mobilize F.S. não usa compensação patrimonial.
Artigo 453.º, alínea b), do CRR	(b)	As principais características das políticas e processos de avaliação e gestão de cauções elegíveis;	Para as atividades de financiamento a Empresas, o grupo Mobilize F.S. não aceita cauções para atenuar o risco de crédito. Para as suas atividades de financiamento a Concessionários, o grupo Mobilize F.S. dispõe de um procedimento-quadro para a constituição de garantias colaterais e acordos assinados que permitem a avaliação e a gestão de cauções elegíveis.
Artigo 453.º, alínea c), do CRR	(c)	Descrição dos principais tipos de cauções aceites pela instituição para atenuar o risco de crédito;	Para as atividades de financiamento a Empresas, o grupo Mobilize F.S. não aceita cauções para atenuar o risco de crédito. Para os seus negócios no âmbito da Rede de Concessionários, o grupo Mobilize F.S. utiliza cauções como penhora de caixa (para reduzir a exposição a concessionários pertencentes ao Grupo Renault) e um fundo de garantia e penhora de letras de câmbio (para reduzir a exposição a concessionários inadimplentes no Brasil).
Artigo 453.º, alínea d), do CRR	(d)	Para as garantias e os derivados de crédito utilizados como proteção de crédito, os principais tipos de garante e de contraparte de derivado de crédito e a sua solvabilidade utilizados para efeitos de redução dos requisitos de capital, excluindo aqueles utilizados como parte de estruturas de titularização sintética;	Para as atividades de financiamento a Clientes Particulares e Empresariais, o grupo Mobilize F.S. não utiliza nenhuma proteção de crédito, tal como garantias e derivado de crédito, para reduzir as necessidades de capital.
Artigo 453.º, alínea e), do CRR	(e)	Informações sobre as concentrações de mercado ou de risco de crédito no quadro da redução de risco de crédito tida em conta;	Para as atividades de financiamento a Clientes Particulares e Empresariais, o grupo Mobilize F.S. não utiliza tais técnicas de atenuação do risco de crédito.

N.º  
1  
N.º  
2  
N.º  
3  
N.º  
4  
N.º  
5

/ EU CR3 - VISÃO GERAL DAS TÉCNICAS DE CRM: DIVULGAÇÃO DO USO DE TÉCNICAS DE ATENUAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

Em milhões de euros	Quantia escriturada não garantida	Quantia escriturada garantida	Dos quais garantidos por caução	Dos quais garantidos por garantias financeiras	Dos quais garantidos por derivados de crédito
Empréstimos e adiantamentos	38 474	19 005	886	18 119	
Títulos de dívida	411				
<b>TOTAL</b>	<b>38 885</b>	<b>19 005</b>	<b>886</b>	<b>18 119</b>	
• <i>Dos quais exposições não produtivas</i>	829	200		200	
• <i>Dos quais inadimplentes</i>	829	200		200	

/ EU CR7 - ABORDAGEM IRB - EFEITO NO RWEA DE DERIVADOS DE CRÉDITO UTILIZADOS COMO TÉCNICAS DE CRM

Em milhões de euros	Derivativos de pré-crédito RWEA	RWEA atual
<b>EXPOSIÇÕES NO ÂMBITO DO FIRB</b>	<b>81</b>	<b>81</b>
Governos centrais e bancos centrais		
Instituições		
Empresas	81	81
• <i>dos quais Empresas - PME</i>		
• <i>dos quais Empresas - Financiamento especializado</i>		
<b>EXPOSIÇÕES NO ÂMBITO DO AIRB</b>	<b>20 028</b>	<b>20 028</b>
Governos centrais e bancos centrais		
Instituições		
Empresas	6499	6499
• <i>dos quais Empresas - PME</i>	696	696
• <i>dos quais Empresas - Financiamento especializado</i>		
Retalho	13 529	13 529
• <i>dos quais Clientes Particulares - PME - Garantidos por garantias de bens imóveis</i>		
• <i>dos quais Clientes Particulares - não PME - Garantidos por cauções de bens imóveis</i>		
• <i>dos quais Clientes Particulares - Posições renováveis</i>		
• <i>dos quais Clientes Particulares - PME - Outros</i>	1399	1399
• <i>dos quais Clientes Particulares - Outras não-PME</i>	12 130	12 130
Capital próprio abordagem IRB		
Outros ativos não associados a obrigações de crédito		
<b>TOTAL (INCLUINDO EXPOSIÇÕES F-IRB E EXPOSIÇÕES A-IRB)</b>	<b>20 109</b>	<b>20 109</b>

## / EU CR7-A - ABORDAGEM IRB - DIVULGAÇÃO DA EXTENSÃO DO USO DE TÉCNICAS DE CRM

	Técnicas de atenuação do risco de crédito					
	Proteção real de crédito (FCP)					
	% de exposições cobertas por garantias financeiras	% de exposições cobertas por outras cauções elegíveis	% de exposições cobertas por garantias relativas a bens imóveis	% de exposições cobertas por contas a receber	% de exposições cobertas por outras cauções físicas	% de exposições cobertas por outra proteção real de crédito
Em milhões de euros	Total das exposições					
<b>EXPOSIÇÕES NO ÂMBITO DO AIRB</b>						
Governos centrais e bancos centrais						
Instituições						
Empresas	11 502	5,43 %				
• Dos quais Empresas - PME	1724					
• Dos quais Empresas - Financiamento especializado						
• Dos quais Empresas - Outro	9778	5,43 %				
Retalho	30 869					
• Dos quais Clientes Particulares - PME - Garantidos por garantias de bens imóveis						
• Dos quais Clientes Particulares - não PME - Garantidos por garantias de bens imóveis						
• Dos quais Clientes Particulares - Posições renováveis						
• Dos quais Clientes Particulares - Outras PME	3495					
• Dos quais Clientes Particulares - Outras não-PME	27 374					
<b>TOTAL</b>	<b>42 371</b>	<b>1,25 %</b>				
<b>EXPOSIÇÕES NO ÂMBITO DO FIRB</b>						
Governos centrais e bancos centrais						
Instituições						
Empresas	84					
• Dos quais Empresas - PME						
• Dos quais Empresas - Financiamento especializado						
• Dos quais Empresas - Outro	84					
<b>TOTAL</b>	<b>84</b>					

N.º  
1  
  
N.º  
2  
  
N.º  
3  
  
N.º  
4  
  
N.º  
5

Técnicas de atenuação do risco de crédito					Métodos de atenuação do risco de crédito no cálculo de RWEA	
Proteção real de crédito (FCP)			Proteção pessoal de crédito (UFCP)			
% das exposições cobertas por depósitos em numerário	% de exposições cobertas por apólices de seguro de vida	% de exposições cobertas por instrumentos detidos por terceiros	% de exposições cobertas por garantias	% de exposições cobertas por derivados de crédito	RWEA sem efeitos de substituição (apenas efeitos de redução)	RWEA com efeitos de substituição (efeitos de redução e substituição)
					6499	6499
					696	696
					5803	5803
					13 529	13 529
					1399	1399
					12 130	12 130
					20 028	20 028
					81	81
					81	81
					81	81

## 8. Risco de crédito da contraparte

### / EU CCRA - DIVULGAÇÃO QUALITATIVA RELACIONADA COM O CCR

		Divulgação de formato flexível
(a)	<b>Artigo 439.º, alínea a), do CRR</b> Descrição da metodologia utilizada para atribuir limites internos de capital e de crédito para exposições de crédito de contraparte, incluindo os métodos para atribuir esses limites a exposições a contrapartes centrais	O risco de contraparte é gerido por um sistema de limites em consonância com a apetência pelo risco da contraparte. A calibração dos limites da RCI Banque S.A. baseia-se, em especial, no nível de fundos próprios, nos resultados, na notação externa e na avaliação interna da qualidade da contraparte, tendo em conta a propriedade, a posição no mercado e a diversificação da franquia. Os limites com as contrapartes centrais são atribuídos com base na qualidade de crédito do país anfitrião (bancos centrais) ou no requisito de margem de esforço para os derivados compensados (câmara de compensação). O cumprimento dos limites é controlado diariamente e todos os resultados do controlo são comunicados mensalmente ao Comité Financeiro da RCI Banque S.A.. A exposição sobre os bancos está incluída no acompanhamento consolidado do risco de contraparte do Grupo Renault.
(b)	<b>Artigo 439.º, alínea b), do CRR</b> Descrição das políticas relacionadas com as garantias e outros mitigantes do risco de crédito, tais como as políticas de obtenção de cauções e de constituição de reservas de crédito	O grupo Mobilize F.S. usa derivados de taxas de juros e de câmbio para cobertura dos riscos financeiros. Para grande parte da sua carteira, implementou técnicas de atenuação de risco para proteger a empresa contra os riscos de incumprimento da contraparte. As operações de derivados são executadas ao abrigo do acordo ISDA ou equivalente e, por conseguinte, proporcionam às entidades do grupo um direito legalmente exigível em caso de incumprimento da contraparte (ver Nota 20 às demonstrações financeiras consolidadas: Acordos de compensação e outras obrigações semelhantes). Em 2012, o Regulamento Europeu de Infraestruturas do Mercado (EMIR) publicou uma série de normas destinadas a melhorar a estabilidade e a transparência do mercado de derivados. A principal medida diz respeito à utilização de câmaras de compensação ou à troca bilateral de cauções entre as contrapartes. Na Europa, o grupo Mobilize F.S. contabiliza operações de <i>swap</i> de taxas de juro em câmaras de compensação e lança numerário como caução como margem inicial e trocas regulares de cauções em numerário (que pode ser paga ou recebida) relativamente às margens de variação. Os derivados de taxa de câmbio não garantidos estão sujeitos ao ajustamento da margem bilateral. Fora da Europa, os <i>swaps</i> de taxas de juros estão sujeitos a trocas bilaterais de cauções no Brasil.
(c)	<b>Artigo 439.º, alínea c), do CRR</b> Descrição das políticas relativas ao risco de correlação desfavorável, conforme definido no artigo 291.º do CRR	O grupo Mobilize F.S. não tem nenhum mecanismo específico para gerir o risco de correlação.
(d)	<b>Artigo 431.º, n.ºs 3 e 4, do CRR</b> Quaisquer outros objetivos de gestão de risco e políticas relevantes relacionadas com o CCR	Não aplicável
(e)	<b>Artigo 439.º, alínea d), do CRR</b> O montante das cauções que a instituição teria de prestar se a sua notação de crédito fosse reduzida	Em caso de deterioração da sua notação de crédito, o grupo Mobilize F.S. pode ser obrigado a constituir reservas adicionais como parte das suas operações de titularização. Em 31 de dezembro de 2022, os exfluxos de caixa necessários para financiar reservas adicionais de titularização em caso de descida da notação de 3 <i>notches</i> totalizaram 194 milhões de euros.

Exposição ao risco de crédito de contraparte

/ EU CCR1- ANÁLISE DA EXPOSIÇÃO AO CCR POR MÉTODO

Em milhões de euros	Custo de substituição (RC)	Exposição potencial futura (PFE)	EEPE	Coefficiente Alfa usado para calcular a exposição regulamentar	Valor de exposição pré-CRM	Valor da exposição pós-CRM	Valor da exposição	RWEA
UE - Método de Exposição Original (para derivativos)				1,4				
UE - SA-CCR simplificado (para derivativos)				1,4				
SA-CCR (para derivativos)	61	63		1,4	173	173	173	95
IMM (para derivativos e SFT)								
• Dos quais conjuntos de compensação de operações de financiamento com base em títulos								
• Dos quais derivativos e conjuntos de compensação de operações de liquidação longa								
• Dos quais de conjuntos de compensação contratual entre produtos								
Método simples sobre cauções financeiras (para SFT)								
Método integral sobre cauções financeiras (para SFT)								
VaR (valor em risco) para SFT								
<b>TOTAL</b>					<b>173</b>	<b>173</b>	<b>173</b>	<b>95</b>

CCR1 - esta tabela contempla apenas as exposições a derivativos que não passam por CCP.

Os ativos ponderados pelo risco sobre risco de crédito de contraparte baseiam-se na exposição em derivativos, à qual é alocado um complemento. A exposição é então ponderada pelo risco de acordo com o método padrão - com base na qualidade de crédito das contrapartes.

/ EU CCR3 - MÉTODO PADRÃO - EXPOSIÇÕES AO CCR POR PONDERADORES DE RISCO E CLASSES DE EXPOSIÇÃO REGULAMENTARES

Em milhões de euros	Peso do risco										Outros	Total	
	0 %	2 %	4 %	10 %	20 %	50 %	70 %	75 %	100 %	150 %			
Governos centrais ou bancos centrais													
Governo regional ou autoridades locais													
Entidades do sector público													
Bancos de desenvolvimento multilaterais													
Organizações internacionais													
Instituições					724	12			47	0			783
Empresas									23				23
Retalho													
Instituições e empresas com avaliação de crédito de curto prazo					43					0			43
Outros itens													
<b>VALOR TOTAL DA EXPOSIÇÃO</b>					<b>767</b>	<b>12</b>			<b>70</b>	<b>0</b>			<b>850</b>

## / EU CCR4 - MÉTODO IRB - EXPOSIÇÕES AO CRR POR CLASSES DE EXPOSIÇÃO E ESCALA DE PI

Escala PI (em milhões de euros)	Valor da exposição	PI média ponderada pela exposição (%)	Número de devedores	LGD média ponderada atribuível às exposições (%)	Maturidade média EW (anos)	RWEA	Densidade de RWEA
<b>Classe de exposição X</b>							
0,00 a <0,15							
0,15 a <0,25							
0,25 a <0,50							
0,50 a <0,75							
0,75 a <2,50							
2,50 a <10,0							
10,00 a <100,00							
100,00 (Padrão)							
<b>SUBTOTAL DA EXPOSIÇÃO DE CLASSE X</b>							
<b>Classe de exposição Y</b>							
0,00 a <0,15							
0,15 a <0,25							
0,25 a <0,50							
0,50 a <0,75							
0,75 a <2,50							
2,50 a <10,0							
10,00 a <100,00							
100,00 (Padrão)							
<b>SUBTOTAL DA EXPOSIÇÃO DE CLASSE Y</b>							
<b>TOTAL (TODAS AS CLASSES DE EXPOSIÇÃO RELEVANTES PARA CCR)</b>							

N.º  
1

**/ EU CCR5 - COMPOSIÇÃO DAS CAUÇÕES PARA AS EXPOSIÇÕES AO CCR**

Em milhões de euros	Cauções utilizadas em transações sobre derivados				Cauções utilizadas em SFT			
	Justo valor das cauções recebidas		Justo valor das cauções lançadas		Justo valor das cauções recebidas		Justo valor das cauções lançadas	
	Segregadas	Não segregadas	Segregadas	Não segregadas	Segregadas	Não segregadas	Segregadas	Não segregadas
Numerário - moeda nacional								
Numerário - outras moedas								
Dívida soberana interna								
Outra dívida soberana								
Dívida de agências governamentais								
Obrigações de crédito de empresas								
Títulos de capital próprio								
Outras cauções								
<b>TOTAL</b>								

N.º  
2

O grupo Mobilize F.S. realiza transações com contrapartes centrais em conformidade com o regulamento EMIR. As cauções são obtidas e pagas em numerário.

No entanto, estas operações não entram no cálculo da exposição ao risco de crédito de contraparte, uma vez que os acordos de compensação ainda não foram reconhecidos pelas autoridades competentes em conformidade com o artigo 296.º do CRR.

**/ EU CCR6 - EXPOSIÇÕES SOBRE DERIVADOS DE CRÉDITO**

Em milhões de euros	Proteção comprada	Proteção vendida
<b>Nacionais</b>		
Swaps de risco de incumprimento de uma única entidade		
Swaps de risco de incumprimento indexados		
SWAPS DE RETORNO TOTAL		
Opções de crédito		
Outros derivados de crédito		
<b>TOTAL DE NOCIONAIS</b>		
<b>Justos valores</b>		
Justo valor positivo (ativo)		
Justo valor negativo (passivo)		

N.º  
3

N.º  
4

N.º  
5

O grupo Mobilize F.S. não possui derivados de crédito.

## / EU CCR7 - DECLARAÇÕES DE FLUXOS DE RWA DAS EXPOSIÇÕES AO CCR DE ACORDO COM O MÉTODO IMM

RWEA

**RWEA NO FINAL DO PERÍODO DE REFERÊNCIA ANTERIOR**

Volume de ativos

Qualidade de crédito das contrapartes

Atualizações de modelo (somente IMM)

Metodologia e política (somente IMM)

Aquisições e alienações

Movimentos cambiais

Outros

**RWEA NO FINAL DO PERÍODO DE REFERÊNCIA ATUAL**

O grupo Mobilize F.S. trata as exposições ao risco de crédito de contraparte utilizando o método padrão. Não há nenhuma exposição a CCR no método IMM.

## / EU CCR8 - EXPOSIÇÕES SOBRE CCP

Em milhões de euros	Valor da exposição	RWEA
<b>EXPOSIÇÕES A QCCP (TOTAL)</b>		<b>135</b>
Exposições para transações em QCCP (excluindo margem inicial e contribuições para o fundo de proteção); do qual	677	135
i) Derivados OTC	677	135
ii) Derivados transacionados em bolsa		
iii) SFT		
iv) Conjuntos de compensação em que a compensação contratual entre produtos foi aprovada		
Margem inicial segregada		
Margem inicial não segregada		
Contribuições pré-financiadas para o fundo de proteção		
Contribuições não financiadas para o fundo de proteção		
<b>EXPOSIÇÕES A CCP NÃO ELEGÍVEIS (TOTAL)</b>		
Exposições para transações em CCP não elegíveis (excluindo margem inicial e contribuições para o fundo de proteção); do qual		
i) Derivados OTC		
ii) Derivados transacionados em bolsa		
iii) SFT		
iv) Conjuntos de compensação em que a compensação contratual entre produtos foi aprovada		
Margem inicial segregada		
Margem inicial não segregada		
Contribuições pré-financiadas para o fundo de proteção		
Contribuições não financiadas para o fundo de proteção		

## V. Risco de ajustamento da avaliação de crédito

Para todos os derivados do mercado de balcão, se não forem utilizados derivados reconhecidos como proteção de crédito, o grupo RCI Banque determina um requisito de capital para o risco de “ajustamento da avaliação de crédito” (CVA).

Este encargo de capital destina-se a cobrir perdas em caso de degradação da qualidade da contraparte que acarrete uma diminuição do valor dos derivados.

O requisito é calculado pelo método padrão definido no Artigo 384.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013.

### / EU CCR2 - OPERAÇÕES SUJEITAS A REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS PARA O RISCO DE CVA

Em milhões de euros	Valor da exposição	RWEA
Total de operações sujeitas ao método avançado		
i) Componente VaR (incluindo o multiplicador de três)		
ii) Componente VaR sob tensão (incluindo o multiplicador de três):		
Operações sujeitas ao método padrão	827	339
Operações sujeitas ao método alternativo (baseado no método do risco inicial)		
<b>TOTAL DE OPERAÇÕES SUJEITAS A REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS PARA O RISCO DE CVA</b>	<b>827</b>	<b>339</b>

## VI. Titularização

### / EU-SECA - REQUISITOS DE DIVULGAÇÃO QUALITATIVA RELACIONADOS COM AS EXPOSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

Base jurídica	Número da linha	Informações qualitativas – Formato livre
Artigo 449.º, alínea a), do CRR	(a)	<p>Descrição das atividades de titularização e retitularização; incluindo os objetivos de gestão de riscos e de investimento das instituições relacionados com essas atividades, o seu papel nas operações de titularização e retitularização, quer utilizem o enquadramento de titularização simples, transparente e normalizado (STS), e em que medida utilizam operações de titularização para transferir o risco de crédito das exposições titularizadas para terceiros, com, se for caso disso, uma descrição separada da sua política de transferência de risco de titularização sintética;</p>
Artigo 449.º, alínea b), do CRR	(b)	<p>O tipo de risco a que as instituições estão expostas nas suas atividades de titularização e retitularização por nível de antiguidade das posições de titularização relevantes, estabelecendo uma distinção entre posições STS e não STS e:</p> <p>risco retido em operações próprias; risco incorrido em relação a operações originadas por terceiros</p>
Artigo 449.º, alínea c), do CRR	(c)	<p>Métodos das instituições para calcular os montantes da exposição ponderados pelo risco que aplicam às suas atividades de titularização, incluindo os tipos de posições de titularização a que cada método se aplica, com uma distinção entre posições STS e não STS</p>
Artigo 449.º, alínea d), do CRR	(d)	<p>Uma lista das SSPE abrangidas por qualquer uma das seguintes categorias, com uma descrição uma descrição dos seus tipos de exposições sobre essas SSPE, incluindo os contratos de derivados:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>(1) SSPE que adquirem exposições originadas pelas instituições;</li> <li>(2) SSPE patrocinadas pelas instituições;</li> <li>(3) SSPE e outras entidades jurídicas às quais as instituições prestam serviços relacionados com a titularização, como serviços de consultoria, gestão de ativos ou serviços de gestão</li> <li>(4) SSPE incluídas no âmbito de consolidação regulamentar das instituições</li> </ol>
Artigo 449.º, alínea e), do CRR	(e)	<p>Uma lista das entidades jurídicas em relação às quais as instituições divulgaram que lhes tinham prestado apoio nos termos da parte III, título II, Capítulo 5 do CRR.</p>

O grupo Mobilize F.S. utiliza a titularização como instrumento de financiamento. Todos os ativos titularizados permanecem no balanço consolidado. O RCI Banque não investe em veículos de finalidade especial cujas obrigações subjacentes sejam originadas por empresas não pertencentes ao grupo.

O grupo titulariza conjuntos de contas a receber concedidos a pessoas singulares ou empresas. Os títulos gerados a partir dessas transações são vendidos a investidores terceiros ou autossuscritos para gerar caucões elegíveis utilizadas para financiamento do Banco Central ou reserva de liquidez.

O grupo Mobilize F.S. não recorreu à titularização para transferir risco. Os veículos de finalidade especial que transportam ativos titularizados são consolidados pelo grupo, que permanece exposto à maioria dos riscos e benefícios associados às contas a receber titularizadas.

Todas as operações de titularização do grupo cumprem o requisito de retenção de capital económico não inferior a 5%, conforme mencionado no artigo 405.º da Diretiva Europeia (UE) 575/2013 e no artigo 6.º do Regulamento (UE) 2017/2402.

A RCI Banque S.A. não investe em veículos de finalidade especial garantidos por contas a receber originadas por empresas não pertencentes ao grupo.

A Mobilize F.S. não investe em posições de titularização conforme descrito no artigo 2.º, n.º 1) da (UE) 2017/2402 de 12 de dezembro de 2017. Por conseguinte, o RCI Banque não tem qualquer exposição ligada a essa posição.

As contas a receber titularizadas pelo RCI Banque são consolidadas prudencialmente e os ativos ponderados pelo risco são calculados como se os ativos não tivessem sido titularizados.

O grupo Mobilize F.S. atua como cedente/prestador de serviços para as SSPE a seguir indicadas. (Swap) indica que a RCI também atua como contraparte de swap.

- FCT Cars Alliance Auto Loans France Master;
- FCT Cars Alliance Auto Leases France Master;
- FCT Cars Alliance Auto Leases France Master Residual Value;
- FCT Cars Alliance Auto Leases France V2020-1 (swap);
- FCT Cars Alliance Auto Loans France V2022-1 (swap);
- FCT Cars Alliance DFP France;
- FCT Cars Alliance Auto Loans Germany Master;
- FCT Cars Alliance Auto Loans Germany V2019-1 (swap);
- FCT Cars Alliance Auto Loans Germany V2021-1 (swap);
- FCT Cars Alliance Auto Lease Germany (swap)
- Cars Alliance DFP Germany 2017;
- Cars Alliance Auto Loans Italy 2015 SRL;
- Cars Alliance UK 2015 Ltd;
- Cars Alliance UK 2021 Ltd;
- Cars Alliance Auto Loans Spain 2022.

O grupo não presta apoio (conforme definido no artigo 248.º do CRR) a operações de titularização. O grupo RCI Banque atua como cedente, gestor de ativos para todas as SSPE listadas na alínea e) e prestador de serviços de swap para algumas dessas SSPE.

Base jurídica	Número da linha	Informações qualitativas – Formato livre
Artigo 449.º, alínea f), do CRR	(f)	Uma lista de entidades jurídicas associadas às instituições e que investiram em titularizações originadas pelas instituições ou em posições de titularização emitidas SSPE patrocinadas pelas instituições
		O grupo Mobilize F.S. não investe em titularizações para as quais o requisito de capital é calculado com base na posição de titularização e contabiliza sempre as contas a receber subjacentes ao avaliar os requisitos de fundos próprios. O grupo retém as tranches de prioridade inferior da titularização na qual atua como cedente para atender aos requisitos de retenção de capital económico. A RCI Banque S.A. investiu em tranches de prioridade superior nas titularizações em que uma das suas subsidiárias ou sucursais atua como cedente. Tais ativos podem ser usados como garantia para Financiamento do Banco Central. Esquema semelhante também existem no Reino Unido, onde o RCI Bank UK subscreveu notas ABS lastreadas por recebíveis originados pelo RCI FS UK.
Artigo 449.º, alínea g), do CRR	(g)	Um resumo das suas políticas contabilísticas para a atividade de titularização, incluindo, se aplicável, uma distinção entre posições de titularização e de retitularização
		O grupo Mobilize F.S. não recorreu à titularização para transferir risco. Os veículos de finalidade especial que transportam ativos titularizados são consolidados pelo grupo, que permanece exposto à maioria dos riscos e benefícios associados às contas a receber titularizadas que permanecem consolidadas no balanço.
Artigo 449.º, alínea h), do CRR	(h)	As denominações das ECAI utilizadas para efeitos de titularização e os tipos de exposições relativamente aos quais cada agência é utilizada
		Auto-ABS: Moody's (EUR), S&P (EUR & GBP), DBRS (EUR), Fitch (EUR & GBP) SME (Dealer Floor Plan): Moody's, DBRS
Artigo 449.º, alínea i), do CRR	(i)	Se aplicável, uma descrição do Método de Avaliação Interna definido na parte III, título II, Capítulo 5, do CRR, incluindo a estrutura do processo de avaliação interna e a relação entre avaliação interna e notações externas da ECAI relevante divulgadas nos termos da alínea h), os mecanismos de controlo do processo de avaliação interna, incluindo as questões relativas à independência, responsabilidade e processo de análise da avaliação interna, os tipos de exposições aos quais é aplicado o processo de avaliação interna e os fatores de esforço utilizados para determinar os níveis de melhoria do risco de crédito
		Não aplicável a nenhum investimento (exposição) no programa ABCP.

As contas a receber de refinanciamento de vendas retidas no balanço totalizaram 13 926 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 (12 590 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021), nomeadamente:

- para titularizações colocadas no mercado: 2812 milhões de euros;
- para titularizações autosubscritas: 9211 milhões de euros;
- para titularizações privadas: 1903 milhões de euros.

O stock de ativos titularizados está discriminado na Nota 13 às demonstrações financeiras consolidadas. Em 31 de dezembro de 2022, o financiamento titularizado através de titularizações privadas totalizava 1079 milhões de euros, e o financiamento titularizado através de titularizações públicas colocadas nos mercados totalizava 2626 milhões de euros.

N.º

1

N.º

2

N.º

3

N.º

4

N.º

5

## / EU-SEC1 - EXPOSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO EXTRA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO

Em milhões de euros	A instituição atua na qualidade de cedente					Subtotal
	Tradicional			Sintética		
	STS	do qual SRT	Não STS	do qual SRT	do qual SRT	
<b>TOTAL DAS EXPOSIÇÕES</b>						
<b>RETALHO (TOTAL)</b>						
empréstimos hipotecários sobre imóveis de habitação						
cartão de crédito						
Outras exposições de retalho						
retitularização						
<b>POR GROSSO (TOTAL)</b>						
empréstimos a empresas						
Empréstimos hipotecário sobre imóveis comerciais						
locações e contas a receber						
Por grosso (outros)						
retitularização						



## VII. Risco de mercado

### / EU MRA: REQUISITOS DE DIVULGAÇÃO QUALITATIVA EM MATÉRIA DE RISCO DE MERCADO

	Divulgação de formato flexível
<p>Artigo 435.º, n.º 1, alíneas a) e d), do CRR</p> <p>Uma descrição das estratégias e processos de gestão do risco de mercado, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• uma explicação dos objetivos estratégicos de gestão no desenvolvimento das atividades de negócio, bem como dos processos implementados para identificar, mensurar, supervisionar e controlar os riscos de mercado da instituição;</li> <li>• uma descrição das suas políticas de cobertura e atenuação do risco, bem como das estratégias e processos para supervisionar a eficácia contínua das coberturas.</li> </ul>	<p>Na ausência de uma carteira de negociação, todo o risco de mercado decorre da posição cambial do grupo.</p> <p>O risco sobre posição cambial pode ser dividido em:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• posição cambial estrutural, que resulta dos investimentos de longo prazo do grupo no capital das suas subsidiárias estrangeiras.</li> <li>• desde 2022, o Mobilize F.S. grupo tem uma alocação de capital que cobre a sua exposição estrutural ao risco cambial. O grupo beneficia de uma derrogação do BCE para as cinco moedas mais significativas (GBP, BRL, KRW, CHF e MAD), que lhe permite, para estas moedas, ter em conta apenas o excesso de capital em relação ao CET1 médio do grupo. O risco cambial estrutural está incluído na estrutura de apetência pelo risco da Mobilize Financial Services, e a posição do grupo em todas as moedas é monitorizada mensalmente no Comité de Capital e Liquidez e reportada trimestralmente ao Supervisor;</li> <li>• a posição cambial transaccional, que resulta de fluxos de caixa denominados em moedas diferentes da moeda patrimonial, está sujeita a limites. A soma dos valores absolutos das posições expressas em diferentes pares de moedas ascendia a 12,7 milhões de euros no final de dezembro de 2022.</li> </ul> <p>Os objetivos e estratégias perseguidos pelo grupo Mobilize F.S. em relação ao risco de mercado são descritos no Anexo 2, na secção intitulada "Demonstrações financeiras consolidadas - riscos financeiros".</p>
<p><b>Artigo 435.º, n.º 1, alínea b), do CRR</b></p> <p>Uma descrição da estrutura e organização da função relevante de gestão de riscos, incluindo uma descrição da estrutura de gestão de riscos de mercado estabelecida para implementar as estratégias e processos da instituição discutidos na linha a) acima, e que descreva a relação e os mecanismos de comunicação entre as diferentes partes envolvidas na gestão de risco de mercado.</p>	<p>A supervisão do risco cambial transaccional e o cumprimento dos limites estão sob a alçada da Divisão de Tesouraria do grupo e da Divisão de Financiamento da RCI Banque S.A., que gerem as posições do centro de financiamento e supervisionam a gestão das subsidiárias.</p> <p>os limites do grupo são aprovados pelo Conselho de Administração e atualizados periodicamente. A Equipa de Riscos Financeiros, subordinada ao Departamento de Risco e Regulação Bancária (Divisão de Controlo de Risco), emite um relatório diário e monitoriza a exposição do grupo aos riscos de mercado.</p> <p>Uma lista de produtos autorizados, aprovada pelo Comité Financeiro da RCI Banque S.A., especifica os instrumentos cambiais e moedas que podem ser utilizados para fins de gestão de risco de mercado e as moedas autorizadas.</p>
<p>Artigo 435.º, n.º 1, alínea c), do CRR</p> <p>O âmbito e a natureza dos sistemas de reporte e de medição de riscos</p>	<p>A nível do grupo Mobilize F.S., a posição cambial é calculada utilizando uma abordagem de ativos e passivos que consiste em calcular a posição cambial a partir do balanço contabilístico e dos saldos extrapatrimoniais por moeda. Designa-se por "posição cambial contabilística".</p> <p>O perímetro de supervisão do risco cambial transaccional foi validado, distinguindo duas categorias de subsidiárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• subsidiárias que envolvam várias moedas e cujo risco cambial transaccional deve ser monitorizado diariamente pela entidade. A entidade deve reportar ao Departamento de Risco Financeiro a posição diária em caso de incumprimento. A equipa de Risco Financeiro é responsável por garantir o cumprimento dos limites;</li> <li>• outras subsidiárias cujo risco cambial transaccional é monitorizado mensalmente. A equipa de Risco Financeiro é responsável por garantir o cumprimento dos limites.</li> </ul> <p>A posição cambial transaccional consolidada e o cumprimento dos limites são reportados mensalmente ao Comité Financeiro.</p>

Tendo em conta os elementos mencionados na tabela EU-MRA acima referida em resposta ao artigo 435.º, n.º 1 alíneas a) e d) do CRR, não se aplicam seguintes tabelas:

- Tabela EU MRB: Requisitos de divulgação qualitativa para as instituições que utilizam modelos internos para o risco de mercado
- Modelo EU MR2-A - Risco de mercado de acordo com o método dos modelos internos (IMA);
- Modelo EU MR2-B - Declarações de fluxos de RWA para os riscos de mercado de acordo com o método IMA;
- Modelo EU MR3 - Valores IMA para carteiras de negociação;
- Modelo EU MR4 - Comparação das estimativas de VaR com os ganhos/perdas.

#### / MODELO EU MR1 - RISCO DE MERCADO DE ACORDO COM O MÉTODO PADRÃO

Em milhões de euros	RWEA
<b>Produtos Outright</b>	<b>1003</b>
Risco de taxa de juro (geral e específico)	
Risco sobre ações (geral e específico)	
Risco cambial	1003
Risco de mercadorias	
<b>Opções</b>	
Abordagem simplificada	
Método Delta-mais	
Método dos cenários	
<b>Titularização (risco específico)</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>1003</b>

N.º

1

N.º

2

N.º

3

N.º

4

N.º

5

## VIII. Risco de taxa de juros para posições em carteira

### / EU IRRBBA - INFORMAÇÃO QUANTITATIVA SOBRE OS RISCOS DE TAXA DE JURO DAS ATIVIDADES NÃO INCLUÍDAS NA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO

Informações qualitativas – Formato livre	Base jurídica	
Uma descrição de como a instituição define o IRRBB para fins de controlo e mensuração dos riscos	O risco de taxa de juro da carteira bancária (IRRBB) refere-se ao risco para o capital e resultados do banco decorrente de movimentos adversos nas taxas de juro que afetem as posições na carteira bancária do banco O objetivo do grupo Mobilize F.S. é atenuar este risco na medida do possível. O processo específico de controlo do risco de taxa de juro faz parte do processo geral de controlo interno do grupo Mobilize F.S. e usa indicadores de sensibilidade para medir impactos de choques adversos nas taxas (conversão ou rotação da curva de rendimento, por exemplo) sobre ganhos futuros para os quais os limites estão associados.	Artigo 448.º, n.º 1 alínea e)
Uma descrição geral da instituição Gestão e estratégias de atenuação do IRRBB	A Divisão de Finanças e Tesouraria do grupo refinancia as entidades do grupo elegíveis para refinanciamento centralizado. Obtém os fundos necessários à continuidade do negócio (emissões de obrigações e instrumentos de dívida negociáveis, titularizações, empréstimos interbancários, etc.), equilibra ativos e passivos e ajusta a posição de caixa das empresas do grupo, enquanto gera e minimiza a exposição ao risco de taxa de juro da carteira através da utilização de instrumentos de cobertura adequados ( <i>swaps</i> de taxas de juro, <i>swaps</i> de divisas cruzadas e operações de câmbio a termo e a prazo). Os princípios da política financeira estendem-se a todas as subsidiárias consolidadas do grupo Mobilize F.S. e são adaptados em subsidiárias refinanciadas localmente. Estas últimas estão sujeitas aos mesmos requisitos de monitorização do risco financeiro que as restantes subsidiárias do grupo. A fim de ter em conta a dificuldade de ajustar com precisão a estrutura dos ativos e passivos, é aceite uma flexibilidade limitada na gestão do risco de taxa de juro para cada entidade, à qual são atribuídos limites de sensibilidade pelo Comité Financeiro. A posição consolidada do IRRBB medida como a soma do valor absoluto das sensibilidades da posição de sensibilidade em todas as moedas está vinculada aos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração da Mobilize F.S. Um sistema de gestão do grupo realiza um cálculo diário da sensibilidade do balanço patrimonial de cada entidade às variações da curva de rendimento. A Equipa de Riscos Financeiros controla a exposição do grupo medida por este sistema e o cumprimento dos limites de sensibilidade atribuídos a cada entidade.	Artigo 448.º, n.º 1, alínea f)
A periodicidade do cálculo das medidas de IRRBB da instituição e uma descrição das medidas específicas que a instituição utiliza para avaliar a sua sensibilidade ao IRRBB	O risco de taxa de juro é monitorizado diariamente: um cálculo da sensibilidade por moeda, por entidade gestora e por carteira de ativos verifica se cada entidade cumpre os limites individuais que lhe são atribuídos. Essa sensibilidade ao risco de taxa de juro é medida usando uma metodologia baseada em ganhos comum a todo o grupo Mobilize F.S. O processo mantém a exposição geral do grupo e a exposição de cada entidade num nível baixo.	Artigo 448.º, n.º 1, alíneas e) subalíneas i) e v); Artigo 448.º, n.º 2

**Informações qualitativas –  
Formato livre****Base jurídica**

Uma descrição dos cenários de choque sobre a taxa de juro e de esforço que a instituição utiliza para estimar mudanças no valor económico e no resultado líquido de juros (se aplicável)

Indicadores internos

Dois indicadores são monitorizados a nível interno para o risco de taxa de juro:

- A sensibilidade EV (Valor Económico) mede num determinado momento (t) o impacto de uma mudança nas taxas de juro sobre o valor presente dos ganhos futuros. O valor económico é determinado pelos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro de mercado. Esta mensuração é usada para definir os limites que se aplicam às entidades do grupo.

São incorporados dois cenários com este indicador:

- um cenário parallel up,
- um cenário de rotação: abaixo de 1y para baixo por choques de rotação, linearmente interpolados até 2y, taxas de 2y inalteradas, linearmente interpolados até 3y, acima de 3y para cima por choques de rotação;
- a sensibilidade da receita líquida de juros mede o impacto de uma mudança nas taxas de juros sobre os ganhos futuros não descontados.

É calculado ao longo de um horizonte temporal de 12 meses e num horizonte temporal vitalício com limites associados a esses dois indicadores

Os choques ajustados à moeda utilizados para calcular os indicadores de risco de taxa de juro estão resumidos na tabela abaixo e sujeitos a revisão periódica

Moeda	Parallel up	Rotação
EUR	100	25
GBP	150	37,5
KRW	100	25
BRL	350	87,5
CHF	100	25
PLN	300	75
MAD	100	25
RON	300	75
SEK	150	37,5
ARS	500	125
COP	300	75
HUF	250	62,5
DKK	100	25
CZK	200	50
RUB	500	125

A Sensibilidade Consolidada ao Risco de Taxa de Juro é calculada como a soma do valor absoluto da sensibilidade a choques cambiais ajustados descritos acima e está sujeita a um limite fixado em 70 milhões de euros pelo Conselho de Administração.

**Indicadores regulamentares**

As alterações no valor económico do capital próprio (EVE) e na margem líquida de juros (NII) em caso de choques nas taxas de juro têm dois indicadores regulamentares IRRBB nas Orientações da EBA. São calculados trimestralmente num perímetro regulamentar consolidado com base nos cenários apresentados nas Orientações da EBA sobre o IRRBB (2018).

Ambos os indicadores estão vinculados a limites internos validados pelo Comité de Riscos do Conselho de Administração.

Uma descrição da modelização-chave e dos pressupostos paramétricos diferentes dos utilizados para divulgação do modelo EU IRRBB1 (se aplicável)

Os cálculos baseiam-se nas diferenças médias mensais de ativos e passivos (excluindo montantes de juros), que incorporam operações a taxa fixa e variável até a sua próxima data de revisão.

Os prazos de vencimento dos saldos em dívida são determinados tendo em conta as características contratuais das operações e os resultados da modelação dos padrões históricos de comportamento dos clientes (reembolsos antecipados) para os quais o grupo definiu uma metodologia comum. Esta metodologia é baseada em pressupostos de taxas de pré-pagamento constantes baseadas em médias móveis.

Os depósitos são modelados como 6 recursos sucessivos de taxa fixa com um vencimento inicial a 3 meses. A duração instantânea é, portanto, de aproximadamente 1,5 meses.

As medições da sensibilidade da NII para calcular indicadores internos também levam em conta uma alocação de fundos próprios da entidade (capital próprio + requisito de capital corrente estável) para o financiamento dos ativos comerciais de mais longo prazo para moedas de baixa volatilidade ou 50 % de prazo longo ou 50 % de curto prazo para moedas com elevada volatilidade de taxas.

Artigo 448.º, n.º 1 alínea e)  
Artigo 448.º, n.º 2

N.º

1

N.º

2

N.º

3

N.º

4

N.º

5

Informações qualitativas – Formato livre	Base jurídica	
Uma descrição de elevado nível de como o banco protege o seu IRRBB, bem como do tratamento contabilístico associado (se aplicável)	<p>Não há negociação por conta própria no seio do grupo Mobilize F.S. Todas as operações sobre instrumentos financeiros efetuadas pela RCI Banque S.A., na qualidade de tesouraria central, ou pelas suas subsidiárias financiadas a nível local, têm por objetivo refinar a sua atividade e investir os excedentes temporários de tesouraria, mantendo os riscos financeiros abaixo dos limites internos, a fim de proteger a sua margem comercial.</p> <p>A sensibilidade às flutuações das taxas de juro é gerida através de <i>swaps</i> de taxas de juro.</p> <p>Os <i>swaps</i> de recebimento de taxa fixa são executados quando o Banco emite dívida de taxa fixa e deseja reduzir a sua exposição à queda da taxa de juros. Os <i>swaps</i> de pagamento de taxa fixa são executados de tempos em tempos para proteger a originação de ativos de taxa fixa.</p> <p>O grupo Mobilize F.S. utiliza os princípios da norma IFRS 9 para classificar derivados que cobrem o risco de juro.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>As relações de cobertura da cobertura de justo valor (FVH) visam cobrir as variações no valor, no todo ou em parte, de um ativo ou passivo reconhecido, atribuível a um risco específico (por exemplo, risco de taxa de juro sobre uma dívida de taxa fixa). O item coberto e, por conseguinte, o derivado de cobertura são avaliados pelo seu justo valor. As variações no justo valor do derivado e do item coberto são registadas na demonstração dos resultados. Os <i>swaps</i> da RCI contabilizados como cobertura de justo valor são constituídos por <i>swaps</i> de recebimento de taxa fixa que cobrem a emissão de passivos de taxa fixa. As valorizações do instrumento de cobertura são calculadas descontando os fluxos de caixa futuros. Uma vez que os derivados de cobertura não cobrem a totalidade da taxa mas apenas a parte sem risco, apenas a parte da dívida relativa à taxa sem risco terá de ser avaliada. A avaliação da dívida exclui o efeito do <i>spread</i> de crédito (incluindo a parte dos juros acumulados do efeito “<i>spread</i> de crédito”). As alterações no justo valor do derivado e no justo valor da dívida coberta são registadas na Demonstração dos Resultados. O teste de FVH é realizado mensalmente para medir a efetividade da microcobertura.</li> <li>A relação de cobertura da cobertura de fluxo de caixa (CHF) tem como objetivo proporcionar cobertura às alterações nos fluxos de caixa futuros associadas a um ativo ou passivo reconhecido ou futuro e atribuíveis a um risco particular (por exemplo, pagamento futuros de juros a taxa variável). Os <i>swaps</i> da RCI contabilizados como cobertura do fluxo de caixa ao justo valor são <i>swaps</i> de pagamento fixo que cobrem passivos de taxa variável ou da componente de taxa variável de um <i>swap</i> escriturado em FVH. Para ser reconhecida como CFH, a taxa variável do instrumento de cobertura deve apresentar uma elevada correlação com a taxa variável do item coberto. As alterações no valor justo do derivado são contabilizadas numa conta de capital próprio especial (balanço/impacto produzido pelo capital próprio). A reexpressão no resultado é realizada com a mesma frequência que o item coberto por juros vencidos.</li> </ul> <p>Esta relação entre dívida de taxa variável/dívidas cobertas ao justo valor e <i>swaps</i> de cobertura de fluxo de caixa é acompanhada pelo menos trimestralmente, por meio de um teste de macrocobertura. O teste visa garantir que o valor nominal dos <i>swaps</i> de CFH não excede nunca o valor total dos passivos de taxa variável. Na prática, são realizados dois testes separadamente: o primeiro para dívidas de taxa variável e o segundo para dívidas de taxa fixa inicialmente cobertas por um <i>swap</i> de recebimento de taxa fixa escriturado em FVH.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Carteira de negociação: os instrumentos financeiros que não atendem aos critérios de contabilidade de coberturas da norma IFRS9 não podem ser considerados como cobertura e, apesar da sua intenção de cobertura, são classificados como instrumentos de negociação/carteira de negociação. A alteração do justo valor destes instrumentos é reconhecida na demonstração de resultados. Uma parte dos <i>swaps</i> de taxa fixa destina-se a cobrir os depósitos vencidos, que são modelados como passivos de taxa variável com reapreçamento a 3 meses. Uma vez que a correlação entre a taxa de depósito de clientes e a taxa livre de risco de mercado é baixa, estas coberturas não são qualificadas como cobertura para efeitos de contabilidade, sendo escrituras como instrumentos financeiros.</li> </ul>	Artigo 448.º, n.º 1 alínea e) subalínea (iv); Artigo 448.º, n.º 2
Uma descrição da modelização-chave e dos pressupostos paramétricos utilizados para divulgação do modelo EU IRRBB1 (se aplicável)	<p>Os principais pressupostos de modelização utilizados para o IRRBB mensurado no modelo EU IRRBB1 são semelhantes aos pressupostos internos acima descritos para pré-pagamento e modelização dos depósitos sem prazo de vencimento. Os pressupostos paramétricos retomam as disposições do Artigo 115.º das Orientações IRRBB (limite para valores de sensibilidade positiva, <i>plafond</i> nas curvas de IR...), bem como os documentos apensos (Anexo III) para choques na IR. A Mobilize F.S. calcula a sensibilidade do EVE a alterações nas taxas de juros num perímetro, incluindo EUR e GBP (moedas significativas), bem como BRL e KRW. No seu conjunto, os ativos expressos nestas moedas excedem o limiar de 90 % dos ativos totais do grupo fixado no artigo 115.º, alínea I), das Orientações IRRBB.</p>	Artigo 448.º, n.º 1, alínea c); Artigo 448.º, n.º 2
Explicação do significado das mensurações IRRBB e das suas variações significativas desde as divulgações anteriores	<p><b>Indicadores internos</b> <i>Indicadores</i></p> <p>São utilizados, a nível interno, dois indicadores de controlo para o risco de taxa de juro:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>A sensibilidade (Valor Económico - EV), que consiste em mensurar num momento t o impacto de uma alteração nas taxas de juros sobre o valor de mercado dos fluxos de balanço de uma entidade. O valor de mercado é determinado pelos fluxos futuros descontados à taxa de mercado no momento t. Esta mensuração é utilizada para estabelecer limites para as entidades gestoras do grupo.</li> <li>A receita líquida de juros (NII) é uma medida de ganho ou perda do ponto de vista da demonstração de resultados. É apresentada como a diferença na receita de juros futura ao longo de um horizonte definido. A particularidade da sensibilidade na perspetiva da receita líquida de juros, em comparação com a perspetiva atuarial da sensibilidade, é a linearização do impacto de novas operações. Esta mensuração é acompanhada ao longo de um horizonte de 12 meses e de um horizonte completo</li> </ol>	Artigo 448.º, n.º 1, alínea d)

**Informações qualitativas – Base jurídica**  
**Formato livre**

Explicação do significado das mensurações IRRBB e das suas variações significativas desde as divulgações anteriores	<p><b>Resultados</b></p> <p>Durante o ano de 2021, a sensibilidade consolidada ao risco de taxa de juro e à receita líquida de juros do grupo Mobilize F.S. (calculados como descrito acima) permaneceu abaixo do limite fixado pelo grupo em 70 milhões de euros:</p> <p>i) A Sensibilidade consolidada ao risco de taxa de juro (EV) com base no perímetro IRR interno, calculada como a soma dos valores absolutos da sensibilidade a choques ajustados pela moeda em todas as moedas, ascendeu a 7,0 milhões de euros no final de dezembro de 2022, em comparação com os 8,6 milhões de euros no final de 2021.</p> <p>ii) A Sensibilidade consolidada ao risco de taxa de juro para NII com base no perímetro IRR interno, calculada como a soma dos valores absolutos da sensibilidade a choques ajustados pela moeda em todas as moedas, ascendeu a 5,7 milhões de euros no final de dezembro de 2022, em comparação com os 8,3 milhões de euros no final de 2021.</p> <p>Repartição, por moedas principais, da sensibilidade à NII na sequência de um aumento das taxas diferenciado por moeda (em milhões de euros) no final de dezembro de 2022, em valor relativo:</p>	Artigo 448.º, n.º 1, alínea d)																																
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Moedas</th> <th>K€</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>ARS</td><td>122</td></tr> <tr><td>BRL</td><td>(256)</td></tr> <tr><td>CHF</td><td>(294)</td></tr> <tr><td>COP</td><td>171</td></tr> <tr><td>CZK</td><td>320</td></tr> <tr><td>EUR</td><td>(1593)</td></tr> <tr><td>DKK</td><td>(9)</td></tr> <tr><td>GBP</td><td>1013</td></tr> <tr><td>HUF</td><td>164</td></tr> <tr><td>KRW</td><td>(40)</td></tr> <tr><td>MAD</td><td>1107</td></tr> <tr><td>PLN</td><td>109</td></tr> <tr><td>SEK</td><td>15</td></tr> <tr><td>RON</td><td>244</td></tr> <tr><td>RUB</td><td>(288)</td></tr> </tbody> </table>	Moedas	K€	ARS	122	BRL	(256)	CHF	(294)	COP	171	CZK	320	EUR	(1593)	DKK	(9)	GBP	1013	HUF	164	KRW	(40)	MAD	1107	PLN	109	SEK	15	RON	244	RUB	(288)	
Moedas	K€																																	
ARS	122																																	
BRL	(256)																																	
CHF	(294)																																	
COP	171																																	
CZK	320																																	
EUR	(1593)																																	
DKK	(9)																																	
GBP	1013																																	
HUF	164																																	
KRW	(40)																																	
MAD	1107																																	
PLN	109																																	
SEK	15																																	
RON	244																																	
RUB	(288)																																	
	<p><b>Indicadores internos</b></p> <p><b>Resultado EVE</b></p> <p>As alterações no valor económico do capital próprio ("EVE") calculadas de acordo com as Orientações IRRBB da EBA representam 6,92 % dos Fundos Próprios no contexto de choque padrão e 8,53 % do CET1 no contexto de choques diferenciados por moeda, abaixo dos limites regulamentares.</p> <p>O cenário mais penalizador é o aumento paralelo do choque diferenciado por moeda, com um impacto de -449 milhões de euros no final de dezembro de 2022, face a -442 milhões de euros no ano anterior</p> <p><b>Resultado NII</b></p> <p>Na ausência de instruções detalhadas sobre a metodologia de cálculo do indicador de NII consolidada nas Orientações IRRBB, e após articulação com a EBA e as suas equipas conjuntas de supervisão (JST), o RCI optou por usar a sua NII consolidada interno calculado no perímetro bancário consolidado para fins regulamentares.</p> <p>A sensibilidade consolidada ao risco de taxa de juro da NII, calculada como a soma dos valores absolutos das sensibilidades a choques ajustados à moeda em todas as moedas, ascendeu a 5,7 milhões de EUR (ver Tabela EU IRRBB1 - Alterações na receita líquida de juros) no final de dezembro de 2022, face aos 7,4 milhões de euros no final de 2021. A soma do valor absoluto expressa o pior caso, pois a posição de risco de taxa de juro por moeda não é compensada.</p>																																	
Quaisquer outras informações relevantes sobre as medidas IRRBB divulgadas no modelo EU IRRBB1 (opcional)	Nenhuma																																	
Divulgação do prazo de reapreçamento médio e mais longo atribuído aos depósitos sem prazo de vencimento	Para calcular os indicadores de mensuração do risco de taxa de juro, os depósitos são modelizados como passivos de taxa fixa consecutivos com um prazo de vencimento inicial de 3 meses. O prazo de reapreçamento mais longo é, portanto, de 3 meses, enquanto a duração média de reapreçamento é sensivelmente de 1,5 meses.	Artigo 448.º, n.º 1, alínea g)																																

N.º

1

N.º

2

N.º

3

N.º

4

N.º

5

## / EU IRRBB1 - RISCOS DE TAXA DE JURO DAS ATIVIDADES NÃO INCLUÍDAS NA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO

Cenários de choque de supervisão Em milhares de euros

		a		b		c		d	
		Alterações no valor económico do capital próprio				Alteração na receita líquida de juros			
		Período atual 31/12/2022		Período anterior 31/12/2021		Período atual 31/12/2022		Período anterior 31/12/2021	
1	Parallel up	(449 825)	(442 340)			5673		7387	
2	Parallel down	245 003	94 900						
3	Steepener	14 682	52 558						
4	Flattener	(117 290)	(156 762)						
5	Short rates up	(248 011)	(282 549)						
6	Short rates down	129 892	102 241						

Os cálculos acima são baseados nos pressupostos normalizados publicados pela EBA e descritas nas Orientações IRRBB. Os cálculos acima referidos baseiam-se nos pressupostos normalizados publicados pela EBA nas suas orientações relativas à gestão do risco de taxa de juro (orientações IRRBB). De acordo com a metodologia, os impactos positivos de cada cenário de taxa de juro são ponderados em 50 % e os negativos em 100 %.

O impacto de um movimento adverso das taxas de juro na margem financeira total líquida é baixo, em linha com os objetivos de gestão prudente da empresa. É um resultado significativo para o valor económico do capital próprio, também designado por EVE, um indicador que, por definição, não tem em conta os fundos próprios, ao contrário da gestão operacional de ativos e passivos do risco de taxa de juro.

## IX. Risco de liquidez

### / EU LIQA - GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

Número da linha	Informações qualitativas – Formato livre
(a)	<p>Estratégias e processos na gestão do risco de liquidez, incluindo políticas de diversificação nas fontes e teor dos financiamentos previstos,</p> <p>A função de Gestão de Risco de Liquidez é responsável por garantir que o risco de liquidez seja compreendido, monitorizado e reportado. O ILAAP do grupo Mobilize F.S. e os limites associados têm por objetivo: • garantir que o banco cumpra o seu rácio de liquidez regulamentar com uma reserva adequada;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• garantir que o banco financie os seus negócios com fontes diversificadas de financiamento;</li> <li>• assegurar que o banco mantém passivos com duração adequada para suportar o seu negócio;</li> <li>• assegurar que a reserva de liquidez do banco é suficiente para fazer face a vários cenários de esforço, assumindo que o acesso ao financiamento de mercado e o escoamento de depósitos durante um determinado período estão comprometidos.</li> </ul>
(b)	<p>Estrutura e organização da função de gestão do risco de liquidez (autoridade, estatuto, outras disposições).</p> <p>A gestão do risco de liquidez do grupo Mobilize F.S. está sob a responsabilidade da Direção de Finanças e Tesouraria (“F&amp;T”). A F&amp;T propõe indicadores de liquidez e limites associados, que são questionados pelo CRO e pela sua equipa, validados pelo Comité Financeiro do grupo, revistos pelo Comité de Risco antes da aprovação final pelo Conselho de Administração. Os indicadores de liquidez interna são calculados pela equipa de F&amp;T e os índices de liquidez regulamentar pela unidade de Relatórios Regulamentares. Esses indicadores de liquidez são controlados pela Unidade de Controlo de Riscos Financeiros (parte da Divisão de Controlo de Riscos), reportados mensalmente ao Comité Financeiro e trimestralmente (imediatamente em caso de ultrapassagem do limite de alerta) ao Comité de Riscos do Conselho de Administração.</p>
(c)	<p>Uma descrição do grau de centralização da gestão da liquidez e da interação entre as unidades do grupo</p> <p>A RCI Banque S.A. atua como centro de Tesouraria Central para as entidades do grupo que pertencem ao “Perímetro de Financiamento Central”, que abrange a maioria das entidades europeias. As entidades deste perímetro contraem os passivos de que necessitam para suportar os seus negócios junto da Tesouraria Central ou depositam os seus excedentes de liquidez. A posição de liquidez da RCI Banque S.A. e entidades financiadas centralmente é gerida como um <i>pool</i>. Não há empréstimos concedidos ou contraídos entre subsidiárias. Outras entidades são financiadas localmente. A sua posição de liquidez é gerida pelos CFO locais sob a supervisão operacional da Direção de F&amp;T. Os indicadores utilizados para a supervisão da liquidez são controlados pela Unidade de Controlo de Riscos. Algumas entidades financiadas localmente podem beneficiar de apoio de liquidez parcial e limitado por parte da Tesouraria Central. Nessa situação, o Tesouraria Central contabiliza a deficiência de liquidez da subsidiária no seu cenário de esforço.</p>
(d)	<p>Âmbito e natureza dos sistemas de reporte e mensuração do risco de liquidez.</p> <p>O sistema de mensuração do risco de liquidez da RCI Banque S.A. assenta em dois tipos de indicadores. Os indicadores de continuidade de negócios mensuram o tempo durante o qual o banco pode suportar os seus negócios em vários cenários de esforço, mantendo a correspondência adequada entre a duração do ativo e do passivo. Os indicadores de reserva de liquidez mensuram as fontes de financiamento garantidas pelo banco que podem ser usadas para contrabalançar os exfluxos. Os indicadores de risco de liquidez são calculados numa base agregada para a RCI Banque S.A. e as suas subsidiárias e sucursais incluídas no “Perímetro de Refinanciamento Central” ou numa base autónoma para as “Entidades Financiadas Localmente”. O banco também monitoriza a concentração de captação, a oneração de ativos, bem como os índices regulamentares LCR e NSFR</p>

Número da linha	Informações qualitativas – Formato livre	
(e)	Políticas de proteção e atenuação do risco de liquidez e estratégias e processos de supervisão da eficácia contínua das coberturas e fatores de redução.	<p>As principais políticas de atenuação do risco de liquidez do grupo Mobilize F.S. utilizam indicadores estáticos e dinâmicos.</p> <p>Posição de liquidez estática, representando a diferença entre passivos e ativos remanescentes num determinado intervalo de tempo. Deve ser sempre positivo, o que significa que os ativos correntes patrimoniais são financiados por passivos de duração semelhante ou superior.</p> <p>Os indicadores dinâmicos de liquidez medem o tempo durante o qual o banco sobreviveria usando a sua reserva de liquidez para equilibrar os exfluxos gerados pela não renovação da dívida do mercado, exfluxos acentuados de depósitos. Os indicadores dinâmicos de liquidez estão vinculados a um conjunto de limites e indicadores de alerta precoce.</p>
(f)	Um esboço dos planos de financiamento de contingência do banco.	<p>O Plano de Contingência de Liquidez do grupo Mobilize F.S. faz parte do seu sistema ILAAP. Inclui planos de financiamento de contingência, bem como planos de contingência de negócios. O plano de financiamento de contingência inclui várias opções que podem ser divididas em duas categorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• monetizar os componentes da reserva de liquidez, por meio de linhas de crédito comprometidas, aumentar o financiamento do banco central e vender ativos financeiros;</li> <li>• aumentar a liquidez a partir de fontes alternativas de financiamento, como a titularização de uma nova carteira ou aumentar o volume de uma titularização existente, lançar um empréstimo bancário sindicalizado, emitir emissão de dívida em USD, implantar o nosso negócio de depósitos num novo país em parceria com uma <i>fintech</i> de depósitos para acelerar o tempo de lançamento no mercado.</li> </ul>
(g)	Uma explicação de como o teste de esforço é usado.	<p>Os indicadores de continuidade de negócios do grupo Mobilize F.S. são calculados em vários cenários de esforço. Os cenários com maior probabilidade estão associados a limites. Os cenários alternativos, que não estão associados a limites, visam informar a administração sobre as consequências de determinados eventos. Um teste de esforço invertido completa estes cenários.</p>
(h)	Uma declaração aprovada pelo órgão de administração sobre a adequação dos mecanismos de gestão do risco de liquidez da instituição, assegurando que os sistemas de gestão do risco de liquidez implementados são adequados ao perfil e à estratégia da instituição.	<p>O Conselho de Administração do grupo Mobilize F.S. aprovou a estrutura de gestão de risco de liquidez do grupo e os seus procedimentos associados. Acredita que os indicadores monitorizados fornecem uma boa visão geral do risco de liquidez e financiamento do banco e que os limites associados são conservadores e adequados, dada a apetência pelo risco de liquidez.</p>

Número da linha      Informações qualitativas – Formato livre

	<p>Uma declaração concisa de risco de liquidez aprovada pelo órgão de administração que descreva sucintamente o perfil global de risco de liquidez da instituição associado à estratégia de negócio. Esta declaração deve incluir os principais rácios e valores (para além dos já abrangidos pelo modelo EU LIQ1 ao abrigo das presentes STI) que proporcionem às partes interessadas externas uma visão global da gestão do risco de liquidez da instituição, incluindo a forma como o perfil de risco de liquidez da instituição interage com a tolerância ao risco definida pelo órgão de administração.</p> <p>Estes rácios podem incluir:</p> <p>(i)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• limites de concentração em conjuntos de cauções e fontes de financiamento (produtos e contrapartes);</li> <li>• ferramentas de mensuração ou métricas personalizadas que avaliam a estrutura patrimonial do banco ou projetam fluxos de caixa e posições de liquidez futuros, considerando os riscos extrapatrimoniais específicos deste banco;</li> <li>• exposições de liquidez e necessidades de financiamento ao nível de entidades jurídicas individuais, sucursais e filiais estrangeiras, tendo em conta as limitações legais, regulamentares e operacionais à transferibilidade da liquidez;</li> <li>• rubricas patrimoniais e extrapatrimoniais desagregadas em escalões de vencimento e as diferenças de liquidez resultantes.</li> </ul>	<p>A gestão do risco de financiamento e de liquidez do grupo Mobilize F.S. está descrita nos procedimentos do sistema ILAAP, que são revistos pelo Comité de Risco do Conselho de Administração e validados pelo Conselho de Administração. O sistema ILAAP e limites associados, calibrados em função da apetência pelo risco de liquidez, pretendem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• garantir que o banco cumpre o seu rácio de liquidez regulamentar com uma reserva adequada;</li> <li>• garantir que o banco financie os seus negócios com fontes diversificadas de financiamento;</li> <li>• assegurar que o banco mantém passivos com duração adequada para suportar o seu negócio;</li> <li>• garantir que a reserva de liquidez bancária é suficiente para fazer face a vários cenários de esforço (em todo o mercado e idiossincráticos), pressupondo um acesso comprometido ao financiamento do mercado e uma fuga acentuada de depósitos durante um determinado período.</li> </ul> <p>Em 31/12/2022 as principais fontes de financiamento do grupo Mobilize F.S. eram os depósitos (49 %), as obrigações (29 %), os financiamentos garantidos (7 %) e os empréstimos de bancos comerciais (4 %).</p> <p>O grupo Mobilize F.S. gere liquidez, numa forma agregada, para a RCI Banque S.A. (atuando como um Centro de Tesouraria Central) e as subsidiárias e sucursais incluídas no Perímetro Central de Financiamento (a maioria dos países europeus), e, de forma autónoma, para outras entidades. No perímetro de Financiamento Central, a reserva de liquidez de 14,9 mil milhões de euros permite manter a continuidade do negócio durante cerca de 11 meses, num cenário que pressupõe ativos comerciais estáveis, nenhum acesso a novos fundos de mercado e uma fuga acentuada dos seus depósitos. A continuidade de negócio de todas as entidades financiadas localmente estava acima dos indicadores de alerta precoce. Em 2022, o perímetro de Financiamento Central e as nossas entidades financiadas localmente mantiveram diferenças de liquidez positivas, demonstrando que os ativos foram financiados com passivos de mais longo prazo. O banco possui um forte <i>mix</i> de financiamento estável, destacado por um NSFR em 126 % e uma elevada reserva de HQLA (LCR médio em 495 % nos 12 meses encerrados em 31/12/2022). A sua baixa oneração de ativos em 18 % permite flexibilidade nas opções de financiamento.</p>
--	--	--

## Rácios regulamentares e encargos sobre ativos

## / EU LIQB SOBRE INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE LCR, QUE COMPLEMENTAM O MODELO EU LIQ1

## Informações qualitativas – Formato livre

Explicações sobre os principais impulsionadores dos resultados do LCR e a evolução da contribuição de entradas para o cálculo do LCR ao longo do tempo	Consultar a secção Rácio de Cobertura de Liquidez (LCR) abaixo
Explicações sobre as alterações no LCR ao longo do tempo	Consultar a secção Rácio de Cobertura de Liquidez (LCR) abaixo
Explicações sobre a atual concentração das fontes de financiamento	O Banco dispõe de uma estrutura de financiamento diversificada composta por depósitos (49 % do endividamento financeiro a 31/12/2022 versus 45 % a 31/12/2021), obrigações (29 % a 31/12/2022 versus 31 % a 31/12/2021), financiamentos garantidos (14 % a 31/12/2022 versus 15 % a 31/12/2021) e bancos comerciais (4 % a 31/12/2022 e 31/12/2021). Em 2022, a competitividade dos preços dos depósitos em relação ao financiamento de mercado melhorou, levando o banco a iniciar ações para aumentar os seus depósitos no seu mix de financiamento.
Descrição de elevado nível da composição da reserva de liquidez da instituição.	Durante o período de 12 meses que terminou a 31 de dezembro de 2022, a reserva de liquidez de HQLA do grupo Mobilize F.S. situou-se, em média, nos 7,8 mil milhões de euros. A proporção dos HQLA em euros representava 82,1 % e consistia maioritariamente em depósitos junto do Banco Central Europeu. Os HQLA em GBP representaram 16,4 % (depósitos no Banco de Inglaterra e títulos do Tesouro do Reino Unido)
Exposições a derivados e potenciais exigências de reforço das cauções	A RCI Banque S.A. utiliza o Método de Retrospectiva Histórica ("HLBA") para mensurar os exfluxos de caixa relacionados com exigências de reforço da margem sobre derivados. As exposições a derivados do RCI consistem em swaps de taxas de juro (principalmente EUR e GBP) e swaps cambiais ou de moeda. A exigência de liquidez relacionada com estas operações de derivados é limitada e representa montantes insignificantes (menos de 100 milhões de euros).
Incompatibilidade de moeda no LCR	Os HQLA em EUR e GBP representam 82,1 % e 16,4 % do total de HQLA, respetivamente, enquanto o mix de GBP nos Exfluxos de Caixa Líquidos foi de 30,1 %. Como o EUR é a moeda de reporte da nossa tesouraria central, tendemos a manter a nossa reserva de liquidez acima do nível exigido para o cumprimento do LCR nesta moeda.
Outras rubricas do cálculo do LCR que não são refletidas no modelo de divulgação do LCR, mas que a instituição considera relevantes para o seu perfil de liquidez	NA

O controlo da liquidez do grupo também visa atender aos rácios de cobertura de liquidez regulamentares (LCR) e aos encargos sobre ativos (ativos onerados e não onerados).

## Rácio de Cobertura de Liquidez (LCR)

O Rácio de Cobertura de Liquidez (LCR) estabelece um padrão mínimo de liquidez bancária. Destina-se a garantir que um banco tenha um nível adequado de Ativos Líquidos de Elevada Qualidade (HQLA) não onerados, que possam ser convertidos em numerário para que possa atender às suas necessidades de liquidez por 30 dias corridos num cenário de esforço. O LCR é, portanto, definido como o rácio entre os HQLA e os exfluxos de caixa nos seguintes 30 dias. Os exfluxos líquidos representam os exfluxos esperados menos os influxos esperados ou 75 % dos exfluxos esperados, o que for mais baixo.

A liquidez do grupo Mobilize F.S. é gerida pela Divisão de Finanças e Tesouraria, que centraliza o financiamento para as entidades europeias e supervisiona a gestão do balanço para todas as entidades do grupo em todo o mundo.

Para cada trimestre, a tabela EU LIQ1 (ver abaixo) mostra os valores médios de HQLA, Influxos e Exfluxos calculados como a média simples das observações de final de mês durante os doze meses anteriores ao final de cada trimestre.

A média de HQLA do banco durante o período de 12 meses encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de 7834 milhões de euros. Ascendeu em média a 7784 milhões durante o período de 12 meses encerrado em 30

de setembro de 2022. Consistiam principalmente em depósitos no Banco Central Europeu, no Banco de Inglaterra e em títulos emitidos por governos ou entidades supranacionais. Em 31 de dezembro de 2022, a duração média da carteira de obrigações era inferior a 1 ano.

Além disso, o grupo também investiu num fundo cujos ativos são constituídos por títulos de dívida emitidos por agências europeias, governos soberanos e emittentes supranacionais. A sua exposição média ao risco de crédito é de seis anos com um limite de nove anos. O fundo tem como objetivo uma exposição muito baixa ao risco de taxa de juro, com um máximo de dois anos.

Durante o período de 12 meses que terminou a 31 de dezembro de 2022, os HQLA expressos em EUR e GBP representaram, em média, 82,1 % e 16,4 % do total de HQLA, respetivamente. O volume de HQLA expresso em EUR manteve-se estável face às médias dos 12 meses findos em setembro de 2022, que foram de 82,1 % para o EUR e de 116,4 % para a GBP.

Os influxos do grupo Mobilize F.S. provêm principalmente de ativos comerciais e financeiros, enquanto os exfluxos são explicadas principalmente pelo fator de pagamento da dívida e fuga dos depósitos.

A exigência de liquidez vinculada às operações com derivados é limitada e representa valores não significativos.

O LCR médio no período de 12 meses encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de 487 %, em comparação com a média de 492 % no período de 12 meses encerrado em 30 de setembro de 2022.

## / EU LIQ1 - INFORMAÇÃO QUANTITATIVA DE LCR

Em milhões de euros	Valor total não ponderado (média)				Valor total não ponderado (média)			
	31/03/2022	30/06/2022	30/09/2022	31/12/2022	31/03/2022	30/06/2022	30/09/2022	31/12/2022
Trimestre findo em								
Número de pontos de dados usados para calcular as médias	12	12	12	12	12	12	12	12
<b>ATIVOS LÍQUIDOS DE ELEVADA QUALIDADE</b>								
<b>TOTAL DE ATIVOS LÍQUIDOS DE ELEVADA QUALIDADE (HQLA)</b>					<b>7304</b>	<b>7749</b>	<b>7784</b>	<b>7834</b>
<b>Saídas de caixa</b>								
Depósitos de retalho e depósitos de pequenas empresas, dos quais:	16 184	16 467	16 777	17 229	1733	1763	1796	1846
• Depósitos estáveis								
• Depósitos menos estáveis	16 183	16 465	16 774	17 224	1732	1761	1793	1841
Financiamento por grosso e não garantido	954	1056	1009	1113	764	857	801	896
Depósitos operacionais (todas as contrapartes) e depósitos em redes de bancos cooperativos								
Depósitos não operacionais (todas as contrapartes)	443	463	492	505	252	264	284	289
Dívida não garantida	511	593	517	607	511	593	517	607
Financiamento por grosso garantido					83	39	44	49
Requisitos adicionais	834	819	836	841	290	285	292	306
• Saídas relacionadas com exposição a derivados e outros requisitos de garantias	235	230	236	251	235	230	236	251
• Saídas de caixa relacionadas com a perda de financiamento da dívida	2	2	2	2	2	2	2	2
• Facilidades de crédito e de liquidez	597	588	598	589	54	53	54	53
Outras obrigações contratuais de financiamento	1117	1121	1026	1023	503	514	436	442
Outras obrigações contingentes de financiamento	2847	3264	3610	3884	596	660	668	666
<b>TOTAL DE SAÍDAS DE CAIXA</b>					<b>3970</b>	<b>4116</b>	<b>4038</b>	<b>4205</b>
<b>Caixa - entradas</b>								
Empréstimos garantidos (por exemplo, recompras reversíveis)								
Entrada de exposições integralmente produtivas	3457	3348	3387	3564	2044	1969	1988	2118
Outras entradas de caixa	775	362	387	395	423	353	379	387
(Diferença entre o total das entradas ponderadas e o total das saídas ponderadas decorrentes de operações em países terceiros em que existem restrições de transferência ou que são expressas em moedas não convertíveis)								
b (Entradas em excesso provenientes de uma instituição de crédito especializada conexa)								
<b>TOTAL DE ENTRADAS DE CAIXA</b>	<b>4232</b>	<b>3710</b>	<b>3774</b>	<b>3959</b>	<b>2467</b>	<b>2322</b>	<b>2367</b>	<b>2505</b>
• Entradas totalmente isentas								
• Entradas sujeitas ao limite de 90 %								
• Entradas sujeitas ao limite de 75 %	4232	3710	3774	3959	2467	2322	2367	2505
<b>Valor total ajustado</b>								
Reserva de liquidez					7304	7749	7784	7834
<b>TOTAL DAS SAÍDAS DE CAIXA LÍQUIDAS</b>					<b>1577</b>	<b>1794</b>	<b>1670</b>	<b>1709</b>
<b>RÁCIO DE COBERTURA DE LIQUIDEZ</b>					<b>498 %</b>	<b>470 %</b>	<b>492 %</b>	<b>487 %</b>

## Rácio de Financiamento Líquido Estável (NSFR)

O NSFR é rácio de liquidez de um ano. Fornece um quadro para limitar a transformação dos bancos nos prazos de vencimento, exigindo que os ativos estáveis sejam financiados por um montante mínimo de passivos estáveis. Os requisitos de financiamento estável e o financiamento estável disponível são calculados multiplicando os ativos, os passivos e as exposições extrapatrimoniais por coeficientes que refletem as suas características de vencimento residual e de estabilidade.

O NSFR do grupo no final de dezembro de 2022 é de 126 %, em comparação com 132 % no final de dezembro de 2021. Este nível é significativamente superior ao mínimo regulamentar e reflete uma política prudente de gestão do risco de liquidez.

### / EU LIQ2: RÁCIO DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO ESTÁVEL

Em milhões de euros	Valor não ponderado por prazo de vencimento residual			Valor ponderado	
	Sem prazo de vencimento	< 6 meses	6 meses a < 1 ano		> 1 ano
<b>Elementos de financiamento estável disponível (ASF)</b>					
Elementos e instrumentos de capital	5671			864	6534
• Fundos próprios	5671			864	6534
• Outros instrumentos de capital					
Depósitos de retalho		19 051	2097	3293	22 327
• Depósitos estáveis					
• Depósitos menos estáveis		19 051	2097	3293	22 327
Financiamento por grosso:		6408	3441	15 479	17 365
• Depósitos operacionais					
• Outros financiamentos por grosso		6408	3441	15 479	17 365
Passivos interdependentes					
Outros passivos:		1179	373	1967	2154
• Passivos de derivados para efeitos do NSFR					
• Todos os outros passivos e instrumentos de fundos próprios não incluídos nas categorias anteriores		1179	373	1967	2154
<b>TOTAL DE FINANCIAMENTO ESTÁVEL DISPONÍVEL (ASF)</b>					<b>48 380</b>
<b>Elementos de financiamento estável requeridos (RSF)</b>					
Total de ativos líquidos de elevada qualidade (HQLA)					3
Ativos onerados por um prazo residual de um ano ou mais num pool de cobertura					
Depósitos detidos noutras instituições financeiras para fins operacionais					
Empréstimos e valores mobiliários produtivos:		17 853	8715	23 717	35 253
• Operações de financiamento através de valores mobiliários com clientes financeiros caucionadas por HQLA de nível 1 produtivas, sujeitas a uma margem de avaliação (haircut) de 0 %					
• Operações de financiamento através de valores mobiliários com clientes financeiros caucionadas por outros ativos, produtivos, e empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, produtivos		1680	2	75	244
• Empréstimos a clientes empresariais não financeiros, produtivos, empréstimos a clientes de retalho e pequenas empresas, produtivos, e empréstimos a governos soberanos e entidades do sector público, produtivos, do qual:		16 068	8712	23 415	34 733
• Com um ponderador de risco igual ou inferior a 35 % segundo o Método Padrão de Basileia II para o risco de crédito					
• Empréstimos hipotecários sobre imóveis destinados à habitação, produtivos, dos quais:					
• Com um ponderador de risco igual ou inferior a 35 % segundo o Método Padrão de Basileia II para o risco de crédito					
• Outros empréstimos e valores mobiliários que não se encontram em situação de incumprimento e não são elegíveis como HQLA, incluindo títulos de capital cotados em bolsa e elementos patrimoniais de financiamento ao comércio		104	2	227	277

Em milhões de euros	Valor não ponderado por prazo de vencimento residual			Valor ponderado	
	Sem prazo de vencimento	< 6 meses	6 meses a < 1 ano		> 1 ano
Ativos interdependentes					
Outros ativos:		1981	95	2131	2955
<ul style="list-style-type: none"> <li>Mercadorias comercializadas fisicamente</li> </ul>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ativos entregues como margem inicial para contratos de derivados e contribuições para fundos de proteção de CCP</li> </ul>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ativos de derivados para efeitos do NSFR</li> </ul>					
		83			83
<ul style="list-style-type: none"> <li>Passivos de derivados para efeitos do NSFR antes de dedução da margem de variação lançada</li> </ul>					
		351			18
<ul style="list-style-type: none"> <li>Todos os outros ativos não incluídos nas categorias anteriores</li> </ul>					
		1547	95	2131	2854
Elementos extrapatrimoniais		4434	13	153	243
<b>TOTAL RSF</b>					<b>38 455</b>
<b>RÁCIO DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO ESTÁVEL (%)</b>					<b>126 %</b>

## Ativos (não) onerados

### / EU AE4 - INFORMAÇÃO NARRATIVA DE ACOMPANHAMENTO

#### Informações qualitativas – Formato livre

Informações narrativas gerais sobre oeração de ativos	Consulte a seção de ativos (não) onerados abaixo
Informação narrativa sobre o impacto do modelo de negócios na oeração de ativos e a importância da oeração para o modelo de negócios da instituição, que fornece aos usuários o contexto das divulgações exigidas nos Modelos EU AE1 e EU AE2.	Consulte a seção de ativos (não) onerados abaixo

Um ativo é considerado “onerado” se servir de garantia ou for utilizado para titularizar, colateralizar ou melhorar uma transação da qual não pode ser separado. Em contraste, um ativo “não onerado” não está sujeito a qualquer restrição legal, regulamentar ou contratual que limite a capacidade da instituição de fazer o que quiser com ele.

A título de exemplo, os seguintes tipos de contratos correspondem à definição de ativos onerados:

- ativos vendidos a veículos de titularização quando os referidos ativos não tenham sido desreconhecidos pela empresa. Os ativos subjacentes às titularizações autosubscritas não são considerados onerados, a menos que os títulos sejam utilizados como caução ou para garantir outra transação de qualquer forma (financiamento nas suas relações com o banco central, por exemplo);

- as cauções destinadas a reduzir o risco de contraparte sobre os instrumentos derivados registados numa câmara de compensação ou negociados bilateralmente;
- financiamento garantido.

A divulgação dos ativos onerados e não onerados nas três tabelas seguintes é calculada de acordo com o regulamento 2021/637. Os valores comunicados são os valores medianos dos dados trimestrais numa base contínua durante os doze meses anteriores. No período findo em 31 de dezembro de 2022, o valor médio dos ativos onerados sob a forma de alienações a um veículo de titularização ou garantia prestada é de 10 286 milhões de euros, representando 18 % do total dos ativos.

## / EU AE1 - ATIVOS ONERADOS E NÃO ONERADOS

Em milhões de euros	Quantia escriturada dos ativos onerados	dos quais EHQLA e HQLA nacionalmente elegíveis	Justo valor dos ativos onerados	dos quais EHQLA e HQLA nacionalmente elegíveis	Quantia escriturada dos ativos onerados	dos quais EHQLA e HQLA nacionalmente elegíveis	Justo valor dos ativos onerados	dos quais EHQLA e HQLA nacionalmente elegíveis
<b>ATIVOS DA INSTITUIÇÃO QUE PRESTA A INFORMAÇÃO</b>	<b>10 286</b>				<b>47 753</b>	<b>6842</b>		
Instrumentos de capital próprio	30		30		42		42	
Títulos de dívida	240		240		421	354	421	354
• dos quais: obrigações cobertas								
• dos quais: títulos respaldados por ativos								
• dos quais: emitidos por administrações centrais	240		240		255	255	255	255
• dos quais: emitidos por empresas financeiras					71	71	71	71
• dos quais: emitidos por empresas não financeiras								
Outros ativos	10 017				47 273	6481		

## / EU AE2 - CAUÇÕES RECEBIDAS OU TÍTULOS DE DÍVIDA PRÓPRIOS EMITIDOS

Em milhões de euros	Justo valor dos onerados		Justo valor das cauções	
	cauções recebidas ou títulos de dívida próprios emitidos	dos quais EHQLA e HQLA nacionalmente elegíveis	recebidas ou títulos de dívida próprios emitidos disponíveis para oneração	dos quais EHQLA e HQLA nacionalmente elegíveis
<b>CAUÇÕES RECEBIDAS PELA INSTITUIÇÃO QUE PRESTA A INFORMAÇÃO</b>			<b>1000</b>	
Empréstimos à vista			880	
Instrumentos de capital próprio				
Títulos de dívida				
• dos quais: obrigações cobertas				
• dos quais: títulos respaldados por ativos				
• dos quais: emitidos por administrações centrais				
• dos quais: emitidos por empresas financeiras				
• dos quais: emitidos por empresas não financeiras				
Empréstimos e adiantamentos com exceção de empréstimos à vista				
Outras cauções recebidas			121	
<b>TÍTULOS DE DÍVIDA PRÓPRIA EMITIDOS, COM EXCEÇÃO DAS OBRIGAÇÕES COBERTAS PRÓPRIAS E TÍTULOS RESPALDADOS POR ATIVOS</b>				
<b>OBRIGAÇÕES COBERTAS PRÓPRIAS E TÍTULOS RESPALDADOS POR ATIVOS PRÓPRIOS EMITIDOS E AINDA NÃO DADOS EM GARANTIA</b>				
<b>TOTAL DOS ATIVOS, CAUÇÕES RECEBIDAS E TÍTULOS DE DÍVIDA PRÓPRIOS EMITIDOS</b>		<b>10 286</b>		

Garantias recebidas reportadas como “à vista”, uma vez que caução pode ser imediatamente acionada após a inadimplência.

## / EU AE3 - FONTES DE ONERAÇÃO

Em milhões de euros	Passivos de contrapartida, passivos contingentes ou títulos emprestados	Ativos, cauções recebidas e títulos de dívida próprios emitidos com exceção de obrigações cobertas e das titularizações respaldadas por ativos
<b>QUANTIA ESCRITURADA DE PASSIVOS FINANCEIROS SELECIONADOS</b>	<b>7471</b>	<b>10 286</b>

N.º  
1  
  
N.º  
2  
  
N.º  
3  
  
N.º  
4  
  
N.º  
5

# X. Riscos operacionais e de não conformidade

## / EU ORA - INFORMAÇÃO QUALITATIVA SOBRE O RISCO OPERACIONAL

Base jurídica	Número da linha	Informações qualitativas – Formato livre	
Alineas a), b), c) e d) do Artigo 435.º, n.º 1, do CRR	(a)	Divulgação dos objetivos e políticas de gestão de riscos	<ul style="list-style-type: none"> <li>estratégias e processos: Parte II-1 Política de gestão dos riscos – Quadro de apetência pelo risco;</li> <li>estrutura e organização da função de gestão de riscos para o risco operacional: Parte II-2 Organização do controlo de riscos;</li> <li>mensuração e controlo do risco: Parte X-2 Mensuração dos riscos operacionais e processo de supervisão e Parte X-3 Exposição ao risco e cálculo;</li> <li>relatórios de risco operacional: Parte X-2</li> <li>Mensuração dos riscos operacionais e processo de supervisão;</li> <li>políticas de cobertura e de atenuação do risco operacional: Parte X-4 Seguro de riscos operacionais.</li> </ul>
Artigo 446.º do CRR	(b)	Divulgação dos métodos para a avaliação dos requisitos mínimos de fundos próprios	Parte X-3 Exposição ao risco e cálculo Parte I-1 Exposição por classe de exposição
Artigo 446.º do CRR	(c)	Descrição da abordagem da metodologia AMA utilizada ( <i>se aplicável</i> )	N/A
Artigo 454.º do CRR	(d)	Divulgação do uso de seguro para atenuação de risco no Método de Mensuração Avançada ( <i>se aplicável</i> )	N/A

### 1. Gestão de riscos operacionais e de não conformidade

O grupo Mobilize F.S. está exposto a riscos de perda decorrentes de eventos externos ou de inadequações e deficiências nos seus processos internos, pessoal ou sistemas. O risco operacional a que o grupo Mobilize F.S. está exposto inclui, entre outros, os riscos relacionados com eventos que são muito improváveis de ocorrer mas que têm um impacto elevado, como o risco de interrupção do negócio devido à indisponibilidade de instalações, pessoal ou sistemas de informação.

Os principais riscos operacionais são a interrupção do negócio, perdas ou danos potenciais relacionados com sistemas informáticos - infraestrutura tecnológica ou uso de tecnologia - fraude interna e externa, danos à reputação, recursos humanos inadequados, má gestão de planos de previdência e compras e terceirização.

Os principais riscos de não conformidade estão relacionados com a não proteção dos dados pessoais, bem como com o incumprimento de:

- regulamentações em matéria de operações bancárias e financeiras;
- regulamentos e normas em matéria de direito, fiscal e contabilidade;
- leis de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo;

- leis sobre práticas de corrupção e condutas que não respondem a critérios éticos;
- quadro regulamentar de recuperação e resolução bancária (BRRD).

Seis famílias de riscos operacionais e de não conformidade são apresentadas a seguir: riscos legais e contratuais, riscos fiscais, riscos relacionados com o branqueamento de capitais e com o financiamento do terrorismo, riscos informáticos, riscos relacionados com a proteção de dados pessoais e riscos reputacionais.

#### Riscos legais e contratuais

##### Fatores de risco

A atividade do grupo Mobilize F.S. pode ser afetada por quaisquer alterações na legislação que afetem a comercialização de crédito e seguros no ponto de venda, bem como por quaisquer alterações nos requisitos regulamentares que regem a banca e os seguros. Além disso, a má interpretação da lei ou qualquer comportamento inadequado por parte de funcionários ou agentes também podem influenciar os negócios do grupo Mobilize F.S.

## Princípios e princípios de gestão

O grupo Mobilize F.S. realiza análises legais de novos produtos comercializados e monitoriza regularmente os regulamentos que o regem com vista a garantir o seu cumprimento. O grupo implementou igualmente um sistema de controlo interno destinado, nomeadamente, a garantir a conformidade das operações efetuadas pelo pessoal e pelos agentes.

### Riscos fiscais

#### Fatores de risco

Através da sua exposição internacional, o grupo Mobilize F.S. está sujeito a inúmeros conjuntos de leis tributárias nacionais, todas sujeitas a alterações e incertezas de interpretação que podem afetar as suas operações, a sua posição financeira e os seus ganhos.

#### Princípios e princípios de gestão

O grupo Mobilize F.S. implementou um sistema de supervisão concebido para listar e abordar todas as questões fiscais que o afetam.

Quaisquer litígios tributários que o grupo Mobilize F.S. possa vir a enfrentar como resultado de inspeções fiscais são acompanhados de perto e, quando apropriado, são constituídas provisões para cobrir o risco estimado.

### Riscos relativos ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo

#### Fatores de risco

O grupo Mobilize F.S. O grupo está sujeito à regulamentação internacional, europeia e francesa no que diz respeito ao combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo. Esta regulamentação pode expor a penalidades, tanto penais quanto disciplinares.

#### Princípios e sistemas de gestão

A Mobilize F.S. implementou uma política de grupo que se define por um procedimento geral e procedimentos de negócios corporativos que são transpostos nas entidades do grupo. Os indicadores do nível de conformidade com o sistema de gestão de risco AML/CFT são aplicados e monitorizados em todas as entidades sobre as quais o RCI tem um controlo efetivo.

### Riscos informáticos

#### Fatores de risco

A atividade do grupo Mobilize F.S. depende, em parte, da operacionalidade dos seus sistemas informáticos. A Divisão de TI do RCI Banque, através da sua governança, política de segurança, arquiteturas técnicas e processos, participa na luta contra as ameaças (cibercrime, fraudes, etc.), a fim de reduzir os riscos relacionados com as TI (encerramento de sistemas, perda de dados, etc.).

Os anos de 2020 a 2022, em particular a crise da COVID 19, demonstraram a resiliência dos sistemas RCI IS em vigor (teletrabalho, segurança), que permitiram a continuação do negócio sem nenhum impacto técnico.

## Princípios e princípios de gestão

A supervisão dos riscos de SI do RCI tem em conta uma boa gestão e controlo dos principais riscos potenciais de SI: gestão, continuidade do negócio, segurança informática, gestão de alterações e operações, integridade e tratamento de dados.

Estes riscos são geridos e controlados por:

- a integração da gestão de riscos informáticos no sistema global de gestão de riscos do RCI a todos os níveis da empresa, de acordo com as melhores práticas e as orientações da EBA (Autoridade Bancária Europeia) e da ACPR;
- o grau de proteção do sistema informático em todo o grupo;
- controlo diário, supervisão e gestão da “Política de Gestão da Informação” do grupo;
- ações de sensibilização e formação em matéria de segurança para todo o pessoal (*e-learning*, informação, etc.);
- ações, auxílio e verificações realizadas pelo Departamento de Risco, Normas, Conformidade e Segurança Informática do RCI, que se baseiam numa rede de Diretores de Segurança Informática em cada subsidiária da DSI, e também numa rede de auditores internos;
- uma política de segurança informática do grupo, que compreende os requisitos regulamentares (banca, RGD/dados pessoais, etc.), uma abordagem de gestão global e a adaptação contínua da segurança informática;
- uma política dos mais rigorosos testes de intrusão e vigilância, que abrange tanto os riscos externos (exemplos: websites, aplicações móveis) como os riscos internos;
- um Plano de Recuperação de Desastres em vigor e testes regulares do plano, incluindo a questão dos riscos cibernéticos;
- um dispositivo e a animação e formação sobre os riscos e processos de SI dos métodos correspondentes, linhas de negócio e gestores de TI, implementados em todo o grupo e que contribuem para os controlos de eficiência dos processos informáticos;
- um procedimento de grupo para a gestão e registo dos serviços externalizados, incluindo várias dimensões relacionadas com este risco (gestão, segurança, etc.);
- um sistema completo de controlo de processos de SI que abrange todos os riscos de SI para todo o âmbito de SI do RCI (interno e terceirizado);
- reforço contínuo dos processos e ferramentas de TI para segurança e resiliência operacional, tendo em conta os novos requisitos regulamentares (por exemplo, DORA - Digital Operational Resilience Act) e os desenvolvimentos tecnológicos, graças a uma vigilância regulamentar e tecnológico.

## Foco na segurança informática

A RCI Banque S.A. implementa a política de segurança informática do Grupo Renault, tendo em conta os requisitos específicos da sua atividade bancária e dando especial ênfase à gestão do acesso às suas aplicações, à proteção dos dados pessoais e sensíveis e à continuidade do negócio. Uma organização de segurança dedicada (incluindo, nomeadamente, um Centro de Operação de Segurança (SOC)) e muitas ferramentas de segurança estão em vigor, garantindo uma supervisão contínua, que estão a ser reforçadas e fortalecidas à medida que os riscos evoluem (para a supervisão da rede e aplicações, evitando fugas de dados, supervisão da *cloud* e da Internet, etc.).

Como parte do plano de emergência e continuidade de negócio do grupo Mobilize F.S., os planos de retomada do negócio da SI encontram-se operacionais para todas as suas aplicações. São testados pelo menos uma vez por ano.

Estes planos fazem parte do processo de gestão de crise do RCI, que assegura a coordenação com as várias linhas de negócio (incluindo SI), subsidiárias e sucursais, parceiros do RCI e reguladores (ACPR/BCE, CNIL, etc.).

Os utilizadores do sistema de informação estão contratualmente obrigados a cumprir as regras de utilização da ferramenta informática. O grupo garante que preserva o mesmo nível de proteção ao desenvolver novas linhas de negócio (veículos elétricos, implantação em novos territórios).

Hospedar a maior parte das operações informáticas do grupo no *data center* "C2" (principal) e no *data center* "C3" (cópia de segurança) permite garantir o mais elevado nível de proteção e tempo de operacionalidade para os nossos sistemas e aplicações. A exigência de um site de *backup* também se aplica à hospedagem na *cloud*.

Os requisitos de segurança e controlos são geridos nos sistemas de informação internos e externos, a começar pelos concursos e contratação de serviços externos (para todos os serviços e todas as subsidiárias/sucursais).

## Riscos relacionados com a proteção de dados pessoais

### Fatores de risco

O Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados da UE (RGPD), que entrou em vigor em 25 de maio de 2018, aplica-se à RCI Banque S.A. Desde então, muitos países implementaram regulamentos semelhantes em matéria de proteção de dados pessoais. O seu incumprimento pode ter sérios efeitos nos seus negócios e na reputação do grupo.

### Princípios e sistemas de gestão

Um Encarregado de Proteção de Dados ou Data Protection Officer (DPO) é responsável por garantir a gestão implementação de todas as medidas necessárias para cumprir tais regulamentos, a fim de garantir a proteção dos dados dos clientes, bem como dos funcionários de todo o grupo.

Os riscos relacionados com a proteção de dados pessoais são geridos, nomeadamente, através da implementação de uma política de tratamento de dados pessoais, supervisionando todo o tratamento de dados desde a fase de conceção, a implementação de recursos organizacionais e técnicos adequados e sensibilizando regularmente o pessoal da empresa para o assunto.

### Risco reputacional

#### Fatores de risco

O grupo Mobilize F.S. está exposto a um risco de agravamento da percepção por parte dos seus clientes, contrapartes, investidores ou supervisores, o que poderia afetar negativamente o grupo.

#### Princípios e princípios de gestão

O grupo Mobilize F.S. implementou uma governança corporativa que garante uma gestão eficiente dos riscos de conformidade. Através do desenvolvimento e análise de indicadores, a monitorização deste risco permite ao banco, quando apropriado, tomar ações corretivas.

## 2. Mensuração dos riscos operacionais e processo de supervisão

Comités dedicados, como os de controlo interno, risco operacional e conformidade, das entidades e do grupo, reúnem-se trimestralmente e acompanham as mudanças no mapeamento e a sua avaliação, os indicadores, os alertas e os planos de ação relacionados.

## 3. Exposição ao risco e cálculo dos requisitos

O risco operacional é tratado através do método padrão.

O cálculo do requisito de capital tem por base o produto bancário líquido médio reexpresso observado nos últimos 3 anos e bruto de outros encargos operacionais, repartido por dois segmentos de negócio (banca de retalho e banca comercial), cujos coeficientes regulamentares são de 12 % e 15 %, respetivamente. A linha de negócio da banca de retalho inclui empréstimos a particulares e a PME que correspondam à definição

dada no artigo 123.º do CRR. A linha de negócio da banca comercial inclui todas as outras atividades do grupo Mobilize F.S.

A exposição ponderada ao risco diminuiu em -498 milhões de euros devido à entrada de 2021 e à saída de 2018 no cálculo da média de 3 anos (impacto -86 milhões de euros) e à integração dos encargos sobre a atividade de locação operacional, conforme previsto por uma alteração feita pelo CRR2 (Regulamento 2019/876, Artigo 1.º §88) ao n.º 1 do Artigo 316.º (impacto de -413 milhões de euros).

### / EU OR1 - REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS PARA RISCO OPERACIONAL E MONTANTES DE EXPOSIÇÃO PONDERADOS PELO RISCO

	Indicador relevante			Requisitos de fundos próprios	Montante ponderado de exposição ao risco
	Ano 3	Ano 2	Ano anterior		
Atividades bancárias sujeitas ao método do indicador básico (BIA)					
Atividades bancárias sujeitas ao Método Padrão (TSA)/Método Padrão Alternativo (ASA)	2087	1963	2097	274	3419
Sujeitas ao TSA:	2087	1963	2097		
Sujeitas ao ASA:					
Atividades bancárias sujeitas ao método de medição avançada (AMA)					

## 4. Seguro de riscos operacionais

### Danos materiais e interrupção de negócio

As empresas francesas e britânicas do grupo Mobilize F.S. aderiram ao programa mundial de seguro de propriedade/interrupção de negócio contratado pela Nissan Motor Co. Ltd e Renault s.a.s.

A RCI Banque S.A. pretende incluir todas as suas subsidiárias no programa do grupo para garantir a cada entidade o mesmo grau de cobertura em termos de danos patrimoniais e interrupção de negócio.

### Responsabilidade civil perante terceiros

A responsabilidade operacional (responsabilidade da empresa por danos causados a terceiros durante a realização dos seus negócios, em qualquer lugar, por culpa do segurado, do pessoal, dos edifícios e equipamentos utilizados para o negócio) das subsidiárias francesas está coberta desde janeiro de 2010 pelo programa mundial do Grupo Renault.

Apenas a responsabilidade civil perante terceiros após a entrega e/ou a responsabilidade por erros e omissões (danos ou perdas resultantes de uma má gestão ou do incumprimento de uma obrigação contratual para com terceiros) específica dos ramos de atividade do grupo Mobilize F.S. continua a estar coberta por contratos específicos do grupo:

- um contrato cobre a responsabilidade civil perante terceiros após a entrega e/ou a responsabilidade por erros e omissões das subsidiárias Diac S.A. e Diac Location S.A., mais particularmente no que diz respeito aos serviços de aluguer de longa duração e de gestão de frotas de automóveis;
- um contrato assegura as subsidiárias Diac S.A. e da Diac Location S.A. contra as consequências financeiras de qualquer responsabilidade perante terceiros em que possam incorrer como proprietária ou locadora de veículos automóveis e equipamentos em virtude das atividades abrangidas por este contrato, nomeadamente contratos de locação financeira, locação com opção de compra e locação de longa duração, entendendo-se que este contrato é uma apólice de seguro de segundo nível que é acionada em caso de inadimplência do seguro do locatário;
- em matéria de intermediação de seguros, a RCI Banque S.A. e as sucursais Diac S.A. e Diac Location S.A. estão seguradas através de contratos específicos de responsabilidade por erros e omissões, juntamente com uma garantia financeira, em conformidade com os artigos L.512-6, L.512-7, R.512-14 e A.512-4 do Código dos Seguros, regulamentos resultantes da transposição das diretivas europeias sobre a venda de seguros.

Para as subsidiárias e sucursais estrangeiras da RCI Banque S.A., os contratos de responsabilidade operacional e por erros e omissões, incluindo a responsabilidade por erros e omissões do mediador de seguros, são negociados com seguradoras locais de acordo com os regulamentos locais resultantes da transposição da Diretiva europeia de 9 de dezembro de 2002 para países europeus ou de um regulamento equivalente para países fora da CE. O Departamento de Seguros supervisiona a consistência dos programas com as apólices de grupo.

Desde 1 de janeiro de 2015, um programa de seguro de responsabilidade profissional para o grupo Mobilize F.S. foi retirado, complementando as políticas locais (com exceção de certas *joint-ventures*).

No âmbito deste programa, a seguradora assumirá o custo das consequências financeiras (custos de defesa civil) de qualquer reclamação apresentada por terceiros com base numa negligência cometida exclusivamente no âmbito das atividades seguradas, tal como descrito abaixo, implicando a responsabilidade por erros e omissões de um ou mais segurados (subsidiárias do grupo Mobilize F.S.).

O programa abrange as duas áreas seguintes:

- as chamadas atividades “regulamentadas” (aquelas para as quais o seguro de responsabilidade por erros e omissões é uma obrigação legal): atividades de intermediação de seguros e, para certos países, operações bancárias, definidas como uma “atividade que consiste em apresentar, oferecer ou ajudar a celebrar contratos de seguro, respetivamente, operações bancárias ou serviços de pagamento, ou realizar trabalhos e prestar aconselhamento antes da sua execução”;
- as chamadas atividades “não regulamentadas” (aquelas para as quais nenhum seguro de responsabilidade por erros e omissões é imposto por regulamentos): atividades nos sectores bancário, mercado de ações, financeiro, imobiliário, seguros e resseguros.

### Seguro de segurança cibernética

Desde 1 de janeiro de 2018, a Renault SAS subscreveu um seguro de riscos cibernéticos para si própria e em nome das suas subsidiárias.

# XI. Riscos ESG

Os riscos ESG Ambientais, Sociais e de Governança correspondem aos efeitos que podem ser causados por eventos climáticos e ambientais, mudanças sociais e societárias, bem como falhas de governança na operação e condução das atividades do grupo, mas também para as contrapartes do grupo Mobilize F.S. Os riscos ESG são fatores que podem aumentar determinadas categorias tradicionais de riscos, especialmente: riscos de crédito e de contraparte, riscos de valor residual, riscos de liquidez, riscos estratégicos, riscos operacionais e riscos de não conformidade.

Os riscos ESG são, portanto, suscetíveis de afetar o negócio, o resultado operacional, a posição financeira e a reputação do grupo Mobilize F.S. por meio dos seus negócios diretos e, indiretamente, por meio das suas contrapartes (por exemplo, o que poderá afetar a sua taxa de incumprimento). O grupo Mobilize F.S. tem uma sólida governança na consideração de regras éticas e conformidade através do combate ao branqueamento de capitais, gestão de conflitos de interesse, dispositivos profissionais de denúncia de irregularidades. A prevenção

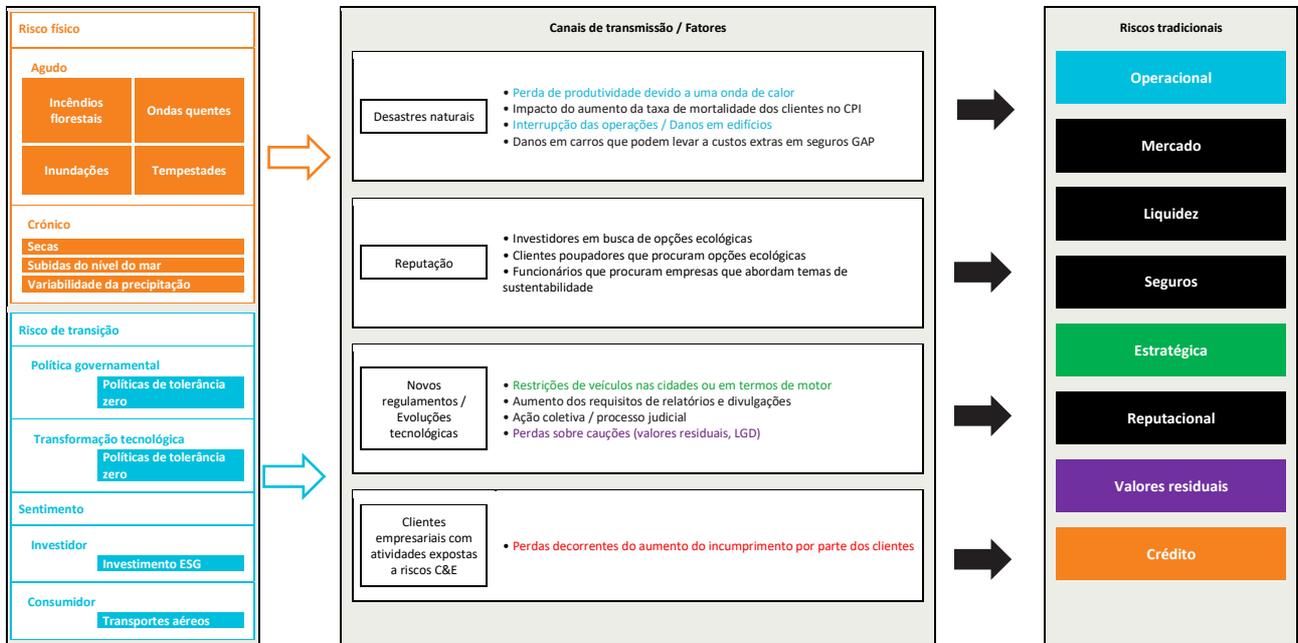
dos riscos sociais internos é também objeto de um dispositivo dedicado liderado pela Departamento de Recursos Humanos do grupo com o apoio da equipa de Sustentabilidade. Foram criados vários eventos de formação e sensibilização, sendo monitorizados indicadores de desempenho específicos.

No que diz respeito aos riscos climáticos e ambientais (C&E), que foram incluídos na lista de riscos críticos desde 2021, foram realizados trabalhos de identificação, medição e gestão em 2022.

Assim, o mapeamento dos riscos C&E, para identificar os impactos esperados dos riscos físicos e de transição, foi estabelecido e reforçado por:

- a) uma análise de materialidade para qualificar a frequência e o impacto potencial dos riscos C&E nas categorias gerais de negócio e riscos do grupo Mobilize F.S., antes e depois das ações de mitigação;
- b) estudos quantitativos e análises de sensibilidade específicos para determinadas atividades e/ou carteiras.

## / CARTOGRAFIA DOS RISCOS RELACIONADOS COM O CLIMA E O AMBIENTE



N.º	1
N.º	2
N.º	3
N.º	4
N.º	5

A análise da materialidade e os estudos quantitativos conduzem às seguintes observações:

O impacto nos objetivos estratégicos é potencialmente forte, tendo em conta os riscos muito elevados para os fabricantes de automóveis, que devem responder a uma regulamentação em rápida evolução, nomeadamente no que diz respeito ao nível das emissões dos veículos, enfrentando simultaneamente um ambiente de infraestruturas em construção e a entrada de novos intervenientes. Estas transformações representam oportunidades para o grupo Mobilize F.S., sendo as soluções e serviços de financiamento particularmente necessários para apoiar a adoção de veículos eletrificados.

O impacto sobre o risco de crédito é percebido como significativo no médio e longo prazos, ainda que permaneça bastante limitado no curto prazo, dada a desagregação dos empréstimos por sector de atividade na carteira de financiamento empresarial. O grupo Mobilize F.S. tem pouca presença em sectores que apresentam um elevado risco de transição e, no que diz respeito ao risco físico, a localização dos clientes do grupo Mobilize F.S. não apresenta uma concentração geográfica excessiva.

O impacto nos valores residuais dos veículos também é uma questão importante, pois as regulamentações e tecnologias podem acelerar a depreciação de determinados modelos; o grupo Mobilize F.S. tem uma exposição limitada a este risco no final de 2022, mas a estratégia do grupo prevê um aumento desta exposição nos próximos anos.

Além disso, 4 indicadores C&E foram adicionados ao Quadro de Apetência pelo Risco do RAF em 2022, e são monitorizados trimestralmente pelo Comité de Risco do Conselho de Administração do grupo Mobilize F.S.:

- (1) redução das emissões de CO<sub>2</sub> financiadas em relação a 2019;
- (2) classificação ESG do grupo Mobilize F.S. de acordo com uma agência de notação extra financeira;
- (3) a taxa de penetração do grupo Mobilize F.S. nas vendas de veículos elétricos em comparação com a taxa de penetração de outros tipos de veículos;

(4) número de ofertas comerciais específicas para veículos elétricos.

O indicador 3 foi criado para medir a eficácia das ofertas específicas para veículos elétricos (indicador 4). É usado em 2023 para incentivar as subsidiárias sobre questões climáticas. Este incentivo poderá evoluir com a introdução de novos indicadores-chave de desempenho (KPI).

As principais ferramentas do grupo Mobilize F.S. para identificar, medir e gerir os riscos C&E estão listadas abaixo e detalhadas nas respostas Ambiente (n) e (o) da Tabela 1 - Informações Qualitativas sobre Risco Ambiental.

- crédito
  - análises quantitativas e de sensibilidade sobre carteiras individuais e empresas, incluindo PME,
  - integração dos critérios C&E no processo de concessão de (i) concessionários e (ii) empresas durante um teste em curso em França;
- Liquidez: captação de títulos verdes relacionados com o financiamento de veículos elétricos;
- mercado: Integração dos critérios C&E na política de investimento (gestão das reservas de liquidez);
- operacional: análise do impacto dos riscos C&E físicos em instalações empresariais;
- estratégia:
  - monitorização de indicadores (taxa de penetração e rentabilidade do financiamento de Veículos Elétricos),
  - análise do impacto das Zonas de Baixa Emissão na Europa,
  - fixação de preços: Ao oferecer regularmente incentivos à fixação de preços, o grupo Mobilize F.S. incentiva os seus clientes a mudar para veículos elétricos, a fim de acelerar o seu esforço de transição.

Durante o ano de 2022, o grupo Mobilize F.S. implementou um projeto de avaliação das emissões financiadas dos veículos em carteira, para todo o tipo de clientes, nos seus sete principais mercados:

- Os Veículos Elétricos (Veículos Elétricos a Bateria e Veículos Elétricos Híbridos) representam 6,8 % do total de contratos financiados em carteira;
- As emissões de gases com efeito de estufa atingem, em média, 152 gCO<sub>2</sub>/km (do poço à estrada). As definições e pressupostos utilizados estão detalhados na nota metodológica que acompanha os modelos quantitativos.

O modelo 3 sobre métricas de alinhamento da carteira, comparado ao cenário “net zero 2050” da IEA, apresenta os mesmos indicadores limitados ao âmbito de clientes empresariais não financeiros.

A gestão dos riscos climáticos e ambientais é baseada numa organização dedicada:

- A Divisão de Gestão de Riscos, com um Departamento de Riscos Climáticos e Ambientais, desenvolve uma visão global destes riscos e do seu impacto nos vários riscos do grupo: estratégicos, financeiros ou operacionais.
- A Divisão de Transformação e Sustentabilidade do grupo tem a missão de desenvolver a estratégia ESG do grupo Mobilize FS e, em ligação com a Divisão de Estratégia, assegurar a sua integração na estratégia global do grupo Mobilize FS.
- Desde 2021, a gestão dos riscos climáticos e ambientais é baseada num Comité dedicado que reúne todas as divisões do grupo.
- O Conselho de Administração valida a estratégia de sustentabilidade e o roteiro de redução de emissões de gases com efeito de estufa. Dispõe das competências necessárias, quer através de conhecimentos específicos dos seus membros, quer através de formações periódicas, para desafiar a consideração das questões climáticas e ambientais e os resultados alcançados.

A governança do grupo Mobilize F.S. O permite, assim, integrar a dupla materialidade, conforme apresentado no diagrama abaixo.



Integração da dupla materialidade dos riscos relacionados com ESG na governança do grupo Mobilize FS

A integração dos riscos ESG na estratégia, governança e gestão de riscos do grupo Mobilize F.S. está detalhada nas tabelas a seguir

**/ TABELA 1 - INFORMAÇÃO QUALITATIVA SOBRE O RISCO AMBIENTAL NOS TERMOS DO ARTIGO 449.º-A DO CRR**

<b>Estratégia e processos de negócio</b>	
(a) Estratégia de negócios da instituição para integrar fatores e riscos ambientais, levando em consideração o impacto de fatores e riscos ambientais no ambiente de negócios, modelo de negócios, estratégia e planeamento financeiro da instituição	<p>O grupo Mobilize F.S. oferece soluções de financiamento de veículos que atendem a critérios ambientais cada vez mais rigorosos, sendo que o grupo não financia projetos de empresas que atuam em sectores altamente expostos a riscos C&amp;E. Assim, a estratégia do grupo Mobilize F.S. faz parte do ecossistema desenvolvido pelos grupos Renault e Nissan em torno do veículo elétrico. O grupo Mobilize F.S. desenvolveu, assim, uma gama de serviços que facilitam a adoção de veículos elétricos, tais como (i) a possibilidade de um cliente de Veículo Elétrico ter um veículo ICE durante algumas semanas por ano, (ii) aceder a postos de carregamento em todo o país através de um cartão de crédito, (iii) financiar a instalação de um posto de carregamento doméstico ou (iv) um serviço de subscrição para a utilização de um veículo, permitindo ao cliente testar um veículo elétrico durante alguns meses.</p> <p>Numa fase em que os volumes de veículos elétricos continuam a ser minoritários nas vendas, o grupo aposta em preços geralmente mais atrativos.</p> <p>No que diz respeito à sua estratégia de refinanciamento, o grupo Mobilize F.S. está a diversificar as suas fontes de liquidez com obrigações verdes e depósitos verdes apoiados pelo financiamento de veículos eletrificados, garantindo a transparência da informação de forma a atrair novos investidores.</p> <p>O grupo Mobilize FS realiza uma vigilância constante dos regulamentos com vista a manter-se informado e antecipar mudanças regulamentares, tanto bancárias quanto relacionadas a políticas públicas de transporte ou automóveis e que possam constituir um risco C&amp;E de transição no seu modelo de negócio. Decorrem discussões com as equipas do Grupo Renault durante comités dedicados nos quais o grupo Mobilize F.S. participa, o que permite antecipar melhor o impacto das mudanças regulamentares e apoiá-las.</p> <p>Neste contexto, como a aquisição e o financiamento de veículos estão ligados a restrições regulamentares de acesso a certas zonas geográficas (zonas urbanas em particular), o grupo Mobilize F.S. acompanha e antecipa o desenvolvimento das Zonas de Baixa Emissão na Europa nos seus principais países de atividade. Estas mudanças regulamentares representam um desafio estratégico significativo na atividade do grupo Mobilize F.S.</p> <p>Além disso, o grupo Mobilize F.S. está comprometido com a poupança energética. Foram lançadas várias iniciativas nacionais, nomeadamente para reduzir o consumo de aquecimento dos seus edifícios. Por exemplo, em França, os esforços reduziram o consumo de energia em cerca de 30 % entre 2021 e 2022.</p> <p>O grupo Mobilize F.S. entrevista os seus fornecedores por meio do seu Questionário de RSE de Fornecedores e integra as suas respostas na decisão de contratação. Para mais detalhes sobre o conteúdo do Questionário de RSC do Fornecedor, consultar Resposta social (a).</p>
(b) Objetivos, metas e limites para avaliar e abordar o risco ambiental a curto, médio e longo prazo, e avaliação de desempenho em relação a esses objetivos, metas e limites, incluindo informações prospetivas na conceção de estratégias e processos de negócios	<p>O grupo acompanha a sua exposição a sectores e atividades económicas que não estejam alinhados com a estratégia ESG do banco e/ou que possam impactar nos riscos reputacionais e/ou risco de crédito. Para isso, o grupo Mobilize F.S. realiza uma supervisão sectorial das exposições, tendo em consideração fatores ESG. Dada a atual distribuição dos ativos por sectores de atividade, não foi considerado necessário, nesta fase, estabelecer qualquer limite ou limiar para estes indicadores.</p>
(c) Atividades de investimento atuais e metas de investimento (futuras) para objetivos ambientais e atividades alinhadas com a taxonomia da UE	<p>Através da sua atividade de financiamento de veículos elétricos ou híbridos, bem como de estações de carregamento, o grupo Mobilize F.S. contribui para a transição para uma mobilidade sem emissões de carbono, contribuindo assim para o objetivo de atenuação das alterações climáticas.</p> <p>O grupo Mobilize F.S. participa na extensão do ciclo de vida dos veículos, oferecendo financiamento de veículos usados com serviços e compromissos de recompra (ofertas de segunda e terceira vida), com base em ferramentas de <i>remarketing</i> e experiência na estimativa de valores residuais.</p> <p>O grupo Mobilize F.S. realizou um estudo preliminar da exposição dos seus edifícios operacionais (escritórios e <i>data centers</i>) a riscos climáticos e ambientais. Vários locais foram identificados como potencialmente em risco, pelo que serão realizados mais estudos complementares no sentido de entender as questões de adaptação às mudanças climáticas e ambientais.</p>

## Estratégia e processos de negócio

(d) Políticas e procedimentos relativos ao envolvimento direto e indireto com contrapartes novas ou existentes nas suas estratégias de atenuação e redução de riscos ambientais	<p>Em 2022, o grupo Mobilize F.S. desenvolveu a sua abordagem para analisar as políticas ambientais dos seus <u>clientes empresariais</u> presentes em sectores com elevados riscos climáticos e ambientais. Esta análise baseia-se atualmente em dados publicados por essas mesmas contrapartes e nas suas notações ESG por agências de notação não financeiras, quando existam.</p> <p>Com clientes <u>concessionários de automóveis</u>:</p> <p>O grupo Mobilize F.S. verifica anualmente, durante a revisão dos limites financeiros, que os bens financiados dos clientes concessionários estão segurados contra riscos físicos;</p> <p>O grupo Mobilize F.S. estabeleceu, durante o processo “Know Your Client” (KYC), um intercâmbio sobre os riscos C&amp;E físicos sofridos, em particular no que diz respeito aos impactos de eventos relacionados com o clima nos stocks, <i>showrooms</i> ou na atividade em geral.</p> <p>Ao propor ofertas específicas, o grupo Mobilize F.S. incentiva os seus clientes a mudarem para veículos elétricos, a fim de acelerar o seu esforço de transição.</p>
---	--

## Governança

(e) Responsabilidades do órgão de administração pela definição da estrutura de riscos, supervisão e gestão da implementação dos objetivos, estratégia e políticas em matéria de gestão dos riscos ambientais, abrangendo os canais de transmissão relevantes	<p>Os membros do Comité Executivo e do Conselho de Administração do grupo Mobilize F.S. foram devidamente formados sobre os riscos C&amp;E atuais e potenciais. Relativamente à estrutura geral de governança do grupo Mobilize F.S.:</p> <p>O Departamento de Riscos é responsável por identificar, medir e gerir os riscos C&amp;E com impacto no seu modelo de negócio;</p> <p>O Departamento de Transformação, que hospeda as equipas de Sustentabilidade do grupo Mobilize F.S., é responsável por identificar, medir e gerir os riscos que o modelo de negócios do grupo Mobilize F.S. representa para os elementos C&amp;E.</p> <p>A dupla materialidade está assim claramente definida e no centro da governança operacional do grupo Mobilize F.S.</p> <p>No que diz respeito à gestão operacional dos projetos C&amp;E, as responsabilidades são partilhadas entre várias Equipas ou Departamentos: Riscos, Sustentabilidade, Marketing, Controlo Interno e Crédito estão frequentemente associados. Por exemplo, o Comité de Risco do Conselho de Administração validou a inclusão de 4 indicadores C&amp;E no RAF do grupo Mobilize FS, bem como os seus limites e limiares de alerta.</p>
(f) Integração dos efeitos de curto, médio e longo prazo dos fatores e riscos ambientais do órgão de administração, estrutura organizacional dentro das linhas de negócio e funções de controlo interno	<p>O RAF do grupo Mobilize F.S. contém 1 indicador referente à redução de emissões financiadas de gases com efeito de estufa. O grupo Mobilize FS está empenhada em alcançar a meta “Net Zero” até 2040, em linha com os objetivos do Grupo Renault. Os objetivos intermédios serão, por sua vez, estabelecidos em conformidade com os marcos comunicados pelo Grupo Renault. O grupo Mobilize F.S. medirá quaisquer desvios na redução de emissões relativamente aos objetivos assumidos. Quanto à redução das emissões financiadas, está ligada a um segundo objetivo, também concretizado no RAF, nomeadamente, a taxa de penetração dos veículos elétricos face aos veículos de combustão interna. Este objetivo permite uma supervisão do desempenho comercial relativamente aos veículos elétricos.</p> <p>As 3 linhas de defesa (LoD) do grupo Mobilize F.S. estão preocupadas com a gestão de riscos C&amp;E. As responsabilidades foram claramente definidas e atribuídas entre os diferentes departamentos, incluindo responsáveis pelos riscos, o Departamento de Controlo de Riscos, controlo interno e auditoria interna.</p> <p>A Auditoria Interna realizou uma revisão independente da estrutura de governança e gestão de riscos C&amp;E. As conclusões foram apresentadas em meados de dezembro de 2022 e as ações corretivas implementadas em 2023.</p>
(g) Integração de medidas de gestão de fatores e riscos ambientais nas disposições de governança interna, incluindo o papel dos comités, a atribuição de tarefas e responsabilidades e o ciclo de <i>feedback</i> da gestão de riscos para o órgão de administração, abrangendo os canais de transmissão relevantes	<p>Foram definidos os papéis dos comités do grupo Mobilize F.S. na gestão dos fatores e riscos C&amp;E, bem como as relações entre os diferentes comités. O Comité de Direção de Riscos C&amp;E é realizado na mesma reunião do Comité de Sustentabilidade, o que possibilita, portanto, abordar a dupla materialidade dessas questões com os mesmos participantes. As questões de risco C&amp;E também são apresentadas para informação ou validação ao Comité de Riscos do Conselho de Administração.</p> <p>As 3 linhas de defesa (LoD) do grupo Mobilize F.S. estão preocupadas com a gestão de riscos C&amp;E. As responsabilidades foram claramente definidas e atribuídas entre os diferentes departamentos, incluindo responsáveis pelos riscos, o Departamento de Controlo de Riscos, controlo interno e auditoria interna. A auditoria interna de 2022 do grupo Mobilize FS sobre a gestão de riscos C&amp;E foi apresentada ao Comité de Riscos C&amp;E.</p> <p>O grupo Mobilize F.S. começou a formar os seus funcionários através dos <i>workshops</i> “The Climate Fresk” e lançará essa formação em 2023 para todos os países (link URL: <a href="https://climatefresk.org/">https:// climatefresk.org/</a>)</p>

**Governança**

(h)	Linhas de comunicação e frequência das notificações relativas ao risco ambiental	Os 4 indicadores C&E da RAF são integrados no Relatório de Riscos e apresentados trimestralmente ao Comité de Risco do Conselho de Administração. O desempenho do grupo Mobilize FS em veículos elétricos (taxa de penetração, rentabilidade da nova produção) é apresentado pelo menos trimestralmente ao Comité de Desempenho, que inclui todos os membros do Comité Executivo. O grupo Mobilize F.S. está a desenvolver um painel ESG interno para fins de relatórios internos, incluindo vários indicadores-chave de desempenho ESG, incluindo os 4 indicadores C&E da RAF.
(i)	Alinhamento da política de remuneração com os objetivos de risco ambiental da instituição	Após uma fase de implementação e acompanhamento dos indicadores durante 2022, o grupo Mobilize F.S. integra a partir de 1 de janeiro de 2023 um objetivo C&E dedicado no sistema de remuneração variável.

**Gestão de Riscos**

(j)	Integração dos efeitos a curto, médio e longo prazo dos fatores e riscos ambientais na estrutura de riscos	O Departamento de Riscos do grupo Mobilize FS realizou uma análise da materialidade dos impactos dos riscos físicos e climáticos de transição sobre os riscos bancários “clássicos” (crédito, mercado, seguros, operacional, estratégico, conformidade, liquidez, etc.) no curto prazo, médio e longo prazo. Esta análise será atualizada anualmente. A RAF do grupo Mobilize F.S. tem 4 indicadores C&E. Atualmente, 3 indicadores baseiam-se na atividade anual, enquanto o 4.º indicador C&E, baseado na redução das emissões de gases com efeito de estufa financiadas, permite projetar a atividade e as suas transformações até 2030.
(k)	Definições, metodologias e normas internacionais em que se baseia a estrutura gestão de riscos ambientais	O grupo Mobilize F.S. utiliza as definições de riscos físicos e de transição elaboradas pelo BCE. Os riscos C&E foram identificados como riscos críticos pelo grupo Mobilize F.S. O grupo Mobilize F.S. teve em conta os resultados dos testes de esforço climático do BCE 2022 e da ACPR 2020. Além disso, o grupo Mobilize F.S. utiliza dados macroeconómicos do FMI e do Banco Mundial nos seus testes de esforço e estudos quantitativos. Além disso, os cenários da Rede para Ecologização do Sistema Financeiro NGFS são usados para submeter carteiras a retalho dos 5 principais países da atividade do grupo Mobilize F.S. a testes de esforço. Por fim, o grupo também desenvolveu metodologias próprias, listadas abaixo e apresentadas com mais detalhes no ponto (n): <ul style="list-style-type: none"> <li>• análise de risco qualitativa: (A);</li> <li>• análise quantitativa: (B) (B bis) (G);</li> <li>• análise da sensibilidade, sobre riscos de crédito, por exemplo: (C) (D) (F) (H) (H bis);</li> <li>• uma pontuação de risco C&amp;E do sector (metodologia interna baseada em estudos sectoriais): (D).</li> </ul>

## Gestão de Riscos

(l)	<p>Processos para identificar, medir e supervisionar atividades e exposições (e cauções, quando aplicável) sensíveis a riscos ambientais, abrangendo canais de transmissão relevantes</p> <p>O grupo Mobilize F.S. efetuou uma análise da materialidade dos riscos climáticos nos vários riscos bancários (A), entrevistando os seus proprietários de risco. Além disso, foram efetuadas várias análises quantitativas e de sensibilidade sobre os riscos de crédito (B) (B bis) (C) (E), os riscos de mercado (F), os riscos estratégicos (G) e os riscos operacionais (H) (H bis). Esses estudos complementares ajudaram a confirmar a análise qualitativa da materialidade e a identificar e medir com mais precisão as diferentes atividades e carteiras expostas a riscos climáticos físicos e de transição. As metodologias de análise (A) a (H bis) são especificadas na resposta (n).</p> <p>Assim, sobre os <u>riscos de crédito</u>, o grupo procedeu:</p> <p>i) na <u>carteira de retalho</u>: a uma análise histórica do impacto dos riscos C&amp;E físicos na taxa de incumprimento (B) e uma segunda análise quantitativa dos riscos C&amp;E físicos e de transição para cenários NGFS até 2050 (C).</p> <p>ii) sobre a <u>carteira empresarial, incluindo as PME</u>: uma análise da sensibilidade aos riscos C&amp;E físicos e de transição para os cenários do BCE 2022 e da ACPR 2020 com base numa pontuação C&amp;E de uma agência de notação extra financeira (D). Esta mesma análise permitiu estudar o risco C&amp;E da concentração sectorial.</p> <p>iii) sobre a <u>recuperação de garantias</u>: um estudo sobre a sensibilidade avaliou o risco C&amp;E de desvalorização dos ativos financiados (E).</p> <p>Estas análises, que se distinguem entre riscos C&amp;E físicos e de transição e metodologias, são detalhadas na resposta (n) abaixo.</p> <p>Além disso, o grupo Mobilize F.S. está a realizar um projeto-piloto em França sobre a aprovação de crédito no sentido de integrar as políticas ambientais das empresas analisadas e as classificações ESG da Sustainalytics no processo KYC. Esta informação também estará na árvore de decisão aplicada a este perímetro.</p> <p>Em relação aos <u>riscos de mercado</u>, limitados à gestão da <u>reserva de liquidez</u>, estima-se, com base num estudo de sensibilidade (F), que a materialidade dos riscos C&amp;E seja baixa. O grupo Mobilize F.S. implementou a supervisão da notação C&amp;E de emittentes empresariais com base em dados externos com objetivos não vinculativos para a compra de títulos de emittentes. As instruções para a gestão da reserva de liquidez no que respeita à informação C&amp;E, para além da informação tradicional, são apresentadas da seguinte forma: (i) as mais bem classificadas em C&amp;E serão adquiridas em primeiro lugar, (ii) é posto em prática um limite de concentração sobre as classificações médias de C&amp;E, (iii) as classificações fracas em C&amp;E devem ser excluídas das compras e (iv) é igualmente posto em prática um limite sobre as notações não C&amp;E classificadas em C&amp;E.</p> <p>Em relação aos <u>riscos estratégicos</u>, o grupo Mobilize F.S. realizou um estudo sobre o impacto das zonas de baixa emissão (G) com foco na França.</p> <p>Em relação aos <u>riscos operacionais</u>, 2 estudos adicionais permitem identificar os <u>locais de atividade do grupo Mobilize F.S.</u> expostos a riscos C&amp;E físicos nos 36 países de atividade (H), bem como os locais de atividade e os seus locais de contingência expostos mais precisamente a inundações, nos 6 principais países da atividade (H bis).</p> <p>Durante o seu processo de Gestão de Integridade de Terceiros (TIM), mais especificamente no âmbito dos seus clientes e fornecedores, o grupo Mobilize F.S. dispõe de 2 ferramentas externas de análise de conformidade, Compliance Catalyst da Moody's e LexisNexis, que dão acesso a informações sobre: (i) quaisquer condenações da contraparte por motivos ambientais, bem como (ii) elementos negativos relatados pelos meios de comunicação social que possam abranger elementos ambientais.</p>
(m)	<p>Atividades, obrigações e exposições que contribuem para atenuar os riscos ambientais</p> <p>A atenuação dos <u>riscos C&amp;E sobre os riscos de crédito</u> pelo grupo Mobilize F.S. é específica de acordo com a carteira considerada:</p> <p>i) na <u>carteira PME e Empresas</u>: O grupo Mobilize F.S. tem uma exposição não material a sectores sensíveis aos riscos C&amp;E. O grupo Mobilize F.S. monitoriza, porém, as exposições sectoriais.</p> <p>ii) na <u>carteira de concessionários</u>: o grupo Mobilize F.S. não observou qualquer sobre-representação geográfica em áreas de risco C&amp;E físico.</p> <p>iii) na <u>carteira de clientes particulares</u>: O grupo Mobilize F.S. não observou qualquer sobre-representação da carteira de clientes particulares em geografias de risco C&amp;E física nem qualquer correlação entre a taxa de incumprimento dos clientes e eventos climáticos passados (inundação).</p> <p>Os <u>riscos C&amp;E estratégicos</u> são atenuados pelo grupo Mobilize F.S. através do desenvolvimento de novas ofertas e da transição do seu modelo de negócio para a mobilidade com baixas emissões de carbono, o que lhe permite reter negócios e clientes a médio e longo prazo.</p> <p>Os <u>riscos C&amp;E do mercado</u> sobre a <u>reserva de liquidez</u> são atenuados por uma pequena reserva composta principalmente por títulos soberanos e corporativos. Também foram implementadas diretrizes de gestão baseadas nas informações C&amp;E disponíveis sobre títulos corporativos.</p>

## Gestão de Riscos

(n) Implementação de ferramentas para identificação, mensuração e gestão de tarefas ambientais	<p>(A) Para definir o impacto dos riscos climáticos físicos e de transição nos riscos bancários, o grupo Mobilize F.S. realizou uma <u>análise de materialidade</u> com os seus diversos colaboradores: diretor de risco, gestor de categorias de risco, especialistas internos em temas específicos e análise externa. Os entrevistados descreveram e avaliaram os vínculos de transmissão entre os riscos C&amp;E os riscos bancários antes e depois das ações de atenuação, bem como a frequência e intensidade financeira desses riscos. Os resultados foram então calibrados, harmonizados e diferenciados pelo Diretor Executivo de Riscos e pelo Diretor de Riscos Climáticos. Foi assim possível estimar os riscos brutos e residuais e classificá-los por nível de impacto financeiro. Os resultados foram então partilhados com os gestores de risco do grupo Mobilize F.S.</p> <p>(B) O grupo Mobilize F.S. estudou a possível correlação entre os riscos climáticos físicos de inundações e a taxa de incumprimento entre 2010 e 2016 dos seus <u>clientes particulares</u>, com base em dados franceses sobre regimes de catástrofes naturais (base de dados GASPAR). Em primeiro lugar, foi necessário conciliar os diferentes tipos de inundações e a sua frequência com o endereço dos clientes particulares da Mobilize F.S. e, em seguida, estudar a taxa de incumprimento dos clientes por zonas geográficas até 12 meses após a ocorrência dos eventos físicos. Os resultados são apresentados no ponto (o).</p> <p>(B bis) A ferramenta Think Hazard foi utilizada para os 5 maiores países de atividade do grupo Mobilize F.S. para quantificar os riscos C&amp;E físicos sobre a <u>carteira de clientes particulares</u> a retalho. A Think Hazard produz uma avaliação física de risco C&amp;E por região, que é traduzida numa pontuação que é então relacionada com a carteira por meio do código postal dos clientes, O que permitiu classificar as exposições de crédito por nível de riscos C&amp;E físicos.</p> <p>(C) O grupo Mobilize F.S. também quantificou o impacto dos fatores C&amp;E no <u>risco de crédito da carteira de clientes particulares a retalho</u> utilizando uma segunda metodologia. O grupo Mobilize F.S. aplicou os cenários da Network for Greening the Financial System (NGFS) até 2030 para quantificar os potenciais impactos dos riscos C&amp;E na evolução da taxa de incumprimento. O estudo centrou-se nos 5 principais países de atividade do grupo Mobilize F.S.: França, Itália, Alemanha, Espanha e Reino Unido. O impacto dos riscos C&amp;E nas Perdas Esperadas (EL) foi estimado comparando a taxa média de incumprimento com um cenário de elevados riscos físicos e de transição ao longo do período 2022-2030 com a evolução histórica da taxa de incumprimento desde 2008.</p> <p>(D) O grupo Mobilize F.S. quantificou o impacto dos riscos C&amp;E nos <u>riscos de crédito da carteira de empresas não financeiras</u>, incluindo as PME. Foi utilizada a avaliação da exposição aos riscos físicos e de transição por sectores de uma agência de notação extra financeira para representar as exposições ao risco C&amp;E do grupo Mobilize F.S. e assim calcular o risco C&amp;E da concentração na carteira empresarial. As pontuações obtidas nas avaliações por sector foram convertidas em probabilidade de impacto do incumprimento, calibrando esses impactos com base nos resultados extremos dos testes de esforço climático, ACPR 2020 e BCE 2022.</p> <p>(E) O grupo também realizou uma análise de sensibilidade para quantificar as perdas adicionais por razões C&amp;E na <u>recuperação das garantias</u>: o carro financiado. O grupo Mobilize F.S. aplicou assim um cenário de esforço extremo sobre as perdas dado o incumprimento (LGD), com base em pressupostos de um evento real: uma queda nas vendas de veículos elétricos na Alemanha entre julho de 2020 e julho de 2021. Esta queda nas vendas foi aplicada a todos os modelos de automóveis, independentemente do seu motor.</p> <p>(F) Sobre os <u>riscos de mercado da reserva de liquidez</u>: O grupo Mobilize F.S. implementou um teste de esforço semestral em emittentes soberanos e empresariais. O nível quantitativo de esforço aplicado foi definido para uma crise climática ou ambiental.</p> <p>(G) O grupo realizou um <u>estudo de estratégia de negócios</u> sobre o impacto das Zonas de Baixa Emissão (LEZ) em 13 países europeus de acordo com 3 cenários até 2030: (i) "Business as Usual"; (ii) Sobriedade 1,5 °C; (iii) Tecnologia 1,5 °C. As LEZ existentes e planeadas foram primeiro identificadas e mapeadas nos 13 países europeus até 2030. Em seguida, os 3 cenários foram diferenciados pelas vendas anuais de carros novos, a participação de carros elétricos entre essas vendas, o uso do carro e os cronogramas para a implementação das LEZ e a sua restritividade. Finalmente, a evolução anual da frota de veículos (em tamanho e composição) foi modelada apenas no âmbito da França. Partiu-se de vários pressupostos, como, por exemplo: (i) a vida útil de um veículo na carteira do grupo Mobilize F.S., (ii) uma diminuição nas vendas de veículos a diesel e (iii) o aumento do peso do veículo elétrico.</p> <p>(H) O grupo Mobilize F.S. realizou um estudo para quantificar os riscos C&amp;E físicos <u>em locais nos 36 países do grupo</u>. A análise quantificou os impactos financiados nos locais considerando os seguintes eventos: (i) subida do nível das águas, (ii) inundações por transbordamento e submersão, (iii) temperaturas que requerem ar condicionado, (iv) onda de calor (acima dos 35 °C, o que torna o ar condicionado ineficaz), (v) esforço hídrico e (vi) ciclones. O horizonte temporal considerado é 2050 para as inundações por submersão e 2030 para os outros eventos. Todos os eventos consideram o cenário RCP8.5.</p> <p>(H bis) O grupo Mobilize F.S. realizou um <u>estudo de risco de inundação dos principais locais</u> de atividade e <u>locais de contingência</u>. O risco de inundação foi escolhido por ser o risco físico mais significativo para o grupo Mobilize FS. O estudo concentrou-se na (i) a distância entre o local principal e o local de contingência e a sua proximidade com um rio (ou equivalente); ii) identificação de locais dentro de uma zona de perigo de inundação (fonte: WRI Aqued-ct flood risk - hiperlink: <a href="https://www.wri.org/data/aqueduct-floods-hazard-maps">https:// www.wri.org/data/aqueduct-floods-hazard-maps</a>), usando uma abordagem pessimista para uma inundação milenar em 2080; (iii) a medição da diferença em altitude entre os locais do grupo Mobilize F.S. e o rio mais próximo. O objetivo era determinar se os locais principais estão em risco de inundação e se o local de contingência também seria inundado durante o mesmo evento.</p>
--	---

N.º

1

N.º

2

N.º

3

N.º

4

N.º

5

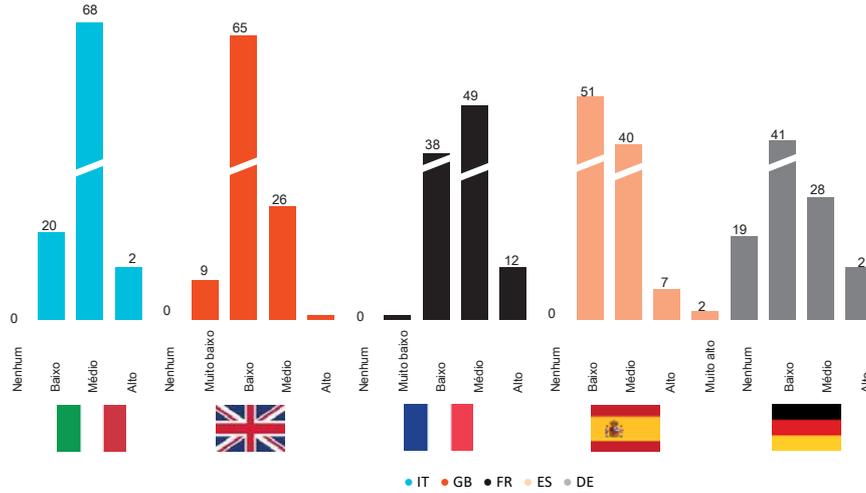
Gestão de Riscos

(o) Resultados e conclusões das ferramentas de risco implementadas e o impacto estimado do risco ambiental no perfil de capital e liquidez

(A) A análise de materialidade salientou que os principais riscos para o grupo Mobilize F.S. são (i) riscos de crédito, (ii) riscos de valor residual e (iii) riscos estratégicos, todos induzidos por riscos C&E físicos e de transição. A transmissão dos riscos climáticos para estes riscos bancários é descrita no ponto (r).

(B) Após a análise histórica do impacto das inundações na carteira de clientes de retalho do grupo Mobilize FS, conclui-se que a taxa de incumprimento de 12 meses não parece estar correlacionada com a ocorrência de um evento físico. Assim, a taxa histórica de incumprimento dos clientes afetados por inundações oscila em torno da taxa de incumprimento dos clientes não afetados pelas inundações. O grupo Mobilize F.S. concluiu que os riscos climáticos físicos têm historicamente uma baixa materialidade para os seus clientes de retalho. No entanto, esta análise é baseada em dados históricos que não preveem eventos futuros devido a mudanças climáticas. O grupo Mobilize F.S. mantém-se vigilante sobre este assunto e efetuou, por conseguinte, um estudo complementar (C) apresentado abaixo.

(Bis) O estudo geográfico realizado com a ferramenta Think Hazard sobre a carteira de clientes particulares de retalho concluiu que esta carteira é geograficamente diversificada e limitadamente exposta a riscos C&E físicos para os 5 principais países de atividade do grupo Mobilize F.S. A repartição dos saldos em dívida por país da carteira de clientes particulares de retalho por nível de exposição a riscos físicos é apresentada a seguir:



1. A categoria Nenhum corresponde à parcela de exposição em que faltavam os dados do código postal

(C) Relativamente ao estudo quantitativo dos impactos C&E nos riscos de crédito da carteira de clientes particulares de retalho, o trabalho concluiu que os riscos C&E nestas carteiras são insignificantes em Espanha, no Reino Unido e na Alemanha até 2030. Os impactos da variação das taxas de incumprimento de acordo com os 2 cenários estudados em França e Itália são apresentados na tabela seguinte.

Impactos da carteira	França	Itália
Cenário de risco físico	1,1 milhão de euros	Sem impacto
Cenário de risco de transição	3,0 milhões de euros	5 milhões de euros

(D) Após a análise quantitativa da carteira financeira corporativa, foram identificados os sectores mais expostos aos riscos C&E físicos e de transição. Isso mostra que, graças à diversificação da sua carteira, o grupo Mobilize FS não é afetado a curto (menos de 3 anos) ou médio prazo (entre 3 e 5 anos) pelos riscos C&E nesta carteira de empresas não financeiras.

(E) A análise de sensibilidade sobre a deterioração do valor das garantias permitiu calcular uma LGD esforçada por um cenário C&E. O grupo Mobilize FS integrou este impacto quantitativo C&E na análise de materialidade dos riscos C&E sobre os riscos de crédito.

(F) O esforço climático e ambiental aplicado à reserva de liquidez apresentou resultados de baixa exposição, confirmando a baixa materialidade dos riscos C&E sobre os riscos de mercado da reserva de liquidez. O grupo identificou os sectores mais expostos aos riscos C&E físicos e de transição. Isso mostra que, graças à diversificação da sua carteira, o grupo Mobilize FS não é afetado a curto (menos de 3 anos) ou médio prazo (entre 3 e 5 anos) pelos riscos C&E nesta carteira de empresas não financeiras.

(E) A análise de sensibilidade sobre a deterioração do valor das garantias permitiu calcular uma LGD esforçada por um cenário C&E. O grupo Mobilize FS integrou este impacto quantitativo C&E na análise de materialidade dos riscos C&E sobre os riscos de crédito.

(F) O esforço climático e ambiental aplicado à reserva de liquidez apresentou resultados de baixa exposição, confirmando a baixa materialidade dos riscos C&E sobre os riscos de mercado da reserva de liquidez.

(G) O estudo da estratégia de negócio permitiu compreender o impacto da implementação das LEZ na frota de veículos financiada do grupo Mobilize F.S. As dimensões e a composição da frota francesa de automóveis do grupo Mobilize FS podem, assim, ser estimadas até 2030 de acordo com os 3 cenários.

(H) A quantificação dos riscos C&E físicos nos locais dos 36 países da Mobilize F.S. identificou os edifícios mais expostos a cada evento. Em particular, as inundações representam uma ameaça para vários locais.

(H bis) Os resultados da análise geográfica de risco de inundação mostram, com um bom nível de confiança, que os locais principais e de contingência do grupo Mobilize F.S. nos seus 5 principais países de atividade e no Brasil não seriam inundados ao mesmo tempo. O estudo também identificou os locais do grupo Mobilize F.S. mais expostos a inundações.

## Gestão de Riscos

(p)	<p>Disponibilidade, qualidade e precisão dos dados e esforços envidados para melhorar esses aspetos</p> <p>Para alimentar os processos de identificação, medição e gestão associados ao ponto (l) e às ferramentas apresentadas no ponto (n), o grupo Mobilize F.S. recolhe, armazena e utiliza os seguintes pontos de dados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) <u>emissões de gases de efeito estufa dos veículos financiados</u>. O grupo Mobilize F.S. recolhe, durante o financiamento, dados relativos ao tipo de motor (elétrico, híbrido, a diesel, a gasolina), à marca, ao modelo, ao ano de fabrico e ao país de venda. Com estas informações, o grupo Mobilize F.S. pesquisa as emissões dos veículos (i) numa base de dados do Groupe Renault, para os veículos fabricados pela sua empresa-mãe, e (ii) na base de dados da Agência Europeia do Ambiente para as estimativas das emissões dos veículos, utilizada para os veículos de outras marcas. O grupo Mobilize F.S. cobre assim cerca de 90 % dos veículos financiados. Foram concebidos planos de ação para melhorar a cobertura das emissões dos veículos financiados.</li> <li>ii) <u>o sector de atividade</u>. Estes dados são recolhidos durante a implementação do financiamento por cada país e, depois, transferidos para a sede. Estes dados são utilizados, nomeadamente, na análise de sensibilidade e de concentração empresarial (D), bem como durante a fase de concessão.</li> <li>iii) <u>código postal</u>. Estes dados são introduzidos para os 5 principais países de atividade do grupo Mobilize F.S., introduzidos (mas de menor qualidade) para o Brasil e a Coreia do Sul e não estão disponíveis ao nível da sede para os outros países de atividade.</li> <li>iv) <u>emissão de gases com efeito de estufa das contrapartes</u>. O grupo Mobilize F.S. tem esses dados por meio de informações do CDP e utiliza-os para os testes de esforço climático regulamentares.</li> <li>v) (a ser publicado) <u>o peso das atividades relacionadas com carvão, petróleo não convencional e gás no volume de negócios da contraparte</u>. O grupo Mobilize F.S. não possui esses dados, mas conta com futuras publicações regulamentares europeias para obtê-los.</li> </ul>
(q)	<p>Descrição dos limites aos riscos ambientais (como fatores de riscos prudenciais) que são estabelecidos e que desencadeiam o respetivo encaminhado e a sua exclusão em caso de violação desses limites</p> <p>O grupo Mobilize F.S. não financia projetos de empresas que desenvolvam a sua atividade em sectores altamente expostos a riscos C&amp;E de transição, mas financia veículos que cumpram critérios ambientais cada vez mais restritivos. Assim, a RAF de riscos C&amp;E foi definida de acordo com o modelo de negócio definido devidamente para orientar a sua atividade comercial e gerir melhor os seus riscos C&amp;E, e fornece limiares de alerta quando:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) o apoio às vendas de veículos elétricos é inferior à restante gama de veículos;</li> <li>ii) as emissões médias financiadas dos veículos da carteira não estão a diminuir a um ritmo consistente com o objetivo “Net Zero 2040” do Grupo Renault.</li> </ul> <p>Os limites em vigor para os indicadores RAF foram estabelecidos de acordo com os objetivos do Grupo Renault, em relação aos seus pares e no que diz respeito aos valores históricos dos indicadores. Os limites foram aprovados pelo Comité de Riscos do Conselho de Administração.</p> <p>A gestão dos limiares e limites de risco ambiental na RAF não é diferente da gestão de outros tipos de risco e, nesse sentido, segue a política de gestão de riscos do grupo Mobilize F.S. Assim, para cada um dos 4 indicadores de risco C&amp;E da RAF, foram estabelecidas definições, valores adequados, limiares de alerta (1) e limites (2).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) <u>A ultrapassagem do limiar de alerta</u> para um dos indicadores de risco C&amp;E desencadeia (i) uma notificação ao Comité de Risco do Conselho de Administração e (ii) a elaboração de um plano de ação que pode ser implementado de forma a evitar que o limite seja atingido.</li> <li>ii) <u>A ultrapassagem do limite</u> leva à implementação do plano de ação para reduzir o risco e, portanto, todos abaixo do limite.</li> </ul>

## Gestão de Riscos

(r) Descrição da ligação (canais de transmissão) entre riscos ambientais e risco de crédito, risco de liquidez e de financiamento, risco de mercado, risco operacional e risco reputacional no quadro de gestão de risco	<p>Os <b>riscos C&amp;E físicos</b> podem ter impactos significativos para o grupo Mobilize F.S., especialmente em:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>i) <b>Risco de crédito:</b> Deterioração da solvabilidade e/ou valor dos ativos dos mutuários que são afetados pelo impacto direto de fatores naturais (por exemplo, inundações) ou indiretos (por exemplo, redução do crescimento sectorial devido à seca);</li> <li>ii) <b>Risco operacional:</b> Interrupção ou perturbação do negócio e perda de eficiência devido a múltiplos fatores, incluindo indisponibilidade de escritórios, funcionários ou rede informática;</li> <li>iii) <b>Risco de seguro:</b> (i) Aumento do pagamento de garantias de seguro de crédito devido ao aumento das taxas de mortalidade; (ii) Maior frequência de pagamentos de seguros de <i>spread</i> devido a fenómenos meteorológicos imprevisíveis (por exemplo, inundações);</li> <li>iv) <b>Risco de liquidez:</b> Efeito significativo e negativo nas reservas de liquidez devido à elevada procura de liquidez preventiva na sequência de uma catástrofe natural grave (por exemplo, levantamentos de poupanças para recuperar das inundações).</li> </ol> <p>Os <b>riscos C&amp;E de transição</b> podem ter um forte impacto no grupo Mobilize F.S., especialmente em:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>i) <b>Risco de estratégia:</b> Perda de volumes devido a novas regulamentações sobre o uso de automóveis (por exemplo, restrições de acesso às cidades);</li> <li>ii) <b>Risco de crédito:</b> Aumento da inadimplência de empresas que atuam em sectores impactados negativamente por fatores climáticos e ambientais;</li> <li>iii) <b>Risco de liquidez:</b> (i) Perda de depósitos de clientes para fazer face a despesas imprevistas na sequência de catástrofes naturais ou para procurar oportunidades mais sustentáveis, resultando num aumento dos custos de financiamento; (ii) Os investidores retiram os seus fundos para incentivar investimentos ecológicos se o grupo Mobilize F.S. não oferecer tais produtos;</li> <li>iv) <b>Risco reputacional:</b> taxa de empréstimo mais elevada devido ao facto de a notação ESG do grupo Mobilize F.S. ser inferior à de outros bancos;</li> <li>v) <b>Risco de insuficiência de Recursos Humanos:</b> Dificuldades de recrutamento ou forte demissão de pessoas que procuram trabalhar numa empresa sustentável;</li> <li>vi) <b>Risco legal e contratual:</b> Ações coletivas, inclusive relacionadas com o uso de um motor de combustão interna;</li> <li>vii) <b>Risco de valor residual:</b> Diminuição dos valores residuais dos automóveis (especialmente dos veículos com motor de combustão interna) com a implementação de novos regulamentos e tecnologias em evolução.</li> </ol> <p>Em relação aos <b>riscos de mercado</b>: como essas atividades são limitadas para o grupo Mobilize F.S., os riscos são baseados principalmente na gestão da reserva de liquidez. Composta principalmente por depósitos do Banco Central, títulos soberanos ou corporativos, o risco de volatilidade do mercado devido a fatores e riscos ESG físicos e transitórios foi considerado baixo.</p>
--	--

## / TABELA 2 – INFORMAÇÃO QUALITATIVA SOBRE O RISCO SOCIAL NOS TERMOS DO ARTIGO 449.º DO CRR

Estratégia e processos de negócio	
(a) Ajuste da estratégia de negócios da instituição para integrar fatores e riscos sociais, tendo em atenção o impacto do risco social no ambiente de negócios, no modelo de negócios, na estratégia e no planeamento financeiro da instituição	<p>A integração dos riscos sociais nas atividades de financiamento e investimento aparece indiretamente através do processo anticorrupção Gestão da Integridade de Terceiros (TIM) do grupo Mobilize F.S., que inclui o conhecimento de possíveis condenações de contrapartes por motivos sociais, bem como o estudo da reputação da contraparte, que pode ser afetada por eventos mediáticos sobre temas sociais.</p> <p>O grupo Mobilize F.S. planeou fortalecer a consideração dos riscos sociais nos processos KYC e de aprovação. O seu mapeamento de risco social também será realizado em 2023.</p> <p>Em termos de práticas sociais internas, o grupo Mobilize F.S. implementa 2 áreas de intervenção (os recursos do grupo Mobilize F.S. são os seus próprios funcionários):</p> <p>(1) <b>Diversidade e Inclusão:</b> A igualdade de género tem sido particularmente desenvolvida através de vários programas complementares em curso:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• “Zero discriminação”,</li> <li>• “0 % de disparidade salarial entre homens e mulheres em 2025” com o Grupo Renault,</li> <li>• “40 % ou mais de mulheres a ocupar cargos de administradores e diretores até 2024”, incluindo o acompanhamento do rácio homem/mulher nos Comités de Gestão e Comités Executivos que contem já 6 anos de atividade: França, Itália, Espanha, Reino Unido, Alemanha, Brasil.</li> </ul> <p>Pesquisas de diversidade e inclusão são implantadas e os resultados apresentados ao Comité Executivo do grupo Mobilize F.S. A Divisão de Recursos Humanos do grupo também organiza eventos de sensibilização e acompanha estes temas com cada Diretor de RH nacional. Uma auditoria com a AGEFIP sobre a integração de pessoas portadoras de deficiência foi realizada em 2022 exclusivamente no perímetro da França, com o objetivo de estabelecer um plano de ação em 2023.</p> <p>(2) <b>Saúde e Segurança:</b> O grupo Mobilize F.S. procura obter o rótulo “Melhor Lugar para Trabalhar” nestes 5 principais países da atividade. Em 2022, a Mobilize F.S. France obteve este rótulo.</p> <p>O grupo Mobilize F.S. aplica o seu dever de vigilância aos seus fornecedores, solicitando, como parte do processo de contratação, diversas verificações sociais por meio de um certificador aprovado. As verificações solicitadas dizem respeito à luta contra o trabalho ilegal e são impostas pelo Código do Trabalho francês. Referem-se, nomeadamente, (i) às declarações sociais e ao pagamento das contribuições e contribuições para a segurança social, (ii) ao registo do fornecedor, (iii) à lista nominativa dos funcionários estrangeiros, afetos à execução do contrato, empregados pela parte contratante e sujeitos a uma autorização de trabalho.</p> <p>Além disso, o grupo Mobilize F.S. solicita aos seus fornecedores, quando selecionados, que preencham o seu Questionário de CSR dos Fornecedores que abrange, entre outras coisas, (i) as certificações e rótulos obtidos (ISO ou equivalente, LUCIE, BCorp, etc.), (ii) a publicação de um relatório de RSE, (iii) a presença de indicadores de desempenho e o estabelecimento de objetivos, (iv) a contribuição para um desenvolvimento sustentável e os temas do compromisso. As respostas são integradas na decisão de contratar fornecedores.</p>
(b) Objetivos, metas e limites para avaliar e abordar o risco social a curto, médio e longo prazo, e avaliação de desempenho em relação a esses objetivos, metas e limites, incluindo informações prospetivas no desenho da estratégia e dos processos de negócios	<p>O grupo Mobilize F.S. planeia integrar critérios de exclusão dos seus financiamentos com base nos riscos sociais suportados pelas suas contrapartes.</p> <p>Em relação à sua estratégia social interna, o grupo Mobilize F.S. estabeleceu vários objetivos, que monitoriza de acordo com indicadores definidos:</p> <p>i) <b>Diversidade e Inclusão:</b> O grupo Mobilize FS estabeleceu 2 objetivos de longo prazo: “0 % de disparidade salarial entre homens e mulheres em 2025” e “40 % ou mais de mulheres a ocupar cargos de administradores e diretores até 2024”. Ver resposta (a) para mais detalhes.</p> <p>ii) <b>Saúde e Segurança:</b> O grupo Mobilize FS quer ter os seus 5 principais países de atividade rotulados como “Melhor Lugar para Trabalhar” até 2023. O grupo Mobilize FS France obteve este rótulo em 2022.</p>
(c) Políticas e procedimentos relacionados com o envolvimento direto e indireto com contrapartes novas ou existentes nas suas estratégias para mitigar e reduzir atividades socialmente prejudiciais	<p>O grupo Mobilize F.S. não possui nenhuma estrutura de gestão de risco social para essas contrapartes. O grupo planeou fortalecer a consideração dos riscos sociais nos processos KYC e de aprovação.</p>

N.º

1

N.º

2

N.º

3

N.º

4

N.º

5

## Governança

(d)	<p>Responsabilidades do órgão de administração na definição do quadro de risco, na supervisão e gestão da implementação dos objetivos, da estratégia e das políticas no contexto da gestão do risco social, abrangendo as abordagens das contrapartes relativamente a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Atividades orientadas para a comunidade e a sociedade</li> <li>ii) Relações com os funcionários e normas laborais</li> <li>iii) Proteção do cliente e responsabilidade pelo produto</li> <li>iv) Direitos humanos</li> </ul>	<p>Durante o processo de análise anticorrupção, no âmbito do processo de Gestão de Integridade de Terceiros (TIM), da contraparte, o analista tem acesso a informações sobre eventuais condenações por motivos sociais. O processo de TIM é conduzido pelo Departamento de Conformidade e pelos departamentos envolvidos: Finanças e Tesouraria, Crédito, Compras, Seguros e Serviços. A análise permite identificar o nível de risco e o nível de vigilância a ser aplicado ao ficheiro. Ver secção Governança (c).</p>
(e)	<p>Integração de medidas de gestão de fatores e riscos sociais nas disposições de governança interna, incluindo o papel dos comités, a atribuição de tarefas e responsabilidades e o ciclo de <i>feedback</i> da gestão de riscos para o órgão de administração</p>	<p>Durante o processo de TIM, 2 ferramentas externas de Conformidade, Moody's Compliance Catalyst e LexisNexis, fornecem informações sobre possíveis condenações por motivos sociais. A nível interno, um processo de denúncia é estabelecido pelo grupo Mobilize F.S. para todas as questões de discriminação. São os Departamentos de Recursos Humanos que tratam do alerta e conduzem eventuais investigações internas com os Departamentos de Ética, Conformidade e Jurídico.</p>
(f)	<p>Linhas de notificação e frequência de notificação relacionadas com o risco social</p>	<p>Em relação aos riscos sociais operacionais internos, o grupo Mobilize F.S. monitoriza os indicadores de igualdade de género calculados pelo Departamento de Recursos Humanos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Disparidade salarial entre homens e mulheres; calculada, anualmente, por país e para o grupo;</li> <li>ii) Participação das mulheres nos comités de administração locais; calculada trimestralmente por país;</li> <li>iii) Percentagem de mulheres entre os colaboradores recém-contratados; calculada, trimestralmente, para a sede e para o grupo Mobilize F.S.;</li> <li>iv) Participação das mulheres nos cargos de administradores e diretores; calculada, trimestralmente, para a sede e para o grupo Mobilize F.S.;</li> <li>v) Percentagem de mulheres entre os Talentos Essenciais; calculada anualmente para o grupo Mobilize F.S.</li> </ul> <p>Estes indicadores são apresentados trimestralmente ao Comité Executivo do grupo Mobilize FS por intermédio do Comité de Recursos Humanos do grupo. Estes indicadores também são apresentados ao Grupo Renault, com o qual são definidas metas para a atividade específica do grupo Mobilize F.S.</p> <p>O painel ESG, cujo lançamento está programado para 2023, incorporará indicadores relacionados com riscos sociais internos.</p>
(g)	<p>Alinhamento da política de remuneração com os objetivos de risco social da instituição</p>	<p>A remuneração do grupo Mobilize FS não depende de elementos relativos a riscos sociais.</p>

## Gestão de Riscos

(h)	Definições, metodologias e normas internacionais em que se baseia a estrutura de gestão de risco social	O grupo Mobilize F.S. não estabeleceu nenhuma estrutura de gestão de risco social para as suas contrapartes.
(i)	Processos para identificar, mensurar e supervisionar atividades e exposições (e garantias quando aplicável) sensíveis ao risco social, abrangendo os canais de transmissão relevantes	Durante o seu processo de Gestão de Integridade de Terceiros (TIM), nomeadamente, dos seus clientes e fornecedores, o grupo Mobilize F.S. dispõe de 2 ferramentas externas de análise de conformidade, Compliance Catalyst da Moody's e LexisNexis, que dão acesso a informações sobre: (i) quaisquer condenações da contraparte por motivos sociais, bem como (ii) elementos negativos relatados pelos meios de comunicação social que possam abranger elementos sociais. O grupo Mobilize F.S. planeia considerar elementos sociais na concessão de crédito indiretamente por meio da integração da notação ESG das contrapartes financiadas, realizada por uma agência de notação extra financeira.
(j)	Atividades, obrigações e ativos que contribuem para atenuar o risco social	O grupo Mobilize F.S. não implementou nenhuma ação para medir ou supervisionar os riscos sociais das suas contrapartes. Em relação aos riscos operacionais internos e sociais, o grupo Mobilize F.S. desenvolve vários programas e planos de ação para limitar as deficiências de Recursos Humanos e os riscos reputacionais por razões sociais. Ver resposta (a) para mais detalhes sobre as ações tomadas.
(k)	Implementação de ferramentas de identificação e gestão do risco social	O grupo Mobilize F.S. não implementou nenhuma ferramenta para medir ou supervisionar os riscos sociais das suas contrapartes.
(l)	Descrição da fixação de limites ao risco social e dos casos que desencadeiam o respetivo encaminhamento e a sua exclusão em caso de violação desses limites	O grupo Mobilize F.S. não estabeleceu nenhum limite para os riscos sociais das suas contrapartes.
(m)	Descrição da ligação (canais de transmissão) entre riscos ambientais e risco de crédito, risco de liquidez e de financiamento, risco de mercado, risco operacional e risco reputacional no quadro de gestão de risco	O grupo Mobilize F.S. ainda não trabalhou nos mecanismos de transferência de riscos sociais das suas contrapartes para os riscos bancários tradicionais. O grupo Mobilize F.S. está empenhado em estabelecer um mapeamento do risco social em 2023.

N.º

1

N.º

2

N.º

3

N.º

4

N.º

5

## / TABELA 3 – INFORMAÇÃO QUALITATIVA SOBRE O RISCO DE GOVERNANÇA NOS TERMOS DO ARTIGO 449.º DO CRR

<b>Governança</b>	
(a)	<p>Integração nos acordos de governança da instituição do desempenho de governança das contrapartes, incluindo comités do mais alto órgão de governança, comités responsáveis pela tomada de decisões sobre temas económicos, ambientais e sociais</p>
	<p>A integração dos riscos de governança nas atividades de financiamento e investimento está presente indiretamente por meio de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) o processo “Know Your Client” (KYC) que alimenta as análises em matéria de luta contra o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (AML-CFT) para todas as pessoas singulares e coletivas clientes. Os funcionários do grupo Mobilize F.S. recebem formação em matéria de AML-CFT.</li> <li>ii) e o processo anticorrupção de Gestão da Integridade de Terceiros (TIM), exigido, em particular, pela lei francesa denominada “Sapin 2”, que é realizado apenas relativamente a todas as entidades jurídicas e concessionários clientes. Este mesmo tipo de análise é efetuado para os fornecedores, bancos, parceiros de seguros, com ligeiras diferenças em função das especificidades dos terceiros. Como parte desta análise TIM, uma função local ou central do grupo Mobilize F.S. pode solicitar uma <i>Due Diligence</i> Externa relativamente a uma contraparte, que será sempre iniciada pelo Departamento de Conformidade do Grupo.</li> </ul> <p>Estes 2 processos permitem determinar um nível de risco, o que conduz a um processo de tomada de decisão adequado e a um nível de vigilância a apresentar à contraparte. São efetuados no início da relação com a contraparte e posteriormente durante a relação comercial, de acordo com a periodicidade definida nos procedimentos e com o nível de vigilância determinado.</p> <p>As responsabilidades pela verificação destes elementos de risco de governança das contrapartes, incluindo os clientes de retalho e empresariais, são distribuídas entre as diferentes linhas de negócio em causa, tanto a nível do grupo como a nível local. Dependendo do nível de vigilância, é necessário o parecer e/ou a validação da função de conformidade local e/ou central. O Diretor Executivo de Conformidade (CCO) tem poder de veto sobre terceiros com elevado risco de corrupção.</p> <p>Por fim, o grupo Mobilize F.S. dispõe de processos internos para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) gerir as denúncias profissionais (por exemplo, um crime, o incumprimento de regulamentos ou uma violação do código de conduta) e proteger os denunciantes;</li> <li>ii) gerir conflitos de interesses entre os funcionários do grupo Mobilize F.S. e as suas contrapartes, em várias fases: <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) <u>identificação</u> de potenciais conflitos de interesse de acordo com vários critérios, tais como a frequência de relacionamento com a contraparte, a posição do funcionário na hierarquia do grupo Mobilize F.S. e as suas ligações pessoais, profissionais ou extraprofissionais com a contraparte,</li> <li>(ii) <u>declaração</u> do conflito de interesses pelo funcionário de forma espontânea ou anual (nomeadamente para os administradores),</li> <li>(iii) <u>processamento</u>: são analisadas as declarações espontâneas e anuais e implementadas ações corretivas, por exemplo, limitação da participação do funcionário no processo de relação comercial com a contraparte,</li> <li>(iv) <u>acompanhamento e registo</u> dos conflitos de interesses detetados.</li> </ul> </li> </ul>
(b)	<p>Contabilidade da instituição sobre o papel do mais alto órgão de governança da contraparte em relatórios não financeiros</p>
	<p>O grupo Mobilize F.S. planeia levar em conta, indiretamente, elementos de governança nos seus empréstimos por meio da integração da notação ESG das contrapartes fornecida por uma agência de classificação extra financeira.</p>

**Governança**

(c)	Integração nos acordos de governança da instituição do desempenho de governança das suas contrapartes, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Considerações éticas</li> <li>ii) Estratégia e gestão de riscos</li> <li>iii) Inclusão</li> <li>iv) Transparência</li> <li>v) Gestão de conflitos de interesses</li> <li>vi) Comunicação a nível interno sobre preocupações críticas</li> </ul>	<p>O grupo Mobilize FS avalia e seleciona suas contrapartes (ver secção (a) para o âmbito) de acordo com:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>iii) <b>tendo em conta as regras éticas e as obrigações regulamentares em termos de conformidade:</b> O grupo Mobilize F.S. aplica sistematicamente os seus processos de KYC e de luta contra o branqueamento de capitais e contra o financiamento do terrorismo (AML-CFT), bem como o seu processo de anticorrupção de Gestão da Integridade de Terceiros (TIM), que se baseia em análises levadas a cabo pelo grupo Mobilize F.S ou por um prestador de serviços independente externo. Esses processos visam identificar eventuais riscos de corrupção, fraude, branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo ou outros crimes antiéticos, bem como riscos associados a programas de sanções internacionais. O processo TIM também prevê a identificação de possíveis condenações e a avaliação da reputação da contraparte, principalmente nos meios de comunicação, uma vez que estes 2 elementos podem ser afetados pelas práticas ou fatores ESG do terceiro.</li> <li>iv) <b>a sua transparência:</b> como parte do processo KYC/LAB-FT e do processo TIM, o grupo Mobilize F.S. procura sistematicamente beneficiários efetivos, ou seja, qualquer pessoa singular que detenha, direta ou indiretamente, mais de 25 % do capital ou dos direitos de voto, bem como qualquer pessoa que exerça controlo sobre a administração ou órgãos de administração da contraparte considerada. O grupo Mobilize F.S. também solicita a estrutura acionista, bem como Pessoas Politicamente Expostas (PEP) entre os beneficiários efetivos da contraparte e administradores da empresa.</li> <li>v) <b>a sua gestão de conflitos de interesses:</b> O grupo Mobilize F.S. possui processos internos para gerir os seus próprios conflitos de interesses com as suas contrapartes; ver secção (a) para mais detalhes.</li> </ul> <p>Os itens de governança (ii), (iii) e (vi), conforme definidos pela informação ESG qualitativa do Pilar III, não estão atualmente formalizados nos processos de gestão de riscos do grupo Mobilize F.S., embora estes elementos possam ser considerados conforme apropriado. A análise TIM é realizada pela equipa responsável por cada categoria de contraparte, a nível do grupo ou a nível local.</p>
-----	---	--

**Gestão de Riscos**

(d)	Integração nos acordos de governança da instituição do desempenho de governança das suas contrapartes, considerando: <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Considerações éticas</li> <li>ii) Estratégia e gestão de riscos</li> <li>iii) Inclusão</li> <li>iv) Transparência</li> <li>v) Gestão de conflitos de interesses</li> <li>vi) Comunicação a nível interno sobre preocupações críticas</li> </ul>	<p>A nível operacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) o processo KYC recolhe várias informações, incluindo aquelas que permitem análises AML-CFT e sanções de embargo. O sector de atividade e a sua localização geográfica, bem como a natureza das transações com o cliente, são estudados para, nomeadamente, determinar o nível de risco. São igualmente identificados os beneficiários efetivos, bem como qualquer pessoa que exerça controlo sobre os órgãos de gestão ou administração, no caso de um cliente que seja uma pessoa coletiva;</li> <li>ii) O processo TIM ocorrerá em diversas fases, considerando os diferentes critérios de integridade definidos nos procedimentos, com o objetivo de avaliar o nível de integridade do terceiro. O grupo Mobilize F.S. dispõe de diversas ferramentas, utilizadas sistematicamente, para identificar os riscos das suas contrapartes, entre elas: a classificação dos riscos de corrupção por país onde o grupo Mobilize F.S. opera e por sector de atividade estabelecido pelo Grupo Renault; um sistema de notação do risco de corrupção com base no tipo de contraparte analisada; ferramentas externas de conformidade que fornecem acesso a informações sobre possíveis condenações, inclusive sobre temas ESG, como Moody's Compliance Catalyst e LexisNexis. Por fim, os procedimentos TIM definem uma árvore de decisão de acordo com o nível de risco da contraparte.</li> </ul>
-----	--	--

**Introdução às tabelas quantitativas****Âmbito**

As tabelas apresentadas a seguir ilustram os dados vinculados a empréstimos e adiantamentos a clientes empresariais não financeiros, nos sete principais mercados do grupo Mobilize FS: França, Alemanha, Itália, Espanha, Reino Unido, Brasil e Coreia do Sul. Este âmbito representa mais de 80 % das exposições a clientes empresariais não financeiros do grupo Mobilize FS.

Este âmbito foi selecionado devido à sua importância e à disponibilidade de dados, nomeadamente:

- informações relacionadas com os veículos financiados (marcas, modelos, identificação) que permitem calcular as emissões de gases com efeito de estufa associadas;
- códigos postais utilizados na avaliação de riscos físicos, com melhor documentação nesta matéria

O próximo Pilar 3 sobre divulgações de riscos ESG deve incluir informações vinculadas aos demais mercados do grupo, à medida que planos de recolha de dados são implementados, para completar a análise. Esses planos de ação estão incluídos no roteiro de riscos climáticos e ambientais que deverá terminar em 2024.

## Maturidade

Os prazos de vencimento residual apresentados nas tabelas 1, 4 e 5 são apresentados em número de meses.

## Colunas “Do qual ambientalmente sustentáveis (CCM)”

As colunas “Do qual ambientalmente sustentáveis (CCM)” dos modelos 1 e 4 ainda não estão preenchidas, de acordo com as instruções de riscos ESG do Pilar 3.

**/ MODELO 1: CARTEIRA BANCÁRIA - RISCO DE TRANSIÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: QUALIDADE DE CRÉDITO DAS EXPOSIÇÕES POR SECTOR, EMISSÕES E VENCIMENTO RESIDUAL**

	a	b	c	d	e	f	g	h
	Quantia escriturada bruta (em milhões de euros)			Imparidade acumulada, variações negativas acumuladas do justo valor devido ao risco de crédito e provisões (em milhões de euros)				
Sector/subsector	Da qual exposições a empresas excluídas dos indicadores de referência da UE alinhados com o Acordo de Paris	Da qual exposições ambientalmente sustentáveis (CCM)	Da qual exposições de Fase 2	Da qual exposições de incumprimento	Da qual exposições de Fase 2	Da qual exposições de incumprimento		
<b>Exposições a sectores que contribuem fortemente para as alterações climáticas(*)</b>	<b>12 886</b>	<b>11</b>	<b>625</b>	<b>131</b>	<b>(97)</b>	<b>(14)</b>	<b>(58)</b>	
A - Agricultura, silvicultura e pesca	52	0	3	2	(1)	0	(1)	
B - Indústrias extrativas	6	1	0	0	0	0	0	
B.05 - Mineração de carvão e lenhite	0	0	0	0	0	0	0	
B.06 - Extração de petróleo bruto e gás natural	1	1	0	0	0	0	0	
B.07 - Extração de minérios metálicos	0	0	0	0	0	0	0	
B.08 - Outras indústrias extrativas	4	0	0	0	0	0	0	
B.09 - Atividades de serviços de apoio à mineração	1	0	0	0	0	0	0	
C - Fabrico	518	1	73	11	(8)	(1)	(6)	
C.10 - Fabrico de produtos alimentares	96	0	6	2	(2)	0	(1)	
C.11 - Fabrico de bebidas	9	0	1	0	0	0	0	
C.12 - Fabrico de produtos do tabaco	0	0	0	0	0	0	0	
C.13 - Fabrico de têxteis	13	0	1	0	0	0	0	
C.14 - Fabrico de vestuário	5	0	0	0	0	0	0	
C.15 - Fabrico de couro e produtos relacionados	3	0	0	0	0	0	0	
C.16 - Fabrico de madeira e de produtos de madeira e cortiça, exceto móveis; fabrico de artigos de espartaria e cestaria	16	0	1	0	0	0	0	
C.17 - Fabrico de pasta, de papel e cartão	3	0	0	0	0	0	0	
C.18 - Atividades de impressão e serviços relacionados com a impressão	12	0	1	0	0	0	0	
C.19 - Fabrico de produtos de coqueria	1	1	0	1	0	0	0	
C.20 - Produção de produtos químicos	12	0	2	1	0	0	0	
C.21 - Fabrico de preparações farmacêuticas	3	0	0	0	0	0	0	
C.22 - Fabrico de produtos de borracha	15	0	1	0	0	0	0	
C.23 - Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	14	0	1	0	0	0	0	
C.24 - Fabrico de metais de base	4	0	0	0	0	0	0	
C.25 - Fabrico de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	63	0	3	1	(1)	0	(1)	
C.26 - Fabrico de produtos informáticos, eletrónicos e óticos	17	0	1	0	0	0	0	
C.27 - Fabrico de equipamentos elétricos	11	0	1	0	0	0	0	
C.28 - Fabrico de máquinas e equipamentos, n.e.	34	0	2	1	0	0	0	
C.29 - Fabrico de veículos automóveis, reboques e semirreboques	59	0	40	1	(1)	0	0	
C.30 - Fabrico de outros equipamentos de transporte	5	0	0	0	0	0	0	
C.31 - Fabrico de mobiliário	13	0	1	0	0	0	0	

N.º  
1  
  
N.º  
2  
  
N.º  
3  
  
N.º  
4  
  
N.º  
5

i	j	k	c	m	n	o	p
<b>Emissões de GEE financiadas (emissões de âmbito 1, âmbito 2 e âmbito 3 da contraparte) (em toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente)</b>							
		<b>Emissões de GEE (coluna i): percentagem da quantia escriturada bruta da carteira derivada de relatórios específicos da empresa</b>	<b>&lt;= 5 anos</b>	<b>&gt; 5 ano &lt;= 10 anos</b>	<b>&gt; 10 ano &lt;= 20 anos</b>	<b>&gt; 20 anos</b>	<b>Vencimento médio maturidade</b>
<b>1 432 061</b>	<b>1 432 061</b>	<b>0 %</b>	<b>12 868</b>	<b>18</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>47,3</b>
12 877	12 877	0 %	51	0	0	0	30,4
1282	1282	0 %	6	0	0	0	25,4
10	10	0 %	0	0	0	0	23,1
192	192	0 %	1	0	0	0	28,3
15	15	0 %	0	0	0	0	31,9
934	934	0 %	4	0	0	0	24,4
131	131	0 %	1	0	0	0	27,6
107 932	107 932	0 %	515	3	0	0	24,3
21 689	21 689	0 %	96	1	0	0	23,9
1783	1783	0 %	9	0	0	0	22,5
29	29	0 %	0	0	0	0	35,5
2905	2905	0 %	13	0	0	0	25,6
1129	1129	0 %	5	0	0	0	29,0
767	767	0 %	3	0	0	0	28,1
3680	3680	0 %	16	0	0	0	29,5
621	621	0 %	3	0	0	0	26,9
2564	2564	0 %	12	0	0	0	26,9
279	279	0 %	1	0	0	0	19,0
2571	2571	0 %	12	0	0	0	24,3
350	350	0 %	3	0	0	0	22,8
3024	3024	0 %	15	0	0	0	27,8
3203	3203	0 %	14	0	0	0	27,8
937	937	0 %	4	0	0	0	26,6
14 324	14 324	0 %	63	1	0	0	28,9
3275	3275	0 %	17	0	0	0	25,0
2156	2156	0 %	11	0	0	0	25,5
7413	7413	0 %	34	0	0	0	26,9
7160	7160	0 %	59	0	0	0	9,3
1237	1237	0 %	5	0	0	0	21,6
3165	3165	0 %	13	0	0	0	28,1

	a	b	c	d	e	f	g	h
	Quantia escriturada bruta (em milhões de euros)				Imparidade acumulada, alterações negativas acumuladas no justo valor devido ao risco de crédito e provisões (em milhões de euros)			
Sector/subsector	Da qual exposições a empresas excluídas dos indicadores de referência da UE alinhados com o Acordo de Paris	Da qual ambientalmente sustentáveis (CCM)	Da qual exposições de Fase 2	Da qual exposições de incumprimento	Da qual exposições de Fase 2	Da qual exposições de incumprimento		
C.32 - Outras indústrias transformadoras	17	0	1	0	0	0	0	0
C.33 - Reparação e instalação de máquinas e equipamentos	91	0	9	1	(1)	0	(1)	
D - Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	149	9	19	1	(1)	0	(1)	
D35.1 - Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica	72	8	19	1	(1)	0	(1)	
D35.11 - Produção de eletricidade								
D35.2 - Fabrica de gás; distribuição de combustíveis gasosos por condutas	2	1	0	0	0	0	0	0
D35.3 - Fornecimento de vapor e ar condicionado	75	0	0	0	0	0	0	0
E - Abastecimento de água; saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	32	0	2	1	(1)	0	(1)	
F - Construção	1021	0	101	29	(19)	(2)	(14)	
F.41 - Construção de edifícios	138	0	13	7	(5)	0	(4)	
F.42 - Engenharia civil	121	0	14	4	(1)	0	(1)	
F.43 - Atividades especializadas de construção	762	0	74	18	(13)	(2)	(9)	
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	10 545	0	281	59	(50)	(7)	(24)	
H - Transporte e armazenamento	363	0	127	18	(12)	(3)	(9)	
H.49 - Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos	216	0	59	15	(9)	(2)	(7)	
H.50 - Transporte marítimo	2	0	0	0	0	0	0	0
H.51 - Transporte aéreo	1	0	0	0	0	0	0	0
H.52 - Armazenagem e atividades de apoio ao transporte	130	0	67	2	(2)	(1)	(1)	
H.53 - Atividades postais e de correio	14	0	1	1	0	0	0	0
I - Atividades de alojamento e restauração	107	0	10	5	(3)	0	(3)	
L - Atividades imobiliárias	92	0	9	4	(1)	0	(1)	
<b>Exposições a outros sectores que não os que contribuem fortemente para as alterações climáticas(*)</b>	<b>2785</b>	<b>0</b>	<b>451</b>	<b>59</b>	<b>(55)</b>	<b>(14)</b>	<b>(35)</b>	
K - Atividades financeiras e de seguros	198	0	14	2	(2)	0	(1)	
Exposições a outros sectores (códigos NACE J, M - U)	2587	0	438	57	(53)	(13)	(33)	
<b>TOTAL</b>	<b>15 672</b>	<b>11</b>	<b>1076</b>	<b>190</b>	<b>(152)</b>	<b>(28)</b>	<b>(93)</b>	

(\*) Em conformidade com o Regulamento Delegado (UE) 2020/1818 da Comissão, que complementa o Regulamento (UE) 2016/1011 no que respeita às normas mínimas para os indicadores de referência da UE para a transição climática e os indicadores de referência da UE alinhados com o Acordo de Paris - Regulamento relativo às normas de referência para o clima - considerando 6: Sectores enumerados nas secções A a H e na secção L do anexo I do Regulamento (CE) n.º 1893/2006.

i	j	k	c	m	n	o	p
<b>Emissões de GEE financiadas (emissões de âmbito 1, âmbito 2 e âmbito 3 da contraparte)</b> (em toneladas de CO <sub>2</sub> equivalente)		<b>Emissões de GEE (coluna i): percentagem da quantia escriturada bruta da carteira derivada de relatórios específicos da empresa</b>					
	<b>Das quais emissões financiadas de âmbito 3</b>		<b>&lt;= 5 anos</b>	<b>&gt; 5 ano &lt;= 10 anos</b>	<b>&gt; 10 ano &lt;= 20 anos</b>	<b>&gt; 20 anos</b>	<b>Vencimento médio maturidade</b>
2911	2911	0 %	17	0	0	0	28,3
20 761	20 761	0 %	90	0	0	0	26,3
21 656	21 656	0 %	149	0	0	0	20,7
5740	5740	0 %	72	0	0	0	18,0
270	270	0 %	2	0	0	0	24,9
15 646	15 646	0 %	75	0	0	0	23,2
7137	7137	0 %	32	0	0	0	27,8
253 442	253 442	0 %	1015	7	0	0	28,3
33 039	33 039	0 %	137	2	0	0	28,2
30 022	30 022	0 %	121	0	0	0	23,1
190 380	190 380	0 %	757	5	0	0	29,1
903 965	903 965	0 %	10 540	5	0	0	6,7
88 301	88 301	0 %	362	1	0	0	22,7
54 901	54 901	0 %	215	1	0	0	22,8
322	322	0 %	2	0	0	0	27,5
302	302	0 %	1	0	0	0	24,2
29 259	29 259	0 %	130	0	0	0	21,7
3517	3517	0 %	14	0	0	0	29,0
19 711	19 711	0 %	106	1	0	0	29,5
15 757	15 757	0 %	92	1	0	0	25,1
<b>494 202</b>	<b>494 202</b>	<b>0 %</b>	<b>2765</b>	<b>20</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>18,8</b>
33 041	33 041	0 %	198	0	0	0	15,0
461 161	461 161	0 %	2567	20	0	0	19,1
<b>1 926 263</b>	<b>1 926 263</b>	<b>0 %</b>	<b>15 633</b>	<b>39</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>11,8</b>

## Metodologia ligada a cálculos de emissões financiadas

O grupo Mobilize F.S. financia quase exclusivamente veículos (veículos privados e veículos comerciais ligeiros).

A este respeito, as emissões financiadas são avaliadas em função das emissões do(s) veículo(s) financiado(s) a partir de bases de dados disponibilizadas pelos fabricantes ou de bases de dados externas que contêm as informações técnicas relativas aos veículos registados na Europa (bases de dados da Agência Europeia do Ambiente). As emissões financiadas não são indicadas proporcionalmente às emissões registadas pelas contrapartes (divulgadas ou estimadas). Por esta razão, 0 % tem sido sistematicamente indicado na coluna Emissões de GEE (coluna i): percentagem da quantia escriturada bruta da carteira derivada de relatórios específicos da empresa.

As emissões financiadas são comunicadas utilizando como referência a metodologia PCAF, secção 5.6 Empréstimos para veículos automóveis. As emissões financiadas consistem nas emissões de gases de efeito de estufa dos veículos financiados na carteira, com base na quilometragem média anual, com foco na fase de utilização. Todos os tipos de contratos (crédito ou *leasing*) são processados de acordo com a mesma metodologia.

A quilometragem média utilizada está alinhada com as estatísticas do Grupo Renault sobre a vida útil do veículo e a quilometragem total considerada.

A fase de utilização é composta pelas emissões dos veículos “do poço à estrada”, que inclui:

- emissões relacionadas com a combustão de combustíveis durante a circulação de veículos com motores de combustão e híbridos (tubo de escape - do reservatório à estrada);
- emissões relacionadas com o consumo elétrico de veículos elétricos e híbridos (do poço à tomada);
- emissões relacionadas com a produção e fornecimento de combustíveis (do poço ao reservatório).

As emissões do tubo de escape provêm principalmente dos dados gCO<sub>2</sub>/km comunicados pelo Grupo Renault ao grupo Mobilize F.S. ou das bases de dados da Agência Europeia do Ambiente (AEA).

As bases de dados dos fabricantes permitem, na maioria dos casos, estabelecer uma correspondência exata entre um veículo, através do seu número de identificação, e os dados individuais de CO<sub>2</sub>.

## Códigos sectoriais da NACE

Os códigos de sector da NACE estão disponíveis nas bases de dados internas, compostos por uma letra e 3 dígitos, como, por exemplo, D.351. Por conseguinte, a linha referente ao sector D35.11 não está preenchida.

As bases de dados da AEA foram utilizadas para estabelecer valores médios por modelo, país, motor e ano de venda.

As emissões relacionadas com o consumo de eletricidade são calculadas de acordo com os mesmos princípios que as emissões do tubo de escape, quer diretamente a partir das bases de dados dos fabricantes, quer a partir de médias estabelecidas a partir das bases de dados da AEA. São também tidos em conta os fatores de emissão relacionados com a eletricidade gerada por país (CO<sub>2</sub> médio por kWh). Esses dados estão alinhados com os fatores de emissão utilizados pelo Grupo Renault.

As emissões relacionadas com a produção e o transporte de combustíveis foram consideradas de acordo com um nível médio adicionado às emissões “do tubo de escape”, um nível também alinhado com os pressupostos do Grupo Renault.

Os dados de emissões foram concluídos para aproximadamente 90 % dos contratos ativos na carteira no final de dezembro de 2022. Os restantes 10 % não puderam ser identificados devido à ausência de dados técnicos relativos aos veículos financiados (marcas e modelos em particular).

Em 70 % dos casos, os dados de emissão de gCO<sub>2</sub>/km dos tubos de escape foram obtidos a partir das bases de dados fornecidas pelo Grupo Renault. Em 20 % dos casos, estes mesmos dados foram obtidos a partir de bases de dados externas da AEA.

As emissões de gases de efeito estufa relacionadas com veículos constituem a totalidade das emissões financiadas, e estão, por enquanto, classificadas no âmbito 3. A classificação no âmbito 1, 2 ou 3 será revista durante o ano de 2023. O próximo Pilar 3 sobre riscos ESG refletirá possíveis modificações na classificação dos âmbitos, bem como possíveis desenvolvimentos metodológicos.

Em particular, está previsto potenciar o cálculo das emissões financiadas:

- utilizando pressupostos mais pormenorizados de emissões relacionadas com a produção e o transporte de combustíveis (por país e por motor);
- adicionando emissões relacionadas com a produção e fim de vida dos veículos e baterias, de forma a proporcionar uma visão completa das emissões relacionadas com o ciclo de vida dos veículos financiados.

O segmento G apresentado neste modelo inclui o financiamento dos inventários dos concessionários da Renault e da Nissan (código NACE G45). Este financiamento é de muito curto prazo, com um prazo de vencimento residual médio inferior a 6 meses.

N.º  
1  
  
N.º  
2  
  
N.º  
3  
  
N.º  
4  
  
N.º  
5

## Exposições sobre empresas excluídas dos indicadores de referência da UE alinhados com o Acordo de Paris.

A avaliação do alinhamento dos clientes Empresariais com os indicadores de referência do Acordo de Paris foi realizada manualmente por meio dos códigos sectoriais NACE dos clientes e informações disponibilizadas em divulgações ou websites.

Por ordem de prioridade, foram avaliadas as empresas com exposições superiores a 100 mil euros. Em seguida, exposições superiores a 50 mil euros, dependendo da disponibilidade de informação. Todas as contrapartes para as quais a avaliação não foi possível foram consideradas, por defeito, como não alinhadas.

Como o grupo Mobilize F.S. nunca financia bens imóveis, o modelo 2 não é preenchido, uma vez que não é aplicável.

### / MODELO 3: CARTEIRA BANCÁRIA - RISCO DE TRANSIÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: MÉTRICAS DE ALINHAMENTO

Sector	Sectores da NACE (no mínimo)	Quantia escriturada bruta da carteira (em milhões de euros)	Métrica de alinhamento	Ano de referência	Distância até IEA NZE2050 em % (***)	Meta (ano de referência + 3 anos)
Automóvel	Automóvel	15 672	gCO <sub>2</sub> /km	2022 - 160,05	-51,0 %	Trajectoria 2025 em construção
			Quota de PHEV, BEV e FCEV	2022 - 7,7 %	-87,9 %	

(\*\*\*) Distância PIT para o cenário 2030 NZE2050 em % (para cada métrica).

Em linha com a metodologia de emissões financiadas, a tabela de alinhamento da carteira apresenta toda a carteira no sector da “indústria automóvel”, uma vez que os financiamentos do grupo Mobilize F.S. são alocados a veículos.

Os indicadores de alinhamento, portanto, incluem os seguintes indicadores do cenário IEA NZE2050:

- gCO<sub>2</sub>/km;
- quota de BEV, PHEV, FCEV (PHEV = veículo elétrico híbrido *plug-in*; BEV = veículo elétrico a bateria; FCEV = veículo elétrico com célula de combustível).

Os indicadores de referência do cenário IEA NZE2050 utilizados (WorldEnergyOutlook2021 - tabela 1.2 > Indicadores selecionados no Cenário “Net Zero Emissions by 2050”) são para 2030:

- gCO<sub>2</sub>/km; 106;
- participação de BEV, PHEV, FCEV: 64 %.

A distância dos indicadores da carteira do grupo Mobilize F.S. é medida em relação a esses valores.

Note-se que os valores no final de dezembro de 2022 não incluem FCEV, uma vez que estes veículos não são financiados pelo grupo Mobilize F.S.

A média de gCO<sub>2</sub>/km é apresentada “do poço à estrada”, alinhada com a metodologia de emissões financiadas apresentada no modelo 1.

Os objetivos internos anunciados pelo grupo Mobilize F.S., em linha com os objetivos do Grupo Renault, são alcançar a neutralidade carbónica até 2040 na Europa. Os objetivos intercalares, até 2040, também são definidos em coerência com o Grupo Renault. A tradução dos objetivos de neutralidade carbónica em indicadores de gCO<sub>2</sub>/km e quota de BEV, PHEV, FCEV será comunicada em futuras publicações ESG do Pilar 3.

Internamente, o grupo Mobilize F.S. tem favorecido a supervisão do volume dos BEV, excluindo os PHEV, alinhando-se assim com o critério taxonómico de atenuação das alterações climáticas (seção 6.5 - transporte em motociclos, automóveis de passageiros e veículos comerciais ligeiros) até 2026.

### / MODELO 4: CARTEIRA BANCÁRIA - RISCO DE TRANSIÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: EXPOSIÇÕES ÀS 20 MAIORES EMPRESAS INTENSIVAS EM CARBONO

Quantia escriturada (agregada)	Quantia escriturada bruta para as contrapartes em comparação com a quantia escriturada bruta (agregada)	Da qual: ambientalmente sustentável (CCM)	Vencimento médio ponderado	Número das 20 maiores empresas poluidoras incluídas
15 671,6	0,004 %		18,05	1

(\*) Para contrapartes entre as 20 maiores empresas emissores de carbono do mundo.

Apenas uma contraparte foi identificada no TOP 20 das empresas intensivas em carbono (referência TopTwenty Rank 1965-2017 Climate Accountability Institute e CDP - Carbon-Majors-Report-2017). A exposição total a esta contraparte é limitada.

## / MODELO 5: CARTEIRA BANCÁRIA - RISCO FÍSICO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: EXPOSIÇÕES SUJEITAS A RISCO FÍSICO

Quantia escriturada bruta  
(em milhões de euros)

Distribuição por bucket de vencimento

Variável: área geográfica sujeita ao risco físico das alterações climáticas - eventos graves e crónicos	Distribuição por bucket de vencimento				Vencimento médio ponderado
	<= 5 anos	> 5 ano <= 10 anos	> 10 ano <= 20 anos	> 20 anos	
A - Agricultura, silvicultura e pesca	52	47	0	0	23,5
B - Indústrias extrativas	6	6	0	0	18,8
C - Fabrico	518	463	3	0	19,7
D - Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	149	144	0	0	20,3
E - Abastecimento de água; saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	32	29	0	0	20,6
F - Construção	1021	915	6	0	21,9
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	10 545	9103	5	0	6,2
H - Transporte e armazenamento	363	343	1	0	17,3
L - Atividades imobiliárias	92	81	1	0	23,9
Empréstimos garantidos por bens imóveis para fins residenciais					
Empréstimos garantidos por bens imóveis para fins comerciais					
Cauções recuperadas					
Outros sectores relevantes (discriminação abaixo, quando relevante)					

do qual exposições sensíveis ao impacto físico das alterações climáticas			Imparidade acumulada, variações negativas acumuladas no justo valor devido ao risco de crédito e provisões					
do qual exposições sensíveis ao impacto de eventos de alterações climáticas crónicos	do qual exposições sensíveis ao impacto de eventos de alterações climáticas graves	do qual exposições sensíveis ao impacto de eventos de alterações climáticas crónicos e graves	Do qual exposições de incumprimento	Do qual exposições não produtivas	das quais exposições de Fase 2		Do qual exposições de incumprimento	
40	33	26	2	1	(1)	0	(1)	
5	5	4	0	0	0	0	0	
397	348	280	60	7	(7)	(1)	(5)	
136	136	129	19	1	(1)	0	(1)	
24	18	13	1	1	(1)	0	0	
740	669	489	69	17	(18)	(2)	(13)	
8867	8564	8272	221	42	(48)	(7)	(24)	
311	220	187	61	10	(12)	(3)	(8)	
57	65	40	6	3	(3)	0	(2)	

A classificação dos empréstimos e adiantamentos expostos a riscos físicos foi estabelecida com base na avaliação de exposição a catástrofes naturais por região apresentada no website ThinkHazard.

Foram considerados os seguintes eventos:

- inundações (relacionadas com rios, mares e oceanos ou chuvas), incêndios, deslizamentos de terra, tsunami, que representam os eventos qualificados como graves;
- escassez de água e onda de calor, que representam os eventos qualificados como crónicos.

Para cada tipo de catástrofe natural foi atribuída uma pontuação, por região, com base na avaliação do ThinkHazard (muito baixo, baixo, moderado, elevado). Foram então estabelecidas duas médias para eventos graves e crónicos. A partir dessas médias, as regiões são classificadas como fracamente expostas, moderadamente expostas, altamente ou muito altamente expostas. Regiões altamente ou muito altamente expostas foram selecionadas para atender aos critérios do Modelo 5, sensíveis ao impacto de eventos climáticos graves ou crónicos.

A divisão por região foi feita a partir das regiões presentes no ThinkHazard e permitindo a ligação com os códigos postais inseridos nas bases de dados internas.

Quando não é possível associar os códigos postais para clientes empresariais a uma região do ThinkHazard, aplica-se a média do país. Para muitos concessionários Renault e Nissan (presentes no sector G) para as quais o grupo Mobilize FS financia stocks de curto prazo, aplicou-se a média por país, uma vez que não seria possível utilizar as informações sobre os códigos postais dos locais no contexto do Pilar 3 ESG. Para todos os países do âmbito, exceto o Reino Unido, a média nacional leva à classificação padrão "altamente exposta". Isto explica a elevada proporção de exposições sensíveis a eventos climáticos graves e crónicos no sector G em relação ao total de exposições nesse sector.

## XII. Outros riscos

### 1. Risco de valor residual

#### Fatores de risco

O valor residual (VR) é o valor estimado do veículo no final do contrato de locação financeira. No entanto, há riscos de desenvolvimento inesperado do mercado de veículos usados, devido à saturação da oferta, à ocorrência de uma crise económica, a decisões políticas e a outros fatores que podem levar a uma perda de valor residual, com um preço de revenda inferior ao VR inicial.

No ambiente do grupo Mobilize FS, existem vários tipos de portadores de risco:

- o grupo Mobilize FS através das suas subsidiárias - o chamado risco de valor residual direto;
- o fabricante (especialmente em França, mas também em alguns outros países no período de lançamento de um novo modelo);
- a rede de concessionários.

Nos últimos 2 casos, o risco é denominado risco de valor residual indireto.

Em 2022, foi lançada a Mobilize Lease&Co (MLC), subsidiária direta do grupo Mobilize F.S. A MLC dedicar-se-á plenamente à Locação Operacional e será o portador do risco sobre o RV, quando necessário para o desenvolvimento do negócio. Esta decisão decorre do facto de a Locação Operacional estar a aumentar regularmente à sua penetração no negócio de financiamento a empresas e também no financiamento a

Particulares/retalho. Além disso, a Locação Operativa permite desenvolver o conceito de vários ciclos de vida dos ativos no Ecossistema do grupo Mobilize F.S. Permanecer dono do bem permite que uma empresa de Locação alugue mais facilmente o veículo uma segunda e uma terceira vez, mantendo uma ampla gama de serviços.

Tal como anunciado no ano passado, a exposição ao risco vai aumentar em paralelo com o desenvolvimento da Locação Operacional sobre veículos novos, mas também em automóveis usados e, claro, mais rapidamente em países onde o Grupo Mobilize F.S. já é uma empresa bem estabelecida.

#### Princípios e princípios de gestão

O desenvolvimento do mercado de veículos usados, a gama de produtos, a definição de preço dos fabricantes (Renault, Nissan, Dacia) e os canais de *remarketing*, entre outros temas, são fortemente monitorizados a fim de otimizar o controlo desse risco, permitindo a adoção de ações adequadas no âmbito da estratégia de valor residual.

Consequentemente, como o risco está a crescer com o desenvolvimento da Locação Operacional, o grupo Mobilize FS está a dinamizar uma política de provisão prudencial relativamente aos contratos existentes, em que as observações regulares permitem destacar eventuais sobrestimações do RV inicial em comparação com a última expectativa do mercado de veículos usados.

#### / DISTRIBUIÇÃO DO RISCO DE VALOR RESIDUAL INCORRIDO PELO GRUPO MOBILIZE F.S. GROUP

Em milhões de euros	Exposição de Valor Residual					Provisão de Valor Residual				
	2022	2021	2020	2019	2018	2022	2021	2020	2019	2018
<b>Segmento empresarial:</b>	<b>476</b>	<b>330</b>	<b>227</b>	<b>208</b>	<b>216</b>	<b>11</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>19</b>	<b>17</b>
França	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
União Europeia (excluindo a França)	91	63	46	205	211	8	4	3	19	17
Europa excluindo a União Europeia	385	267	179	-	-	4	3	6	-	-
<b>Segmento de retalho:</b>	<b>2030</b>	<b>1780</b>	<b>1583</b>	<b>1727</b>	<b>1728</b>	<b>45</b>	<b>41</b>	<b>36</b>	<b>40</b>	<b>44</b>
França	1	2	-	-	-	0	0	0	-	-
União Europeia (excluindo a França)	11	0	-	1681	1679	0	-	-	36	40
Europa excluindo a União Europeia	2006	1765	1558	-	-	43	39	35	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>2506</b>	<b>2110</b>	<b>1810</b>	<b>1935</b>	<b>1944</b>	<b>56</b>	<b>47</b>	<b>45</b>	<b>59</b>	<b>61</b>

## / RISCO DE RESCISÃO VOLUNTÁRIA

No Reino Unido e na Irlanda, com base num regulamento específico que permite ao cliente interromper o seu financiamento sob determinadas condições, o Grupo Mobilize F.S. enfrenta um risco de “rescisão voluntária”. A provisão cobre a diferença potencial entre o valor escriturado líquido aquando da rescisão voluntária e o valor de revenda.

Em milhões de euros

Valor escriturado líquido total					Provisão de rescisão voluntária				
2022	2021	2020	2019	2018	2022	2021	2020	2019	2018
10	4	4	4	4	67	63	53	40	33

## / RISCO DE VALOR RESIDUAL NÃO ASSUMIDO PELO GRUPO MOBILIZE F.S.

Exposição de Valor Residual					
Em milhões de euros	2022	2021	2020	2019	2018
Segmentos Empresarial e Retalho:					
Obrigações recebidas do Grupo Renault	5155	5025	4827	4678	3998
Obrigações recebidas de terceiros (Concessionários e Clientes)	6400	5812	5303	4666	3732
<b>TOTAL</b>	<b>11 555</b>	<b>10 837</b>	<b>10 130</b>	<b>9344</b>	<b>7730</b>

## 2. Risco de seguro

Os principais riscos para a atividade de intermediação de seguros são o risco de uma parceria insatisfatória não identificada, a não conformidade da distribuição dos produtos e a não adequação das ofertas às necessidades dos consumidores.

Para as atividades de seguros e resseguros das seguradoras do grupo RCI, os principais riscos estão ligados à subscrição, ao saldo técnico dos produtos (aumento de sinistros, resgates antecipados, falta de

provisionamento, etc.) e à política de investimento (risco de liquidez, risco de contraparte).

Estes riscos são geridos, acompanhados e orientados no quadro regulamentar Solvência II. Estão sujeitos a um relatório anual ORSA (*Own Risk and Solvency Assessment*).

O grupo faz uma seleção rigorosa de contratos e tem guias de subscrição.

## 3. Riscos relacionados com o desenvolvimento comercial

O grupo mobilize F.S. atua no sector de financiamento e serviços de automóveis a particulares e empresas. Consequentemente, existe um risco de concentração sectorial inerente ao negócio do grupo, que é gerido pela diversificação das marcas financiadas, produtos e serviços implantados.

Além disso, num ambiente em constante mudança, o grupo Mobilize F.S. procura adaptar a sua estratégia às novas exigências e às novas tendências do mercado em linha com as novas mobilidades.

O grupo realiza negócios a nível internacional e as escolhas geográficas dos locais do grupo são determinadas de acordo com a sua estratégia de crescimento, bem como em apoio aos fabricantes. Como resultado, o grupo Mobilize F.S. pode estar sujeito, em todas as áreas em que atua, a

um risco de concentração geográfica, de instabilidade económica e financeira local e de alterações nas políticas governamentais, sociais e do banco central. Um ou mais destes fatores podem ter um efeito desfavorável nos resultados futuros do grupo, uma vez que a exposição ao risco de concentração geográfica é parcialmente mitigada pela presença em vários mercados.

Num ambiente económico complexo, o grupo implementa sistemas e procedimentos que cumprem as obrigações estatutárias e regulamentares correspondentes à sua condição bancária e que lhe permitem apreender de forma integral todos os riscos associados às suas atividades e locais, reforçando os seus processos de gestão e controlo.

## 4. Risco relativo às ações

A exposição do grupo Mobilize F.S. a partir de ações não detidas para fins transacionais representa títulos patrimoniais de entidades detidas mas não consolidadas, avaliadas ao justo valor por meio de P&L, bem como

entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial no âmbito regulamentar da consolidação. Estas são ponderadas a 100 % e a 250 % se forem entidades do sector financeiro.

## / EU INS1 - PARTICIPAÇÕES EM COMPANHIAS DE SEGURO

	Valor da exposição	Montante da exposição ao risco
Instrumentos de fundos próprios detidos em companhias de seguro ou de resseguro ou em sociedades gestoras de participações no sector dos seguros não deduzidos dos fundos próprios	124	311

## Tabela de referência cruzada

CRD IV	Finalidade	Consistência
Artigo 90.º	Divulgação pública do rendimento dos ativos	Introdução
<b>CRR</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Consistência</b>
Artigo 431.º	Requisitos e políticas de divulgação	Introdução
Artigo 432.º	Informações não materiais, proprietárias ou confidenciais	Introdução
Artigo 433.º	Frequência e âmbito das divulgações	Introdução
Artigo 435.º	Divulgação de objetivos e políticas em matéria de gestão de risco	
1a		Parte II-1
1b		Parte II-2
1c		Parte II-1+3
1d		Parte IV-2+7 + V + X-4
1e		Parte II-1
1f		Parte II-3
2 a-d		Parte II-1+2
2e		Parte II-1+2+3
Artigo 436.º	Divulgação do âmbito de aplicação	Parte III-1+3
Artigo 437.º	Divulgação dos fundos próprios	Parte III-3
Artigo 437.º-A	Divulgação dos fundos próprios e dos passivos elegíveis	Parte III-2
Artigo 438.º	Divulgação dos requisitos de fundos próprios e dos montantes da exposição ponderados pelo risco	
a		Parte III-5
b		Parte I-1
c		Parte III-5
d		Parte III-5
e		NA
f-g		Parte XI-5
h		Parte IV-5-g
Artigo 439.º	Divulgação das posições em risco de crédito de contraparte	Parte IV-8
Artigo 440.º	Divulgação das reservas contracíclicas de fundos próprios	Parte III-2
Artigo 441.º	Divulgação de indicadores de importância sistémica global	Parte III-2
Artigo 442.º	Divulgação de exposições ao risco de crédito e ao risco de diluição	Parte IV-1
Artigo 443.º	Divulgação de ativos onerados e não onerados	Parte IX
Artigo 444.º	Divulgação da utilização do Método Padrão	Parte IV-6
Artigo 445.º	Divulgação da exposição ao risco de mercado	Parte VII
Artigo 446.º	Divulgação da gestão do risco operacional	Parte X-1+2+3
Artigo 447.º	Divulgação das principais métricas	Parte I-1
Artigo 448.º	Divulgação das exposições ao risco de taxa de juro sobre posições não detidas na carteira de negociação	Parte VIII
Artigo 449.º	Divulgação das posições em risco sobre posições de titularização	Parte VI
Artigo 449.º-A	Divulgação de riscos ambientais, sociais e de governança (riscos ESG)	Parte II-3 Parte XI

CRD IV	Finalidade	Consistência
Artigo 450.º	Divulgação da política de remuneração	Parte II-5
Artigo 451.º	Divulgação do rácio de alavancagem	
1a-c		Parte III-6
1d-e		Parte III-7
Artigo 451.º-A	Divulgação dos requisitos de liquidez	Parte IX
Artigo 452.º	Divulgação da utilização do Método IRB para o risco de crédito	
a		Parte IV-5
b.		Parte IV-5g
c		Parte IV-5 (a+g+h)
d-f		Parte IV-5 (a+c+d+e+f)
g-h		Parte IV-5 (d)
Artigo 453.º	Divulgação do uso de técnicas de atenuação do risco de crédito	Parte IV-1+7
Artigo 454.º	Divulgação da utilização dos Métodos Avançados de Mensuração para o risco operacional	Métodos Avançados N/A Métodos não utilizados
Artigo 455.º	Utilização de Modelos Internos de Risco de Mercado	N/A modelos internos não utilizados
Artigo 492.º	Divulgação dos fundos próprios	Parte III-3

N.º

1

N.º

2

N.º

3

N.º

4

N.º

5

# Tabelas

PARTE	REF.º	Título
I-1	EU KM1	Modelo de métricas principais
II-1	EU OVA	Modelo de gestão de riscos da instituição
II-1	EU OVB	Divulgação sobre os mecanismos de governança
II-2		Cargos ocupados pelos membros do Conselho de Administração
II-5	EU REMA	Política de remuneração
II-5	EU REM1	Remunerações atribuídas durante o exercício
II-5	EU REM2	Pagamentos especiais ao pessoal cuja atividade profissional tem um impacto significativo no perfil de risco da instituição (pessoal identificado)
II-5	EU REM3	Remuneração diferida
II-5	EU REM4	Remuneração igual ou superior a 1 milhão de euros por ano
II-5	EU REM5	Informação sobre a remuneração do pessoal cuja atividade profissional tem um impacto significativo no perfil de risco da instituição (pessoal identificado)
III-1	EU LI1	Diferenças entre os âmbitos de consolidação contabilístico e regulamentar e mapeamento das categorias das demonstrações financeiras com categorias de risco regulamentares
III-1	EU LI2	Principais fontes de diferenças entre os valores de exposição regulamentares e os valores escriturados nas demonstrações financeiras
III-1	EU LI3	Descrição das diferenças nos âmbitos de consolidação (entidade por entidade)
III-1	EU LIA	Explicações das diferenças entre os montantes das posições contabilísticos e regulamentares
III-1	EU LIB	Outras informações qualitativas sobre o âmbito de aplicação
III-2	EU CCYB1	Repartição geográfica das posições em risco de crédito relevantes no apuramento da reserva contracíclica
III-2	EU CCYB2	Montante da reserva contracíclica de fundos próprios específica da instituição
III-3	EU CCA	Características principais dos instrumentos de fundos próprios regulamentares e dos instrumentos de passivos elegíveis
III-3	EU CC1	Composição dos fundos próprios regulamentares
III-3	EU CC2	Reconciliação dos fundos próprios regulamentares com o balanço nas demonstrações financeiras auditadas
III-3	EU PV1	Ajustamentos da avaliação prudencial (PVA)
III-4	EU OV1	Visão geral do montante total de exposição ao risco
III-5	EU OVC	Informações ICAAP
III-6	UE LR1-LRSum	Resumo da conciliação dos ativos contabilísticos e das exposições do rácio de alavancagem
III-6	EU LR2-LRCom	Divulgação comum do rácio de alavancagem
III-6	EU LR3-LRSpI	Repartição das exposições patrimoniais (excluindo derivados, SFT e exposições isentas)
III-6	EU LRA	Divulgação de informação qualitativa do risco de alavancagem
IV	EU CRA	Informações qualitativas gerais sobre o risco de crédito
IV	EU CRB	Divulgação adicional relacionada com a qualidade de crédito dos ativos
IV-1	EU CR1	Exposições produtivas e não produtivas e provisões conexas
IV-1	EU CR1-A	Vencimento das exposições
IV-1	EU CR2	Alterações no stock de empréstimos e adiantamentos em incumprimento
IV-1	EU CR2a	Alterações no stock de empréstimos e adiantamentos em incumprimento e recuperações líquidas acumuladas relacionadas
IV-1	EU CQ1	Qualidade de crédito das exposições reestruturadas
IV-1	EU CQ2	Qualidade da reestruturação
IV-1	EU CQ3	Qualidade de crédito das exposições produtivas e não produtivas por dias de vencimento
IV-1	EU CQ4	Qualidade das exposições não produtivas por geografia
IV-1	EU CQ5	Qualidade de crédito dos empréstimos e adiantamentos a entidades não financeiras por indústria

PARTE	REF.ª	Título
IV-1	EU CQ6	Avaliação de cauções - empréstimos e adiantamentos
IV-1	EU CQ7	Cauções obtidas por tomada de posse e processos de execução
IV-1	EU CQ8	Cauções obtidas por tomada de posse e processos de execução - repartição por antiguidade
IV-I		Informação sobre empréstimos e adiantamentos sujeitos a moratórias legislativas e não legislativas
IV-I		Repartição dos empréstimos e adiantamentos sujeitos a moratórias legislativas e não legislativas por maturidade residual das moratórias
IV-I		Informações sobre novos empréstimos e adiantamentos concedidos ao abrigo de novos regimes de garantia pública aplicáveis, introduzidos em resposta à crise da COVID 19
IV-5	EU CRE	Requisitos de divulgação qualitativa relacionados com a abordagem IRB
IV-5-c	EU CR6	Abordagem IRB – exposições ao risco de crédito por classe de exposição e intervalo de probabilidade de incumprimento
IV-5-c	EU CR6-A	Âmbito da utilização das abordagens IRB e SA
IV-5-d		Segmentação das exposições pelo método avançado e PI média por país
IV-5-d		Histórico de taxas de incumprimento por classe
IV-5-d		Modelo de PI de cliente para a Alemanha no final de dezembro de 2017
IV-5-d	EU CR9	Abordagem IRB - <i>Backtesting</i> da PI por classe de exposição (escala fixa de PI)
IV-5-d	EU CR9-1	Abordagem IRB - <i>Backtesting</i> de PI por classe de exposição (apenas para estimativas de PI de acordo com a alínea f) do n.º 1 do artigo 180.º do CRR)
IV-5-e		Segmentação das exposições pelo método avançado e LGD média por país
IV-5-g	EU CR8	Declarações de fluxos de RWEA das exposições ao risco de crédito de acordo com o método IMM
IV-6	EU CRD	Requisitos de divulgação qualitativa relacionados com o modelo normalizado
IV-6	EU CR4	Abordagem normalizada - Exposição ao risco de crédito e efeitos da CRM
IV-6	EU CR5	Abordagem normalizada
IV-7	EU CRC	Requisitos de divulgação qualitativa relacionados com as técnicas de CRM
IV-7	EU CR3	Visão geral das técnicas de CRM: Divulgação do uso de técnicas de atenuação do risco de crédito
IV-7	EU CR7	Abordagem IRB - Efeito no RWEA de derivados de crédito utilizados como técnicas de CRM
IV-7	EU CR7-A	Abordagem IRB - Divulgação da extensão do uso de técnicas de CRM
IV-8	EU CCRA	Divulgação qualitativa relacionada com o CCR
IV-8	EU CCR1	Análise da exposição ao risco de crédito de contraparte (CCR) por método
IV-8	EU CCR3	Método padrão - Exposições ao CCR por ponderadores de risco e classes de exposição regulamentares
IV-8	EU CCR4	Método IRB - Exposições ao CRR por classes de exposição e escala de PI
IV-8	EU CCR5	Composição das cauções para as exposições ao CCR
IV-8	EU CCR6	Exposições sobre derivados de crédito
IV-8	EU CCR7	Declarações de fluxos de RWA das exposições ao CCR de acordo com o método IMM
IV-8	EU CCR8	Método IRB - Exposições ao CRR por classes de exposição e escala de PI
V	EU CCR2	Operações sujeitas a requisitos de fundos próprios para o risco de CVA
VI	EU SECA	Requisitos de divulgação qualitativa relacionados com as exposições de titularização
VI	EU SEC1	Exposições de titularização extra carteira de negociação
VI	EU SEC5	Exposições titularizadas pela instituição - exposições em situação de incumprimento e ajustamentos para riscos de crédito específicos
VII	EU MRA	Requisitos de divulgação qualitativa em matéria de risco de mercado
VII	EU MR1	Risco de mercado de acordo com o método padrão
VIII	EU IRRBBA	Informação quantitativa sobre os riscos de taxa de juro das atividades não incluídas na carteira de negociação
VIII-4	EU IRRBB1	Riscos de taxa de juro das atividades não incluídas na carteira de negociação

N.º

1

N.º

2

N.º

3

N.º

4

N.º

5

PARTE	REF.º	Título
IX-1	EU LIQA	Gestão do risco de liquidez
IX-1	EU LIQB	Informações qualitativas sobre LCR, que complementam o modelo EU LIQ1
IX-4	EU LIQ1	Rácio de Cobertura de Liquidez (LCR)
IX-4	EU LIQ2	Rácio de Financiamento Líquido Estável
IX-4	EU AE4	Informação narrativa de acompanhamento
IX-4	EU AE1	Ativos onerados e não onerados
IX-4	EU AE2	Cauções recebidas ou títulos de dívida próprios emitidos
IX-4	EU AE3	Fontes de oneração
X-3	EU ORA	Informação qualitativa sobre o risco operacional
X-3	EU OR1	Requisitos de fundos próprios para risco operacional e montantes da exposição ponderados pelo risco
XI	Tabela 1	Informação qualitativa sobre o Risco Ambiental nos termos do Artigo 449.º-A do CRR
XI	Tabela 2	Informações qualitativas sobre o Risco Social nos termos do Artigo 449.º-A do CRR
XI	Tabela 3	Informação qualitativa sobre o Risco de Governança nos termos do Artigo 449.º do CRR
XI	Modelo 1	Carteira bancária - Risco de transição das Alterações Climáticas: Qualidade de crédito das exposições por sector, emissões e vencimento residual
XI	Modelo 3	Carteira bancária - Risco de transição das Alterações Climáticas: Métricas de alinhamento
XI	Modelo 4	Carteira bancária - Risco de transição das Alterações Climáticas: Exposições às 20 maiores empresas intensivas em carbono
XI	Modelo 5	Carteira bancária - Risco físico das alterações climáticas: Exposições sujeitas a risco físico
XII-1		Distribuição do risco de valor residual incorrido pelo grupo Mobilize F.S.
XII-1		Risco de rescisão voluntária
XII-1		Risco de valor residual não assumido pelo grupo Mobilize F.S.
XII-4	EU INS1	Participações em companhias de seguro

N.º

1

N.º

2

N.º

3

N.º

4

N.º

5



# N.º 3

## RELATÓRIO SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

<b>3.1</b>	<b>Acionistas</b>	<b>176</b>	<b>3.3</b>	<b>Órgãos de governança e intervenientes</b>	<b>177</b>
3.1.1	Capital social	176	3.3.1	O Conselho de Administração	177
3.1.2	Acionistas	176	3.3.2	Quadros superiores	187
3.1.3	Alterações na participação no capital social nos últimos três anos	176	<b>3.4</b>	<b>Formas de participação dos acionistas na Assembleia Geral</b>	<b>190</b>
<b>3.2</b>	<b>Organização do Grupo RCI Banque</b>	<b>176</b>	<b>3.5</b>	<b>Acordos regulamentados</b>	<b>191</b>
3.2.1	Supervisão	176	<b>3.6</b>	<b>Quadro recapitulativo das delegações atuais na aceção do n.º 3 do Artigo L.225-37-4 do Código Comercial francês</b>	<b>191</b>
3.2.2	Linha hierárquica	176			
3.2.3	Linha funcional	176			

A 31 de dezembro de 2022

Em conformidade com as disposições do Artigo L.22537.º do Código Comercial, os desenvolvimentos que se seguem constituem o relatório sobre a governança corporativa, que contém informações, nomeadamente, sobre:

- i) Acionistas;
- ii) Organização do grupo;
- iii) Órgãos de governança e intervenientes, bem como o seu funcionamento.

Este relatório foi aprovado pelo Conselho de Administração na sua reunião de 10 de fevereiro de 2023.

O RCI Banque declara que não faz referência a nenhum código de governança corporativa emitido pelas organizações representantes da empresa, e que cumpre integralmente as obrigações legais aplicáveis para assegurar a boa governança da empresa.

Na sua reunião de 6 de janeiro de 2022, o Conselho de Administração do RCI Banque adotou um objeto que não consta dos estatutos da empresa e que tem a seguinte redação:

**“Como um parceiro que cuida dos seus clientes, construímos serviços financeiros inovadores para criar mobilidade sustentável para todos»**  
(versão portuguesa)

**“À l’écoute de tous nos clientes nous créons des services financiers innovants pour construire une mobilité durable pour tous”**  
(versão francesa)

Finalmente, a marca Mobilize Financial Services é uma marca comercial da RCI Banque S.A.

## 3.1. Acionistas

### 3.1.1. Capital social

O capital social é de 100 000 000,00 € desde 22 de novembro de 2000. É dividido em 1 000 000 de ações totalmente realizadas de 100,00 euros cada. A RCI Banque S.A. é uma entidade diretamente detida pela Renault s.a.s. a 99,99 %.

### 3.1.2. Acionistas

Em 31 de dezembro de 2022, todas as ações eram detidas pela Renault s.a.s. (excluindo uma ação concedida ao Presidente do Conselho de Administração).

### 3.1.3. Alterações na participação no capital social nos últimos três anos

Não ocorreu nenhuma alteração na participação do capital social nos últimos três anos.

## 3.2. Organização do Grupo RCI Banque

O objetivo da organização implementada pelo grupo RCI Banque é o de reforçar a sua ação comercial tanto no financiamento das vendas dos fabricantes da Renault-Nissan Alliance como nos serviços associados.

Sujeito ao controlo do Banco Central Europeu na sua qualidade de instituição de crédito, o RCI Banque estruturou a sua governança de acordo com os regulamentos bancários e financeiros.

A supervisão desta organização é feita de três maneiras:

### 3.2.1. Supervisão

Recorde-se que a estratégia da Empresa é decidida pelo Conselho de Administração, sob proposta da Administração de Topo. Para o desempenho das suas funções no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração, órgão fiscalizador, conta com a

atuação de quatro comités especializados: um Comité de Gestão de Riscos, um Comité de Demonstrações Financeiras e Auditoria, um Comité de Remuneração e um Comité de Nomeações. As missões destes comités são detalhadas a seguir.

### 3.2.2. Linha hierárquica

A Direção do RCI Banque e o seu Comité Executivo dirigem a política e a estratégia do RCI Banque, sob o controlo do Conselho de Administração.

Os Comités de Gestão, tanto centrais quanto nas subsidiárias controladas e nas sucursais, implementam as ações necessárias para o cumprimento dos objetivos definidos pela Direção e pela Comissão Executiva.

### 3.2.3. Linha funcional

Os departamentos funcionais desempenham o papel de “supervisor técnico” para os seguintes fins:

- definir políticas e regras de funcionamento específicas em matéria de sistemas informáticos, recursos humanos, política financeira, gestão do risco de crédito, etc.);

- dando suporte aos departamentos operacionais e garantindo que as políticas estabelecidas sejam implementadas por esses departamentos. O grupo também possui um mapeamento normalizado de todos os processos da empresa.

### 3.3. Órgãos de governança e intervenientes

#### 3.3.1. O Conselho de Administração

##### 3.3.1.1. Responsabilidades do Conselho de Administração

As responsabilidades do Conselho de Administração e dos Comitês do Conselho de Administração do RCI Banque estão descritas no seu regulamento interno, cujas principais características são apresentadas a seguir.

###### Extrato do regulamento interno do Conselho de Administração

###### Artigo 1.º: Responsabilidades do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é um órgão de fiscalização que representa coletivamente todos os acionistas e assegura que atua em todas as circunstâncias no interesse social do RCI Banque.

O Conselho de Administração

- a) determina as diretrizes das atividades comerciais da empresa e supervisiona a implementação, pelos Diretores Executivos e pelo Comité Executivo, dos sistemas de supervisão de forma a assegurar uma gestão eficaz e prudente;
- b) aprova e revê regularmente as estratégias e políticas que regem a assunção, a gestão, o acompanhamento e a redução dos riscos a que a sociedade está ou pode estar exposta, incluindo os riscos gerados pelo ambiente económico. A este respeito, assegura que os sistemas de gestão de riscos do grupo são adequados e eficazes, inspeciona e verifica a exposição ao risco das suas atividades e aprova o nível de apetência pelo risco e os respetivos limites e limiares de alerta determinados pelo Comité de Gestão de Riscos. Assegura igualmente a eficácia das medidas corretivas adotadas para corrigir eventuais deficiências;
- c) revê o sistema de governança, avalia regularmente a sua eficácia e assegura que são tomadas medidas corretivas para corrigir eventuais deficiências;

- d) certifica-se de que as demonstrações financeiras consolidadas e separadas são verdadeiras, justas e precisas e que as informações publicadas pelo RCI Banque são de elevada qualidade;
- e) aprova o relatório de gestão anual e o relatório sobre a governança corporativa;
- f) controla o processo de publicação e divulgação, a qualidade e a fiabilidade das informações a publicar e a comunicar pela empresa;
- g) adota e revê os princípios gerais da política de remuneração aplicada no grupo RCI;
- h) discute previamente quaisquer alterações nas estruturas de gestão do RCI Banque;
- i) prepara e convoca a Assembleia Geral e estabelece a respetiva ordem de trabalhos;
- j) pode delegar a qualquer pessoa, a seu critério, os poderes necessários para concluir, no prazo de um ano, as emissões obrigacionistas e determinar os respetivos termos e condições;
- k) subordinada aos poderes especificamente atribuídos às assembleias gerais, e no âmbito do objeto social da empresa, trata de todos os assuntos relacionados com a boa condução dos negócios da empresa e decide todas as questões relevantes por meio das suas deliberações.

Além disso, pelo menos uma reunião do Conselho de Administração por ano analisa o sistema de controlo interno e o relatório anual sobre o controlo interno apresentado à ACPR.

Tem igualmente o poder de autorizar operações que afetem o capital social, as emissões obrigacionistas, a celebração ou rescisão de acordos com outras empresas que impliquem obrigações que afetem o futuro da

empresa e as transações importantes suscetíveis de alterar significativamente o âmbito de atividade ou a estrutura de capital da empresa e do grupo que controla.

### 3.3.1.2. Composição do Conselho de Administração e dos seus comités especializados

#### 3.3.1.2.1 Conselho de Administração

Em 31 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração do RCI Banque era composto por quatro mulheres e seis homens. Conforme recomendação do Comité de Nomeação, o Conselho de Administração estabeleceu a meta de manter uma proporção mínima de 40 % de administradores de ambos os sexos.

Clotilde Delbos		Comités
 <p><b>Data de nascimento:</b> 30/09/1967</p> <p><b>Nacionalidade:</b> francesa</p> <p><b>Data da primeira nomeação:</b> 11 de novembro de 2014</p> <p><b>Número de ações detidas:</b> 1</p>	<p><b>PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b></p> <p><b>Início do mandato:</b> 29 de abril de 2020</p> <p><b>Fim do mandato:</b> 31 de dezembro de 2022</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nomeações</li> <li>• Remunerações</li> </ul>
	<p><b>OUTROS CARGOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Espanha: Renault España S.A. - <i>Administradora</i></li> <li>• França: Renault MAI s.a.s.- <i>Presidente</i></li> <li>• França: Mobilize Ventures SAS - <i>Presidente</i></li> <li>• França: Alstom - <i>Administradora</i></li> <li>• França: Axa - <i>Administradora</i></li> <li>• Países Baixos: RN BV - <i>Diretora</i></li> </ul>	
Isabelle Landrot		Comités
 <p><b>Data de nascimento:</b> 06/08/1967</p> <p><b>Nacionalidade:</b> francesa</p> <p><b>Data da primeira nomeação:</b> 26 de julho de 2016</p> <p><b>Número de ações detidas:</b> 0</p>	<p><b>ADMINISTRADOR</b></p> <p><b>Início do mandato:</b> 22 de maio de 2018</p> <p><b>Fim do mandato:</b> Maio de 2024</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Demonstrações Financeiras e Auditoria</li> <li>• Riscos</li> </ul>
	<p><b>OUTROS CARGOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• China: Renault Brilliance Jinbei Automative Co, Ltd - <i>Diretora</i></li> <li>• China: JMEV - <i>Administradora</i></li> <li>• França: Renault MAI - <i>Diretora Executiva</i></li> <li>• França: Renault Energy Services - <i>Diretora Executiva</i></li> <li>• França: Mobilize Ventures - <i>Diretora Executiva</i></li> <li>• Reino Unido: Flit Technologies Ltd - <i>Presidente do Conselho de Administração</i></li> </ul>	

Philippe Buros		Comités
 <p><b>Data de nascimento:</b> 17/11/1961</p> <p><b>Nacionalidade:</b> francesa</p> <p><b>Data da primeira nomeação:</b> 10 de julho de 2019</p> <p><b>Número de ações detidas:</b> 0</p>	<p><b>ADMINISTRADOR</b></p> <p><b>Início do mandato:</b> 10 de julho de 2019</p> <p><b>Fim do mandato:</b> Maio de 2025</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nomeações</li> <li>• Remunerações</li> </ul>
	<p><b>OUTROS CARGOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alemanha: Renault Deutschland AG - <i>Membro do Conselho de Supervisão</i></li> <li>• França: Renault Retail Group - <i>Presidente e CEO</i></li> <li>• França: Sogedir - <i>Administrador</i></li> <li>• Polónia: Renault Polska SP zoo - <i>Membro do Conselho de Supervisão</i></li> <li>• Reino Unido: Fixter Ltd - <i>Presidente do Conselho de Supervisão</i></li> <li>• Eslovénia: Revoz D.D - <i>Membro do Conselho de Supervisão</i></li> </ul>	
Laurent David		Comités
 <p><b>Data de nascimento:</b> 23/09/1971</p> <p><b>Nacionalidade:</b> francesa</p> <p><b>Data da primeira nomeação:</b> 10 de julho de 2019</p> <p><b>Número de ações detidas:</b> 0</p>	<p><b>ADMINISTRADOR</b></p> <p><b>Início do mandato:</b> 10 de julho de 2019</p> <p><b>Fim do mandato:</b> Maio de 2025</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Demonstrações Financeiras e Auditoria</li> </ul>
	<p><b>OUTROS CARGOS</b></p>	

Isabelle Maury		Comités
	<b>ADMINISTRADORA - PRESIDENTE DO COMITÉ DE GESTÃO DE RISCOS</b> <b>Início do mandato:</b> 5 de dezembro de 2019 <b>Fim do mandato:</b> Maio de 2024	<ul style="list-style-type: none"><li>• Demonstrações Financeiras e Auditoria</li><li>• Riscos</li></ul>
<b>OUTROS CARGOS</b>		
<b>Data de nascimento:</b> 27/04/1968 <b>Nacionalidade:</b> francesa <b>Data da primeira nomeação:</b> 5 de dezembro de 2019 <b>Número de ações detidas:</b> 0	<ul style="list-style-type: none"><li>• França: ABC Arbitragem - <i>Administradora</i></li><li>• França: H2O AM Europe - <i>Administradora</i></li><li>• Mónaco: H2O Monaco SAM - <i>Administradora</i></li></ul>	

Nathalie Riez-Thiollet		Comités
	<b>ADMINISTRADOR</b> <b>Início do mandato:</b> 26 de junho de 2020 <b>Fim do mandato:</b> Maio de 2023	<ul style="list-style-type: none"><li>• Demonstrações Financeiras e Auditoria</li><li>• Riscos</li></ul>
<b>OUTROS CARGOS</b>		
<b>Data de nascimento:</b> 26/06/1966 <b>Nacionalidade:</b> francesa <b>Data da primeira nomeação:</b> 20 de junho de 2020 <b>Número de ações detidas:</b> 0		

Patrick Claude		Comités
 <p><b>Data de nascimento:</b> 11/11/1962</p> <p><b>Nacionalidade:</b> francesa</p> <p><b>Data da primeira nomeação:</b> 1 de setembro de 2021</p> <p><b>Número de ações detidas:</b> 0</p>	<p><b>ADMINISTRADOR</b></p> <p><b>Início do mandato:</b> 1 de setembro de 2021</p> <p><b>Fim do mandato:</b> Maio de 2024</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Riscos</li> </ul>
	<p><b>OUTROS CARGOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>França: RDIC - <i>Presidente</i></li> <li>Malta: RCI Services - <i>Administrador</i></li> <li>Malta: RCI Seguros - <i>Administrador</i></li> <li>Malta: RCI Life - <i>Administrador</i></li> <li>Países Baixos: Renault Group BV - <i>Presidente do Conselho de Supervisão</i></li> <li>Países Baixos: Barn BV - <i>Administrador</i></li> <li>Singapura: Renault Treasury Services Pte - <i>Presidente</i></li> <li>Suíça: Renault Finance - <i>Presidente</i></li> <li>Turquia: Orfin Finansman - <i>Administrador</i></li> </ul>	

Étienne Boris		Comités
 <p><b>Data de nascimento:</b> 20/02/1956</p> <p><b>Nacionalidade:</b> francesa</p> <p><b>Data da primeira nomeação:</b> 1 de janeiro de 2022</p> <p><b>Número de ações detidas:</b> 0</p>	<p><b>ADMINISTRADOR - PRESIDENTE DO CONSELHO DE SUPERVISÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b></p> <p><b>Início do mandato:</b> 1 de janeiro de 2022</p> <p><b>Fim do mandato:</b> 31 de dezembro de 2024</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Demonstrações Financeiras e Auditoria</li> <li>Riscos</li> </ul>
	<p><b>OUTROS CARGOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Irlanda: Barclays Europe - <i>Administrador</i></li> <li>Países Baixos: Stahl Parent BV - <i>Administrador</i></li> </ul>	

Thierry Piéton		Comités
 <p><b>Data de nascimento:</b> 05/03/1970</p> <p><b>Nacionalidade:</b> francesa</p> <p><b>Data da primeira nomeação:</b> 11 março 2022</p> <p><b>Número de ações detidas:</b> 0</p>	<p><b>ADMINISTRADOR</b></p> <p><b>Início do mandato:</b> 11 março 2022</p> <p><b>Fim do mandato:</b> Maio de 2024</p>	
	<p><b>OUTROS CARGOS</b></p>	

Laurent Poiron		Comités
 <p><b>Data de nascimento:</b> 25/09/1966</p> <p><b>Nacionalidade:</b> francesa</p> <p><b>Data da primeira nomeação:</b> 1 de setembro de 2022</p> <p><b>Número de ações detidas:</b> 0</p>	<p><b>ADMINISTRADOR - PRESIDENTE DO COMITÉ DE NOMEAÇÕES E DO COMITÉ DE REMUNERAÇÕES</b></p> <p><b>Início do mandato:</b> 1 de setembro de 2022</p> <p><b>Fim do mandato:</b> 31 de agosto de 2025</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nomeações</li> <li>• Remunerações</li> </ul>
	<p><b>OUTROS CARGOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alemanha: Fidor Bank AG - <i>Diretor Executivo</i></li> <li>• França: LP Ventures 66 - <i>Presidente</i></li> <li>• França: Alpes Premium – <i>Presidente</i></li> <li>• França: Ô Terres d'Exception - <i>Presidente</i></li> </ul>	

De referir a nomeação de Patrick Claude como Presidente interino pelo Conselho de Administração a 7 de dezembro de 2022, na sequência da renúncia de Clothilde Delbos com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2022.

Em 26 de janeiro de 2023, o Conselho de Administração cooptou Gianluca de Ficchy como Administrador, em substituição de Laurent David, que se demitiu.

Na mesma reunião do Conselho de Administração Gianluca de Ficchy foi nomeado Presidente do Conselho de Administração com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2023, em substituição de Patrick Claude, que renunciou ao cargo de Presidente interino do Conselho de Administração.

Por último, na mesma reunião do Conselho de Administração de 26 de janeiro de 2023, foi proposta a nomeação de Fedra Ribeiro como Administradora, em substituição de Clothilde Delbos, que apresentou a sua demissão. Esta proposta foi aprovada pela Assembleia Geral de 9 de fevereiro de 2023.

### 3.3.1.2.2 Comitês especializados

Demonstrações Financeiras e Comissão de Auditoria em 31 de dezembro de 2022

	Cargo na empresa	Cargo no Comité
Étienne Boris	Administrador	Presidente
Isabelle Landrot	Administrador	Membro
Laurent David	Administrador	Membro
Isabelle Maury	Administrador	Membro
Nathalie Riez-Thiollet	Administrador	Membro

Comité de Nomeações em 31 de dezembro de 2022

	Cargo na empresa	Cargo no Comité
Laurent Poiron	Administrador	Presidente
Clotilde Delbos	Presidente do Conselho de Administração	Membro
Philippe Buros	Administrador	Membro

Comité de Remuneração em 31 de dezembro de 2022

	Cargo na empresa	Cargo no Comité
Laurent Poiron	Administrador	Presidente
Clotilde Delbos	Presidente do Conselho de Administração	Membro
Philippe Buros	Administrador	Membro

Comité de Gestão de Riscos em 31 de dezembro de 2022

	Cargo na empresa	Cargo no Comité
Isabelle Maury	Administrador	Presidente
Isabelle Landrot	Administrador	Membro
Nathalie Riez-Thiollet	Administrador	Membro
Patrick Claude	Administrador	Membro
Étienne Boris	Administrador	Membro

### 3.3.1.2.3 Remuneração dos administradores

Nos termos do Artigo 9.º do Regulamento Interno do Conselho de Administração, os Administradores poderão receber, a título de remuneração pelo desempenho das suas funções, um montante anual, cujo tamanho, determinado pela Assembleia Geral Ordinária, permanece inalterado até decisão em contrário e que o Conselho distribui entre os seus membros conforme julgar conveniente.

As despesas de deslocação, alojamento, alimentação e outras despesas dos administradores relativas às reuniões do Conselho de Administração, dos Comitês do Conselho de Administração, da Assembleia Geral ou de qualquer outra reunião relacionada com os trabalhos do Conselho de Administração ou dos Comitês são pagas ou reembolsadas pelo RCI Banque, mediante apresentação dos documentos comprovativos.

A Assembleia Geral de 20 de maio de 2022 aprovou a tabela de honorários para a remuneração(\*) dos administradores para o exercício de 2022, da seguinte forma:

	Fração fixa anual <i>prorate temporis</i>	Fração variável anual Dependendo da taxa de participação	Montante adicional para o Presidente
Conselho de Administração	10 000 €	10 000 €	0 €
Demonstrações Financeiras e Comité de Auditoria	3000 €	5000 €	10 000 €
Comité de Gestão de Riscos	3000 €	5000 €	10 000 €
Comité de Nomeações	1500 €	2500 €	5000 €
Comité de Remuneração	1500 €	1500 €	5000 €

(\*) Ficou assente que os administradores nomeados pelo acionista, a Renault s.a.s., se comprometem a renunciar à remuneração do seu cargo.

Para além da remuneração acima descrita, não é atribuída qualquer outra remuneração aos administradores.

### 3.3.1.2.4 Procedimento de nomeação dos administradores

De acordo com os Estatutos da Empresa e as leis e regulamentos que lhe são aplicáveis, o Conselho de Administração é composto por um mínimo de três membros e um máximo de dezoito.

O mandato dos administradores é de três anos.

Os administradores podem ser propostos pelo Conselho de Administração por recomendação do Comité de Nomeações como parte de uma nomeação da Assembleia Geral Ordinária ou ser cooptados pelo Conselho de Administração por recomendação do Comité de Nomeações e ratificados pela Assembleia Geral Ordinária.

Podem ser reeleitos e destituídos a qualquer momento pela Assembleia Geral Ordinária.

### 3.3.1.2.5 Processo de integração dos administradores

Aquando da sua primeira nomeação, cada administrador beneficia de um processo de integração que decorre durante dois dias e durante o qual conhece cada um dos membros da Comissão Executiva. O administrador beneficia de uma apresentação do Grupo, da sua governança e das suas diversas atividades.

Os administradores podem ainda receber formação de reciclagem sobre temas específicos, em conformidade com a regulamentação bancária em vigor.

### 3.3.1.2.5 Política de diversidade

A empresa implementou uma política de diversidade no seu Conselho de Administração de forma a que o Conselho seja composto por administradores com diferentes competências e experiências profissionais, mas também com diferentes idades e género.

Para implementar esta política de diversidade, o Conselho de Administração conta com o relatório anual de avaliação executiva apresentado pela Comissão de Nomeações e submetido à sua aprovação de acordo com a legislação e regulamentação bancária aplicável. Este relatório permite identificar as competências de cada administrador e, se for caso disso, identificar as competências que não estão representadas no Conselho de Administração.

Coletivamente, os membros do Conselho de Administração e os Diretores Executivos possuem o conhecimento, competência e experiência necessários para compreender plenamente todos os negócios da empresa, incluindo os principais riscos a que está exposta, do sector de financiamento de vendas, da Renault-Nissan Alliance e do sector automóvel.

O objetivo desta política de diversidade é informar melhor a tomada de decisão do Conselho de Administração, permitindo a expressão de diferentes pontos de vista.

Esta política foi implementada para a nomeação de administradores nos últimos anos e conduziu à nomeação de administradores que tinham um percurso profissional fora do Grupo RCI, bem como à promoção da nomeação de mulheres.

### 3.3.1.2.7 Noção de administrador independente

Por recomendação da Comissão de Nomeações, o Conselho de Administração definiu a noção de administrador independente da seguinte forma: “um administrador do RCI é independente quando não tem qualquer tipo de relação com o Grupo RCI ou com a sua administração, ou com o Grupo Renault, o que poderia comprometer o exercício da sua liberdade de julgamento. Por conseguinte, um administrador independente não significa apenas um administrador não executivo, ou seja, um administrador que não exerce funções de direção no Grupo RCI ou no Grupo Renault, mas também um administrador que não tem qualquer vínculo de particular interesse (acionista maioritário, funcionário, outro) com eles.”

Com base nisso, identificou três administradores como independentes, conforme recomendado pelo Comité de Nomeações de 1 de junho de 2022. No final do exercício de 2022, foi nomeado um quarto administrador independente pelo Conselho de Administração, Laurent Poiron.

### 3.3.1.2.8 Conflito de interesses

Tanto quanto é do conhecimento da empresa, não existem conflitos de interesses entre os interesses pessoais dos membros do Conselho de Administração e os seus deveres para com a empresa. Não existem vínculos familiares entre os membros do Conselho de Administração.

Durante o último exercício, não foram celebrados quaisquer acordos ou convénios por qualquer um dos quadros superiores ou acionista maioritário da empresa com qualquer subsidiária. Nos termos do Despacho 2014-863 de 31 de julho de 2014, o Conselho de Administração declara que os acordos celebrados com a empresa-mãe ou com as subsidiárias da empresa direta ou indiretamente detidas a 100 % estão excluídos do âmbito de controlo dos acordos regulamentados.

Tanto quanto é do conhecimento da empresa, nenhum dos membros do Conselho de Administração e nenhum dos seus quadros superiores, nos últimos cinco anos:

- foi condenado por fraude;
- esteve associado a qualquer falência, concordata ou liquidação, na qualidade de Gestor Sénior;
- foi objeto de qualquer incriminação pública oficial e/ou sanções por parte de autoridades estatutárias ou reguladoras; ou
- foi impedido por um tribunal de atuar como membro de um órgão de administração, direção ou fiscalização de um emitente, ou de atuar na gestão ou condução dos negócios de qualquer emitente.

A gestão de conflitos de interesses rege-se pelo Artigo 4.º do Regulamento Interno do Conselho de Administração, que dispõe o seguinte:

#### Extrato do regulamento interno do Conselho de Administração (Artigo 4.º)

##### Artigo 4.º: Conduta e conflitos de interesses

- a) 4.1 Em conformidade com o procedimento do Grupo RCI relativo à gestão dos conflitos de interesses do pessoal, os administradores devem manter, em todas as circunstâncias, a sua independência na análise, avaliação, decisão e ação, a fim de assegurar uma gestão sensata e prudente do RCI Banque.

Comprometem-se a não procurar obter ou aceitar qualquer vantagem que possa comprometer a sua independência.

- b) 4.2 Os administradores devem informar o Presidente do Conselho de Administração de quaisquer conflitos de interesses, incluindo potenciais, em que possam estar direta ou indiretamente envolvidos.

Os administradores devem informar, por exemplo, o Presidente do Conselho de Administração da sua intenção de aceitar um novo mandato numa empresa cotada em bolsa que não faça parte do Grupo Renault.

Devem também informar o Presidente do Conselho de Administração de qualquer sentença por fraude, e/ou sanção pública, e de qualquer proibição de gerir ou de operar, que tenha sido pronunciada contra eles, bem como de qualquer insolvência, confisco ou liquidação a que possam estar associados.

- c) 4.3 Um conflito de interesses que envolva um administrador é tratado pelo Presidente do Conselho de Administração. Se for caso disso, este último avalia a importância do conflito de interesses e decide as medidas de atenuação pertinentes.

Quando apropriado, é solicitada a intervenção do Comité de Nomeações e, potencialmente, do Conselho de Administração do RCI Banque. Neste caso, o administrador em situação de conflito de interesses não participa na votação relativa ao seu caso.

- d) 4.4 Um conflito de interesses que envolva o Presidente do Conselho é tratado pelo Comité de Nomeações e, eventualmente, por todo o Conselho de Administração.

- e) 4.5 Os membros do Conselho de Administração deverão assinar anualmente uma declaração indicando a existência ou não de potenciais conflitos de interesses.

O/a Presidente assegura o bom funcionamento dos órgãos da empresa e a implementação das melhores práticas de governança. Isto aplica-se, em especial, aos Comités criados no âmbito do Conselho de Administração, a cujas reuniões o/a Presidente pode assistir. Ele/ela poderá submeter questões para serem examinadas por estes Comités para parecer.

O/a Presidente recebe todas as informações necessárias para o desempenho das suas funções e tarefas. Ele/ela recebe atualizações regulares por parte da Direção sobre todos os eventos significativos relacionados com a vida do grupo RCI. Ele/ela poderá solicitar a comunicação de todos os documentos e informações pertinentes necessários ao esclarecimento do Conselho de Administração. A este respeito, pode igualmente entrevistar os revisores oficiais de contas e, após ter informado o Diretor Executivo, qualquer membro da Direção do Grupo RCI.

O Presidente assegura que os membros do Conselho de Administração estão aptos a cumprir as suas funções e garante que estão devidamente informados.

As reuniões do Conselho de Administração decorreram na sede social da empresa, e através de videoconferência, permitindo a identificação e participação efetiva dos administradores.

As atas de cada reunião do Conselho de Administração foram elaboradas pelo secretário do Conselho, aprovadas na reunião seguinte e transferidas para um livro de registo na sede da empresa, disponível para consulta dos administradores.

### 3.3.1.3.2 Trabalhos do Conselho de Administração

O Conselho de Administração reuniu-se dezassete vezes durante o exercício de 2022:

- No dia 6 de janeiro de 2022, o Conselho de Administração adotou um propósito. Este objetivo não está incluído nos Estatutos da Sociedade.
- No dia 11 de fevereiro de 2022, por recomendação do Comité de Contas e Auditoria, o Conselho de Administração procedeu à revisão do relatório de atividades, aprovou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2021 e aprovou o orçamento para 2022. Por recomendação do Comité de Auditoria e Demonstrações Financeiras, aprovou o plano de auditoria para 2022 e a renovação do mandato da Mazars como Revisor Oficial de Contas. Por recomendação do Comité de Remuneração, o Conselho aprovou o sistema de remuneração variável do Grupo RCI para o exercício financeiro de 2022. Por recomendação do Comité de Gestão de Riscos, aprovou o relatório sobre o cumprimento dos limites e limiares de alerta associados ao nível de apetência pelo risco, e a “Declaração de Apetência pelo Risco”, reviu o limite e delegação de risco de taxa de juro e reviu a delegação do risco cambial transacional. Aprovou a criação da subsidiária Mobilize Pay. Abordou a crise na Ucrânia e os impactos nas atividades da empresa na Rússia. Deliberou sobre os termos e condições de pagamento da remuneração dos administradores para o exercício de 2021, conforme autorizado pela Assembleia Geral. Por fim, o Banco Central Europeu interveio durante a reunião para apresentar os resultados do SREP 2021;
- No dia 4 de março de 2022, o Conselho de Administração reuniu-se para examinar as consequências da guerra russo-ucraniana e as sanções resultantes tomadas pela comunidade internacional sobre a empresa e as suas atividades. A este respeito, aprovou uma atualização dos modelos ICAAP e ILAAP e a inclusão de um cenário de esforço adicional no ICAAP.

### 3.3.1.3. Funcionamento e atuação do Conselho de Administração

#### 3.3.1.3.1 Funcionamento do Conselho de Administração

O Conselho de Administração reúne-se, pelo menos, quatro vezes por ano e sempre que o interesse da empresa o exija, mediante convocação com a devida antecedência, por qualquer meio, pelo secretário do Conselho designado pelo Presidente, em conformidade com as disposições estatutárias.

Nos termos do Artigo L.823-17.º do Código Comercial, os revisores oficiais de contas são convidados para todas as reuniões do Conselho de Administração nas quais sejam examinadas ou preparadas as demonstrações financeiras anuais ou intercalares e, se for caso disso, para outras reuniões, ao mesmo tempo que os próprios administradores.

Todos os documentos técnicos e informações necessárias são enviadas aos administradores para que possam cumprir as suas responsabilidades, em conformidade com as disposições aplicáveis na lei e nos Estatutos da empresa.

O/a Presidente preside as reuniões do Conselho de Administração. Ele/ela define a data e ordem, bem como a ordem de trabalhos. Ele/ela organiza e supervisiona os trabalhos do Conselho e presta contas sobre os mesmos à Assembleia Geral. Ele/ela preside às Assembleias Gerais.

- No dia 11 de março de 2022, o Conselho nomeou Thierry Piéton, por cooptação, como administrador da Empresa em substituição de Alain Ballu. Aprovou um suplemento de participação nos lucros de 2022 e o manifesto de responsabilidade social das empresas (CSR). Emitiu um parecer favorável quanto à proposta de alteração da denominação comercial de “RCI Bank and Services” para “Mobilize Financial Services”. Por último, foi-lhe apresentado um relatório sobre o seguimento da situação na Rússia.
- No dia 25 de março de 2022, o Conselho reuniu-se para analisar a situação na Rússia e encarregou o CEO de estudar a opção de liquidação da entidade russa RN Bank para proteger a empresa, e tomou nota de um ajustamento no valor dos ativos da Empresa na Rússia.
- No dia 5 de abril de 2022, o Conselho de Administração aprovou a alteração da designação comercial da Empresa para “Mobilize Financial Services”.
- No dia 28 de abril de 2022, o Conselho analisou o relatório trimestral de atividades. Por recomendação do Comité de Gestão de Riscos, tomou nota dos pressupostos e dos resultados do ICAAP e do ILAAP, e aprovou a “Declaração de Adequação de Capital” e a “Declaração de Adequação de Liquidez”. Aprovou igualmente o relatório AML/TF relativo à luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo. Aprovou a estratégia de CSR da empresa e a criação da subsidiária Mobilize Insurance.
- No dia 24 de junho de 2022, o Conselho aprovou a proposta de nomeação de Laurent Poiron como diretor e convocou uma Assembleia Geral. Como resultado, alterou a composição dos Comités de Nomeações e Remuneração, nomeando Laurent Poiron como Presidente desses comités.
- No dia 11 de julho de 2022, o Conselho de Administração validou em princípio a venda das ações detidas pelo RCI Banque no BARN (empresa-mãe do RN Bank) ou diretamente no RN Bank, e deu mandato à Direção do RCI Banque para prosseguir as negociações para a venda.
- No dia 28 de julho de 2022, o Conselho de Administração reviu o relatório de atividades e aprovou as demonstrações financeiras semestrais consolidadas em 30 de junho de 2022. Aprovou a criação de uma subsidiária no âmbito do projeto LeaseCo. Por recomendação do Comité de Gestão de Riscos, aprovou a renovação do quadro de gestão do IRRBB e a operação por delegação para a sua supervisão e controlo, a estratégia global do IRRBB, bem como os princípios fundamentais dos procedimentos do IRRBB, a atribuição de um limite de risco de IRRBB do grupo de 16 milhões de euros e o aumento do limite de câmbio do grupo de 35 milhões para 55 milhões de euros. Por recomendação do Comité de Nomeações, aprovou o relatório sobre a avaliação dos executivos da Empresa, a definição de administrador independente e identificou os administradores independentes. Por recomendação do Comité de Remuneração, o Conselho aprovou a adição à Política Variável do Grupo 2022 e à política de remuneração dos tomadores de risco 2022. Aprovou a decisão de vender as ações detidas pelo RCI Banque na RNL Leasing na Rússia. Por fim, conforme autorizado pela Assembleia Geral, aprovou a remuneração dos administradores para o primeiro semestre de 2022.
- No dia 1 de setembro de 2022, o Conselho aprovou a venda da subsidiária RNL Leasing na Rússia.
- No dia 23 de setembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a criação de uma subsidiária alemã da BIPI Mobility, adquirida pela empresa em 2021. Tomou nota de uma denúncia de irregularidade profissional na Colômbia.
- No dia 28 de outubro de 2022, o Conselho aprovou a venda da BARN BV e aprovou delegações adicionais de poderes ao Diretor Executivo.
- No dia 18 de novembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a proposta de não considerar a margem operacional, a receita e a margem operacional como uma percentagem da receita como Indicadores Alternativos de Desempenho Empresarial, conforme definido pela ESMA.
- No dia 29 de novembro de 2022, o Conselho de Administração realizou um Dia Estratégico na fábrica da Renault em Flins, e realizou uma reunião durante a qual foram apresentados vários projetos: Perspetiva OEM, revisão de concorrentes, projetos estratégicos para 2023, BIPI um ano depois e a estratégia de RH.
- No dia 7 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração recebeu a renúncia de Clotilde Delbos como administradora e Presidente do Conselho de Administração da Empresa em 31 de dezembro de 2022. Nomeou Patrick Claude como Presidente do Conselho de Administração em substituição de Clotilde Delbos com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2023 e decidiu sobre a nova composição do Comité de Nomeações e do Comité de Remunerações.
- No dia 9 de dezembro de 2022, o Conselho analisou a nova organização do Grupo Mobilize Financial Services em vigor a partir de dezembro de 2022 e o progresso feito no orçamento de 2023. Autorizou as emissões de obrigações e operações de titularização para o período 2023/2024 e renovou as delegações de poderes para a sua execução. Aprovou a atualização da governança do ILAAP. Por recomendação do Comité de Nomeações, o Conselho nomeou Frédéric Schneider como Diretor Executivo Adjunto da empresa. Por recomendação do Comité de Gestão de Risco, o Conselho aprovou as alterações feitas no “Quadro Apetência pelo Risco”. Por recomendação do Comité de Demonstrações Financeiras e Auditoria, o Conselho mandou o Diretor Executivo para concluir as negociações necessárias para vender a participação da empresa na Alios Finance e validou o plano de auditoria interna.

### 3.3.1.3.3 Comités especializados

O Conselho de Administração conta em particular com o trabalho das diferentes Comissões para o ajudar no desempenho das suas funções.

O Comité de Demonstrações Financeiras e Auditoria reuniu-se cinco vezes em 2022. As suas principais funções consistiram na apresentação e acompanhamento das demonstrações financeiras e na sua preparação, bem como no acompanhamento da revisão legal das contas consolidadas e individuais. Também examinou o plano de auditoria e analisou as auditorias realizadas. O Comité acompanhou a eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, a independência dos revisores oficiais de contas e a gestão dos seus serviços não relacionados com a auditoria. Também se concentrou nas empresas não consolidadas.

O Comité de Gestão de Riscos reuniu-se oito vezes em 2022. As suas principais funções consistiram em analisar o mapeamento dos riscos e a validação da definição dos riscos, a análise e a validação dos limites de risco do Grupo RCI, a análise dos planos de ação em caso de ultrapassagem dos limites ou dos limiares de alerta. Examinou igualmente os sistemas de tarifação dos produtos e serviços e a política de remuneração no que respeita ao seu impacto nos riscos. Por último, analisou e aprovou o relatório sobre o controlo interno, os sistemas ICAAP e ILAAP, bem como o plano de recuperação, e os aspetos significativos dos processos de notação e de estimativa dos modelos internos de risco de crédito da empresa.

O Comité de Nomeações reuniu-se três vezes em 2022. A sua principal função consistiu em rever a política de remuneração e o sistema de remuneração variável do Grupo RCI Banque para 2022. O Comité analisou igualmente as remunerações atribuídas aos órgãos sociais e a política de remuneração das pessoas singulares com impacto nos riscos e na gestão dos riscos.

O Comité de Nomeações reuniu-se seis vezes em 2022. A sua principal função foi recomendar membros para o Conselho de Administração e novos membros para o Comité Executivo. Foi também incumbido de proceder à revisão anual do Conselho de Administração e, em particular, de rever a sua estrutura, a sua composição, a diversidade de conhecimentos, competências e experiência dos seus membros, a definição de administrador independente e os seus objetivos de equilíbrio entre homens e mulheres.

### 3.3.2. Quadros superiores

#### 3.3.2.1. Composição da Direção

De acordo com a Lei que implementa o CRD IV e com o Despacho de 3 de novembro sobre controlo interno, as funções de Presidente e Diretor Executivo são separadas.

O Diretor Executivo detém os mais amplos poderes para agir em qualquer circunstância em nome da empresa, dentro dos limites do objeto social e subordinado aos poderes que a lei atribui expressamente às assembleias gerais e ao Conselho de Administração. O Diretor Executivo tem autoridade para conceder subdelegações ou substituir procurações para uma ou mais transações ou categorias de transações específicas.

No entanto, o Diretor Executivo deve obter a autorização do Conselho de Administração para adquirir, vender ou hipotecar edifícios, pretendendo o Conselho manter autoridade em tais assuntos.

O Diretor Executivo Adjunto tem os mesmos poderes do Diretor Executivo em relação a terceiros.

No dia 31 de dezembro de 2022, a Direção Executiva tinha a seguinte composição:

**JOÃO MIGUEL LEANDRO**



**Data de nascimento:** 04/02/1972

**Nacionalidade:** portuguesa

**Data da primeira nomeação:** 23/07/2019

**Número de ações detidas:** 0

**Diretor Executivo (CEO)**

**Data da nomeação:** 23 de julho de 2019

#### Outros cargos

- Brasil: Banco RCI Brasil - *Administrador*
- Espanha: BIPI Mobility SL - *Presidente do Conselho de Administração*
- França: PDiac - *Presidente do Conselho de Administração*
- França: Kadensis - *Administrador*
- França: Mobilize Lease & Co - *Presidente do Conselho de Administração*
- França: Mobilize Pay - *Administrador*
- Países Baixos: RN SF - *Administrador*
- Reino Unido: Fixter - *Administrador*

## JEAN-MARC SAUGIER



**Data de nascimento:** 10/12/1962

**Nacionalidade:** francesa

**Data da primeira nomeação:**

08/02/2019

**Número de ações detidas:** 0

**Vice-Presidente Executivo e Vice-Presidente de Finanças e Tesouraria**

**Data da nomeação:** 23 de julho de 2019

**Outros cargos**

- França: FGDR - membro do Conselho de Supervisão
- Argentina: Rombo Campania Financiera - Administrador
- Brasil: Banco RCI Brasil - Presidente do Conselho de Administração
- Colômbia: RCI Comp de Financiero - Administrador

## FRÉDÉRIC SCHNEIDER



**Data de nascimento:** 08/06/1976

**Nacionalidade:** francesa

**Data da primeira nomeação:**

12/09/2022

**Número de ações detidas:** 0

**Diretor Executivo Adjunto e Diretor de Vendas e Estratégia**

**Data da nomeação:** 9 de dezembro de 2022

**Outros cargos**

- Espanha: Overlease - Administrador
- França: DIAC SA - Administrador
- França: Diac Location - Administrador
- France Mobilize Lease & Co - Administrador
- Polónia: RCI Leasing Polska - Membro do Conselho de Supervisão
- Roménia: RCI Leasing Romania - Presidente do Conselho de Administração

### 3.3.2.1.1 Comité Executivo

O Comité Executivo do RCI Banque contribui para a definição da política e da estratégia do RCI Banque.

No dia 31 de dezembro de 2022, o Comité Executivo tinha a seguinte composição:

João Miguel Leandro	Diretor Executivo (CEO)
Jean-Marc Saugier	Vice-Presidente Executivo e Vice-Presidente de Finanças e Tesouraria
Frédéric Schneider	Diretor Executivo Adjunto e Diretor de Vendas e Estratégia
Pierre-Yves Beaufils	Diretor Executivo de Conformidade do Grupo
Sandrine Blec-Recoquillay	Diretora de Recursos Humanos e Comunicações
Philippe Durand	Diretor de Crédito
Stéphane Johan	Divisão de Contabilidade e Controlo de Desempenho
Marc Lagrène	Diretor Executivo de Riscos
Umberto Marini	Diretor Executivo de Informação
Mallika Mathur-Lhéritier	Diretor de Transformação e CSR
Thibault Paland	Diretor Executivo (França)
Enrico Rossini	Diretor Executivo da Mobilize Lease & Co

### 3.3.2.1.2 Comitês especializados da Direção

Além disso, a Direção conta, em especial, com os seguintes comitês para gerir o controlo de riscos do grupo:

- o Comité Financeiro, que revê as análises e previsões económicas, o custo dos recursos, os riscos de liquidez, taxa de juros e de contraparte nos diferentes âmbitos e subsidiárias do grupo. As alterações na demonstração da posição financeira e na demonstração de resultados da empresa-mãe RCI são também analisadas para que possam ser efetuados os ajustamentos necessários aos preços de transferência intragrupo;
- o Comité de Crédito, que valida obrigações que fogem à competência das subsidiárias e do Diretor de Obrigações do grupo;
- o Comité de Desempenho, para as matérias de “Riscos de Retalho e Grossista”, que avalia a qualidade dos desempenhos de crédito a clientes e o desempenho das subsidiárias em termos de cobrança, face aos objetivos definidos. No que diz respeito ao negócio Grossista, são revistas as alterações nos indicadores dos saldos em dívida e de rotatividade do stock, bem como as alterações na classificação dos concessionários e empréstimos;
- o Comité de Regulamentação, que analisa as principais alterações regulamentares na supervisão prudencial e nos planos de ação e valida os modelos internos de notação e o respetivo sistema de gestão;
- o Comité de Controlo Interno, Risco Operacional e Conformidade, que supervisiona todo o sistema de controlo interno do grupo, verifica a sua qualidade e os sistemas relacionados e ajusta os meios, sistemas e procedimentos em conformidade. Define, orienta e monitoriza os princípios da política de gestão do risco operacional, bem como os princípios do sistema de controlo de conformidade. Acompanha os progressos realizados no âmbito dos planos de ação. Um Comité de Controlo Interno, Risco Operacional e Conformidade opera nas subsidiárias do Grupo RCI Banque;
- o Comité de Novos Produtos, que verifica os novos produtos antes da sua comercialização, assegurando, nomeadamente, que os novos produtos cumprem a política comercial do grupo, as exigências orçamentais do grupo, a legislação aplicável localmente e a gestão dos riscos do grupo.

### 3.4. Formas de participação dos acionistas na Assembleia Geral

As modalidades de participação na Assembleia Geral encontram-se definidas nos Artigos 27.º a 33.º dos Estatutos, de acordo com a legislação em vigor.

#### Extrato dos Estatutos (Artigos 27.º a 33.º)

##### Artigo 27.º - Tipos de Assembleias Gerais

Anualmente, os acionistas reúnem-se em Assembleia Geral Ordinária, que deverá ser realizada em até cinco meses após o termo do exercício financeiro.

Adicionalmente, os acionistas poderão realizar Assembleias Gerais Ordinárias que se reúnam extraordinariamente, ou Assembleias Gerais Extraordinárias, quando tenham por objeto a alteração dos Estatutos, salvo disposição legal em contrário.

A Assembleia Geral, devidamente constituída, representa todos os acionistas. As suas decisões, tomadas nos termos da lei e dos Estatutos, obrigam todos os sócios, mesmo os ausentes, incapacitados de comparecer ou em desacordo.

As ações detidas em tesouraria pela empresa não são contabilizadas para efeitos de cálculo do quórum das diversas reuniões.

Podem participar nas Assembleias Gerais dois membros do Conselho de Administração, por ele designados, um em representação do pessoal de engenharia e dirigente e o outro em representação do pessoal auxiliar.

O Conselho de Administração poderá deliberar que os acionistas possam participar e votar nas Assembleias Gerais por meio de videoconferência ou qualquer outro meio de telecomunicação que permita a sua identificação nos termos da lei.

##### Artigo 28.º - Convocatórias de assembleia

O Conselho de Administração convoca os acionistas para as Assembleias Gerais por meio de uma convocatória que indica a data, a hora e o local da reunião.

Na sua falta, as Assembleias Gerais também podem ser convocadas:

- a) pelos Revisores Oficiais de Contas;
- b) por um representante nomeado por despacho do juiz presidente de um tribunal comercial francês que decida em processo sumário a pedido de qualquer parte interessada ou de um ou mais acionistas que detenham, em conjunto, pelo menos 5 % do capital social;
- c) pelos liquidatários.

##### Artigo 29.º - Quórum - Maioria

As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias estão sujeitas aos requisitos de quórum e maioria previstos por lei e exercem os poderes que lhes são conferidos por lei.

##### Artigo 30.º - Composição das Assembleias Gerais

Todos os acionistas, independentemente do número de ações que detenham, podem comparecer às Assembleias Gerais, participar dos trabalhos e votar.

São admitidos, mediante apresentação de documento de identificação, os titulares de ações nominativas que tenham requerido a respetiva inscrição no registo da empresa, pelo menos, cinco dias antes da assembleia.

Os acionistas podem ser representados por outro acionista ou pelo cônjuge.

As procurações elaboradas nos termos da lei devem ser recebidas na sede social até cinco dias antes da data da assembleia.

Todos os acionistas, independentemente do número de ações que detenham, podem comparecer às Assembleias Gerais, participar dos trabalhos e votar.

O direito de voto nas Assembleias Gerais Ordinárias pertence ao beneficiário efetivo das ações a que o direito está associado; o direito de voto nas Assembleias Gerais Extraordinárias pertence ao titular legal nomeado.

Convocada a Assembleia Geral, a empresa deverá, a expensas suas, entregar ou remeter o boletim de voto por correspondência e os respetivos anexo, por correio registado (com aviso de receção), a qualquer acionista que o solicite.

A sociedade deve honrar qualquer pedido recebido na sua sede social até seis dias antes da data da assembleia. O boletim de voto por correspondência deve incluir determinadas informações, conforme estipulado nos artigos R.131-2.º e seguintes do Decreto de 23 de março de 1967.

Deve notificar claramente ao acionista que a abstenção de voto ou a não indicação das instruções de voto em qualquer item constante do formulário será considerada como um voto contra a proposta de resolução. O formulário pode ser incluído no mesmo documento que o formulário de procuração, se aplicável. Neste caso, as disposições aplicáveis são as do Artigo R.131-4.º do Decreto de 23 de março de 1967.

Os documentos previstos no Artigo R.131-2.º do referido Decreto devem ser anexados ao boletim de voto por correspondência. O boletim de voto por correspondência enviado à empresa para uma determinada Assembleia Geral é também válido para as reuniões subsequentes convocadas para tratar da mesma ordem de trabalhos.

Os boletins de voto por correspondência devem ser recebidos pela empresa pelo menos três dias antes da data da assembleia. Se uma procuração for devolvida juntamente com um boletim de voto por correspondência, a procuração será considerada sujeita aos votos indicados no boletim de voto por correspondência.

**Artigo 31.º - Mesa da Assembleia - Folha de presença**

A Assembleia Geral é presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente, se este tiver sido nomeado, ou por um administrador designado pelo Conselho de Administração. Se a reunião tiver sido convocada pelos revisores oficiais de contas, por um representante nomeado pelo tribunal ou pelos liquidatários, um dos seus membros preside à reunião.

Os votos são contados pelos dois maiores acionistas, quer em nome próprio quer como representantes, ou, caso estes recusem, pelos acionistas imediatamente a seguir, e assim sucessivamente, até que esta responsabilidade seja assumida.

Estes administradores designam o secretário da assembleia, que pode ser escolhido entre os membros da Assembleia.

Nas Assembleias Gerais é elaborada uma folha de presenças com todas as informações exigidas por lei e pela regulamentação.

A mesa da assembleia pode anexar à folha de presença todas as procurações ou boletins de voto por correspondência, indicando o primeiro apelido e o endereço de cada acionista representado ou que vota por correspondência, o número de ações detidas e o número de votos referentes a tais ações. Neste caso, os membros da mesa deverão indicar o número de procurações e boletins de voto por correspondência apenas à folha de presença, juntamente com o número de ações e direitos de voto associados a tais procurações e boletins de voto por correspondência.

As procurações e boletins de voto por correspondência deverão ser apresentados ao mesmo tempo e nas mesmas condições que a folha de presença.

A exatidão da folha de presença, devidamente rubricada pelos acionistas presentes e pelos representantes dos acionistas, é atestada pelos membros da mesa.

As responsabilidades dos administradores referem-se exclusivamente à realização da assembleia e ao bom andamento da mesma; as suas decisões são sempre provisórias e ficam sujeitas à votação da própria assembleia. Qualquer parte interessada pode iniciar essa votação.

**Artigo 32.º - Ordem de trabalhos**

A ordem de trabalhos da assembleia é estabelecida pelo Conselho de Administração ou pela pessoa que convoca a Assembleia Geral. No entanto, nas condições previstas por lei, um ou mais acionistas poderão solicitar que sejam incluídos na ordem de trabalhos determinados projetos de deliberação que não digam respeito à apresentação de candidatos ao Conselho de Administração.

**Artigo 33.º - Atas**

Os trabalhos das Assembleias Gerais são lavrados em atas lavradas em livro especial numerado e rubricado e assinadas pelos membros da mesa.

As atas podem ser lavradas em folhas soltas, numeradas sequencialmente e rubricadas.

As cópias ou extratos das atas a serem entregues para fins legais ou outros são devidamente autenticados pelo Presidente do Conselho de Administração ou por um administrador que exerça o cargo de Diretor Executivo ou pelo Secretário da Assembleia.

Tais cópias ou extratos são válidos em relação a terceiros, desde que as assinaturas neles contidas sejam válidas.

N.º

1

N.º

2

N.º

3

N.º

4

N.º

5

**3.5. Acordos regulamentados**

Nenhum acordo que resulte na aplicação especial do artigo L.225-38.º do Código Comercial francês ocorreu durante o exercício de 2022.

**3.6. Quadro recapitulativo das delegações atuais na aceção do n.º 3 do Artigo L.225-37-4.º do Código Comercial francês**

Órgão social	Operação em causa	Montante máximo	Prazo da delegação	Implementação da delegação
Assembleia Geral de 20 de maio de 2022	Aumento de capital em numerário	400 milhões de euros	18 meses	Nenhuma



# N.º 4

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

<b>4.1</b>	<b>Relatório dos revisores oficiais de contas relativo às demonstrações financeiras consolidadas</b>	<b>194</b>	<b>4.4</b>	<b>Anexo 1: Informações sobre locais e operações</b>	<b>261</b>
<b>4.2</b>	<b>Demonstrações financeiras consolidadas</b>	<b>198</b>	<b>4.5</b>	<b>Anexo 2: Riscos financeiros</b>	<b>263</b>
4.2.1	Balanço consolidado	198	4.5.1	Organização da gestão do risco de mercado	263
4.2.2	Demonstração de resultados consolidados	199	4.5.2	Gestão dos riscos agregados de taxa de juro, cambial, de contraparte e de liquidez	263
4.2.3	Demonstração consolidada do rendimento integral	199	4.5.3	Análise da taxa estrutural destaca os seguintes pontos	264
4.2.4	Demonstração consolidada de alterações no capital próprio	200	4.5.4	Risco de liquidez	265
4.2.5	Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	201	4.5.5	Risco cambial	265
<b>4.3</b>	<b>Notas às demonstrações financeiras consolidadas</b>	<b>202</b>	4.5.6	Risco de contraparte	266
4.3.1	Aprovação das demonstrações financeiras - Distribuições	202			
4.3.2	Principais destaques	202			
4.3.3	Normas e métodos contabilísticos	207			
4.3.4	Adaptação ao contexto económico e financeiro	220			
4.3.5	Refinanciamento	222			
4.3.6	Requisitos regulamentares	222			
	Notas às demonstrações financeiras consolidadas	223			
4.3.8	Subsidiárias e sucursais do grupo	255			

## 4.1 Relatório dos revisores oficiais de contas relativo às demonstrações financeiras consolidadas

Para o exercício findo a 31 de dezembro de 2022

*Esta é uma tradução para inglês do relatório dos revisores oficiais de contas sobre as demonstrações financeiras consolidadas da empresa, emitido em francês, e é fornecido apenas para conveniência dos utilizadores de língua inglesa. Este relatório dos revisores oficiais de contas inclui informações exigidas pela regulamentação europeia e pela legislação francesa, tais como informações sobre a nomeação dos revisores oficiais de contas ou a verificação do relatório de gestão e outros documentos fornecidos aos acionistas. Este relatório deve ser lido em conjunto e interpretado de acordo com a legislação francesa e as normas profissionais de auditoria aplicáveis em França.*

À assembleia geral anual da RCI Banque S.A.

### Parecer

Em conformidade com o compromisso que nos foi confiado pela sua assembleia geral anual, auditámos as demonstrações financeiras consolidadas da RCI Banque S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Na nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas dão uma visão verdadeira e justa dos ativos e passivos e da posição financeira do grupo a 31 de dezembro de 2022 e dos resultados das suas operações para o exercício então encerrado de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia.

A opinião de auditoria expressa acima é consistente com o nosso relatório ao Comité de Auditoria.

### Base para parecer

#### Estrutura de auditoria

Conduzimos a nossa auditoria de acordo com as normas profissionais aplicáveis em França. Consideramos que as provas de auditoria que obtivemos são suficientes e adequadas para fundamentar o nosso parecer.

As nossas responsabilidades ao abrigo dessas normas estão descritas em pormenor na secção “Responsabilidade do revisor oficial de contas pela auditoria às demonstrações financeiras consolidadas” do nosso relatório.

#### Independência

Realizámos o nosso trabalho de auditoria em conformidade com os requisitos de independência do Código Comercial francês (Code de Commerce) e do código de ética francês (Code de Déontologie) para os revisores oficiais de contas para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2022 e a data do nosso relatório e, especificamente, não prestámos nenhum dos serviços distintos da revisão de contas proibidos referidos no Artigo 5.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 537/2014.

### Justificação das avaliações - Principais questões de auditoria

Em conformidade com os requisitos dos Artigos L.823-9.º e R.823-7.º do Código Comercial Francês (Code de Commerce) relativos à justificação das nossas avaliações, informamos sobre as questões de auditoria essenciais relacionadas com riscos de distorções materiais que, na nossa apreciação profissional, foram as mais significativas na nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do período corrente, bem como a forma como abordámos esses riscos.

Estas questões foram abordadas no contexto da nossa auditoria às demonstrações financeiras consolidadas como um todo, pelo que, ao formarmos um parecer sobre as mesmas, não facultamos um parecer em separado sobre estas questões.

**Avaliação do risco de crédito e avaliação da imparidade**

Risco identificado	<p>A RCI Banque S.A. reconhece perdas por imparidade para cobrir o risco de não recuperação dos créditos concedidos aos seus clientes.</p> <p>A RCI Banque S.A. aplica os princípios contabilísticos da norma IFRS 9 “Instrumentos Financeiros”, que define um modelo de provisionamento para perdas esperadas com base em três fases de risco: sobre saldos saudáveis (<i>bucket 1</i>), saldos com um aumento significativo de risco desde o reconhecimento inicial (<i>bucket 2</i>) e saldos em incumprimento (<i>bucket 3</i>), conforme descrito na Nota 3. E) das demonstrações financeiras consolidadas.</p> <p>Consideramos que o provisionamento de perdas de crédito em clientes de retalho e concessionários de automóveis é uma questão de auditoria essencial devido ao montante significativo nos ativos do balanço do grupo, à utilização de inúmeros parâmetros e pressupostos nos modelos de cálculo e ao uso do julgamento feito pela administração na estimativa das perdas esperadas de crédito.</p> <p>Os métodos utilizados para estimar o provisionamento para perdas de crédito levam em conta o contexto macroeconómico incerto impulsionado, entre outros efeitos, pelo aumento da inflação e das taxas, conforme descrito na Nota 2 “Faits Marquants” das demonstrações financeiras consolidadas.</p> <p>As imparidades para perdas de crédito esperadas, definidas de acordo com a IFRS 9, são apresentadas na Nota 7 das demonstrações financeiras consolidadas e ascendem a 1141 milhões de euros, com um montante bruto de contas a receber de 51 155 milhões de euros.</p>
A nossa resposta de auditoria	<p>Os nossos procedimentos, realizados com os nossos especialistas, consistiram principalmente em:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliar as metodologias aplicadas para determinar os parâmetros utilizados no modelo de depreciação e a sua correta inserção operacional nos sistemas de informação;</li> <li>• Avaliar os principais controlos em vigor para validar alterações nos parâmetros e os principais pressupostos que fundamentam o cálculo das perdas esperadas de crédito;</li> <li>• Avaliar os ajustamentos de imparidade dos peritos calculados a nível local e de grupo e rever a documentação que suporta as imparidades adicionais;</li> <li>• Avaliar os pressupostos utilizados na determinação dos modelos prospetivos, incluindo a ponderação dos diferentes cenários utilizados, e a governança subjacente à escolha das ponderações;</li> <li>• Rever o processo em vigor para garantir a exaustividade e a qualidade dos dados utilizados para determinar as imparidades;</li> <li>• Testar a qualidade das interfaces dos programas de aplicação que suportam o cálculo e a contabilização das imparidades para perdas esperadas de crédito;</li> <li>• Avaliar o processo de classificação de ativos por categoria;</li> <li>• Realização de procedimentos analíticos sobre a evolução dos saldos de crédito a clientes de retalho e a concessionários de automóveis e das imparidades para risco de crédito;</li> <li>• Avaliar a conformidade da informação apresentada nas Notas às demonstrações financeiras consolidadas com as regras contabilísticas aplicáveis.</li> </ul>

**Verificações específicas**

Também realizámos, de acordo com as normas profissionais aplicáveis em França, as verificações específicas exigidas por lei e pelos regulamentos das informações do grupo fornecidas no relatório de gestão do Conselho de Administração.

Não temos nada a relatar quanto à sua justa apresentação e à sua consistência com as demonstrações financeiras consolidadas.

## Relatório sobre Outros Requisitos Legais e Regulamentares

### Formato de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas a incluir no relatório financeiro anual

Verificámos também, de acordo com a norma profissional aplicável em França relativa aos procedimentos realizados pelo revisor oficial de contas relativamente às demonstrações financeiras anuais e consolidadas apresentadas no formato eletrónico único europeu, que a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas se destinava a ser incluída no relatório financeiro anual mencionado no artigo L.451-1-2, I do Código Monetário e Financeiro francês (Code Monétaire et Financier), elaborado sob a responsabilidade do Diretor-Geral, cumpre o formato eletrónico único definido no Regulamento Delegado (UE) n.º 2019/815, de 17 de dezembro de 2018. No que se refere às demonstrações financeiras consolidadas, o nosso trabalho inclui a verificação de que a identificação dessas demonstrações financeiras consolidadas está em conformidade com o formato definido no regulamento delegado acima.

Com base no trabalho que realizámos, concluímos que a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas que se pretende incluir no relatório financeiro anual está em conformidade, em todos os aspetos relevantes, com o formato eletrónico único europeu.

Devido a limites técnicos relacionados com a macro-identificação das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com o formato eletrónico único europeu, alguma identificação das notas às demonstrações financeiras consolidadas pode não refletir exatamente as demonstrações financeiras consolidadas apenas a este relatório.

Não temos a responsabilidade de verificar se as demonstrações financeiras consolidadas que serão incluídas pela sua empresa no relatório financeiro anual arquivado na AMF estão de acordo com aquelas relativamente às quais realizámos o nosso trabalho.

### Nomeação dos revisores oficiais de contas

Fomos nomeados revisores oficiais de contas da RCI Banque S.A. pela assembleia geral anual realizada nos dias 22 de maio de 2014 para a KPMG S.A. e 29 de abril de 2020 para a Mazars.

No dia 31 de dezembro de 2022, a KPMG S.A. e a Mazars encontravam-se no 9.º ano e 3.º ano de contrato ininterrupto global, respetivamente.

## Responsabilidades da administração e dos responsáveis pela governança em matéria de demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia e pelo controlo interno que a administração determinar ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, seja devido a fraude ou erro.

Ao preparar as demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável por avaliar a capacidade da empresa de continuar em atividade, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade e usando o pressuposto da continuidade, a menos que seja esperado que liquide a empresa ou cesse as operações.

Ao Comité de Auditoria cabe o acompanhamento do processo de reporte financeiro e da eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e, quando aplicável, da sua auditoria interna, no que diz respeito aos procedimentos contabilísticos e de reporte financeiro.

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

## Responsabilidades do revisor oficial de contas pela auditoria às demonstrações financeiras consolidadas

### Objetivos e abordagem de auditoria

O nosso papel é um relatório sobre as demonstrações financeiras consolidadas. O nosso objetivo é obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão livres de distorções relevantes. Uma garantia razoável consiste num elevado nível de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as "ISA" irá sempre detetar uma imprecisão significativa caso exista. As imprecisões podem surgir devido a fraudes ou erros e são consideradas materiais se, individualmente ou em conjunto, puderem razoavelmente influenciar as decisões económicas dos utilizadores que sejam tomadas com base nestas demonstrações financeiras consolidadas.

Conforme especificado no Artigo L.823-10-1 do Código Comercial Francês (Code de Commerce), a nossa revisão legal de contas não inclui nenhuma garantia sobre a viabilidade da empresa ou a qualidade da gestão dos negócios da empresa.

No âmbito de uma auditoria realizada de acordo com as normas profissionais aplicáveis em França, o revisor oficial de contas exerce um juízo profissional durante toda a revisão de contas e, além disso:

- identifica e avalia os riscos de imprecisões significativas das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraudes ou erros, cria e realiza procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtém provas de auditoria suficientes e adequadas para fundamentar devidamente o seu parecer. O risco de não deteção de uma imprecisão significativa devido a uma fraude é maior do que uma resultante de um erro, pois uma fraude pode envolver conspiração, falsificação, omissões intencionais, deturpações ou a anulação do controlo interno;
- obtém uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, de modo a criar procedimentos de auditoria que sejam adequados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar um parecer sobre a eficácia do controlo interno;
- avalia a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações relacionadas efetuadas pela administração nas demonstrações financeiras consolidadas;
- elabora conclusões sobre a adequação da utilização pela administração do princípio da continuidade de contabilidade e, com base nas provas de auditoria obtidas, para averiguar se existe uma incerteza material relacionada com eventos ou condições que possam causar dúvidas significativas sobre a capacidade de a empresa continuar em atividade. Esta avaliação baseia-se nas provas de auditoria obtidas até à data do seu relatório de auditoria. Contudo, os eventos ou condições futuras podem fazer com que a Companhia cesse o seu funcionamento. Se o revisor oficial de contas concluir que existe uma incerteza material, é necessário chamar a atenção, no relatório de auditoria, para as divulgações conexas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, se essas divulgações não forem efetuadas ou forem inadequadas, alterar a opinião aí expressa;
- avalia a apresentação global das demonstrações financeiras consolidadas e se essas demonstrações representam as transações e eventos subjacentes de forma a alcançar uma apresentação justa;
- obtém provas de auditoria suficientes e adequadas relativamente às informações financeiras das entidades ou atividades comerciais dentro do grupo para expressar um parecer sobre as demonstrações financeiras consolidadas. O revisor oficial de contas é responsável pela direção, supervisão e execução da auditoria às demonstrações financeiras consolidadas e pela opinião expressa sobre essas demonstrações financeiras consolidadas.

### Relatório ao Comité de Auditoria

Apresentamos ao Comité de Auditoria um relatório que inclui, nomeadamente, uma descrição do âmbito da auditoria e do programa de auditoria implementado, bem como os resultados da nossa auditoria. Também relatamos, se houver, deficiências significativas no controlo interno relacionadas com os procedimentos de relatórios contabilísticos e financeiros por nós identificados.

O nosso relatório ao Comité de Auditoria inclui os riscos de distorção material que, no nosso julgamento profissional, foram os mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do período corrente e que são, portanto, as principais questões de auditoria que somos obrigados a descrever neste relatório de auditoria.

Fornecemos também ao Comité de Auditoria a declaração prevista no artigo 6.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, confirmando a nossa independência na aceção das normas aplicáveis em França, tal como definidas nomeadamente pelos artigos L.822- 10 a L.822-14 do Código Comercial francês (Code de Commerce) e no código de ética francês para revisores oficiais de contas. Quando apropriado, discutimos com o Comité de Auditoria os riscos que podem ser razoavelmente considerados como relacionados com a nossa independência e as respetivas salvaguardas.

Paris La Defense, 3 de março de 2023,

Os revisores oficiais de contas

**KPMG S.A.**

Ulrich Sarfati

Parceiro

**MAZARS**

Anne Veaute

Parceiro

## 4.2 Demonstrações financeiras consolidadas

O grupo decidiu mudar a sua marca para “Mobilize Financial Services”.

### 4.2.1 Balanço consolidado

#### ATIVOS

Em milhões de euros	Notas	12/2022	12/2021
Caixa e saldos em bancos centrais	2	5874	6745
Derivados	3	434	147
Ativos financeiros pelo justo valor através de outros rendimentos integrais	4	521	837
Ativos financeiros calculados ao justo valor na conta de ganhos e perdas	4	119	137
Montantes a receber ao custo amortizado de instituições de crédito	5	1690	1294
Empréstimos e adiantamentos a custo amortizado a clientes	6 e 7	48 631	44 074
Ativos por impostos correntes	8	41	21
Ativos por impostos diferidos	8	220	179
Impostos a receber exceto sobre imposto corrente sobre o rendimento	8	125	112
Contas de compensação e ativos diversos	8	1041	957
Ativos não circulantes detidos para venda		19	
Investimentos em associadas e joint ventures	9	66	146
Operações de locação operacional	6 e 7	1383	1344
Total dos ativos não correntes corpóreos e incorpóreos	10	123	94
Goodwill	11	137	149
<b>TOTAL ATIVOS</b>		<b>60 424</b>	<b>56 236</b>

#### PASSIVOS E CAPITAL PRÓPRIO

Em milhões de euros	Notas	12/2022	12/2021
Bancos Centrais	12,1	3715	3738
Derivados	3	351	44
Valores a pagar a instituições de crédito	12,2	2012	1997
Valores a pagar a clientes	12,3	25 473	22 030
Títulos de dívida	12,4	18 108	17 971
Responsabilidades fiscais correntes	14	108	136
Passivos por impostos diferidos	14	818	670
Impostos a pagar que não sejam sobre o imposto corrente sobre o rendimento	14	25	21
Contas de compensação e passivos diversos	14	2004	1916
Passivos não circulantes detidos para venda		1	
Provisões	15	188	162
Provisões técnicas de seguros	15	425	436
Dívida subordinada - Passivos	17	886	893
Capital próprio		6310	6222
• Dos quais capital próprio - proprietários da empresa-mãe		6309	6208
Capital social e reservas atribuíveis		814	814
Reservas consolidadas e outras		4993	4950
Ganhos e perdas não realizados ou diferidos		(198)	(402)
Resultado líquido do exercício		700	846
• Dos quais participações societárias não controladoras		1	14
<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>60 424</b>	<b>56 236</b>

N.º  
1  
N.º  
2  
N.º  
3  
N.º  
4  
N.º  
5

## 4.2.2 Demonstração de resultados consolidados

Em milhões de euros	Notas	12/2022	12/2021
Juros e rendimentos semelhantes	25	2152	1766
Despesas de juros e encargos semelhantes	26	(883)	(599)
Rendimentos de honorários e comissões	27	679	639
Despesas com honorários e comissões	27	(311)	(282)
Ganhos (perdas) líquidos em instrumentos financeiros ao justo valor através da conta de ganhos e perdas	28	69	8
Rendimento de outras atividades	29	1023	1091
Despesas de outras atividades	29	(684)	(795)
<b>RESULTADO LÍQUIDO BANCÁRIO</b>		<b>2045</b>	<b>1828</b>
Despesas operacionais gerais	30	(622)	(556)
Depreciação e perdas por imparidade de ativos corpóreos e incorpóreos		(20)	(20)
<b>RESULTADO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>1403</b>	<b>1252</b>
Custo do risco	31	(195)	(62)
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>		<b>1208</b>	<b>1190</b>
Participação no resultado líquido (perda) de associadas e <i>joint ventures</i> <sup>(1)</sup>	9	(127)	19
Ganhos menos perdas em ativos não correntes			
Impacto dos ganhos e perdas para subsidiárias no contexto de hiperinflação <sup>(2)</sup>		(31)	(14)
Imparidade do <i>goodwill</i>			(1)
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS<sup>(3)</sup></b>		<b>1050</b>	<b>1194</b>
Imposto sobre o rendimento	32	(330)	(328)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>720</b>	<b>866</b>
Do qual, participações minoritárias		20	20
Do qual, proprietários da empresa-mãe		700	846
Número de ações		1 000 000	1 000 000
<b>Resultado líquido por ação<sup>(4)</sup> em euros</b>		<b>700,12</b>	<b>846,42</b>
<b>Ganhos diluídos por ação (em euros por ação)</b>		<b>700,12</b>	<b>846,42</b>

- (1) O valor pelo método da equivalência patrimonial do Banco RN dava origem a uma imparidade total em 31 de dezembro de 2022, devido às incertezas quanto à recuperabilidade deste ativo, representando um impacto negativo no resultado líquido das entidades pelo método da equivalência patrimonial de 119 milhões de euros no período. Também está incluído o impacto da hiperinflação turca no valor de -6 milhões de euros.
- (2) Hiperinflação argentina.
- (3) Dentro do impacto das operações descontinuadas no valor de -1 milhão de euros.
- (4) Lucro líquido - Proprietários da empresa-mãe em relação ao número de ações.

## 4.2.3 Demonstração consolidada do rendimento integral

Em milhões de euros	12/2022	12/2021
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>720</b>	<b>866</b>
Diferenças atuariais nos benefícios pós-emprego	11	8
<b>TOTAL DE RUBRICAS QUE NÃO SERÃO RECLASSIFICADOS POSTERIORMENTE COMO GANHOS OU PERDAS</b>	<b>11</b>	<b>8</b>
Ganhos ou perdas não realizados em instrumentos de reserva de fluxo de caixa	199	47
Ganhos ou perdas não realizados em ativos financeiros	(8)	(3)
Diferenças cambiais	(1)	53
Outros ganhos ou perdas não realizados ou diferidos		(0)
<i>Total de rubricas que serão posteriormente reclassificados como ganhos ou perdas</i>	<i>190</i>	<i>97</i>
Outros rendimentos integrais	201	105
<b>TOTAL DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS</b>	<b>921</b>	<b>971</b>
Outras receitas integrais atribuíveis a participações não controladoras	17	27
Do qual rendimento integral atribuível aos proprietários da empresa-mãe	904	944

## 4.2.4 Demonstração consolidada de alterações no capital próprio

Em milhões de euros	Capital social <sup>(1)</sup>	Reservas atrib. <sup>(2)</sup>	Reservas consol.	Ajustam. de conversão <sup>(3)</sup>	Ganhos e perdas não realizados ou diferidos <sup>(4)</sup>	Resultado líquido (Acionistas da empresa-mãe)	Capital próprio (Acionistas da empresa-mãe)	Capital próprio (Participações não controladoras)	Total do capital próprio consolidado
<b>Capital próprio a 31 de dezembro de 2020</b>	<b>100</b>	<b>714</b>	<b>5159</b>	<b>(454)</b>	<b>(46)</b>	<b>787</b>	<b>6260</b>	<b>13</b>	<b>6273</b>
Apropriação do lucro líquido do exercício anterior			787			(787)			
<b>Capital próprio a 1 de janeiro de 2021</b>	<b>100</b>	<b>714</b>	<b>5946</b>	<b>(454)</b>	<b>(46)</b>		<b>6260</b>	<b>13</b>	<b>6273</b>
Alteração no valor dos instrumentos financeiros reconhecidos no capital próprio					35		35	9	44
Diferenças atuariais em planos de pensão de benefício definido					8		8		8
Diferenças cambiais				55			55	(2)	53
Resultado líquido do exercício (antes da apropriação)						846	846	20	866
Outra receita integral durante o período				55	43	846	944	27	971
Efeito de aquisições, alienações e outros			1				1		1
Dividendo do exercício			(1000)				(1000)	(20)	(1020)
Compromisso de recompra de participações não controladoras			3				3	(6)	(3)
<b>Capital próprio a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>100</b>	<b>714</b>	<b>4950</b>	<b>(399)</b>	<b>(3)</b>	<b>846</b>	<b>6208</b>	<b>14</b>	<b>6222</b>
Apropriação do lucro líquido do exercício anterior			846			(846)			
<b>Capital próprio a 1 de janeiro de 2022</b>	<b>100</b>	<b>714</b>	<b>5796</b>	<b>(399)</b>	<b>(3)</b>		<b>6208</b>	<b>14</b>	<b>6222</b>
Alteração no valor dos instrumentos financeiros reconhecidos no capital próprio					194		194	(3)	191
Diferenças atuariais nos benefícios pós-emprego					11		11		11
Diferenças cambiais				(1)			(1)		(1)
Resultado líquido do exercício (antes da apropriação)						700	700	20	720
Outra receita integral durante o período				(1)	205	700	904	17	921
Efeito de aquisições, alienações e outros			(11)				(11)		(11)
Dividendo do exercício <sup>(5)</sup>			(800)				(800)	(12)	(812)
Compromisso de recompra de participações não controladoras			8				8	(18)	(10)
<b>CAPITAL PRÓPRIO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>100</b>	<b>714</b>	<b>4993</b>	<b>(400)</b>	<b>202</b>	<b>700</b>	<b>6309</b>	<b>1</b>	<b>6310</b>

(1) O capital social da RCI Banque S.A. (100 milhões de euros) é composto por 1 000 000 ações ordinárias com valor nominal de 100,00 euros cada, totalmente realizadas, das quais 999 999 ações ordinárias são detidas pela Renault s.a.s.

(2) As reservas atribuíveis incluem a conta de prémio de emissão da empresa-mãe.

(3) As alterações nos ajustamentos de conversão a 31 de dezembro de 2022 referem-se principalmente à Argentina, Brasil, Colômbia, Índia, Marrocos, Polónia, Reino Unido, Suíça e Turquia. A 31 de dezembro de 2021, diz respeito principalmente à Argentina, Brasil, Colômbia, Coreia do Sul, Índia, Marrocos, Turquia, Reino Unido, Suíça e República Checa.

(4) Inclui alterações no justo valor dos derivativos utilizados como cobertura de fluxos de caixa e no justo valor dos instrumentos de dívida no valor de 209 milhões de euros e ganhos e perdas atuariais da IAS 19 no valor de -7 milhões de euros no final de dezembro de 2022.

(5) Distribuição ao acionista Renault de um dividendo sobre o resultado de 2021 no valor de 800 milhões de euros.

## 4.2.5 Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Em milhões de euros	12/2022	12/2021
<b>RESULTADO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AOS PROPRIETÁRIOS DA EMPRESA-MÃE</b>	<b>700</b>	<b>846</b>
Depreciação e amortização de ativos não correntes corpóreos e incorpóreos	19	19
Provisão líquida para imparidade e provisões	112	(89)
Participação no resultado líquido (perda) de associadas e joint ventures	127	(19)
(Rendimento)/despesas por impostos diferidos	42	62
Ganhos/perdas líquidos de atividades de investimento	(11)	5
Resultado líquido atribuível a participações não controladoras	20	20
Outros (ganhos/perdas em derivados ao valor justo através dos resultados)	(80)	13
<b>FLUXOS DE CAIXA</b>	<b>929</b>	<b>857</b>
Outros movimentos (acréscimos de contas a receber e a pagar)	172	(222)
<b>TOTAL DE RUBRICAS NÃO MONETÁRIAS INCLUÍDAS NO RESULTADO LÍQUIDO E OUTROS AJUSTAMENTOS</b>	<b>402</b>	<b>(212)</b>
Fluxos de caixa sobre operações com instituições de crédito	107	1289
• Influxos/exfluxos de valores receber de instituições de crédito	5	165
• Influxos/exfluxos de valores a pagar a instituições de crédito	102	1124
Fluxos de caixa sobre operações com clientes	(-1258)	2774
• Influxos/exfluxos de valores a receber de clientes	(4953)	2525
• Influxos/exfluxos de valores a pagar a clientes	3695	249
Fluxos de caixa de outras operações que afetam ativos e passivos financeiros	557	(3998)
• Influxos/exfluxos relacionados com títulos AFS e semelhantes	285	(71)
• Influxos/exfluxos relacionados com títulos de dívida	397	(3914)
• Influxos/exfluxos relacionados com títulos de dívida	(125)	(13)
Fluxos de caixa sobre outras operações que afetam ativos e passivos não financeiros	11	(57)
<b>ALTERAÇÕES LÍQUIDAS EM ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS</b>	<b>(583)</b>	<b>8</b>
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (A)</b>	<b>519</b>	<b>642</b>
Fluxos relacionados com ativos financeiros e investimentos	(15)	(101)
Fluxos relacionados com ativos não correntes corpóreos e incorpóreos	(53)	(15)
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DE/(UTILIZADO PARA) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(68)</b>	<b>(116)</b>
Fluxo de caixa líquido de/(para) acionistas	(819)	(1020)
• Dividendos pagos	(812)	(1020)
• Influxos/exfluxos relacionados com participações não controladoras	(7)	
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DE/(UTILIZADO PARA) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (C)</b>	<b>(819)</b>	<b>(1020)</b>
<b>EFEITO DAS ALTERAÇÕES NAS TAXAS DE CÂMBIO E ÂMBITO DE CONSOLIDAÇÃO SOBRE O FLUXO DE CAIXA E EQUIVALENTES (D)</b>	<b>(46)</b>	<b>88</b>
<b>ALTERAÇÕES NO FLUXO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (A+B+C+D)</b>	<b>(414)</b>	<b>(406)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício:	7705	8111
• Caixa e saldos em bancos centrais	6729	7289
• Saldos em contas à ordem em instituições de crédito	976	822
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício:	7291	7705
• Caixa e saldos em bancos centrais	5836	6729
• Saldos credores em contas à ordem junto de instituições de crédito	1638	1236
• Saldos devedores em contas à ordem junto de instituições de crédito	(183)	(260)
<b>ALTERAÇÕES NO FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO <sup>(1) (2)</sup></b>	<b>(414)</b>	<b>(406)</b>

(1) As normas para determinação dos fluxos de caixa de tesouraria e equivalentes de tesouraria são apresentadas no §. 3.5.

(2) As alterações geradas pelas operações descontinuadas são consideradas insignificantes.

## 4.3 Notas às demonstrações financeiras consolidadas

A RCI Banque S.A., empresa-mãe do grupo, é uma sociedade anónima (Société Anonyme de direito francês) com um Conselho de Administração e um capital social totalmente realizado de 100 000 000,00 €. Está sujeita a toda a legislação e regulamentação aplicável às instituições de crédito e está inscrita no Registo Comercial e de Sociedades de Paris sob o número 306 523 358.

A sede social da RCI Banque S.A. está localizada em 15, rue d'Uzes 75002 Paris, França.

O principal negócio da RCI Banque S.A. é fornecer financiamento para as marcas da Alliance.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Mobilize Financial Services a 31 de dezembro referem-se à empresa e às suas subsidiárias, bem como aos interesses do grupo em associadas e entidades conjuntamente controladas.

### 4.3.1 Aprovação das demonstrações financeiras - Distribuições

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Mobilize Financial Services a 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião de 10 de fevereiro de 2023 e serão submetidas à aprovação da assembleia geral anual de 19 de maio de 2023.

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Mobilize Financial Services para o exercício de 2021 foram estabelecidas pelo Conselho de Administração em 11 de fevereiro de 2022 e aprovadas na assembleia geral mista de 20 de maio de 2022. Foi decidido pagar aos acionistas um dividendo de 800 milhões de euros sobre o resultado de 2021.

As demonstrações financeiras consolidadas são expressas em milhões de euros, salvo indicação em contrário.

### 4.3.2 Principais destaques

#### Alteração do nome comercial “Mobilize Financial Services”

Com o objetivo de reforçar os seus laços com a Mobilize, sucursal de mobilidade do Grupo Renault, e beneficiar de uma marca forte em todo o mundo, o grupo decidiu mudar o nome da sua marca “RCI Bank and Services”. Como resultado, o nome foi alterado para “Mobilize Financial Services”.

Esta alteração não teve qualquer impacto no nome da empresa, que continua a ser RCI Banque S.A.

#### Guerra na Ucrânia

O conflito na Ucrânia e as sanções económicas e comerciais impostas progressivamente contra a Rússia, bem como as contrassanções impostas pela Rússia, tiveram impacto nos negócios do grupo durante o ano de 2022. As áreas em questão incluem principalmente a segurança dos funcionários, o risco de escassez de financiamento na Rússia, o risco de ataques cibernéticos e a falha dos sistemas de informação.

O grupo Mobilize Financial Services tem investimentos na Rússia e na Ucrânia.

O grupo Mobilize Financial Services respeita rigorosamente a regulamentação em vigor e implementou diligentemente as medidas necessárias para cumprir as sanções internacionais.

Dada a forma como o banco opera nestes dois países, a exposição da demonstração da posição financeira à Rússia e à Ucrânia é limitada.

#### Na Ucrânia

A RCI Banque S.A. detém 100 % de uma subsidiária não consolidada. O grupo não tem qualquer exposição a empréstimos a esta empresa.

O investimento líquido da RCI Banque S.A. está limitado à parcela do capital desta subsidiária (0,3 milhões de euros) que foi totalmente provisionada durante o ano de 2022.

#### Na Rússia

A principal exposição à Rússia advém do investimento no RN Bank, entidade autofinanciada na qual o grupo detém uma participação económica de 30 % através da empresa-mãe RN SF B.V., que é consolidada pelo método da equivalência patrimonial. Na pendência da alienação da nossa participação e devido às incertezas quanto à recuperabilidade deste ativo, as suas participações no RN Bank foram sujeitas a uma provisão pelo seu valor total em 31 de dezembro de 2022. O impacto negativo em 2022 ascendeu a 119 milhões de euros no resultado líquido. A variação da taxa de câmbio do rublo resultou numa reserva cambial de -16 milhões de euros no final de dezembro nesta moeda.

O grupo também detém 100 % da RNL Leasing, uma empresa de locação totalmente consolidada. A contribuição da RNL leasing para o capital próprio do grupo não foi significativa (0,6 milhões de euros) e os empréstimos aos acionistas de 1,5 mil milhões de rublos (equivalente a 19 milhões de euros) foram eliminados como parte do tratamento das transações intragrupo. A 11 de outubro de 2022, foi assinado um contrato sobre a venda da RNL Leasing (a aguardar a autorização das autoridades russas). Em consequência, os ativos e passivos da RNL Leasing foram reclassificados para “ativos/passivos não correntes detidos para venda” de acordo com a IFRS 5. Os ativos não correntes detidos para venda ascendem a 22 milhões de euros no final de 2022, tendo sido reconhecida uma imparidade de 3 milhões de euros que representa a diferença entre o preço de venda e a participação pendente. A taxa de conversão de fecho KRUB usada no final de 2022 é de 76,85 e a taxa de conversão média (demonstração de resultados) usada é de 72,17.

O grupo Mobilize Financial Services tomou medidas para se retirar dos seus investimentos na Rússia.

## Novas emissões de fundos de titularização

No mercado de titularização, o grupo investiu cerca de 700 milhões de euros em maio, respaldados por empréstimos para automóveis concedidos pela sua subsidiária francesa DIAC (dos quais 650 milhões de euros em notas seniores e cerca de 50 milhões de euros em notas subordinadas).

Além disso, o grupo Mobilize Financial Services implementou a sua primeira titularização espanhola, emitindo 1,1 mil milhões de euros de notas seniores totalmente retidas pelo grupo. Este novo programa reforça a reserva de liquidez do grupo, diversificando e aumentando os ativos elegíveis para o BCE.

## Entrada de âmbito

Em 2022, duas novas entidades do Grupo Bipi (Bipi Mobility Netherlands B.V. e Bipi Mobility UK Limited) foram totalmente consolidadas.

A presença do CEO da Mobilize Financial Services no conselho executivo da Mobility Trader Holding GmbH, que envolve o grupo, tem uma influência significativa. A Mobility Trader Holding GmbH, que detém 4,97 % do capital do grupo, é contabilizada pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o Artigo 19.º do CRR, a entidade precisa ser consolidada se o total patrimonial e extrapatrimonial exceder 10 milhões de euros. Como consequência, quatro entidades (RCI Finance SK S.r.O.; RCI Lizing d.o.o.; RCI Usluge d.o.o.; RCI Insurance Service Korea Co. Ltd), anteriormente não consolidadas, foram totalmente consolidadas retroativamente a partir de 1 de janeiro de 2022.

## Crise sanitária da COVID 19:

As moratórias “COVID 19” foram aplicadas no âmbito das definições da EBA e de acordo com a situação em cada país. Dado que não foram renovadas em 2021, o grupo Mobilize Financial Services já não tem quaisquer saldos sujeitos a moratórias ativas no final de dezembro de 2022.

**Nota:** O grupo Mobilize Financial Services não está envolvido na concessão de empréstimos garantidos pelo governo (PGE).

## Custo do risco

A IFRS 9 introduz a noção de “análise prospetiva” no cálculo da perda esperada relacionada com o risco de crédito (ECL). Através desta noção, são introduzidos novos requisitos em termos de monitorização e mensuração do risco de crédito com a utilização de dados prospetivos, em particular dados macroeconómicos. Os princípios de cálculo das provisões para o risco de crédito são descritos na Secção 4.3.3.5.

O custo do risco de cliente no final de dezembro de 2022 ascendeu a 195 milhões de euros (0,44 % dos ativos de médio desempenho) com 210 milhões de euros para retalho (0,55 % dos ativos de médio desempenho) e uma libertação de 21 milhões de euros para a rede de concessionários (- 0,35 % da média dos ativos produtivos).

Em comparação com o ano de 2021 (custo de risco 62 milhões de euros, 0,14 % APA), o custo do risco no final de dezembro de 2022 aumentou (custo de risco) em 130 milhões de euros. Esta alteração deve-se principalmente:

- a um aumento, ao longo do ano de 2022, das imparidades para contas a receber de clientes (Nota 7) de 116 milhões de euros face a um decréscimo de 4 milhões de euros ao longo do ano de 2021. Esta diferença deve-se principalmente:
  - à variação das taxas de cobertura de contas a receber com imparidade: em dezembro de 2022, a taxa de cobertura global para as contas a receber de clientes foi de 2,7 %, um aumento de 0,2 ponto em relação a 2021,
  - a variação dos saldos de clientes aumentou 996 milhões de euros durante o ano de 2022. Em 2021, diminuiu 84 milhões de euros;
- o aumento da taxa de cobertura global deve-se principalmente à atualização dos parâmetros de cálculo da IFRS 9, em particular a Perda Dada o Incumprimento para França e Brasil no primeiro semestre de 2022, que estava congelada desde outubro de 2021, o impacto da atualização das provisões prospetivas e a implementação de um ajustamento do risco de inflação nas carteiras de Retalho e um ajustamento para clientes vulneráveis.

Para a rede de concessionários, o custo do risco consiste numa reversão das provisões para imparidade de 21 milhões de euros face a dezembro de 2021.

O ajustamento prospetivo incluído nestes valores tem uma componente macroeconómica e uma componente coletiva.

Foi feita uma provisão de 37 milhões de euros a título de ajustamento prospetivo para os clientes particulares:

- Aumento de 37 milhões de euros decorrente da atualização da componente macroeconómica, para a qual foram utilizados modelos internos de teste de esforço dos parâmetros PI e LGD (especialmente França, Alemanha e Itália);
- Um decréscimo de 0,1 milhões de euros para a provisão coletiva para os agentes económicos dos sectores mais afetados pela crise da COVID 19.

Para a rede de concessionários, o ajustamento prospetivo foi uma reversão de 24 milhões de euros.

A proporção de contas a receber de clientes em incumprimento caiu ligeiramente para 2,4 %, queda de 0,1 ponto em relação a 2021.

A repartição dos empréstimos a clientes e das provisões associadas a cada categoria da IFRS 9 é detalhada na Nota 7.

## Pressupostos significativos para os cálculos de perdas esperadas da IFRS 9:

Estes são próximos dos utilizados para o exercício de 2022, aos quais se acrescenta o efeito adverso previsto sobre o montante das provisões para a aplicação da nova definição de incumprimento para o âmbito tratado segundo o método avançado.

## Prospetiva

A provisão previsional inclui uma provisão estatística e uma provisão para peritagem sectorial.

## Alterações nos parâmetros estatísticos do cálculo prospetivo em 2022

A Mobilize Financial Services (MFS) não tinha, no passado, modelos internos para realizar projeções de parâmetros de risco de crédito, como a PI (Probabilidade de Incumprimento) e as LGD (Perdas Dado o Incumprimento), necessários para calcular as provisões prospetivas da IFRS 9. Em vez disso, foram utilizados índices de referência fornecidos pela EBA (Autoridade Bancária Europeia) como parte dos testes de esforço bancários realizados de dois em dois anos sob a supervisão do BCE (Banco Central Europeu). Os valores de referência utilizados foram os do teste de esforço do último exercício (1.º trimestre de 2021).

No entanto, no âmbito do SREP (Processo de Análise e Avaliação pelo Supervisor), o BCE solicitou à MFS que utilizasse modelos internos. Por conseguinte, a MFS desenvolveu modelos internos (para as carteiras em que tal foi possível, ou seja, com volume e qualidade de dados suficientes) e utilizou esses modelos para calcular as provisões estatísticas prospetivas em 2022. Foram estabelecidos substitutos para as carteiras desprovidas de modelos internos (exemplo de substitutos usados: Média dos resultados das carteiras com modelos internos para carteiras sem modelos internos)

A provisão estatística baseia-se em três cenários:

- “Estabilidade”: que prevê três anos de estabilidade dos parâmetros de provisão para perdas de crédito esperadas (ECL: Perdas de Crédito Esperadas), com base nos últimos parâmetros de risco disponíveis;
- “Base”: Utilização de parâmetros de esforço provenientes de modelos internos desenvolvidos em 2022. As projeções baseiam-se em dados macroeconómicos utilizados para o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP) da instituição datado de 09/2022 (exceto para o Brasil onde os dados macroeconómicos utilizados são de 02/2022). Isto permite que a PI e as LGD e, portanto, as ECL (Perdas Esperadas de Crédito) sejam submetidas a testes de esforço nas carteiras com modelos;
- “Adverso”: Abordagem semelhante ao cenário “Base”, mas com a utilização de dados macroeconómicos deteriorados que conduzem a ECL mais elevadas.

Os vários cenários são então ponderados para ter em conta as últimas projeções macroeconómicas da OCDE (PIB, taxa de desemprego e inflação) e, assim, calcular uma provisão estatística prospetiva (montante da provisão obtido em comparação com as provisões contabilísticas da IFRS 9 do cenário de estabilidade).

Entre dezembro de 2021 e dezembro de 2022, os cenários macroeconómicos da OCDE usados para as ponderações mudaram negativamente devido à mudança do ambiente económico:

- a OCDE reviu em baixa as previsões do PIB para 2022 e 2023 para a maioria dos países. Para 2022, as previsões foram reduzidas em -1,6 pontos para a França, -2,3 pontos para a Alemanha, -0,9 pontos para Espanha e Itália e -0,3 pontos para o Reino Unido. Já no Brasil, a previsão melhorou 1,3 pontos. Em 2023, a deterioração das previsões para o PIB foi mais acentuada nos seguintes países: -1,5 pontos em França, cerca de -2,5 pontos na Alemanha, Espanha, Itália e Reino Unido e -0,9 pontos no Brasil;

- as previsões de desemprego para 2022 e 2023 são ligeiramente favoráveis na maioria dos países. Estável em França, Reino Unido, Alemanha e Itália, com uma variação entre -0,7 e +0,4 entre 2022 e 2023. A OCDE prevê uma melhoria em Espanha de 1,3 pontos em 2022 e -0,7 em 2023. No Brasil, a OCDE prevê uma queda de mais de 3 pontos nos dois anos;
- no que diz respeito à inflação, a maioria dos países registou uma inflação muito elevada em 2022 (superior a 8 pontos, exceto a França com 5,9 %). Em 2023, a previsão de inflação da OCDE para todos os países situa-se entre 4,8 % (Espanha) e 8,8 % (Brasil).

Desde a crise da COVID 19, a estatística prospetiva inclui uma provisão sectorial e, portanto, constituída por uma provisão estatística + sectorial. O cálculo é efetuado após a reformulação da provisão estatística para as provisões sectoriais, a fim de evitar o duplo provisionamento de saldos pendentes.

### Análise prospetiva - Abordagem sectorial

A provisão prospetiva baseada no sector inclui indivíduos que trabalham para um empregador em sectores de elevado risco.

Da mesma forma, em 31 de dezembro de 2021, a estimativa da provisão prospetiva foi concluída para os segmentos de clientes de Retalho e Empresas considerados mais especificamente afetados pela crise. Na ausência de atrasos efetivos nos pagamentos, os segmentos em causa foram mantidos no seu *bucket* inicial.

No que se refere às exposições do segmento Retalho, foram ajustados os clientes em França e no Reino Unido em sectores de atividade de risco, o que permitiu aproximar a taxa de cobertura de Fase 2 para cada sector considerado. Este ajustamento cobre 869 milhões de euros em dívidas.

No que se refere às exposições do segmento Empresarial a clientes que operam em sectores de atividade particularmente afetados pela crise, mas para os quais não foi possível uma análise individual, o ajustamento efetuado elevou a taxa de provisionamento para a taxa observada para os saldos nos mesmos segmentos reconhecidos no *bucket* 2. As dívidas desse segmento ascendem a 1046 milhões de euros.

Desde o final de 2020, foi atribuída uma reserva adicional aos principais sectores de negócios afetados pela crise da COVID 19 (hotéis, restauração, transporte de passageiros, etc.) aplicando o índice de cobertura para as exposições B2 em relação às exposições B1. Foram ocasionalmente complementados por um pequeno número de sectores específicos de determinados países. Este ajustamento representou 46,9 milhões de euros no final de dezembro de 2022, em comparação com 47 milhões de euros no final de 2021.

### Análise prospetiva - Abordagem sectorial

Devido à utilização de modelos internos no cálculo estatístico prospetivo, o cenário Base tornou-se o cenário com projeções de dados macroeconómicos mais alinhados com os da OCDE (desde novembro de 2022).

Dada a elevada volatilidade observada nos últimos anos (COVID em 2019, bloqueios, guerra na Ucrânia, crise dos semicondutores) e as alterações macroeconómicas verificadas em 2022 (aceleração da inflação), a probabilidade de ocorrência do cenário de Estabilidade foi considerada relativamente baixa. Continua, portanto, a ser um cenário potencial, mas o peso deste cenário foi reduzido em relação aos anos anteriores, a fim de obter uma melhor representação do cenário “Base”, dado o seu alinhamento com as projeções da OCDE de novembro de 2022.

Por conseguinte, em comparação com as ponderações de 31 de dezembro de 2021, o Grupo Mobilize Financial Services decidiu, na maioria dos países, reduzir o peso do cenário de Estabilidade e aumentar o peso do cenário “Base”.

Retalho	Peso do Cenário FL - Dezembro de 2021			Peso do Cenário FL - Dezembro de 2022			2022 versus 2021		
	Linha de		Adverso	Linha de		Adverso	Linha de		Adverso
	Estabilidade	base		Estabilidade	base		Estabilidade	base	
França	0,75	0,05	0,20	0,10	0,65	0,25	(0,65)	0,60	0,05
Alemanha	0,75	0,10	0,15	0,10	0,60	0,30	(0,65)	0,50	0,15
Itália	0,70	0,05	0,25	0,10	0,65	0,25	(0,60)	0,60	0,00
Reino Unido	0,70	0,05	0,25	0,10	0,65	0,25	(0,60)	0,60	0,00
Brasil	0,50	0,10	0,40	0,55	0,10	0,35	0,05	0,00	(0,05)
Espanha	0,70	0,05	0,25	0,10	0,65	0,25	(0,60)	0,60	0,00
Coreia	0,65	0,20	0,15	0,10	0,65	0,25	(0,55)	0,45	0,10
Fora G7 (ECLAT)	0,75	0,05	0,20	0,10	0,65	0,25	(0,65)	0,60	0,05

- Atividade de financiamento a clientes: os cenários de “Estabilidade” para todos os países, excluindo o Brasil, foram reduzidos para 10 %, a fim de ter em conta o uso de modelos internos e um cenário Base mais alinhado com os dados económicos mais recentes. Para o Brasil, a ponderação foi mantida em 55 % como no ano anterior, a fim de ter em conta a volatilidade dos dados macroeconómicos do país nos últimos anos (instabilidade não capturada pelo cenário base).

Os cenários “Base”, que são os mais conformes com as previsões macroeconómicas da OCDE, foram ponderados em 65 %, com as únicas exceções da Alemanha e do Brasil.

Alemanha com um cenário “Base” ponderado em 60 %, a fim de ter em conta uma diferença entre as previsões de crescimento do PIB neste cenário e o declínio previsto pela OCDE.

O quadro macroeconómico alemão mostra um PIB mais elevado e uma inflação mais baixa do que o cenário recente da OCDE, o risco é um pouco maior e propomos uma ponderação mais elevada do cenário desfavorável em 30 %. Brasil, como visto acima, onde o cenário “Base” foi ponderado em 10 % devido à incerteza económica observada. Observamos uma volatilidade muito elevada no PIB e na taxa de desemprego nos últimos anos no Brasil. A política do novo governo formado em 01/2023 também traz incerteza adicional aos resultados da política económica e à potencial reação dos mercados financeiros.

Os cenários adversos foram ponderados em 25 % (excluindo a Alemanha em 30 % e o Brasil em 35 %).

- Atividade de financiamento da rede de concessionários: A ponderação de cada cenário foi alinhada com as ponderações para a atividade de financiamento dos clientes, com exceção do Brasil, onde o cenário “Base” foi ponderado em 10 % e o cenário “Adverso” em 40 %, em conformidade com a anterior atualização de junho de 2022.

Retalho	Peso do Cenário FL - Dezembro de 2021			Peso do Cenário FL - Dezembro de 2022			2022 versus 2021		
	Linha de		Adverso	Linha de		Adverso	Linha de		Adverso
	Estabilidade	base		Estabilidade	base		Estabilidade	base	
França	0,65	0,05	0,30	0,10	0,65	0,25	(0,55)	0,60	(0,05)
Alemanha	0,70	0,05	0,25	0,10	0,60	0,30	(0,60)	0,55	0,05
Itália	0,55	0,05	0,40	0,10	0,65	0,25	(0,45)	0,60	(0,15)
Reino Unido	0,65	0,05	0,30	0,10	0,65	0,25	(0,55)	0,60	(0,05)
Brasil	0,50	0,05	0,45	0,55	0,05	0,40	0,05	0,00	(0,05)
Espanha	0,55	0,05	0,40	0,10	0,65	0,25	(0,45)	0,60	(0,15)
Coreia							0,00	0,00	0,00
Fora G7 (ECLAT)	0,65	0,05	0,30	0,10	0,65	0,25	(0,55)	0,60	(0,05)

Na sequência destas alterações nas ponderações, a provisão estatística prospectiva é de 101,2 milhões de euros, em comparação com 87,6 milhões de euros em dezembro de 2021.

### Sensibilidade estatística prospectiva em relação a dezembro de 2021:

A aplicação de uma ponderação de 100 % ao cenário de estabilidade seria equivalente ao cálculo da ECL sem aplicação de esforço e conduziria a uma redução da imparidade estatística de 87,6 milhões de euros.

A aplicação de uma ponderação de 100 % ao cenário de base conduziria a uma redução de 45,7 milhões de euros na imparidade estatística.

A aplicação de uma ponderação de 100 % ao cenário adverso conduziria a um aumento de 172,2 milhões de euros na imparidade estatística.

A provisão estatística e sectorial situou-se em 147,9 milhões de euros, em comparação com 134,8 milhões de euros em dezembro de 2021.

Em milhões de euros	Cliente			Financiamento a concessionários			Total 12/2022
	Bucket 1	Bucket 2	Bucket 3	Bucket 1	Bucket 2	Bucket 3	
França	28,8	16,8	1,2	1,0	0,0	0,0	47,9
Brasil	1,2	1,7	2,3	0,1	0,0		5,4
Itália	7,7	9,1	0,8	(0,0)	(0,0)	0,1	17,7
Espanha	10,9	6,4	1,6			0,1	18,9
Marrocos	6,0	2,0	0,6	0,0	(0,0)	0,0	8,7
Reino Unido	9,5	2,7	0,3				12,5
Alemanha	7,3	6,2	0,9			0,0	14,4
Colômbia	1,9	4,1	0,4			0,0	6,5
Portugal	1,8	0,8	0,0	0,0	(0,0)	0,0	2,7
Áustria	3,0	0,6	0,0	0,0			3,6
Polónia	2,2	1,2	0,2	0,0	(0,0)	0,0	3,6
República Checa	0,7	0,1	0,0	0,0			0,8
Outros	2,0	2,9	0,4	0,1	(0,0)		5,4
<b>TOTAL</b>	<b>83,1</b>	<b>54,6</b>	<b>8,8</b>	<b>1,2</b>	<b>0,0</b>	<b>0,2</b>	<b>147,9</b>

Em milhões de euros	Cliente			Financiamento a concessionários			Total 12/2021
	Bucket 1	Bucket 2	Bucket 3	Bucket 1	Bucket 2	Bucket 3	
França	27,3	5,8	5,6	9,5	0,4	0,0	48,6
Brasil	3,6	6,0	2,2	1,3	0,2		13,3
Itália	5,8	2,5	2,0	2,0	0,4	0,4	13,0
Espanha	4,3	2,9	2,1	2,7	0,8	0,1	12,9
Marrocos	5,8	1,3	1,4	1,1	0,3	0,1	9,9
Reino Unido	4,9	1,7	0,7	0,4	0,0		7,7
Alemanha	3,2	2,1	0,8	1,0	0,1	0,0	7,2
Colômbia	3,1	0,8	0,7	0,1	0,1	0,0	4,7
Portugal	3,2	0,2	0,1	1,0	0,0	0,0	4,5
Áustria	2,2	0,3	0,1	0,4	0,0		3,0
Polónia	1,5	0,3	0,3	0,6		0,1	2,8
República Checa	0,9	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	1,1
Outros	1,9	1,5	0,5	1,7	0,5	0,0	6,1
<b>TOTAL</b>	<b>67,5</b>	<b>25,5</b>	<b>16,5</b>	<b>21,9</b>	<b>2,8</b>	<b>0,7</b>	<b>134,8</b>

### Provisões para avaliações (ajustamentos adicionais não-modelo)

Se necessário, pode ser efetuado um ajustamento das provisões a nível local por um especialista. O especialista pode ajustar a alocação de uma exposição nos *buckets* 1 e 2 e o ECL calculado se tiver informações adicionais. Estes ajustamentos devem ser justificados e são classificados em seis categorias: Moratórias/Cientes vulneráveis, Inflação, Aluguer de automóveis /Locação de Curto Prazo, Individual, Parâmetros de Risco, Outros.

#### Cientes vulneráveis

O risco de crédito específico dos clientes que beneficiaram de diferimentos ou prorrogações de vencimento durante a crise do COVID 19 é agora avaliado como baixo ou nulo, uma vez que todos os clientes retomaram os pagamentos dos seus empréstimos há mais de um ano. No entanto, em Itália, onde uma parte significativa da carteira pôde

beneficiar de moratórias de pagamento, foi mantida uma avaliação com base numa análise da qualidade da contraparte por uma agência de crédito.

O inventário desta avaliação representou uma provisão de 5,3 milhões de euros no final de dezembro de 2022, em comparação com 31,9 milhões de euros no final de 2021 para todos os países em questão.

O sistema para clientes vulneráveis foi alargado e reforçado em 2022 para permitir a deteção precoce de clientes de Retalho suscetíveis de estar em dificuldade, através de árvores de decisão ou pontuações específicas para cada país. Os clientes do *bucket* 1 aos quais foi atribuído um grau de gravidade médio ou elevado foram então cobertos pela taxa do *bucket* 2.

O inventário desta avaliação complementar representou uma provisão de 17,4 milhões de euros no final de dezembro de 2022, face a 9,1 milhões de euros no final de 2021 (apenas para Espanha em 2021).

N.º  
1  
N.º  
2  
N.º  
3  
N.º  
4  
N.º  
5

## Inflação

Para as carteiras de Retalho, foi efetuado um ajustamento relacionado com a deterioração da solvência dos clientes, cujo custo de vida é afetado pela inflação, em toda a administração no final de 2022. Consiste em estimar que proporção da carteira do *bucket 1* provavelmente passaria pelo *bucket 2*, esforçando as rubricas de custo de vida e cobrindo os seus saldos à taxa do *bucket 2*.

O inventário desta avaliação complementar representou uma provisão de 42,7 milhões de euros no final de dezembro de 2022, face a 3,9 milhões de euros no final de 2021 (apenas para Espanha em 2021). Em 2021, a avaliação da inflação no Reino Unido teve como objetivo avaliar o impacto do Brexit.

Verificou-se que este montante não se sobrepunha ao previsional.

## Aluguer de Automóveis/Locação de Curta Duração

São avaliações relacionadas com empresas de locação de curto prazo. O inventário desta avaliação representava 3,7 milhões de euros no final de dezembro de 2022.

## Individual

Em caso de ajustamentos não relacionados com o modelo na sequência de uma revisão individual das contrapartes empresariais (excluindo o segmento grossista), a exposição saudável é rebaixada para B2.

A reestruturação não deve levar ao rebaixamento sistemático de um *bucket* para outro (e, em particular, do *Bucket 1* para o *Bucket 2*). Em vez disso, as contrapartes devem ser analisadas (individual ou coletivamente) para diferenciar aquelas que sofrem uma deterioração real n seu risco de crédito ao longo da vida dos ativos daquelas que enfrentam apenas “problemas temporários de liquidez”.

Estas avaliações são aplicadas durante as revisões individuais da empresa com base num limite mínimo de saldos em dívida.

## 4.3.3 Normas e métodos contabilísticos

Em aplicação do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, adotado em 19 de julho de 2002 pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho Europeu, o grupo Mobilize Financial Services elaborou as suas demonstrações financeiras consolidadas para 2022 de acordo com as orientações IFRS (Normas Internacionais de Relato Financeiro) publicadas pelo IASB (Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade) em 31 de dezembro de 2022 e adotadas na União Europeia até à data de fecho das demonstrações.

### 4.3.3.1 Alterações às políticas contabilísticas

O grupo Mobilize Financial Services aplica as normas e alterações publicadas no Jornal Oficial da União Europeia, cuja aplicação é obrigatória desde 1 de janeiro de 2022.

Representaram 20,5 milhões de euros no final de dezembro de 2022, uma reversão de 11,2 milhões de euros face ao final de dezembro de 2021. Esta inversão concentrou-se em França e reflete a melhoria dos indicadores financeiros das empresas sujeitas a revisão individual.

## Parâmetros de Risco

Estas avaliações são realizadas com o objetivo de cobrir vieses ou incertezas quanto aos parâmetros de risco. Também podem ser aplicados para antecipar alterações nos parâmetros ou em termos de modelo. Ascenderam a 17,3 milhões de euros no final de dezembro de 2022, em comparação com 32,4 milhões de EUR no final de dezembro de 2021.

## Outros

Este tipo de avaliação inclui aqueles que não foram classificados em nenhuma das outras cinco categorias. Totalizavam 3,5 milhões de euros no final de dezembro de 2022.

## Aplicação da nova definição de incumprimento

Em 2021, o Grupo Mobilize Financial Services finalizou o seu projeto de conformidade com a nova definição de incumprimento para os países que utilizam o método avançado (França, Itália, Espanha, Alemanha, Reino Unido e Coreia do Sul) e para os países que utilizam o método padrão (Brasil e países não pertencentes ao G7).

Os parâmetros de provisionamento (probabilidade de incumprimento, mensuração da perda incorrida em caso de incumprimento da contraparte) são atualmente definidos de acordo com os métodos aplicáveis à nova definição de incumprimento (reconstrução do histórico de cálculo, contador de “dias de atraso” adaptado, etc.). O parâmetro de perda incorrida em caso de incumprimento da contraparte foi atualizado mensalmente para todos os países desde junho de 2022.

## Novos regulamentos que devem ser aplicados a 1 de janeiro de 2022

Alteração à IAS 16	Receita gerada antes do uso pretendido
Alteração à IFRS 3	Atualização da referência ao quadro conceptual
Alteração à IAS 37	Custos a ter em conta para determinar se o contrato é oneroso
Melhorias anuais (ciclo 2018-2020)	Processo anual de melhoria de normas

A aplicação das demais normas e alterações a partir de 1 de janeiro de 2022 não tem nenhum efeito significativo nas demonstrações financeiras do grupo.

**Novos textos não aplicados antecipadamente pelo grupo**

Alteração IAS 1	Informações sobre políticas contabilísticas relevantes	01/01/2023
Alteração IAS 8	Definição de estimativas contabilísticas	01/01/2023
IFRS 17 e alterações	Apólices de seguro	01/01/2023
Alteração IFRS 17	Primeira adoção da IFRS 17 e da IFRS 9 - Informações comparativas	01/01/2023
Alteração IAS 12	Imposto diferido sobre ativos e passivos decorrentes da mesma transação	01/01/2023

O grupo Mobilize Financial Services está atualmente a analisar os potenciais impactos mas, nesta fase, não antecipa qualquer impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas decorrente da aplicação das alterações às normas IAS 1, IAS 8 e IAS 12.

A IFRS 17 “Contratos de seguro”, publicada em 18 de maio de 2017 e alterada pelas alterações de 25 de junho de 2020, estabelece os princípios de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de informações para contratos de seguro. Substitui a IFRS 4 “Contratos de seguro” e será aplicável aos exercícios financeiros com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

A IFRS 17 aplica-se principalmente no Grupo Mobilize Financial Services às apólices de seguro emitidas e aos acordos de resseguro celebrados pela RCI Life e pela RCI Insurance. As apólices passarão a ser avaliadas de acordo com o modelo geral (conhecido como “abordagem por módulos”), que compreende: (1) estimativas dos fluxos de caixa futuros descontados utilizando a chamada abordagem “ascendente”, que consiste em determinar as taxas de desconto ajustando uma curva de rendimento livre de risco dos ativos líquidos para ter em conta as diferenças de liquidez entre os instrumentos financeiros cujas taxas foram observadas no mercado e as das apólices de seguro e ponderadas pela probabilidade de ocorrência, (2) um ajuste para o risco não financeiro e (3) a margem sobre os serviços contratuais. A margem sobre os serviços contratuais será reconhecida na demonstração do resultado de acordo com as unidades de cobertura fornecidas durante o período. O Mobilize Financial Services Group aplicará a abordagem retrospectiva simplificada para lidar com o impacto da transição nas demonstrações financeiras a partir de 1 de janeiro de 2023. O Grupo Mobilize Financial Services espera que a sua implementação tenha um impacto positivo no capital próprio de cerca de 130 milhões de euros a partir de 1 de janeiro de 2022, data da transição. Nesta data, de acordo com a IFRS 17, o montante das provisões técnicas líquidas de ativos de resseguro está estimado em 129 milhões de euros e o inventário de margem sobre serviços contratuais em 332 milhões de euros em todo o Grupo Mobilize Financial Services. O cálculo do impacto da aplicação da IFRS 17 na demonstração de resultados de 2022 está a ser finalizado.

**Outras normas e alterações ainda não adotadas pela União Europeia**

Alterações IAS 1	Classificação de passivos como correntes ou não correntes.	01/01/2023
Alterações IFRS 16	Passivos de locação no âmbito de contratos de venda e posterior locação financeira	01/01/2024

O Grupo Mobilize Financial Services encontra-se atualmente a analisar os potenciais impactos, mas, nesta fase, não antecipa qualquer impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas decorrentes da aplicação destas alterações.

**Interpretação da IFRS IC relativa ao reconhecimento das “operações de refinanciamento de longo prazo” (IFRS 9 e IAS 20)**

A decisão do IFRS IC, que visa clarificar a análise e reconhecimento das operações no âmbito da TLTRO III, foi tornada definitiva em março de 2022. Esta decisão aplica-se aos levantamentos no âmbito da TLTRO III realizados pelo sector de Financiamento de Vendas, aos quais o Grupo Mobilize Financial Services optou por aplicar a IFRS 9. Mais detalhes sobre estas transações são fornecidos na Nota 12.

**Hiperinflação na Turquia**

A Turquia foi identificada em 16 de março de 2022 pela “Task Force de Práticas Internacionais” (IPTF) do “Centro para a Qualidade da Auditoria” como um país a ser considerado hiperinflacionário para a preparação das demonstrações financeiras para o exercício financeiro de 2022.

A ORFIN Finansman Anonim Sirketi, uma entidade contabilizada pelo método da equivalência patrimonial na moeda funcional local, aplicou a reexpressão por hiperinflação em 31 de dezembro de 2022. O seu efeito na contribuição para as demonstrações financeiras do Mobilize Financial Services Group é considerado insignificante.

**4.3.3.2 Princípios de consolidação****Âmbito e métodos de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas integram as contas das empresas sobre as quais o grupo exerce, direta ou indiretamente (subsidiárias e sucursais), um controlo, na aceção da IFRS 10 (associadas ou controlo conjunto - *joint ventures*).

Os ativos titularizados da Diac SA, RCI FS Ltd e das sucursais italiana, espanhola e alemã, para as quais o grupo Mobilize Financial Services reteve a maioria dos riscos e benefícios, permanecem no lado do ativo patrimonial. De acordo com a IFRS 10, o grupo mantém o controlo dos veículos FCT do fundo de titularização, que cria como parte do seu programa de titularização, pois retém as ações de maior risco. É ele quem determina quem tem poder sobre o veículo FCT do fundo de titularização. Assim, por ter controlo, o grupo pode consolidar e eliminar transações recíprocas; mantendo as contas a receber cedidas. As contas a receber cedidas, bem como os juros acumulados e as provisões para imparidade sobre os mesmos, continuam a aparecer no ativo patrimonial do grupo. Ao mesmo tempo, as obrigações emitidas pelo Fundo são incluídas no passivo patrimonial do grupo, juntamente com as despesas correspondentes.

Assim, durante o processo de titularização, o grupo não desreconhece os créditos titularizados porque o veículo (FCT do fundo de titularização), que gere a titularização, permanece sob o controlo do grupo Mobilize Financial Services. O não reconhecimento das contas a receber cedidas no âmbito dos programas de titularização é suportado pelo parágrafo 3.2.4 da IFRS9.

É de salientar que no modelo de negócio “cobrança”, no âmbito da política contabilística e de limiares do grupo, as cessões de contas a receber por via de titularização são pouco frequentes, embora significativas. Estas vendas de contas a receber por meio de titularização não colocam em questão o modelo de negócio de “cobrança” aplicado a estas carteiras.

As associadas e as *joint ventures* são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial (IFRS 11).

As transações significativas entre empresas consolidadas são eliminadas.

Na sua maioria, as empresas incluídas no âmbito de consolidação do grupo Mobilize Financial Services são as empresas de financiamento de vendas de veículos Renault, Nissan, Dacia, Samsung e Datsun e as empresas de serviços associados.

#### Custo de aquisição de ações e goodwill

O *goodwill* é mensurado na data de aquisição, como o excesso de:

- o valor total transferido, mensurado pelo valor justo, e qualquer valor de participação que não confere participação controladora na empresa adquirida;

e

- as quantias escrituradas líquidas dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Os custos relacionados com a aquisição, tais como comissões de corretagem, honorários de consultores, honorários legais, contabilísticos, de avaliação e outros honorários profissionais e de consultoria, são registados como despesas nos períodos em que os custos são incorridos e os serviços recebidos.

Os custos de emissão de dívida ou de capital próprio são contabilizados de acordo com a IAS 32 e a IFRS 9.

Se a combinação de negócios gerar *goodwill* negativo, o valor relevante é imediatamente reconhecido no resultado.

É efetuado um teste de imparidade pelo menos anualmente e sempre que haja indícios de perda de valor, comparando o valor contabilístico dos ativos com o seu valor recuperável, sendo este último o valor mais elevado entre o justo valor de mercado (após dedução do custo de alienação) e o valor de continuidade. O valor em uso é baseado numa abordagem de mercado e determinado por meio de múltiplos para cada grupo de unidades geradoras de caixa, que compreendem entidades jurídicas ou grupos de entidades jurídicas no mesmo país. É usado um único valor de desconto para todas as unidades geradoras de caixa assim testadas, que é a taxa a prazo de 10 anos livre de risco aumentada pelo prêmio de risco médio para o sector em que operam.

São usadas projeções de dados de um ano sobre os ganhos ou perdas.

O *goodwill* é, por conseguinte, mensurado pelo seu custo menos quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Se for encontrada imparidade, a perda por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados.

As transações com interesses que não controlam (compras/vendas) são contabilizadas como transações de capital. A diferença entre o valor recebido ou pago e o valor contabilístico das participações não controladoras vendidas ou compradas é reconhecida diretamente no capital próprio.

#### Participações não controladoras

O grupo concedeu compromissos de compra sobre as participações detidas por acionistas minoritários em subsidiárias totalmente consolidadas. Para o grupo, estes compromissos de compra

representam obrigações contratuais decorrentes da venda de opções de venda. O preço de exercício destas opções é determinado através de uma estimativa do preço que o grupo Mobilize Financial Services teria de pagar aos interesses que não controlam se as opções fossem exercidas, tendo em conta os rendimentos futuros da carteira de financiamento existente à data de fecho e as disposições previstas nos acordos de cooperação relativos às subsidiárias.

De acordo com as disposições estabelecidas na IAS 32, o grupo reconheceu um passivo decorrente de opções de venda vendidas a interesses que não controlam de entidades exclusivamente controladas num montante total de 186 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, em comparação com 168 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021. Este passivo é inicialmente mensurado pelo valor presente do preço de exercício estimado das opções de venda.

As entradas de contraparte para este passivo são contabilizadas como diminuições das participações não controladoras subjacentes às opções e, para o balanço, uma diminuição do capital próprio atribuível aos proprietários da empresa-mãe. A obrigação de reconhecer um passivo mesmo que as opções de venda não tenham sido exercidas significa que, para ser coerente, o grupo aplicou inicialmente o mesmo tratamento contabilístico aplicado aos aumentos das suas participações em entidades controladas.

Se as opções não tiverem sido exercidas no termo deste compromisso, os lançamentos anteriores são anulados. Se as opções forem exercidas e a compra for realizada, o valor reconhecido como passivo é extinto pelo desembolso de caixa associado à compra das participações não controladoras.

Os detalhes das subsidiárias nas quais as participações não controladoras são significativas estão detalhados na Nota B.

#### 4.3.3.3 Apresentação de demonstrações financeiras

As demonstrações resumidas são apresentadas no formato recomendado pela Autorité des Normes Comptables (Autoridade Francesa de Normas de Contabilidade) na sua Recomendação n.º 2017-02, de 14 de junho de 2017, sobre o formato das demonstrações financeiras consolidadas para instituições do sector bancário que aplicam as normas internacionais de contabilidade.

O resultado operacional inclui todas as receitas e despesas diretamente associadas às operações do grupo, sejam estas rubricas recorrentes ou resultantes de decisões ou transações pontuais, como custos de reestruturação.

#### 4.3.3.4 Estimativas e julgamentos

Ao preparar as suas demonstrações financeiras, o grupo Mobilize Financial Services tem de fazer estimativas e suposições que afetam o valor contabilístico de certos ativos e passivos, rubricas de receita e despesa e as informações divulgadas em algumas Notas Explicativas. O grupo Mobilize Financial Services revê regularmente as suas estimativas e avaliações de forma a ter em consideração a experiência passada e outros fatores considerados relevantes tendo em conta as circunstâncias económicas. Se as alterações nesses pressupostos ou circunstâncias não forem as previstas, os valores indicados nas demonstrações financeiras futuras poderão diferir das estimativas atuais. As principais rubricas das demonstrações financeiras que dependem de estimativas e pressupostos são o valor recuperável de empréstimos e adiantamentos a clientes e provisões por imparidade e provisões.

Estas estimativas são tidas em conta em cada uma das Notas relevantes.

Algumas alterações foram feitas nos julgamentos e pressupostos utilizados em relação a dezembro de 2021, no que diz respeito a:

- análise prospetiva para os modelos internos usados para determinar alguns parâmetros de cálculo;
- O ajustamento da ECL pretendia complementar a ECL através da emissão de alguns modelos de cálculo, a fim de ter em conta o contexto de particularidades relacionadas com a situação das macroeconomias.

Além dos pontos abordados acima, as principais áreas de julgamento e estimativa na preparação das demonstrações financeiras consolidadas permanecem as mesmas.

#### 4.3.3.5 Empréstimos e adiantamentos a clientes e contratos de locação financeira

##### Mensuração (excluindo imparidade) e apresentação de empréstimos e adiantamentos a clientes

As contas a receber do financiamento de vendas a clientes finais e as contas a receber do financiamento a concessionários estão classificadas na categoria “Empréstimos e adiantamentos emitidos pela empresa”. Como tal, são inicialmente registados ao justo valor e registados ao custo amortizado calculado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa interna de retorno até ao vencimento ou, no caso de empréstimos com taxa ajustável, até à data de ajustamento data taxa mais próxima. O valor descontado da amortização sobre qualquer diferença entre o valor inicial do empréstimo e o valor a pagar à data de vencimento é calculado usando a taxa de juro efetiva.

Além do componente contratual das contas a receber, o custo amortizado das contas a receber do financiamento de vendas inclui bonificações de juros recebidas do fabricante de automóveis ou do concessionário como parte de campanhas promocionais, taxas de tratamento pagas pelos clientes e comissões pagas pelo reencaminhamento do negócio. Estas rubricas, que são todas elas fatores no retorno do empréstimo, são deduzidas ou adicionadas ao valor a receber. São reconhecidas na demonstração do resultado como uma parcela proporcionalmente descontada à taxa de juro efetiva das contas a receber às quais se aplicam.

Os contratos de locação financeira, tal como identificados pelas regras descritas na Parte F, são em substância registados como contas a receber do financiamento de vendas.

Note-se que, quando as comissões estão associadas a um empréstimo ou a uma locação financeira, estas são avaliadas numa base atuarial, de acordo com a taxa de juro efetiva do contrato. Estas comissões são distribuídas ao longo da vigência do contrato. De facto, estas comissões estão diretamente ligadas ao estabelecimento do contrato e são, por conseguinte, tratadas como custos incrementais ao abrigo da IFRS 9.

Quando as comissões são “independentes”, não estão vinculadas a nenhum contrato de financiamento. Estas taxas são reconhecidas de acordo com a IFRS 15. São reconhecidas na demonstração do resultado quando a obrigação de desempenho é cumprida, ou seja, num momento específico ou com base na percentagem de conclusão (ver Nota 27).

Os rendimentos da revenda dos veículos no termo dos contratos de locação financeira estão incluídos na rubrica “Receita/(despesa) líquida de outras atividades”.

Assim, os ganhos e perdas sobre a revenda de veículos provenientes de contratos de locação, os valores cobrados ou recuperados de provisões para riscos sobre valores residuais, e os ganhos ou perdas resultantes de danos em veículos menos quaisquer pagamentos de seguros correspondentes, são registados na rubrica “Outras receitas de operações bancárias” ou “Outras despesas relacionadas com operações bancárias”.

##### Deterioração significativa do risco (definição de “bucketing”)

Cada empréstimo ou conta a receber, à data do relatório, é classificado numa categoria de risco, dependendo de ter ou não sofrido uma deterioração significativa do risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. Esta classificação depende do nível da provisão para imparidade esperada a reconhecer para cada instrumento:

- *Bucket* 1: nenhuma deterioração ou deterioração insignificante do risco de crédito desde a originação;
- *Bucket* 2: nenhuma deterioração significativa do risco de crédito desde a originação ou a contraparte financeira do grau de não-investimento;
- *Bucket* 3: deterioração como perda apurada (categoria de incumprimento).

Esta segmentação dos saldos por nível de risco, exigida pela IFRS 9, está integrada nos processos de acompanhamento e gestão do risco de crédito das entidades do grupo e implementada nos sistemas operacionais.

A data de originação é definida ao nível de cada empréstimo ou conta a receber e não ao nível da contraparte (por exemplo, data de início da relação).

A data de originação é definida da seguinte forma:

- para as obrigações de financiamento irrevogáveis, a data de originação é a data de assinatura do compromisso ou, para as obrigações de financiamento da rede de Concessionários, a data da última revisão dos limites;
- para os saldos em empréstimos convencionais, locações financeiras ou operacionais, a data de originação é a data da transição para gestão, ou seja, a data em que o tratamento do compromisso de financiamento muda e a conta a receber é registada no balanço;
- para os saldos de empréstimos “conta única” da rede de Concessionários, a data de originação corresponderá à data da última transferência para o saldo devedor;
- para títulos, a data de originação corresponde à data de compra.

##### Identificação do risco de crédito

O grupo Mobilize Financial Services usa atualmente vários sistemas de classificação interna diferentes:

- uma notação para todo o grupo para os mutuários do segmento Concessionário, que é utilizada durante as várias fases da relação com o mutuário (aprovação inicial, supervisão de risco, provisionamento);
- uma notação para todo o grupo para as contrapartes bancárias, que é estabelecida com base nas notações externas e ao nível de capital de cada contraparte;
- Para os mutuários “Clientes Particulares” são utilizados diferentes sistemas de pontuação de aprovação, que variam por subsidiário e por tipo de financiamento.

Consequentemente, a deterioração significativa do risco de crédito é avaliada ao nível da operação, ou seja, ao nível do contrato de financiamento (atividade de financiamento de clientes de Retalho e Empresas) ou da linha de financiamento (atividade de financiamento por Grosso). Para as carteiras com notação IRB-A, que constituem a grande maioria do grupo, a descida do *Bucket 1* para o *Bucket 2* é feita em função da descida da notação da operação em relação à origem.

Exemplo: se a notação de uma operação descer *x notches* na data de relatório *versus* a data de origem, a operação passa então do *Bucket 1* para o *Bucket 2*.

O número de *notches* “*x*” é determinado em função da carteira em questão.

A notação de crédito não é projetada ao longo da vida da operação, nem ao longo de 12 meses.

Os contratos reestruturados (renegociação) também passam para o *Bucket 2*.

Para as carteiras que utilizam o método padrão (sem notação), o *Bucket 1* é desclassificado para o *Bucket 2* de acordo com diferentes árvores de decisão entre as atividades a Retalho e por Grosso, tendo em consideração, entre outras coisas, a existência de atrasos e reestruturações de contratos (renegociação).

As carteiras são divididas em quatro segmentos, nos quais são desenvolvidas pontuações comportamentais: Retalho, Clientes Empresariais, Grandes Empresas (apenas em França), Grosso.

As variáveis de pontuação são específicas para cada país e cada segmento:

- critérios qualitativos: forma jurídica da empresa, idade da empresa, tipo de veículo novo/veículo usado, percentagem de entrada em numerário, estado civil, tipo de residência, profissão, etc.;
- critérios quantitativos: duração dos pagamentos em atraso, período decorrido desde o último pagamento diferido, exposição, período de financiamento inicial, rácios patrimoniais habituais.

#### Exposições reestruturadas

O grupo Mobilize Financial Services utiliza a definição dada pela Autoridade Bancária Europeia (EBA) nas suas Normas Técnicas de Execução (na sigla inglesa, ITS - *Implementing Technical Standards*) 2013/03, rev1 de 24/07/2014, para identificar as suas exposições reestruturadas (renegociação de empréstimos).

A reestruturação (renegociação de empréstimos) consiste em concessões a um devedor que enfrenta ou está prestes a enfrentar dificuldades para cumprir as suas obrigações financeiras.

Refere-se assim aos casos em que existe:

- uma alteração dos termos e condições de um contrato, a fim de dar ao cliente em dificuldades financeiras a possibilidade de cumprir as suas obrigações (por exemplo, uma alteração do número de prestações, uma extensão do prazo, uma alteração do montante da prestação, uma alteração da taxa de juro do cliente);
- um refinanciamento total ou parcial de um contrato de dívida problemático (em vez de o rescindir) que não teria sido concedido se o cliente não estivesse a atravessar dificuldades financeiras.

A classificação de contratos como exposições reestruturadas é separada do provisionamento (por exemplo, um contrato que é renegociado e volta a ser considerado como produtivo não será provisionado e ainda assim será classificado como uma exposição reestruturada durante todo o período probatório).

As contas a receber cujas características foram renegociadas comercialmente com contrapartes que não se encontram em dificuldades financeiras não são identificadas como exposições reestruturadas.

A definição de exposição reestruturada aplica-se a nível do contrato individual (“facilidade”) que é renegociado e não a nível do terceiro (princípio de não contágio).

As dificuldades financeiras são avaliadas, porém, ao nível do devedor.

A classificação da renegociação de um contrato é suspensa quando todas as seguintes condições forem atendidas:

- o contrato é considerado como produtivo e a análise da situação financeira do devedor mostra que recuperou a sua solvabilidade e capacidade de serviço da dívida;
- tenha decorrido um período probatório mínimo de 2 anos a partir da data em que a exposição reestruturada voltou a ser considerada produtiva;
- o devedor efetuou pagamentos regulares e significativos durante, pelo menos, metade do período probatório;
- nenhuma das exposições ao devedor está vencida há mais de 30 dias no final do período probatório.

Se um contrato atualmente considerado como produtivo, mas anteriormente classificado como renegociado, voltar a beneficiar de medidas de tolerância (tais como uma extensão do prazo) ou se qualquer das exposições sobre o devedor estiver vencida há mais de 30 dias, deve ser novamente classificado como uma exposição reestruturada.

#### Imparidade para risco de crédito

De acordo com o IFRS 9, já não é necessário que um evento gerador ocorra para reconhecer a depreciação, como era o caso ao abrigo da IAS 39 (“perda incorrida”). Assim, é atribuída uma depreciação das perdas esperadas desde o início (exceto os instrumentos financeiros originários ou adquiridos em caso de incumprimento) a quaisquer instrumentos financeiros abrangidos pelo âmbito de aplicação da norma:

- originalmente, é atribuída ao instrumento uma perda de valor que representa a perda esperada a 12 meses (*Bucket 1*);
- em caso de deterioração significativa do risco de crédito desde o início, é então atribuída ao instrumento uma perda de valor que representa as perdas de crédito esperadas para todo o período de vigência.

#### Definição de Perda de Crédito Esperada

A IFRS 9 define a ECL como a expectativa de perda de crédito atualizada (capital e juros). A expectativa formará o valor da provisão alocada a uma facilidade ou carteira.

Para calcular a ECL, a norma exige o uso de informações internas e externas relevantes (verificadas) e razoavelmente disponíveis, a fim de fazer estimativas de perdas esperadas/prospetivas, que incluem eventos passados, condições atuais e previsões de futuros eventos e condições económicas.

**Fórmula ECL genérica:**

Com base nos componentes acima, a fórmula de cálculo da ECL usada pelo grupo Mobilize Financial Services pode ser apresentada, de forma genérica, da seguinte forma:

$$ECL_{\text{Maturidade}} = \sum_{t=1}^{M \text{ mês}} EAD_t * PI_t^9 * ELBE_0^9 * \frac{1}{(1+t)^{t/12}}$$

Com:

- **M** = maturidade
- **EAD<sub>t</sub>** = exposição esperada no momento do início do incumprimento para o ano em questão (tendo em conta eventuais reembolsos antecipados)
- **PI<sup>9</sup>** = probabilidade de incumprimento durante o ano em questão
- **ELBE<sup>9</sup><sub>0</sub>** = melhor estimativa da perda em caso de incumprimento da facilidade
- **t** = taxa de desconto

Cada um dos parâmetros é calibrado individualmente.

As perdas de crédito antecipadas para os próximos 12 meses são uma parte das perdas de crédito esperadas para todo o período de vigência e representam insuficiências de fluxo de caixa para todo o período de vigência que ocorreriam em caso de incumprimento nos 12 meses seguintes à data de fecho do exercício financeiro (ou um período mais curto se o prazo esperado do instrumento financeiro for inferior a 12 meses), ponderado pela probabilidade de incumprimento. Consequentemente, a ECL a 12 meses é deduzida da fórmula acima, que é restrita aos parâmetros de mensuração nos próximos 12 meses.

Assim, verifica-se que, para contratos com prazo inferior a 12 meses, a provisão é a mesma, quer a operação seja classificada como *Bucket 1* ou *Bucket 2*. Para o grupo Mobilize Financial Services, tem um impacto particular no perímetro da Rede de Concessionários, uma vez que diz respeito principalmente ao financiamento a curto prazo.

**Probabilidade de incumprimento - PI:**

O grupo Mobilize Financial Services capitaliza as provisões de Basileia para calcular os seus parâmetros ao abrigo da IFRS 9.

**Melhor estimativa de perda em caso de incumprimento - ELBE9 IFRS 9:**

A IFRS 9 não inclui qualquer menção específica ao período de monitorização e recolha de dados históricos utilizados para o cálculo dos parâmetros LGD. Consequentemente, é possível, para os países em causa, utilizar como ponto de partida as estimativas das LGD determinadas no ambiente prudencial no método IRB (sendo efetuados ajustamentos, se necessário).

**Atualização:**

A norma estabelece que as perdas esperadas devem ser atualizadas na data do relatório à taxa de juro efetiva (AIR) do ativo (ou uma estimativa aproximada da taxa determinada no reconhecimento inicial).

Devido à opção permitida pela norma e tendo em conta a estrutura genérica dos contratos do grupo Mobilize Financial Services, a AIR pode ser aproximada como a taxa do contrato.

**Análise prospetiva:**

A IFRS 9 introduz a noção de análise prospetiva no cálculo da perda esperada relacionada com o risco de crédito (ECL). Através desta noção, são introduzidos novos requisitos em termos de monitorização e mensuração do risco de crédito com a utilização de dados prospetivos, em particular de natureza macroeconómica.

A incorporação de dados prospetivos não tem por objetivo determinar uma margem prudencial sobre o montante das provisões. Trata-se sobretudo de ter em conta o facto de que as observações passadas não refletem necessariamente as expectativas futuras e, por conseguinte, são necessários ajustamentos ao montante da provisão determinado com base em parâmetros calibrados exclusivamente com base em dados históricos. O montante da provisão pode ser ajustado para um valor mais alto ou mais baixo, devendo tais ajustamentos ser devidamente documentados.

O método do grupo Mobilize Financial Services baseia-se numa abordagem multi-cenário (3 cenários). Os parâmetros PI e LGD são determinados para cada cenário a fim de calcular as perdas esperadas para cada um deles.

Indicadores macroeconómicos (como PIB e taxas de longo prazo) e dados sectoriais são utilizados para atribuir uma probabilidade de ocorrência a cada cenário e, assim, obter o valor final prospetivo. As projeções macroeconómicas são utilizadas para todos os contratos da carteira, independentemente do produto (empréstimo, locação financeira, locação operacional).

No grupo, a provisão prospetiva abrange duas componentes:

- a provisão estatística, que tem em conta cenários macroeconómicos e é aplicada a todos os saldos em dívida de Clientes e da Rede de Concessionários;
- a provisão sectorial para Clientes Empresariais, cujo objetivo é abranger sectores identificados como vulneráveis (nomeadamente, durante a crise da COVID 19).

**Definição de incumprimento utilizada no grupo Mobilize Financial Services**

Critérios de incumprimento no sector a retalho:

- Critério quantitativo: o limiar absoluto e o limiar relativo foram ultrapassados por mais de 90 dias consecutivos;
- ou
- Critério qualitativo: Improbabilidade de Pagar (UTP): indícios de uma provável falta de pagamento. Nomeadamente:
  - existe um ou mais atrasos há pelo menos três meses (de acordo com a nova definição das regras de incumprimento para a contabilização de atrasos);
  - ou a deterioração da situação financeira da contraparte traduz-se num risco de não cobrança. Nomeadamente, em caso de sobre-endividamento/processos de insolvência, administração judicial, falência, liquidação judicial, falência pessoal ou liquidação de ativos, ou em caso de citação para comparecer perante um tribunal internacional;
  - ou existem processos contenciosos entre o estabelecimento e a sua contraparte.

Os critérios quantitativos para incumprimento são:

- limiar de materialidade absoluto (SA)
  - O valor do limiar absoluto foi fixado pelo regulador em 500,00 euros para os pagamentos em atraso não retalhistas.

O valor do limiar absoluto deve ser comparado com todos os pagamentos em atraso não técnicos do cliente (devedor único) à data do cálculo.

Considera-se que o limiar é atingido se  $\sum$  (os pagamentos em atraso não técnicos do cliente no dia D) > SA.

N.º  
1  
N.º  
2  
N.º  
3  
N.º  
4  
N.º  
5

Este cálculo de todos os atrasos não técnicos do cliente deve ser realizado diariamente.

Valor limiar em moedas que não o euro:

Para os países fora da zona Euro, o limiar absoluto deve corresponder ao equivalente a 100,00 e 500,00 euros em moeda nacional.

As taxas de câmbio aplicadas no grupo Mobilize Financial Services são sempre as utilizadas pela Renault.

O valor do limiar relativo foi fixado pelo BCE em 1 %.

O valor do limiar relativo de 1 % deve ser comparado com o rácio “Soma de todos os pagamentos em atraso do cliente no dia D/ Valor total dos saldos patrimoniais do cliente” (incluindo os pagamentos em atraso) no dia D.

Este cálculo deve ser feito diariamente tanto para os atrasos quanto para os saldos patrimoniais.

Considera-se que o limiar é atingido se:

$$\frac{\sum (\text{Pagamentos em atraso no dia D})}{\sum (\text{Saldos patrimoniais no dia D})} > \text{SR}$$

Cliente                      Cliente

Os saldos patrimoniais do cliente serão calculados da seguinte forma:

SALDOS =

- + Valores pendentes devidos
- Saldos credores
- Saldo de depósito de caução
- + ICNE
- + Saldo devedor reconhecido na faturação (capital)
- + Saldo em dívida reconhecido na faturação (custos de cobrança)
- + Saldo devedor reconhecido na faturação (juros)
- + Saldo não devido (capital)

A definição de incumprimento para os concessionários baseia-se na presença de, pelo menos, um dos seguintes critérios de incumprimento, comuns a todo o âmbito do RCI:

Predefinição:

Contabilização dos dias de atraso

Incapacidade de pagamento:

uma abstenção

Processos judiciais e contenciosos

Anomalias de auditoria do inventário

Fraude

Outros indícios de improbabilidade de pagamento (ver detalhes abaixo)

Contágio

Fim do contrato financeiro

Liquidação judicial

Execução do prazo

Para o sector de retalho e para o sector de concessionários, excluem-se as contas a receber em incumprimento:

contas a receber em disputa: contas a receber em que o cliente se recusa a efetuar o pagamento na sequência de um litígio sobre a interpretação das cláusulas do contrato (se a situação financeira do cliente não parecer estar comprometida);

clientes com condições de pagamento negociáveis se, e somente se, não houver dúvidas de que a dívida será cobrada;

Contas a receber que são afetadas apenas por um risco-país: uma conta a receber não deve ser considerada duvidosa só porque existe um risco-país.

As operações de empréstimo efetuadas pelo prazo *overnight* com o Banco Central estão incluídas na rubrica “Caixa e saldos em bancos centrais”.

#### Regras para a anulação de empréstimos

As regras relativas à anulação de empréstimos são descritas na IFRS 9 § 5.4.4: o valor contabilístico bruto de um ativo financeiro é reduzido quando não existe uma expectativa razoável de que o montante em dívida seja reembolsado. As subsidiárias do grupo Mobilize Financial Services devem retirar das demonstrações financeiras o montante devido pela contraparte numa conta em perda e retomar a amortização associada quando a natureza irrecuperável dos créditos for confirmada e, o mais tardar, quando os seus direitos de credor se extinguirem.

Em particular, as contas a receber tornam-se irrecuperáveis e, portanto, são eliminadas se:

- tiverem sido abandonados através de negociação com o cliente, em especial no âmbito de um plano de insolvência;
- prescreverem;
- tiverem sido objeto de uma decisão judicial desfavorável (resultado negativo de um processo judicial ou litígio);
- diz respeito a um cliente que desapareceu.

#### Transferência de *bucket* (informações complementares)

Além das informações já fornecidas na seção “Identificação e análise do risco de crédito”, as condições em que as operações anteriormente classificadas no *Bucket2* são novamente classificadas no *Bucket 1* são as seguintes:

- as carteiras de crédito a retalho e por grosso notadas no IRB-A são novamente classificadas no *Bucket 1* quando se verifica uma melhoria da notação da operação;
- as carteiras de crédito a retalho não notadas ao abrigo do método padrão são novamente classificadas no *Bucket 1* doze meses após a data de liquidação da última locação não paga;
- As carteiras de crédito por grosso ao abrigo do método padrão são novamente classificadas no *Bucket 1* quando se verifica uma melhoria do estado de risco de terceiros.

Além disso, os instrumentos classificados no *Bucket 3* são novamente classificados no *Bucket 2* quando o cliente reembolsa todos os seus saldos em dívida e deixa de atender ao critério de incumprimento.

Para a atividade de Retalho, as operações classificadas no *Bucket 3* podem ser novamente classificadas no *Bucket 2* quando o cliente liquida os seus pagamentos em atraso.

Para a atividade Grossista, as linhas de financiamento originadas quando o cliente estava inadimplente (POCI) permanecem no *Bucket 3*. Se se verificar um retorno a um estado estável, as novas exposições são alinhadas com este estado.

#### Imparidade dos valores residuais

O grupo Mobilize Financial Services monitoriza regularmente o valor de revenda dos veículos usados de forma a otimizar a tarifação dos seus produtos de financiamento.

Na maioria dos casos, são utilizadas tabelas de preços cotados que mostram valores residuais típicos com base na idade e quilometragem do veículo para determinar o valor residual dos veículos no final do período de vigência do contrato.

No entanto, para os contratos em que o valor de retoma do veículo no final do contrato não é garantido por um terceiro externo ao grupo, é determinada uma provisão para imparidade, comparando:

- a) o valor económico do contrato, ou seja, a soma dos fluxos de caixa futuros previstos no contrato mais o valor residual reestimado nas condições de mercado na data da mensuração, todos descontados à taxa de juro contratada;
- b) o valor contabilístico no balanço no momento da mensuração.

O valor de revenda projetado é estimado tendo em consideração as tendências recentes conhecidas no mercado de veículos usados, que podem ser influenciadas por fatores externos, como condições económicas e impostos, e fatores internos, como mudanças na gama de modelos ou uma redução nos preços do fabricante de automóveis.

A taxa de imparidade não é compensada por qualquer lucro na revenda.

#### 4.3.3.6 “Locações operacionais” (IFRS 16) como locador

De acordo com a IFRS 16, o grupo Mobilize Financial Services estabelece uma distinção entre locações financeiras e locações operacionais como locador.

O princípio geral que o grupo Mobilize Financial Services usa para classificar as locações como uma ou outra ainda é se os riscos e benefícios inerentes à propriedade são transferidos para outra parte. Assim, as locações ao abrigo das quais o veículo alugado será readquirido por uma entidade do grupo Mobilize Financial Services no final da locação são classificadas como locações operacionais, uma vez que a maior parte dos riscos e benefícios não são transferidos para um terceiro externo ao grupo. A classificação como locações operacionais de contratos de locação que contêm um compromisso de recompra do grupo Mobilize Financial Services também tem em consideração o prazo estimado das mesmas. Esse prazo de locação é bem menor do que a vida económica dos veículos, estimada pelo Grupo Renault em sete ou oito anos, dependendo do tipo de veículo. Por conseguinte, todas as locações com esta cláusula de recompra são tratadas como locações operacionais.

A classificação das locações de baterias para veículos elétricos como locações operacionais é justificada pelo facto de o grupo Mobilize Financial Services reter os riscos e benefícios inerentes à propriedade durante toda a vida útil das baterias, que é estimada entre oito e dez anos, que é, portanto, muito mais longa que os contratos de locação.

As locações operacionais são reconhecidas como ativos não correntes cedidos e são registadas no balanço pelo valor bruto dos ativos menos depreciação, acrescido da conta a receber de pagamentos de locação e dos custos de transação a repartir. Os pagamentos de locação e a imparidade são reconhecidos separadamente na demonstração de resultados em “Resultado (despesa) líquido de outras atividades”. A depreciação não tem em consideração os valores residuais e considerada na demonstração de resultados numa base linear, assim como os custos de transação. A classificação como locação operacional não afeta as avaliações de risco de contraparte e de risco de valor residual.

As receitas da revenda dos veículos no final dos contratos de locação operacional são incluídas em “Resultado (despesa) líquido de outras atividades”.

#### 4.3.3.7 Locações operacionais (IFRS 16), do lado do locatário

De acordo com a IFRS 16, todas as locações são reconhecidas no balanço através do reconhecimento de um ativo que representa o direito de uso do ativo locado, em troca de um passivo de locação, correspondente ao valor presente das locações dos ativos locados que deve ser pago durante o prazo de vigência, razoavelmente determinado, da locação. O prazo da locação é o período não cancelável durante o qual o locatário tem o direito de usar o ativo locado, ao qual acrescem as opções de renovação que o Grupo está razoavelmente seguro de exercer.

O direito de uso gera despesas de depreciação, enquanto a existência de uma dívida gera despesas financeiras.

O grupo também optou pela isenção de contratos de baixo valor e curto prazo. De facto, o grupo Mobilize Financial Services aplica a IFRS 16 apenas às suas locações consideradas materiais. Estes contratos são representados principalmente por locações de imóveis relevantes em algumas subsidiárias e locações de veículos detidas exclusivamente pela sua subsidiária Bipi.

De facto, no decurso de 2021, o grupo adquiriu a Bipi, uma plataforma que oferece pacotes de assinatura de veículos automóveis; Assinatura de veículos automóveis. A Bipi, através de parcerias com empresas de aluguer de longa duração, escolhe veículos para os colocar na sua própria montra. Esta entidade aluga veículos a estes locadores por um período mínimo de 24 meses e por um período máximo de 36 meses (a Bipi paga assim uma renda mensal aos locadores, incluindo serviços), sem qualquer compromisso de valor residual e devolve os veículos aos locadores no final do prazo contratual.

Posteriormente, a Bipi subloca estas viaturas (através da sua plataforma) a clientes finais com um *mark-up* que depende da duração do contrato e, consequentemente, da flexibilidade deixada ao cliente (por exemplo, 3 meses até um máximo de 36 meses) e trata dos contratos de locação.

Tendo em conta esta nova atividade significativa, o grupo Mobilize Financial Services ativou os seus contratos de bens móveis ao abrigo da IFRS 16. Estes são os únicos contratos de fornecimento considerados materiais e, no final de dezembro, representavam:

Direito líquido de utilização (ver Nota 10): 20,6 milhões de euros

Dívida de locação (ver Nota 14): 20,6 milhões de euros.

#### 4.3.3.8 Transações entre o grupo Mobilize Financial Services e a Renault-Nissan Alliance

As transações entre partes relacionadas são realizadas seguindo termos equivalentes aos vigentes no caso de transações sujeitas a condições de concorrência normal, se estas condições puderem ser comprovadas.

O grupo Mobilize Financial Services ajuda a angariar clientes e fidelizar as marcas da Renault-Nissan Alliance, oferecendo financiamento e prestação de serviços como parte integrante da estratégia de desenvolvimento de vendas da Alliance.

Os principais indicadores e fluxos de caixa entre as duas entidades são os seguintes:

**Suporte de vendas**

Em 31 de dezembro de 2022, o grupo Mobilize Financial Services tinha concedido 18 232 milhões de euros em novos financiamentos (incluindo cartões), em comparação com 17 832 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

**Relações com a rede de concessionários**

O grupo Mobilize Financial Services atua como parceiro financeiro para manter e garantir a boa saúde financeira das redes de distribuição da Renault-Nissan Alliance.

Em 31 de dezembro de 2022, o financiamento dos concessionários, líquido de provisões para imparidade, ascendia a 10 429 milhões de euros, contra 6770 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2022, 489 milhões de euros eram financiamentos concedidos diretamente a subsidiárias ou sucursais do Grupo Renault, contra 505 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2022, a rede de concessionários tinha recebido, na sua qualidade de intermediária de negócios, uma remuneração de 764 milhões de euros, contra 837 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

**Relações com os fabricantes de automóveis**

O grupo Mobilize Financial Services paga ao fabricante pelos veículos entregues aos concessionários para os quais fornece financiamento. Por outro lado, no termo do contrato, o Grupo Renault paga ao grupo Mobilize Financial Services os veículos retomados ao abrigo de garantias financeiras feitas pelo fabricante de automóveis. Estas transações geram fluxos de caixa substanciais entre os dois grupos.

Ao abrigo das suas políticas comerciais e como parte de campanhas promocionais, os fabricantes ajudam a subsidiar financiamentos concedidos aos clientes pelo grupo Mobilize Financial Services. Em 31 de dezembro de 2022, esta contribuição ascendia a 357 milhões de euros, contra 338 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

**4.3.3.9 Reconhecimento e mensuração da carteira de títulos**

A carteira de títulos da RCI Banque S.A. é classificada de acordo com as categorias de ativos financeiros especificadas na IFRS 9.

**Títulos mensurados ao justo valor através das P&L (FV P&L)**

Os UCIT e FCP (unidades de participação em fundos) são considerados não SPPI e, por isso, serão avaliados ao justo valor pelo resultado.

As participações em empresas não controladas nem sob influência significativa também entram nesta categoria e são avaliadas pelo resultado.

O justo valor dos ativos financeiros é determinado prioritariamente por referência ao preço de mercado, ou, na sua falta, com base em métodos de avaliação não baseados em dados de mercado.

**Títulos mensurados ao justo valor através dos OCI (FV OCI)**

Esta categoria inclui os títulos que passam nos testes SPPI, sendo que no grupo Mobilize Financial Services diz respeito:

• Instrumentos de dívida:

Estes títulos são mensurados ao justo valor (incluindo juros vencidos) e as variações de valor (excluindo juros vencidos) são reconhecidas diretamente no capital próprio numa reserva de reavaliação. A depreciação desse tipo de participações segue os modelos recomendados pela IFRS 9 de acordo com as ECL.

**4.3.3.10 Ativos não correntes corpóreos e incorpóreos (IAS16/IAS36)**

Os ativos não correntes corpóreos são escriturados e depreciados segundo o método dos componentes. Os componentes de um item do ativo, especialmente um ativo complexo, são tratados como ativos separados se suas características ou vidas úteis forem diferentes, ou se gerarem benefícios económicos a taxas diferentes.

Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e as perdas por imparidade, se houver.

Os ativos não correntes, com exceção dos ativos imobilizados, são geralmente depreciados numa base linear ao longo das seguintes vidas úteis estimadas:

edifícios:	15 a 30 anos
outros ativos não correntes corpóreos:	4 a 8 anos

Os ativos incorpóreos são principalmente *software*, amortizados numa base linear ao longo de três anos.

**4.3.3.11 Impostos sobre o rendimento (IAS 12)**

As reexpressões das demonstrações financeiras anuais das empresas incluídas no âmbito de consolidação, realizadas com vista ao seu alinhamento com as normas IAS para efeitos de relato financeiro, e os diferimentos fiscais permitidos nas declarações estatutárias apresentadas para efeitos fiscais, dão origem a diferenças temporais no reconhecimento do rendimento para efeitos fiscais e de relato financeiro. É também reconhecida uma diferença temporal sempre que o valor contabilístico de um ativo ou passivo difere do seu valor para efeitos fiscais.

Estas diferenças dão origem ao reconhecimento de impostos diferidos nas demonstrações financeiras consolidadas. De acordo com o método de passivo usado pelo grupo Mobilize Financial Services, as despesas por impostos diferidos são calculadas aplicando a última taxa fiscal em vigor na data de fecho e aplicável ao período em que as diferenças de tempo serão revertidas. Dentro de uma determinada entidade tributável (empresa, estabelecimento ou grupo de consolidação fiscal), os ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados numa base líquida sempre que a entidade tenha o direito de compensar as suas contas a receber de impostos com as suas contas a pagar de impostos. Os ativos por impostos diferidos são anulados sempre que a sua utilização seja provável.

Para as empresas consolidadas integralmente, é reconhecido um passivo por impostos diferidos para os impostos a pagar sobre a distribuição antecipada de dividendos pelo grupo.

#### 4.3.3.12 Pensões e outros benefícios pós-emprego (IAS 19)

Os planos dão origem ao reconhecimento de provisões e dizem respeito a: França, Suíça, Reino Unido, Coreia do Sul, Itália e Áustria.

##### Visão geral dos planos

O grupo Mobilize Financial Services utiliza diferentes tipos de planos de pensões e benefícios pós-emprego:

##### Plano de benefícios definidos:

Os encargos são contabilizados em provisões para esses planos para cobrir:

- indemnizações a pagar aquando da reforma (França);
- pensões complementares: os principais países que utilizam este tipo de plano são o Reino Unido e a Suíça;
- planos de poupança obrigatórios: este tipo de plano é usado em Itália.

Os planos de benefícios definidos são, em alguns casos, cobertos por fundos. Estes fundos são objeto de uma avaliação atuarial periódica efetuada por atuários independentes. O valor desses fundos, se houver, é deduzido do passivo correspondente.

As subsidiárias do grupo Mobilize Financial Services que usam fundos de pensão externos são a RCI Financial Services Ltd e a RCI Finance SA.

##### Planos de contribuições definidas:

De acordo com as leis e práticas de cada país, o grupo efetua contribuições com base no vencimento para instituições nacionais ou privadas responsáveis por planos de pensão e sistemas de segurança social.

Tais planos e sistemas de segurança social isentam o grupo de quaisquer obrigações posteriores, uma vez que a instituição nacional ou privada é responsável por pagar aos funcionários os valores que lhes são devidos. Os pagamentos efetuados pelo grupo são registados como despesas do período a que se referem.

##### Avaliação de passivos para planos de benefícios definidos

No que diz respeito aos planos de benefícios definidos, os custos dos benefícios pós-emprego são estimados utilizando o método do crédito unitário projetado. De acordo com este método, os direitos a benefícios são atribuídos a períodos de serviço de acordo com a fórmula de preenchimento de vaga, tendo em conta um efeito de linearização quando os direitos não são adquiridos uniformemente ao longo de períodos de serviço subsequentes.

Os montantes dos benefícios futuros a pagar aos funcionários são mensurados com base em pressupostos sobre aumentos salariais, idade de reforma e mortalidade, sendo depois descontados para o seu valor atual a uma taxa baseada nas taxas de juro das obrigações de longo prazo de emitentes de primeira categoria e no prazo médio estimado do plano mensurado.

Os ganhos ou perdas atuariais resultantes da revisão dos pressupostos utilizados no cálculo e os ajustamentos relacionados com a experiência são reconhecidos como itens de outros rendimentos integrais.

A despesa líquida do período, correspondente à soma do custo dos serviços prestados mais quaisquer custos de serviços passados, e ao custo de acréscimo das provisões menos o retorno dos ativos do plano, é reconhecido na demonstração de resultados em despesas com pessoal.

Os pormenores por país são apresentados nas notas ao balanço.

#### 4.3.3.13 Conversão de demonstrações financeiras de empresas estrangeiras

A moeda de apresentação utilizada pelo grupo é o euro.

Como regra geral, a moeda funcional utilizada pelas empresas estrangeiras é à sua moeda local. Nos casos em que a maioria das transações é realizada numa moeda diferente da moeda local, utiliza-se aquela moeda.

As demonstrações financeiras das empresas estrangeiras do grupo são elaboradas na sua moeda funcional, e posteriormente convertidas para a moeda de apresentação do grupo da seguinte forma:

- Os elementos do balanço, com exceção do capital próprio, que são mantidos à taxa de câmbio histórica, são convertidos às taxas de câmbio à data de fecho;
- as rubricas da demonstração de resultados são convertidas à taxa média do período, sendo esta taxa utilizada como uma aproximação aplicada às transações subjacentes, exceto no caso de flutuações significativas;
- os ajustamentos de conversão são incluídos como um componente separado do capital próprio consolidado e não afetam o resultado.

O *goodwill* e as diferenças de mensuração realizadas na combinação com uma empresa estrangeira são tratados como ativos e passivos da entidade adquirida.

Quando uma empresa estrangeira é alienada, as diferenças de conversão dos seus ativos e passivos, anteriormente reconhecidas no capital próprio, são reconhecidas na demonstração de resultados.

Para determinar se um país está em hiperinflação, o grupo refere-se à lista publicada pela Task-Force Internacional do Instituto Americano de Revisores Oficiais de Contas (na sigla norte-americana AICPA, *American Institute of Certified Public Accountants*). A Argentina e a Turquia, onde o grupo Mobilize Financial Services tem negócios significativos, constam dessa lista. A IFRS, IAS 29 "Informações financeiras em economias hiperinflacionárias", exige a reavaliação dos ativos financeiros para o ano financeiro em que a hiperinflação surge. Para tal, é necessária uma reexpressão das contas individuais das empresas em causa para que sejam publicadas informações uniformes. Estas demonstrações financeiras individuais reexpressas são depois incorporadas nas contas consolidadas do grupo. Uma vez que a moeda está a sofrer com a hiperinflação, a taxa de conversão está a desvalorizar, sendo que as reexpressões efetuadas nas contas locais neutralizam parcialmente, nas contas consolidadas, os impactos dessa desvalorização. Para as empresas argentinas foi feita uma reavaliação na conta de ganhos e perdas de acordo com o indicador IPC. A contrapartida da reexpressão da reavaliação devido à hiperinflação é apresentada no resultado como exposição à inflação.

#### 4.3.3.14 Conversão de transações em moeda estrangeira

As transações feitas por uma entidade numa moeda diferente da sua moeda funcional são convertidas e contabilizadas na moeda funcional à taxa em vigor na data em que essas transações são feitas.

Na data de fecho das demonstrações, os ativos e passivos de caixa em moedas diferentes da moeda funcional da entidade são convertidos à taxa de câmbio em vigor naquela data. Os ganhos ou perdas decorrentes dessa conversão de moeda estrangeira são registados na demonstração dos resultados.

#### 4.3.3.15 Passivos financeiros

O grupo Mobilize Financial Services reconhece passivos financeiros constituídos por obrigações e obrigações semelhantes, títulos de dívida negociáveis, títulos emitidos no âmbito de operações de titularização, valores em dívida para com instituições de crédito e depósitos de poupança de clientes.

Os eventuais custos e prémios de emissão sobre passivos financeiros são amortizados numa base atuarial durante o prazo da emissão, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados ao justo valor líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua emissão.

A cada fecho, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva, exceto quando são aplicáveis procedimentos específicos de contabilidade de cobertura. Os encargos financeiros assim calculados incluem custos de emissão e prémios de emissão ou resgate.

Os passivos financeiros cobertos por um instrumento de cobertura ao justo valor são contabilizados conforme descrito em: Derivativos e contabilidade de cobertura.

Os programas de emissão de médio e longo prazo do grupo não apresentam cláusulas que possam levar à aceleração do vencimento da dívida.

#### 4.3.3.16 Produtos estruturados e derivados embutidos

O grupo envolve-se num pequeno número de transações estruturadas. Essas emissões são cobertas por derivados de forma a neutralizar o derivado embutido e assim obter um passivo sintético de taxa ajustável.

Os únicos derivados embutidos identificados no grupo Mobilize Financial Services correspondem a cláusulas de indexação contidas em emissões de obrigações estruturadas. Quando os derivados embutidos não estão intimamente relacionados com o contrato de base, são mensurados e reconhecidos separadamente pelo justo valor. As alterações no valor justo são então reconhecidas na demonstração dos resultados. A emissão estruturada com o derivado embutido extraído, ou seja, o contrato base, é mensurada e reconhecida ao custo amortizado.

As emissões estruturadas estão associadas a *swaps* de ativos, cujas características são estritamente idênticas às do derivado embutido, proporcionando assim uma cobertura económica eficaz. No entanto, os derivados embutidos que são separados do contrato base e os *swaps* associados a emissões estruturadas são contabilizados como se fossem mantidos para fins de negociação.

#### 4.3.3.17 Derivados e contabilidade de cobertura

##### Riscos

A gestão dos riscos financeiros do grupo Mobilize Financial Services (risco de taxa de juro, risco cambial, risco de contraparte e risco de liquidez) está descrita no anexo “Riscos financeiros” apenso ao presente documento.

O grupo Mobilize Financial Services celebra contratos de derivados como parte da sua política de gestão de risco cambial e de taxa de juro. O facto destes instrumentos financeiros serem ou não contabilizados como instrumentos de cobertura depende da sua elegibilidade para a contabilidade de cobertura.

Os instrumentos financeiros utilizados pela Mobilize Financial Services podem ser classificados como cobertura pelo justo valor ou cobertura de fluxo de caixa. Uma cobertura pelo justo valor protege contra alterações no justo valor dos ativos e passivos cobertos. Uma cobertura de fluxo de caixa protege contra alterações no valor dos fluxos de caixa associados a ativos ou passivos existentes ou futuros. O grupo Mobilize Financial Services Group as disposições da IFRS 9 para designar e supervisionar as suas relações de cobertura.

##### Alterações

Os derivados são mensurados pelo justo valor quando reconhecidos pela primeira vez. Posteriormente, o justo valor é reestimado a cada data de fecho.

De acordo com a IFRS 13 “Mensuração ao Justo Valor”, o justo valor é o preço que seria recebido ao vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. No reconhecimento inicial nas contas, o justo valor de um instrumento financeiro é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo (preço de saída).

- O justo valor dos contratos cambiais a termo e dos *swaps* de moeda é determinado descontando os fluxos de caixa às taxas de juro de mercado e às taxas de câmbio à data de fecho. Também incorpora a mensuração dos efeitos de “base” da taxa de juros e do *swap* de moeda.
- O justo valor dos derivados de taxa de juro representa o que o grupo receberia (ou pagaria) para desfazer os contratos celebrados na data de fecho, considerando os ganhos ou perdas não realizados, conforme determinado pelas taxas de juro atuais na data de fecho.

##### Ajustamento de crédito

É registado um ajustamento na avaliação das carteiras de derivados OTC, excluindo as compensadas por uma CCP, para o risco de crédito de contraparte (ou CVA, *Credit Valuation Adjustment*) e o próprio risco de crédito (ou DVA, *Debt Valuation Adjustment*).

A exposição (EAD - *Exposure at Default*) é aproximada pelo preço de mercado (ou MTM, *Mark-to-Market*) mais ou menos um valor acrescentado, que representa o risco futuro potencial e tendo em consideração os acordos de compensação com cada contraparte. Este risco potencial futuro é estimado utilizando o método padrão recomendado pela regulamentação bancária francesa (Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, Artigo 274.º relativo aos requisitos de adequação dos fundos próprios aplicáveis às instituições de crédito e às sociedades de investimento).

As Perdas Dado o Incumprimento (LGD) são estimadas por defeito em 60 %.

A probabilidade de incumprimento (PI) é a probabilidade de incumprimento associada aos CDS (*Credit Default Swaps*) de cada contraparte. Em alguns países, se esta informação não estiver disponível, a probabilidade aproximada de incumprimento é a do país da contraparte.

##### Cobertura de justo valor

O grupo Mobilize Financial Services optou por aplicar a contabilidade de cobertura ao justo valor para cobrir o risco de taxa de juro em passivos de taxa fixa usando um *swap* de recebimento fixo/pagamento variável ou um *swap* cambial.

A contabilidade de cobertura pelo justo valor é aplicada com base na documentação da relação de cobertura à data de implementação e nos resultados dos testes de eficácia da cobertura pelo justo valor, que são realizados à data de cada balanço.

As alterações no valor dos derivados de cobertura pelo justo valor são reconhecidas na demonstração de resultados.

Para passivos financeiros cobertos por um instrumento de cobertura pelo justo valor, apenas o componente coberto é mensurado e reconhecido ao justo valor. As alterações no valor da componente coberta são reconhecidas na demonstração de resultados. A componente não coberta destes passivos financeiros é mensurada e reconhecida ao custo amortizado.

Se a relação de cobertura for terminada antes do termo do seu prazo, o derivado de cobertura é classificado como um ativo ou passivo detido para efeitos de negociação e o item coberto é reconhecido ao custo amortizado num montante igual à sua última mensuração ao justo valor.

#### Cobertura de fluxos de caixa

O grupo Mobilize Financial Services optou por aplicar a contabilidade de cobertura de fluxo de caixa nos seguintes casos:

- cobertura do risco de taxa de juro de passivos de taxa variável através de um *swap* de recebimento variável/pagamento fixo, permitindo que estes sejam cobertos por ativos de taxa fixa;
- cobertura do risco de taxa de juro sobre passivos de taxa fixa e *swap* de pagamento variável/pagamento fixo usando um *swap* de pagamento fixo/recebimento variável;
- cobertura de fluxos de caixa futuros ou prováveis em moeda estrangeira.

Os testes de eficácia da cobertura do fluxo de caixa são realizados à data de cada balanço para garantir que as transações relevantes sejam elegíveis para a contabilidade de cobertura. O grupo calcula um rácio de cobertura para garantir que o montante nominal das coberturas não exceda o montante nominal coberto. Para o segundo tipo de cobertura, o teste efetuado consiste em verificar se a exposição à taxa de juro dos fluxos de caixa do reinvestimento de ativos financeiros não derivados é efetivamente reduzida pelos fluxos de caixa dos derivados utilizados para cobertura.

As alterações no valor da parte efetiva dos derivados de cobertura de fluxos de caixa são reconhecidas no capital próprio, numa conta de reserva especial de reavaliação.

#### Transações comerciais

Este item de linha inclui transações não elegíveis para contabilidade de cobertura e transações de cobertura cambial às quais o grupo Mobilize Financial Services preferiu não aplicar a contabilidade de cobertura.

As alterações no valor desses derivados são reconhecidas na demonstração de resultados.

#### 4.3.3.18 Segmentos operacionais (IFRS 8)

O relato por segmentos é apresentado nas demonstrações financeiras anuais de acordo com a IFRS 8 “Segmentos Operacionais”.

O grupo Mobilize Financial Services tem por missão oferecer uma gama completa de produtos e serviços de financiamento aos seus dois principais mercados: os Clientes finais (Retail e Empresas) e a rede de Concessionários das marcas Renault, Nissan, Dacia, Samsung e Datsun. Esses dois segmentos têm expectativas, necessidades e exigências diferentes e, portanto, cada um requer uma abordagem específica em termos de *marketing*, processos de gestão, recursos informáticos, métodos de vendas e comunicação. Foram feitos ajustes na organização do grupo para torná-lo consistente com esses dois tipos de clientes, fortalecer o seu papel de gestão e suporte e aumentar a sua integração com a Renault e a Nissan, especialmente no que diz respeito aos aspetos comerciais e de *marketing*.

De acordo com a IFRS 8, a segmentação por mercado foi, portanto, adotada como método de segmentação operacional. O que está em linha com o foco estratégico desenvolvido pela empresa. As informações apresentadas baseiam-se em relatórios internos enviados ao Comité Executivo do grupo, identificado como o “principal tomador de decisões operacionais” de acordo com a IFRS 8.

Assim, é fornecida uma distribuição por mercado para a demonstração de resultados principal, bem como para a média de empréstimos por liquidar produtivos nos períodos correspondentes.

Desde 1 de janeiro de 2009, por decisão do Comité Executivo, os segmentos “Retail” e “Empresas”, anteriormente separados, foram consolidados no segmento único “Clientes”. A distribuição dos segmentos operacionais, tal como exigido pela IFRS 8, seguiu a mesma segmentação.

O segmento Concessionário abrange os financiamentos concedidos à rede de Concessionários da Renault-Nissan Alliance. O segmento Cliente abrange todos os financiamentos e serviços relacionados para todos os clientes que não sejam Concessionários. Os resultados são apresentados separadamente para cada um desses dois segmentos de mercado. As atividades de refinanciamento e de gestão das participações sociais estão agrupadas na rubrica “Outras atividades”.

As atividades de financiamento de vendas da Renault, Nissan, Dacia, Samsung e Datsun foram combinadas.

Empresa	Clientes particulares	Rede de concessionários
Empréstimo	√	√
Locação financeira	√	NA
Locação operacional	√	NA
Serviços	√	NA

#### 4.3.3.19 Seguros

As políticas contabilísticas e as regras de mensuração específicas dos ativos e passivos gerados por contratos de seguros emitidos por seguradoras consolidadas são estabelecidas de acordo com a IFRS 4.

Os demais ativos detidos e passivos emitidos por seguradoras seguem as regras comuns a todos os ativos e passivos do grupo e são apresentados nas mesmas rubricas do balanço e da demonstração de resultados consolidada.

##### Ativos dedicados a seguros:

O objetivo principal da estratégia de investimento do grupo é proteger e preservar os seus ativos, devendo todas as decisões de investimento ser tomadas de acordo com o princípio de “gestor prudente”, procurando simultaneamente um rendimento adequado para garantir que os investimentos sejam efetuados no melhor interesse dos tomadores de seguros.

A este respeito, pode considerar-se que carteira de investimentos da atividade seguradora é gerida de forma conservadora, uma vez que é maioritariamente composta por obrigações de agências europeias, governos soberanos e emitentes supranacionais, empréstimos a prazo, bem como depósitos à ordem. Após o ano anterior, o grupo continuou a diversificar as suas participações em títulos corporativos de grau de investimento. (ver Nota 4)

De referir que as obrigações e empréstimos a prazo são detidos até à maturidade de acordo com a política do modelo de negócio do grupo de “influxos”.

##### Responsabilidades técnicas sobre contratos de seguro

- provisões para prémios não adquiridos (seguros não vida): As provisões técnicas para prémios não adquiridos são equivalentes à parte dos prémios relativos ao período compreendido entre a data de inventário e a data de dotação seguinte. São calculados por apólice numa base diária *pro rata*;
- reservas de apólices (seguro de vida): Destinam-se a cobrir as obrigações a longo prazo (ou o pagamento de compensações) resultantes das obrigações assumidas, bem como os custos de gestão desses contratos. São calculados por apólice numa base diária *pro rata*;
- reserva para sinistros a pagar: a provisão para sinistros a liquidar representa a estimativa, líquida de recuperações a liquidar, do custo de todos os sinistros participados mas ainda não liquidados à data do fecho. As reservas para sinistros a pagar são calculadas por ficheiro de sinistro com base nas regras de reserva estabelecidas de acordo com a definição de benefício de seguro;
- Provisões para sinistros incorridos mas não participados (na sigla inglesa IBRN - *Incurred But Not Reported*): são provisões para sinistros ainda não participados, estimadas numa base estatística. São calculadas de acordo com um método atuarial (tipo de método: “*chain ladder*”), em que a taxa final de sinistros é estimada a partir de uma análise estatística da evolução dos pagamentos no histórico de sinistros passados. Os dados históricos são calculados usando um método de Melhor Estimativa, mais uma margem prudencial calibrada. Assim, as provisões IBNR são sempre suficientes, mesmo no caso de um cenário muito desfavorável.

As garantias oferecidas cobrem morte, invalidez, despedimento e desemprego no âmbito de uma apólice de seguro de proteção ao crédito. Estes tipos de risco são controlados por meio de tabelas de mortalidade apropriadas, verificações estatísticas sobre índices de sinistralidade para os grupos populacionais segurados e por meio de um programa de resseguro.

Teste de adequação dos passivos: é realizado, para cada demonstração de resultados, um teste de adequação, destinado a garantir que os passivos de seguros são adequados no que diz respeito às estimativas atuais dos fluxos de caixa futuros gerados pelos contratos de seguro. Os fluxos de caixa futuros resultantes dos contratos têm em consideração as garantias e opções inerentes. Em caso de inadequação, as perdas potenciais são reconhecidas integralmente no resultado líquido.

A modelagem dos fluxos de caixa futuros no teste de adequação dos passivos de seguros baseia-se nos seguintes pressupostos:

- a frequência de sinistros, correspondente às taxas de mortalidade para a cobertura de morte, à taxa de incidência para a cobertura de incapacidade para a cobertura profissional e de desemprego, e à frequência de perda total dos veículos para a cobertura de perdas financeiras;
- a taxa de aprovação de sinistros, que reflete o impacto da gestão de sinistros na elegibilidade dos sinistros comunicados à seguradora;
- a taxa de resgate da apólice, para ter em conta as rescisões da apólice antes do prazo, nomeadamente os reembolsos antecipados dos ativos de financiamento subjacentes correspondentes. Esta taxa de recompra impactará todos os fluxos de caixa futuros (prémios, sinistros, despesas, etc.), alterando a sua probabilidade de ocorrência;
- pressupostos de despesas gerais expressos sob a forma de custos variáveis por item (administração, gestão de sinistros, financeiro, produção) e custos fixos para refletir os custos gerais das companhias de seguros;
- a curva de taxa de juro usada para descontar os fluxos de caixa futuros. A curva utilizada é a fornecida trimestralmente pela Autoridade Europeia para Seguros e Pensões Ocupacionais (EIOPA).

No final de 2022, este teste de adequação dos passivos não revelou quaisquer anomalias.

##### Demonstração de resultados:

As receitas e despesas reconhecidas para os contratos de seguros emitidos pelo grupo aparecem na demonstração de resultados em “Lucro líquido de outras atividades” e “Despesa líquida de outras atividades”.

##### Gestão de riscos:

O grupo adota uma “abordagem prudente” na gestão dos riscos a que pode estar exposto através das suas atividades de seguros.

##### Risco de contraparte

Conforme acima referido, a seguradora só investe em ativos (depósitos bancários, títulos soberanos, supranacionais ou agências ou títulos corporativos) de qualidade com grau de investimento e baixo risco de crédito.

##### Risco de taxa de juro

Como parte dos cálculos em Solvência II, é simulado um cenário de choque de taxa de +/-100 pb. Em 31/12/2022, o impacto de um aumento de 100 pb na carteira de ativos era de -4,9 milhões de euros, ou seja, 1,5 % do valor da carteira. No entanto, é importante observar que as empresas mantêm sistematicamente os seus ativos até ao vencimento.

**Risco de liquidez**

A seguradora não tem nenhuma dívida financeira. Os principais passivos financeiros da empresa são dívidas de curto prazo. A maior parte da exposição ao risco de liquidez advém da necessidade de liquidar obrigações futuras relativas a provisões técnicas de seguros (estas obrigações para com os clientes são superiores a um ano) e outros passivos, como o imposto sobre o rendimento e outros montantes devidos. Para cumprir estas obrigações, o grupo estabelece critérios de análise de liquidez muito rigorosos com base num cenário de *run-off* para as carteiras de seguros atualizadas trimestralmente e investe apenas em ativos de elevada liquidez que reforçam o perfil de segurança do grupo.

Não tem nenhuma exposição a ativos ilíquidos, como ações, imóveis, investimentos de capital, ativos não listados, etc.

**Risco de seguro/resseguro**

Como parte da nossa avaliação interna do risco e da solvência (ORSA), o risco de seguro foi classificado como um risco importante em termos de probabilidade de ocorrência e impacto financeiro. Assim, simulámos ao longo de quatro anos (2022-2025) o impacto do aumento dos pressupostos de sinistros (PPI Morte: +20 %, PPI Invalidez +20 %; e PPI Desemprego: +50 %; Diferença: +30 %). Este choque levou a uma queda de 10 % na rentabilidade da subsidiária de seguros RCI Life e de 6 % na

subsidiária de seguros RCI Insurance nos resultados de 2023-2025. Adicionalmente, o índice de solvabilidade deve permanecer bem acima de 100 % para ambas as empresas (e em torno dos 200 % da nossa meta ajustando para baixo os dividendos pagos)

Além disso, o grupo não depende de refinanciamento externo para as atividades de seguros.

**4.3.3.20 Demonstração dos fluxos de caixa**

A demonstração dos fluxos de caixa é apresentada com base no modelo do método indireto. As atividades operacionais são representativas das atividades geradoras de rendimentos do grupo Mobilize Financial Services. Os fluxos fiscais são apresentados com as atividades operacionais na íntegra.

As atividades de investimento representam fluxos de caixa para aquisição e alienação de participações em empresas consolidadas e não consolidadas, ativos não correntes corpóreos e incorpóreos.

As atividades de financiamento resultam de alterações relacionadas com operações baseadas na estrutura financeira de capital próprio e empréstimos de longo prazo.

Os fluxos de caixa líquidos incluem caixa, contas a receber e dívidas com bancos centrais, bem como contas (ativos e passivos) e contas à ordem com instituições de crédito.

**4.3.4 Adaptação ao contexto económico e financeiro**

Num ambiente económico misto, o grupo Mobilize Financial Services continua a implementar uma política financeira prudente e reforça o seu sistema de gestão e controlo de liquidez.

**Liquidez**

O grupo Mobilize Financial Services presta grande atenção à diversificação das suas fontes de acesso à liquidez. Desde o início da crise financeira de 2008, a empresa diversificou amplamente as suas fontes de financiamento. Para além da sua tradicional base de investidores obrigacionistas em euros, têm sido também desenvolvidas, com sucesso, novas áreas de investimento.

Ao alargar para oito anos os prazos máximos das suas emissões em euros, foram alcançados novos investidores que procuram ativos a mais longo prazo. Além disso, o grupo tem acesso aos mercados obrigacionistas em várias moedas, seja para financiar ativos europeus ou para apoiar o seu desenvolvimento fora da Europa.

O recurso ao financiamento através de operações de titularização em formato privado e público contribui também para o alargamento da base de investidores.

Por último, a atividade de recolha de depósitos, lançada em fevereiro de 2012, completa esta diversificação e reforça o rácio de liquidez estrutural de longo prazo (NSFR).

A supervisão do risco de liquidez do grupo Mobilize Financial Services tem em conta as recomendações da EBA sobre o Processo de Avaliação da Adequação da Liquidez Interna (ILAAP) e baseia-se nas seguintes componentes:

- **apetência pelo risco:** Esta componente é determinada pelo Comité de Risco do Conselho de Administração;

- **refinanciamento:** O plano de financiamento é estruturado de forma a diversificar o acesso à liquidez por produto, por moeda e por vencimento. Os requisitos de financiamento são regularmente revistos e clarificados para que o plano de financiamento possa ser ajustado em conformidade;

- **reserva de liquidez:** O objetivo da empresa é ter sempre disponível uma reserva de liquidez compatível com a sua apetência pelo risco de liquidez. A reserva de liquidez é composta por linhas de crédito confirmadas, ativos elegíveis como garantia em transações de política monetária do Banco Central Europeu, ativos líquidos de elevada qualidade (HQLA) e ativos financeiros. É revisto mensalmente pelo Comité Financeiro;

- **preços de transferência:** O refinanciamento para as entidades europeias do grupo é feito principalmente pela divisão de Finanças e Tesouraria do grupo, que centraliza a gestão de liquidez e agrupa os custos. Os custos internos de liquidez são revistos em intervalos regulares pelo Comité Financeiro e são usados pelas subsidiárias de vendas para fixar os seus preços;

- **cenários de esforço:** Mensalmente, o Comité Financeiro é informado sobre o período durante o qual a empresa conseguiria manter a sua atividade empresarial utilizando a sua reserva de liquidez em diversos cenários de esforço. Os cenários de esforço utilizados incluem pressupostos de corridas aos depósitos, perda de acesso a novos financiamentos, indisponibilidade parcial de certos componentes da reserva de liquidez e previsões de novos empréstimos brutos. Os pressupostos sobre corridas aos depósitos sob tensão são muito conservadoras e regularmente testadas;

- **planos de emergência:** Um plano de emergência estabelecido identifica as medidas a serem tomadas em caso de tensão sobre a posição de liquidez.

## Risco do negócio de crédito

Após 2021, que foi marcado pela pandemia da COVID 19 e pela adaptação dos processos de aprovação e cobrança de dívidas a este contexto particular, e em que também foi previsto e planeado o fim das prorrogações de pagamento de empréstimos em todos os países para apoiar os nossos clientes na continuação do pagamento das suas prestações de crédito e ajudá-los a ultrapassar este período difícil, 2022 assistiu a uma certa estabilidade nos processos.

A qualidade da carteira de Clientes manteve-se globalmente estável em 2022: 2,4 % das dívidas de clientes estavam em incumprimento em dezembro de 2022, ou seja, uma ligeira diminuição da taxa de NPE face a dezembro de 2021, que se situava então nos 2,52 %, mas estável em valor, com dívidas em incumprimento de 979 milhões de euros no final de dezembro de 2022, face a 989 milhões de euros no final de 2021.

Por fim, foram utilizados ajustamentos não modelados. Em particular, quando parecia provável um aumento do risco de crédito, cobriram as exposições que beneficiaram de períodos suscetíveis de moratória em 2020-2021 (em Marrocos, Espanha, Itália) ou clientes identificados como vulneráveis, com a ajuda, se aplicável, de dados externos (Espanha, Itália, Portugal, Suíça, Áustria). A abordagem, que visava sistematizar a identificação e o tratamento de clientes vulneráveis, é uma abordagem aprofundada. Além disso, foi implementada no final de 2022 uma avaliação dos clientes de crédito a retalho, cuja solvência se deteriorou devido à inflação. Esta avaliação salienta o rendimento residual dos clientes do segmento Retalho, o que permite estimar a proporção de saldos em dívida da Fase 1 suscetíveis de se deteriorarem e para os quais a taxa de cobertura é então aumentada para o nível da Fase 2.

O grupo Mobilize Financial Services continua com o objetivo de manter um risco de crédito global num nível compatível com as expectativas da comunidade financeira e com as suas metas de rentabilidade.

## Rentabilidade

O grupo Mobilize Financial Services analisa regularmente os custos de liquidez interna usados para definir os preços das transações dos clientes, mantendo assim uma margem sobre novos empréstimos em linha com as metas orçamentais. Do mesmo modo, o preço dos financiamentos concedidos aos concessionários é indexado a uma taxa de base interna que reflete o custo dos recursos emprestados e as almofadas de liquidez necessárias à continuidade da atividade.

## Governança

Os indicadores de liquidez são objeto de um escrutínio especial em cada reunião mensal do Comité Financeiro.

Os Comités de Gestão do País também monitorizam, de forma mais sistemática, os indicadores imediatos de risco e de margem projetada, complementando assim as avaliações de rotina da rentabilidade da subsidiária.

## Exposição ao risco de crédito não comercial

O risco de contraparte financeira decorre do investimento de excedentes de caixa, investidos sob a forma de depósitos bancários de curto prazo nos principais bancos, investimentos em fundos do mercado monetário, compra de obrigações emitidas por governos, emittentes supranacionais, agências governamentais e obrigações corporativas com uma duração média inferior a um ano em 31 de dezembro de 2022.

Todos esses investimentos são feitos com contrapartes de qualidade de crédito superior previamente autorizadas pelo Comité Financeiro. O grupo Mobilize Financial Services presta muita atenção à diversificação das suas contrapartes.

Além disso, para cumprir os requisitos regulamentares resultantes da implementação do rácio de cobertura de liquidez (LCR) a 30 dias, o grupo Mobilize Financial Services investe em ativos líquidos, conforme definido na Lei Delegada da Comissão Europeia. Estes ativos líquidos consistem principalmente em depósitos junto do Banco Central Europeu e em títulos emitidos por governos ou emittentes supranacionais detidos diretamente. A duração média da carteira de títulos foi inferior a um ano.

Além disso, a RCI Banque S.A. também investiu num fundo cujos ativos são constituídos por títulos de dívida emitidos por agências europeias, governos soberanos e emittentes supranacionais. A sua exposição média ao risco de crédito é de seis anos, com um limite de nove anos. O fundo tem como objetivo uma exposição zero ao risco de taxa de juro, com um máximo de dois anos.

Além disso, as operações de cobertura de taxa de juro ou de câmbio usando derivados podem expor a empresa ao risco de contraparte. Na Europa, onde o grupo está sujeito aos regulamentos EMIR, os derivados estão sujeitos a técnicas de atenuação do risco de contraparte por meio de troca bilateral de garantias ou registo numa câmara de compensação. Fora da Europa, o grupo presta muita atenção à qualidade de crédito das contrapartes bancárias que utiliza para derivados.

## Ambiente macroeconómico

A atividade económica global registou uma contração no segundo trimestre de 2022, principalmente devido à guerra na Ucrânia e a uma menor atividade na China devido às restrições da sua política de COVID zero. Apesar de alguns aspetos favoráveis relacionados com o alívio contínuo das tensões na cadeia de fornecimento, persistem riscos negativos para o crescimento global.

Nos Estados Unidos, após a contração da atividade no primeiro semestre do ano, prevê-se que o crescimento se mantenha moderado nos próximos trimestres. O mercado de trabalho mantém-se robusto, com uma taxa de desemprego que se mantém em níveis baixos (3,5 % no final de dezembro). A inflação continua a ser muito elevada, mas começa a dar os primeiros sinais de abrandamento (6,5 % em dezembro, em comparação com os 7,1 % em novembro, 7,8 % em outubro e 8,3 % em agosto).

A persistência de um mercado de trabalho restritivo e da inflação elevada levaram a Fed a iniciar o seu ciclo de aperto monetário em março. A meta da taxa de juro diretora foi assim aumentada em 425 bps para 4,25-4,50 %.

O BCE aumentou a sua taxa diretora em 250 pb em 2022, aumentando a taxa de depósito marginal de -0,50 % para 2,00 %. Planeia aumentar ainda mais as taxas de juro para garantir que a inflação retorne rapidamente à sua meta de médio prazo de 2 %. O BCE também esclareceu que só começará a reduzir o seu balanço a partir do início de março de 2023 (a carteira do programa de compra de ativos "APP" será reduzida numa média de 15 mil milhões de euros por mês até ao final do segundo trimestre de 2023 e, depois, o seu ritmo será ajustado ao longo do tempo).

O Banco de Inglaterra (BoE), um dos primeiros bancos centrais a iniciar o ciclo de aperto monetário, elevou várias vezes a sua taxa diretora de juros, elevando-a para 3,50 %, de 0,25 % no final de 2021.

Os receios de estagflação conduziram a uma elevada volatilidade nos mercados financeiros. Na Europa, os rendimentos dos títulos subiram na senda das taxas norte-americanas. A taxa dos títulos a dez anos do governo alemão subiu acima da marca de 2 % para 2,57 %, em comparação com um nível de -0,19 % no final de 2021.

### 4.3.5 Refinanciamento

O grupo aproveitou o ambiente de mercado favorável em janeiro e emitiu um título a 3,5 anos no valor de 750 milhões de euros. Esta transação atraiu uma carteira de encomendas de mais de 4,5 mil milhões de euros de mais de 180 assinantes. O grupo também voltou ao mercado suíço com a colocação de um título a 3 anos no valor de 110 milhões de francos suíços. Em junho, o Banco realizou com sucesso a sua primeira emissão de obrigações verdes no valor de 500 milhões de euros, que será liquidada. Os lucros estão a ser usados para financiar Veículos Elétricos a Bateria (BEV) e infraestruturas de carregamento. Esta última transação demonstra a vontade do grupo em apoiar a transição para a mobilidade elétrica e combater as alterações climáticas. Em setembro, em condições de mercado ainda voláteis, foi realizada uma operação de 650 milhões de euros com maturidade de seis anos. Em novembro, num contexto de mercado particularmente favorável, foi realizada uma transação de 750 milhões de euros com maturidade de três anos.

No mercado de titularização, o grupo vendeu cerca de 700 milhões de euros de notas respaldadas por créditos automotivos franceses e

### 4.3.6 Requisitos regulamentares

De acordo com os regulamentos bancários prudenciais que transpõem a Diretiva 2013/36/UE, relativa ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento (CRD IV), e o Regulamento (UE) n.º 575/2013 para o direito francês, o grupo Mobilize Financial Services está sujeito ao

Na sequência do abrandamento da inflação nos Estados Unidos e na Europa, as ações e obrigações societárias, que tinham sofrido no segundo e terceiro trimestres, começaram a recuperar no final do ano. Depois de atingir uma queda de -25 % no final de setembro, o Euro Stoxx 50 encerrou o ano em 3793 pontos, com uma queda de -11,74 %. Os *spreads* de crédito seguiram uma trajetória semelhante: após uma subida de 138 bps em julho. O índice IBOXX para as obrigações de empresas ficou em 99 bps no final de dezembro, em comparação com 61 bps no final de dezembro de 2021.

aumentou a sua titularização privada no Reino Unido para 100 milhões de libras esterlinas.

Neste contexto de mercados altamente voláteis, a atividade de poupança de retalho revelou-se particularmente resiliente e competitiva em termos de custos de financiamento em comparação com as fontes de financiamento grossistas. Os depósitos de retalho aumentaram 2,1 mil milhões de euros desde o início do ano para 24,4 mil milhões de euros.

Estes recursos, juntamente com 4,4 mil milhões de euros em linhas bancárias confirmadas não sacadas, 4,6 mil milhões de euros em cauções elegíveis para operações de política monetária do Banco Central e 5,8 mil milhões de euros em ativos líquidos de elevada qualidade (HQLA), permitem ao grupo Mobilize Financial Services manter o financiamento concedido aos seus clientes durante mais de 11 meses, sem necessidade de aceder a liquidez externa. Em 31 de dezembro de 2022, a reserva de liquidez do grupo Mobilize Financial Services (âmbito Europa) era de 14,9 mil milhões de euros.

cumprimento do rácio de solvabilidade e dos rácios de liquidez, do rácio da divisão de risco e do equilíbrio patrimonial (rácio de alavancagem). Em 31 de dezembro de 2022, os rácios calculados não revelam qualquer incumprimento dos requisitos regulamentares.

## 4.3.7 Notas às demonstrações financeiras consolidadas

<b>NOTA 1</b>	Informações por segmento	224	<b>NOTA 13</b>	Titularização	239
	1.1 Segmentação por mercado	224	<b>NOTA 14</b>	Contas de compensação e passivos diversos	240
	1.2 Segmentação por região geográfica	225	<b>NOTA 15</b>	Provisões	240
<b>NOTA 2</b>	Caixa e saldos em bancos centrais	226	<b>NOTA 16</b>	Provisões por imparidade para cobrir o risco de contraparte	242
<b>NOTA 3</b>	Derivados	226	<b>NOTA 17</b>	Dívida subordinada - Passivos	243
<b>NOTA 4</b>	Ativos financeiros	228	<b>NOTA 18</b>	Ativos e passivos financeiros por prazo remanescente até à data de maturidade	243
<b>NOTA 5</b>	Montantes a receber ao custo amortizado de instituições de crédito	228	<b>NOTA 19</b>	Repartição dos fluxos de caixa contratuais futuros por data de maturidade	244
<b>NOTA 6</b>	Operações financeiras e semelhantes de clientes	229	<b>NOTA 20</b>	Justo valor de ativos e passivos (de acordo com a IFRS 7 e a IFRS 13) e repartição dos ativos e passivos por hierarquia de justo valor	245
	6.1 Operações financeiras de clientes	229	<b>NOTA 21</b>	Acordos de compensação e outras obrigações semelhantes	247
	6.2 Operações de locação financeira	230	<b>NOTA 22</b>	Compromissos concedidos	247
	6.3 Operações de locação operacional	231	<b>NOTA 23</b>	Compromissos recebidos	248
	6.4 Exposição máxima ao risco de crédito e indicação quanto à qualidade das contas a receber considerada não depreciadas pelo grupo RCI Banque	231	<b>NOTA 24</b>	Exposição ao risco cambial	248
	6.5 Valores residuais de risco suportados pelo grupo Mobilize Financial Services	231	<b>NOTA 25</b>	Juros e rendimentos semelhantes	249
<b>NOTA 7</b>	Operações de financiamento de clientes por segmento de atividade	232	<b>NOTA 26</b>	Despesas de juros e encargos semelhantes	250
	7.1 Distribuição das operações de clientes por <i>buckets</i> e áreas geográficas	233	<b>NOTA 27</b>	Taxas e comissões	250
	7.2 Alteração das operações de financiamento de clientes	234	<b>NOTA 28</b>	Ganhos (perdas) líquidos em instrumentos financeiros ao justo valor através da conta de ganhos e perdas	251
	7.3 Alteração das imparidades das operações financeiras de clientes	234	<b>NOTA 29</b>	Receita ou despesa líquida de outras atividades	251
<b>NOTA 8</b>	Contas de ajustamento e diversos		<b>NOTA 30</b>	Despesas operacionais gerais e custos com o pessoal	252
	ativos	234	<b>NOTA 31</b>	Custo do risco por categoria de cliente	253
<b>NOTAS</b>	Investimentos em associadas e <i>joint ventures</i>	235	<b>NOTA 32</b>	Imposto sobre o rendimento	253
<b>NOTA 18</b>	Total dos ativos não correntes corpóreos e incorpóreos	235	<b>NOTA 33</b>	Eventos após o termo do período de referência	254
<b>NOTA 11</b>	<i>Goodwill</i>	235			
<b>NOTA 12</b>	Passivos para instituições de crédito e clientes e títulos de dívida	236			
	12.1 Bancos Centrais	236			
	12.2 Valores a pagar a instituições de crédito	236			
	12.3 Valores a pagar a clientes	237			
	12.4 Títulos de dívida	237			
	12.5 Repartição dos passivos por método de avaliação	238			
	12.6 Repartição dos passivos financeiros por tipo de taxa antes dos derivativos	238			
	12.7 Repartição dos passivos financeiros por prazo remanescente até à data de maturidade	238			

**NOTE 1** Informações por segmento**1.1** Segmentação por mercado

Em milhões de euros	Cliente	Financiamento a concessionários	Outros	Total 12/2022
Média de empréstimos por liquidar produtivos	36 936	6443		43 379
Resultado líquido bancário	1586	215	244	2045
Resultado operacional bruto	1058	160	185	1403
Receita operacional	842	181	185	1208
Resultado antes de impostos	687	181	182	1050

Em milhões de euros	Cliente	Financiamento a concessionários	Outros	Total 12/2021
Média de empréstimos por liquidar produtivos	36 254	7146		43 400
Resultado líquido bancário	1516	181	131	1828
Resultado operacional bruto	1031	135	86	1252
Receita operacional	932	172	86	1190
Resultado antes de impostos	937	171	86	1194

É apresentada uma repartição por mercado para a demonstração de resultados principal, bem como para a média de empréstimos por liquidar produtivos nos períodos correspondentes.

Ao nível do Resultado Líquido Bancário, dado que a maior parte dos rendimentos do segmento do grupo Mobilize Financial Services provém de juros, estes últimos são apresentados líquidos de despesas com juros.

Os resultados de cada segmento de negócios são determinados com base em convenções analíticas internas ou fiscais para faturação entre empresas e avaliação dos fundos alocados. O capital próprio alocado em cada segmento de negócio é o capital efetivamente colocado à disposição das subsidiárias e filiais e dividido entre elas de acordo com regras internas de análise.

O saldo médio dos empréstimos produtivos é o indicador operacional usado para supervisionar os saldos. Como esse indicador é a média aritmética dos saldos pendentes, o seu valor difere dos saldos que figuram nos ativos do grupo Mobilize Financial Services, conforme apresentado nas Notas 6 e 7: Operações de financiamento de clientes e semelhantes/ Operações de financiamento de clientes por segmento de negócio.

A média de ativos produtivos (APA) é outro indicador utilizado para supervisionar os saldos pendentes. É igual à média dos saldos produtivos acrescidos dos ativos decorrentes de operações de locação operacional.

Para clientes de retalho, significa a média de ativos produtivos no termo do período. Para os Concessionários, significa a média dos ativos produtivos diários.

## 1.2 Segmentação por região geográfica

Em milhões de euros	Ano	Saldos líquidos de empréstimos no final do ano <sup>(1)</sup>	Saldos de clientes no final do ano <sup>(1)</sup>	dos quais: Saldos de concessionários no final do ano
<b>EUROPA</b>	2022	45 125	35 387	9 738
	2021	40 832	34 551	6 281
dos quais Alemanha	2022	7 981	6 803	1 178
	2021	7 809	6 828	981
dos quais Espanha	2022	3 883	3 204	679
	2021	3 593	3 253	340
dos quais França	2022	17 264	12 711	4 553
	2021	15 319	12 359	2 960
dos quais Itália	2022	5 752	4 942	810
	2021	5 352	4 875	477
do qual Reino Unido	2022	5 302	4 383	919
	2021	4 371	3 936	435
do qual outros países <sup>(2)</sup>	2022	4 943	3 344	1 599
	2021	4 388	3 300	1 088
<b>ÁFRICA - MÉDIO ORIENTE</b>	2022	505	369	136
	2021	496	384	112
<b>ÁSIA - PACÍFICO</b>	2022	1 255	1 242	13
	2021	1 414	1 409	5
do qual Coreia do Sul	2022	1 255	1 242	13
	2021	1 414	1 409	5
<b>AMÉRICA</b>	2022	2 607	2 065	542
	2021	2 227	1 855	372
dos quais Argentina	2022	213	101	112
	2021	166	94	72
dos quais Brasil	2022	1 694	1 324	370
	2021	1 475	1 201	274
dos quais Colômbia	2022	700	640	60
	2021	586	560	26
<b>EURÁSIA</b>	2022			
	2021	14	14	
<b>TOTAL GRUPO RCI BANQUE</b>	2022	49 492	39 063	10 429
	2021	44 983	38 213	6 770

(1) Incluindo locações operacionais.

(2) Bélgica, Países Baixos, Suíça, Áustria, Suécia, Hungria, Malta, Polónia, República Checa, Eslovénia, Eslováquia, Croácia, Irlanda, Portugal, Roménia.

Os rendimentos de clientes externos são alocados aos diferentes países de acordo com o país de origem de cada uma das entidades. Cada entidade, na realidade, apenas regista os rendimentos de clientes residentes no mesmo país que essa entidade.

## NOTA 2 Caixa e saldos em bancos centrais

Em milhões de euros	12/2022	12/2021
<b>CAIXA E SALDOS EM BANCOS CENTRAIS</b>	<b>5836</b>	<b>6729</b>
Caixa e saldos em Bancos Centrais	5836	6729
<b>DEPÓSITOS A PRAZO EM BANCOS CENTRAIS</b>	<b>38</b>	<b>16</b>
Juros acumulados	38	16
<b>TOTAL DE CAIXA E SALDOS EM BANCOS CENTRAIS</b>	<b>5874</b>	<b>6745</b>

## NOTA 3 Derivados

Em milhões de euros	12/2022		12/2021	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
<b>JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS RECONHECIDOS COMO DERIVADOS MANTIDOS PARA FINS DE NEGOCIAÇÃO</b>	<b>105</b>	<b>29</b>	<b>12</b>	<b>17</b>
Derivados de taxa de juro	91	5	7	1
Derivativos cambiais	14	24	5	16
<b>JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS RECONHECIDOS COMO DERIVADOS USADOS PARA COBERTURA</b>	<b>329</b>	<b>322</b>	<b>135</b>	<b>27</b>
Derivados de taxa de juro e cambiais: Coberturas de justo valor		315	84	6
Derivados de taxa de juro: Coberturas de fluxos de caixa	329	7	51	21
<b>TOTAL DE DERIVADOS</b>	<b>434</b>	<b>351</b>	<b>147</b>	<b>44</b>

Estes itens de linha incluem principalmente derivados OTC contratados pelo grupo Mobilize Financial Services como parte da sua política de cobertura do risco cambial e de taxa de juro.

Os derivativos qualificados como cobertura de fluxo de caixa são respaldados por dívida de taxa variável e, desde a aplicação da terceira parte da IFRS 9 a partir de janeiro de 2020, por pacotes agregados que consistem em dívida de taxa fixa e *swap* de taxa de juro variável de amortização.

No âmbito da cobertura de certos passivos de taxa variável (Depósitos e TLTRO), o grupo Mobilize Financial Services criou derivados de taxa de juro que não se qualificam como derivativos de cobertura para efeitos contabilísticos, de acordo com as disposições da IFRS 9. O produto líquido bancário foi positivamente

impactado por um efeito de avaliação de 79 milhões de euros para estes *swaps* devido ao atual aumento das taxas de juro. De referir que este impacto de valorização é temporário e tenderá a um impacto nulo no vencimento destes *swaps*.

O grupo Mobilize Financial Services foi obrigado a proteger o impacto das taxas de câmbio estruturais desde 2022. Estes instrumentos de cobertura são classificados como “Cobertura de investimentos líquidos”.

As operações que dão origem a registos nesta rubrica encontram-se descritas nas normas e métodos contabilísticos nos parágrafos seguintes: “Passivos financeiros” e “Derivados e contabilidade de cobertura”

### Alterações na reserva de reavaliação do instrumento de cobertura de fluxo de caixa

Em milhões de euros	Cobertura de fluxos de caixa	Calendário de transferência da conta de reserva da CFH para a demonstração de resultados		
		<1 ano	1 a 5 anos	+5 anos
<b>SALDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>(22)</b>	<b>(3)</b>	<b>(19)</b>	
Alterações no valor justo reconhecidas no capital próprio	27			
Transferência para demonstração de resultados	11			
<b>SALDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>16</b>	<b>1</b>	<b>15</b>	
Alterações no valor justo reconhecidas no capital próprio	198			
Transferência para demonstração de resultados	4			
<b>SALDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>218</b>	<b>15</b>	<b>203</b>	

No que diz respeito à cobertura de fluxos de caixa, a tabela acima mostra os períodos durante os quais a RCI Banque S.A. espera que os fluxos de caixa intervenham e afetem a demonstração de resultados.

As alterações na reserva de cobertura de fluxos de caixa resultam da alteração do justo valor dos instrumentos de cobertura registados nos capitais próprios e da transferência do período para a demonstração de resultados à mesma taxa que o item coberto.

Valores nominais dos instrumentos derivados por maturidade e intenção de gestão

Em milhões de euros	< 1 ano	1 ano a 5 anos	> 5 anos	Total 12/2022	Partes relacionadas
<b>COBERTURA DO RISCO CAMBIAL</b>					
<b>Contratos cambiais a prazo</b>					
Vendas	1489			1489	
Compras	1451			1451	
<b>Operações cambiais à vista</b>					
Empréstimos	1			1	
Empréstimos contraídos	1			1	
<b>Swaps cambiais</b>					
Empréstimos	122	136		258	
Empréstimos contraídos	122	137		259	
<b>COBERTURA DO RISCO DE TAXA DE JURO</b>					
<b>Swaps de taxa de juro</b>					
Mutuante	11 172	12 628	250	24 050	
Mutuário	11 172	12 628	250	24 050	

Em milhões de euros	< 1 ano	1 ano a 5 anos	> 5 anos	Total 12/2021	Partes relacionadas
<b>COBERTURA DO RISCO CAMBIAL</b>					
<b>Contratos cambiais a prazo</b>					
Vendas	922			922	
Compras	912			912	
<b>Swaps cambiais</b>					
Empréstimos	187	72		259	
Empréstimos contraídos	195	73		268	
<b>COBERTURA DO RISCO DE TAXA DE JURO</b>					
<b>Swaps de taxa de juro</b>					
Mutuante	13 410	9303	750	23 463	
Mutuário	13 410	9303	750	23 463	

N.º

1

N.º

2

N.º

3

N.º

4

N.º

5

**NOTA 4** Ativos financeiros

Em milhões de euros	12/2022	12/2021
<b>CALCULADOS AO JUSTO VALOR EM OUTROS RENDIMENTOS INTEGRAIS<sup>(*)</sup></b>	<b>521</b>	<b>837</b>
Títulos de dívida pública e semelhantes	401	713
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	119	123
Participações em empresas controladas, mas não consolidadas	1	1
<b>ATIVOS FINANCEIROS CALCULADOS AO JUSTO VALOR NA CONTA DE GANHOS E PERDAS</b>	<b>119</b>	<b>137</b>
Títulos de rendimento variável	36	30
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	71	70
Participações em empresas controladas, mas não consolidadas	12	37
<b>TOTAL DOS ATIVOS FINANCEIROS<sup>(*)</sup></b>	<b>640</b>	<b>974</b>
(*) Do qual partes relacionadas.	13	8
(**) Dos quais ativos dedicados a seguros.	180	145

**NOTA 5** Montantes a receber ao custo amortizado de instituições de crédito

Em milhões de euros	12/2022	12/2021
<b>SALDOS CREDORES EM CONTAS À ORDEM EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>1638</b>	<b>1236</b>
Contas ordinárias em débito	1589	1175
Empréstimos <i>overnight</i>	49	61
<b>DEPÓSITOS A PRAZO EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>52</b>	<b>58</b>
Empréstimos a prazo no <i>bucket</i> 1	27	58
Empréstimos a prazo no <i>bucket</i> 2	25	
<b>TOTAL DE MONTANTES A RECEBER DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO<sup>(*)</sup></b>	<b>1690</b>	<b>1294</b>
(*) Do qual partes relacionadas.	2	

Os saldos credores em contas à ordem são incluídos no item da linha “Caixa e equivalentes de caixa” na demonstração dos fluxos de caixa.

As contas à ordem detidas pelos FCT (*Fonds Commun de Titrisation* - Fundos Mútuos de Titularização) contribuem em parte para a melhoria do crédito dos fundos. Totalizavam 1169 milhões de euros no final de 2022 e estão incluídos nas “Contas Ordinárias em dívida”.

As operações de empréstimo efetuadas pelo prazo *overnight* com o Banco Central estão incluídas na rubrica “Caixa e saldos em bancos centrais”.

**NOTA 6** Operações financeiras de clientes e semelhantes

Em milhões de euros	12/2022	12/2021
<b>EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES</b>	<b>48 631</b>	<b>44 074</b>
Operações financeiras de clientes	33 901	29 894
Operações de locação financeira	14 730	14 180
<b>OPERAÇÕES DE LOCAÇÃO OPERACIONAL</b>	<b>1383</b>	<b>1344</b>
<b>TOTAL DE OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO DE CLIENTES E SEMELHANTES</b>	<b>50 014</b>	<b>45 418</b>

O valor bruto dos saldos reestruturados (incluindo os não produtivos), na sequência de todas as medidas e concessões aos clientes mutuários que enfrentam (ou são suscetíveis de enfrentar no futuro) dificuldades financeiras, ascende a 238 milhões de euros em 31 de dezembro de

2022, em comparação com 272 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021. Foi prejudicado no valor de 78 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, em comparação com 80 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

**6.1** Operações financeiras de clientes

Em milhões de euros	12/2022	12/2021
<b>EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES</b>	<b>34 046</b>	<b>29 985</b>
<i>Factoring</i> saudável	217	164
<i>Factoring</i> com um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial	7	13
Outras contas a receber comerciais saudáveis	3	4
Outro crédito saudável a clientes	31 038	27 105
Outros créditos a clientes com um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial	1729	1687
Contas ordinárias saudáveis em débito	375	339
Contas a receber inadimplentes	677	673
<b>JUROS A RECEBER SOBRE EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES</b>	<b>80</b>	<b>62</b>
Outro crédito a clientes não inadimplentes	41	41
Contas ordinárias não inadimplentes	36	17
Contas a receber inadimplentes	3	4
<b>TOTAL DE ITENS INCLUÍDOS AO CUSTO AMORTIZADO - EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES</b>	<b>560</b>	<b>594</b>
Taxas de manutenção escalonadas e despesas diversas - Recebidas de clientes	(59)	(67)
Contribuições escalonadas para incentivos de vendas por fabricante ou concessionários	(265)	(307)
Taxas escalonadas pagas indicação de negócios	884	968
<b>IMPARIDADE DE EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES</b>	<b>(785)</b>	<b>(747)</b>
Imparidade em contas a receber saudáveis	(151)	(134)
Imparidade sobre contas a receber com um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial	(110)	(98)
Imparidade em contas a receber em incumprimento	(409)	(409)
Imparidade sobre o valor residual	(115)	(106)
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO A CLIENTES, LÍQUIDO</b>	<b>33 901</b>	<b>29 894</b>

As operações de titularização não tiveram como objetivo resultar no desreconhecimento das contas a receber cedidas. As contas a receber cedidas, bem como os juros acumulados e as provisões para imparidade continuam a aparecer no ativo patrimonial do grupo.

As contas a receber de *factoring* resultam da aquisição pelo grupo das contas a receber comerciais da Renault-Nissan Alliance. A imparidade sobre o valor residual diz respeito ao crédito (risco suportado e não suportado).

## 6.2 Operações de locação financeira

Em milhões de euros	12/2022	12/2021
<b>OPERAÇÕES DE LOCAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>14 878</b>	<b>14 334</b>
Outro crédito saudável a clientes	13 029	12 384
Outros créditos a clientes com um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial	1512	1584
Contas a receber inadimplentes	337	366
<b>JUROS VENCIDOS DAS OPERAÇÕES DE LOCAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>8</b>	<b>7</b>
Outro crédito a clientes não inadimplentes	7	6
Contas a receber inadimplentes	1	1
<b>TOTAL DE ITENS INCLuíDOS NO CUSTO AMORTIZADO - LOCAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>162</b>	<b>116</b>
Encargos de manutenção escalonados	28	49
Contribuições escalonadas para incentivos de vendas por fabricante ou concessionários	(229)	(273)
Taxas escalonadas pagas indicação de negócios	363	340
<b>IMPARIDADE EM LOCAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>(318)</b>	<b>(277)</b>
Imparidade em contas a receber saudáveis	(79)	(51)
Imparidade sobre contas a receber com um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial	(75)	(72)
Imparidade em contas a receber em incumprimento	(163)	(153)
Imparidade sobre o valor residual	(1)	(1)
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES DE LOCAÇÃO FINANCEIRA, LÍQUIDO</b>	<b>14 730</b>	<b>14 180</b>

## Conciliação entre o investimento bruto em contratos de locação financeira à data de fecho e o valor mínimo atual dos pagamentos a receber

Em milhões de euros	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total 12/2022
Locações financeiras - investimento líquido	6504	8505	39	15 048
Locações financeiras - juros futuros a receber	489	487	15	991
<b>LOCAÇÕES FINANCEIRAS - INVESTIMENTO BRUTO</b>	<b>6993</b>	<b>8992</b>	<b>54</b>	<b>16 039</b>
Montante do valor residual garantido ao grupo RCI Banque	4950	5054	1	10 005
• Do qual montante garantido por partes relacionadas	2823	2069		4892
Pagamentos mínimos a receber no âmbito da locação (excluindo os montantes garantidos por partes relacionadas, conforme exigido pela IAS 17)	4170	6923	54	11 147

em milhões de euros	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total 12/2021
Locações financeiras - investimento líquido	6432	7983	42	14 457
Locações financeiras - juros futuros a receber	400	374	2	776
<b>LOCAÇÕES FINANCEIRAS - INVESTIMENTO BRUTO</b>	<b>6832</b>	<b>8357</b>	<b>44</b>	<b>15 233</b>
Montante do valor residual garantido ao grupo RCI Banque	4428	4657	4	9089
• Do qual montante garantido por partes relacionadas	2611	2015		4626
Pagamentos mínimos a receber no âmbito da locação (excluindo os montantes garantidos por partes relacionadas, conforme exigido pela IAS 17)	4221	6342	44	10 607



**NOTA 7** Operações de financiamento de clientes por segmento de atividade

Em milhões de euros	Cliente	Financiamento a concessionários	Outros	Total 12/2022
<b>VALOR BRUTO</b>	<b>40 154</b>	<b>10 477</b>	<b>524</b>	<b>51 155</b>
Contas a receber saudáveis	36 083	10 261	522	46 866
<i>Em % do total de contas a receber</i>	<i>89,9 %</i>	<i>97,9 %</i>	<i>99,6 %</i>	<i>91,6 %</i>
Contas a receber com um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial	3091	167		3258
<i>Em % do total de contas a receber</i>	<i>7,7 %</i>	<i>1,6 %</i>		<i>6,4 %</i>
Contas a receber inadimplentes	980	49	2	1031
<i>Em % do total de contas a receber</i>	<i>2,4 %</i>	<i>0,5 %</i>	<i>0,4 %</i>	<i>2,0 %</i>
<b>PROVISÃO PARA IMPARIDADE</b>	<b>(1091)</b>	<b>(48)</b>	<b>(2)</b>	<b>(1141)</b>
Imparidade em contas a receber saudáveis	(354)	(20)	(1)	(375)
<i>Em % da imparidade total</i>	<i>32,4 %</i>	<i>41,7 %</i>	<i>50,0 %</i>	<i>32,9 %</i>
Imparidade sobre contas a receber com um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial	(179)	(6)		(185)
<i>Em % da imparidade total</i>	<i>16,4 %</i>	<i>12,5 %</i>		<i>16,2 %</i>
Imparidade em contas a receber em incumprimento	(558)	(22)	(1)	(581)
<i>Em % da imparidade total</i>	<i>51,1 %</i>	<i>45,8 %</i>	<i>50,0 %</i>	<i>50,9 %</i>
<b>Rácio de cobertura</b>	<b>2,7 %</b>	<b>0,5 %</b>	<b>0,4 %</b>	<b>2,2 %</b>
Contas a receber saudáveis	1,0 %	0,2 %	0,2 %	0,8 %
Contas a receber com um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial	5,8 %	3,6 %		5,7 %
Contas a receber inadimplentes	56,9 %	44,9 %	50,0 %	56,4 %
<b>VALOR LÍQUIDO<sup>(*)</sup></b>	<b>39 063</b>	<b>10 429</b>	<b>522</b>	<b>50 014</b>
(*) Do qual: partes relacionadas (excluindo participação em incentivos e honorários pagos).	1	489	207	697

Em milhões de euros	Cliente	Financiamento a concessionários	Outros	Total 12/2021
<b>VALOR BRUTO</b>	<b>39 188</b>	<b>6845</b>	<b>437</b>	<b>46 470</b>
Contas a receber saudáveis	35 073	6619	436	42 128
<i>Em % do total de contas a receber</i>	<i>89,5 %</i>	<i>96,7 %</i>	<i>99,8 %</i>	<i>90,7 %</i>
Contas a receber com um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial	3124	165		3289
<i>Em % do total de contas a receber</i>	<i>8,0 %</i>	<i>2,4 %</i>		<i>7,1 %</i>
Contas a receber inadimplentes	991	61	1	1053
<i>Em % do total de contas a receber</i>	<i>2,5 %</i>	<i>0,9 %</i>	<i>0,2 %</i>	<i>2,3 %</i>
<b>PROVISÃO PARA IMPARIDADE</b>	<b>(975)</b>	<b>(75)</b>	<b>(2)</b>	<b>(1052)</b>
Imparidade em contas a receber saudáveis	(274)	(37)	(2)	(313)
<i>Em % da imparidade total</i>	<i>28,1 %</i>	<i>49,3 %</i>	<i>100,0 %</i>	<i>29,8 %</i>
Imparidade sobre contas a receber com um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial	(161)	(9)		(170)
<i>Em % da imparidade total</i>	<i>16,5 %</i>	<i>12,0 %</i>		<i>16,2 %</i>
Imparidade em contas a receber em incumprimento	(540)	(29)		(569)
<i>Em % da imparidade total</i>	<i>55,4 %</i>	<i>38,7 %</i>		<i>54,1 %</i>
<b>Rácio de cobertura</b>	<b>2,5 %</b>	<b>1,1 %</b>	<b>0,5 %</b>	<b>2,3 %</b>
Contas a receber saudáveis	0,8 %	0,6 %	0,5 %	0,7 %
Contas a receber com um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial	5,2 %	5,5 %		5,2 %
Contas a receber inadimplentes	54,5 %	47,5 %		54,0 %
<b>VALOR LÍQUIDO<sup>(*)</sup></b>	<b>38 213</b>	<b>6770</b>	<b>435</b>	<b>45 418</b>
(*) Do qual: partes relacionadas (excluindo participação em incentivos e honorários pagos).	9	505	264	778

A categoria “Outros” inclui principalmente contas de compradores e comuns com concessionários e o Grupo Renault.

Na atividade a clientes particulares, a taxa de provisionamento do *bucket* 2 sofreu um ligeiro agravamento, passando de 5,2 % para 5,8 %, devido ao efeito desfavorável da análise prospetiva e do parâmetro LGD,

parcialmente compensada por uma melhoria do parâmetro PI, enquanto a taxa de provisionamento do *bucket* 3 passou de 54,5 % para 56,9 % entre o final de 2021 e o final de 2022, devido ao efeito da análise prospetiva e do parâmetro LGD, especialmente em França e no Brasil. A taxa de provisionamento para o *Bucket* 1 aumentou de 0,8 % para 1 %.

7.1 Distribuição das operações de clientes por *buckets* e áreas geográficas

Em milhões de euros	Valor bruto das contas a receber			Imparidade das contas a receber			Total 12/2022
	Bucket 1	Bucket 2	Bucket 3	Bucket 1	Bucket 2	Bucket 3	
França	16 150	1315	362	(83)	(68)	(205)	17 471
Alemanha	7546	496	63	(22)	(20)	(30)	8033
Itália	5446	357	95	(21)	(16)	(68)	5793
Reino Unido	5159	286	40	(136)	(6)	(20)	5323
Espanha	3719	225	83	(29)	(18)	(63)	3917
Brasil	1470	212	110	(19)	(19)	(56)	1698
Coreia do Sul	1209	53	35	(8)	(2)	(31)	1256
Suíça	768	76	11	(2)	(3)	(2)	848
Colômbia	634	43	67	(8)	(12)	(23)	701
Polónia	667	67	41	(3)	(4)	(14)	754
Países Baixos	698	7	7	(1)		(1)	710
Portugal	598	21	6	(7)	(2)	(5)	611
Áustria	543	16	2	(7)	(2)	(1)	551
Marrocos	483	26	81	(14)	(8)	(54)	514
Outros países	1776	58	28	(15)	(5)	(8)	1834
<b>TOTAL</b>	<b>46 866</b>	<b>3258</b>	<b>1031</b>	<b>(375)</b>	<b>(185)</b>	<b>(581)</b>	<b>50 014</b>

Em milhões de euros	Valor bruto das contas a receber			Imparidade das contas a receber			Total 12/2021
	Bucket 1	Bucket 2	Bucket 3	Bucket 1	Bucket 2	Bucket 3	
França	14 091	1362	367	(63)	(61)	(187)	15 509
Alemanha	7332	516	65	(13)	(13)	(32)	7855
Itália	5005	370	113	(19)	(20)	(73)	5376
Reino Unido	4154	342	44	(116)	(4)	(23)	4397
Espanha	3487	153	94	(21)	(17)	(73)	3623
Brasil	1260	200	100	(17)	(23)	(44)	1476
Coreia do Sul	1351	67	35	(7)	(2)	(29)	1415
Suíça	685	66	10	(1)	(3)	(3)	754
Colômbia	526	34	58	(13)	(3)	(16)	586
Polónia	598	53	41	(4)	(3)	(15)	670
Países Baixos	557	4	1	(2)		(1)	559
Portugal	526	22	4	(9)	(1)	(3)	539
Áustria	570	11	7	(6)	(2)	(4)	576
Marrocos	469	30	82	(13)	(8)	(53)	507
Outros países	1517	59	32	(9)	(10)	(13)	1576
<b>TOTAL</b>	<b>42 128</b>	<b>3289</b>	<b>1053</b>	<b>(313)</b>	<b>(170)</b>	<b>(569)</b>	<b>45 418</b>

## 7.2 Alteração das operações financeiras do cliente

Em milhões de euros	12/2021	Aumento <sup>(1)</sup>	Reclas. <sup>(2)</sup>	Reembolso	Amortização	12/2022
Contas a receber saudáveis	42 128	53 116	(1418)	(46 960)		46 866
Contas a receber com um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial	3289		1098	(1129)		3258
Contas a receber inadimplentes	1053		320	(206)	(136)	1031
<b>OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO DE CLIENTES (GV)</b>	<b>46 470</b>	<b>53 116</b>		<b>(48 295)</b>	<b>(136)</b>	<b>51 155</b>

(1) Aumento = Nova produção.

(2) Reclasseificação = Transferência entre *buckets*.

## 7.3 Alteração das imparidades das operações financeiras de clientes

Em milhões de euros	12/2021	Aumento <sup>(1)</sup>	Diminuição <sup>(2)</sup>	Reclas. <sup>(3)</sup>	Variações <sup>(4)</sup>	Outro <sup>(5)</sup>	12/2022
Imparidade sobre contas a receber saudáveis <sup>(1)</sup>	313	93	(67)	(152)	190	(2)	375
Imparidade sobre contas a receber com um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial	170	32	(24)	(3)	9	1	185
Imparidade em contas a receber em incumprimento	569	65	(192)	154	(10)	(5)	581
<b>IMPARIDADES DE OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO A CLIENTES</b>	<b>1052</b>	<b>190</b>	<b>(283)</b>	<b>(1)</b>	<b>189</b>	<b>(6)</b>	<b>1141</b>

(1) Aumento = Provisão devido a nova produção.

(2) Diminuição = Reversão de provisão devido a reembolso, alienação ou amortização.

(3) Reclasseificação = Transferência entre *buckets*.

(4) Variações = Variação devido a ajustamentos dos critérios de risco (PI, LGD, ECI ).

(5) Outros= Reclasseificação, efeitos de conversão cambial, alterações no âmbito da consolidação.

Nota: os aumentos<sup>(1)</sup>, as diminuições<sup>(2)</sup> e as reclasseificações<sup>(3)</sup> são contabilizados na demonstração dos resultados na rubrica Resultado líquido bancário ou custo do risco.Os outros movimentos<sup>(4)</sup> e<sup>(5)</sup> são apenas alterações patrimoniais.

(\*) A imparidade sobre contas a receber produtivas inclui imparidades sobre valores residuais (veículos e baterias) num montante de 144 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, em comparação com 129 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

## NOTA 8 Contas de compensação e ativos diversos

Em milhões de euros	12/2022	12/2021
<b>CONTAS A RECEBER DE IMPOSTOS</b>	<b>386</b>	<b>312</b>
Ativos por impostos correntes	41	21
Ativos por impostos diferidos	220	179
Impostos a receber exceto sobre imposto corrente sobre o rendimento	125	112
<b>CONTAS DE AJUSTAMENTOS E OUTROS ATIVOS</b>	<b>1041</b>	<b>957</b>
Segurança social e contas a receber relacionadas com o pessoal	1	1
Outros devedores diversos	537	476
Contas de ajustamentos - Ativos	84	63
Outros ativos	3	2
Itens recebidos em cobranças	353	310
Parte resseguradora nas provisões técnicas	63	105
<b>TOTAL DAS CONTAS DE AJUSTAMENTOS - ATIVOS E OUTROS ATIVOS<sup>(*)</sup></b>	<b>1427</b>	<b>1269</b>
(*) Do qual partes relacionadas.	223	169

Os ativos por impostos deferidos são analisados na Nota 32.

**NOTA 9** Investimentos em associadas e *joint ventures*

Em milhões de euros	12/2022		12/2021	
	Participação dos ativos líquidos	Resultado líquido	Participação dos ativos líquidos	Resultado líquido
Orfin Finansman Anonim Sirketi (incluindo R9879 - Ajustamento para Ofrin Finansman Anonim Sirketi)	15	2	16	4
RN SF B.V.		(110)	94	13
Nissan Renault Financial Services India Private Limited	37	3	36	2
Mobility Trader Holding GmbH (RCI)	14	(16)		
R9879 - Ajustamento para R1033		(6)		
<b>TOTAL DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS</b>	<b>66</b>	<b>(127)</b>	<b>146</b>	<b>19</b>

**NOTA 10** Ativos não correntes corpóreos e incorpóreos

Em milhões de euros	12/2022	12/2021
<b>ATIVOS INCORPÓREOS: LÍQUIDO</b>	<b>34</b>	<b>11</b>
Valor bruto	75	48
Amortização acumulada e imparidade	(41)	(37)
<b>ATIVOS FIXOS CORPÓREOS: LÍQUIDO</b>	<b>22</b>	<b>28</b>
Valor bruto	127	126
Depreciação acumulada e imparidade	(105)	(98)
<b>AMORTIZAÇÃO DO DIREITO DE USO SOBRE O ATIVO LOCADO: LÍQUIDO</b>	<b>67</b>	<b>55</b>
Valor bruto	121	92
Depreciação acumulada e imparidade	(54)	(37)
<b>TOTAL DOS ATIVOS NÃO CORRENTES CORPÓREOS E INCORPÓREOS</b>	<b>123</b>	<b>94</b>

O ativo imobilizado inclui locações imobiliárias ativadas de acordo com a IFRS 16 (ver seção 3.A "Alterações às políticas contábilísticas").

As entidades do BIPI contribuíram com um aumento de 29 milhões de euros para o direito líquido de uso e 10 milhões de euros em depreciações e imparidades.

**NOTA 11** *Goodwill*

Em milhões de euros	12/2022	12/2021
Reino Unido	35	37
Alemanha	12	12
Itália	9	9
Coreia do Sul	19	19
República Checa	3	4
Espanha	59	68
<b>GOODWILL TOTAL DE AQUISIÇÕES POR PAÍS</b>	<b>137</b>	<b>149</b>

Foram efetuados testes de imparidade a todo o *goodwill* (utilizando os métodos e pressupostos descritos na Nota B). Estes testes não revelaram qualquer risco de imparidade material em 31 de dezembro de 2022.

O grupo finalizou a determinação dos justos valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos da Bipi Mobility SL e das suas subsidiárias, das quais adquiriu 100 % em julho de 2021

a um preço de 67 milhões de euros. Esta empresa está a desenvolver a sua oferta em locação flexível de veículos. Os principais ajustamentos dizem respeito à marca, reconhecida por 8 milhões de euros, e à tecnologia, reconhecida por 5 milhões de euros. O *goodwill* final é calculado em 59 milhões de euros.

**NOTA 12** Passivos para instituições de crédito e clientes e títulos de dívida**12.1** Bancos Centrais

Em milhões de euros	12/2022	12/2021
Empréstimos a prazo	3711	3738
Juros acumulados	4	
<b>TOTAL BANCOS CENTRAIS</b>	<b>3715</b>	<b>3738</b>

Em 31 de dezembro de 2022, o valor contabilístico das garantias apresentadas ao Banco de França (3G) ascendia a 8907 milhões de euros, ou seja, 7647 milhões de euros em títulos emitidos por veículos de titularização e 1261 milhões de euros em contas a receber privadas.

O grupo pôde beneficiar do programa TLTRO III e efetuar três levantamentos durante 2020:

- 750 milhões de euros com vencimento em junho de 2023;
- 500 milhões de euros com vencimento em setembro de 2023;
- 500 milhões de euros com vencimento em dezembro de 2023.

Foram efetuados dois novos levantamentos em 2021:

- 750 milhões de euros com vencimento em setembro de 2024;
- 750 milhões de euros com vencimento em dezembro de 2024.

A decisão do IFRS IC que esclarece a análise e o reconhecimento das operações TLTRO III tornou-se definitiva em março de 2022. O grupo optou por aplicar a IFRS 9 aos levantamentos efetuados ao abrigo do programa TLTRO III, considerando que a taxa do BCE é uma taxa de mercado. Aplica-se da mesma forma a todos os bancos que beneficiam do programa e o BCE pode alterar unilateralmente a taxa MRO a qualquer momento.

A taxa de juro máxima aplicável aos levantamentos efetuados ao abrigo do programa TLTRO é calculada com base na taxa média da facilidade de depósito “DFR” do Banco Central Europeu (BCE). As reduções de taxas são aplicadas com base em critérios de crescimento das concessões de empréstimos.

A taxa de juro efetiva inicial dos levantamentos tem em conta o cumprimento pelo grupo das metas de concessão de empréstimos estabelecidas para o período de referência que termina em março de 2021. O BCE confirmou o cumprimento destes objetivos em setembro de 2021. Em 10 de junho, o grupo recebeu a confirmação de que as metas de crédito para o período de referência adicional especial (outubro de 2020 - dezembro de 2021) foram atingidas e, portanto, receberá um subsídio durante o período de taxa de juros especial correspondente (junho de 2021 - junho de 2022). De acordo com as disposições em vigor da IFRS 9, esta bonificação de juros resultou num ajustamento do valor das linhas de dívida relacionadas com as TLRO de 14 milhões de euros.

**Programa TFSME**

O grupo também pôde beneficiar do programa TFSME emitido pelo Banco da Inglaterra em 2020 e levantar 409,3 milhões de libras esterlinas em 2021 com vencimento em setembro e outubro de 2025.

A taxa de juro aplicável a este financiamento é calculada com base na taxa de referência do Banco de Inglaterra (3,5 % em 31 de dezembro de 2022), acrescida de um *spread* de 0,25 %.

O grupo aplicou a IFRS 9 ao seu financiamento, considerando esta taxa como sendo ajustável como uma taxa de mercado aplicável a todos os bancos que beneficiam do programa TFSME.

**12.2** Valores a pagar a instituições de crédito

Em milhões de euros	12/2022	12/2021
<b>CONTAS À VISTA A PAGAR A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>183</b>	<b>260</b>
Contas ordinárias	12	16
Outros valores devidos	171	244
<b>CONTAS A PAGAR A PRAZO A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>1829</b>	<b>1737</b>
Empréstimos a prazo	1734	1669
Juros acumulados	95	68
<b>TOTAL DE PASSIVOS PARA INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>2012</b>	<b>1997</b>

As contas à vista são incluídas na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” na demonstração dos fluxos de caixa.

## 12.3 Valores a pagar a clientes

Em milhões de euros	12/2022	12/2021
<b>VALORES A PAGAR A CLIENTES</b>	<b>25 367</b>	<b>21 928</b>
Contas correntes em crédito	256	202
Contas a prazo em crédito	701	723
Contas poupança ordinárias	17 647	15 715
Depósitos a prazo (retalho)	6763	5288
<b>OUTROS VALORES A PAGAR A CLIENTES E JUROS ACUMULADOS</b>	<b>106</b>	<b>102</b>
Outros valores a pagar a clientes	60	65
Juros vencidos sobre contas ordinárias em crédito	14	21
Juros vencidos de contas a prazo em crédito	1	
Juros vencidos de contas poupança ordinárias	14	8
Juros vencidos de contas a prazo de clientes	17	8
<b>TOTAL DOS VALORES A PAGAR A CLIENTES</b>	<b>25 473</b>	<b>22 030</b>
(*) Do qual partes relacionadas.	769	740

As contas a prazo em crédito incluem um acordo de *warrant* em numerário de 700 milhões de euros, concedido à RCI Banque S.A. pelo fabricante Renault, que cobre, sem quaisquer exceções geográficas, os riscos de incumprimento do Renault Retail Group.

O grupo Mobilize Financial Services lançou o seu negócio de poupança em França em fevereiro de 2012, na Alemanha em fevereiro de 2013, na Áustria em abril de 2014, no Reino Unido em junho de 2015, no Brasil em março de 2019 e na Espanha em novembro de 2020, comercializando tanto contas de poupança quanto contas de

depósito a prazo. Em julho de 2021, o grupo iniciou uma parceria com a Raisin, uma *fintech* alemã, para oferecer contas de poupança nos Países Baixos através da plataforma raisin.nl.

A recolha de depósitos aumentou 3422 milhões de euros (dos quais 1938 milhões de euros em depósitos à ordem e 1484 milhões de euros em depósitos a prazo) no ano de 2022, atingindo 24 441 milhões de euros (dos quais 17 661 milhões de euros em depósitos à ordem e 6780 milhões de euros em depósitos a prazo) classificados como outra dívida que vence juros.

## 12.4 Títulos de dívida

Em milhões de euros	12/2022	12/2021
<b>TÍTULOS DE DÍVIDA NEGOCIÁVEIS<sup>(1)</sup></b>	<b>1221</b>	<b>1063</b>
Certificados de depósito	1013	1050
Papel comercial e semelhantes	175	
Juros vencidos sobre títulos de dívida negociáveis	33	13
<b>OUTROS TÍTULOS DE DÍVIDA<sup>(2)</sup></b>	<b>3319</b>	<b>3097</b>
Outros títulos de dívida	3317	3095
Juros vencidos de outros títulos de dívida	2	2
<b>OBRIGAÇÕES E SEMELHANTES</b>	<b>13 568</b>	<b>13 811</b>
Obrigações	13 369	13 695
Juros vencidos de obrigações	199	116
<b>TOTAL DE TÍTULOS DE DÍVIDA</b>	<b>18 108</b>	<b>17 971</b>

(1) Os certificados de depósito, papel comercial e MTN franceses são emitidos pela RCI Banque S.A., pela Banco RCI Brasil S.A., pela RCI Colombia S.A. Compania De Financiamiento e pela Diac S.A.

(2) Outros títulos de dívida consistem principalmente nos títulos emitidos pelos veículos criados para as ofertas de titularização alemãs (RCI Banque S.A. Niederlassung Deutschland), britânicas (RCI Financial Services Ltd), francesas (Diac S.A.) e italianas (RCI Banque Succursale Italiana).

## 12.5 Repartição dos passivos por método de avaliação

Em milhões de euros	12/2022	12/2021
<b>PASSIVOS AVALIADOS AO CUSTO AMORTIZADO - EXCLUINDO COBERTURA DE JUSTO VALOR</b>	<b>44 417</b>	<b>39 827</b>
Bancos Centrais	3715	3738
Valores a pagar a instituições de crédito	2012	1997
Valores a pagar a clientes	25 473	22 030
Títulos de dívida	13 217	12 062
<b>PASSIVOS AVALIADOS AO CUSTO AMORTIZADO - COBERTURA DE JUSTO VALOR</b>	<b>4891</b>	<b>5909</b>
Títulos de dívida	4891	5909
<b>TOTAL DAS DÍVIDAS FINANCEIRAS</b>	<b>49 308</b>	<b>45 736</b>

## 12.6 Repartição dos passivos financeiros por tipo de taxa antes dos derivados

Em milhões de euros	Variável	Fixo	12/2022
Bancos Centrais	3715		3715
Valores a pagar a instituições de crédito	760	1252	2012
Valores a pagar a clientes	17 483	7990	25 473
Títulos de dívida negociáveis	855	366	1221
Outros títulos de dívida	3311	8	3319
Obrigações	2708	10 860	13 568
<b>TOTAL DE PASSIVOS FINANCEIROS POR TAXA</b>	<b>28 832</b>	<b>20 476</b>	<b>49 308</b>

## 12.7 Repartição dos passivos financeiros por prazo remanescente até à data de maturidade

A repartição dos passivos financeiros por prazos de vencimento é apresentada na Nota 18.

## NOTA 13 Titularização

### Titularização - Emissão de títulos públicos

País	França	França	França	França	França	Itália	Alemanha	Alemanha	Alemanha	Alemanha	Espanha	Reino Unido
Autor	DIAC SA	DIAC SA	DIAC SA	DIAC SA	DIAC SA	RCI Banque Succursale Italiana	RCI Bank Niederlassung	RCI Bank Niederlassung	RCI Bank Niederlassung	RCI Bank Niederlassung	RCI Banque Sucursal en España	RCI Financial Services
Garantias titularizadas	Créditos automóveis concedidos a clientes	Contas a receber de concessionários independentes	Créditos automóveis concedidos a clientes	Locação de veículos (aluguer)	Locação de veículos (aluguer)	Créditos automóveis concedidos a clientes	Créditos automóveis concedidos a clientes	Créditos automóveis concedidos a clientes	Créditos automóveis concedidos a clientes	Contas a receber de concessionários independentes	Créditos automóveis concedidos a clientes	Créditos automóveis concedidos a clientes
Emitente	CARS Alliance Auto Loans France FCT Master	FCT Cars Alliance DFP France	CARS Alliance Auto Loans France V 2022-1	CARS Alliance Auto Leases France V 2020-1	CARS Alliance Auto Leases France Master	Cars Alliance Auto Loans Italy 2015 s.r.l.	CARS Alliance Auto Loans Germany Master	CARS Alliance Auto Loans Germany V 2021 1	Cars Alliance DFP Germany 2017	Cars Alliance Auto Loans Germany V 2019 1	Cars Alliance Auto Loans Spain 2022	CARS Alliance UK Master Plc
Data de Conclusão	Maio de 2012	Junho de 2013	Maio de 2022	Outubro de 2020	Outubro de 2020	Junho de 2015	Março de 2014	Outubro de 2021	Junho de 2017	Maio de 2019	Novembro de 2022	Outubro de 2021
Data de vencimento legal	Agosto de 2030	Junho de 2028	Novembro de 2032	Outubro de 2036	Outubro de 2038	Dezembro de 2031	Março de 2031	Junho de 2034	Agosto de 2031	Agosto de 2031	Outubro de 2036	Setembro de 2032
Compra inicial de contas a receber	715 M€	1020 M€	759 M€	1057 M€	533 M€	1234 M€	674 M€	1009 M€	852 M€	1107 M€	1223 M€	1249 M€
Aumento de crédito na data de fecho	Reserva de caixa para 1 % Sobre-colateralização de contas a receber 13,3 %	Reserva de caixa para 1 % Sobre-colateralização de contas a receber 12,5 %	Reserva de caixa para 0,7 % Sobre-colateralização de contas a receber 13,7 %	Reserva de caixa para 1 % Sobre-colateralização de contas a receber 9 %	Reserva de caixa para 1 % Sobre-colateralização de contas a receber 11,05 %	Reserva de caixa para 1 % Sobre-colateralização de contas a receber 14,9 %	Reserva de caixa para 1 % Sobre-colateralização de contas a receber 8 %	Reserva de caixa para 0,75 % Sobre-colateralização de contas a receber 7,5 %	Reserva de caixa para 1,5 % Sobre-colateralização de contas a receber 20,75 %	Reserva de caixa para 1 % Sobre-colateralização de contas a receber 7,5 %	Reserva de caixa para 1 % Sobre-colateralização de contas a receber 8,8 %	Reserva de caixa para 1 % Sobre-colateralização de contas a receber 28 %
Contas a receber adquiridas em 31 de dezembro de 2022	747 M€	1267 M€	748 M€	770 M€	1082 M€	1780 M€	1228 M€	1018 M€	640 M€	276 M€	1121 M€	1348 M€
Notas emitidas em 31 de dezembro de 2022 (incluindo quaisquer unidades detidas pelo grupo RCI Banque)	Classe A Notação: AAA 667 M€ Classe B Sem notação 102 M€	Classe A Notação: AA 1000 M€	Classe A Notação: AAA 650 M€ Classe B Notação: AA 52 M€ Classe C Sem notação 45 M€	Classe A Notação: AAA 727 M€ Classe B Notação: AA 42 M€ Classe C Sem notação 53 M€	Classe A Notação: AAA 1026 M€ Classe B Sem notação 128 M€	Classe A Notação: AA 1835 M€ Classe J Sem notação 296 M€	Classe A Notação: AAA 1097 M€ Classe B Sem notação 83 M€	Classe A Notação: AAA 900 M€ Classe B Notação: AA 24 M€ Classe C Sem notação 49 M€	Classe A Notação: AAA 540 M€	Classe A Notação: AAA 206 M€ Classe B Notação: AA 26 M€ Classe C Sem notação 51 M€	Classe A Notação: AA 1120 M€ Classe B Sem notação 108 M€	Classe A Notação: AA 846 M€ Classe B Sem classificação 345 M€
Período	Renovável	Renovável	Renovável	Amortização	Renovável	Renovável	Renovável	Renovável	Renovável	Amortização	Renovável	Renovável
Natureza da operação	Retida	Retida	Mercado	Mercado	Retida	Retida	Retida	Mercado	Retida	Mercado	Retida	Retida

Em 2022, o grupo RCI Banque concluiu operações de titularização pública em França e uma operação de titularização retida em Espanha através de veículos de finalidade especial.

Para além disso, e no âmbito dos seus esforços para diversificar o seu refinanciamento, foram realizadas operações garantidas por bancos ou *conduits*. Como essas emissões são privadas, os seus termos e condições não são divulgados na tabela acima.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de financiamento obtido através da titularização por *conduit* totalizava 1079 milhões de euros. O montante de financiamento obtido através de operações de titularização em formato público colocadas nos mercados ascendeu a 2626 milhões de euros.

Todas as operações de titularização realizadas pelo grupo cumprem o requisito previsto no Artigo 405.º da Diretiva Europeia nº 575/2013 de retenção de uma participação económica líquida não inferior a 5 %. Estas operações não tiveram por objetivo resultar no desconhecimento das contas a receber transferidas e, em 31 de dezembro de 2022, o montante das contas a receber de financiamento de vendas assim mantidas no balanço totalizavam 13 926 milhões de euros (12 590 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021), conforme indicado a seguir:

- operações de titularização colocadas no mercado: 2812 milhões de euros;
- operações de titularização retidas: 9211 milhões de euros;
- operações de titularização privadas: 1903 milhões de euros.

O justo valor destas contas a receber é de 13 534 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022.

Foram registados passivos de 3319 milhões de euros na rubrica “Outros títulos de dívida”, correspondentes aos títulos emitidos durante as operações de titularização. O justo valor destes passivos é de 3377 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022.

A diferença entre o montante das contas a receber transferidas e o montante dos passivos acima mencionados corresponde ao aumento de crédito necessário para estas operações e à parte dos títulos retidos pelo grupo Mobilize Financial Services como reserva de liquidez.

**NOTE 14** Contas de compensação e passivos diversos

Em milhões de euros	12/2022	12/2021
<b>IMPOSTOS A PAGAR</b>	<b>951</b>	<b>827</b>
Responsabilidades fiscais correntes	108	136
Passivos por impostos diferidos	818	670
Impostos a pagar que não sejam sobre o imposto corrente sobre o rendimento	25	21
<b>CONTAS DE AJUSTAMENTOS E OUTROS VALORES A PAGAR</b>	<b>2004</b>	<b>1916</b>
Passivo referente à segurança social e a salários	64	61
Outros credores diversos	952	857
Dívida sobre ativos locados	69	58
Contas de ajustamentos - passivos	508	569
Juros vencidos sobre outros credores diversos	400	366
Contas de cobrança	11	5
<b>TOTAL DAS CONTAS DE AJUSTAMENTOS - PASSIVO E OUTROS PASSIVOS<sup>(*)</sup></b>	<b>2955</b>	<b>2743</b>
(*) Do qual partes relacionadas.	119	212

Os impostos diferidos ativos são analisados na Nota 32.

Além disso, os outros credores diversos e os acréscimos de juros sobre credores diversos referem-se principalmente a faturas vencidas, provisões para comissões a pagar pela angariação de negócios, comissões de seguros a pagar pelas entidades maltesas e a avaliação de opções de venda sobre participações minoritárias.

**NOTA 15** Provisões

Em milhões de euros	12/2021	Encargos	Estornos		Outros <sup>(*)</sup>	12/2022
			Usados	Não usados		
<b>PROVISÕES SOBRE OPERAÇÕES BANCÁRIAS</b>	<b>476</b>	<b>320</b>	<b>(49)</b>	<b>(277)</b>		<b>470</b>
Provisões para compromissos de assinatura <sup>(**)</sup>	8	11		(8)		11
Provisões para riscos de litígio	6	4		(2)	1	9
Provisões técnicas de seguros	436	299	(48)	(261)	(1)	425
Outras provisões	26	6	(1)	(6)		25
<b>PROVISÕES SOBRE OPERAÇÕES NÃO BANCÁRIAS</b>	<b>122</b>	<b>32</b>	<b>(16)</b>	<b>(4)</b>	<b>9</b>	<b>143</b>
Provisões para responsabilidade em matéria de pensões e afins	51	5	(3)		(16)	37
Provisões para reestruturação	15	19	(10)	(2)		22
Provisões para riscos fiscais e contenciosos	53	5	(1)	(1)	23	79
Outros	3	3	(2)	(1)	2	5
<b>TOTAL DAS PROVISÕES</b>	<b>598</b>	<b>352</b>	<b>(65)</b>	<b>(281)</b>	<b>9</b>	<b>613</b>

(\*) Outros= Reclassificação, efeitos de conversão cambial, alterações no âmbito da consolidação.

(\*\*) Provisões para compromissos de assinatura = Principalmente compromissos de financiamento.

Cada um dos litígios conhecidos em que a RCI Banque S.A. ou as empresas do grupo estão envolvidos foi revisto à data de fecho. Com base no parecer de consultores jurídicos, foram constituídas provisões, quando consideradas necessárias para cobrir os riscos estimados.

Periodicamente, as empresas do grupo são submetidas a auditorias fiscais nos países onde estão sediadas. Os autos de infração não contestados são contabilizados por meio de provisões fiscais. Os autos de infração impugnados são reconhecidos, caso a caso, com base em estimativas, tendo em conta o mérito das reclamações contra a empresa em causa e o risco de não prevalecer no seu caso.

As provisões para operações bancárias consistem principalmente na provisão técnica de seguros para compromissos de seguradoras cativas para com os tomadores de seguros e beneficiários. A provisão técnica de seguros ascendia a 425 milhões de euros no final de dezembro de 2022.

As demais variações na provisão para riscos fiscais e litígios devem-se principalmente à reclassificação da posição financeira da Brazilian Pis e da provisão da Cofin, em 2022, originalmente classificadas como "Outros credores diversos".

As provisões para reestruturação dizem respeito ao plano de dispensa do trabalho, um regime de progressão na carreira financiado pela empresa.

As provisões para riscos de litígio em operações bancárias referem-se a taxas de administração/processamento faturadas a clientes empresariais.

N.º  
1  
N.º  
2  
N.º  
3  
N.º  
4  
N.º  
5

**Risco de seguro**

O principal risco a que o grupo está exposto no que diz respeito às apólices de seguro e resseguro contratadas é o risco de que o montante total real dos sinistros e liquidações e/ou a taxa de pagamento dos mesmos possa diferir das estimativas. A frequência dos sinistros, a sua gravidade, a avaliação das indemnizações pagas e o tipo de sinistros, alguns dos quais podem ter uma evolução a longo prazo, têm um impacto no risco principal a que o Grupo está exposto. O grupo certifica-se de que as suas reservas disponíveis são suficientes para cobrir os seus compromissos.

A exposição ao risco é limitada pela diversificação da carteira de apólices de seguros e resseguros e das áreas geográficas em que são subscritas. As flutuações no nível de risco também são reduzidas ao mínimo por meio de uma seleção rigorosa da apólice, do cumprimento de guias de subscrição e do uso de acordos de resseguro.

O grupo recorre ao resseguro para limitar o risco. As apólices são transferidas ao abrigo de acordos de resseguro numa base proporcional. São assinados tratados de resseguro proporcionais a fim de reduzir as exposições globais do grupo para todas as empresas e em todos os países. Os montantes que podem ser

recuperados de resseguradoras são determinados de acordo com as reservas para sinistros e com os tratados de resseguro. O resseguro não isenta o cedente das suas obrigações para com os tomadores de seguros e, se, por qualquer motivo, a resseguradora não puder cumprir as suas obrigações, o grupo está exposto a um risco de crédito sobre as apólices transferidas. Os tratados de resseguro são assinados com contrapartes com classificação A e o grupo segue ativamente a classificação de cada resseguradora. O grupo avaliou os riscos cobertos pelos contratos de resseguro e entende que não há necessidade de retrocessão.

**Principais premissas**

O principal pressuposto subjacente às estimativas das responsabilidades é que a evolução dos sinistros futuros seguirá exatamente a mesma tendência que a dos sinistros passados.

Por conseguinte, o grupo teve em conta uma taxa de perda máxima na estimativa do custo total dos sinistros e das reservas para sinistros (IBNR). Tendo em conta os tratados de resseguro assinados, qualquer deterioração ou melhoria desta taxa de perda não teria nenhum impacto significativo nos resultados do exercício.

**Provisões para pensões e outros benefícios pós-emprego**

Em milhões de euros	12/2022	12/2021
França	25	32
Resto do mundo	12	19
<b>TOTAL DAS PROVISÕES</b>	<b>37</b>	<b>51</b>

**Subsidiárias sem fundo de pensão**

	França	
Principais pressupostos atuariais	12/2022	12/2021
Idade de reforma	67 anos	67 anos
Aumentos salariais	1,84 %	1,82 %
Taxa de desconto financeiro	3,10 %	0,92 %
Taxa inicial	9,80 %	7,24 %

**Subsidiárias com fundo de pensão**

	Reino Unido		Suíça		Países Baixos	
Principais pressupostos atuariais	12/2022	12/2021	12/2022	12/2021	12/2022	12/2021
Duração média	17 anos	20 anos	18 anos	20 anos	21 anos	21 anos
Taxa de indexação salarial	4,90 %	1,90 %	1,00 %	1,00 %	1,00 %	1,00 %
Taxa de desconto financeiro	-38,10 %	9,30 %	1,80 %	0,50 %	0,80 %	0,80 %
Taxa de retorno efetiva dos ativos de cobertura			1,00 %	1,00 %	0,80 %	0,80 %

## Alterações nas provisões durante o exercício

Em milhões de euros	Valor atuarial das obrigações (A)	Valor atuarial dos fundos investidos (B)	Obrigações menos fundos investidos (C)	Passivos líquidos dos planos de pensão de benefício definido (A)-(B)-(C)
<b>SALDO DE ABERTURA DO PERÍODO CORRENTE</b>	<b>110</b>	<b>59</b>		<b>51</b>
Custo do serviço corrente	4			4
Juros líquidos sobre o passivo líquido (ativo)	2	1		1
<b>DESPESAS (RECEITAS) REGISTRADAS NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>	<b>6</b>	<b>1</b>		<b>5</b>
Ganhos e perdas atuariais sobre a obrigação resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	1			1
Ganhos e perdas atuariais sobre a obrigação resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	(31)			(31)
Retorno líquido sobre o ativo do fundo (não incluído nos juros líquidos acima)		(15)		15
Ganhos e perdas atuariais sobre a obrigação resultantes de ajustamentos fruto da experiência	19			19
<b>DESPESA (RECEITA) REGISTRADA EM OUTROS COMPONENTES DE RENDIMENTO INTEGRAL</b>	<b>(11)</b>	<b>(15)</b>		<b>4</b>
Contribuições do empregador para o fundo		1		(1)
Benefícios pagos	(4)	(1)		(3)
Efeito das alterações nas taxas de câmbio	(20)	(2)		(18)
<b>SALDO À DATA DE FECHO DO PERÍODO</b>	<b>81</b>	<b>43</b>		<b>38</b>

## Natureza dos fundos de investimento

Em milhões de euros	12/2022		12/2021	
	Cotados num mercado ativo	Não cotados num mercado ativo	Cotados num mercado ativo	Não cotados num mercado ativo
Ações	11		18	
Obrigações	26		35	
Outros	6		6	
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>		<b>59</b>	

## NOTA 16 Provisões por imparidade para cobrir o risco de contraparte

Em milhões de euros	12/2021	Estornos			Outros <sup>(*)</sup>	12/2022
		Encargos	Utilizado	Não utilizado		
<b>IMPARIDADES EM OPERAÇÕES BANCÁRIAS</b>	<b>1052</b>	<b>423</b>	<b>(219)</b>	<b>(109)</b>	<b>(6)</b>	<b>1141</b>
Operações financeiras de clientes	1052	423	(219)	(109)	(6)	1141
• Das quais imparidade em contas a receber saudáveis	313	185	(64)	(57)	(2)	375
• Das quais imparidade sobre contas a receber com um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial	170	94	(59)	(21)	1	185
• Das quais imparidade em contas a receber em incumprimento	569	144	(96)	(31)	(5)	581
<b>IMPARIDADE EM OPERAÇÕES NÃO BANCÁRIAS</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>		<b>2</b>
Imparidade para compromissos de assinatura	3	1	(1)	(1)		2
<b>IMPARIDADE EM OPERAÇÕES BANCÁRIAS</b>	<b>14</b>	<b>15</b>		<b>(10)</b>	<b>1</b>	<b>20</b>
Provisões para compromissos de assinatura	8	11		(8)		11
Provisões para riscos de litígio	6	4		(2)	1	9
<b>TOTAL DAS PROVISÕES PARA COBERTURA DO RISCO DE CONTRAPARTE</b>	<b>1069</b>	<b>439</b>	<b>(220)</b>	<b>(120)</b>	<b>(5)</b>	<b>1163</b>

(\*) Outros= Reclassificação, efeitos de conversão cambial, alterações no âmbito da consolidação.

A repartição por segmento de mercado das provisões para imparidade de ativos relacionadas com operações de financiamento a clientes é apresentada na Nota 7.

**NOTA 17 Dívida subordinada - Passivos**

Em milhões de euros	12/2022	12/2021
<b>PASSIVOS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO</b>	<b>872</b>	<b>876</b>
Títulos subordinados	856	856
Juros acumulados sobre títulos subordinados	16	20
<b>PASSIVOS COBERTOS MENSURADOS AO JUSTO VALOR</b>	<b>14</b>	<b>17</b>
Stocks de empréstimos participantes	14	17
<b>TOTAL DE PASSIVOS SUBORDINADOS</b>	<b>886</b>	<b>893</b>

Os passivos mensurados ao custo amortizado representam os títulos subordinados emitidos pela RCI Banque SA em novembro de 2019 no valor de 850 milhões de euros e os títulos subordinados emitidos pela RCI Finance Maroc SA em dezembro de 2020 no valor de 6,3 milhões de euros.

Os passivos cobertos mensurados ao justo valor representam os stocks de empréstimos participantes iniciais de 500 000 000,00 francos emitidos em 1985 pela Diac SA.

O sistema de remuneração inclui:

- uma parcela fixa igual a 60 % da Taxa Monetária Anual (na sigla inglesa AMR - *Annual Monetary Rate*);
- uma parcela variável obtida pela aplicação da taxa de crescimento do rendimento líquido consolidado do último exercício sobre o exercício anterior a 40 % da AMR.

A remuneração anual situa-se entre 100 % e 130 % da AMR, com uma taxa mínima de 6,5 %.

O empréstimo é vitalício.

**NOTA 18 Ativos e passivos financeiros por prazo remanescente até à data de maturidade**

Em milhões de euros	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano até 5 anos	> 5 anos	Total 12/2022
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>	<b>16 691</b>	<b>16 386</b>	<b>23 676</b>	<b>516</b>	<b>57 269</b>
Caixa e saldos em bancos centrais	5836	31	7		5874
Derivados	42	76	316		434
Ativos financeiros	160	205	155	120	640
Montantes a receber de instituições de crédito	1690				1690
Empréstimos e adiantamentos a clientes	8963	16 074	23 198	396	48 631
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>	<b>21 752</b>	<b>9059</b>	<b>17 515</b>	<b>2219</b>	<b>50 545</b>
Bancos Centrais	4	1750	1961		3715
Derivados	19	23	301	8	351
Valores a pagar a instituições de crédito	446	594	972		2012
Valores a pagar a clientes	18 907	2573	3293	700	25 473
Títulos de dívida	2361	4119	10 988	640	18 108
Dívida subordinada	15			871	886

Em milhões de euros	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano até 5 anos	> 5 anos	Total 12/2021
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>	<b>15 979</b>	<b>14 057</b>	<b>22 671</b>	<b>527</b>	<b>53 234</b>
Caixa e saldos em bancos centrais	6729	15	1		6745
Derivados	8	19	120		147
Ativos financeiros	375	343	118	138	974
Montantes a receber de instituições de crédito	1294				1294
Empréstimos e adiantamentos a clientes	7573	13 680	22 432	389	44 074
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>	<b>19 461</b>	<b>5864</b>	<b>19 027</b>	<b>2321</b>	<b>46 673</b>
Bancos Centrais	1		3737		3738
Derivados	14	19	8	3	44
Valores a pagar a instituições de crédito	621	567	809		1997
Valores a pagar a clientes	17 152	1525	2653	700	22 030
Títulos de dívida	1654	3752	11 820	745	17 971
Dívida subordinada	19	1		873	893

Os empréstimos do Banco Central correspondem às operações de refinanciamento de prazo alargado (TLTRO) introduzidas no final de 2014 e gradualmente utilizadas pela RCI Banque S.A. O grupo Mobilize Financial Services pôde ainda beneficiar do programa TFSME emitido pelo Banco de Inglaterra em 2020.

**NOTA 19** Repartição dos fluxos de caixa contratuais futuros por data de maturidade

Em milhões de euros	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano até 5 anos	> 5 anos	Total 12/2022
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>	<b>22 166</b>	<b>9611</b>	<b>18 622</b>	<b>2327</b>	<b>52 726</b>
Bancos Centrais		1750	1961		3711
Derivados	5	82	252	2	341
Valores a pagar a instituições de crédito	423	523	972		1918
Valores a pagar a clientes	18 873	2561	3293	700	25 427
Títulos de dívida	2664	4003	10 923	640	18 230
Dívida subordinada	15			866	881
Juros futuros a pagar	186	692	1221	119	2218
<b>OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS E DE GARANTIA</b>	<b>4199</b>	<b>25</b>		<b>1</b>	<b>4225</b>
<b>DISCRIMINAÇÃO TOTAL DOS FLUXOS DE CAIXA CONTRATUAIS FUTUROS POR DATA DE MATURIDADE</b>	<b>26 365</b>	<b>9636</b>	<b>18 622</b>	<b>2328</b>	<b>56 951</b>

Em milhões de euros	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano até 5 anos	> 5 anos	Total 12/2021
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>	<b>19 733</b>	<b>6031</b>	<b>19 211</b>	<b>2311</b>	<b>47 286</b>
Bancos Centrais			3737		3737
Derivados	22	11	5		38
Valores a pagar a instituições de crédito	603	515	809		1927
Valores a pagar a clientes	17 121	1519	2653	700	21 993
Títulos de dívida	1581	3677	11 798	745	17 801
Dívida subordinada	19			865	884
Juros futuros a pagar	387	309	209	1	906
<b>OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS E DE GARANTIA</b>	<b>3329</b>	<b>44</b>		<b>2</b>	<b>3375</b>
<b>DISCRIMINAÇÃO TOTAL DOS FLUXOS DE CAIXA CONTRATUAIS FUTUROS POR DATA DE MATURIDADE</b>	<b>23 062</b>	<b>6075</b>	<b>19 211</b>	<b>2313</b>	<b>50 661</b>

A soma dos fluxos de caixa contratuais futuros não é igual aos valores do balanço. Isto ocorre porque são considerados os juros contratuais futuros e os pagamentos de *coupons* não descontados em *swaps*.

Para os derivados de passivo, os fluxos de caixa contratuais correspondem aos valores a pagar.

Para os restantes passivos financeiros não derivados, os fluxos de caixa contratuais correspondem ao reembolso do valor e ao pagamento de juros.

Os juros dos instrumentos financeiros de taxa variável foram estimados com base na taxa de juro em vigor a 31 de dezembro de 2022.

**NOTA 20** Justo valor de ativos e passivos (de acordo com a IFRS 7 e a IFRS 13) e repartição dos ativos e passivos por hierarquia de justo valor

31/12/2022 Em milhões de euros	JUSTO VALOR					Diferença <sup>(*)</sup>
	Valor Contabilístico	Nível 1	Nível 2	Nível 3	FV <sup>(*)</sup>	
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>	<b>57 269</b>	<b>627</b>	<b>7998</b>	<b>48 317</b>	<b>56 942</b>	<b>(327)</b>
Caixa e saldos em bancos centrais	5874		5874		5874	
Derivados	434		434		434	
Ativos financeiros	640	627		13	640	
Montantes a receber de instituições de crédito	1690		1690		1690	
Empréstimos e adiantamentos a clientes	48 631			48 304	48 304	(327)
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>	<b>50 545</b>	<b>15</b>	<b>50 414</b>		<b>50 429</b>	<b>116</b>
Bancos Centrais	3715		3760		3760	(45)
Derivados	351		351		351	
Valores a pagar a instituições de crédito	2012		1986		1986	26
Valores a pagar a clientes	25 473		25 473		25 473	
Títulos de dívida	18 108		18 085		18 085	23
Dívida subordinada	886	15	759		774	112

(\*) FV: Justo valor - Diferença: Perdas ou ganhos não realizados.

Os ativos financeiros classificados no Nível 3 são participações em empresas não consolidadas.

Os empréstimos e contas a receber de clientes, classificados no Nível 3, são mensurados ao custo amortizado no balanço. Os cálculos ao justo valor são fornecidos apenas para fins informativos e devem ser

interpretados apenas como estimativas. Na maioria dos casos, os valores fornecidos não se destinam a ser realizados e, geralmente, não poderiam ser realizados na prática. Estes valores não são indicadores utilizados para fins de gestão das atividades do banco, para os quais o modelo de gestão é a recolha dos fluxos de caixa esperados.

Os pressupostos utilizados para mensurar o justo valor dos instrumentos ao custo amortizado são apresentados a seguir.

31/12/2021 Em milhões de euros	JUSTO VALOR					Diferença <sup>(*)</sup>
	Valor Contabilístico	Nível 1	Nível 2	Nível 3	FV <sup>(*)</sup>	
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>	<b>53 234</b>	<b>936</b>	<b>8186</b>	<b>43 823</b>	<b>52 945</b>	<b>(289)</b>
Caixa e saldos em bancos centrais	6745		6745		6745	
Derivados	147		147		147	
Ativos financeiros	974	936		38	974	
Montantes a receber de instituições de crédito	1294		1294		1294	
Empréstimos e adiantamentos a clientes	44 074			43 785	43 785	(289)
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>	<b>46 673</b>	<b>17</b>	<b>46 734</b>		<b>46 751</b>	<b>(78)</b>
Bancos Centrais	3738		3690		3690	48
Derivados	44		44		44	
Valores a pagar a instituições de crédito	1997		2065		2065	(68)
Valores a pagar a clientes	22 030		22 030		22 030	
Títulos de dívida	17 971		18 140		18 140	(169)
Dívida subordinada	893	17	765		782	111

(\*) FV: Justo valor - Diferença: Perdas ou ganhos não realizados.

**Pressupostos e métodos utilizados**

A hierarquia de três níveis para os instrumentos financeiros reconhecidos no balanço pelo justo valor, conforme exigido pela IFRS 7, é a seguinte:

- nível 1: mensurações baseadas em preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos;
- nível 2: mensurações baseadas em preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros semelhantes ou mensurações para as quais todos os dados significativos são baseados em dados de mercado observáveis;
- nível 3: técnicas de mensuração para as quais os dados significativos não se baseiam em dados de mercado observáveis.

Os justos valores estimados foram determinados utilizando as informações de mercado disponíveis e os métodos de avaliação adequados para cada tipo de instrumento.

No entanto, os métodos e pressupostos utilizados são, por natureza, teóricos, e uma quantidade substancial de julgamento entra em jogo na interpretação dos dados de mercado. A utilização de diferentes pressupostos e/ou diferentes métodos de avaliação poderia ter um efeito significativo nos valores estimados.

Os justos valores foram determinados com base na informação disponível à data de fecho de cada período, pelo que não refletem alterações posteriores.

Como regra geral, sempre que um instrumento financeiro é negociado num mercado ativo e líquido, é utilizado o seu preço cotado mais recente para calcular o valor de mercado. Para instrumentos sem preço cotado, o valor de mercado é determinado pela aplicação de modelos de avaliação reconhecidos que utilizam parâmetros de mercado observáveis. Se o grupo Mobilize Financial Services não tiver as ferramentas de avaliação necessárias, inclusive para produtos

complexos, as avaliações são obtidas junto das principais instituições financeiras.

Os principais pressupostos e métodos de avaliação utilizados são os seguintes:

**Ativos financeiros**

Os empréstimos a taxa fixa foram estimados descontando os fluxos de caixa futuros às taxas de juro oferecidas pelo grupo Mobilize Financial Services em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2022 para empréstimos com condições e prazos semelhantes.

Os títulos de nível 3 são participações não consolidadas para as quais não existe um preço cotado.

**Empréstimos e adiantamentos a clientes**

As contas a receber do financiamento de vendas foram estimadas descontando os fluxos de caixa futuros à taxa de juros que seria aplicada a empréstimos semelhantes (condições, vencimento e qualidade do mutuário) em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2022.

As contas a receber de clientes com um prazo inferior a um ano não são descontadas, uma vez que o seu justo valor não é significativamente diferente do seu valor contabilístico líquido.

**Passivos financeiros**

O justo valor dos passivos financeiros foi estimado descontando os fluxos de caixa futuros às taxas de juro oferecidas ao grupo Mobilize Financial Services em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 para empréstimos contraídos com condições e prazos semelhantes. Os fluxos de caixa projetados são, portanto, descontados de acordo com a curva de rendimento das obrigações de cupão zero, acrescidos do *spread* específico da RCI Banque S.A. para emissões a 3 meses no mercado secundário.

## NOTA 21 Acordos de compensação e outras obrigações semelhantes

Acordo-quadro relativo a operações sobre instrumentos financeiros a prazo e acordos semelhantes

O grupo Mobilize Financial Services negocia os seus contratos de derivados a termo ao abrigo dos acordos-quadro principais da Associação Internacional de Swaps e Derivados (ISDA) e da Federação Bancária Francesa (FBF).

A ocorrência de um evento de incumprimento dá à parte não inadimplente o direito de suspender o cumprimento das suas obrigações

de pagamento e de pagar ou receber um valor de liquidação para todas as operações rescindidas.

Os acordos-quadro principais da ISDA e da FBF não atendem aos critérios de compensação nas demonstrações financeiras. Atualmente, o grupo Mobilize Financial Services só tem um direito legalmente executável de compensar os montantes escriturados em caso de incumprimento ou incidente de crédito.

### Síntese dos contratos e passivos financeiros

31/12/2022 Em milhões de euros	Valor contabilístico bruto antes do contrato	Montantes líquidos compensados	Montante líquido no balanço	Montante não compensado			Líquido Exposição aos elementos
				Instrumentos financeiros sobre o passivo	Garantias sobre o passivo	Garantias extrapatrimoniais	
<b>ATIVOS</b>	<b>1346</b>		<b>1346</b>	<b>334</b>	<b>720</b>		<b>292</b>
Derivados	434		434	334			100
Contas a receber do financiamento da Rede <sup>(1)</sup>	912		912		720		192
<b>PASSIVOS</b>	<b>351</b>		<b>351</b>	<b>334</b>			<b>17</b>
Derivados	351		351	334			17

(1) O valor contabilístico bruto das contas a receber do financiamento a concessionários divide-se em 538 milhões de euros para o Renault Retail Group, cujas exposições são cobertas até 531 milhões de euros por um acordo de garantia de caixa dado pelo fabricante Renault (ver Nota 12.3), e 374 milhões de euros para concessionários financiados pela Banco RCI Brasil S.A., cujas exposições são cobertas até 189 milhões de euros através de letras de câmbio subscrias pelos concessionários.

31/12/2021 Em milhões de euros	Valor contabilístico bruto antes do contrato	Montantes líquidos compensados	Montante líquido no balanço	Montante não compensado			Exposição líquida
				Instrumentos financeiros sobre o passivo	Garantias sobre o passivo	Garantias extrapatrimoniais	
<b>ATIVOS</b>	<b>878</b>		<b>878</b>	<b>26</b>	<b>586</b>		<b>266</b>
Derivados	147		147	26			121
Contas a receber do financiamento da Rede <sup>(1)</sup>	731		731		586		145
<b>PASSIVOS</b>	<b>44</b>		<b>44</b>	<b>26</b>			<b>18</b>
Derivados	44		44	26			18

(1) O valor contabilístico bruto das contas a receber do financiamento a concessionários divide-se em 452 milhões de euros para o Renault Retail Group, cujas exposições são cobertas até 452 milhões de euros por um acordo de garantia de caixa dado pelo fabricante Renault (ver Nota 9.3), e 279 milhões de euros para concessionários financiados pela Banco RCI Brasil S.A., cujas exposições são cobertas até 134 milhões de euros através de letras de câmbio subscrias pelos concessionários.

## NOTA 22 Obrigações assumidas

Em milhões de euros	12/2022	12/2021
<b>OBRIGAÇÕES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>4209</b>	<b>3400</b>
Obrigações para com os clientes	4209	3400
<b>OBRIGAÇÕES DE GARANTIA</b>	<b>305</b>	<b>29</b>
Obrigações para com instituições de crédito	140	27
Garantias do cliente	165	2
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS</b>	<b>86</b>	<b>58</b>
Obrigações assumidas para locação de equipamentos e locação de imóveis	86	58
<b>TOTAL DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS<sup>(*)</sup></b>	<b>4600</b>	<b>3487</b>

(\*) Do qual partes relacionadas.

**NOTE 23** Obrigações aprovadas

Em milhões de euros	12/2022	12/2021
<b>OBRIGAÇÕES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>4714</b>	<b>4608</b>
Obrigações de instituições de crédito	4714	4608
<b>OBRIGAÇÕES DE GARANTIA</b>	<b>18 242</b>	<b>17 146</b>
Garantias recebidas de instituições de crédito	175	159
Garantias de clientes	6511	6150
Compromissos de retoma de veículos em locação financeira no final do contrato	11 556	10 837
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES APROVADAS</b>	<b>88</b>	<b>52</b>
Outras obrigações aprovadas	88	52
<b>TOTAL DAS OBRIGAÇÕES APROVADAS<sup>(*)</sup></b>	<b>23 044</b>	<b>21 806</b>
(*) Do qual partes relacionadas.	5869	5726

Em 31 de dezembro de 2022, o grupo Mobilize Financial Services tinha 4714 milhões de euros em linhas de crédito confirmadas não utilizadas, bem como programas de emissão de curto e médio prazo amplamente diversificados. Detinha também 4562 milhões de euros em ativos elegíveis e mobilizáveis junto do Banco Central Europeu (após *haircuts* e excluindo títulos e contas a receber já utilizados no final do ano).

A maior parte das obrigações aprovadas das partes relacionadas diz respeito aos compromissos de retoma de veículos acordados com os fabricantes no âmbito de locações financeiras.

**Garantias e cauções**

As garantias ou cauções oferecem uma proteção parcial ou total contra o risco de perdas devidas ao incumprimento do devedor (hipotecas, penhores, cartas de conforto, garantias bancárias à primeira solicitação para a concessão de empréstimos a concessionários e clientes privados em certos casos). Os fiadores são objeto de uma notação interna ou externa, atualizada pelo menos anualmente.

Com vista a reduzir à sua assunção de riscos, o grupo Mobilize Financial Services gere assim de forma ativa e rigorosa as suas garantias, nomeadamente, diversificando-as: seguros de crédito, garantias pessoais e outras.

**NOTA 24** Exposição ao risco cambial

Em milhões de euros - 12/2022	Balanço		Extrapatrimonial		Posição líquida		
	Posição longa	Posição curta	Posição longa	Posição curta	Total	Da qual monetário	Da qual estrutural
Posição GBP	802			(474)	328	1	327
Posição JPY	1				1	1	
Posição CHF	302			(298)	4		4
Posição CZK	72			(54)	18		18
Posição ARS	3				3		3
Posição BRL	124				124		124
Posição PLN	563			(551)	12		12
Posição HUF	5				5		5
Posição RON	30			(30)			
Posição KRW	159				159		159
Posição MAD	26				26		26
Posição DKK	35			(35)			
Posição TRY	4				4		4
Posição SEK	93			(93)			
Posição RUB	16			(17)	(1)	(1)	
Posição INR	24				24		24
Posição COP	23				23		23
<b>TOTAL DA EXPOSIÇÃO</b>	<b>2282</b>			<b>(1552)</b>	<b>730</b>	<b>1</b>	<b>729</b>

Em milhões de euros - 12/2021	Balança		Extrapatrimonial		Total	Posição líquida	
	Posição longa	Posição curta	Posição longa	Posição curta		De qual monetário	Do qual estrutural
Posição GBP	620			(274)	346		346
Posição CHF	164			(160)	4		4
Posição CZK	43			(26)	17		17
Posição ARS	5				5		5
Posição BRL	111				111		111
Posição PLN	438			(425)	13	1	12
Posição HUF	5				5		5
Posição RON			2		2	2	
Posição KRW	159				159		159
Posição MAD	28				28		28
Posição DKK	41			(40)	1	1	
Posição TRY	5				5		5
Posição SEK	92			(93)	(1)	(1)	
Posição RUB	15			(15)			
Posição INR	25				25		25
Posição COP	26				26		26
<b>TOTAL DA EXPOSIÇÃO</b>	<b>1777</b>		<b>2</b>	<b>(1033)</b>	<b>746</b>	<b>3</b>	<b>743</b>

A posição cambial estrutural corresponde ao valor histórico dos títulos de capital em moeda estrangeira detidos pela RCI Banque S.A..

## NOTA 25 Juros e rendimentos semelhantes

Em milhões de euros	12/2022	12/2021
<b>JUROS E RENDIMENTOS SEMELHANTES</b>	<b>2965</b>	<b>2604</b>
Depósitos junto de instituições de crédito <sup>(*)</sup>	154	36
Operações financeiras de clientes	1950	1811
Operações de locação financeira	730	661
Juros acumulados vencidos e a pagar sobre instrumentos de cobertura	80	74
Juros vencidos e a pagar sobre ativos financeiros	51	22
<b>TAXAS ESCALONADAS PAGAS POR INDICAÇÃO DE NEGÓCIOS:</b>	<b>(813)</b>	<b>(838)</b>
Empréstimos a clientes	(603)	(639)
Locações financeiras	(210)	(199)
<b>TOTAL DE JUROS E RENDIMENTOS SEMELHANTES<sup>(*)</sup></b>	<b>2152</b>	<b>1766</b>

(\*) Do qual partes relacionadas. 546 575

(\*\*) Dos quais 21 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 na sequência da cessação dos swaps de cobertura da carteira de depósitos à ordem e registrados pelo seu valor de mercado (ver também Nota 28).

O aumento dos juros e rendimentos semelhantes é explicado pelo aumento da taxa de mercado em 2022, que resultou num aumento da taxa faturada aos clientes de forma a proteger a nossa margem financeira.

Como as contas a receber cedidas no âmbito das operações de titularização não foram desreconhecidas, os juros sobre essas contas a receber continuam a aparecer em juros e rendimentos semelhantes nas operações de financiamento de clientes.

**NOTA 26** Despesas de juros e encargos semelhantes

Em milhões de euros	12/2022	12/2021
Operações com instituições de crédito	(240)	(194)
Operações financeiras de clientes	(158)	(94)
Operações de locação financeira	(8)	(8)
Juros acumulados vencidos e a pagar sobre instrumentos de cobertura	(31)	(43)
Despesas de títulos de dívida	(429)	(248)
Outras despesas de juros e semelhantes	(17)	(12)
<b>TOTAL DAS DESPESAS DE JUROS E SEMELHANTES<sup>(*)</sup></b>	<b>(883)</b>	<b>(599)</b>
(*) Do qual partes relacionadas.	(3)	

O aumento dos juros e encargos semelhantes explica-se sobretudo pelo aumento da taxa de mercado em 2022.

**NOTA 27** Taxas e comissões

Em milhões de euros	12/2022	12/2021
<b>RENDIMENTO DE TAXAS E CONDIÇÕES</b>	<b>679</b>	<b>639</b>
Comissões	20	20
Honorários	17	16
Comissões de atividades de serviços	126	111
Comissão de corretagem de seguros	61	54
Comissões de seguros acessórias de contratos de financiamento	244	236
Comissões de manutenção acessórias de contratos de financiamento	150	138
Outras comissões acessórias de contratos de financiamento	61	64
<b>DESPESAS DE TAXAS E COMISSÕES</b>	<b>(311)</b>	<b>(282)</b>
Comissões	(31)	(29)
Comissões sobre atividades de serviços	(98)	(83)
Comissões de seguros acessórias de contratos de financiamento	(47)	(35)
Comissões de manutenção acessórias de contratos de financiamento	(108)	(98)
Outras comissões acessórias de contratos de financiamento	(27)	(37)
<b>TOTAL LÍQUIDO DAS COMISSÕES<sup>(*)</sup></b>	<b>368</b>	<b>357</b>
(*) Do qual partes relacionadas.	9	9

As receitas e despesas acessórias de serviços relacionados com contratos de financiamento, bem como as receitas e despesas de atividades de serviços, dizem respeito principalmente a contratos de seguros e de manutenção.

**NOTE 28** Ganhos (perdas) líquidos em instrumentos financeiros ao justo valor através do resultado

Em milhões de euros	12/2022	12/2021
<b>GANHOS (PERDAS) LÍQUIDOS SOBRE DERIVADOS CLASSIFICADOS COMO OPERAÇÕES DE NEGOCIAÇÃO DE TÍTULOS</b>	<b>75</b>	<b>4</b>
Ganhos/perdas líquidos em operações cambiais	(20)	12
Ganhos/perdas líquidos em derivados classificados em títulos para negociação	82	(1)
Ganhos e perdas líquidos em títulos de participação no capital pelo justo valor	2	(3)
Coberturas de justo valor: alteração no valor dos instrumentos de cobertura	(372)	(128)
Coberturas de justo valor: alterações no valor dos itens cobertos	383	124
<b>ATIVOS FINANCEIROS DESIGNADOS PELO JUSTO VALOR NA CONTA DE GANHOS E PERDAS</b>	<b>(6)</b>	<b>4</b>
Dividendos de participações não consolidadas	1	8
Ganhos e perdas em ativos pelo justo valor através do resultado	(7)	(4)
<b>TOTAL LÍQUIDO DE GANHOS OU PERDAS EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS PELO VALOR JUSTO<sup>(*)</sup></b>	<b>69</b>	<b>8</b>
(*) Do qual partes relacionadas.	1	8

A maior parte do resultado líquido em instrumentos financeiros reconhecidos ao justo valor no montante de 80 milhões de euros provém de *swaps* de taxa de juro que cobrem a carteira de depósitos à ordem, cuja taxa de juro é ajustada periodicamente mas não indexada a uma taxa de mercado. Estas operações não são elegíveis para serem documentadas como coberturas e, por conseguinte, são registadas pelo seu valor de mercado. O aumento das taxas levou a uma mais-valia nestes instrumentos em 2022, enquanto o aumento do custo dos depósitos terá um impacto gradual no custo-rendimento ao longo do tempo. O resultado líquido dos *swaps* de taxas de juro reconhecidos ao valor de mercado, que foram rescindidos antes do seu vencimento contratual, é registado em “Operações com instituições de crédito” da Nota 25.

**NOTA 29** Receita ou despesa líquida de outras atividades

Em milhões de euros	12/2022	12/2021
<b>OUTRAS RECEITAS DE OPERAÇÕES BANCÁRIAS</b>	<b>995</b>	<b>1072</b>
Receita das atividades de seguros	422	415
Receita relativa a contratos de locação não duvidosos	258	363
• da qual reversão de imparidade em valores residuais	49	106
Receita de operações de locação operacional	295	267
Outras receitas de operações bancárias	20	27
• da qual reversão da cobrança para reserva para riscos bancários	7	12
<b>OUTRAS DESPESAS DE OPERAÇÕES BANCÁRIAS</b>	<b>(669)</b>	<b>(776)</b>
Custo das atividades de seguros	(114)	(113)
Despesas relativas a contratos de locação não duvidosos	(229)	(317)
• das quais provisão para imparidade sobre valores residuais	(67)	(114)
Custos de distribuição não tratáveis como despesa de juros	(85)	(98)
Despesas relacionadas com operações de locação operacional	(213)	(201)
Outras despesas de operações bancárias	(28)	(47)
• das quais encargo para reserva para riscos bancários	(8)	(10)
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>13</b>	
Outros resultados operacionais	28	19
Outras despesas operacionais	(15)	(19)
<b>TOTAL DA RECEITA (DESPESA) LÍQUIDA DE OUTRAS ATIVIDADES (*)</b>	<b>339</b>	<b>296</b>
(*) Do qual partes relacionadas.	2	(3)

A receita e despesas das atividades de prestação de serviços incluem os a receita e as despesas contabilizadas para apólices de seguros emitidas pelas seguradoras cativas do grupo.

**Resultado líquido das próprias atividades de seguros de riscos**

Em milhões de euros	12/2022	12/2021
Prémios brutos emitidos	388	360
Encargos líquidos das provisões para provisões técnicas	10	26
Sinistros pagos	(48)	(44)
Outros encargos contratuais, incluindo comissões pagas	(2)	
Sinistros recuperados de resseguradoras	12	12
Outros encargos e receitas de resseguro	(48)	(50)
<b>TOTAL LÍQUIDO DA RECEITA DAS ATIVIDADES DE SEGUROS</b>	<b>312</b>	<b>304</b>

**NOTA 30 Despesas operacionais gerais e custos com o pessoal**

Em milhões de euros	12/2022	12/2021
<b>CUSTOS COM O PESSOAL</b>	<b>(362)</b>	<b>(305)</b>
Remuneração dos funcionários	(233)	(206)
Despesas com benefícios pós-reforma - Plano de pensão de contribuição definida	(22)	(19)
Despesas com benefícios pós-reforma - Plano de pensões de benefício definido	(1)	6
Outras despesas relacionadas com os funcionários	(77)	(72)
Outras despesas com o pessoal	(29)	(14)
<b>OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>(260)</b>	<b>(251)</b>
Impostos que não sejam o imposto sobre o rendimento corrente	(54)	(48)
Taxas de aluguer	(7)	(9)
Outras despesas administrativas	(199)	(194)
<b>TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS GERAIS<sup>(*)</sup></b>	<b>(622)</b>	<b>(556)</b>
(*) Do qual partes relacionadas.	11	(1)

Os honorários dos auditores são analisados na parte 5.1.4 – “Honorários dos auditores e da sua rede”, na secção “Informações Gerais”.

Além disso, os serviços não relacionados com a auditoria que a KPMG S.A. e a Mazars prestaram durante o exercício financeiro ao RCI e às entidades que este controla dizem principalmente respeito a (i) cartas de conforto relacionadas com emissões de obrigações, (ii) serviços de certificação e (iii) procedimentos acordados realizados principalmente por razões regulamentares locais.

As outras despesas com o pessoal incluem montantes cobrados e revertidos de provisões para reestruturação e para riscos relacionados com o pessoal, totalizando -19 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, em comparação com -6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

Média de funcionários	12/2022	12/2021
Operações de financiamento de vendas e serviços em França	1801	1750
Operações de financiamento de vendas e serviço noutros países	2286	2099
<b>TOTAL GRUPO RCI BANQUE</b>	<b>4087</b>	<b>3849</b>

**NOTE 31** Custo do risco por categoria de cliente

Em milhões de euros	12/2022	12/2021
<b>CUSTO DO RISCO NO FINANCIAMENTO DO CLIENTE</b>	<b>(210)</b>	<b>(98)</b>
Reservas para imparidade	(331)	(448)
Reversão de imparidades	221	465
Perdas sobre contas a receber abatidas	(128)	(145)
Montantes recuperados em empréstimos abatidos	28	30
<b>CUSTO DO RISCO NO FINANCIAMENTO DO CONCESSIONÁRIO</b>	<b>21</b>	<b>37</b>
Reservas para imparidade	(25)	(28)
Reversão de imparidades	54	67
Perdas sobre contas a receber abatidas	(8)	(2)
<b>OUTROS CUSTOS DO RISCO</b>	<b>(6)</b>	<b>(1)</b>
Alteração na provisão para imparidade de outras contas a receber	(3)	
Outros ajustamentos de avaliação	(3)	(1)
<b>TOTAL DO CUSTO DO RISCO</b>	<b>(195)</b>	<b>(62)</b>

Esta rubrica inclui o aumento (diminuição) líquido das provisões para imparidade, as perdas com créditos abatidos ao ativo e os montantes recuperados de créditos abatidos ao ativo.

O custo do risco no financiamento de clientes aumentou em 112 milhões de euros, principalmente devido à atualização dos parâmetros da IFRS 9 Perda dado o incumprimento (LGD) para as entidades francesas e brasileiras, bem como à implementação das provisões para Inflação e Clientes Vulneráveis em muitos países e à não repetição das reversões de provisões registadas em 2021 após provisões significativas relacionadas com a COVID 19 em 2020.

No que diz respeito à atividade do cliente, as operações ocorridas no ano de 2022 foram:

- um aumento de 27 milhões de euros na provisão para incumprimento;
- um aumento de 83 milhões de euros na provisão para incumprimento;

Relativamente à atividade da Rede de Concessionários (financiamento do concessionário), o custo do risco decompõe-se em:

- 22 milhões de euros para os créditos em situação regular: essencialmente relacionados com a reversão de provisões previsionais;
- 7 milhões de euros para créditos não produtivos, relacionados com a diminuição das carteiras de cobrança duvidosa em Espanha, Polónia Itália;
- Perda de 8 milhões de euros nas contas a receber, principalmente em Espanha.

**NOTA 32** Imposto sobre o rendimento

Em milhões de euros	12/2022	12/2021
<b>DESPESA DE IMPOSTO CORRENTE</b>	<b>(288)</b>	<b>(266)</b>
Despesa de imposto corrente	(288)	(266)
<b>IMPOSTOS DIFERIDOS</b>	<b>(42)</b>	<b>(62)</b>
Receita (despesa) de impostos diferidos, bruta	(42)	(62)
<b>TOTAL DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO</b>	<b>(330)</b>	<b>(328)</b>

O montante do imposto francês CVAE (Cotisation sur la Valeur Ajoutée des Entreprises, um imposto calculado sobre o valor acrescentado gerado pela empresa) incluído no imposto sobre o rendimento corrente é de - 4,3 milhões de euros.

A despesa de imposto corrente é igual ao montante do imposto sobre o rendimento devido e a pagar às autoridades fiscais para o ano, de acordo com as regras e taxas de imposto aplicáveis em cada país.

A despesa fiscal em 31 de dezembro de 2022 tem em conta a receita fiscal de 53 milhões de euros. Esta receita fiscal corresponde ao reembolso pelo Estado maltês de um crédito fiscal equivalente a 6/7 da despesa fiscal de 2021 (ou seja, 6/7 de 62 milhões de euros).

Certas diferenças entre o rendimento das empresas para efeitos fiscais e o seu rendimento para efeitos de relato financeiro consolidado dão origem ao reconhecimento de impostos diferidos. Estas diferenças resultam principalmente das regras de contabilização para operações de locação com opção de compra e de locação de longo prazo e para o reconhecimento de imparidade sobre contas a receber de créditos de cobrança duvidosa.

**Repartição dos impostos diferidos líquidos por categoria principal**

Em milhões de euros	12/2022	12/2021
Provisões	24	54
Provisões e outros encargos dedutíveis quando pagos	5	(6)
Perdas para efeitos dos impostos	92	108
Outros ativos e passivos	(9)	61
Operações de locação	(708)	(702)
Ativos não correntes	7	3
Provisão para imparidade sobre ativos por impostos diferidos	(9)	(9)
<b>TOTAL LÍQUIDO DO ATIVO (PASSIVO) POR IMPOSTOS DIFERIDOS</b>	<b>(598)</b>	<b>(491)</b>

O diferencial da taxa de juro para as entidades francesas deve-se principalmente a um mecanismo menos vantajoso para limitar as deduções para despesas financeiras, o efeito “rabort” (restrição francesa à dedução de juros proporcional).

**Despesa de imposto diferido reconhecida em outros rendimentos integrais**

Em milhões de euros	Mudança no capital próprio em 2022			Mudança no capital próprio em 2021		
	Antes dos impostos	Impostos	Líquido	Antes dos impostos	Impostos	Líquido
Ganhos ou perdas não realizados em instrumentos de reserva de fluxo de caixa	265	(66)	199	70	(23)	47
Ganhos ou perdas não realizados em ativos financeiros	(12)	4	(8)	(4)	1	(3)
Diferenças atuariais	15	(4)	11	10	(2)	8
Diferenças cambiais	(1)		(1)	53		53
Outros ganhos ou perdas não realizados ou diferidos				(0)		(0)

**NOTE 33** Eventos após o termo do período de referência

Não houve nenhum evento após o período de referência.

### 4.3.8 Subsidiárias e sucursais do grupo

#### 4.3.8.1 Lista de empresas consolidadas e sucursais estrangeiras

	País	Participação direta do RCI	Participação indireta do RCI		% de juro	
			%	Detida por	2022	2021
<b>EMPRESA-MÃE: RCI BANQUE S.A.</b>						
<b>Sucursais do RCI Banque:</b>						
RCI Banque S.A. Niederlassung Deutschland	Alemanha					
RCI Banque Sucursal Argentina	Argentina					
RCI Banque SA Niederlassung Osterreich	Áustria					
RCI Banque S.A. Sucursal en Espana	Espanha					
RCI Banque Sucursal Portugal	Portugal					
RCI Banque S.A. Bancna Podruzica Ljubljana	Eslovénia					
RCI Banque Succursale Italiana	Itália					
RCI Banque Branch Ireland	Irlanda					
Renault Finance Nordic, Bankfilial till RCI Banque S.A. Frankrike	Suécia					
RCI Banque Spolka Akcyjna Oddzial w Polsce	Polónia					
<b>EMPRESAS INTEGRALMENTE CONSOLIDADAS:</b>						
RCI Versicherungs Service GmbH	Alemanha	100			100	100
Rombo Compania Financiera S.A.	Argentina	60			60	60
Courtage S.A.	Argentina	95			95	95
RCI Financial Services SA	Bélgica	100			100	100
AUTOFIN	Bélgica	100			100	100
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.	Brasil	99,92			99,92	99,92
Banco RCI Brasil S.A. (anteriormente Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)	Brasil	60,11			60,11	60,11
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A.	Brasil	100			100	100
RCI Brasil Serviços e Participações Ltda	Brasil	100			100	100
RCI Colombia S.A. Compania De Financiamiento	Colômbia	51			51	51
RCI Servicios Colombia S.A.	Colômbia	100			100	100
RCI Usrluge d.o.o. <sup>(1)</sup>	Croácia	100			100	0
RCI Financial Services Korea Co, Ltd	Coreia do Sul	100			100	100
RCI Insurance Service Korea Co.Ltd <sup>(2)</sup>	Coreia do Sul	100			100	0
Overlease S.A.	Espanha	100			100	100
Bipi Mobility SL <sup>(3)</sup>	Espanha	100			100	100
Diac S.A.	França	100			100	100
Diac Location S.A.	França	-	100	Diac S.A.	100	100
Bipi Mobility France <sup>(4)</sup>	França	-	100	Bipi Mobility SL	100	100
RCI ZRT	Hungria	100			100	100
ES Mobility SRL	Itália	100			100	100
Bipi Mobility Italy S.R.L. <sup>(5)</sup>	Itália		100	Bipi Mobility SL	100	100
RCI Services Ltd	Malta	100			100	100
RCI Insurance Ltd	Malta	-	100	RCI Services Ltd	100	100
RCI Life Ltd	Malta	-	100	RCI Services Ltd	100	100
RCI Finance Morocco	Marrocos	100			100	100
RDFM	Marrocos	-	100	RCI Finance Morocco	100	100
RCI Financial Services B.V.	Países Baixos	100			100	100
Bipi Mobility Netherlands B.V. <sup>(6)</sup>	Países Baixos	-	100	Bipi Mobility SL	100	0
RCI Leasing Polska	Polónia	100			100	100
RCI COM S.A.	Portugal	100			100	100

	País	Participação direta do RCI	Participação indireta do RCI		% de juro	
			%	Detida por	2022	2021
RCI GEST SEGUROS - Mediadores de Seguros, Lda	Portugal	-	100	RCI COM S.A.	100	100
RCI Finance CZ s.r.o.	República Checa	100			100	100
RCI Financial Services s.r.o.	República Checa	50			50	50
RCI Broker De Asigurare S.R.L.	Roménia	-	100	RCI Finantare Romania	100	100
RCI Finantare Romania	Roménia	100			100	100
RCI Leasing Romania IFN S.A.	Roménia	100			100	100
RCI Financial Services Ltd	Reino Unido	-	100	RCI Bank UK Ltd	100	100
RCI Bank UK Ltd	Reino Unido	100			100	100
Bipi Mobility UK Limited <sup>(*)</sup>	Reino Unido	-	100	Bipi Mobility SL	100	0
RNL Leasing	Rússia	100			100	100
RCI Finance SK S.r.O <sup>(*)</sup>	Eslováquia	100			100	0
RCI Lizing d.o.o <sup>(*)</sup>	Eslovénia	100			100	0
RCI Finance S.A.	Suíça	100			100	100
<b>SPV</b>						
CARS Alliance Auto Loans Germany Master	Alemanha		(cf. Nota 13)	RCI Banque Niederlassung Deutschland		
CARS Alliance Auto Leases Germany	Alemanha			RCI Banque Niederlassung Deutschland		
Cars Alliance DFP Germany 2017	Alemanha		(cf. Nota 13)	RCI Banque Niederlassung Deutschland		
Cars Alliance Auto Loans Germany V 2019-1	Alemanha		(cf. Nota 13)	RCI Banque Niederlassung Deutschland		
CARS Alliance Auto Loans Germany V 2021-1( )	Alemanha		(cf. Nota 13)	RCI Banque Niederlassung Deutschland		
CARS Alliance Auto Loans Spain 2022 <sup>(*)</sup>	Espanha		(cf. Nota 13)	RCI Banque Succursal en España		
FCT Cars Alliance DFP France	França		(cf. Nota 13)	Diac S.A.		
CARS Alliance Auto Loans France FCT Master	França		(cf. Nota 13)	Diac S.A.		
CARS Alliance Auto Leases France V 2020-1	França		(cf. Nota 13)	Diac S.A.		
CARS Alliance Auto Leases France Master	França		(cf. Nota 13)	Diac S.A.		
Diac RV Master <sup>(*)</sup>	França			Diac S.A.		
CARS Alliance Auto Loans France V 2022-1 (*)	França		(cf. Nota 13)	Diac S.A.		
Cars Alliance Auto Loans Italy 2015 SRL	Itália		(cf. Nota 13)	RCI Banque Succursale Italiana		
CARS Alliance UK Master Plc <sup>(*)</sup>	Reino Unido		(cf. Nota 13)	RCI Financial Services Ltd		
Cars Alliance Auto UK 2015 Limited	Reino Unido			RCI Financial Services Ltd		
<b>EMPRESAS CONTABILIZADAS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL:</b>						
RN SF B.V.	Países Baixos	50			50	50
BARN B.V.	Países Baixos	-	60	RN SF B.V.	30	30
RN Bank	Rússia	-	100	BARN B.V.	30	30
Orfin Finansman Anonim Sirketi	Turquia	50			50	50
Renault Credit Car	Bélgica	-	50,10	AUTOFIN	50,10	50,10
Nissan Renault Financial Services India Private Ltd	Índia	30			30	30
Mobility Trader Holding GmbH <sup>(*)</sup>	Alemanha	4,97				

(\*) Entidades adicionadas ao âmbito em 2022.

(\*) Entidades adicionadas ao âmbito em 2021.

4.3.8.2 Subsidiárias nas quais as participações não controladoras são significativas

31/12/2022 - antes da eliminação intragrupo Em milhões de euros	RCI Financial Services, S.r.o.	Rombo Compania Financiera S.A.	Banco RCI Brasil S.A	RCI Colombia S.A.
País de localização	República Checa	Argentina	Brasil	Colômbia
Porcentagem do capital detido por participações não controladoras	49,90 %	40,00 %	39,89 %	49,00 %
Participação em associadas através de participações não controladoras	49,90 %	40,00 %	39,89 %	49,00 %
Natureza	Subsidiária	Subsidiária	Subsidiária	Subsidiária
Método de consolidação	Totalmente consolidado	Totalmente consolidado	Totalmente consolidado	Totalmente consolidado
Resultado Líquido: Participação na receita (perda) líquida de associadas e <i>joint ventures</i>	2	1	12	8
Capital próprio: Investimentos em associadas e <i>joint ventures</i>				1
Dividendos pagos a participações não controladoras (acionistas minoritários)	3		2	7
Caixa, devido de bancos	2	19	120	36
Saldos líquidos de empréstimos a clientes e financiamentos de locação financeira	105	100	1618	701
Outros ativos	4	3	176	11
<b>TOTAL ATIVOS</b>	<b>111</b>	<b>122</b>	<b>1914</b>	<b>748</b>
Devido a bancos, depósitos de clientes e títulos de dívida emitidos	81	108	1544	661
Outros passivos	4	8	116	15
Capital próprio líquido	26	6	254	72
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>111</b>	<b>122</b>	<b>1914</b>	<b>748</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO BANCÁRIO</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>93</b>	<b>52</b>
Imposto sobre o rendimento	(1)	1	(9)	(10)
Resultado líquido	5	1	29	16
Outros componentes do rendimento integral			11	(1)
<b>TOTAL DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>40</b>	<b>15</b>
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	3	5	(5)	70
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(10)		(9)	(28)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de investimento				(1)
<b>AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(7)</b>	<b>5</b>	<b>(14)</b>	<b>41</b>

As percentagens dos direitos de voto são idênticas.

Em dezembro de 2022, o Grupo Mobilize Financial Services atualizou o método utilizado para calcular o valor em uso para essas quatro entidades. O impacto deste desconto, comparado a junho de 2022, é uma reversão de 10 milhões de euros.

O montante da dívida para a colocação de participações minoritárias na entidade brasileira Banco RCI Brasil S.A. está incluído em “Outros passivos” no montante de 117 milhões de euros a 31 de dezembro, contra 102 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

O montante da dívida para a colocação de participações minoritárias na entidade ROMBO Compania Financiera está incluído em “Outros

passivos” no montante de 4 milhões de euros a 31 de dezembro, contra 4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

O montante da dívida para a colocação de participações minoritárias na entidade RCI Colombia S.A. está incluído em “Outros passivos” no montante de 49 milhões de euros a 31 de dezembro, contra 63 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

O montante da dívida para a colocação de participações minoritárias na entidade RCI Financial services S.r.o. está incluído em “Outros passivos” no montante de 16 milhões de euros a 31 de dezembro.

31/12/2021 - antes da eliminação intragrupo Em milhões de euros	RCI Financial Services, S.r.o.	Rombo Compania Financiera S.A.	Banco RCI Brasil S.A	RCI Colombia S.A.
País de localização	República Checa	Argentina	Brasil	Colômbia
Porcentagem do capital detido por participações não controladoras	50,00 %	40,00 %	39,89 %	49,00 %
Participação em associadas através de participações não controladoras	50,00 %	40,00 %	39,89 %	49,00 %
Natureza	Subsidiária	Subsidiária	Subsidiária	Subsidiária
Método de consolidação	Totalmente consolidado	Totalmente consolidado	Totalmente consolidado	Totalmente consolidado
Resultado Líquido: Participação na receita (perda) líquida de associadas e <i>joint ventures</i>	3		10	8
Capital próprio: Investimentos em associadas e <i>joint ventures</i>	13	(1)	(1)	
Dividendos pagos a participações não controladoras (acionistas minoritários)	2		16	2
Caixa, devido de bancos	3	21	88	20
Saldos líquidos de empréstimos a clientes e financiamentos de locação financeira	112	94	1442	585
Outros ativos	5	2	111	7
<b>TOTAL ATIVOS</b>	<b>120</b>	<b>117</b>	<b>1641</b>	<b>612</b>
Devido a bancos, depósitos de clientes e títulos de dívida emitidos	90	101	1330	523
Outros passivos	4	9	99	10
Capital próprio líquido	26	7	212	79
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>120</b>	<b>117</b>	<b>1641</b>	<b>612</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO BANCÁRIO</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>86</b>	<b>41</b>
Imposto sobre o rendimento	(1)	(1)	(16)	(7)
Resultado líquido	5	1	26	16
Outros componentes do rendimento integral			15	(1)
<b>TOTAL DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>41</b>	<b>15</b>
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(4)	25	100	16
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(9)		(68)	(6)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de investimento			(1)	
<b>AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(13)</b>	<b>25</b>	<b>31</b>	<b>10</b>

4.3.8.3 Associadas e joint ventures significativas

31/12/2022 - antes da eliminação intragrupo Em milhões de euros	RN Bank	ORFIN Finansman Anonim Sirketi	Nissan Renault Financial Services India Private Ltd	Mobility Trader Holding GmbH
País de localização	Rússia	Turquia	Índia	Alemanha
Porcentagem do capital detido	30,00 %	50,00 %	30,00 %	4,97 %
Natureza	Associada	Joint venture	Associada	Associada
Método de consolidação	Método de equivalência patrimonial	Método de equivalência patrimonial	Método de equivalência patrimonial	Método de equivalência patrimonial
Participação na receita líquida de associadas e joint ventures	(110)	(3)	2	(16)
Investimentos em associadas e joint ventures		15	37	14
Dividendos recebidos de associadas e joint ventures				
Caixa, devido de bancos	206	78	19	59
Saldos líquidos de empréstimos a clientes e financiamentos de locação financeira	845	294	426	
Outros ativos	28	5	10	287
<b>TOTAL ATIVOS</b>	<b>1079</b>	<b>377</b>	<b>455</b>	<b>346</b>
Devido a bancos, depósitos de clientes e títulos de dívida emitidos	678	339	196	
Outros passivos	30	8	137	60
Capital próprio líquido	371	30	122	286
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1079</b>	<b>377</b>	<b>455</b>	<b>346</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO BANCÁRIO</b>	<b>88</b>	<b>11</b>	<b>20</b>	<b>(318)</b>
Imposto sobre o rendimento	(8)	(1)	(3)	
Resultado líquido	31	5	9	(318)
Outros componentes do rendimento integral				
<b>TOTAL DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS</b>	<b>31</b>	<b>5</b>	<b>9</b>	<b>(318)</b>
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	113	70	2	59
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento				
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de investimento				
<b>AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>113</b>	<b>70</b>	<b>2</b>	<b>59</b>

O RN Bank esteve sujeito a uma provisão pelo seu valor total em 31 de dezembro de 2022.

	Nissan Renault Financial Services India Private Ltd		
31/12/2021 - antes da eliminação intragrupo	RN Bank	ORFIN Finansman Anonim Sirketi	
Em milhões de euros			
País de localização	Rússia	Turquia	Índia
Percentagem do capital detido	30,00 %	50,00 %	30,00 %
Natureza	Associada	Joint venture	Associada
Método de consolidação	Método de equivalência patrimonial	Método de equivalência patrimonial	Método de equivalência patrimonial
Participação na receita líquida de associadas e <i>joint ventures</i>	13	4	2
Investimentos em associadas e <i>joint ventures</i>	94	16	36
Dividendos recebidos de associadas e <i>joint ventures</i>			
Caixa, devido de bancos	83	11	23
Saldos líquidos de empréstimos a clientes e financiamentos de locação financeira	1181	274	388
Outros ativos	33	5	9
<b>TOTAL ATIVOS</b>	<b>1297</b>	<b>290</b>	<b>420</b>
Devido a bancos, depósitos de clientes e títulos de dívida emitidos	959	249	151
Outros passivos	30	9	150
Capital próprio líquido	308	32	119
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1297</b>	<b>290</b>	<b>420</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO BANCÁRIO</b>	<b>79</b>	<b>17</b>	<b>20</b>
Imposto sobre o rendimento	(10)	(2)	(3)
Resultado líquido	40	9	8
Outros componentes do rendimento integral			
<b>TOTAL DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS</b>	<b>40</b>	<b>9</b>	<b>8</b>
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(6)	2	(70)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(1)		
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de investimento			
<b>AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(7)</b>	<b>2</b>	<b>(70)</b>

#### 4.3.8.4 Restrições significativas

O Grupo não possui restrições significativas à sua capacidade de aceder ou utilizar os seus ativos e liquidar os seus passivos, exceto aquelas decorrentes do quadro regulamentar em que as suas subsidiárias operam. As autoridades de supervisão locais podem exigir às subsidiárias bancárias que mantenham um determinado nível de capital e de liquidez, que limitem a sua exposição a outras partes do grupo e que cumpram outros rácios.

## 4.4 Anexo 1: Informações sobre locais e operações

31/12/2022 Em milhões de euros

Localização geográfica	Nome da sociedade	Natureza das atividades	Número de funcionários	Resultado líquido bancário	Lucros ou prejuízos antes de impostos	Impostos correntes corrente	Impostos diferidos	Subsídios públicos recebidos
França	RCI Banque S.A.	Holding	425	244,0	196,0	(10,4)	(58,7)	
Alemanha	RCI Banque S.A. Niederlassung Deutschland	Financiamento	369	216,2	97,4	(31,4)	(4,7)	
	RCI Versicherungs - Service GmbH	Serviços						
	Mobility Trader Holding GmbH	Serviços						
Argentina	RCI Banque Sucurs al Argentina	Financiamento	64	58,5	15,7	(5,3)	1,1	
	Rombo Compania Financiera S.A.	Financiamento						
	Courtage S.A.	Serviços						
Austria	RCI Banque S.A. Niederlassung Osterreich	Financiamento	53	26,8	14,3	(2,6)	(0,7)	
Bélgica	RCI Financial Services S.A.	Financiamento	31	15,4	10,0	(1,9)		
	Auto fin S.A.	Financiamento						
	Renault Credit Car S.A.	Financiamento						
Brasil	Administradora de Consorcio RCI Brasil Ltda	Financiamento	171	109,1	50,9	(27,1)	13,6	
	Banco RCI Brasil S.A.	Financiamento						
	RCI Brasil Serviços e Participações Ltda	Serviços						
	Corretora de Seguros RCI Brasil S.A.	Serviços						
Colômbia	RCI Colombia S.A. Compania de Financiamiento	Financiamento	96	52,2	26,2	(11,7)	1,5	
	RCI Servicio s Colombia S.A.	Financiamento						
Coreia do Sul	RCI Financial Services Korea Co. Ltd	Financiamento	117	53,9	29,6	(7,2)		
	RCI Insurance Service Korea Co. Ltd	Serviços						
Croácia	RCI Usluge d.o.o	Financiamento	8	1,8	1,4	(0,1)		
Espanha	RCI Banque S.A. Sucursal En Espana	Financiamento	403	129,1	66,5	(26,6)	6,4	
	Overlease S.A.	Financiamento						
	Bipi Mobility SL	Serviços						
França	Diac S.A.	Financiamento	1,136	437,0	169,8	(64,8)	(17,4)	
	Diac Location S.A.	Financiamento						
	Bipi Mobility France	Serviços						
Hungria	RCI Zrt	Financiamento	4	1,6	0,9			
Índia	Nissan Renault Financial Services India Private Limited	Financiamento	131		2,6			
Irlanda	RCI Banque, Branch Ireland	Financiamento	30	13,6	7,2	(0,9)		

31/12/2022 Em milhões de euros

Localização geográfica	Nome da sociedade	Natureza das atividades	Número de funcionários	Resultado líquido bancário	Lucros ou prejuízos antes de impostos	Despesa de imposto corrente	Impostos diferidos	Subsídios públicos recebidos
Itália	RCI Banque S.A. Succursale Italiana	Financiamento						
	ES Mobility S.R.L.	Financiamento	230	154,1	93,6	(29,6)	(2,0)	
	Bipi Mobility Italy S.R.L.	Serviços						
Malta	RCI Services Ltd	Holding						
	RCI Insurance Ltd	Serviços	31	177,3	169,2	(10,9)	4,5	
	RCI Life Ltd	Serviços						
Marrocos	RCI Finance Maroc S.A.	Financiamento	46	29,9	13,6	(6,9)	0,1	
	RDFM S.A.R.L.	Serviços						
Países Baixos	RCI Financial Services B.V.	Financiamento	47	19,0	9,6	(2,7)	0,3	
	Bipi Mobility Netherlands B.V.	Serviços						
Polónia	RCI Banque Spolka Akcyjna Oddział w Polsce	Financiamento	63	24,0	13,0	(6,0)	8,9	
	RCI Leasing Polska Sp. z.o.o.	Financiamento						
Portugal	RCI Banque S.A. Sucursal Portugal	Financiamento						
	RCI COM SA	Financiamento	41	14,2	6,3	(1,7)	0,2	
	RCI Gest Seguros - Mediadores de Seguros Lda	Serviços						
República Checa	RCI Finance C.Z., S.r.o.	Financiamento	22	10,4	11,1	(1,6)		
	RCI Financial Services, S.r.o.	Financiamento						
Roménia	RCI Finantare Romania S.r.l.	Financiamento						
	RCI Broker de asigurare S.R.L.	Serviços	68	19,8	14,2	(2,6)	(0,1)	
	RCI Leasing Romania IFN S.A.	Financiamento						
Reino Unido	RCI Financial Services Ltd	Financiamento						
	RCI Bank Uk Limited	Financiamento	313	176,9	112,4	(29,3)	4,7	
	Bipi Mobility UK Limited	Serviços						
Rússia	RNL Leasing	Financiamento						
	Subgrupo RNSF BV, BARN BV e RN Bank	Financiamento	200	1,4	(114,5)	(0,2)	0,4	
Eslovénia	RCI Banque S.A. Bancna podružnica Ljubljana	Financiamento	39	12,1	8,0	(1,5)		
	RCI Lizing d.o.o.	Financiamento						
Eslováquia	RCI Finance SK S.r.o.	Financiamento	3	7,6	7,0	(0,3)		
Suécia	Finance Nordic Bankfilial till RCI Banque S.A., Frankrike	Financiamento	19	8,3	4,9	(1,1)	(0,1)	
Suíça	RCI Finance S.A.	Financiamento	49	30,8	16,3	(3,6)		
Turquia	ORFIN Finansman Anonim Sirketi	Financiamento	55		(3,2)			
<b>TOTAL</b>			<b>4,264</b>	<b>2,045</b>	<b>1,050</b>	<b>(288)</b>	<b>(42)</b>	

## 4.5 Anexo 2: Riscos financeiros

### Refinanciamento e gestão do balanço

O Departamento Financeiro e Tesouraria é responsável pelo refinanciamento das entidades do grupo elegíveis para refinanciamento centralizado. Obtém os fundos necessários à continuidade da atividade empresarial (emissão de obrigações e outros títulos de dívida negociáveis, titularizações, empréstimos do mercado monetário, etc.), equilibra ativos e passivos e ajusta as posições de caixa das empresas do grupo, gerindo e minimizando exposição a riscos financeiros, através da utilização de *swaps* de taxas de juro, *swaps* cambiais e operações cambiais a termo e a prazo.

Os princípios da política financeira estendem-se a todas as subsidiárias consolidadas do grupo Mobilize Financial Services e são adaptados e aplicados nas subsidiárias cujo refinanciamento não é centralizado.

Todos os refinanciamentos para subsidiárias em países fora da zona Euro, cujo risco de transferência e conversibilidade é considerado um risco material pela Mobilize Financial Services, são geralmente feitos localmente para limitar qualquer risco transfronteiriço. Os procedimentos do grupo permitem, no entanto, que o gabinete central de refinanciamento conceda, ocasionalmente, financiamento transfronteiriço a subsidiárias situadas nesses países, contanto que esse financiamento seja apenas para um montante limitado ou se existir uma apólice de seguro que cubra o risco de não convertibilidade e de não transferência.

Estas subsidiárias também estão sujeitas aos mesmos requisitos de supervisão do risco financeiro que as outras subsidiárias do grupo. Devem observar limites para o risco de taxa de juro e o risco cambial, controlar o seu risco de liquidez, conter o risco de contraparte e ter em vigor um controlo específico do risco financeiro através de um Comité Financeiro específico e de relatórios *ad hoc*.

As operações sobre instrumentos financeiros realizadas pela empresa-mãe Mobilize Financial Services estão, em grande parte, relacionadas com a sua função central de refinanciamento do grupo.

### 4.5.1 Organização da gestão do risco de mercado

O sistema específico de gestão do risco de mercado faz parte do sistema geral de controlos internos do grupo Mobilize Financial Services e funciona de acordo com os padrões aprovados pelo Conselho de Administração. O Departamento Financeiro e Tesouraria da Mobilize Financial Services é responsável pela gestão dos riscos de mercado (riscos de taxa de juro, de liquidez e cambial) e pela verificação do cumprimento dos limites permitidos no âmbito consolidado do grupo Mobilize Financial Services. As regras e limites são aprovados pelo acionista e atualizados periodicamente. A Equipa de Riscos Financeiros, vinculada ao Departamento de Risco e Regulação Bancária (Divisão de Controlo de Risco), emite um relatório diário e monitoriza a exposição do grupo aos riscos financeiros.

Os instrumentos de câmbio, os instrumentos de taxa de juro e as moedas aprovadas para uso na gestão dos riscos de mercado são especificados numa lista de produtos autorizados validada pelo CEO da Mobilize Financial Services.

### 4.5.2 Gestão dos riscos agregados de taxa de juro, cambial, de contraparte e de liquidez

#### Risco de taxa de juro

O risco global de taxa de juro representa o impacto das taxas flutuantes na margem financeira bruta futura.

O objetivo do grupo Mobilize Financial Services é atenuar, na medida do possível, este risco.

São utilizados, a nível interno, dois indicadores de controlo para o risco de taxa de juro:

- a sensibilidade descontada (Valor Económico - EV), que consiste em mensurar num determinado momento (t) o impacto de uma alteração nas taxas de juros sobre o valor de mercado dos fluxos patrimoniais de uma entidade. O preço de mercado é determinado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros às taxas de mercado no ponto t. Esta mensuração é usada para definir os limites que se aplicam às entidades do grupo;
- o resultado líquido de juros que consiste em mensurar um ganho ou uma perda, na perspetiva da demonstração de resultados. É apresentado como a diferença da receita de juros futuros ao longo de um determinado período. A particularidade da adoção da perspetiva da receita líquida de juros (NII, em inglês), comparada com a perspetiva atuarial de sensibilidade, é a linearização do impacto de novas operações.

A fim de ter em conta a dificuldade de ajustar com precisão a estrutura dos empréstimos contraídos à dos empréstimos concedidos, é aceite uma flexibilidade limitada na cobertura da taxa de juro por cada subsidiária.

Esta flexibilidade consiste na atribuição de um limite de sensibilidade a cada subsidiária aprovado pelo Comité Financeiro, numa adaptação individual de parte do limite global determinado pelo Conselho de Administração da Mobilize Financial Services.

Limite de refinanciamento centralizado	32 milhões de euros
Limite para financiamento de vendas das subsidiárias	25,15 milhões de euros
Não atribuída	12,85 milhões de euros
Limite de sensibilidade total em milhões de euros concedido pela Renault ao RCI Banque	70,0 milhões de euros

De acordo com as alterações regulamentares (EBA/GL/2018/12), o grupo Mobilize Financial Services também mede a sensibilidade da margem financeira líquida (NIM) e a sensibilidade do valor económico do capital próprio (EVE).

Os cálculos baseiam-se nas diferenças médias mensais de ativos e passivos, que incorporam operações a taxa fixa e variável até a sua próxima data de revisão.

Os vencimentos dos negócios em vigor são determinados tendo em conta as características contratuais das operações e os resultados da modelação de padrões históricos de comportamento do cliente (reembolso antecipado, etc.), complementados por pressupostos sobre determinados agregados (capital próprio, etc.).

A sensibilidade é calculada diariamente por moeda e por entidade gestora (gabinete central de refinanciamento, subsidiárias francesas e estrangeiras de financiamento de vendas) e permite a gestão global do risco de taxa de juro no âmbito consolidado do grupo Mobilize Financial Services. A monitorização é efetuada pela Equipa de Risco Financeiro adstrita à Direção de Risco e Regulamentação Bancária (Departamento de Gestão de Riscos).

A situação de cada entidade em relação ao seu limite é verificada diariamente, sendo imediatamente emitidas diretivas de cobertura às sucursais, se as circunstâncias assim o exigirem.

Os resultados dos controlos são objeto de relatório mensal ao Comité Financeiro, que, por sua vez, verifica se as posições estão alinhadas com a estratégia financeira do grupo e com os memorandos procedimentais vigentes.

Em 31 de dezembro de 2022, a sensibilidade global da Mobilize Financial Services ao risco de taxa de juro manteve-se abaixo do limite do grupo (70 milhões de euros).

Em 31 de dezembro de 2022, um aumento paralelo das taxas teria um impacto na margem líquida de juros (NII) do Grupo Mobilize Financial Services de 5,7 milhões de euros em valor monetário absoluto. A contribuição por moeda é a seguinte:

Moeda	K€	Moeda	K€	Moeda	K€	Moeda	K€
ARS	122	CZK	320	HUF	164	SEK	15
BRL	-256	EUR	-1593	KRW	-40	RON	244
CHF	-294	DKK	-9	MAD	1107	RUB	-288
COP	171	GBP	1013	PLN	109		

A soma dos valores absolutos das sensibilidades a um choque paralelo da taxa de juro<sup>(1)</sup> em cada moeda ascende a 7,0 milhões de euros.

### 4.5.3 A análise da taxa estrutural destaca os seguintes pontos

#### Subsidiárias de financiamento de vendas

Praticamente todos os empréstimos a clientes pelas subsidiárias de financiamento de vendas são concedidos a uma taxa fixa por prazos de um a setenta e dois meses.

Estes empréstimos são cobertos por recursos de taxa fixa com a mesma estrutura. São respaldados por uma macrocobertura e geram apenas um risco residual de taxa de juro.

Nas subsidiárias em que o recurso é à taxa variável, o risco de taxa de juro é coberto por *swaps* de taxa de juro de macrocobertura.

#### Gabinete central de refinanciamento

A principal atividade da empresa-mãe RCI é o refinanciamento das subsidiárias comerciais do grupo.

A atividade em curso das filiais de financiamento de vendas é respaldada por recursos de taxa fixa, alguns dos quais microcobertos por *swaps* de taxa de juro e por recursos de taxa variável.

As operações de macrocobertura sob a forma de *swaps* de taxa de juro mantêm a sensibilidade da empresa-mãe abaixo do limite fixado pelo grupo (32 milhões de euros).

1) De acordo com as diretrizes do regulador (Orientações IRRBB 2018), a magnitude dos choques na taxa de juro depende da moeda. A 31 de dezembro de 2022, os choques da taxa de juro aplicados para cada moeda eram: +100 bps para EUR, CHF, DKK e MAD; +150 bps para SEK e GBP; +200 bps para CZK; +250 bps para HUF; +300 bps para RON, COP e PLN; +350 bps para BRL; +500 bps para ARS e RUB.

Estes *swaps* e os títulos disponíveis para venda são mensurados ao justo valor por reservas de acordo com a IFRS 9. Essas operações de macrocobertura abrangem recursos de taxa variável e/ou recursos de taxa fixa que são variáveis através da microcobertura de *swaps*.

São efetuados testes mensais para verificar:

- a eficácia da cobertura dos recursos de taxa fixa pelos *swaps* de taxa de juro atribuídos à sua microcobertura;
- a relevância das operações de macrocobertura, contrapondo-as com recursos de taxa variável/recursos de taxa variável fixa.

#### 4.5.4 Risco de liquidez

A Mobilize Financial Services presta grande atenção à diversificação das suas fontes de acesso à liquidez.

Para isso, o grupo impõe a si próprio padrões internos rigorosos.

A supervisão do risco de liquidez da Mobilize Financial Services baseia-se no seguinte:

##### Liquidez estática

Este indicador mede a diferença (*gap*) entre os passivos e os ativos existentes numa determinada data sem quaisquer pressupostos quanto à renovação dos passivos ou ativos. Fornece um resumo pontual da posição de liquidez ou diferença de liquidez estática. A política do grupo é refinar os seus ativos por meio de passivos com um prazo mais longo, mantendo assim diferenças positivas de liquidez estática em todas as áreas do balanço.

##### Reserva de liquidez

A reserva de liquidez é uma fonte de liquidez de emergência que pode ser utilizada pela Mobilize Financial Services em caso de necessidade.

#### 4.5.5 Risco cambial

A posição cambial é decomposta em:

- a posição cambial estrutural, que resulta do investimento a longo prazo do grupo no capital próprio das subsidiárias estrangeiras;
- a posição cambial transaccional, que decorre do fluxo de caixa expresso numa moeda diferente da sua moeda nacional.

Desde 2022, a Mobilize Financial Services tem uma alocação de capital que cobre a sua exposição ao risco cambial estrutural.

O grupo beneficia de uma isenção do BCE para as cinco moedas mais significativas (GBP, BRL, KRW, CHF e MAD), que lhe permite ter em conta apenas o excesso de capital em relação ao CET1 médio do grupo.

O risco cambial estrutural está incluído no quadro de apetência pelo risco da Mobilize Financial Services. A posição do grupo em todas as moedas é verificada mensalmente durante o Comité de Capital e Liquidez e comunicada trimestralmente ao Supervisor.

A posição cambial transaccional é enquadrada por limites.

##### Refinanciamento centralizado

Estes dados são calculados com base em cenários simplificados, partindo do pressuposto de que todas as posições vencem e que não são reajustadas para incorporar novas condições de mercado.

A sensibilidade das reservas a uma alteração nas taxas de juro, tal como acima apresentada, não seria de modo algum representativa de um impacto nos resultados futuros.

É composta por Ativos Líquidos de Elevada Qualidade (HQLA), conforme definido pelo Comité da Basileia para o cálculo do rácio de cobertura de liquidez (LCR), ativos financeiros não reconhecidos como HQLA pelo Comité de Basileia, linhas de crédito bilaterais confirmadas e ativos elegíveis como garantia nas operações do Banco Central Europeu (BCE) ainda não contabilizadas como HQLA ou ativos financeiros. Os níveis mínimos e adequados de reserva de liquidez são determinados semestralmente no âmbito do refinanciamento centralizado e para as entidades físicas cujo refinanciamento é local.

Mensalmente, o Comité Financeiro é informado sobre o período durante o qual a empresa conseguiria manter a sua atividade empresarial utilizando a sua reserva de liquidez em diversos cenários de esforço. Os cenários de esforço utilizados incluem pressupostos de corridas aos depósitos, perda de acesso a novos financiamentos, indisponibilidade parcial de certos componentes da reserva de liquidez e previsões de novos empréstimos brutos. Os pressupostos sobre as corridas aos depósitos sob pressão são muito conservadores e regularmente testadas.

A posição cambial da RCI Banque S.A., a unidade central de refinanciamento, que historicamente é muito baixa, manteve-se abaixo dos 10 milhões de euros ao longo do ano.

Nenhuma posição é aceite no âmbito da gestão do refinanciamento. A este respeito, a sala de negociações assegura a cobertura sistemática de todos os fluxos em causa.

As posições residuais e temporárias em moedas, relacionadas com diferenças temporais de fluxo de caixa inerentes à gestão de caixa em várias moedas, podem, porém, permanecer. Quaisquer dessas posições são monitorizadas diariamente e estão sujeitas à mesma preocupação de cobertura.

Quaisquer outras transações cambiais (em particular para a cobertura antecipada de dividendos projetados) só podem ser iniciadas após a decisão do Chefe do Departamento Financeiro e Tesouraria.

##### Subsidiárias de financiamento de vendas

As subsidiárias de financiamento de vendas são obrigadas a refinarçar-se na sua própria moeda e, portanto, não estão expostas.

A título excepcional, são atribuídos limites às subsidiárias cujas operações de financiamento de vendas ou refinanciamento envolvam várias moedas e àquelas que estão autorizadas a investir parte dos seus excedentes de caixa numa moeda diferente da sua moeda nacional.

Em 2022, o grupo Mobilize Financial Services lançou o financiamento de uma atividade de importação que gera um risco cambial adicional. O fabricante (Renault/Nissan) fatura o importador em euros, enquanto o financiamento da Mobilize Financial Services só pode ser realizado em moeda local.

É criada uma posição de risco cambial *overnight*, uma vez que a fatura é convertida usando a taxa de câmbio D+0, enquanto a conversão será baseada na taxa de câmbio do mercado de D+1.

#### 4.5.6 Risco de contraparte

A exposição da Mobilize Financial Services ao risco de contraparte bancária decorre de várias operações de mercado realizadas pelas entidades do grupo como parte dos seus negócios diários (investimento de excedentes de caixa, taxa de juro ou cobertura cambial, investimentos em ativos líquidos, etc.).

As operações são feitas com bancos de primeira linha e o risco de contraparte nas operações de mercado é gerido através de um sistema de limites definido pela Mobilize Financial Services e, em seguida, aprovado pela Renault como parte da consolidação de riscos de contraparte em todo o grupo.

Os limites são fixados através de um método de notação interno baseado na adequação do capital, nas notações a longo prazo das agências de crédito e numa avaliação qualitativa da contraparte.

O cumprimento destes limites é monitorizado diariamente. Todos os resultados dos controlos são comunicados mensalmente ao Comité Financeiro da Mobilize Financial Services e integrados na monitorização consolidada do risco de contraparte do Grupo Renault.

Além de atender aos requisitos regulamentares resultantes da implementação do rácio de cobertura de liquidez a 30 dias (LCR), a Mobilize Financial Services possui uma carteira de investimentos em ativos líquidos. Os limites de valor e vencimento destes últimos são fixados para cada emitente.

A Mobilize Financial Services também investiu em fundos do mercado monetário, títulos corporativos e num fundo cujos ativos consistem em títulos de dívida emitidos por agências europeias, governos soberanos e emitentes supranacionais. Cada um destes investimentos está sujeito a um limite específico aprovado pelo Comité Financeiro e revisto pelo menos uma vez por ano.

São também concedidas autorizações pontuais às subsidiárias de refinanciamento de vendas para que possam investir em títulos do tesouro ou notas do Banco Central nos seus países de origem.

O risco é relativamente limitado visto que exposição é apenas *overnight*. No entanto, o consumo do limite de câmbio transacional pode ser significativo em termos de montante.

O limite global para o grupo Mobilize Financial Services concedido pelo Presidente do Conselho de Administração, sob parecer do Presidente do Comité de Risco do Conselho de Administração, foi, por conseguinte, aumentado para 55 milhões de euros, um aumento de 20 milhões de euros em relação a 2021.

Em 31 de dezembro de 2022, a posição cambial transacional consolidada do Grupo Mobilize Financial Services é de 12,7 milhões de euros.

Estes limites também são monitorizados diariamente e reportados mensalmente ao Comité Financeiro da Mobilize Financial Services.

No caso das entidades financeiras, o risco considera a exposição de caixa (depósitos e juros vencidos) e a exposição a derivados calculados pelo método interno de taxa fixa, apresentado a seguir, quando não existe o sistema de atenuação do risco por troca de garantias.

##### Método da taxa fixa

A Mobilize Financial Services reviu o seu método de avaliação do risco de mercado em março de 2022.

A utilização crescente do mecanismo da câmara de compensação na gestão dos produtos derivados (câmara de compensação ou troca de garantias com a contraparte de base bilateral) levou a Mobilize Financial Services a rever o seu método de avaliação do risco de mercado.

A Mobilize Financial Services fez a distinção, no seu inventário, entre câmara de compensação, derivados bilaterais e não compensados e alocou um coeficiente de risco para cada situação.

O coeficiente aplicado depende do período durante o qual a Mobilize Financial Services está exposta a potenciais alterações adversas no valor dos instrumentos derivados que detém, o que exigiria que lançasse caixa ou garantias adicionais.

Estas alterações de valor dependem de alterações nas taxas de juro.

- para derivados de câmaras de compensação, a Mobilize Financial Services está na posição de um dia;
- para derivados não compensados com derivados compensados bilateralmente, a Mobilize Financial Services está na posição de sete dias;
- para derivados não compensados sem troca de garantias, a Mobilize Financial Services está numa posição permanente.

De acordo com as várias análises da curva de rendimentos, a Mobilize Financial Services optou pelo coeficiente de risco indicado na tabela a seguir. Para garantir que este método seja conservador, a exposição sobre derivados é recalculada a intervalos regulares através do método regulamentar “positive mark to market + add-on”, apresentado a seguir:

**Contratos de taxa de juro**

SWAPS compensados	Swap bilateral de taxa de juro	SWAPS de juros não compensados	
		Duração residual	Coefficiente de taxa
0 %	2 %	Entre 0 e 1 ano	2 %
		Entre 1 e 2 anos	5 %
		Entre 2 e 3 anos	8 %
		Entre 3 e 4 anos	11 %
		Entre 4 e 5 anos	14 %
		Entre 5 e 6 anos	17 %
		Entre 6 e 7 anos	20 %
		Entre 7 e 8 anos	23 %
		Entre 8 e 9 anos	26 %
		Entre 9 e 10 anos	29 %

**Contrato de taxa de câmbio**

Swaps cambiais bilaterais	Swaps cambiais não compensados	Duração inicial	Coefficiente de taxa de câmbio
		Entre 0 e 1 ano	6 %
6 %		Entre 1 e 2 anos	18 %
		Entre 2 e 3 anos	22 %
		Entre 3 e 4 anos	26 %
		Entre 4 e 5 anos	30 %
		Entre 5 e 6 anos	34 %
		Entre 6 e 7 anos	38 %
		Entre 7 e 8 anos	42 %
		Entre 8 e 9 anos	46 %
		Entre 9 e 10 anos	50 %

**Método “Positive mark to market + add-on”**

Este método é baseado no chamado método regulamentar de “maiores riscos”. A exposição a derivados (taxa e câmbio) é calculada como a soma das perdas potenciais, calculada com base no valor de substituição dos contratos com a contraparte sem compensação com ganhos potenciais, acrescida de um “add-on” que representa o risco futuro potencial. Este risco futuro potencial é determinado pela regulamentação bancária francesa (Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013, Artigo 274.º) da seguinte forma:

Prazo residual	Opções de taxa de juro (em % do nominal)	Opções sobre moeda estrangeira e ouro (em % do nominal)
<= 1 ano	0 %	1 %
1 ano < prazo <= 5 anos	0,50 %	5 %
> 5 anos	1,50 %	7,50 %

De acordo com o método de taxa fixa, ascendia a 237 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, em comparação com 201 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021. De acordo com o método “positive mark to market + add-on” o risco de contraparte equivalente era de 43 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, em comparação com 27 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021. Estes valores referem-se apenas a instituições de crédito. Foram determinados sem ter em conta os acordos de compensação, em conformidade com a metodologia descrita.

N.º  
1  
N.º  
2  
N.º  
3  
N.º  
4  
N.º  
5



# N.º 5

## INFORMAÇÕES GERAIS

<b>5.1</b>	<b>Informações gerais sobre a empresa</b>	<b>270</b>	<b>5.2</b>	<b>Histórico</b>	<b>274</b>
5.1.1	Apresentação geral	270	5.2.1	Dependência	274
5.1.2	Disposições estatutárias especiais	271	5.2.2	Aconselhamento em matéria de política de investimento	275
5.1.3	Informações gerais sobre o capital social	272	<b>5.3</b>	<b>Declaração do responsável pelo relatório financeiro anual</b>	<b>276</b>
5.1.4	Honorários pagos aos revisores oficiais de contas e à sua rede	273			
5.1.5	Auditores externos	274			

## 5.1 Informações gerais sobre a empresa

### 5.1.1 Apresentação geral

#### Denominação comercial e sede social

RCI Banque S.A. Designação comercial: Mobilize Financial Services. Nacionalidade: francesa. Sede social: 15, rue d'Uzes 75002 Paris - France. Tel.: +33 (1) 49 32 80 00 00.

#### Forma jurídica

Société Anonyme à Conseil d'administration (sociedade anónima com Conselho de Administração, de direito francês).

#### Legislação aplicável

A empresa é regida pelas disposições do Código Comercial francês (Code de Commerce).

Desde a concessão da licença bancária pela Banque de France, em 7 de março de 1991, o RCI Banque também está sujeito a todas as leis e regulamentos aplicáveis às instituições de crédito, em particular às leis e regulamentos incorporados no Código Monetário e Financeiro francês (Code Monétaire et Financier).

#### Data de criação e duração

A empresa foi criada em 9 de abril de 1974 e registada no Tribunal de Comércio de Paris em 4 de junho de 1974. Começou a operar em 21 de agosto de 1974, por um período de 99 anos, ou seja, até agosto de 2073.

#### Objeto social

O objeto social da Société Anonyme (sociedade anónima de direito francês) RCI Banque, tanto em França como no estrangeiro, direta e indiretamente, por conta própria ou de terceiros, é:

- Realização de operações de crédito e bancárias, sob todas as suas formas, destinadas ou não a financiar a aquisição de bens e/ou serviços, nomeadamente as operações de crédito renovável e a emissão ou gestão de instrumentos de pagamento vinculados a essas operações;
- realização de estudos de todo o tipo, relativos à constituição, expansão e transformação de empresas industriais, comerciais, financeiras e de serviços;
- realização de estudos integrais ou parciais e exercício de atividades de consultoria e negociação nas áreas económica, financeira, comercial

e de gestão;

- realização de pesquisas sobre a conceção e melhoria de sistemas de gestão, organizacionais e financeiros;
- realizar projetos resultantes dos estudos acima mencionados, ou contribuir para a sua execução por qualquer meio adequado, incluindo a participação societária em entidades existentes ou novas;
- financiar clientes empresariais, nomeadamente através da aquisição de participações no seu capital ou títulos de dívida, com recurso a capitais próprios da empresa ou a empréstimos;
- prestação de serviços de investimento, tal como definidos na Lei Francesa de Modernização das Atividades Financeiras (96-597), de 2 de julho de 1996;
- gerir a carteira de títulos resultantes dessas atividades, nomeadamente através da realização de todas as operações de compra, venda, permuta e transferência de títulos de qualquer natureza;
- exercer a atividade de mediador de seguros na aceção da lei francesa de 15 de dezembro de 2005, que transpõe a Diretiva Europeia de 9 de dezembro de 2002, atuando como agente, comissário ou corretor;
- de forma mais geral, a realização de quaisquer transações industriais, comerciais, financeiras ou imobiliárias direta ou indiretamente relacionadas com o objeto social ou quaisquer fins semelhantes ou conexos que sejam úteis ou facilitem a realização e desenvolvimento deste objeto.

#### Número de registo e identificação

A empresa está inscrita no Registo de Empresas de Paris sob o número SIREN: 306 523 358, número SIRET: 306 523 358 00076, número ORIAS: 070 237 04, e código APE 6419Z (código de atividade comercial).

#### Acesso aos documentos legais

Os documentos legais relativos ao emitente podem ser consultados na sede social da empresa.

#### Exercício

O exercício da empresa tem início a 1 de janeiro e termina a 31 de dezembro de cada ano civil.

## 5.1.2 Disposições estatutárias especiais

### Afetação estatutária dos resultados

#### (Artigo 36.º - distribuição de dividendos)

O resultado líquido é composto pelos rendimentos líquidos do exercício, deduzidos os custos gerais e outras despesas corporativas, e após depreciação, amortização e provisões para imparidade.

Pelo menos 5 % do lucro líquido menos quaisquer perdas do exercício anterior é apropriado para financiar a reserva legal. Uma vez que o montante da reserva legal seja igual a um décimo do capital social, esta apropriação deixa de ser obrigatória. É retomada no caso de a reserva legal descer, por qualquer motivo, abaixo de um décimo do capital social por qualquer motivo.

O resultado distribuível consiste no resultado líquido do exercício corrente menos quaisquer perdas do exercício anterior, a apropriação acima mencionada e quaisquer outras transferências exigidas pela legislação aplicável, mais os lucros antecipados retidos e não alocados de exercícios anteriores.

A partir desse resultado, a Assembleia Geral Ordinária poderá deliberar a distribuição de dividendos. Esses dividendos serão apropriados primeiro do resultado distribuível gerado no ano corrente.

A partir do excedente disponível, a Assembleia Geral Ordinária pode apropriar-se dos montantes que considere adequados, a transportar para uma ou mais contas gerais ou de reservas especiais, a atribuir ou utilizar como entender.

### Assembleias gerais

#### (Artigos 27.º a 33.º dos Estatutos)

##### Tipos de Assembleias Gerais

Anualmente, os acionistas reúnem-se em Assembleia Geral Ordinária, que deverá ser realizada em até cinco meses após o termo do exercício financeiro.

Adicionalmente, os acionistas poderão realizar Assembleias Gerais Ordinárias que se reúnam extraordinariamente, ou Assembleias Gerais Extraordinárias, quando tenham por objeto a alteração dos Estatutos, salvo disposição legal em contrário.

A Assembleia Geral, devidamente constituída, representa todos os acionistas. As suas decisões, tomadas nos termos da lei e dos Estatutos, obrigam todos os sócios, mesmo os ausentes, incapacitados de comparecer ou em desacordo.

As ações detidas em tesouraria pela empresa não são contabilizadas para efeitos de cálculo do quórum das diversas reuniões.

Podem participar nas Assembleias Gerais dois membros do Conselho de Administração, por ele designados, um em representação do pessoal de engenharia e dirigente e o outro em representação do pessoal auxiliar.

O Conselho de Administração poderá deliberar que os acionistas possam participar e votar nas Assembleias Gerais por meio de videoconferência ou qualquer outro meio de telecomunicação que permita a sua identificação nos termos da lei.

### Notificação das assembleias

O Conselho de Administração convoca os acionistas para as Assembleias Gerais por meio de uma convocatória que indica a data, a hora e o local da reunião. Na sua falta, as Assembleias Gerais também podem ser convocadas:

- pelo revisor oficial de contas;
- por um representante nomeado por despacho do juiz presidente de um tribunal comercial francês que decida em processo sumário a pedido de qualquer parte interessada ou de um ou mais acionistas que detenham, em conjunto, pelo menos 5 % do capital social;
- pelos liquidatários.

### Quórum - Maioria

As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias estão sujeitas aos requisitos de quórum e maioria previstos por lei e exercem os poderes que lhes são conferidos por lei.

### Composição das Assembleias Gerais

Todos os acionistas, independentemente do número de ações que detenham, podem comparecer às Assembleias Gerais, participar dos trabalhos e votar. São admitidos, mediante apresentação de documento de identificação, os titulares de ações nominativas que tenham requerido a respetiva inscrição no registo da empresa, pelo menos, cinco dias antes da assembleia. Os acionistas podem ser representados por outro acionista ou pelo cônjuge. As procurações elaboradas nos termos da lei devem ser recebidas na sede social até cinco dias antes da data da assembleia.

Todos os acionistas, independentemente do número de ações que detenham, podem comparecer às Assembleias Gerais, participar dos trabalhos e votar. O direito de voto nas Assembleias Gerais Ordinárias pertence ao beneficiário efetivo das ações a que o direito está associado; o direito de voto nas Assembleias Gerais Extraordinárias pertence ao titular legal nomeado. Convocada a Assembleia Geral, a empresa deverá, a expensas suas, entregar ou remeter o boletim de voto por correspondência e os respetivos anexo, por correio registado (com aviso de receção), a qualquer acionista que o solicite.

A sociedade deve honrar qualquer pedido recebido na sua sede social até seis dias antes da data da assembleia.

O boletim de voto por correspondência deve incluir determinadas informações, conforme estipulado nos artigos R.225-76.º e seguintes do Código Comercial francês (Code de Commerce). Deve notificar claramente ao acionista que a abstenção de voto ou a não indicação das instruções de voto em qualquer item constante do formulário será considerada como um voto contra a proposta de resolução.

O formulário pode ser incluído no mesmo documento que o formulário de procuração, se aplicável. Neste caso, as disposições aplicáveis são as do R.225-76.º do Código Comercial francês (Code de Commerce). Os documentos previstos no referido artigo R.225-76.º devem ser anexados ao boletim de voto. O boletim de voto por correspondência enviado à empresa para uma determinada Assembleia Geral é também válido para as reuniões subsequentes convocadas para tratar da mesma ordem de trabalhos.

O boletim de voto por correspondência enviado à empresa para uma determinada Assembleia Geral é também válido para as reuniões subsequentes convocadas para tratar da mesma ordem de trabalhos. Os boletins de voto por correspondência devem ser recebidos pela empresa pelo menos três dias antes da data da assembleia. Se uma procuração for devolvida juntamente com um boletim de voto por correspondência, a procuração será considerada sujeita aos votos indicados no boletim de voto por correspondência.

#### Mesa da Assembleia - Folha de presença

A Assembleia Geral é presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente, se este tiver sido nomeado, ou por um administrador designado pelo Conselho de Administração.

Se a reunião tiver sido convocada pelos revisores oficiais de contas, por um representante nomeado pelo tribunal ou pelos liquidatários, um dos seus membros preside à reunião. Os votos são contados pelos dois maiores acionistas, quer em nome próprio quer como representantes, ou, caso estes recusem, pelos acionistas imediatamente a seguir, e assim sucessivamente, até que esta responsabilidade seja assumida.

Estes administradores designam o secretário da assembleia, que não precisa de ser um membro da Assembleia. Nas Assembleias Gerais é elaborada uma folha de presenças com todas as informações exigidas por lei e pela regulamentação. A mesa da assembleia pode anexar à folha de presença todas as procurações ou boletins de voto por correspondência, indicando o primeiro apelido e o endereço de cada acionista representado ou que vota por correspondência, o número de ações detidas e o número de votos referentes a tais ações. Neste caso, os membros da mesa deverão indicar o número de procurações e boletins de voto por correspondência apensos à folha de presença,

### 5.1.3 Informações gerais sobre o capital social

#### 5.1.3.1 Apresentação geral

##### Capital social

O capital social, que inicialmente era de 2 milhões de francos franceses, foi posteriormente alterado por aumentos de capital e por conversão em euros. Na sequência destas alterações, o capital social é de 100 000 000,00 euros desde 22 de novembro de 2000. É dividido em 1 000 000 de ações totalmente realizadas de 100,00 euros cada.

juntamente com o número de ações e direitos de voto associados a tais procurações e boletins de voto por correspondência.

As procurações e boletins de voto por correspondência deverão ser apresentados ao mesmo tempo e nas mesmas condições que a folha de presença. A exatidão da folha de presença, devidamente rubricada pelos acionistas presentes e pelos representantes dos acionistas, é atestada pelos membros da mesa.

As responsabilidades dos administradores referem-se exclusivamente à realização da assembleia e ao bom andamento da mesma; as suas decisões são sempre provisórias e ficam sujeitas à votação da própria assembleia. Qualquer parte interessada pode iniciar essa votação.

#### Ordem de trabalhos

A ordem de trabalhos da assembleia é estabelecida pelo Conselho de Administração ou pela pessoa que convoca a Assembleia Geral. No entanto, nas condições previstas por lei, um ou mais acionistas poderão solicitar que sejam incluídos na ordem de trabalhos determinados projetos de deliberação que não digam respeito à apresentação de candidatos ao Conselho de Administração.

#### Atas

Os trabalhos das Assembleias Gerais são lavrados em atas lavradas em livro especial numerado e rubricado e assinadas pelos membros da mesa. As atas podem ser lavradas em folhas soltas, numeradas sequencialmente e rubricadas. As cópias ou extratos das atas a serem entregues para fins legais ou outros são devidamente autenticados pelo Presidente do Conselho de Administração ou por um administrador que exerça o cargo de Diretor Executivo ou pelo Secretário da Assembleia. Tais cópias ou extratos são válidos em relação a terceiros, desde que as assinaturas neles contidas sejam válidas.

#### 5.1.3.2 Propriedade do atual capital social e direitos de voto

##### Acionistas

Em 31 de dezembro de 2022, todas as ações eram detidas pela Renault s.a.s. (excluindo uma ação concedida a um administrador).

##### Alterações na participação no capital social nos últimos três anos

Na sequência de uma alteração aos Estatutos deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária de 30 de setembro de 2015, o número de acionistas foi reduzido para sete. Na sequência da alteração do artigo L.225-1.º do Código Comercial francês (Code de Commerce) pela Lei de 10 de maio de 2016, o número de acionistas foi reduzido ao mínimo, ou seja, dois acionistas.

### Pessoas singulares ou coletivas que exercem ou podem exercer controlo sobre o RCI Banque

A Renault s.a.s. detém 99,99 % do capital social da RCI Banque S.A. Organograma - posição do emitente num grupo. O Grupo Renault é constituído por duas unidades de negócio distintas: a unidade de negócio automóvel e a unidade de negócios de financiamento de vendas, composta pelo Grupo RCI Banque. Através do seu estatuto de banco, do seu acesso independente aos mercados financeiros e da sua inclusão na política de *marketing* da Renault, o RCI Banque oferece uma gama competitiva de produtos de financiamento automóvel e serviços relacionados às redes de concessionários das marcas Grupo Nissan e Grupo Renault em todo o mundo. A organização do grupo RCI Banque está descrita na contracapa deste documento.

#### 5.1.3.3 Mercados para os títulos do emitente

As ações da empresa não estão listadas em nenhuma bolsa de valores.

#### Listagens de títulos

Os títulos de dívida do grupo RCI Banque negociados publicamente estão cotados nas bolsas de valores do Luxemburgo e de Paris.

	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016
Participação nos lucros (em milhões de euros)	12,6	10,9	2,8	10,3	9,5	9,1	8,4
Beneficiários	2065	1957	1866	1814	1707	1601	1499

### 5.1.4 Honorários pagos aos revisores oficiais de contas e à sua rede

	Revisores oficiais de contas da MAZARS				KPMG				Outros revisores oficiais de contas			
	2022		2021		2022		2021		2022		2021	
	Montante sem impostos	%	Montante sem impostos	%	Montante sem impostos	%	Montante sem impostos	%	Montante sem impostos	%	Montante sem impostos	%
Auditoria legal em sentido estrito	1897	100 %	1403	99 %	1300	99 %	1464	99 %	139	85 %	47	100 %
Serviços necessariamente prestados devido a regulamentos locais	5	0 %	18	1 %	9	1 %	18	1 %	22	14 %		
Serviços normalmente prestados pelos auditores	4	0 %	1	0 %			3	0 %	2	1 %		
<b>AUDITORIA JURÍDICA E SERVIÇOS RELACIONADOS</b>	<b>1906</b>		<b>1422</b>		<b>1309</b>		<b>1485</b>		<b>163</b>		<b>47</b>	
Consultoria tributária, jurídica e social			15	22,39 %			9	69 %				
Consultoria organizacional												
Outra consultoria	30	100 %	52	78 %	28	100 %	4	31 %				
<b>SERVIÇOS AUTORIZADOS EXCLUINDO AUDITORIAS JURÍDICAS QUE EXIGEM APROVAÇÃO</b>	<b>30</b>		<b>67</b>		<b>28</b>		<b>13</b>					
<b>TOTAL DOS HONORÁRIOS</b>	<b>1936</b>		<b>1489</b>		<b>1337</b>		<b>1498</b>		<b>163</b>		<b>47</b>	

N.º  
1  
N.º  
2  
N.º  
3  
N.º  
4  
N.º  
5

### 5.1.5 Auditores externos

**KPMG S.A.**

Tour Eqho, 2 Avenue Gambetta  
92066 Paris La Defense Cedex

Société Anonyme (sociedade anônima de direito francês) inscrita no Registo Comercial de Nanterre sob o n.º 775 726 417

*Revisor oficial de contas, Membro, Compagnie Régionale de Versailles*

Duração do mandato: seis anos

Termo do mandato: exercício contabilístico de 2025

Representada em 31 de dezembro de 2022 por Ulrich Sarfati

**Mazars**

Tour Exaltis, 61 rue Henri Regnault  
92075 Paris La Defense Cedex

Société Anonyme (sociedade anônima de direito francês) inscrita no Registo Comercial de Nanterre sob o n.º 784 824 153

*Revisor oficial de contas, Membro, Compagnie Régionale de Versailles*

Duração do mandato: dois anos

Termo do mandato: exercício contabilístico de 2021

Representada em 31 de dezembro de 2022 por Anne Veaute

## 5.2 Histórico

O RCI Banque é o resultado da fusão, em 1 de janeiro de 1990, entre:

- A Diac, criada em 1924 para financiar as vendas de veículos Renault em França; e
- Renault Crédit International, criada em 1974 para financiar as vendas de veículos Renault na Europa. Nos termos do acordo de 27 de março de 1999 entre a Renault e a Nissan, o grupo RCI Banque adquiriu as subsidiárias de financiamento de vendas da Nissan em cinco países europeus. Estas subsidiárias são consolidadas pelo grupo RCI Banque

desde 1 de julho de 1999. Em 31 de dezembro de 2002, todas as ações eram detidas pela Compagnie Financière Renault que, por sua vez, era detida integralmente pela Renault S.A. A Compagnie Financière Renault reunia todas as empresas financeiras do Grupo Renault. A partir de 20 de junho de 2003, na sequência da sua fusão com a Renault s.a.s., a Compagnie Financière Renault deixou de ser administradora e acionista do RCI Banque e, desde então, 99,99 % do capital social é detido pela Renault s.a.s.

### 5.2.1 Dependência

O grupo RCI Banque financia os clientes e concessionários do Grupo Renault e Nissan. O RCI Banque não está sujeito a qualquer dependência comercial ou financeira em termos de patentes e licenças.

## 5.2.2 Consultoria em política de investimento

Principais investimentos e alienações nos últimos cinco exercícios financeiros.

	Alienações - dissoluções - fusões	Aquisições	Criações
2022			<b>França:</b> Criação da Mobilize Pay SAS <b>França:</b> Criação da Mobilize Insurance SAS <b>França:</b> Criação da Mobilize Lease & Co <b>Países Baixos:</b> Criação da Mobility Netherlands BV <b>Reino Unido:</b> Criação da BIPI Mobility UK Ltd
2021	<b>França:</b> alienação da participação do BIPI France	<b>Alemanha:</b> aquisição de uma participação de 4 % na Mobility Trader Holding <b>Espanha:</b> aquisição da BIPI Mobility SL <b>França:</b> aquisição da BIPI Mobility France s.a.s. <b>França:</b> aquisição de uma participação de 14 % na Kadensis <b>Itália:</b> aquisição da BIPI Mobility SRL	<b>Argentina:</b> criação da RCI Companhia de Seguros de Personas <b>Rússia:</b> criação da RNL Finance
2020	<b>Reino Unido:</b> encerramento da sucursal do RCI Banque		
2019	<b>Canadá:</b> venda da ICABBI CANADA INC. à empresa-mãe <b>Estados Unidos:</b> venda da KARHOO AMERICAS INC., ICABBI USA INC. à empresa-mãe <b>Irlanda:</b> venda da COOLNAGOUR LTD. T/A ICABBI à empresa-mãe <b>França:</b> alienação da RCI MOBILITY SAS, CLASS & CO SAS, MARCEL SAS, CLASS & CO SOFTWARE (YUSO) à empresa-mãe <b>Reino Unido:</b> venda da FLIT TECHNOLOGIES LTD., KARHOO EUROPE (UK) LTD., COMO URBAN MOBILITY LTD., COOLNAGOUR UK LTD., SCT SYSTEMS LTD. à empresa-mãe Venda intragrupo da RCI FINANCIAL SERVICES LTD. à RCI BANK UK LTD	<b>Colômbia:</b> aquisição da participação de 5,02 % na RCI SERVICIOS COLOMBIA S.A.S.	
2018	<b>França:</b> transferência intragrupo da CLASS&CO SOFTWARE S.A.S (Yuso) para a subsidiária FLIT TECHNOLOGIES LTD. (Karthoo)	<b>Canadá:</b> aquisição da iCabbi Canada, Inc. <b>Estados Unidos:</b> aquisição da iCabbi USA, Inc. <b>Irlanda:</b> aquisição de 78,06 % da Coolnagour Ltd. t/a iCabbi <b>Reino Unido:</b> aquisição da Coolnagour UK Ltd. e da SCT Systems Ltd.	<b>Reino Unido:</b> criação da RCI Services UK Ltd.

N.º

1

N.º

2

N.º

3

N.º

4

N.º

5

### **5.3 Declaração do responsável pelo relatório financeiro anual**

Certifico, tanto quanto é do meu conhecimento, que as contas são elaboradas de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis e fornecem uma imagem fiel dos ativos, da posição financeira ed os resultados da empresa e de todas as empresas incluídas na consolidação. O relatório de gestão apenso proporciona uma visão precisa da evolução dos negócios, dos resultados e da situação financeira da empresa e de todas as empresas incluídas na consolidação, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se deparam.

10 de fevereiro de 2023

Presidente do Conselho de Administração

Gianluca De Ficchy.



## DOCUMENTOS DISPONÍVEIS AO PÚBLICO

Este documento está disponível no website do RCI Banque em [www.mobilize-fs.com](http://www.mobilize-fs.com).

Nos termos do artigo L225-102-1.º do Código Comercial francês (Code de Commerce), as informações sobre as consequências sociais e ambientais das atividades da empresa são cobertas por uma demonstração consolidada sobre o desempenho extrafinanceiro da Renault S.A, empresa-mãe do Grupo.

Qualquer pessoa que deseje obter mais informações sobre o grupo RCI Banque, pode enviar o seu pedido para:

RCI Banque  
Direction Financement et Trésorerie  
FR UZS 000 015  
15 rue d'Uzes 75002 Paris - France

Créditos das fotografias: Fotógrafo: Patrik Johall / Agência fotográfica: PRODIGIOUS Production

Este documento é impresso em França por uma impressora certificada Imprim'Vert em papel certificado PEFC produzido a partir de florestas geridas de forma sustentável.



**MØBILIZE**  
FINANCIAL SERVICES

[www.mobilize-fs.com](http://www.mobilize-fs.com)